



06/11/2025

Número: **0004877-82.2010.4.03.6120**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal de Araraquara**

Última distribuição : **07/06/2010**

Valor da causa: **R\$ 2.721.616,00**

Assuntos: **Contribuição sobre a folha de salários**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MUNICIPIO DE ARARAQUARA (IMPETRANTE)	
	ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (ADVOGADO)
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO (IMPETRADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (IMPETRADO)	

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
432884516	14/06/2010 13:29	Documento nº 1276543782 publicado no sistema cache em 14/06/2010 16:29:42.pdf	Outros Documentos
432884517	14/06/2010 13:29	Documento nº 1276543783 publicado no sistema cache em 14/06/2010 16:29:43.pdf	Outros Documentos
432884518	17/06/2010 09:16	Documento nº 1276787810 publicado no sistema cache em 17/06/2010 12:16:50.pdf	Outros Documentos
432884519	23/06/2010 14:46	Documento nº 1277325986 publicado no sistema cache em 23/06/2010 17:46:26.pdf	Outros Documentos
432884520	23/06/2010 14:46	Documento nº 1277325987 publicado no sistema cache em 23/06/2010 17:46:27.pdf	Outros Documentos
432884521	01/07/2010 09:27	Documento nº 1277998033 publicado no sistema cache em 01/07/2010 12:27:13.pdf	Outros Documentos
432884522	19/07/2010 09:09	Documento nº 1279552178 publicado no sistema cache em 19/07/2010 12:09:38.pdf	Outros Documentos
432884523	19/07/2010 09:09	Documento nº 1279552178 publicado no sistema cache em 19/07/2010 12:09:38.pdf	Outros Documentos
432884524	29/07/2010 12:21	Documento nº 1280427681 publicado no sistema cache em 29/07/2010 15:21:21.pdf	Outros Documentos
432884525	04/08/2010 09:40	Documento nº 1280936403 publicado no sistema cache em 04/08/2010 12:40:03.pdf	Outros Documentos
432884526	13/08/2010 13:07	Documento nº 1281726478 publicado no sistema cache em 13/08/2010 16:07:58.pdf	Outros Documentos
432884527	17/08/2010 08:13	Documento nº 1282054431 publicado no sistema cache em 17/08/2010 11:13:51.pdf	Outros Documentos
432884528	17/08/2010 09:37	Documento nº 1282059443 publicado no sistema cache em 17/08/2010 12:37:23.pdf	Outros Documentos
432884529	10/09/2010 10:26	Documento nº 1284135980 publicado no sistema cache em 10/09/2010 13:26:20.pdf	Outros Documentos
432884530	10/09/2010 10:26	Documento nº 1284135981 publicado no sistema cache em 10/09/2010 13:26:21.pdf	Outros Documentos

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

432884531	16/09/2010 09:13	Documento nº 1284649981 publicado no sistema cache em 16/09/2010 12:13:01.pdf	Outros Documentos
432884532	23/09/2013 13:51	Documento nº 1379965914 publicado no sistema cache em 23/09/2013 16:51:54.pdf	Outros Documentos
432884533	26/09/2013 12:41	Documento nº 1380220906 publicado no sistema cache em 26/09/2013 15:41:46.pdf	Outros Documentos
432884534	25/10/2013 12:44	Documento nº 1382719466 publicado no sistema cache em 25/10/2013 14:44:26.pdf	Outros Documentos
432884535	03/03/2017 10:51	Documento nº 1488559877 publicado no sistema cache em 03/03/2017 13:51:17.pdf	Outros Documentos
432884536	07/03/2017 11:30	Documento nº 1488907814 publicado no sistema cache em 07/03/2017 14:30:14.pdf	Outros Documentos
432884537	30/03/2017 06:54	Documento nº 1490878488 publicado no sistema cache em 30/03/2017 09:54:48.pdf	Outros Documentos
432884538	16/05/2017 11:55	Documento nº 1494957356 publicado no sistema cache em 16/05/2017 14:55:56.pdf	Outros Documentos
432884539	12/06/2017 13:50	Documento nº 1497297053 publicado no sistema cache em 12/06/2017 16:50:53.pdf	Outros Documentos
432884540	14/06/2017 11:45	Documento nº 1497462354 publicado no sistema cache em 14/06/2017 14:45:54.pdf	Outros Documentos
432884541	16/08/2021 11:12	Documento nº 1629133943 publicado no sistema cache em 16/08/2021 14:12:23.pdf	Outros Documentos
432884542	16/08/2021 11:12	Documento nº 1629133956 publicado no sistema cache em 16/08/2021 14:12:36.pdf	Outros Documentos
432884543	20/09/2021 14:12	Documento nº 1632168761 publicado no sistema cache em 20/09/2021 17:12:41.pdf	Outros Documentos
432884544	29/11/2021 10:19	Documento nº 1638202750 publicado no sistema cache em 29/11/2021 13:19:10.pdf	Outros Documentos
249641417	06/05/2022 10:03	0004877-82.2010.4.03.6120_VOL_001-1.pdf	Petição inicial
249741639	06/05/2022 17:38	Petição Intercorrente	Petição Intercorrente
249744458	06/05/2022 17:38	Processo 0004877-82.2010.4.03.6120_V1_Parte 01	Outras peças
249744459	06/05/2022 17:38	Processo 0004877-82.2010.4.03.6120_V1_Parte 02	Outras peças
249744461	06/05/2022 17:38	Processo 0004877-82.2010.4.03.6120_V2_Parte 01	Outras peças
249744462	06/05/2022 17:38	Processo 0004877-82.2010.4.03.6120_V2_Parte 02	Outras peças
432884545	10/05/2022 13:13	Documento nº 1652209989 publicado no sistema cache em 10/05/2022 16:13:09.pdf	Outros Documentos
250552371	16/05/2022 18:46	Despacho	Despacho
251171354	23/05/2022 15:02	Despacho de Inspeção	Despacho de Inspeção
255024029	27/06/2022 16:15	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
257895254	26/07/2022 16:56	Certidão	Certidão

Autos com (Conclusão) ao Juiz em 14/06/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Emende a Impetrante sua inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 284, CPC), nos seguintes termos: a) Dando o valor correto à causa, tendo em vista que o proveito econômico objetivado com a presente demanda é superior ao valor inicialmente atribuído (art. 259, CPC); b) Indicando além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições (art. 6º da Lei n. 12.016/2009). Com a regularização, tornem os autos conclusos. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 17/06/2010 ,pag 434/445



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 14/06/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Emende a Impetrante sua inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 284, CPC), nos seguintes termos: a) Dando o valor correto à causa, tendo em vista que o proveito econômico objetivado com a presente demanda é superior ao valor inicialmente atribuído (art. 259, CPC); b) Indicando além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições (art. 6º da Lei n. 12.016/2009). Com a regularização, tornem os autos conclusos. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 17/06/2010 ,pag 434/445



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:07

Número do documento: 10061413294300000000418918002

<https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=10061413294300000000418918002>

Assinado eletronicamente por: ADMINISTRADOR - 10/10/2025 00:35:48

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Autos com (Conclusão) ao Juiz em 14/06/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Emende a Impetrante sua inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 284, CPC), nos seguintes termos: a) Dando o valor correto à causa, tendo em vista que o proveito econômico objetivado com a presente demanda é superior ao valor inicialmente atribuído (art. 259, CPC); b) Indicando além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições (art. 6º da Lei n. 12.016/2009). Com a regularização, tornem os autos conclusos. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 17/06/2010 ,pag 434/445



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial. Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório. Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal. Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141). Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 01/07/2010 ,pag 813/823



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

I - RELATÓRIOMUNICÍPIO DE ARARAQUARA impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes. Pede, ainda, que a RFB se abstenha de praticar atos tendentes a impor ao Município sanções administrativas tais como autuação fiscal, negar-se a expedir CND, bloqueio do FPM e inclusão no CADIN.Inicial acompanhada de procuração e documentos (fls. 44/135).O impetrante emendou a inicial atribuindo correto valor à causa e indicando a pessoa jurídica que a autoridade coatora integra (fls. 140/142).Foi postergada a análise do pedido de liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora (fl. 142). A autoridade coatora prestou informações arguindo impetração contra lei em tese defendendo, no mais, a legalidade de sua conduta (fls. 147/158). O Ministério Público Federal deixou de opinar sobre o mérito em face da ausência de obrigatoriedade de sua intervenção (fls. 160/161).II - FUNDAMENTAÇÃOInicialmente, afasto a preliminar de impetração contra lei em tese isto porque se trata, em verdade, de ação contra lei de efeitos concretos cuja alegada lesão a direito líquido e certo se perpetua a cada fato imponible realizado.Ultrapassada a preliminar e, presentes os pressupostos processuais de existência e validade do processo, bem como as condições da ação, passo a examinar o mérito.O impetrante vem a juízo objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.A propósito, observo que o impetrante especifica, inicialmente, duas verbas: horas extras e terço constitucional de férias e, quanto às "outras", faz remissão ao RE 345.458, do STF e à decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência do STJ que, em suma, referem-se ao adicional constitucional de férias.Então, essencialmente, a impetrante vem a juízo objetivando afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal incidente sobre horas extras e adicional constitucional de férias e verbas que, a seu ver, não têm natureza remuneratória e, portanto, não podem sofrer tributação.No caso, a contribuição previdenciária, prevista no art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 incide sobre a remuneração devida, paga ou creditada ao empregado quando destinada a retribuir o trabalho:"Art. 22. A contribuição é sobre o cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa." (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).Por sua vez, a remuneração, nos termos do artigo acima, é o próprio salário-de-contribuição, definido no art. 28 da mesma Lei:"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição: I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) "Ocorre que algumas verbas foram expressamente excluídas ou incluídas do salário-de-contribuição em face da natureza especial que o legislador lhes atribuiu. Veja o que dispõe o 9º do art. 28:"Art. 28. (...) 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição. (...) 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). a) o total das



diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973; c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97 1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS; 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; 5. recebidas a título de incentivo à demissão;6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal; i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977; j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica; l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) x) o valor da multa prevista no 8º do art. 477 da



CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) Pois bem. Do quadro acima, infere-se que verbas de natureza essencialmente indenizatória não integram a remuneração e, portanto, sobre elas não é possível incidir a contribuição patronal salarial prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 (TRF3ª. AC 120.830-8. Rel. Juiz Johonsom Di Salvo. Primeira Turma. DJF3 CJ1, Data 23/09/2009, p. 14). Logo, a questão é identificar quais verbas indicadas pelo impetrante na inicial e sobre as quais pretende a não-incidência da contribuição previdenciária efetivamente possuem natureza indenizatória, vale dizer, não retribuem o trabalho prestado do empregado ao Município impetrante. Estabelecido isso, passo à análise dos pedidos. DO TERÇO CONSTITUCIONAL No tocante ao adicional de férias constitucional, o Superior Tribunal de Justiça havia se manifestado, inicialmente, pela incidência da contribuição previdenciária, eis que integrava o conceito de remuneração (Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006). No entanto, o Supremo Tribunal Federal no julgamento proferido em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário adotou posicionamento no sentido do afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de férias (AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006): No mesmo sentido, veja-se: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008. A partir daí, houve alteração no entendimento da Primeira Seção e da Segunda Turma, ambas do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a adotar o entendimento da Corte Suprema a fim de uniformizar o julgamento acerca da questão: "STJ. Pet 7296 / PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 28/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 10/11/2009 Ementa TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. Acórdão Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, acolheu o incidente, mantendo a decisão da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido. Ausente, justificadamente, Sr. Ministro Luiz Fux." No mesmo sentido: "Processo REsp 719355 / SC RECURSO ESPECIAL 2005/0012022-7 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 26/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 17/10/2008 Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira. Ementa TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEITOS FEDERAIS NÃO-PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 1. Dispositivos de lei federal não-prequestionados. Súmula 211/STJ. 2. A esta Corte não cabe examinar matéria constitucional, sob pena de usurpação de competência expressamente atribuída pela Constituição Federal ao STF. 3. Caso concreto em que o recorrente vindica, tão-somente, a exclusão da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias. 4. Inúmeros julgados oriundos das Primeira e Segunda Turmas deste STJ assentam-se na linha de que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direito assegurado pela Constituição aos empregados e aos servidores públicos, integra o conceito de



remuneração, sujeitando-se à contribuição previdenciária. Precedentes: Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006; RMS 19.687/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.11.2006; REsp 676.294/DF, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13.11.2006. E as decisões monocráticas: Resp 971.020/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 1º/7/2008; RMS 18.870/DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23/06/2008.5. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal vem externando o posicionamento pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias sob o fundamento de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor devem sofrer a sua incidência. Precedentes: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008; AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006. E as decisões monocráticas: AI 715.335/MG, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 29/05/2007. Do STJ: Resp 786.988/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ 06/04/2006; Resp 489.279/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/04/2005; Resp 615.618/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2006.6. Nesse contexto, e com vistas no entendimento externado pelo colendo STF, o inconformismo deve ter êxito para se declarar a não-incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."Não obstante, a declaração de inexistência de relação jurídica recai TÃO-SOMENTE sobre as férias NÃO GOZADAS. De fato, este é entendimento esposado pela Des. Fed. Vesna Kolmar no voto proferido no AI 370.487 (AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 2009.03.00.014626-3/SP), julgado em 12 de janeiro de 2010:" (...) Também não há que se falar em ilegalidade da tributação dos valores pagos a título de férias e respectivo adicional, ante a sua natureza salarial. Esclareço que não se trata aqui de valores pagos a título de férias não gozadas, hipótese em que a natureza da verba seria indenizatória, sobre a qual não incide a contribuição. Nos presentes autos, a impetrante requer não ser compelida ao recolhimento da contribuição incidente sobre as férias gozadas de seus empregados, bem como do adicional de 1/3 previsto na Constituição, o que é legalmente possível. (...)."No mesmo sentido, o voto proferido no AI 401.109 (TRF3, Relator Desembargador Federal Cotrim Guimarães):" DECISÃO Vistos etc. Decisão agravada: proferida em sede de mandado de segurança impetrado por HQ DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA, deferindo parcialmente a liminar a fim de suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas pela impetrante sobre as rubricas férias indenizadas, inclusive o respectivo terço constitucional. Indeferiu a liminar pleiteada no que tange aos valores pagos nos quinze primeiros dias de afastamento dos empregados doentes e acidentados, salário-maternidade, férias gozadas e respectivo adicional de um terço. (...) É o breve relatório. Decido. A matéria posta em desate comporta julgamento monocrático nos termos do artigo 557, caput e 1º-A, do Código de Processo Civil, vez que já foi amplamente discutida perante os Tribunais Superiores, bem com abordada pela jurisprudência desta E. Corte Federal. (...) Assim, passo à análise da questão de fundo. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da contribuição previdenciária encontram-se previstos no artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, nos seguintes termos: (...) O referido dispositivo legal limita o campo de incidência das exações às parcelas que integram a remuneração dos trabalhadores, pré-excluindo, da base de cálculo, as importâncias de natureza indenizatória. (...) No que tange ao adicional de férias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acompanhada pelo STJ e por esta C. Turma, firmou-se no sentido de que a contribuição previdenciária somente incide sobre as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins e aposentadoria, não incidindo, portanto, sobre o adicional de férias, que tem natureza indenizatória. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (STF, 1ª Turma, AI-AgR 710361, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 07.04.2009, unânime) TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA -

TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSE. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (STJ, Primeira Seção, PET 7296, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10.11.2009, unânime)LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL , AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.(...)8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, 11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.(...)11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida. (TRF 3ª Região, Segunda Turma, AMS 318925, DJF3 03.12.2009, p. 230)Entretanto, as verbas pagas a título de férias gozadas integram a remuneração do empregado, posto que constituem contraprestação devida pelo empregador por imposição legal em decorrência dos serviços prestados pelo obreiro em razão do contrato de trabalho, motivo pelo qual constituem salário-de-contribuição para fins de incidência da exação prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212/91. Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VERBAS TRABALHISTAS. HORAS EXTRAS. AUXÍLIOS DOENÇA E ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA . 1. O artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, dispõe que a Seguridade Social será financiada, nos termos da lei, pelas contribuições sociais "do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". 2. Infere-se do texto constitucional que não integram a base de cálculo do tributo em questão as verbas indenizatórias, por não terem natureza de contraprestação decorrente de relação de trabalho. 3. Os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado em razão de doença ou incapacidade por acidente não têm natureza salarial, porque no período não há prestação de serviços e tampouco recebimento de salário, mas apenas verba de caráter previdenciário pago pelo empregador. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1049417/RJ). 4. O período em que o empregado trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio - notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, comunicando-lhe a intenção de rescisão do vínculo -, será remunerado de forma habitual, por meio de salário, sobre o qual deve incidir, portanto, a contribuição previdenciária . Todavia, rescindido o contrato, pelo empregador, antes de findo o prazo do aviso, o empregado fará jus, ao pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período, ex vi do 1º do art. 467 da CLT, hipótese em que o valor recebido terá natureza indenizatória. 5. Os adicionais noturno, de horas extras, de periculosidade e de insalubridade não possuem caráter indenizatório, pois são pagos ao trabalhador em virtude de situações desfavoráveis de seu trabalho, inserindo-se no conceito de renda, possuindo, portanto, natureza remuneratória. 6. As verbas pagas a título de férias e respectivo terço constitucional possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária . Precedentes. 7. O salário maternidade integra o salário-de-contribuição, ex vi do art. 28 da Lei nº 8.212/91, bem como as férias gozadas , em virtude de seu nítido caráter salarial. 8. Agravo de instrumento parcialmente provido, com parcial revogação do efeito suspensivo anteriormente concedido (TRF3 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 370487 DESEMBARGADORA FEDERAL VESNA

KOLMAR PRIMEIRA TURMA)PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. APELO DA EMPRESA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. CARÁTER REMUNERATÓRIO. APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS. 1. Esta Corte já consolidou o entendimento de que é devida a contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a seus empregados a título de férias e abono constitucional, bem como de salário-maternidade, tendo em vista o caráter remuneratório de tais verbas. (...)8. Agravos regimentais desprovidos. (STJ, Primeira Turma, AGRESP 1024826, Rel. Min. Denise Arruda, DJE 15.04.2009)Ante o exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, com base no artigo 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição incidente sobre as verbas pagas pela agravante a título de adicional de férias e valores pagos nos quinze dias que antecedem o benefício previdenciário (auxílio doença ou acidente). Publique-se, intime-se, encaminhando-se os autos ao juízo de origem oportunamente. São Paulo, 26 de março de 2010. COTRIM GUIMARÃES Desembargador Federal"Nesse quadro, passo a acompanhar o entendimento firmado pela Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em face de entendê-lo mais consentâneo com o ordenamento jurídico e também para uniformização dos julgados, essencial à segurança jurídica dos contribuintes para reconhecer o direito líquido e certo do impetrante para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária e, por conseguinte, afastar a incidência da contribuição patronal sobre o adicional constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas Por conseguinte, também tem o impetrante direito líquido e certo a abstenção da autoridade coatora quanto à prática de autuação fiscal pelo não-recolhimento da contribuição patronal sobre o adicional de férias calculado sobre o valor pago a título de férias indenizadas. Nesse quadro, o impetrante tem direito líquido e certo a ter declarada a inexistência da relação jurídica no que toca ao período entre 06/2000 e 06/2010 e subsequentes.DAS HORAS EXTRAORDINÁRIASa propósito, adoto como razão de decidir o voto proferido pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, no julgamento da AC n. 120.830-8, já citada:"No que tange aos adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e por horas extras não assiste razão à autora-apelante, uma vez que essas verbas inserem-se na ampla dicção da letra "a" do artigo 195, I, da Constituição Federal, pois inquestionavelmente são rendimentos do trabalho pagos como "majoração" do mesmo eis que retribuem o esforço de trabalho em situação que se aloja além da normalidade da prestação ajustada entre empregado e empregador.Conforme leciona com grande propriedade AMAURI MASCARO NASCIMENTO, "adicional, no sentido comum, significa algo que acrescenta. No sentido jurídico, adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta" (Curso de Direito do Trabalho, p. 766, ed. Saraiva, 18ª edição, 2.003).Realmente, o acréscimo tem significado de remuneração pelo trabalho prestado em condições anormais e esse plus que se agrega à remuneração normal não tem caráter de indenização, mas sim de efetiva contraprestação pelo serviço prestado em condições mais desvantajosas para o obreiro.Indenização é sempre devida apenas para recompor um dano. Os adicionais a que se refere a autora não ostentam a natureza de composição de prejuízos.Já o pagamento do adicional independe de um dano, pois sua etiologia prende-se ao próprio labor quando praticado de forma mais severa, assim repercutindo numa majoração do preço da prestação desse serviço.Se os bens e serviços fornecidos à sociedade pelo patrão sujeitam-se a majoração de seus preços conforme condições de mercado, o labor humano fornecido ao patrão para produzir tais bens ou serviços também se sujeita a uma majoração em benefício do trabalhador quando as tarefas exercidas na produção ou fornecimento deles são mais dificultosas para o obreiro, em face de condições objetivas de trabalho mais agressivo.Os adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade têm nítida natureza salarial, pois são contraprestação do trabalho do empregado desempenhado em condições especiais que justificam o adicional. O mesmo entendimento aplica-se ao adicional de compensação orgânica.Essas verbas indicadas como sendo indenizatórias são, ademais, tratadas em lei como adicionais compulsórios como se vê dos arts. 73, 192, 193, 1º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho. Ora, partindo-se da premissa que a indenização só é devida em razão de prejuízo, a compulsoriedade desses adicionais mostra que a vontade da lei é tê-los com caráter remuneratório.A propósito especificamente do adicional de horas extras leciona SÉRGIO



PINTO MARTINS que "tem o adicional de horas extras natureza salarial e não indenizatória, pois remunera o trabalho prestado após jornada normal" (Direito do Trabalho, p. 223, 16ª edição, ed. Atlas). Tanto o adicional da hora extra tem essa natureza salarial que ganhou abrigo no inciso XVI do artigo 7º da Constituição que a ele se refere como "remuneração do serviço extraordinário", feita no percentual de 50% da remuneração da jornada normal de trabalho, no mínimo. A propósito, convém aduzir que conforme o Enunciado nº 115 do Tribunal Superior do Trabalho o valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo de gratificações semestrais. E são computadas no cálculo do repouso semanal remunerado (Enunciado nº 172). A jurisprudência orienta-se para reconhecer o caráter salarial de todos esses adicionais, como se vê dos acórdãos adiante colacionados com destaque nas partes diretamente interessantes: RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02960094900 ANO - 1996 TURMA: 9ª RELATOR : JUIZ ILDEU LARA DE ALBUQUERQUE DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/07/1997 EMENTA: Adicionais - integração nas verbas rescisórias Os adicionais de produtividade, periculosidade, de caixa e noturno, quando recebidos, no mínimo em 50% da vigência do pacto laboral, devem ser considerados habituais e, portanto, integram o salário para o pagamento das verbas rescisórias. RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02990223929 ANO - 1999 TURMA: 3ª RELATOR : JUIZ DECIO SEBASTIÃO DAIDONE DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2000 EMENTA: Incidência do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade sob qualquer título, deve ser calculado sobre o valor do salário composto com adicionais de verbas nitidamente de natureza salarial, como ocorre com os de tempo de serviço, horas extras e noturnas, pois a exclusão do parágrafo 1º do art. 193 da CLT, refere-se apenas às "gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa", que se caracterizam pela álea. A propósito do adicional de insalubridade o Tribunal Superior do Trabalho tem-no como parte do salário, como se vê do seguinte paradigma: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. O trabalho realizado em horário extraordinário não deixa de ser insalubre tão-somente porque já é remunerado extraordinariamente. Ademais, calculando-se o valor das horas extras com base no salário do empregado, já acrescidos de adicionais salariais percebidos habitualmente, constata-se que o adicional de insalubridade repercute no cálculo das horas extras, visto possuir natureza salarial, uma vez que o adicional em epígrafe não indeniza danos à saúde do empregado, mas apenas remunera a prestação do trabalho em condições insalubres. Embargos conhecidos e desprovidos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-121.360/94.9, em que são Embargantes CALÇADOS DILLY LTDA. E OUTRA e Embargadas VILMA SOARES OLIVEIRA E OUTRAS. Adicional de insalubridade - Integração nas verbas salariais. Esta Corte tem entendido que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Embargos rejeitados. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-63767/92.6, em que é Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e Embargado PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA. A natureza salarial desse "plus" também se revela pelo pensamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser ele indevido ao servidor público policial colocado em inatividade, porque só deve remunerar a maior quando existe o risco inerente à função. Nesse sentido é a jurisprudência de ambas as Turmas daquela Corte, como consta do paradigma inaugural: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL POR INSALUBRIDADE. LC Nº 432/85. Vantagem funcional que contempla apenas servidores militares enquanto no exercício de atividade insalubre, devidamente comprovada por meio de laudo pericial, não beneficiando os que se aposentaram antes de sua instituição nem, tampouco, os que não serviram nas condições apontadas. Inaplicabilidade, no caso, da norma do art. 40, 4º, da Constituição, que manda estender aos inativos "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade", hipótese não configurada no caso. Recurso conhecido e provido. (RE nº 209.218/SP, 1ª Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/2/98, p. 14) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça tem-se o seguinte acórdão: PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETATÓRIO. MULTA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCLUSÃO. Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão. Afasta-se a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, na hipótese de embargos de declaração opostos com claro propósito de prequestionamento, não restando caracterizado o caráter protetatório do recurso. O salário-de-contribuição abrange todas as parcelas percebidas pelo segurado a título remuneratório, inclusive o



adicional de periculosidade, visto sua natureza salarial, ainda que não tenha havido contribuição sobre tal valor.(STJ, RESP. nº 544.621/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJU 06.10.2003, pág.350)Do âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região podem ser trazidos os seguintes arestos: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUXÍLIO-CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. QUEBRA DE CAIXA. PRÊMIO ASSIDUIDADE. SAT. SEBRAE. SESCOOP. INCRA. SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERADOS POR INTERMÉDIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. LEIS 9.876/99 E 8.212/91. ART. 22, IV. CONSTITUCIONALIDADE. TAXA SELIC. VERBA HONORÁRIA. 1.....2.....3.....4. Os adicionais de insalubridade e periculosidade integram o salário, nos termos do artigo 458 da CLT, motivo pelo qual constituem base de cálculo para a cobrança da exação questionada. 5.....6.....7.....9.10.....11.....12.....13..... (AC nº 2002.71.05003989-2/RS, 2ª Turma, rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, julg. 21/10/2.003. LEI Nº 9.783/99. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. GRATIFICAÇÃO NATALINA E OUTRAS VERBAS. - Não há como se sustentar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, uma vez que a mesma já sofreu apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual reconheceu a legitimidade constitucional da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos em atividade, diferente do que ocorre para os aposentados e pensionistas, também abarcados por esta lei. A gratificação natalina, as diárias que excedem a 50% do valor da remuneração, o adicional de 1/3 de férias, os adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade, periculosidade, penosidade e de sobreaviso, bem como o adicional por tempo de serviço e a hora repouso e alimentação têm natureza salarial, incidindo, assim, a contribuição social do servidor público de que trata a Lei nº 9.783, de 1999. (AC nº 1999.71.00028933-4/RS, 2ª Turma, Rel. Des. Federal Vilson Darós, DJU 30.10.2002, pág.939) PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - REVISÃO - SENTENÇA PROLATADA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - EFICÁCIA PROBATÓRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DIFERENÇAS - INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1 - A decisão proferida em processo trabalhista plenamente contencioso produz efeitos externos. Tais efeitos só não se produzem naquelas hipóteses em que a reclamatória caracteriza mero artifício para forjar tempo de serviço fictício, em processo simulado. 2 - Tratando-se de verba remuneratória, as diferenças de adicional de insalubridade integram o salário-de-contribuição, a teor do art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. (AC nº 2000.71.10003237-4/RS, 5ª Turma, rel. Des. Federal Ramos de Oliveira, julg. 06/02/2003).Quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pode-se ofertar a seguinte decisão:TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. HORAS EXTRAS. I - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de rescisão contratual é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo por indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ. II - Ausência de prova do suposto indébito e ocorrência de prescrição. III - O pagamento extemporâneo de horas extras não desfigura sua essência salarial, pelo que deve incidir sobre ele o Imposto de Renda. IV - Apelação dos autores desprovida. (AC nº 1999.01.00072467-5/BA, 3ª Turma, Rel. Des. Federal Candido Ribeiro, julg. 26/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORAS-EXTRAS. LEGALIDADE . 1. Não há óbice legal à incidência de imposto de renda sobre as importâncias recebidas como horas-extras, dado o seu caráter remuneratório (Lei 7.713/88 - art. 6º, V). Precedentes. 2. Apelação improvida.(AC nº 1999.01.00103525-4/BA, 2ª Turma Suplementar, rel. Juiz Gilda Sigmaringa Seixas, julg. 12/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. As verbas recebidas a título de horas extraordinárias de trabalho equivalem a remuneração e representam acréscimo patrimonial. 2. Não se tratando de indenização, legítima é a incidência do imposto de renda.3. Apelação desprovida. (AC nº 2000.01.00019557-3/BA, 4ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Olavo, julg. 15/05/2001)Por seu turno o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho decidiu a matéria da seguinte forma: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL - VALIDADE DA NORMA COLETIVA - FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso XXVI do art.7º da Constituição Federal. Neste sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos do OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislativo, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso

Assinado por 2 pessoas: RIBEIRO, TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art.7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art.7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida.(RR nº 644.647, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU 02.05.2003). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA NOTÓRIA, ITERATIVA E ATUAL DESTE TRIBUNAL, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, DEVE REPERCUTIR NO VALOR DAS HORAS EXTRAS, DADA A SUA NATUREZA SALARIAL E NÃO INDENIZATÓRIA. LOGO, CORRETA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 333 DO TST PELA C. TURMA, NÃO SE VISLUMBRANDO AFRONTA AO ARTIGO 896 DA CLT. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. (ERR nº 252.162, D1, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJU 26.03.1999)Especificamente no tocante ao adicional noturno, é uma verba compulsória (art. 73 da CLT), porque se deve considerar que desde 1974 o Enunciado nº 60 do Tribunal Superior do Trabalho prescreve que (grifei):"O adicional noturno, pago habitualmente, integra o salário do empregado para todos os efeitos."Ainda a respeito desse adicional, convém aduzir que pelo Enunciado nº 265 pacificou-se entendimento de que a transferência do trabalhador para horário diurno faz cessar o adicional, significando que o mesmo é devido como contraprestação do serviço prestado em horário distinto da jornada normal.Ora, se o Tribunal Superior com competência constitucional para tratar com especificidade da matéria consolidou jurisprudência no sentido da natureza salarial também do adicional noturno, não há de ser o entendimento de Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal que poderá dispor de modo diverso.Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de averbar que o adicional noturno é pago propter laborem com natureza de remuneração, destinado a remunerar o trabalho exercido no período normal que deveria ser dedicado ao repouso, e assim não deveria ser pago ao servidor inativo. Isso se deu no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 383.282/DF, ocorrido em 17/12/2.002, sob a relatoria do Ministro Maurício Correa (DJ de 30/5/2.003, p. 31).Destarte, se o adicional noturno configura salário, de contribuir sobre esse quantum não pode escapar o patrão. Prossigo, agora considerando que a matéria não pode deixar de ser tratada à luz do Plano de Custeio da Previdência Social.O art. 22 da Lei nº 8.212/91 afirma que: Art. 22A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I -vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregado ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho. (...) 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o 9º do art.28.Enquanto o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 9.528 de 10.12.97, define o que seja salário-de-contribuição, o seu 9º exemplifica aquilo que não o integra, conforme se vê:Art. 28 Entende-se por salário-de-contribuição:I -para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;(...) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei;b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei n 5.929, de 30 de outubro de 1973;c) a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei n 6.321, de 14 de abril de 1976;d) os abonos de férias não excedentes aos limites da legislação trabalhista;e) a importância recebida a título de aviso prévio indenizado, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9 da Lei n 7.238, de 29 de outubro de 1984;f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;g) a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento)

remuneração mensal;i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n 6.494, de 7 de dezembro de 1977;j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com a lei específica.Como se pode ver do dispositivo legal acima transcrito os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias não foram excluídos das verbas que integram o salário-de-contribuição, o que demonstra com certeza que possuem caráter salarial e sobre eles incide a contribuição social prevista no inciso I do art.195 da Lex Major.Tratando do alcance do art. 28 do PCPS o notável Wladimir Novaes Martinez leciona que "o domínio remuneratório é extenso. Excluídos os pagamentos referentes a ressarcimentos de despesas e os ditos indenizatórios de danos causados ao trabalhador, em razão do contrato de trabalho, todas as demais importâncias são remuneratórias, isto é, retribuem globalmente o esforço do trabalho a serviço da empresa (ou estimulam o empenho futuro)" (Comentários a Lei Básica da Previdência Social, tomo I, p. 289, 4ª edição, ed. LTR)Se a contribuição do empregado é calculada sobre o chamado salário-de-contribuição e se a lei que rege essa matéria não excluiu da composição da base de incidência da contribuição do obreiro os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias, resta claro que os considera como capítulos da remuneração e por isso mesmo não seria justo que - sendo tais verbas tomadas em caráter salarial para exigir do empregado a contribuição individual - o empregador ficasse favorecido com o expurgo desses valores do montante de incidência da contribuição patronal."Dessa forma, o impetrante NÃO está desonerado da contribuição patronal do art. 22, I, "a" da Lei 8.212/91 sobre os valores pagos a título de horas extraordinárias.DA ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVASNo que toca à expedição de CND, não há nos autos informações suficientes sobre a inexistência de débitos ou a suspensão de exigibilidade os débitos existentes a fim de garantir que a autoridade coatora se abstenha de negar expedição de CND.Da mesma forma, no que toca às verbas destinadas ao FPM e à inclusão no CADIN.Logo, não há direito líquido e certo nesse ponto.III - DISPOSITIVOAnte o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, I, da Lei n. 8.212/91, sobre o valor pago a título de adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas. Sem honorários advocatícios conforme o disposto no artigo 25, Lei 12.016/09. Custas indevidas considerando a isenção de que goza o Município. Sentença sujeita ao duplo grau.P. R. I.

Tipo : A - Com mérito/Fundamentação individualizada /não repetitiva Livro : 13 Reg.: 1306/2010
Folha(s) : 15

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 17/08/2010 ,pag 323/349



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

I - RELATÓRIOMUNICÍPIO DE ARARAQUARA impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes. Pede, ainda, que a RFB se abstenha de praticar atos tendentes a impor ao Município sanções administrativas tais como autuação fiscal, negar-se a expedir CND, bloqueio do FPM e inclusão no CADIN.Inicial acompanhada de procuração e documentos (fls. 44/135).O impetrante emendou a inicial atribuindo correto valor à causa e indicando a pessoa jurídica que a autoridade coatora integra (fls. 140/142).Foi postergada a análise do pedido de liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora (fl. 142). A autoridade coatora prestou informações arguindo impetração contra lei em tese defendendo, no mais, a legalidade de sua conduta (fls. 147/158). O Ministério Público Federal deixou de opinar sobre o mérito em face da ausência de obrigatoriedade de sua intervenção (fls. 160/161).II - FUNDAMENTAÇÃOInicialmente, afasto a preliminar de impetração contra lei em tese isto porque se trata, em verdade, de ação contra lei de efeitos concretos cuja alegada lesão a direito líquido e certo se perpetua a cada fato imponível realizado.Ultrapassada a preliminar e, presentes os pressupostos processuais de existência e validade do processo, bem como as condições da ação, passo a examinar o mérito.O impetrante vem a juízo objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.A propósito, observo que o impetrante especifica, inicialmente, duas verbas: horas extras e terço constitucional de férias e, quanto às "outras", faz remissão ao RE 345.458, do STF e à decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência do STJ que, em suma, referem-se ao adicional constitucional de férias.Então, essencialmente, a impetrante vem a juízo objetivando afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal incidente sobre horas extras e adicional constitucional de férias verbas que, a seu ver, não têm natureza remuneratória e, portanto, não podem sofrer tributação.No caso, a contribuição previdenciária, prevista no art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 incide sobre a remuneração devida, paga ou creditada ao empregado quando destinada a retribuir o trabalho:"Art. 22. A contribuição previdenciária, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa." (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).Por sua vez, a remuneração, nos termos do artigo acima, é o próprio salário-de-contribuição, definido no art. 28 da mesma Lei:"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição: I - para o empregado ou trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) "Ocorre que algumas verbas foram expressamente excluídas ou incluídas do salário-de-contribuição em face da natureza especial que o legislador lhes atribuiu. Veja o que dispõe o 9º do art. 28:"Art. 28. (...) 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição. (...) 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). a) o total da



diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973; c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97 1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS; 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; 5. recebidas a título de incentivo à demissão;6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal; i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977; j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica; l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) x) o valor da multa prevista no 8º do art. 477 da



CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) Pois bem. Do quadro acima, infere-se que verbas de natureza essencialmente indenizatória não integram a remuneração e, portanto, sobre elas não é possível incidir a contribuição patronal salarial prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 (TRF3ª. AC 120.830-8. Rel. Juiz Johonsom Di Salvo. Primeira Turma. DJF3 CJ1, Data 23/09/2009, p. 14). Logo, a questão é identificar quais verbas indicadas pelo impetrante na inicial e sobre as quais pretende a não-incidência da contribuição previdenciária efetivamente possuem natureza indenizatória, vale dizer, não retribuem o trabalho prestado do empregado ao Município impetrante. Estabelecido isso, passo à análise dos pedidos.

DO TERÇO CONSTITUCIONAL No tocante ao adicional de férias constitucional, o Superior Tribunal de Justiça havia se manifestado, inicialmente, pela incidência da contribuição previdenciária, eis que integrava o conceito de remuneração (Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006). No entanto, o Supremo Tribunal Federal no julgamento proferido em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário adotou posicionamento no sentido do afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de férias (AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006): No mesmo sentido, veja-se: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008. A partir daí, houve alteração no entendimento da Primeira Seção e da Segunda Turma, ambas do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a adotar o entendimento da Corte Suprema a fim de uniformizar o julgamento acerca da questão: "STJ. Pet 7296 / PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 28/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 10/11/2009 Ementa TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. Acórdão Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, acolheu o incidente, mantendo a decisão da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido. Ausente, justificadamente, Sr. Ministro Luiz Fux." No mesmo sentido: "Processo REsp 719355 / SC RECURSO ESPECIAL 2005/0012022-7 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 26/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 17/10/2008 Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira. Ementa TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEITOS FEDERAIS NÃO-PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 1. Dispositivos de lei federal não-prequestionados. Súmula 211/STJ. 2. A esta Corte não cabe examinar matéria constitucional, sob pena de usurpação de competência expressamente atribuída pela Constituição Federal ao STF. 3. Caso concreto em que o recorrente vindica, tão-somente, a exclusão da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias. 4. Inúmeros julgados oriundos das Primeira e Segunda Turmas deste STJ assentam-se na linha de que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direito assegurado pela Constituição aos empregados e aos servidores públicos, integra o conceito de



remuneração, sujeitando-se à contribuição previdenciária. Precedentes: Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006; RMS 19.687/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.11.2006; REsp 676.294/DF, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13.11.2006. E as decisões monocráticas: Resp 971.020/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 1º/7/2008; RMS 18.870/DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23/06/2008.5. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal vem externando o posicionamento pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias sob o fundamento de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor devem sofrer a sua incidência. Precedentes: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008; AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006. E as decisões monocráticas: AI 715.335/MG, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 29/05/2007. Do STJ: Resp 786.988/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ 06/04/2006; Resp 489.279/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/04/2005; Resp 615.618/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2006.6. Nesse contexto, e com vistas no entendimento externado pelo colendo STF, o inconformismo deve ter êxito para se declarar a não-incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."Não obstante, a declaração de inexistência de relação jurídica recai TÃO-SOMENTE sobre as férias NÃO GOZADAS. De fato, este é entendimento esposado pela Des. Fed. Vesna Kolmar no voto proferido no AI 370.487 (AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 2009.03.00.014626-3/SP), julgado em 12 de janeiro de 2010:" (...) Também não há que se falar em ilegalidade da tributação dos valores pagos a título de férias e respectivo adicional, ante a sua natureza salarial. Esclareço que não se trata aqui de valores pagos a título de férias não gozadas, hipótese em que a natureza da verba seria indenizatória, sobre a qual não incide a contribuição. Nos presentes autos, a impetrante requer não ser compelida ao recolhimento da contribuição incidente sobre as férias gozadas de seus empregados, bem como do adicional de 1/3 previsto na Constituição, o que é legalmente possível. (...)."No mesmo sentido, o voto proferido no AI 401.109 (TRF3, Relator Desembargador Federal Cotrim Guimarães):" DECISÃO Vistos etc. Decisão agravada: proferida em sede de mandado de segurança impetrado por HQ DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA, deferindo parcialmente a liminar a fim de suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas pela impetrante sobre as rubricas férias indenizadas, inclusive o respectivo terço constitucional. Indeferiu a liminar pleiteada no que tange aos valores pagos nos quinze primeiros dias de afastamento dos empregados doentes e acidentados, salário-maternidade, férias gozadas e respectivo adicional de um terço. (...) É o breve relatório. Decido. A matéria posta em desate comporta julgamento monocrático nos termos do artigo 557, caput e 1º-A, do Código de Processo Civil, vez que já foi amplamente discutida perante os Tribunais Superiores, bem com abordada pela jurisprudência desta E. Corte Federal. (...) Assim, passo à análise da questão de fundo. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da contribuição previdenciária encontram-se previstos no artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, nos seguintes termos: (...) O referido dispositivo legal limita o campo de incidência das exações às parcelas que integram a remuneração dos trabalhadores, pré-excluindo, da base de cálculo, as importâncias de natureza indenizatória. (...) No que tange ao adicional de férias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acompanhada pelo STJ e por esta C. Turma, firmou-se no sentido de que a contribuição previdenciária somente incide sobre as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins e aposentadoria, não incidindo, portanto, sobre o adicional de férias, que tem natureza indenizatória. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (STF, 1ª Turma, AI-AgR 710361, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 07.04.2009, unânime) TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA -



TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSE. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (STJ, Primeira Seção, PET 7296, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10.11.2009, unânime)LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL , AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.(...)8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, 11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.(...)11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida. (TRF 3ª Região, Segunda Turma, AMS 318925, DJF3 03.12.2009, p. 230)Entretanto, as verbas pagas a título de férias gozadas integram a remuneração do empregado, posto que constituem contraprestação devida pelo empregador por imposição legal em decorrência dos serviços prestados pelo obreiro em razão do contrato de trabalho, motivo pelo qual constituem salário-de-contribuição para fins de incidência da exação prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212/91. Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VERBAS TRABALHISTAS. HORAS EXTRAS. AUXÍLIOS DOENÇA E ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA . 1. O artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, dispõe que a Seguridade Social será financiada, nos termos da lei, pelas contribuições sociais "do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". 2. Infere-se do texto constitucional que não integram a base de cálculo do tributo em questão as verbas indenizatórias, por não terem natureza de contraprestação decorrente de relação de trabalho. 3. Os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado em razão de doença ou incapacidade por acidente não têm natureza salarial, porque no período não há prestação de serviços e tampouco recebimento de salário, mas apenas verba de caráter previdenciário pago pelo empregador. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1049417/RJ). 4. O período em que o empregado trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio - notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, comunicando-lhe a intenção de rescisão do vínculo -, será remunerado de forma habitual, por meio de salário, sobre o qual deve incidir, portanto, a contribuição previdenciária . Todavia, rescindido o contrato, pelo empregador, antes de findo o prazo do aviso, o empregado fará jus, ao pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período, ex vi do 1º do art. 467 da CLT, hipótese em que o valor recebido terá natureza indenizatória. 5. Os adicionais noturno, de horas extras, de periculosidade e de insalubridade não possuem caráter indenizatório, pois são pagos ao trabalhador em virtude de situações desfavoráveis de seu trabalho, inserindo-se no conceito de renda, possuindo, portanto, natureza remuneratória. 6. As verbas pagas a título de férias e respectivo terço constitucional possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária . Precedentes. 7. O salário maternidade integra o salário-de-contribuição, ex vi do art. 28 da Lei nº 8.212/91, bem como as férias gozadas , em virtude de seu nítido caráter salarial. 8. Agravo de instrumento parcialmente provido, com parcial revogação do efeito suspensivo anteriormente concedido (TRF3 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 370487 DESEMBARGADORA FEDERAL VESNA



KOLMAR PRIMEIRA TURMA)PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. APELO DA EMPRESA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. CARÁTER REMUNERATÓRIO. APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS. 1. Esta Corte já consolidou o entendimento de que é devida a contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a seus empregados a título de férias e abono constitucional, bem como de salário-maternidade, tendo em vista o caráter remuneratório de tais verbas. (...)8. Agravos regimentais desprovidos. (STJ, Primeira Turma, AGRESP 1024826, Rel. Min. Denise Arruda, DJE 15.04.2009)Ante o exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, com base no artigo 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição incidente sobre as verbas pagas pela agravante a título de adicional de férias e valores pagos nos quinze dias que antecedem o benefício previdenciário (auxílio doença ou acidente). Publique-se, intime-se, encaminhando-se os autos ao juízo de origem oportunamente. São Paulo, 26 de março de 2010. COTRIM GUIMARÃES Desembargador Federal"Nesse quadro, passo a acompanhar o entendimento firmado pela Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em face de entendê-lo mais consentâneo com o ordenamento jurídico e também para uniformização dos julgados, essencial à segurança jurídica dos contribuintes para reconhecer o direito líquido e certo do impetrante para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária e, por conseguinte, afastar a incidência da contribuição patronal sobre o adicional constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas Por conseguinte, também tem o impetrante direito líquido e certo a abstenção da autoridade coatora quanto à prática de autuação fiscal pelo não-recolhimento da contribuição patronal sobre o adicional de férias calculado sobre o valor pago a título de férias indenizadas. Nesse quadro, o impetrante tem direito líquido e certo a ter declarada a inexistência da relação jurídica no que toca ao período entre 06/2000 e 06/2010 e subsequentes.DAS HORAS EXTRAORDINÁRIASa propósito, adoto como razão de decidir o voto proferido pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, no julgamento da AC n. 120.830-8, já citada:"No que tange aos adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e por horas extras não assiste razão à autora-apelante, uma vez que essas verbas inserem-se na ampla dicção da letra "a" do artigo 195, I, da Constituição Federal, pois inquestionavelmente são rendimentos do trabalho pagos como "majoração" do mesmo eis que retribuem o esforço de trabalho em situação que se aloja além da normalidade da prestação ajustada entre empregado e empregador.Conforme leciona com grande propriedade AMAURI MASCARO NASCIMENTO, "adicional, no sentido comum, significa algo que acrescenta. No sentido jurídico, adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta" (Curso de Direito do Trabalho, p. 766, ed. Saraiva, 18ª edição, 2.003).Realmente, o acréscimo tem significado de remuneração pelo trabalho prestado em condições anormais e esse plus que se agrega à remuneração normal não tem caráter de indenização, mas sim de efetiva contraprestação pelo serviço prestado em condições mais desvantajosas para o obreiro.Indenização é sempre devida apenas para recompor um dano. Os adicionais a que se refere a autora não ostentam a natureza de composição de prejuízos.Já o pagamento do adicional independe de um dano, pois sua etiologia prende-se ao próprio labor quando praticado de forma mais severa, assim repercutindo numa majoração do preço da prestação desse serviço.Se os bens e serviços fornecidos à sociedade pelo patrão sujeitam-se a majoração de seus preços conforme condições de mercado, o labor humano fornecido ao patrão para produzir tais bens ou serviços também se sujeita a uma majoração em benefício do trabalhador quando as tarefas exercidas na produção ou fornecimento deles são mais dificultosas para o obreiro, em face de condições objetivas de trabalho mais agressivo.Os adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade têm nítida natureza salarial, pois são contraprestação do trabalho do empregado desempenhado em condições especiais que justificam o adicional. O mesmo entendimento aplica-se ao adicional de compensação orgânica.Essas verbas indicadas como sendo indenizatórias são, ademais, tratadas em lei como adicionais compulsórios como se vê dos arts. 73, 192, 193, 1º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho. Ora, partindo-se da premissa que a indenização só é devida em razão de prejuízo, a compulsoriedade desses adicionais mostra que a vontade da lei é tê-los com caráter remuneratório.A propósito especificamente do adicional de horas extras leciona SÉRGIO



PINTO MARTINS que "tem o adicional de horas extras natureza salarial e não indenizatória, pois remunera o trabalho prestado após jornada normal" (Direito do Trabalho, p. 223, 16ª edição, ed. Atlas). Tanto o adicional da hora extra tem essa natureza salarial que ganhou abrigo no inciso XVI do artigo 7º da Constituição que a ele se refere como "remuneração do serviço extraordinário", feita no percentual de 50% da remuneração da jornada normal de trabalho, no mínimo. A propósito, convém aduzir que conforme o Enunciado nº 115 do Tribunal Superior do Trabalho o valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo de gratificações semestrais. E são computadas no cálculo do repouso semanal remunerado (Enunciado nº 172). A jurisprudência orienta-se para reconhecer o caráter salarial de todos esses adicionais, como se vê dos acórdãos adiante colacionados com destaque nas partes diretamente interessantes: RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02960094900 ANO - 1996 TURMA: 9ª RELATOR : JUIZ ILDEU LARA DE ALBUQUERQUE DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/07/1997 EMENTA: Adicionais - integração nas verbas rescisórias Os adicionais de produtividade, periculosidade, de caixa e noturno, quando recebidos, no mínimo em 50% da vigência do pacto laboral, devem ser considerados habituais e, portanto, integram o salário para o pagamento das verbas rescisórias. RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02990223929 ANO - 1999 TURMA: 3ª RELATOR : JUIZ DECIO SEBASTIÃO DAIDONE DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2000 EMENTA: Incidência do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade sob qualquer título, deve ser calculado sobre o valor do salário composto com adicionais de verbas nitidamente de natureza salarial, como ocorre com os de tempo de serviço, horas extras e noturnas, pois a exclusão do parágrafo 1º do art. 193 da CLT, refere-se apenas às "gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa", que se caracterizam pela álea. A propósito do adicional de insalubridade o Tribunal Superior do Trabalho tem-no como parte do salário, como se vê do seguinte paradigma: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. O trabalho realizado em horário extraordinário não deixa de ser insalubre tão-somente porque já é remunerado extraordinariamente. Ademais, calculando-se o valor das horas extras com base no salário do empregado, já acrescidos de adicionais salariais percebidos habitualmente, constata-se que o adicional de insalubridade repercute no cálculo das horas extras, visto possuir natureza salarial, uma vez que o adicional em epígrafe não indeniza danos à saúde do empregado, mas apenas remunera a prestação do trabalho em condições insalubres. Embargos conhecidos e desprovidos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-121.360/94.9, em que são Embargantes CALÇADOS DILLY LTDA. E OUTRA e Embargadas VILMA SOARES OLIVEIRA E OUTRAS. Adicional de insalubridade - Integração nas verbas salariais. Esta Corte tem entendido que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Embargos rejeitados. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-63767/92.6, em que é Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e Embargado PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA. A natureza salarial desse "plus" também se revela pelo pensamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser ele indevido ao servidor público policial colocado em inatividade, porque só deve remunerar a maior quando existe o risco inerente à função. Nesse sentido é a jurisprudência de ambas as Turmas daquela Corte, como consta do paradigma inaugural: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL POR INSALUBRIDADE. LC Nº 432/85. Vantagem funcional que contempla apenas servidores militares enquanto no exercício de atividade insalubre, devidamente comprovada por meio de laudo pericial, não beneficiando os que se aposentaram antes de sua instituição nem, tampouco, os que não serviram nas condições apontadas. Inaplicabilidade, no caso, da norma do art. 40, 4º, da Constituição, que manda estender aos inativos "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade", hipótese não configurada no caso. Recurso conhecido e provido. (RE nº 209.218/SP, 1ª Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/2/98, p. 14) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça tem-se o seguinte acórdão: PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETATÓRIO. MULTA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCLUSÃO. Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão. Afasta-se a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, na hipótese de embargos de declaração opostos com claro propósito de prequestionamento, não restando caracterizado o caráter protetatório do recurso. O salário-de-contribuição abrange todas as parcelas percebidas pelo segurado a título remuneratório, inclusive o



adicional de periculosidade, visto sua natureza salarial, ainda que não tenha havido contribuição sobre tal valor.(STJ, RESP. nº 544.621/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJU 06.10.2003, pág.350)Do âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região podem ser trazidos os seguintes arestos: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUXÍLIO-CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. QUEBRA DE CAIXA. PRÊMIO ASSIDUIDADE. SAT. SEBRAE. SESCOOP. INCRA. SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERADOS POR INTERMÉDIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. LEIS 9.876/99 E 8.212/91. ART. 22, IV. CONSTITUCIONALIDADE. TAXA SELIC. VERBA HONORÁRIA. 1.....2.....3.....4. Os adicionais de insalubridade e periculosidade integram o salário, nos termos do artigo 458 da CLT, motivo pelo qual constituem base de cálculo para a cobrança da exação questionada. 5.....6.....7.....9.10.....11.....12.....13..... (AC nº 2002.71.05003989-2/RS, 2ª Turma, rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, julg. 21/10/2.003. LEI Nº 9.783/99. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. GRATIFICAÇÃO NATALINA E OUTRAS VERBAS. - Não há como se sustentar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, uma vez que a mesma já sofreu apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual reconheceu a legitimidade constitucional da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos em atividade, diferente do que ocorre para os aposentados e pensionistas, também abarcados por esta lei. A gratificação natalina, as diárias que excedem a 50% do valor da remuneração, o adicional de 1/3 de férias, os adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade, periculosidade, penosidade e de sobreaviso, bem como o adicional por tempo de serviço e a hora repouso e alimentação têm natureza salarial, incidindo, assim, a contribuição social do servidor público de que trata a Lei nº 9.783, de 1999. (AC nº 1999.71.00028933-4/RS, 2ª Turma, Rel. Des. Federal Vilson Darós, DJU 30.10.2002, pág.939) PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - REVISÃO - SENTENÇA PROLATADA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - EFICÁCIA PROBATÓRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DIFERENÇAS - INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1 - A decisão proferida em processo trabalhista plenamente contencioso produz efeitos externos. Tais efeitos só não se produzem naquelas hipóteses em que a reclamatória caracteriza mero artifício para forjar tempo de serviço fictício, em processo simulado. 2 - Tratando-se de verba remuneratória, as diferenças de adicional de insalubridade integram o salário-de-contribuição, a teor do art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. (AC nº 2000.71.10003237-4/RS, 5ª Turma, rel. Des. Federal Ramos de Oliveira, julg. 06/02/2003).Quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pode-se ofertar a seguinte decisão:TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. HORAS EXTRAS. I - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de rescisão contratual é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo por indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ. II - Ausência de prova do suposto indébito e ocorrência de prescrição. III - O pagamento extemporâneo de horas extras não desfigura sua essência salarial, pelo que deve incidir sobre ele o Imposto de Renda. IV - Apelação dos autores desprovida. (AC nº 1999.01.00072467-5/BA, 3ª Turma, Rel. Des. Federal Candido Ribeiro, julg. 26/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORAS-EXTRAS. LEGALIDADE . 1. Não há óbice legal à incidência de imposto de renda sobre as importâncias recebidas como horas-extras, dado o seu caráter remuneratório (Lei 7.713/88 - art. 6º, V). Precedentes. 2. Apelação improvida.(AC nº 1999.01.00103525-4/BA, 2ª Turma Suplementar, rel. Juiz Gilda Sigmaringa Seixas, julg. 12/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. As verbas recebidas a título de horas extraordinárias de trabalho equivalem a remuneração e representam acréscimo patrimonial. 2. Não se tratando de indenização, legítima é a incidência do imposto de renda.3. Apelação desprovida. (AC nº 2000.01.00019557-3/BA, 4ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Olavo, julg. 15/05/2001)Por seu turno o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho decidiu a matéria da seguinte forma: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL - VALIDADE DA NORMA COLETIVA - FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso XXVI do art.7º da Constituição Federal. Neste sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos do OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislativo, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso



porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art.7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art.7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida.(RR nº 644.647, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU 02.05.2003). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA NOTÓRIA, ITERATIVA E ATUAL DESTE TRIBUNAL, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, DEVE REPERCUTIR NO VALOR DAS HORAS EXTRAS, DADA A SUA NATUREZA SALARIAL E NÃO INDENIZATÓRIA. LOGO, CORRETA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 333 DO TST PELA C. TURMA, NÃO SE VISLUMBRANDO AFRONTA AO ARTIGO 896 DA CLT. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. (ERR nº 252.162, D1, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJU 26.03.1999)Especificamente no tocante ao adicional noturno, é uma verba compulsória (art. 73 da CLT), porque se deve considerar que desde 1974 o Enunciado nº 60 do Tribunal Superior do Trabalho prescreve que (grifei):"O adicional noturno, pago habitualmente, integra o salário do empregado para todos os efeitos."Ainda a respeito desse adicional, convém aduzir que pelo Enunciado nº 265 pacificou-se entendimento de que a transferência do trabalhador para horário diurno faz cessar o adicional, significando que o mesmo é devido como contraprestação do serviço prestado em horário distinto da jornada normal.Ora, se o Tribunal Superior com competência constitucional para tratar com especificidade da matéria consolidou jurisprudência no sentido da natureza salarial também do adicional noturno, não há de ser o entendimento de Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal que poderá dispor de modo diverso.Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de averbar que o adicional noturno é pago propter laborem com natureza de remuneração, destinado a remunerar o trabalho exercido no período normal que deveria ser dedicado ao repouso, e assim não deveria ser pago ao servidor inativo. Isso se deu no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 383.282/DF, ocorrido em 17/12/2.002, sob a relatoria do Ministro Maurício Correa (DJ de 30/5/2.003, p. 31).Destarte, se o adicional noturno configura salário, de contribuir sobre esse quantum não pode escapar o patrão. Prossigo, agora considerando que a matéria não pode deixar de ser tratada à luz do Plano de Custeio da Previdência Social.O art. 22 da Lei nº 8.212/91 afirma que: Art. 22A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I -vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregado ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho. (...) 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o 9º do art.28.Enquanto o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 9.528 de 10.12.97, define o que seja salário-de-contribuição, o seu 9º exemplifica aquilo que não o integra, conforme se vê:Art. 28 Entende-se por salário-de-contribuição:I -para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;(...) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei;b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei n 5.929, de 30 de outubro de 1973;c) a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei n 6.321, de 14 de abril de 1976;d) os abonos de férias não excedentes aos limites da legislação trabalhista;e) a importância recebida a título de aviso prévio indenizado, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9 da Lei n 7.238, de 29 de outubro de 1984;f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;g) a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento)

remuneração mensal;i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n 6.494, de 7 de dezembro de 1977;j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com a lei específica.Como se pode ver do dispositivo legal acima transcrito os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias não foram excluídos das verbas que integram o salário-de-contribuição, o que demonstra com certeza que possuem caráter salarial e sobre eles incide a contribuição social prevista no inciso I do art.195 da Lex Major.Tratando do alcance do art. 28 do PCPS o notável Wladimir Novaes Martinez leciona que "o domínio remuneratório é extenso. Excluídos os pagamentos referentes a ressarcimentos de despesas e os ditos indenizatórios de danos causados ao trabalhador, em razão do contrato de trabalho, todas as demais importâncias são remuneratórias, isto é, retribuem globalmente o esforço do trabalho a serviço da empresa (ou estimulam o empenho futuro)" (Comentários a Lei Básica da Previdência Social, tomo I, p. 289, 4ª edição, ed. LTR)Se a contribuição do empregado é calculada sobre o chamado salário-de-contribuição e se a lei que rege essa matéria não excluiu da composição da base de incidência da contribuição do obreiro os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias, resta claro que os considera como capítulos da remuneração e por isso mesmo não seria justo que - sendo tais verbas tomadas em caráter salarial para exigir do empregado a contribuição individual - o empregador ficasse favorecido com o expurgo desses valores do montante de incidência da contribuição patronal."Dessa forma, o impetrante NÃO está desonerado da contribuição patronal do art. 22, I, "a" da Lei 8.212/91 sobre os valores pagos a título de horas extraordinárias.DA ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVASNo que toca à expedição de CND, não há nos autos informações suficientes sobre a inexistência de débitos ou a suspensão de exigibilidade os débitos existentes a fim de garantir que a autoridade coatora se abstenha de negar expedição de CND.Da mesma forma, no que toca às verbas destinadas ao FPM e à inclusão no CADIN.Logo, não há direito líquido e certo nesse ponto.III - DISPOSITIVOAnte o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, I, da Lei n. 8.212/91, sobre o valor pago a título de adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas. Sem honorários advocatícios conforme o disposto no artigo 25, Lei 12.016/09. Custas indevidas considerando a isenção de que goza o Município. Sentença sujeita ao duplo grau.P. R. I.

Tipo : A - Com mérito/Fundamentação individualizada /não repetitiva Livro : 13 Reg.: 1306/2010
Folha(s) : 15

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 17/08/2010 ,pag 323/349



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

I - RELATÓRIOMUNICÍPIO DE ARARAQUARA impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes. Pede, ainda, que a RFB se abstenha de praticar atos tendentes a impor ao Município sanções administrativas tais como autuação fiscal, negar-se a expedir CND, bloqueio do FPM e inclusão no CADIN.Inicial acompanhada de procuração e documentos (fls. 44/135).O impetrante emendou a inicial atribuindo correto valor à causa e indicando a pessoa jurídica que a autoridade coatora integra (fls. 140/142).Foi postergada a análise do pedido de liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora (fl. 142). A autoridade coatora prestou informações arguindo impetração contra lei em tese defendendo, no mais, a legalidade de sua conduta (fls. 147/158). O Ministério Público Federal deixou de opinar sobre o mérito em face da ausência de obrigatoriedade de sua intervenção (fls. 160/161).II - FUNDAMENTAÇÃOInicialmente, afasto a preliminar de impetração contra lei em tese isto porque se trata, em verdade, de ação contra lei de efeitos concretos cuja alegada lesão a direito líquido e certo se perpetua a cada fato imponível realizado.Ultrapassada a preliminar e, presentes os pressupostos processuais de existência e validade do processo, bem como as condições da ação, passo a examinar o mérito.O impetrante vem a juízo objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.A propósito, observo que o impetrante especifica, inicialmente, duas verbas: horas extras e terço constitucional de férias e, quanto às "outras", faz remissão ao RE 345.458, do STF e à decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência do STJ que, em suma, referem-se ao adicional constitucional de férias.Então, essencialmente, a impetrante vem a juízo objetivando afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal incidente sobre horas extras e adicional constitucional de férias verbas que, a seu ver, não têm natureza remuneratória e, portanto, não podem sofrer tributação.No caso, a contribuição previdenciária, prevista no art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 incide sobre a remuneração devida, paga ou creditada ao empregado quando destinada a retribuir o trabalho:"Art. 22. A contribuição previdenciária, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa." (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).Por sua vez, a remuneração, nos termos do artigo acima, é o próprio salário-de-contribuição, definido no art. 28 da mesma Lei:"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição: I - para o empregado ou trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) "Ocorre que algumas verbas foram expressamente excluídas ou incluídas do salário-de-contribuição em face da natureza especial que o legislador lhes atribuiu. Veja o que dispõe o 9º do art. 28:"Art. 28. (...) 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição. (...) 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). a) o total da



diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973; c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97 1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS; 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; 5. recebidas a título de incentivo à demissão;6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal; i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977; j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica; l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) x) o valor da multa prevista no 8º do art. 477 da



CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) Pois bem. Do quadro acima, infere-se que verbas de natureza essencialmente indenizatória não integram a remuneração e, portanto, sobre elas não é possível incidir a contribuição patronal salarial prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 (TRF3ª. AC 120.830-8. Rel. Juiz Johonsom Di Salvo. Primeira Turma. DJF3 CJ1, Data 23/09/2009, p. 14). Logo, a questão é identificar quais verbas indicadas pelo impetrante na inicial e sobre as quais pretende a não-incidência da contribuição previdenciária efetivamente possuem natureza indenizatória, vale dizer, não retribuem o trabalho prestado do empregado ao Município impetrante. Estabelecido isso, passo à análise dos pedidos. DO TERÇO CONSTITUCIONAL No tocante ao adicional de férias constitucional, o Superior Tribunal de Justiça havia se manifestado, inicialmente, pela incidência da contribuição previdenciária, eis que integrava o conceito de remuneração (Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006). No entanto, o Supremo Tribunal Federal no julgamento proferido em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário adotou posicionamento no sentido do afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de férias (AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006): No mesmo sentido, veja-se: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008. A partir daí, houve alteração no entendimento da Primeira Seção e da Segunda Turma, ambas do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a adotar o entendimento da Corte Suprema a fim de uniformizar o julgamento acerca da questão: "STJ. Pet 7296 / PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 28/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 10/11/2009 Ementa TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. Acórdão Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, acolheu o incidente, mantendo a decisão da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido. Ausente, justificadamente, Sr. Ministro Luiz Fux." No mesmo sentido: "Processo REsp 719355 / SC RECURSO ESPECIAL 2005/0012022-7 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 26/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 17/10/2008 Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira. Ementa TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEITOS FEDERAIS NÃO-PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 1. Dispositivos de lei federal não-prequestionados. Súmula 211/STJ. 2. A esta Corte não cabe examinar matéria constitucional, sob pena de usurpação de competência expressamente atribuída pela Constituição Federal ao STF. 3. Caso concreto em que o recorrente vindica, tão-somente, a exclusão da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias. 4. Inúmeros julgados oriundos das Primeira e Segunda Turmas deste STJ assentam-se na linha de que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direito assegurado pela Constituição aos empregados e aos servidores públicos, integra o conceito de



remuneração, sujeitando-se à contribuição previdenciária. Precedentes: Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006; RMS 19.687/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.11.2006; REsp 676.294/DF, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13.11.2006. E as decisões monocráticas: Resp 971.020/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 1º/7/2008; RMS 18.870/DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23/06/2008.5. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal vem externando o posicionamento pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias sob o fundamento de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor devem sofrer a sua incidência. Precedentes: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008; AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006. E as decisões monocráticas: AI 715.335/MG, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 29/05/2007. Do STJ: Resp 786.988/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ 06/04/2006; Resp 489.279/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/04/2005; Resp 615.618/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2006.6. Nesse contexto, e com vistas no entendimento externado pelo colendo STF, o inconformismo deve ter êxito para se declarar a não-incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."Não obstante, a declaração de inexistência de relação jurídica recai TÃO-SOMENTE sobre as férias NÃO GOZADAS. De fato, este é entendimento esposado pela Des. Fed. Vesna Kolmar no voto proferido no AI 370.487 (AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 2009.03.00.014626-3/SP), julgado em 12 de janeiro de 2010:" (...) Também não há que se falar em ilegalidade da tributação dos valores pagos a título de férias e respectivo adicional, ante a sua natureza salarial. Esclareço que não se trata aqui de valores pagos a título de férias não gozadas, hipótese em que a natureza da verba seria indenizatória, sobre a qual não incide a contribuição. Nos presentes autos, a impetrante requer não ser compelida ao recolhimento da contribuição incidente sobre as férias gozadas de seus empregados, bem como do adicional de 1/3 previsto na Constituição, o que é legalmente possível. (...)."No mesmo sentido, o voto proferido no AI 401.109 (TRF3, Relator Desembargador Federal Cotrim Guimarães):" DECISÃO Vistos etc. Decisão agravada: proferida em sede de mandado de segurança impetrado por HQ DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA, deferindo parcialmente a liminar a fim de suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas pela impetrante sobre as rubricas férias indenizadas, inclusive o respectivo terço constitucional. Indeferiu a liminar pleiteada no que tange aos valores pagos nos quinze primeiros dias de afastamento dos empregados doentes e acidentados, salário-maternidade, férias gozadas e respectivo adicional de um terço. (...) É o breve relatório. Decido. A matéria posta em desate comporta julgamento monocrático nos termos do artigo 557, caput e 1º-A, do Código de Processo Civil, vez que já foi amplamente discutida perante os Tribunais Superiores, bem com abordada pela jurisprudência desta E. Corte Federal. (...) Assim, passo à análise da questão de fundo. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da contribuição previdenciária encontram-se previstos no artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, nos seguintes termos: (...) O referido dispositivo legal limita o campo de incidência das exações às parcelas que integram a remuneração dos trabalhadores, pré-excluindo, da base de cálculo, as importâncias de natureza indenizatória. (...) No que tange ao adicional de férias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acompanhada pelo STJ e por esta C. Turma, firmou-se no sentido de que a contribuição previdenciária somente incide sobre as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins e aposentadoria, não incidindo, portanto, sobre o adicional de férias, que tem natureza indenizatória. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (STF, 1ª Turma, AI-AgR 710361, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 07.04.2009, unânime) TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA -

TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (STJ, Primeira Seção, PET 7296, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10.11.2009, unânime)LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL , AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.(...)8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, 11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.(...)11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida. (TRF 3ª Região, Segunda Turma, AMS 318925, DJF3 03.12.2009, p. 230)Entretanto, as verbas pagas a título de férias gozadas integram a remuneração do empregado, posto que constituem contraprestação devida pelo empregador por imposição legal em decorrência dos serviços prestados pelo obreiro em razão do contrato de trabalho, motivo pelo qual constituem salário-de-contribuição para fins de incidência da exação prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212/91. Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VERBAS TRABALHISTAS. HORAS EXTRAS. AUXÍLIOS DOENÇA E ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA . 1. O artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, dispõe que a Seguridade Social será financiada, nos termos da lei, pelas contribuições sociais "do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". 2. Infere-se do texto constitucional que não integram a base de cálculo do tributo em questão as verbas indenizatórias, por não terem natureza de contraprestação decorrente de relação de trabalho. 3. Os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado em razão de doença ou incapacidade por acidente não têm natureza salarial, porque no período não há prestação de serviços e tampouco recebimento de salário, mas apenas verba de caráter previdenciário pago pelo empregador. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1049417/RJ). 4. O período em que o empregado trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio - notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, comunicando-lhe a intenção de rescisão do vínculo -, será remunerado de forma habitual, por meio de salário, sobre o qual deve incidir, portanto, a contribuição previdenciária . Todavia, rescindido o contrato, pelo empregador, antes de findo o prazo do aviso, o empregado fará jus, ao pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período, ex vi do 1º do art. 467 da CLT, hipótese em que o valor recebido terá natureza indenizatória. 5. Os adicionais noturno, de horas extras, de periculosidade e de insalubridade não possuem caráter indenizatório, pois são pagos ao trabalhador em virtude de situações desfavoráveis de seu trabalho, inserindo-se no conceito de renda, possuindo, portanto, natureza remuneratória. 6. As verbas pagas a título de férias e respectivo terço constitucional possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária . Precedentes. 7. O salário maternidade integra o salário-de-contribuição, ex vi do art. 28 da Lei nº 8.212/91, bem como as férias gozadas , em virtude de seu nítido caráter salarial. 8. Agravo de instrumento parcialmente provido, com parcial revogação do efeito suspensivo anteriormente concedido (TRF3 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 370487 DESEMBARGADORA FEDERAL VESNA

KOLMAR PRIMEIRA TURMA)PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. APELO DA EMPRESA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. CARÁTER REMUNERATÓRIO. APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS. 1. Esta Corte já consolidou o entendimento de que é devida a contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a seus empregados a título de férias e abono constitucional, bem como de salário-maternidade, tendo em vista o caráter remuneratório de tais verbas. (...)8. Agravos regimentais desprovidos. (STJ, Primeira Turma, AGRESP 1024826, Rel. Min. Denise Arruda, DJE 15.04.2009)Ante o exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, com base no artigo 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição incidente sobre as verbas pagas pela agravante a título de adicional de férias e valores pagos nos quinze dias que antecedem o benefício previdenciário (auxílio doença ou acidente). Publique-se, intime-se, encaminhando-se os autos ao juízo de origem oportunamente. São Paulo, 26 de março de 2010. COTRIM GUIMARÃES Desembargador Federal"Nesse quadro, passo a acompanhar o entendimento firmado pela Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em face de entendê-lo mais consentâneo com o ordenamento jurídico e também para uniformização dos julgados, essencial à segurança jurídica dos contribuintes para reconhecer o direito líquido e certo do impetrante para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária e, por conseguinte, afastar a incidência da contribuição patronal sobre o adicional constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas Por conseguinte, também tem o impetrante direito líquido e certo a abstenção da autoridade coatora quanto à prática de autuação fiscal pelo não-recolhimento da contribuição patronal sobre o adicional de férias calculado sobre o valor pago a título de férias indenizadas. Nesse quadro, o impetrante tem direito líquido e certo a ter declarada a inexistência da relação jurídica no que toca ao período entre 06/2000 e 06/2010 e subsequentes.DAS HORAS EXTRAORDINÁRIASa propósito, adoto como razão de decidir o voto proferido pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, no julgamento da AC n. 120.830-8, já citada:"No que tange aos adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e por horas extras não assiste razão à autora-apelante, uma vez que essas verbas inserem-se na ampla dicção da letra "a" do artigo 195, I, da Constituição Federal, pois inquestionavelmente são rendimentos do trabalho pagos como "majoração" do mesmo eis que retribuem o esforço de trabalho em situação que se aloja além da normalidade da prestação ajustada entre empregado e empregador.Conforme leciona com grande propriedade AMAURI MASCARO NASCIMENTO, "adicional, no sentido comum, significa algo que acrescenta. No sentido jurídico, adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta" (Curso de Direito do Trabalho, p. 766, ed. Saraiva, 18ª edição, 2.003).Realmente, o acréscimo tem significado de remuneração pelo trabalho prestado em condições anormais e esse plus que se agrega à remuneração normal não tem caráter de indenização, mas sim de efetiva contraprestação pelo serviço prestado em condições mais desvantajosas para o obreiro.Indenização é sempre devida apenas para recompor um dano. Os adicionais a que se refere a autora não ostentam a natureza de composição de prejuízos.Já o pagamento do adicional independe de um dano, pois sua etiologia prende-se ao próprio labor quando praticado de forma mais severa, assim repercutindo numa majoração do preço da prestação desse serviço.Se os bens e serviços fornecidos à sociedade pelo patrão sujeitam-se a majoração de seus preços conforme condições de mercado, o labor humano fornecido ao patrão para produzir tais bens ou serviços também se sujeita a uma majoração em benefício do trabalhador quando as tarefas exercidas na produção ou fornecimento deles são mais dificultosas para o obreiro, em face de condições objetivas de trabalho mais agressivo.Os adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade têm nítida natureza salarial, pois são contraprestação do trabalho do empregado desempenhado em condições especiais que justificam o adicional. O mesmo entendimento aplica-se ao adicional de compensação orgânica.Essas verbas indicadas como sendo indenizatórias são, ademais, tratadas em lei como adicionais compulsórios como se vê dos arts. 73, 192 193, 1º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho. Ora, partindo-se da premissa que a indenização só é devida em razão de prejuízo, a compulsoriedade desses adicionais mostra que a vontade da lei é tê-los com caráter remuneratório.A propósito especificamente do adicional de horas extras leciona SÉRGIO



PINTO MARTINS que "tem o adicional de horas extras natureza salarial e não indenizatória, pois remunera o trabalho prestado após jornada normal" (Direito do Trabalho, p. 223, 16ª edição, ed. Atlas). Tanto o adicional da hora extra tem essa natureza salarial que ganhou abrigo no inciso XVI do artigo 7º da Constituição que a ele se refere como "remuneração do serviço extraordinário", feita no percentual de 50% da remuneração da jornada normal de trabalho, no mínimo. A propósito, convém aduzir que conforme o Enunciado nº 115 do Tribunal Superior do Trabalho o valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo de gratificações semestrais. E são computadas no cálculo do repouso semanal remunerado (Enunciado nº 172). A jurisprudência orienta-se para reconhecer o caráter salarial de todos esses adicionais, como se vê dos acórdãos adiante colacionados com destaque nas partes diretamente interessantes: RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02960094900 ANO - 1996 TURMA: 9ª RELATOR : JUIZ ILDEU LARA DE ALBUQUERQUE DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/07/1997 EMENTA: Adicionais - integração nas verbas rescisórias Os adicionais de produtividade, periculosidade, de caixa e noturno, quando recebidos, no mínimo em 50% da vigência do pacto laboral, devem ser considerados habituais e, portanto, integram o salário para o pagamento das verbas rescisórias. RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02990223929 ANO - 1999 TURMA: 3ª RELATOR : JUIZ DECIO SEBASTIÃO DAIDONE DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2000 EMENTA: Incidência do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade sob qualquer título, deve ser calculado sobre o valor do salário composto com adicionais de verbas nitidamente de natureza salarial, como ocorre com os de tempo de serviço, horas extras e noturnas, pois a exclusão do parágrafo 1º do art. 193 da CLT, refere-se apenas às "gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa", que se caracterizam pela álea. A propósito do adicional de insalubridade o Tribunal Superior do Trabalho tem-no como parte do salário, como se vê do seguinte paradigma: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. O trabalho realizado em horário extraordinário não deixa de ser insalubre tão-somente porque já é remunerado extraordinariamente. Ademais, calculando-se o valor das horas extras com base no salário do empregado, já acrescidos de adicionais salariais percebidos habitualmente, constata-se que o adicional de insalubridade repercute no cálculo das horas extras, visto possuir natureza salarial, uma vez que o adicional em epígrafe não indeniza danos à saúde do empregado, mas apenas remunera a prestação do trabalho em condições insalubres. Embargos conhecidos e desprovidos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-121.360/94.9, em que são Embargantes CALÇADOS DILLY LTDA. E OUTRA e Embargadas VILMA SOARES OLIVEIRA E OUTRAS. Adicional de insalubridade - Integração nas verbas salariais. Esta Corte tem entendido que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Embargos rejeitados. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-63767/92.6, em que é Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e Embargado PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA. A natureza salarial desse "plus" também se revela pelo pensamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser ele indevido ao servidor público policial colocado em inatividade, porque só deve remunerar a maior quando existe o risco inerente à função. Nesse sentido é a jurisprudência de ambas as Turmas daquela Corte, como consta do paradigma inaugural: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL POR INSALUBRIDADE. LC Nº 432/85. Vantagem funcional que contempla apenas servidores militares enquanto no exercício de atividade insalubre, devidamente comprovada por meio de laudo pericial, não beneficiando os que se aposentaram antes de sua instituição nem, tampouco, os que não serviram nas condições apontadas. Inaplicabilidade, no caso, da norma do art. 40, 4º, da Constituição, que manda estender aos inativos "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade", hipótese não configurada no caso. Recurso conhecido e provido. (RE nº 209.218/SP, 1ª Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/2/98, p. 14) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça tem-se o seguinte acórdão: PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETATÓRIO. MULTA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCLUSÃO. Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão. Afasta-se a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, na hipótese de embargos de declaração opostos com claro propósito de prequestionamento, não restando caracterizado o caráter protetatório do recurso. O salário-de-contribuição abrange todas as parcelas percebidas pelo segurado a título remuneratório, inclusive o



adicional de periculosidade, visto sua natureza salarial, ainda que não tenha havido contribuição sobre tal valor.(STJ, RESP. nº 544.621/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJU 06.10.2003, pág.350)Do âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região podem ser trazidos os seguintes arestos: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUXÍLIO-CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. QUEBRA DE CAIXA. PRÊMIO ASSIDUIDADE. SAT. SEBRAE. SESCOOP. INCRA. SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERADOS POR INTERMÉDIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. LEIS 9.876/99 E 8.212/91. ART. 22, IV. CONSTITUCIONALIDADE. TAXA SELIC. VERBA HONORÁRIA. 1.....2.....3.....4. Os adicionais de insalubridade e periculosidade integram o salário, nos termos do artigo 458 da CLT, motivo pelo qual constituem base de cálculo para a cobrança da exação questionada. 5.....6.....7.....9.10.....11.....12.....13..... (AC nº 2002.71.05003989-2/RS, 2ª Turma, rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, julg. 21/10/2.003. LEI Nº 9.783/99. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. GRATIFICAÇÃO NATALINA E OUTRAS VERBAS. - Não há como se sustentar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, uma vez que a mesma já sofreu apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual reconheceu a legitimidade constitucional da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos em atividade, diferente do que ocorre para os aposentados e pensionistas, também abarcados por esta lei. A gratificação natalina, as diárias que excedem a 50% do valor da remuneração, o adicional de 1/3 de férias, os adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade, periculosidade, penosidade e de sobreaviso, bem como o adicional por tempo de serviço e a hora repouso e alimentação têm natureza salarial, incidindo, assim, a contribuição social do servidor público de que trata a Lei nº 9.783, de 1999. (AC nº 1999.71.00028933-4/RS, 2ª Turma, Rel. Des. Federal Vilson Darós, DJU 30.10.2002, pág.939) PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - REVISÃO - SENTENÇA PROLATADA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - EFICÁCIA PROBATÓRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DIFERENÇAS - INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1 - A decisão proferida em processo trabalhista plenamente contencioso produz efeitos externos. Tais efeitos só não se produzem naquelas hipóteses em que a reclamatória caracteriza mero artifício para forjar tempo de serviço fictício, em processo simulado. 2 - Tratando-se de verba remuneratória, as diferenças de adicional de insalubridade integram o salário-de-contribuição, a teor do art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. (AC nº 2000.71.10003237-4/RS, 5ª Turma, rel. Des. Federal Ramos de Oliveira, julg. 06/02/2003).Quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pode-se ofertar a seguinte decisão:TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. HORAS EXTRAS. I - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de rescisão contratual é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo por indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ. II - Ausência de prova do suposto indébito e ocorrência de prescrição. III - O pagamento extemporâneo de horas extras não desfigura sua essência salarial, pelo que deve incidir sobre ele o Imposto de Renda. IV - Apelação dos autores desprovida. (AC nº 1999.01.00072467-5/BA, 3ª Turma, Rel. Des. Federal Candido Ribeiro, julg. 26/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORAS-EXTRAS. LEGALIDADE . 1. Não há óbice legal à incidência de imposto de renda sobre as importâncias recebidas como horas-extras, dado o seu caráter remuneratório (Lei 7.713/88 - art. 6º, V). Precedentes. 2. Apelação improvida.(AC nº 1999.01.00103525-4/BA, 2ª Turma Suplementar, rel. Juiz Gilda Sigmaringa Seixas, julg. 12/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. As verbas recebidas a título de horas extraordinárias de trabalho equivalem a remuneração e representam acréscimo patrimonial. 2. Não se tratando de indenização, legítima é a incidência do imposto de renda.3. Apelação desprovida. (AC nº 2000.01.00019557-3/BA, 4ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Olavo, julg. 15/05/2001)Por seu turno o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho decidiu a matéria da seguinte forma: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL - VALIDADE DA NORMA COLETIVA - FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso XXVI do art.7º da Constituição Federal. Neste sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos do OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislativo, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso

Assinado por 2 pessoas: RIBEIRO, TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art.7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art.7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida.(RR nº 644.647, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU 02.05.2003). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA NOTÓRIA, ITERATIVA E ATUAL DESTE TRIBUNAL, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, DEVE REPERCUTIR NO VALOR DAS HORAS EXTRAS, DADA A SUA NATUREZA SALARIAL E NÃO INDENIZATÓRIA. LOGO, CORRETA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 333 DO TST PELA C. TURMA, NÃO SE VISLUMBRANDO AFRONTA AO ARTIGO 896 DA CLT. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. (ERR nº 252.162, D1, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJU 26.03.1999)Especificamente no tocante ao adicional noturno, é uma verba compulsória (art. 73 da CLT), porque se deve considerar que desde 1974 o Enunciado nº 60 do Tribunal Superior do Trabalho prescreve que (grifei):"O adicional noturno, pago habitualmente, integra o salário do empregado para todos os efeitos."Ainda a respeito desse adicional, convém aduzir que pelo Enunciado nº 265 pacificou-se entendimento de que a transferência do trabalhador para horário diurno faz cessar o adicional, significando que o mesmo é devido como contraprestação do serviço prestado em horário distinto da jornada normal.Ora, se o Tribunal Superior com competência constitucional para tratar com especificidade da matéria consolidou jurisprudência no sentido da natureza salarial também do adicional noturno, não há de ser o entendimento de Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal que poderá dispor de modo diverso.Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de averbar que o adicional noturno é pago propter laborem com natureza de remuneração, destinado a remunerar o trabalho exercido no período normal que deveria ser dedicado ao repouso, e assim não deveria ser pago ao servidor inativo. Isso se deu no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 383.282/DF, ocorrido em 17/12/2.002, sob a relatoria do Ministro Maurício Correa (DJ de 30/5/2.003, p. 31).Destarte, se o adicional noturno configura salário, de contribuir sobre esse quantum não pode escapar o patrão. Prossigo, agora considerando que a matéria não pode deixar de ser tratada à luz do Plano de Custeio da Previdência Social.O art. 22 da Lei nº 8.212/91 afirma que: Art. 22A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I -vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregado ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho. (...) 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o 9º do art.28.Enquanto o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 9.528 de 10.12.97, define o que seja salário-de-contribuição, o seu 9º exemplifica aquilo que não o integra, conforme se vê:Art. 28 Entende-se por salário-de-contribuição:I -para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;(...) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei;b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei n 5.929, de 30 de outubro de 1973;c) a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei n 6.321, de 14 de abril de 1976;d) os abonos de férias não excedentes aos limites da legislação trabalhista;e) a importância recebida a título de aviso prévio indenizado, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9 da Lei n 7.238, de 29 de outubro de 1984;f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;g) a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento)

remuneração mensal;i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n 6.494, de 7 de dezembro de 1977;j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com a lei específica.Como se pode ver do dispositivo legal acima transcrito os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias não foram excluídos das verbas que integram o salário-de-contribuição, o que demonstra com certeza que possuem caráter salarial e sobre eles incide a contribuição social prevista no inciso I do art.195 da Lex Major.Tratando do alcance do art. 28 do PCPS o notável Wladimir Novaes Martinez leciona que "o domínio remuneratório é extenso. Excluídos os pagamentos referentes a ressarcimentos de despesas e os ditos indenizatórios de danos causados ao trabalhador, em razão do contrato de trabalho, todas as demais importâncias são remuneratórias, isto é, retribuem globalmente o esforço do trabalho a serviço da empresa (ou estimulam o empenho futuro)" (Comentários a Lei Básica da Previdência Social, tomo I, p. 289, 4ª edição, ed. LTR)Se a contribuição do empregado é calculada sobre o chamado salário-de-contribuição e se a lei que rege essa matéria não excluiu da composição da base de incidência da contribuição do obreiro os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias, resta claro que os considera como capítulos da remuneração e por isso mesmo não seria justo que - sendo tais verbas tomadas em caráter salarial para exigir do empregado a contribuição individual - o empregador ficasse favorecido com o expurgo desses valores do montante de incidência da contribuição patronal."Dessa forma, o impetrante NÃO está desonerado da contribuição patronal do art. 22, I, "a" da Lei 8.212/91 sobre os valores pagos a título de horas extraordinárias.DA ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVASNo que toca à expedição de CND, não há nos autos informações suficientes sobre a inexistência de débitos ou a suspensão de exigibilidade os débitos existentes a fim de garantir que a autoridade coatora se abstenha de negar expedição de CND.Da mesma forma, no que toca às verbas destinadas ao FPM e à inclusão no CADIN.Logo, não há direito líquido e certo nesse ponto.III - DISPOSITIVOAnte o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, I, da Lei n. 8.212/91, sobre o valor pago a título de adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas. Sem honorários advocatícios conforme o disposto no artigo 25, Lei 12.016/09. Custas indevidas considerando a isenção de que goza o Município. Sentença sujeita ao duplo grau.P. R. I.

Tipo : A - Com mérito/Fundamentação individualizada /não repetitiva Livro : 13 Reg.: 1306/2010
Folha(s) : 15

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 17/08/2010 ,pag 323/349



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

I - RELATÓRIOMUNICÍPIO DE ARARAQUARA impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes. Pede, ainda, que a RFB se abstenha de praticar atos tendentes a impor ao Município sanções administrativas tais como autuação fiscal, negar-se a expedir CND, bloqueio do FPM e inclusão no CADIN.Inicial acompanhada de procuração e documentos (fls. 44/135).O impetrante emendou a inicial atribuindo correto valor à causa e indicando a pessoa jurídica que a autoridade coatora integra (fls. 140/142).Foi postergada a análise do pedido de liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora (fl. 142). A autoridade coatora prestou informações arguindo impetração contra lei em tese defendendo, no mais, a legalidade de sua conduta (fls. 147/158). O Ministério Público Federal deixou de opinar sobre o mérito em face da ausência de obrigatoriedade de sua intervenção (fls. 160/161).II - FUNDAMENTAÇÃOInicialmente, afasto a preliminar de impetração contra lei em tese isto porque se trata, em verdade, de ação contra lei de efeitos concretos cuja alegada lesão a direito líquido e certo se perpetua a cada fato imponível realizado.Ultrapassada a preliminar e, presentes os pressupostos processuais de existência e validade do processo, bem como as condições da ação, passo a examinar o mérito.O impetrante vem a juízo objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, 11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.A propósito, observo que o impetrante especifica, inicialmente, duas verbas: horas extras e terço constitucional de férias e, quanto às "outras", faz remissão ao RE 345.458, do STF e à decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência do STJ que, em suma, referem-se ao adicional constitucional de férias.Então, essencialmente, a impetrante vem a juízo objetivando afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal incidente sobre horas extras e adicional constitucional de férias verbas que, a seu ver, não têm natureza remuneratória e, portanto, não podem sofrer tributação.No caso, a contribuição previdenciária, prevista no art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 incide sobre a remuneração devida, paga ou creditada ao empregado quando destinada a retribuir o trabalho:"Art. 22. A contribuição previdenciária, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa." (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).Por sua vez, a remuneração, nos termos do artigo acima, é o próprio salário-de-contribuição, definido no art. 28 da mesma Lei:"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição: I - para o empregado ou trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) "Ocorre que algumas verbas foram expressamente excluídas ou incluídas do salário-de-contribuição em face da natureza especial que o legislador lhes atribuiu. Veja o que dispõe o 9º do art. 28:"Art. 28. (...) 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição. (...) 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). a) o total da



diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973; c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97 1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS; 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; 5. recebidas a título de incentivo à demissão;6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal; i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977; j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica; l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) x) o valor da multa prevista no 8º do art. 477 da



CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) Pois bem. Do quadro acima, infere-se que verbas de natureza essencialmente indenizatória não integram a remuneração e, portanto, sobre elas não é possível incidir a contribuição patronal salarial prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 (TRF3ª. AC 120.830-8. Rel. Juiz Johonsom Di Salvo. Primeira Turma. DJF3 CJ1, Data 23/09/2009, p. 14). Logo, a questão é identificar quais verbas indicadas pelo impetrante na inicial e sobre as quais pretende a não-incidência da contribuição previdenciária efetivamente possuem natureza indenizatória, vale dizer, não retribuem o trabalho prestado do empregado ao Município impetrante. Estabelecido isso, passo à análise dos pedidos. DO TERÇO CONSTITUCIONAL No tocante ao adicional de férias constitucional, o Superior Tribunal de Justiça havia se manifestado, inicialmente, pela incidência da contribuição previdenciária, eis que integrava o conceito de remuneração (Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006). No entanto, o Supremo Tribunal Federal no julgamento proferido em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário adotou posicionamento no sentido do afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de férias (AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006): No mesmo sentido, veja-se: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008. A partir daí, houve alteração no entendimento da Primeira Seção e da Segunda Turma, ambas do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a adotar o entendimento da Corte Suprema a fim de uniformizar o julgamento acerca da questão: "STJ. Pet 7296 / PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 28/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 10/11/2009 Ementa TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. Acórdão Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, acolheu o incidente, mantendo a decisão da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido. Ausente, justificadamente, Sr. Ministro Luiz Fux." No mesmo sentido: "Processo REsp 719355 / SC RECURSO ESPECIAL 2005/0012022-7 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 26/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 17/10/2008 Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira. Ementa TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEITOS FEDERAIS NÃO-PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 1. Dispositivos de lei federal não-prequestionados. Súmula 211/STJ. 2. A esta Corte não cabe examinar matéria constitucional, sob pena de usurpação de competência expressamente atribuída pela Constituição Federal ao STF. 3. Caso concreto em que o recorrente vindica, tão-somente, a exclusão da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias. 4. Inúmeros julgados oriundos das Primeira e Segunda Turmas deste STJ assentam-se na linha de que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direito assegurado pela Constituição aos empregados e aos servidores públicos, integra o conceito de



remuneração, sujeitando-se à contribuição previdenciária. Precedentes: Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006; RMS 19.687/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.11.2006; REsp 676.294/DF, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13.11.2006. E as decisões monocráticas: Resp 971.020/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 1º/7/2008; RMS 18.870/DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23/06/2008.5. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal vem externando o posicionamento pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias sob o fundamento de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor devem sofrer a sua incidência. Precedentes: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008; AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006. E as decisões monocráticas: AI 715.335/MG, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 29/05/2007. Do STJ: Resp 786.988/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ 06/04/2006; Resp 489.279/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/04/2005; Resp 615.618/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2006.6. Nesse contexto, e com vistas no entendimento externado pelo colendo STF, o inconformismo deve ter êxito para se declarar a não-incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."Não obstante, a declaração de inexistência de relação jurídica recai TÃO-SOMENTE sobre as férias NÃO GOZADAS.De fato, este é entendimento esposado pela Des. Fed. Vesna Kolmar no voto proferido no AI 370.487 (AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 2009.03.00.014626-3/SP), julgado em 12 de janeiro de 2010:" (...) Também não há que se falar em ilegalidade da tributação dos valores pagos a título de férias e respectivo adicional, ante a sua natureza salarial. Esclareço que não se trata aqui de valores pagos a título de férias não gozadas, hipótese em que a natureza da verba seria indenizatória, sobre a qual não incide a contribuição. Nos presentes autos, a impetrante requer não ser compelida ao recolhimento da contribuição incidente sobre as férias gozadas de seus empregados, bem como do adicional de 1/3 previsto na Constituição, o que é legalmente possível. (...)."No mesmo sentido, o voto proferido no AI 401.109 (TRF3, Relator Desembargador Federal Cotrim Guimarães):" DECISÃO Vistos etc. Decisão agravada: proferida em sede de mandado de segurança impetrado por HQ DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA, deferindo parcialmente a liminar a fim de suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas pela impetrante sobre as rubricas férias indenizadas, inclusive o respectivo terço constitucional. Indeferiu a liminar pleiteada no que tange aos valores pagos nos quinze primeiros dias de afastamento dos empregados doentes e acidentados, salário-maternidade, férias gozadas e respectivo adicional de um terço. (...) É o breve relatório. Decido. A matéria posta em desate comporta julgamento monocrático nos termos do artigo 557, caput e 1º-A, do Código de Processo Civil, vez que já foi amplamente discutida perante os Tribunais Superiores, bem com abordada pela jurisprudência desta E. Corte Federal. (...) Assim, passo à análise da questão de fundo. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da contribuição previdenciária encontram-se previstos no artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, nos seguintes termos: (...) O referido dispositivo legal limita o campo de incidência das exações às parcelas que integram a remuneração dos trabalhadores, pré-excluindo, da base de cálculo, as importâncias de natureza indenizatória. (...) No que tange ao adicional de férias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acompanhada pelo STJ e por esta C. Turma, firmou-se no sentido de que a contribuição previdenciária somente incide sobre as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins e aposentadoria, não incidindo, portanto, sobre o adicional de férias, que tem natureza indenizatória. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado.Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (STF, 1ª Turma, AI-AgR 710361, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 07.04.2009, unânime)TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA -

TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (STJ, Primeira Seção, PET 7296, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10.11.2009, unânime)LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL , AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.(...)8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, 11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.(...)11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida. (TRF 3ª Região, Segunda Turma, AMS 318925, DJF3 03.12.2009, p. 230)Entretanto, as verbas pagas a título de férias gozadas integram a remuneração do empregado, posto que constituem contraprestação devida pelo empregador por imposição legal em decorrência dos serviços prestados pelo obreiro em razão do contrato de trabalho, motivo pelo qual constituem salário-de-contribuição para fins de incidência da exação prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212/91. Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VERBAS TRABALHISTAS. HORAS EXTRAS. AUXÍLIOS DOENÇA E ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA . 1. O artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, dispõe que a Seguridade Social será financiada, nos termos da lei, pelas contribuições sociais "do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". 2. Infere-se do texto constitucional que não integram a base de cálculo do tributo em questão as verbas indenizatórias, por não terem natureza de contraprestação decorrente de relação de trabalho. 3. Os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado em razão de doença ou incapacidade por acidente não têm natureza salarial, porque no período não há prestação de serviços e tampouco recebimento de salário, mas apenas verba de caráter previdenciário pago pelo empregador. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1049417/RJ). 4. O período em que o empregado trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio - notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, comunicando-lhe a intenção de rescisão do vínculo -, será remunerado de forma habitual, por meio de salário, sobre o qual deve incidir, portanto, a contribuição previdenciária . Todavia, rescindido o contrato, pelo empregador, antes de findo o prazo do aviso, o empregado fará jus, ao pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período, ex vi do 1º do art. 467 da CLT, hipótese em que o valor recebido terá natureza indenizatória. 5. Os adicionais noturno, de horas extras, de periculosidade e de insalubridade não possuem caráter indenizatório, pois são pagos ao trabalhador em virtude de situações desfavoráveis de seu trabalho, inserindo-se no conceito de renda, possuindo, portanto, natureza remuneratória. 6. As verbas pagas a título de férias e respectivo terço constitucional possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária . Precedentes. 7. O salário maternidade integra o salário-de-contribuição, ex vi do art. 28 da Lei nº 8.212/91, bem como as férias gozadas , em virtude de seu nítido caráter salarial. 8. Agravo de instrumento parcialmente provido, com parcial revogação do efeito suspensivo anteriormente concedido. (TRF3 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 370487 DESEMBARGADORA FEDERAL VESNA



KOLMAR PRIMEIRA TURMA)PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. APELO DA EMPRESA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. CARÁTER REMUNERATÓRIO. APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS. 1. Esta Corte já consolidou o entendimento de que é devida a contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a seus empregados a título de férias e abono constitucional, bem como de salário-maternidade, tendo em vista o caráter remuneratório de tais verbas. (...)8. Agravos regimentais desprovidos. (STJ, Primeira Turma, AGRESP 1024826, Rel. Min. Denise Arruda, DJE 15.04.2009)Ante o exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, com base no artigo 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição incidente sobre as verbas pagas pela agravante a título de adicional de férias e valores pagos nos quinze dias que antecedem o benefício previdenciário (auxílio doença ou acidente). Publique-se, intime-se, encaminhando-se os autos ao juízo de origem oportunamente. São Paulo, 26 de março de 2010. COTRIM GUIMARÃES Desembargador Federal"Nesse quadro, passo a acompanhar o entendimento firmado pela Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em face de entendê-lo mais consentâneo com o ordenamento jurídico e também para uniformização dos julgados, essencial à segurança jurídica dos contribuintes para reconhecer o direito líquido e certo do impetrante para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária e, por conseguinte, afastar a incidência da contribuição patronal sobre o adicional constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas Por conseguinte, também tem o impetrante direito líquido e certo a abstenção da autoridade coatora quanto à prática de autuação fiscal pelo não-recolhimento da contribuição patronal sobre o adicional de férias calculado sobre o valor pago a título de férias indenizadas. Nesse quadro, o impetrante tem direito líquido e certo a ter declarada a inexistência da relação jurídica no que toca ao período entre 06/2000 e 06/2010 e subsequentes.DAS HORAS EXTRAORDINÁRIASa propósito, adoto como razão de decidir o voto proferido pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, no julgamento da AC n. 120.830-8, já citada:"No que tange aos adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e por horas extras não assiste razão à autora-apelante, uma vez que essas verbas inserem-se na ampla dicção da letra "a" do artigo 195, I, da Constituição Federal, pois inquestionavelmente são rendimentos do trabalho pagos como "majoração" do mesmo eis que retribuem o esforço de trabalho em situação que se aloja além da normalidade da prestação ajustada entre empregado e empregador.Conforme leciona com grande propriedade AMAURI MASCARO NASCIMENTO, "adicional, no sentido comum, significa algo que acrescenta. No sentido jurídico, adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta" (Curso de Direito do Trabalho, p. 766, ed. Saraiva, 18ª edição, 2.003).Realmente, o acréscimo tem significado de remuneração pelo trabalho prestado em condições anormais e esse plus que se agrega à remuneração normal não tem caráter de indenização, mas sim de efetiva contraprestação pelo serviço prestado em condições mais desvantajosas para o obreiro.Indenização é sempre devida apenas para recompor um dano. Os adicionais a que se refere a autora não ostentam a natureza de composição de prejuízos.Já o pagamento do adicional independe de um dano, pois sua etiologia prende-se ao próprio labor quando praticado de forma mais severa, assim repercutindo numa majoração do preço da prestação desse serviço.Se os bens e serviços fornecidos à sociedade pelo patrão sujeitam-se a majoração de seus preços conforme condições de mercado, o labor humano fornecido ao patrão para produzir tais bens ou serviços também se sujeita a uma majoração em benefício do trabalhador quando as tarefas exercidas na produção ou fornecimento deles são mais dificultosas para o obreiro, em face de condições objetivas de trabalho mais agressivo.Os adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade têm nítida natureza salarial, pois são contraprestação do trabalho do empregado desempenhado em condições especiais que justificam o adicional. O mesmo entendimento aplica-se ao adicional de compensação orgânica.Essas verbas indicadas como sendo indenizatórias são, ademais, tratadas em lei como adicionais compulsórios como se vê dos arts. 73, 192, 193, 1º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho. Ora, partindo-se da premissa que a indenização só é devida em razão de prejuízo, a compulsoriedade desses adicionais mostra que a vontade da lei é tê-los com caráter remuneratório.A propósito especificamente do adicional de horas extras leciona SÉRGIO



PINTO MARTINS que "tem o adicional de horas extras natureza salarial e não indenizatória, pois remunera o trabalho prestado após jornada normal" (Direito do Trabalho, p. 223, 16ª edição, ed. Atlas). Tanto o adicional da hora extra tem essa natureza salarial que ganhou abrigo no inciso XVI do artigo 7º da Constituição que a ele se refere como "remuneração do serviço extraordinário", feita no percentual de 50% da remuneração da jornada normal de trabalho, no mínimo. A propósito, convém aduzir que conforme o Enunciado nº 115 do Tribunal Superior do Trabalho o valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo de gratificações semestrais. E são computadas no cálculo do repouso semanal remunerado (Enunciado nº 172). A jurisprudência orienta-se para reconhecer o caráter salarial de todos esses adicionais, como se vê dos acórdãos adiante colacionados com destaque nas partes diretamente interessantes: RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02960094900 ANO - 1996 TURMA: 9ª RELATOR : JUIZ ILDEU LARA DE ALBUQUERQUE DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/07/1997 EMENTA: Adicionais - integração nas verbas rescisórias Os adicionais de produtividade, periculosidade, de caixa e noturno, quando recebidos, no mínimo em 50% da vigência do pacto laboral, devem ser considerados habituais e, portanto, integram o salário para o pagamento das verbas rescisórias. RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02990223929 ANO - 1999 TURMA: 3ª RELATOR : JUIZ DECIO SEBASTIÃO DAIDONE DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2000 EMENTA: Incidência do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade sob qualquer título, deve ser calculado sobre o valor do salário composto com adicionais de verbas nitidamente de natureza salarial, como ocorre com os de tempo de serviço, horas extras e noturnas, pois a exclusão do parágrafo 1º do art. 193 da CLT, refere-se apenas às "gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa", que se caracterizam pela álea. A propósito do adicional de insalubridade o Tribunal Superior do Trabalho tem-no como parte do salário, como se vê do seguinte paradigma: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. O trabalho realizado em horário extraordinário não deixa de ser insalubre tão-somente porque já é remunerado extraordinariamente. Ademais, calculando-se o valor das horas extras com base no salário do empregado, já acrescidos de adicionais salariais percebidos habitualmente, constata-se que o adicional de insalubridade repercute no cálculo das horas extras, visto possuir natureza salarial, uma vez que o adicional em epígrafe não indeniza danos à saúde do empregado, mas apenas remunera a prestação do trabalho em condições insalubres. Embargos conhecidos e desprovidos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-121.360/94.9, em que são Embargantes CALÇADOS DILLY LTDA. E OUTRA e Embargadas VILMA SOARES OLIVEIRA E OUTRAS. Adicional de insalubridade - Integração nas verbas salariais. Esta Corte tem entendido que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Embargos rejeitados. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-63767/92.6, em que é Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e Embargado PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA. A natureza salarial desse "plus" também se revela pelo pensamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser ele indevido ao servidor público policial colocado em inatividade, porque só deve remunerar a maior quando existe o risco inerente à função. Nesse sentido é a jurisprudência de ambas as Turmas daquela Corte, como consta do paradigma inaugural: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL POR INSALUBRIDADE. LC Nº 432/85. Vantagem funcional que contempla apenas servidores militares enquanto no exercício de atividade insalubre, devidamente comprovada por meio de laudo pericial, não beneficiando os que se aposentaram antes de sua instituição nem, tampouco, os que não serviram nas condições apontadas. Inaplicabilidade, no caso, da norma do art. 40, 4º, da Constituição, que manda estender aos inativos "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade", hipótese não configurada no caso. Recurso conhecido e provido. (RE nº 209.218/SP, 1ª Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/2/98, p. 14) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça tem-se o seguinte acórdão: PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETATÓRIO. MULTA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCLUSÃO. Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão. Afasta-se a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, na hipótese de embargos de declaração opostos com claro propósito de prequestionamento, não restando caracterizado o caráter protetatório do recurso. O salário-de-contribuição abrange todas as parcelas percebidas pelo segurado a título remuneratório, inclusive o



adicional de periculosidade, visto sua natureza salarial, ainda que não tenha havido contribuição sobre tal valor.(STJ, RESP. nº 544.621/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJU 06.10.2003, pág.350)Do âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região podem ser trazidos os seguintes arestos: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUXÍLIO-CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. QUEBRA DE CAIXA. PRÊMIO ASSIDUIDADE. SAT. SEBRAE. SESCOOP. INCRA. SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERADOS POR INTERMÉDIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. LEIS 9.876/99 E 8.212/91. ART. 22, IV. CONSTITUCIONALIDADE. TAXA SELIC. VERBA HONORÁRIA. 1.....2.....3.....4. Os adicionais de insalubridade e periculosidade integram o salário, nos termos do artigo 458 da CLT, motivo pelo qual constituem base de cálculo para a cobrança da exação questionada. 5.....6.....7.....9.10.....11.....12.....13..... (AC nº 2002.71.05003989-2/RS, 2ª Turma, rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, julg. 21/10/2.003. LEI Nº 9.783/99. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. GRATIFICAÇÃO NATALINA E OUTRAS VERBAS. - Não há como se sustentar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, uma vez que a mesma já sofreu apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual reconheceu a legitimidade constitucional da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos em atividade, diferente do que ocorre para os aposentados e pensionistas, também abarcados por esta lei. A gratificação natalina, as diárias que excedem a 50% do valor da remuneração, o adicional de 1/3 de férias, os adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade, periculosidade, penosidade e de sobreaviso, bem como o adicional por tempo de serviço e a hora repouso e alimentação têm natureza salarial, incidindo, assim, a contribuição social do servidor público de que trata a Lei nº 9.783, de 1999. (AC nº 1999.71.00028933-4/RS, 2ª Turma, Rel. Des. Federal Vilson Darós, DJU 30.10.2002, pág.939) PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - REVISÃO - SENTENÇA PROLATADA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - EFICÁCIA PROBATÓRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DIFERENÇAS - INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1 - A decisão proferida em processo trabalhista plenamente contencioso produz efeitos externos. Tais efeitos só não se produzem naquelas hipóteses em que a reclamatória caracteriza mero artifício para forjar tempo de serviço fictício, em processo simulado. 2 - Tratando-se de verba remuneratória, as diferenças de adicional de insalubridade integram o salário-de-contribuição, a teor do art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. (AC nº 2000.71.10003237-4/RS, 5ª Turma, rel. Des. Federal Ramos de Oliveira, julg. 06/02/2003).Quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pode-se ofertar a seguinte decisão:TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. HORAS EXTRAS. I - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de rescisão contratual é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo por indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ. II - Ausência de prova do suposto indébito e ocorrência de prescrição. III - O pagamento extemporâneo de horas extras não desfigura sua essência salarial, pelo que deve incidir sobre ele o Imposto de Renda. IV - Apelação dos autores desprovida. (AC nº 1999.01.00072467-5/BA, 3ª Turma, Rel. Des. Federal Candido Ribeiro, julg. 26/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORAS-EXTRAS. LEGALIDADE . 1. Não há óbice legal à incidência de imposto de renda sobre as importâncias recebidas como horas-extras, dado o seu caráter remuneratório (Lei 7.713/88 - art. 6º, V). Precedentes. 2. Apelação improvida.(AC nº 1999.01.00103525-4/BA, 2ª Turma Suplementar, rel. Juiz Gilda Sigmaringa Seixas, julg. 12/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. As verbas recebidas a título de horas extraordinárias de trabalho equivalem a remuneração e representam acréscimo patrimonial. 2. Não se tratando de indenização, legítima é a incidência do imposto de renda.3. Apelação desprovida. (AC nº 2000.01.00019557-3/BA, 4ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Olavo, julg. 15/05/2001)Por seu turno o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho decidiu a matéria da seguinte forma: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL - VALIDADE DA NORMA COLETIVA - FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso XXVI do art.7º da Constituição Federal. Neste sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos do OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislativo, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso



porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art.7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art.7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida.(RR nº 644.647, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU 02.05.2003). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA NOTÓRIA, ITERATIVA E ATUAL DESTE TRIBUNAL, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, DEVE REPERCUTIR NO VALOR DAS HORAS EXTRAS, DADA A SUA NATUREZA SALARIAL E NÃO INDENIZATÓRIA. LOGO, CORRETA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 333 DO TST PELA C. TURMA, NÃO SE VISLUMBRANDO AFRONTA AO ARTIGO 896 DA CLT. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. (ERR nº 252.162, D1, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJU 26.03.1999)Especificamente no tocante ao adicional noturno, é uma verba compulsória (art. 73 da CLT), porque se deve considerar que desde 1974 o Enunciado nº 60 do Tribunal Superior do Trabalho prescreve que (grifei):"O adicional noturno, pago habitualmente, integra o salário do empregado para todos os efeitos."Ainda a respeito desse adicional, convém aduzir que pelo Enunciado nº 265 pacificou-se entendimento de que a transferência do trabalhador para horário diurno faz cessar o adicional, significando que o mesmo é devido como contraprestação do serviço prestado em horário distinto da jornada normal.Ora, se o Tribunal Superior com competência constitucional para tratar com especificidade da matéria consolidou jurisprudência no sentido da natureza salarial também do adicional noturno, não há de ser o entendimento de Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal que poderá dispor de modo diverso.Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de averbar que o adicional noturno é pago propter laborem com natureza de remuneração, destinado a remunerar o trabalho exercido no período normal que deveria ser dedicado ao repouso, e assim não deveria ser pago ao servidor inativo. Isso se deu no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 383.282/DF, ocorrido em 17/12/2.002, sob a relatoria do Ministro Maurício Correa (DJ de 30/5/2.003, p. 31).Destarte, se o adicional noturno configura salário, de contribuir sobre esse quantum não pode escapar o patrão. Prossigo, agora considerando que a matéria não pode deixar de ser tratada à luz do Plano de Custeio da Previdência Social.O art. 22 da Lei nº 8.212/91 afirma que: Art. 22A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I -vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregado ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho. (...) 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o 9º do art.28.Enquanto o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 9.528 de 10.12.97, define o que seja salário-de-contribuição, o seu 9º exemplifica aquilo que não o integra, conforme se vê:Art. 28 Entende-se por salário-de-contribuição:I -para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;(...) 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei;b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei n 5.929, de 30 de outubro de 1973;c) a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei n 6.321, de 14 de abril de 1976;d) os abonos de férias não excedentes aos limites da legislação trabalhista;e) a importância recebida a título de aviso prévio indenizado, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9 da Lei n 7.238, de 29 de outubro de 1984;f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;g) a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento)

remuneração mensal;i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n 6.494, de 7 de dezembro de 1977;j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com a lei específica.Como se pode ver do dispositivo legal acima transcrito os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias não foram excluídos das verbas que integram o salário-de-contribuição, o que demonstra com certeza que possuem caráter salarial e sobre eles incide a contribuição social prevista no inciso I do art.195 da Lex Major.Tratando do alcance do art. 28 do PCPS o notável Wladimir Novaes Martinez leciona que "o domínio remuneratório é extenso. Excluídos os pagamentos referentes a ressarcimentos de despesas e os ditos indenizatórios de danos causados ao trabalhador, em razão do contrato de trabalho, todas as demais importâncias são remuneratórias, isto é, retribuem globalmente o esforço do trabalho a serviço da empresa (ou estimulam o empenho futuro)" (Comentários a Lei Básica da Previdência Social, tomo I, p. 289, 4ª edição, ed. LTR)Se a contribuição do empregado é calculada sobre o chamado salário-de-contribuição e se a lei que rege essa matéria não excluiu da composição da base de incidência da contribuição do obreiro os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias, resta claro que os considera como capítulos da remuneração e por isso mesmo não seria justo que - sendo tais verbas tomadas em caráter salarial para exigir do empregado a contribuição individual - o empregador ficasse favorecido com o expurgo desses valores do montante de incidência da contribuição patronal."Dessa forma, o impetrante NÃO está desonerado da contribuição patronal do art. 22, I, "a" da Lei 8.212/91 sobre os valores pagos a título de horas extraordinárias.DA ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVASNo que toca à expedição de CND, não há nos autos informações suficientes sobre a inexistência de débitos ou a suspensão de exigibilidade os débitos existentes a fim de garantir que a autoridade coatora se abstenha de negar expedição de CND.Da mesma forma, no que toca às verbas destinadas ao FPM e à inclusão no CADIN.Logo, não há direito líquido e certo nesse ponto.III - DISPOSITIVOAnte o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, I, da Lei n. 8.212/91, sobre o valor pago a título de adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas. Sem honorários advocatícios conforme o disposto no artigo 25, Lei 12.016/09. Custas indevidas considerando a isenção de que goza o Município. Sentença sujeita ao duplo grau.P. R. I.

Tipo : A - Com mérito/Fundamentação individualizada /não repetitiva Livro : 13 Reg.: 1306/2010
Folha(s) : 15

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 17/08/2010 ,pag 323/349



*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

1. Recebo a apelação interposta pelo Impetrante (fl. 178/216) tão-somente em seu efeito devolutivo. Vista à parte contrária (Impetrada) para apresentar contra-razões. 2. Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a mesma, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com as nossas homenagens. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 16/09/2010 ,pag 843/853



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 10/09/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

1. Recebo a apelação interposta pelo Impetrante (fl. 178/216) tão-somente em seu efeito devolutivo. Vista à parte contrária (Impetrada) para apresentar contra-razões. 2. Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a mesma, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com as nossas homenagens. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 16/09/2010 ,pag 843/853



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 10/09/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

1. Recebo a apelação interposta pelo Impetrante (fl. 178/216) tão-somente em seu efeito devolutivo. Vista à parte contrária (Impetrada) para apresentar contra-razões. 2. Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a mesma, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com as nossas homenagens. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 16/09/2010 ,pag 843/853



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 10/09/2010 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

1. Recebo a apelação interposta pelo Impetrante (fl. 178/216) tão-somente em seu efeito devolutivo. Vista à parte contrária (Impetrada) para apresentar contra-razões. 2. Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a mesma, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com as nossas homenagens. Int.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 16/09/2010 ,pag 843/853



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 26/09/2013 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Remetam-se os autos ao arquivo sobrestado até final julgamento do recurso especial interposto, nos termos da Resolução n. 237/2013, do CJF

Ato Ordinatório (Registro Terminal) em : 25/10/2013



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 26/09/2013 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Remetam-se os autos ao arquivo sobrestado até final julgamento do recurso especial interposto, nos termos da Resolução n. 237/2013, do CJF

Ato Ordinatório (Registro Terminal) em : 25/10/2013



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 03/03/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Considerando a decisão proferida pelo STF, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 30/03/2017 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 03/03/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Considerando a decisão proferida pelo STF, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 30/03/2017 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 03/03/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Considerando a decisão proferida pelo STF, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 30/03/2017 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 03/03/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Considerando a decisão proferida pelo STF, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 30/03/2017 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 12/06/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, através da Seção de Passagem de Autos - RSAU, em cumprimento à determinação do C. STF (fl. 398).
Cumpra-se.

Ato Ordinatório (Registro Terminal) em : 14/06/2017



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 12/06/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, através da Seção de Passagem de Autos - RSAU, em cumprimento à determinação do C. STF (fl. 398).
Cumpra-se.

Ato Ordinatório (Registro Terminal) em : 14/06/2017



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 12/06/2017 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, através da Seção de Passagem de Autos - RSAU, em cumprimento à determinação do C. STF (fl. 398).
Cumpra-se.

Ato Ordinatório (Registro Terminal) em : 14/06/2017



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 16/08/2021 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Ciência às partes do retorno dos autos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Considerando a decisão proferida, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 29/11/2021 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 16/08/2021 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Ciência às partes do retorno dos autos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Considerando a decisão proferida, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 29/11/2021 ,pag 0



Autos com (Conclusão) ao Juiz em 16/08/2021 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Ciência às partes do retorno dos autos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Considerando a decisão proferida, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 29/11/2021 ,pag 0





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

Movimentos anteriores do processo

28/03/2022 09:08:17 - REMESSA EXTERNA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL VISTA
29/11/2021 13:19:10 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO ,PAG. 0
20/09/2021 17:12:41 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO
20/09/2021 17:12:29 - RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO
16/08/2021 14:12:36 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
16/08/2021 14:12:23 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
14/06/2017 14:52:34 - REMESSA EXTERNA TRF - 3a. REGIAO PROCESSAR E JULGAR RECURSO Guia n: 37/2017 (2a. Vara)
14/06/2017 14:45:54 - ATO ORDINATORIO (Registro Terminal)
14/06/2017 14:45:27 - RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO
12/06/2017 16:50:53 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
16/05/2017 15:20:28 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Documento: 201761200003317 Complemento Livre:
16/05/2017 14:55:56 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
18/04/2017 16:20:56 - REMESSA EXTERNA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL VISTA
30/03/2017 09:54:48 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO ,PAG. 0
07/03/2017 14:30:14 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO
07/03/2017 14:29:47 - RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO
03/03/2017 13:51:17 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
09/02/2017 11:51:01 - ATO ORDINATORIO Desrição do Ato: JUNTADA DECISAO STJ Complemento Livre:
09/02/2017 10:27:18 - REATIVACAO DA MOVIMENTACAO PROCESSUAL Reebimento de Desarquivamento - Guia 3/2017
09/02/2017 10:27:17 - RECEBIMENTO do Arquivo Central - Sao Paulo em 09/02/2017 GUIA: 3
16/09/2014 18:10:46 - ARQUIVAMENTO DOS AUTOS Reeb.Guia: 149/2014 (2a. Vara) Paote: 00012
03/09/2014 17:22:39 - SUSPENSAO/SOBRESTAMENTO POR DECISAO JUDICIAL onf. Guia n.149/2014 (2a. Vara)
03/09/2014 16:37:04 - REATIVACAO DA MOVIMENTACAO PROCESSUAL
29/10/2013 14:45:29 - SUSPENSAO/SOBRESTAMENTO POR DECISAO JUDICIAL onf. Guia n.13/2013 (2a. Vara) (em Seretaria)
25/10/2013 14:44:26 - ATO ORDINATORIO (Registro Terminal)
26/09/2013 15:41:46 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
23/09/2013 16:51:54 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
28/10/2010 15:33:50 - REMESSA EXTERNA TRF - 3a. REGIAO PROCESSAR E JULGAR RECURSO Guia n: 88/2010 (2a. Vara)
07/10/2010 17:30:00 - JUNTADO(A) MANDADO CUMPRIDO Identificação Mandado: Intimaao da Uniao Complemento Livre: 4494/10
24/09/2010 14:37:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Documento: PROT. 2010.200019592-1 Complemento Livre:
24/09/2010 14:37:00 - JUNTADO(A) MANDADO CUMPRIDO Identificação Mandado: 3930/10 Complemento Livre: Intimaao da Fazenda Naional
16/09/2010 13:05:00 - EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO MANDADO Tipo de Mandado: Intimaao da Fazenda Naional Complemento Livre:
4494/10
16/09/2010 12:13:01 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO ,PAG. 843/853
10/09/2010 13:26:21 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO
10/09/2010 13:26:20 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
10/09/2010 13:24:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Documento: PROT. 2010.000212641-1 Complemento Livre: APELACAO
10/09/2010 13:24:00 - JUNTADO(A) OFICIO CUMPRIDO Identificação Ofício: 531/10 Complemento Livre: Delegado da Reeita Federal



18/08/2010 12:17:00 - EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO MANDADO Tipo de Mandado: Intimaao Fazenda Naional Complemento Livre: 3930/10
18/08/2010 12:16:00 - EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO OFICIO Identificação Ofiio: 531/10 Complemento Livre: Delegado da Reeita Federal
17/08/2010 12:37:23 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
17/08/2010 12:37:20 - REMESSA EXTERNA AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) VISTA
17/08/2010 11:14:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Doumento: PROT. 2010.200017025-1 Complemento Livre: SUBSTABELECIMENTO
17/08/2010 11:13:51 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE SENTENCA ,PAG. 323/349
13/08/2010 16:07:58 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE SENTENCA
04/08/2010 12:40:03 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA SENTENCA
04/08/2010 12:36:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Doumento: PROT. 2010.200015731-1 Complemento Livre: PARECER DO MPF
29/07/2010 15:21:21 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
23/07/2010 11:50:53 - REMESSA EXTERNA MINISTERIO PUBLICO VISTA
21/07/2010 13:38:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Doumento: PROT. 2010.200014529-1 Complemento Livre:
21/07/2010 13:38:00 - JUNTADO(A) MANDADO CUMPRIDO Identificação Mandado: Cientifiaao Complemento Livre: 3434/10
21/07/2010 13:38:00 - JUNTADO(A) OFICIO CUMPRIDO Identificação Ofiio: 451/10 Complemento Livre: Delegado da Reeita Federal
19/07/2010 12:09:38 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA
19/07/2010 12:09:38 - REMESSA INTERNA À SECRETARIA DA VARA
19/07/2010 12:09:38 - RECEBIMENTO
16/07/2010 15:35:38 - REGISTRO RETIFICADA A AUTUACAO
16/07/2010 12:13:53 - REMESSA INTERNA DISTRIBUICAO (SEDI) MODIFICACOES NA DISTRIBUICAO
15/07/2010 13:52:00 - EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO MANDADO Tipo de Mandado: Cientifiaao Complemento Livre: 3434/10
15/07/2010 13:52:00 - EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO OFICIO Identificação Ofiio: 451/10 Complemento Livre: Delegado da Reeita Federal
01/07/2010 12:27:13 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO ,PAG. 813/823
23/06/2010 17:46:27 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO
23/06/2010 17:46:26 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
23/06/2010 17:43:00 - JUNTADO(A) PETICAO Desrição do Doumento: PROT. 2010.200012399-1 Complemento Livre:
17/06/2010 12:16:50 - DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO ,PAG. 434/445
14/06/2010 16:29:43 - REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO
14/06/2010 16:29:42 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO
08/06/2010 12:21:43 - DISTRIBUICAO/ATRIBUICAO ORDINARIA INSTANTANEA



Processo 0004877-82.2010.4.03.6120

MM Juiz,

A União vem informar que procedeu à digitalização integral do processo físico, conforme peças em anexo, bem como requer a renovação da intimação, através do portal PJe.

Em 06 de maio de 2022.

José Deodato Diniz Filho

Procurador da Fazenda Nacional



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:26

Número do documento: 22050617384639500000242497556

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384639500000242497556>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

IMPUG. / VALOR / CAUSA ☐ Fls. _____
RECURSO ADESIVO ☐ Fls. _____
JUIZ(A) IMPEDIDO (A) (VERSO) ☐ Fls. _____
AGRAVO RETIDO ☐ Fls. _____
JUSTIÇA GRATUITA ☐ Fls. _____
PENHORA / ROSTO / AUTOS ☐ Fls. _____
OUTROS: _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª

04/08/10
09/08/10 A

Supremo Tribunal Federal STFDigital
22/09/2020 17:26 0077752

DICIÁRIA

JULGADO

PROC...: 0004877-82.2010.403.6120 Vol: 1
CLASSE : 126 - MANDADO DE SEGURANCA Prot: 07/06/2010
Assunto: CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS -
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
Advog: SP188320 - ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
IMPETRADO.: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM
ARARAQUARA - SP e outro
Advog: Proc. SEM PROCURADOR
DISTR. AUTOMATICA em 08/06/2010 2a ARARA
Retificado em : 16/07/2010 Fls. : 142

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

0004877-82.2010.4.03.6120 SP VOL 1 AUT 14.01.2011
AMS 327444
APELAÇÃO CÍVEL
APTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADV : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
CONTRIBUIÇÃO S/FOLHA SALARIOS/CONTR PREV/ CONTR/ TRIBUTARIO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMATICA EM 14.01.2011
RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI - PRIMEIRA TURMA

Processo
DIGITALIZADO
Superior Tribunal de Justiça

JFSP - FORUM ARARAQUARA
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL
07/06/2010 15:27 h

0004877-82.2010.403.6120

1.263/1



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

(COB)

TERMO DE AUTUACAO

da Em Araraquara, 09 de Junho de 2010, nesta Secretaria
2.A Vara, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com
_____ apensos, na seguinte conformidade:

Processo: 0004877-82.2010.403.6120
Classe...: 00126 MANDADO DE SEGURANCA
Assunto..:

03.07.11-CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS -
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
03.07.02-MANDATO ELETIVO/LEI 9.506/97- CONTRIBUICOES
PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
03.07.14-1/3 DE FERIAS - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS -
TRIBUTARIO
03.11.01-SUSPENSAO DA EXIGIBILIDADE - CREDITO TRIBUTARIO -
TRIBUTARIO
03.11.11-COMPENSACAO - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO
03.14.04-INSCRICAO NO SPC-CADIN/SERASA E OUTROS -
PROCEDIMENTOS FISCAIS - TRIBUTARIO

DEVOL.CONTRIB.PREVIDENCIARIAS S/PROVENTOS AGENTES
POLITICOS-06/2000 A 06/2010
DISTR. AUTOMATICA em 08/06/2010

IMPETRANTE :

MUNICIPIO DE ARARAQUARA

IMPETRADO :

DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP

Volume...: 1

Para constar, lavro e assino o presente.



Diretor da Secretaria

(CTA)

VARA 2 TERMO DE RETIFICACAO DE AUTUACAO

Em cumprimento do R. despacho de fls. 142, em Araraquara, 16 de Julho de 2010, e' lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo: 0004877-82.2010.403.6120
Classe...: 00126 MANDADO DE SEGURANCA
Assunto..:

03.07.11-CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS -
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
03.07.02-MANDATO ELETIVO/LEI 9.506/97- CONTRIBUICOES
PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
03.07.14-1/3 DE FERIAS - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS -
TRIBUTARIO
03.11.01-SUSPENSAO DA EXIGIBILIDADE - CREDITO TRIBUTARIO -
TRIBUTARIO
03.11.11-COMPENSACAO - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO
03.14.04-INSCRICAO NO SPC-CADIN/SERASA E OUTROS -
PROCEDIMENTOS FISCAIS - TRIBUTARIO

DEVOL.CONTRIB.PREVIDENCIARIAS S/PROVENTOS AGENTES
POLITICOS-06/2000 A 06/2010
DISTR. AUTOMATICA em 08/06/2010

IMPETRANTE :

MUNICIPIO DE ARARAQUARA - *2003 01 02*

IMPETRADO :

2 200 *Pedro Castello* *126320*
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP

IMPETRADO :

UNIAO FEDERAL

Volume...: 1

Para constar, lavro e assino o presente.

[Assinatura]
Diretor da Secretaria

[Assinatura]
Setor Distribuicao-SEDI

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA ^a VARA DA 20^a SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA EM ARARAQUARA – SP.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº
45.276.128/0001-10, COM SEDE NA RUA SÃO BENTO, Nº 840, CENTRO,
ARARAQUARA, ESTADO DE SÃO PAULO, VEM RESPEITOSAMENTE, POR SEUS
ADVOGADOS QUE ESTA SUBSCREVEM, À PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA,
IMPETRAR, COM FULCRO NO ART. 5º, INCISO LXIX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
E ARTS. 1º E 7º, INCISO III DA LEI 12.016/09.

**MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO
COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR**

**EM FACE DO ILMO. SR. DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM
ARARAQUARA– SP (CONFORME PORTARIA RFB Nº 10.166, DE 11 DE MAIO
DE 2007, PUBLICADA NO DOU EM 14 DE MAIO DE 2007), PELOS
FUNDAMENTOS QUE PASSA A EXPOR:**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

DOS FATOS

A IMPETRANTE É A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A SEGURIDADE SOCIAL, NA ALÍQUOTA DE 20%(VINTE POR CENTO) INCIDENTES SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS DEVIDAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, AOS SEGURADOS EMPREGADOS, DE ACORDO COM O ART.22-II LEI 8212/81.

POR ANALOGIA O “ART.28 DA LEI 8212/81” CONSIDERA AS “HORAS-EXTRAS” E O “TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” (REF.7ºXVVI/CF) COMO REMUNERAÇÃO INTEGRANTE DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

O “STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL” A PARTIR DO “RE – Nº 345.458/RS E ITERATIVOS JULGAMENTOS” FIXOU ENTENDIMENTO DE QUE É “ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE” “ADICIONAL DE FÉRIAS” ; “HORAS- EXTRAS” E DEMAIS “ADICIONAIS EVENTUAIS” POR TRATAR-SE DE “VERBAS INDENIZATÓRIAS”/“ COMPENSATÓRIAS” SENDO QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONF . PRECEITUA O “ART.201, § 11º DA CF/88.”

O “STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA” ATRAVÉS DO “INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL”, REVIU SUA POSIÇÃO PARA ENTENDER QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DE ACORDO COM ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO “STF”.

O “TRF – 3º REGIÃO /SÃO PAULO”, AO JULGAR OS “MS” PROCESSO DE Nº 2009.61.14.001686-0 E 2008.61.00.028970-0 CONCEDEU , PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

PORTANTO, POR TRATAR-SE DE MATÉRIA PACIFICADA E COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DO “**STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” E “**STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**” E “**TRF 3 °REGIÃO/ SÃO PAULO**” PRETENDE A EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS ATRAVÉS DE DECLARATÓRIA DA INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE, SOBRE “**HORAS – EXTRAS**” E “**TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**” ADEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA, INDENIZATÓRIA QUE NÃO INTEGRAM E NÃO SE INCORPORAM AO SALÁRIO DO SERVIDOR, REFERENTE AS COMPETÊNCIAS DE “**06/2000 A 06/2010**” E SUBSEQÜENTES ATÉ O TRANSITO EM JULGADO DA PRESENTE AÇÃO, COM ABSTENÇÃO DA “**RFB RECEITA FEDERAL DO BRASIL**” DE IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS AO MUNICÍPIO TAIS COMO: **AUTUAÇÃO FISCAL, NEGAR CND, INCLUSÃO NO CADIM, ETC...**

DO DIREITO

A IMPETRANTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS SEGURIDADE SOCIAL, DE ACORDO COM O “**ART. 22-1 DA LEI 8212/91**” DA SEGUINTE FORMA:

ART. 22 - A CONTRIBUIÇÃO A CARGO DA EMPRESA, DESTINADA À SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DO DISPOSTO NO ART. 23, É DE:

I - VINTE POR CENTO SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS QUE LHE PRESTEM SERVIÇOS.

O ARTIGO 28 DA LEI 8212/91, DEFINE O CONCEITO DE SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO COM A SEGUINTE REGRA :

ART. 28. ENTENDE-SE POR SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO:

I- PARA O EMPREGADO E TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

III

DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS. (...)

A LEI 8212/91, APLICA PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA O TERMO VAGO DE “**REMUNERAÇÃO**” QUE POR ANALOGIA ABRANGE TODOS OS VALORES RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO INDEPENDENTE DE SUA NATUREZA TRIBUTÁRIA.

DE ACORDO COM O CTN PARA QUE SURJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PAGAR TRIBUTOS, É NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DO RESPECTIVO FATO GERADOR; CONF. **ART. 113. §1º DO CTN.**

“ART. 113-§1º A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL SURGE COM A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, TEM POR OBJETO O PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU PENALIDADE PECUNIÁRIA E EXTINGUE-SE JUNTAMENTE COM O CREDITO DELA DE CORRENTE.

OU SEJA, SOMENTE QUANDO OCORRER NO MUNDO FENOMÊNICO A HIPÓTESE DESCRITA NA NORMA, REALIZADA PELO SUJEITO PASSIVO O DEVER JURÍDICO DE PAGAR O TRIBUTOS, “**ART. 114- FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É A SITUAÇÃO DEFINIDA EM LEI COMO NECESSÁRIO E SUFICIENTE A SUA OCORRÊNCIA.**

PELA REGRA DA TIPICIDADE FECHADA, O FISCO NÃO PODERÁ ESTENDER A INTERPRETAÇÃO SOBRE A MATERIALIDADE DO FATO GERADOR, A FIM DE ABRANGER FATOS ALÉM DO QUE OS PREVISTOS NA NORMA DE INCIDÊNCIA, SENDO TAMBÉM, VETADO O EMPREGO DA ANALOGIA PARA FINS DE IMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA.

NESSE SENTIDO :

“ART. 108 – NA AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EXPRESSA, A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA UTILIZARÁ SUCESSIVAMENTE, NA ORDEM INDICADA:

§ 1º O EMPREGO DA ANALOGIA NÃO PODERÁ RESULTAR NA EXIGÊNCIA DE TRIBUTOS NÃO PREVISTO NA LEI.

PORTANTO, QUAL SERIA A REGRA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS?

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep 05449-070
Fone/Fax: 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

IV

O "ART 195-1 ; CF/91" ASSIM DEFINIU QUE:

" A SEGURIDADE SOCIAL SERÁ FINANCIADA POR TODA SOCIEDADE, DE FORMA DIRETA E INDIRETA NOS TERMOS DA LEI MEDIANTE RECURSOS PROVENIENTES DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A CARGO DO EMPREGADOR, DA EMPRESA E DA ENTIDADE A ELA EQUIPARADA NA FORMA DE LEI, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO A PESSOA FÍSICA QUE LHE PRESTE SERVIÇO, MESMO SEM VINCULO EMPREGATÍCIO".

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE POR ESTE DISPOSITIVO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TENDO COMO :

- A) SUJEITO PASSIVO O EMPREGADOR (EMPRESA, ENTIDADE EQUIPARADA)
- B) SUJEITO ATIVO "UNIÃO FEDERAL"
- C) O ASPECTO TEMPORAL O MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS
- D) O ELEMENTO ESPACIAL O LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
- E) O ELEMENTO QUANTITATIVO A BASE DE CALCULO TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE CADA EMPREGADO, SOBRE O QUAL INCIDE UMA ALÍQUOTA DE 20% (VINTE POR CENTO).

NESTE DIAPASÃO A "**FOLHA DE SALÁRIO**" SIGNIFICA A SOMA DA REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO, EM DETERMINADO PERÍODO; DESTE MODO, O CRITÉRIO MATERIAL DO FATO GERADOR DESTA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA COM SALÁRIOS PROVENIENTES DE UMA RELAÇÃO DE TRABALHO.

DE ACORDO COM O ARTIGO 22-I DA LEI 8212/91, A EXPRESSÃO UTILIZADA "**REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO**" NADA MAIS É QUE SEU PRÓPRIO "**SALÁRIO**", FORÇOSO CONCLUIR QUE AS CONTRIBUIÇÕES DO ART. 22-I DA LEI 8212/91 INCIDEM UNICAMENTE SOBRE O SALÁRIO.

PARA AMAURI MASCARO NASCIMENTO. "**SALÁRIO É A TOTALIDADE DAS PERCEPÇÕES ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES, QUALQUER QUE SEJA A FORMA OU MEIO DE PAGAMENTO, QUER RETRIBUAM O TRABALHO EFETIVO,**

07
C

OS PERÍODOS DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO E OS DESCANSOS COMPUTÁVEIS NA JORNADA DE TRABALHO."

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO AS INDENIZAÇÕES, POIS ESTAS DIFERENCIAM DAQUELE POR TEREM COMO FINALIDADE A REPARAÇÃO DOS DANOS OU RESSARCIMENTO DE GASTOS DO EMPREGADO. SEGUNDO AMAURI MASCARO:

" EXISTEM VÁRIAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE NATUREZA NÃO SALARIAL. O TÍTULO EXEMPLIFICATIVO ENUMERE-SE, DENTRE AS OBRIGAÇÕES SALARIAIS, INDENIZAÇÕES, RESSARCIMENTO DE GASTOS PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTOS PRÓPRIAS, VERBAS DE QUILOMETRAGEM E REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DESVINCULADA DO SALÁRIO, PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE, TREINAMENTO PROFISSIONAL, ABONO DE FÉRIAS NÃO EXCEDENTE DE 20 DIAS, CLUBES DE LAZER(...)"

COM ISSO, RESTA EVIDENTE QUE OS VALORES RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA, ASSIM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS, NÃO POSSUEM NATUREZA JURÍDICA DE SALÁRIO / REMUNERAÇÃO, LOGO, NÃO CONSTITUEM FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TAMPOUCO HÁ QUE SE FALAR NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS RECOLHEREM O ALUDIDO TRIBUTO SOBRE ESTAS PARCELAS.

PARÁGRAFO 9º DO ART. 214 DO DECRETO 3.048/99 TRAZ UM ROL EXEMPLIFICATIVO DAS VERBAS QUE NÃO POSSUEM NATUREZA SALARIAL. ENTRE ELAS DESTACAMOS:

- A) OS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;**
- B) A AJUDA DE CUSTO;**
- C) AS FÉRIAS INDENIZADAS;**
- D) O ABONO RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL;**
- E) AVISO PRÉVIO INDENIZADO;**
- F) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS;**
- G) AUXÍLIO-DOENÇA ETC.**

APESAR DA UTILIDADE DESTA LISTA, NÃO PODEMOS ESQUECER QUE TODAS AS VERBAS DE CARÁTER NÃO SALARIAL, INDENIZATÓRIA, OU COMPENSATÓRIA, OU ENCARGO SOCIAL, ASSIM COMO AS VERBAS PERCEBIDAS DE FORMA EVENTUAL,

08
E

ESTÃO FORA DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, INDEPENDENTE DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL.

O “**STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” EM VÁRIOS JULGADOS JÁ SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SÓ INCIDE SOBRE O SALÁRIO (ESPÉCIE) E NÃO SOBRE O TOTAL DA REMUNERAÇÃO (GÊNERO) E EXPRESSAMENTE EXCLUI DO SEU ÂMBITO DE INCIDÊNCIA AS PARCELAS CUJA NATUREZA JURÍDICA SEJAM INDENIZATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS E NÃO HABITUAIS. DE ACORDO COM O POSICIONAMENTO DO STF, AS PARCELAS QUE TENHAM UM CARÁTER INDENIZATÓRIO E NÃO HABITUAL ESTÃO FORA DO ALCANCE DO CONCEITO DE SALÁRIO E CONSEQUENTEMENTE, DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DESTE MODO, AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE: **ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, HORA EXTRA, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÊCHE**, POR TEREM NATUREZA JURÍDICA E INDENIZATÓRIAS E/OU NÃO HABITUAL, NÃO PODEM SER CONSIDERADAS COMO SALÁRIO EM SENTIDO ESTRITO, TAMPOUCO SEU PAGAMENTO ENSEJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NO **ART. 195, I, “A”, DA CRFB C/C ART. 22, I, DA LEI 8.212/91**.

O MINISTRO MARCO AURÉLIO, RELATOR DO “**RE 166.772-2 – ADI- 1.659-6 RS, NAS FOLHAS DE Nº 722**” E A SEGUINTE DOS AUTOS, ASSIM SE POSICIONOU QUANDO A NATUREZA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL, DO SALÁRIO:

“**DESCABE DAR UMA MESMA EXPRESSÃO – SALÁRIO – UTILIZADA PELA CARTA RELATIVAMENTE A MATÉRIAS DIVERSAS, SENTIDOS DIFERENTES, CONFORME OS INTERESSES EM QUESTÃO. SALÁRIO, TAL COMO MENCIONADO NO INCISO I DO ARTIGO 195, NÃO SE PODE CONFIGURAR ALGO QUE DISCREPE DO CONCEITO QUE SE LHE ATRIBUI QUANDO COGITADA, POR EXEMPLO, DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL- INCISO VI DO ARTIGO 7º DA CARTA. CONSIDERA-SE QUE, NA VERDADE A LEI ORDINÁRIA MESCLOU INSTITUTOS DIVERSOS AO PREVER A CONTRIBUIÇÃO. APÓS ALUSÃO NO CAPUT DO ARTIGO 3º, A EXPRESSÃO UTILIZADA NA PRÓPRIA LEI FEDERAL – FOLHA SALÁRIO – AO VERSAR SOBRE O QUE PAGO AOS ADMINISTRADORES AVULSOS E AUTÔNOMOS, REFERE A REMUNERAÇÃO, TALVEZ MESMO PELO FATO DE O PRECEITO A QUE SE ATRIBUI A PECHA DE CONSTITUCIONAL ENGLOBAR, TAMBÉM, OS SEGURADOS EMPREGADOS. DESCONHECEU-SE QUE O SALÁRIO E**

REMUNERAÇÃO NÃO SÃO EXPRESSÕES SINÔNIMAS. UMA COISA É A REMUNERAÇÃO, GÊNERO DO QUAL SALÁRIO, VENCIMENTOS, SOLDOS, SUBSÍDIOS, PRÓ-LABORE E HONORÁRIOS SÃO ESPÉCIES. SERIA FÁCIL

DAR-SE A PREVISÃO CONSTITUCIONAL EM QUESTÃO O ALCANCE DADO PELO INSTITUTO, NO QUE SE FUGIRIA ATÉ MESMO DA NECESSIDADE DE BALIZAR-SE, DE MANEIRA PRECISA E CLARA, AS BASES DE INCIDÊNCIAS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. SUFICIENTE SERIA, AO INVÉS DE UTILIZAR-SE A EXPRESSÃO "FOLHA DE SALÁRIOS", A EXPRESSÃO "EMPREGADOR" ALUDIR-SE AO TOMADOR DE SERVIÇOS E A REMUNERAÇÃO POR ESTES SATISFEITA. COM ACERTO, ENQUADRAM A MATÉRIA CONSTITUCIONALISTAS E TRIBUTARISTAS DESTES OS QUAIS DESTACO IVES GANDRA ATALIBA, RUY BARBOSA NOGUEIRA E TAMBÉM A PROFESSORA MISABEL ABREU MACHADO DERSI. ESTA ÚLTIMA EMITIU PARECER SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO E O PRÓ-LABORE PAGOS A AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. DE FORMA PROFICIENTE, APONTOU AS DIFERENÇAS ENTRE O VOCÁBULO "EMPRESA" E O VOCÁBULO "EMPREGADOR" AFIRMANDO QUE O USO DAS EXPRESSÕES 'EMPREGADOR' E 'FOLHA DE SALÁRIOS', CONTIDAS NA CARTA DE 1988. EXCLUI AS RELAÇÕES DE TRABALHO NÃO SUBORDINADO, COMO AS QUE ENVOLVEM AUTÔNOMOS EM GERAL ADMINISTRADORES. ADUZIU AINDA QUE AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS SEMPRE USAM TERMOS EMPREGADOR E SALÁRIO NO SENTIDO PRÓPRIO E TÉCNICO EM QUE ENCONTRADOS NO DIREITO DO TRABALHO, O QUE, ALIAS, ESTÁ CONSAGRADO JURISPRUDENCIALMENTE. JÁ DISSE LINHAS ATRÁS, QUE ESTÁ EM TELA UMA CIÊNCIA. ASSIM ENQUADRADO O DIREITO, O MEIO JUSTIFICA O FIM, MAS NÃO ESTE AQUELE. COMPREENDO AS GRANDES DIFICULDADES DE CAIXA QUE DECORREM DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL PÁTRIO. CONTUDO ESTAS NÃO PODEM SER POTENCIALIZADAS, A PONTO DE COLOCAR-SE EM SEGUNDO PLANO A SEGURANÇA, QUE É O OBJETIVO MAIOR DE UMA LEI BÁSICA, ESPECIALMENTE NO EMBATO CIDADÃO/ ESTADO, QUANDO FORÇAS EM JOGO SURGEM EM DESCOMPASSO". (RE Nº 166.172 ADI-1659-0).

NESTE CONTEXTO E NO ESTRITO LIAME JURISPRUDENCIALMENTE EMANADO PELO "STF" E "STJ", CONCLUÍMOS QUE :

HORA EXTRA

A JORNADA NORMAL DE TRABALHO É O ESPAÇO DE TEMPO DURANTE O QUAL O EMPREGADO DEVERÁ PRESTAR SERVIÇO OU PERMANECER À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR, COM HABITUALIDADE; NOS TERMOS DA CF, ART. 7º, XIII, SUA DURAÇÃO DEVERÁ SER DE ATÉ 8 HORAS DIÁRIAS, E 44 SEMANAIS; EM SE TRATANDO DE EMPREGADOS QUE TRABALHEM EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO, A JORNADA DEVERÁ SER DE 6 HORAS, SALVO NEGOCIAÇÃO COLETIVA. HORAS EXTRAS SÃO AQUELAS QUE ULTRAPASSAM A JORNADA NORMAL FIXADA POR LEI, CONVENÇÃO COLETIVA, SENTENÇA NORMATIVA OU CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE ACORDO COM O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL. ART. 7º, XVI, O PAGAMENTO DA HORA É DE NO MÍNIMO 50%.

O CORPO E A MENTE HUMANA POSSUEM CAPACIDADE LIMITADA PARA ATIVIDADE LABORAL, APÓS DETERMINADO PERÍODO PERDEMOS PRODUTIVIDADE E NOSSO ORGANISMO COMEÇA A FICAR DEFICITÁRIO. ALÉM DOS PREJUÍZOS FÍSICOS E MENTAIS A JORNADA PROLONGADA DE TRABALHO LIMITA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR, DIMINUI NOSSA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E IMPEDE O DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES DE CULTURA, LAZER E ESPORTE.

NÃO FOI POR OUTRO MOTIVO QUE O CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DETERMINOU O PAGAMENTO DE UM ADICIONAL PELA HORA EXTRA TRABALHADA, A FIM DE COMPENSAR O TRABALHADOR PELA JORNADA EXTENUANTE DE TRABALHO. ADEMAIS, ESSAS VERBAS SÃO RECEBIDAS EM CARÁTER EVENTUAL, PODENDO SER SUPRIMIDAS A QUALQUER TEMPO E NÃO SÃO CONSIDERADAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

ORA, SE TAIS VERBAS POSSUEM CARÁTER INDENIZATÓRIO, EVENTUAL E NÃO SÃO AUFERIDAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO; NÃO HÁ QUE SE FALAR NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS SOBRE ELAS. APESAR DO STJ POSSUIR DECISÕES DIVERGENTES SOBRE O TEMA, O STF TEM FIRMADO ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE NÃO HAVER INCIDÊNCIA DA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

IX

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE HORA EXTRA, FACE SUA NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA COMPENSATÓRIA.

FÉRIAS

AS FÉRIAS CONSTITUEM EM PERÍODO DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, HAVENDO A OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE SALÁRIO E A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO CONCEDIDO AO EMPREGADO NO DECURSO DO SEU PERÍODO AQUISITIVO DE 12 MESES, OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO DO TRABALHADOR A FIM DE COMBATER O CANSAÇO FÍSICO E PSICOLÓGICO, ASSIM COMO MEIO DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR.

A CONSTITUIÇÃO DETERMINA QUE O PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO (FÉRIAS) SEJA ACRESCIDO DE GRATIFICAÇÃO COMPULSÓRIA, ONDE O EMPREGADO TEM DIREITO A UM TERÇO A MAIS DO SALÁRIO NORMAL, CONFORME O ART. 7º, XVII. A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO “**STF**” CONSIDERA QUE ESTE ABONO POSSUI A FINALIDADE DE PERMITIR UM REFORÇO FINANCEIRO NESTE PERÍODO (FÉRIAS). COM ISSO, A COLETA CORTE CONCLUIU QUE ESTA VERBA POSSUI NATUREZA JURÍDICA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.

ADEMAIS, POR CONSTITUIR UM GANHO EVENTUAL, O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS NÃO É INCORPORADO AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TAMPOUCO INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO, CONFORME O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 11 DO ART. 201 DA CRFB.

NO MESMO SENTIDO, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS. A NATUREZA JURÍDICA DO ABONO PECUNIÁRIO É INDENIZATÓRIA E OBJETIVA RESGUARDAR UM ACRÉSCIMO NA REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, APÓS SEU PERÍODO AQUISITIVO. NESTE MISTÉRIO, PODE O EMPREGADO CONVERTER PARTE DO SEU PERÍODO DE FÉRIAS EM VALOR COMPENSATÓRIO PELA CONTINUIDADE RELATIVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

O ART. 143 DA CLT FACULTA AO TRABALHADOR A CONVERSÃO DE 1/3 DE SUAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO. O VALOR DO ABONO SERÁ AQUELE DA REMUNERAÇÃO QUE FAZ JUS A TÍTULO DE FÉRIAS, ACRESCIDO DE UM TERÇO COMPENSATÓRIO PELO PERÍODO QUE A LEI PERMITE PARA A SUA

CONVERSIBILIDADE. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É UNÂNIME AO CONFERIR NATUREZA INDENIZATÓRIA DESSAS VERBAS.

DESTARTE, RESTA EVIDENTE O CARÁTER INDENIZATÓRIO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E DO ABONO DE FÉRIAS E A CONSEQUENTE NÃO OBRIGATORIEDADE DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESTAS PARCELAS.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSEGUROU A OS TRABALHADORES, DO SETOR PÚBLICO OU PRIVADO, O DIREITO A PERCEBER, APÓS O PERÍODO AQUISITIVO DE UM ANO, O GOZO DE FÉRIAS REMUNERADAS COM O VALOR DO SALÁRIO/VENCIMENTO NORMAL, ACRESCIDO DE 1/3 (ART. 7º, XVII, DA CF/88).

MAS QUAL SERIA A NATUREZA JURÍDICA DESSE ADICIONAL DE 1/3? COMPÕE O SALÁRIO OU DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA?

EMBORA HAJA DIVERGÊNCIA, A MELHOR INTELECÇÃO É AQUELA QUE PRECONIZA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DO ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS. ISSO PORQUE O REFERIDO ACRÉSCIMO NÃO REPRESENTA, PROPRIAMENTE, UM INCREMENTO PATRIMONIAL. SERVE, AO CONTRÁRIO, COMO FORMA DE GARANTIA AO TRABALHADOR DA POSSIBILIDADE DE GOZO DE SUAS FÉRIAS SEM PREJUÍZO DOS COMPROMISSOS REGULARES QUE O EMPREGADO/SERVIDOR DETÉM COM O SEU SALÁRIO/VENCIMENTO, E COMPENSANDO-O POR UM LONGO PERÍODO DE DESGASTE CONTÍNUO EM SUAS ATIVIDADES.

A INTENÇÃO DO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO, PORTANTO, AO ESTIPULAR AS FÉRIAS REMUNERADAS COMO GARANTIA SOCIAL DO TRABALHADOR FOI EXATAMENTE ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DE SUAS SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA, PERMITINDO MAIOR LONGEVIDADE E VIDA LABORAL ATIVA. PARA TANTO, PREVIU UM PERÍODO MÍNIMO DE DESCANSO CONTÍNUO (FÉRIAS), QUE DEVE SER GOZADO DE MODO DIGNO E REMUNERADO, COM ACRÉSCIMO DE UMA VERBA DESTINADA EXATAMENTE A COMPENSAR O DESGASTE ADQUIRIDO NO PERÍODO AQUISITIVO E TAMBÉM PARA POSSIBILITAR AO EMPREGADO/SERVIDOR, NESSE PERÍODO, A PRÁTICA DE ALGUMAS ATIVIDADES NÃO HABITUAIS, COMO VIAGENS, SEM O COMPROMETIMENTO DE SEU ORÇAMENTO REGULAR.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax: 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XI

13
e

EM RAZÃO DE SUA DESTINAÇÃO, FÁCIL INFERIR-SE, PORTANTO, QUE O ADICIONAL DE FÉRIAS (TERÇO) NÃO DETÉM NATUREZA SALARIAL OU REMUNERATÓRIA, MAS, ISTO SIM, NITIDAMENTE INDENIZATÓRIA.

O “*STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*” JÁ SE PRONUNCIOU NESSE SENTIDO:

RE 389903 AGR/DF
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
RELATOR(A): MINEROS GRAU
JULGAMENTO 21/02/2006
ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA TURMA
PUBLICAÇÃO
DJ 05-05-2006 PP-00015
EMENT VOL -002231-03 PP-00613

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO
CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

*SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A
INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.*
“AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO”.

RE 345458 / RS - RIO GRANDE DO SUL
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RELATOR(A): MIN. ELLEN GRACIE
JULGAMENTO: 01/02/2005
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA TURMA
PUBLICAÇÃO DJ 11-03-2005 PP-00044
EMENT VOL-02183-02 PP-00376
PARTE(S)
RECTES. : JOÃO ALBERTO CONSTANTINO E OUTROS
ADVDO. : JOSÉ NILTON COSTA DE SOUZA
RECDA. : UNIÃO
ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.

ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REDUÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS. DIREITO ADQUIRIDO.

1. O VÍNCULO ENTRE O SERVIDOR E A ADMINISTRAÇÃO É DE DIREITO PÚBLICO, DEFINIDO EM LEI, POR ISSO, NÃO HÁ QUE SE INVOCAR DIREITO ADQUIRIDO PARA TORNAR IMUTÁVEL O REGIME JURÍDICO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTES SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2. É VEDADO AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, ESTENDER A SERVIDORES PÚBLICOS PRERROGATIVAS QUE NÃO LHE FORAM DEFERIDAS EM LEI, COM BASE NO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA STF Nº 339.

3. IMPERTINÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. O ABONO DE FÉRIAS É PARCELA ACESSÓRIA QUE DEVE SER PAGA QUANDO O TRABALHADOR GOZA O SEU PERÍODO DE DESCANSO ANUAL. SUPRIMIDAS AS FÉRIAS, DESAPARECE O DEVER DE PAGAR ESTE ABONO.

4. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

DECISÃO

A TURMA, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECEU DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, MAS LHE NEGOU PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. 2ª TURMA, 01.02.2005.

RE/496261 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

PROCEDÊNCIA: DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

RECTE.(S) - UNIÃO

ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

PARTES

RECD.(A/S) - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL-SINDJUS/DF

ADV.(A/S) - JOSÉ LUIS WAGNER

MATÉRIA:

DIREITO TRIBUTÁRIO | CONTRIBUIÇÕES | CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS | APOSENTADORIA/RETORNO AO TRABALHO

DECISÃO

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS. IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AS HORAS EXTRAS), QUE A COLENDIA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE DESAUTORIZA A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA - AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI - RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, v.g.). IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE SUSTENTA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO DIVERGE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES - RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, v.g.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, § 1º-A), EM ORDEM A RECONHECER A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA. NO QUE CONCERNE À VERBA HONORÁRIA, REVELA-SE APLICÁVEL O ENUNCIADO CONSTANTE DA SÚMULA 512/STF. PUBLIQUE-SE. BRASÍLIA, 19 DE DEZEMBRO DE 2008. MINISTRO CELSO DE MELLO RELATOR

RE 479193 / DF - DISTRITO FEDERAL
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RELATOR(A): MIN. CELSO DE MELLO
JULGAMENTO: 18/12/2008

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XIV

PUBLICAÇÃO:DJE-023 DIVULG 03/02/2009 PUBLIC 04/02/2009

PARTES

RECTE.(S): ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR
ELEITORAL - ASSERTSE

ADV.(A/S): IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

RECDO.(A/S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS.

IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AS HORAS EXTRAS), QUE A COLETA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA ' AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI ' RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.).

IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA INACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES ' RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA ' RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.).

SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, § 1º-A), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECÍFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

MINISTRO CELSO DE MELLO - RELATOR

AI 740356 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: MG - MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. AYRES BRITTO

AGTE.(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ADV.(A/S) PAULO ANTÔNIO MACHADO DA SILVA FILHO

AGDO.(A/S) VERA LÚCIA DUTRA VIEIRA

ADV.(A/S) EDUARDO MACHADO DIAS

DECISÃO

O RECURSO NÃO MERECE ACOLHIDA. ISSO PORQUE O ARESTO IMPUGNADO AFINA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL. CONFIRA-SE, A PROPÓSITO, O RE 389.903-AGR, DA RELATORIA DO MINISTRO EROS GRAU, CUJA EMENTA FOI ASSIM REDIGIDA:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO."

NESSE SENTIDO, CITO O AI 705.590, DA RELATORIA DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA; O AI 712.880, DA RELATORIA DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI; O RE 545.317-AGR, DA RELATORIA DO MINISTRO GILMAR MENDES; E O RE 463.348, DA RELATORIA DO MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE.

INCIDE, DE MAIS A MAIS, O ÓBICE DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

ISSO POSTO, E FRENTE AO ART. 557 DO CPC E AO § 1º DO ART. 21 DO RI/STF, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

AI/547383 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

CLASSE: AI

PROCEDÊNCIA: DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PARTES
AGTE.(S)UNIÃO
ADV.(A/S)-ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) - LEILA DUARTE LIMA
ADV.(A/S) - RAPHAEL LOPES JORGE

MATÉRIA:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE
DIREITO PÚBLICO | SERVIDOR PÚBLICO CIVIL |
SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS | FÉRIAS

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO QUE INADMITIU RE, A, DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, ASSIM EMENTADO (F. 33):

“MANDADO DE SEGURANÇA –CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO SERVIDOR PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO E TERÇO DE FÉRIAS PREVISTO NO ART. 7º, XVII.DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

A PARCELA DENOMINADA “13º SALÁRIO” TEM NATUREZA SALARIAL E É PAGA A SERVIDOR APOSENTADO, POR ISSO MESMO, ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

CONSOANTE ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE JUSTIÇA, SOBRE PARCELA REMUNERATÓRIA QUE NÃO INFLUENCIARÁ NA COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, NÃO HAVERÁ INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMO É O CASO DO ADICIONAL DO TERÇO DE FÉRIAS, PREVISTO NO ART. 7º, INCISO XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.”

ALEGA O RE, EM SUMA, VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 37, CAPUT, E 195, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; PUGNA PELA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DO TERÇO DE FÉRIAS.

DECIDO.

A PRIMEIRA TURMA DESTA TRIBUNAL EXAMINOU CONTROVÉRSIA SIMILAR À DOS AUTOS, QUANDO DO JULGAMENTO DO RE 389.903-AGR, 21.02.2006, EROS GRAU, E ENTENDEU SER VEDADA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR; NA OCASIÃO, ASSENTOU-SE O SEGUINTE:

“(…)

QUANTO À QUESTÃO RELATIVA À PERCEPÇÃO DO ABONO DE FÉRIAS E À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, A JURISPRUDÊNCIA DESTA TRIBUNAL AFIRMOU QUE A GARANTIA DE RECEBIMENTO DE, PELO MENOS, UM TERÇO A MAIS DO QUE O SALÁRIO NORMAL NO GOZO DAS FÉRIAS ANUAIS (CB, ARTIGO 7º, XVII) TEM POR FINALIDADE PERMITIR AO TRABALHADOR “REFORÇO FINANCEIRO NESTE PERÍODO (FÉRIAS)” [RE N. 345.458, RELATORA A MINISTRA ELLEN GRACIE, DJ DE 11.3.05], O QUE SIGNIFICA DIZER QUE A SUA NATUREZA É COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.
(…).”

NO MESMO SENTIDO, V.G., O AI 603.537-AGR, 27.02.2007, 2ª T, EROS GRAU.

O ACÓRDÃO RECORRIDO SE AJUSTA A ESSE ENTENDIMENTO.

NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO.

BRASÍLIA, 8 DE MAIO DE 2007.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - RELATOR

AI 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: MG - MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. ELLEN GRACIE

AGTE.(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ADV.(A/S) CRISTIANO REIS JULIANI

AGDO.(A/S) GERALDA SUELI DA SILVA

ADV.(A/S) EDUARDO MACHADO DIAS E OUTRO(A/S)

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO QUE INADMITIU RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO EM FACE DE ACÓRDÃO QUE JULGOU ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. O ACÓRDÃO RESTOU ASSIM EMENTADO:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO.

É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO. REJEITA-SE A PRELIMINAR E NEGA-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO.” (FL. 155)

NAS RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, ALEGA-SE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 40, § 3º, 195, § 5º, E 201, § 11, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O TRIBUNAL A QUAL JULGOU A APELAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA SUPREMA CORTE, MANIFESTADA, POR EXEMPLO, NO JULGAMENTO DO AI 712.684, REL. MIN. CELSO DE MELLO, DJE 12.06.2008, AI 705.590, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA, DJE 17.06.2008, AI 706.028, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJE 03.04.2008, RE 545.317-AGR, REL. MIN. GILMAR MENDES, 2ª TURMA, UNÂNIME, DJE 13.03.2008, E DO AI 603.537-AGR, REL. MIN. EROS GRAU, 2ª TURMA, UNÂNIME, DJE 30.03.2007, CUJA EMENTA É A SEGUINTE:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”

ANTE O EXPOSTO, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 04 DE NOVEMBRO DE 2008.

MINISTRA ELLEN GRACIE

RELATORA

VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA

NÃO INCIDÊNCIA CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA –

ART. 201, § DA CF 88

AO ANALISAR A FINALIDADE DO ADICIONAL DE FÉRIAS (1/3 – CONSTITUCIONAL) O “STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, CUJO INÍCIO ESTÁ NO JULGAMENTO DO “RE-345.458/RS” (SEGUNDA TURMA), FIRMOU-SE ENTENDIMENTO PELA NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA DETEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, PORTANTO NÃO HABITUAL E NÃO SE INCORPORA AOS SALÁRIOS DO SERVIDOR.

A “CONSTITUIÇÃO FEDERAL”, DISCIPLINA ATRAVÉS DO ART. 201, O CONCEITO QUE DEVE SER ADOTADO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NESTES EXATOS TERMOS:

“ART. 201, § 11:”

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax: 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

XIX

“OS GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS”.

PORTANTO, DE ACORDO COM A “CONSTITUIÇÃO”, SOMENTE OS GANHOS HABITUAIS, ENTENDENDO-SE AQUELES RECEBIDOS PERMANENTEMENTE OU SEJA: SALÁRIO FIXO, SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

ASSIM SENDO, AS VERBAS REMUNERATÓRIAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, RECEBIDAS DE FORMA EVENTUAL E NÃO HABITUAL, AS QUAIS TEM COMO ESCOPO COMPENSAR O SERVIDOR PELO EXERCÍCIO DE UMA ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA, NÃO INCIDEM A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

NESSE SENTIDO:

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- AI/705663 – AGRAVO DE INSTRUMENTO
- REL: MIN. ELLEN GRACIE

EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO.

“É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO”.

(...)

“SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DE SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA”.

(...)

NA MESMA ESTEIRA:

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- AI/706028 – AGRAVO DE INSTRUMENTO
- REL: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

(...)

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XX

NO RE, FUNDADO, NO ART.102, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALEGOU-SE OFENSA AOS ARTS. 40, § 3º, 195, §5º E 201, §11 DA MESMA CARTA.
O AGRAVO NÃO MERECE ACOLHIDA. A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. CABE AQUI, POR OPORTUNO, A COLAÇÃO DA EMENTA DO RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, A SEGUIR TRANSCRITA:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO”.

NO MESMO SENTIDO: RE 545.317-AGR/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES.
ISSO PONTO, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2008.

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 479193
- REL: MIN. CELSO DE MELLO

DECISÃO :

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE , PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA , SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS.

IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE Á INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SONRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS AS HORAS EXTRAS), QUE A COLENDIA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 – AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO . CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”



COMPRESSEALTOAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS A QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE- AI 704.310/MG, REL MIN. CÁRMEM LUCIA – AI 706/028/MG. REL. MIN RICARDO LEWANDOWSKI- RE 551.198/MG. REL. MIN. GILMAR MENDES – RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU,V.G.).

IMPÕE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVEL INACOLHÍVEL A ORETENSAO RECURSAL ORA EM EXAME NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA – RE 225.217/SP REL. MIN. ILMAR GALVÃO, VG.).

SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (COC, ART.557, § 1ºA), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECIFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

PUBLIQUE-SE

BRASÍLIA, 18 DE DEZEMBRO DE 2008

MIN. CELSO MELLO RELATOR

ASSIM, TEMOS QUE TODOS AS REMUNERAÇÕES PAGAS AO SERVIDOR A QUALQUER TÍTULO QUE LHE SEJA CONFERIDO, QUE DETENHA A NATUREZA “COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA”, NÃO SERÁ UTILIZADA COMO BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR TER O CARÁTER DE EVENTUALIDADE E NÃO SE INCORPORAR AO SALÁRIO EFETIVO, TAIS COMO:

- TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS
- HORAS-EXTRAS
- FÉRIAS INDENIZADAS
- AVISO PRÉVIO INDENIZADO
- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
- ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
- ADICIONAL NOTURNO
- AUXÍLIO – EDUCAÇÃO
- AUXÍLIO – CRECHE
- AUXÍLIO – DOENÇA (15 DIAS)

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXII

- **SALÁRIO MATERNIDADE**
- **PRÊMIO ASSIDUIDADE**
- **VALE TRANSPORTE**

REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO “STJ” ADEQUANDO-SE A POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO.

FACE A INTERATIVA E SUCESSIVAS DECISÕES JURISPRUDÊNCIAS FIRMADAS PELO “**STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” SEDIMENTADA PELA INAPLICABILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, INCIDENTES SOBRE “**HORAS EXTRAS**” E “**TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**” “**ART.22.I DA LEI 8212/91**” POR NÃO ESTAREM PREVISTAS NO “**ART.201§ 11-CF/88**”, O “**STJ SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**”, ATRAVÉS DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL, REVISAR SUA POSIÇÃO ANTERIOR, NO SEGUINTE SENTIDO:

O STJ ENTENDIA QUE O ACRÉSCIMO DE 1/3 SOBRE AS FÉRIAS INTEGRARIA A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E, CONSEQUENTEMENTE, A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 4º DA LEI N. 10.887/2004), POIS SE TRATARIA, AO CABO, DE VANTAGEM RETRIBUTIVA DA PRESTAÇÃO DO TRABALHO. CONTUDO, ESSE ENTENDIMENTO MOSTROU-SE CONTRÁRIO A VÁRIOS ARESTOS DO STF, QUE CONCLUÍAM NÃO INCIDIR A REFERIDA CONTRIBUIÇÃO SOBRE AQUELE ADICIONAL, VISTO QUE DETERIA NATUREZA COMPENSATÓRIA, INDENIZATÓRIA, POR NÃO SE INCORPORAR AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA APOSENTADORIA (ART. 201, § 11, DA CF/1988).

O STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ADEQUOU SUA JURISPRUDÊNCIA AO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA DECLARAR QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL. A POSIÇÃO JÁ VINHA SENDO APLICADA PELA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAL FEDERAIS.

A TESE DA INCIDÊNCIA PREVALECEU NA SEÇÃO DESDE O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL 731.132, REALIZADO EM OUTUBRO DE 2008 E RELATADO PELO MINISTRO TEORI ZAVASCKI. NA OCASIÃO, A TURMA CONCLUIU QUE MESMO NÃO SENDO INCORPORADO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, O ADICIONAL DE UM TERÇO DE FÉRIAS INTEGRAVA A REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR E NÃO AFASTAVA A OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, UMA VEZ QUE A SEGURIDADE SOCIAL É REGIDA PELO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE, SENDO DEVIDA A CONTRIBUIÇÃO ATÉ MESMO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS.

A JURISPRUDÊNCIA DO STF PELA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO FOI FIRMADA A PARTIR DE 2005, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA /INDENIZATÓRIA E QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, § 11, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO

SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARA O STF, O ADICIONAL DE FÉRIAS É UM REFORÇO FINANCEIRO PARA QUE O TRABALHADOR POSSA USUFRUIR DE FORMA PLENA O DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESCANSO REMUNERADO.

ASSIM, EMBORA ESSES JULGADOS NÃO SEJAM DO PLENO DO STF, A SEÇÃO REVIU SUA POSIÇÃO, PARA ENTENDER TAMBÉM QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ANOTE-SE, POR ÚLTIMO, QUE ESSE ENTENDIMENTO DA SEÇÃO FOI FIRMADO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL QUE MANTEVE O ACÓRDÃO IMPUGNADO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ACORDE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. PRECEDENTES CITADOS DO STF: AI 712.880-MG, DJE 11/9/2009; AI 710.361-MG, DJE 8/5/2009; AGRG NO AI 727.958-MG, DJE 27/2/2009; AGRG NO RE 589.441-MG, DJE 6/2/2009; RE 545.317-DF, DJE 14/3/2008, E AI 603.537-DF, DJ 30/3/2007. PET 7.296-PE, REL. MIN. ELIANA CALMON, JULGADA EM 28/10/2009.

EM SEU VOTO, A MINISTRA RELATORA ELIANA CALMON RECONHECEU QUE O ENTENDIMENTO DO STJ ESTÁ EM DIVERGÊNCIA COM O POSICIONAMENTO REAFIRMADO PELO STF EM DIVERSOS JULGADOS. “EMBORA NÃO SE TENHA DECISÃO DO PLENO, OS PRECEDENTES DEMONSTRAM QUE AS DUAS TURMAS DA CORTE MAIOR CONSIGNAM O MESMO ENTENDIMENTO, O QUE ME LEVA A PROPOR O REALINHAMENTO DA POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE, ADEQUANDO-SE O STJ À JURISPRUDÊNCIA DO STF, NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO DE CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, VERBA QUE DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA POR NÃO SE INCORPORAR À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA”.

PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON

REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : ROBERTA CECÍLIA DE QUEIROZ RIOS E OUTRO(S)

REQUERIDO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO

ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

EMENTA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXIV

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS FIRMOU ENTENDIMENTO, COM BASE EM PRECEDENTES DO PRETÓRIO EXCELSO, DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

2. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, VERBA QUE DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA E QUE NÃO SE INCORPORA À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

4. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO ACOLHIDO, PARA MANTER O ENTENDIMENTO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, NOS TERMOS ACIMA EXPLICITADOS.

ACÓRDÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS MINISTROS DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA "A SEÇÃO, POR UNANIMIDADE, ACOLHEU O INCIDENTE, MANTENDO A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA SRA. MINISTRA RELATORA." OS SRS. MINISTROS CASTRO MEIRA, DENISE ARRUDA, HUMBERTO MARTINS, HERMAN BENJAMIN, MAURO CAMPBELL MARQUES E BENEDITO GONÇALVES VOTARAM COM A SRA. MINISTRA RELATORA. IMPEDIDO O SR. MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O SR. MINISTRO LUIZ FUX.

BRASÍLIA-DF, 28 DE OUTUBRO DE 2009 (DATA DO JULGAMENTO)
MINISTRA ELLIANA CALMON
RELATORA

ASSIM, POR UNANIMIDADE, A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ, QUE ATÉ ENTÃO CONSIDERAVA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO LEGÍTIMA, ACOLHEU O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA FAZENDA NACIONAL E MODIFICOU SEU ENTENDIMENTO SOBRE A QUESTÃO.

NESTE SENTIDO :

PROCESSO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXV

AGRG NO AGRG NO RESP 1123792 / DF
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO
ESPECIAL
2009/0028492-0

RELATOR(A)
MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (1142)

ÓRGÃO JULGADOR
T1 - PRIMEIRA TURMA

DATA DO JULGAMENTO
09/03/2010

DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE
DJE 17/03/2010

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERAVA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

2. ENTENDIMENTO DIVERSO FOI FIRMADO PELO STF, A PARTIR DA COMPREENSÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSIDERADO COMO VERBA COMPENSATÓRIA E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO, NO SENTIDO DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, DADA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DESSA VERBA. PRECEDENTES: ERESP 956.289/RS, REL. MIN. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 10/11/2009; PET 7.296/PE, REL. MIN. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE DE 10/11/2009.

4. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

PROCESSO

ERESP 956289 / RS
EMBARGOS DE DIVERGENCIA NO RECURSO ESPECIAL
2009/0072594-0

RELATOR(A)
MINISTRA ELIANA CALMON (1114)
ÓRGÃO JULGADOR

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXVI

S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
DATA DO JULGAMENTO
28/10/2009
DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE
DJE 10/11/2009

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. PRECEDENTES.

2. ENTENDIMENTO DIVERSO FOI FIRMADO PELO STF, A PARTIR DA COMPREENSÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSIDERADO COMO VERBA COMPENSATÓRIA E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO.

4. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

PROCESSO

AGRG NO RESP 721682 / PR
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2005/0010297-4

RELATOR(A)

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (1141)

ÓRGÃO JULGADOR

T2 - SEGUNDA TURMA

DATA DO JULGAMENTO

02/02/2010

DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE

DJE 18/02/2010

EMENTA

TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

xxvii

DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. POSIÇÃO FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO PARA ACOMPANHAR ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. CONSOANTE ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF, A PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE CONSIDEROU ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. PRECEDENTE:

ERESP 956.289/RS, REL. MINISTRA ELIANA CALMON, JULGADO EM 28.10.2009, DJE DE 10.11.2009.

2. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

NESSE SENTIDO:

- TRF – 3 REGIÃO/SP
- AMS – PROCESSO Nº 2008.61.00.028970-0
- SEGUNDA TURMA
- JULGAMENTO: 02/02/2010

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2008.61.00.028970-0/SP

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF
APELANTE : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO
APELANTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
APELADO : OS MESMOS
AGRAVADA : DECISÃO DE FOLHAS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ARTIGO 557, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÕES. QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. NÃO INCIDÊNCIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. O STJ PACIFICOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O PAGAMENTO DOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

2. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, UMA VEZ QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA E, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, §11, DA CF, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO.

3. O SALÁRIO-MATERNIDADE CONSTITUI PARCELA REMUNERATÓRIA, SOBRE A QUAL INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES DO STJ.

4. NÃO HÁ, NOS AUTOS, QUALQUER PROVA DO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PRIMEIROS QUINZE DIAS ANTERIORES AOS BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE, BEM COMO SOBRE O SALÁRIO-MATERNIDADE, AS FÉRIAS E SEU TERÇO CONSTITUCIONAL. A IMPETRANTE JUNTOU GUIAS DE RECOLHIMENTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL, QUE COMPROVAM APENAS O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS JUNTO AO INSS, SEM DISCRIMINAR O FATO GERADOR, E NÃO HÁ DEMONSTRATIVOS DE QUE NO PERÍODO ALUDIDO HAVIA FUNCIONÁRIOS PERCEBENDO OS BENEFÍCIOS EM TELA OU RESSALVAS NAS GUIAS A ESSE RESPEITO.

5. SERIA INDISPENSÁVEL FOSSEM CARREADAS AOS AUTOS, ACOMPANHADAS DA EXORDIAL, PROVAS QUE DEMONSTRASSEM O DIREITO LÍQUIDO E CERTO, AMEAÇADO OU VIOLADO POR AUTORIDADE.

6. MESMO EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA É NECESSÁRIO ACOSTAR, COM A INICIAL, PROVAS DE QUE HOVE O PAGAMENTO QUE SE QUER REPETIR. COM MAIS FORTE RAZÃO, ESSA PROVA É INDISPENSÁVEL NO MANDADO DE SEGURANÇA.

7. AGRAVO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, TÃO SOMENTE PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS VALORES RELATIVOS AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

SÃO PAULO, 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

HENRIQUE HERKENHOFF

DESEMBARGADOR FEDERAL

**- TRF – 3 REGIÃO/SP
- AMS – PROCESSO Nº 2009.61.14.001686-0/SP
- SEGUNDA TURMA
- JULGAMENTO: 17/11/2009**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2009.61.14.001686-0/SP

RELATOR

DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF

APELANTE

CARBONO QUIMICA LTDA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXIX



ADVOGADO	CRISTIANE CAMPOS MORATA E OUTRO
APELADO	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRI
ENTIDADE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	HERMES ARRAIS ALENCAR

EMENTA

LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.

1. O PRAZO PRESCRICIONAL (COMO TAMBÉM O DECADENCIAL, QUANDO O DIREITO POTESTATIVO DEVE SER EXERCIDO JUDICIALMENTE) FLUI A PARTIR DO DIA EM QUE O AUTOR PODERIA BUSCAR O PROVIMENTO JURISDICIONAL, PORQUANTO REUNIDAS TODAS AS CONDIÇÕES DA AÇÃO.

2. O CONTRIBUINTE TEM O PRAZO DECADENCIAL DE CINCO ANOS PARA PLEITEAR A RESTITUIÇÃO DO TRIBUTO PAGO A MAIOR, CONTADO A PARTIR DO RECOLHIMENTO INDEVIDO (ARTIGO 168, INCISO I, DO CTN), MESMO NAS HIPÓTESES DE LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.

3. CONFIGURADA A CADUCIDADE DO DIREITO À DEVOLUÇÃO DE PARTE DOS VALORES PAGOS.

4. NA ESTEIRA DO RESP 486697/PR, É PACÍFICO NO ÂMBITO DO COLENDOSUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, DE PERICULOSIDADE E SOBRE AS HORAS-EXTRAORDINÁRIAS DE TRABALHO, EM RAZÃO DO SEU CARÁTER SALARIAL.

5. O STJ PACIFICOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O SALÁRIO-MATERNIDADE CONSTITUI PARCELA REMUNERATÓRIA, SOBRE A QUAL INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, MAS NÃO SOBRE O PAGAMENTO DOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

6. EM SE TRATANDO DE UMA OBRIGAÇÃO PATRONAL, O REEMBOLSO DAS DESPESAS COMPROVADAS DE CRECHE E ESCOLA, QUANDO TERCEIRIZADO O SERVIÇO, NÃO PODE SOFRER A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POIS TEM NÍTIDO CUNHO INDENIZATÓRIO.

Rua Alviandia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

XXX

7. PREVISTO NO §1º, DO ARTIGO 487 DA CLT, EXATAMENTE POR SEU CARÁTER INDENIZATÓRIO, O AVISO PRÉVIO INDENIZADO NÃO INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO E SOBRE ELE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO.

8. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE AS FÉRIAS E SEU TERÇO CONSTITUCIONAL, UMA VEZ QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA E, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, §11, DA CF, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO.

9. QUANTO À INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES, DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS A ESTE MANDADO DE SEGURANÇA, CONCLUI-SE QUE A IMPETRANTE NÃO DEMONSTROU, DE PLANO, O DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER AMPARADO PELO "MANDAMUS", ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

10. POR SE TRATAR DE BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTIGO 28, IV, § 9º, LEI Nº 8.212/91), O AUXÍLIO-ACIDENTE NÃO INTEGRA O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E, PORTANTO, A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE ELE NÃO INCIDE.

11. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL RECONHECIDA DE OFÍCIO. APELAÇÃO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDA.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL- STA/372
CONTRACAUTELA – SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA
INDEFERIMENTO

APÓS TER SIDO DESPROVIDO EM TODAS AS INSTÂNCIAS, OS RECURSOS INTERPOSTOS, A “UNIAO” INGRESSOU JUNTO AO “STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, COM A CONTRACAUTELA, OBJETIVANDO A “SUSPENSÃO DA TUTELA ANTECIPADA”, CONCEDIDA AO REQUERENTES COM O FITO DE NÃO INCEDIR A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A PARCELA DE UM TERÇO DE FÉRIAS.

IRRESIGNADA, A “UNIAO”, FUNDAMENTA O RECURSO, BASEANDO-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE NOS ARGUMENTOS DA LESÃO À ORDEM E A ECONOMIA PÚBLICAS, SUSTENTANDO QUE A EXECUÇÃO DA REFERIDA DECISÃO CONFIGURARIA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART.5º, CAPUT, DA LEI Nº4348/64;APONTANDO POR FIM. O EFEITO MULTIPLICADOR DA DECISÃO IMPUGNADA, O RECURSO DE CONTRACAUTELA FOI “INDEFERIDO” COM O SEGUINTE DESPACHO:

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXI

STA 372 - SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA

ORIGEM: DF - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO PRESIDENTE

DECISÃO:

TRATA-SE DE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA FORMULADO PELA UNIÃO, COM A FINALIDADE DE SUSTAR OS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA PELA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, QUE, NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2008.01.00.065325-5, CONFIRMOU A LIMINAR CONCEDIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, CONSUBSTANCIADA NA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O ABONO DE FÉRIAS.

SEGUNDO O RELATO DA PETIÇÃO INICIAL, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AUDITORES FISCAIS (ANFIP) AJUIZOU, NA QUALIDADE DE SUBSTITUTA PROCESSUAL, AÇÃO ORDINÁRIA, COM O ESCOPO DE OBTER DECLARAÇÃO JUDICIAL DE NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A PARCELA DE UM TERÇO DE FÉRIAS DE SEUS SUBSTITUÍDOS.

O JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL DEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, COM A CONSEQUENTE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA REFERIDA EXAÇÃO.

IRRESIGNADA, A UNIÃO INTERPÔS, PERANTE O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, AO QUAL FOI NEGADO SEGUIMENTO. NO ENTENDER DO RELATOR, DESEMBARGADOR ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA, O RECURSO ESTARIA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO RESPECTIVO TRIBUNAL.

CONTRA ESSA DECISÃO, A UNIÃO INTERPÔS AGRAVO REGIMENTAL, O QUAL FOI DESPROVIDO PELA SÉTIMA TURMA DAQUELE TRIBUNAL.

A PRESENTE SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA BASEIA-SE EM ARGUMENTOS DE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS.

AFIRMA A REQUERENTE QUE A DECISÃO IMPUGNADA REPRESENTARIA INDEVIDO ÓBICE AO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

SUSTENTA, ADEMAIS, QUE A EXECUÇÃO DA REFERIDA DECISÃO CONFIGURARIA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 5º, CAPUT, DA LEI Nº 4.348/64.

NO TOCANTE À ECONOMIA PÚBLICA, ASSEVERA QUE “O IMPACTO FINANCEIRO DECORRENTE DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS EM AÇÕES QUE OSTENTAM A MESMA CAUSA DE PEDIR, IMPETRADAS PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP), EM TUDO IDÊNTICA À ORA EM DISCUSSÃO, PERFAZ UM MONTANTE DE

APROXIMADAMENTE R\$ 2.406.451,06 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E SEIS CENTAVOS)".

APONTA, POR FIM, O POTENCIAL EFEITO MULTIPLICADOR DA DECISÃO IMPUGNADA. DECIDO.

A BASE NORMATIVA QUE FUNDAMENTA O INSTITUTO DA SUSPENSÃO (LEIS N.º 12.016/09, N.º 8.437/92, N.º 9.494/97 E ART. 297 DO RI-STF) PERMITE QUE A PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A FIM DE EVITAR GRAVE LESÃO À ORDEM, À SAÚDE, À SEGURANÇA E À ECONOMIA PÚBLICAS, SUSPENDA A EXECUÇÃO DE DECISÕES CONCESSIVAS DE SEGURANÇA, DE LIMINAR OU DE TUTELA ANTECIPADA, PROFERIDAS EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELOS TRIBUNAIS LOCAIS OU FEDERAIS, QUANDO A DISCUSSÃO TRAVADA NA ORIGEM FOR DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL.

ASSIM, É A NATUREZA CONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA QUE JUSTIFICA A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA APRECIAR O PEDIDO DE CONTRACAUTELA, CONFORME A PACIFICADA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, DESTACANDO-SE OS SEGUINTE JULGADOS: RCL-AGR N.º 497, REL. CARLOS VELLOSO, DJ 6.4.2001; SS-AGR N.º 2.187, REL. MAURÍCIO CORRÊA, DJ 21.10.2003; E SS N.º 2.465, REL. NELSON JOBIM, DJ 20.10.2004.

NA AÇÃO DE ORIGEM, DISCUTE-SE A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS ARTS. 7º, XVII, 39, § 3º, ART. 40, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO. NÃO HÁ DÚVIDA, PORTANTO, DE QUE A MATÉRIA DISCUTIDA NA ORIGEM REVESTE-SE DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL.

FEITAS ESSAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES, PASSO À ANÁLISE DO PEDIDO, O QUE FAÇO APENAS E TÃO SOMENTE COM BASE NAS DIRETRIZES NORMATIVAS QUE DISCIPLINAM AS MEDIDAS DE CONTRACAUTELA. RESSALTE-SE, NÃO OBSTANTE, QUE, NA ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE DECISÃO JUDICIAL, NÃO É VEDADO AO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROFERIR UM JUÍZO MÍNIMO DE DELIBAÇÃO A RESPEITO DAS QUESTÕES JURÍDICAS PRESENTES NA AÇÃO PRINCIPAL, CONFORME TEM ENTENDIDO A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, DA QUAL SE DESTACAM OS SEGUINTE JULGADOS: SS-AGR 846, REL. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 29.5.96; SS-AGR 1.272, REL. CARLOS VELLOSO, DJ 18.5.2001.

O MENCIONADO JUÍZO DE DELIBAÇÃO DOS ELEMENTOS DA CAUSA PRINCIPAL NÃO SE REVELA APENAS POSSÍVEL, MAS NECESSÁRIO À AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE LESÃO À ORDEM, À SAÚDE, À SEGURANÇA E À ECONOMIA PÚBLICAS, POIS, COMO BEM SALIENTOU O MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE, "(...)AINDA QUE NÃO SE CUIDE DE RECURSO, O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NÃO PRESCINDE DE TODO DA DELIBAÇÃO DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA SUBJACENTE À DECISÃO CONCESSIVA DA LIMINAR OU DO MANDADO DE SEGURANÇA. COM EFEITO, NÃO OBSTANTE SUAS PECULIARIDADES, A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA É MEDIDA CAUTELAR: VISA, AFINAL DE CONTAS, A SALVAGUARDAR DOS RISCOS DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO JULGADO OS QUALIFICADOS INTERESSES PÚBLICOS - OS RELATIVOS À ORDEM, À

SAÚDE, À SEGURANÇA E À ECONOMIA PÚBLICAS - QUE A JUSTIFICAM, COM VISTAS À EVENTUAL REFORMA DA DECISÃO MEDIANTE O RECURSO CABÍVEL. POR ISSO, TENHO ACENTUADO: SE, DE PLANO, EVIDENCIA-SE A INVIABILIDADE DO RECURSO INTERPOSTO OU ANUNCIADO, PERDE SENTIDO A SUSPENSÃO DA SEGURANÇA CONCEDIDA (...)" (SS 1.001, DJ 21.03.1996).

NESSE SENTIDO, CUMPRE REGISTRAR QUE ESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL POSSUI REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSOANTE SE DEPREENDE DOS SEGUINTE JULGADOS:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. II - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO (AI 712.880. REL. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 18.6.2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A MATÉRIA CONSTITUCIONAL CONTIDA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO FOI OBJETO DE DEBATE E EXAME PRÉVIOS NO TRIBUNAL A QUO. TAMPOUCO FORAM OPOSTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, O QUE NÃO VIABILIZA O EXTRAORDINÁRIO POR AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO.

2. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU-SE NO SENTIDO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS QUE PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA PODEM SOFRER A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (AI 710.361. REL. CARMEN LÚCIA. DJ 7.4.2009)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA - ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) SOBRE FÉRIAS (CF, ART. 7º, XVII) - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, FIRMOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3), A QUE SE REFERE O ART. 7º, XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES (RE 587.941. REL. CELSO DE MELLO. DJ 20.11.2008).

DESSE MODO, TENDO EM VISTA NÃO TER COMPROVADO O REQUERENTE A PLAUSIBILIDADE DE SUAS ALEGAÇÕES E A EXISTÊNCIA DE EFETIVA E GRAVE VIOLAÇÃO A INTERESSES LEGÍTIMOS DO ESTADO, NÃO VISLUMBRO A PRESENÇA, NA ESPÉCIE, DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DO PRESENTE PEDIDO DE CONTRACAUTELA.

ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO.

PUBLIQUE-SE.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXIV

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010.
MINISTRO GILMAR MENDES -PRESIDENTE

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO

O MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO TEM COMO PRESSUPOSTO NECESSÁRIO O JUSTO RECEIO DE AMEAÇA OU LESÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.

O SUPORTE INFRACONSTITUCIONAL DO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO É ENCONTRADO NO ARTIGO 1º, CAPUT, DA LEI Nº 12016/09, QUE ASSIM DISPÕE:

“CONCEDER-SE-Á MANDADO DE SEGURANÇA PARA PROTEGER DIREITO LÍQUIDO E CERTO, NÃO AMPARADO POR HABEAS CORPUS OU HABEAS DATA, SEMPRE QUE, ILEGALMENTE OU COM ABUSO DE PODER, QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA SOFRER VIOLAÇÃO OU HOVER JUSTO RECEIO DE SOFRÊ-LA POR PARTE DE AUTORIDADE, SEJA DE QUE CATEGORIA FOR E SEJAM QUAIS FOREM AS FUNÇÕES QUE EXERÇA”.

E O SUPORTE CONSTITUCIONAL DO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO É EXATAMENTE O MESMO SUPORTE DA TUTELA JURISDICIONAL PREVENTIVA, CONTIDO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88:

“ART. 5º (.....)

XXXV. A LEI NÃO EXCLUIRÁ DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO LESÃO OU AMEAÇA A DIREITO.

O DIREITO O QUAL SE VÊ AMEAÇADO, SERIA O DIREITO DE NÃO INCIDIR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS A TÍTULO DE ***“HORAS EXTRAS”*** E ***“TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS”*** EXIGIDAS ATRAVÉS DO ***ART. 22-I DA LEI 8212/81***, CUJAS EXAÇÕES FORAM CONSIDERADOS INAPLICÁVEIS, POR SE TRATAREM DE VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS, QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, CONFORME PRECEITUA O ***ART.201-§11- DA CF/88.***

PORTANTO, SERÁ CABÍVEL A IMPETRAÇÃO DE ***MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO***, CONTRA A OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE 20%(VINTE POR CENTO) SOBRE ***“HORAS EXTRAS”*** E ***“TERÇO***

Rua Alvilandia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXX

CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” DE EFEITOS CONCRETOS QUE, INDEPENDENDO DE OUTRO REQUISITO E FORMALIDADE LEGAL, AMEAÇA O DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE EM EFETUAR O AUTO – ENQUADRAMENTO.

ASSIM, O PEDIDO DE “**SEGURANÇA**” NÃO AGRIDE “**LEI EM TESE**”, (SUMULA Nº 266 DO STF).

É QUE AS NORMAS CONTIDAS NO “**ART. 22- INCISO I DA LEI 8212/81**” SE ENQUADRAM NA CATEGORIA DAQUELES QUE ENSEJAM EXECUÇÃO IMEDIATA.

TAIS NORMAS, DENOMINADAS DE “**EFEITOS CONCRETOS**” MALGRADO SE APRESENTAM SOB FORMA DE REGRAS GENÉRICAS, FUNCIONAM EM SEUS EFEITOS, COMO ATOS ADMINISTRATIVOS, INCIDINDO, DIRETAMENTE, SOBRE SITUAÇÕES INDIVIDUAIS.

NESSE SENTIDO:

HUMBERTO THEODORO JUNIOR, EM ADMIRÁVEL SÍNTESE REGISTRA:

“O MS, DIANTE DA LEI AUTO- APLICÁVEL NÃO SERÁ, OUTROSSIM, UMA AÇÃO JUDICIAL CONTRA A LEI EM TESE, MAS CONTRA SEUS EFEITOS QUE SE FAZEM SENTIR IMEDIATOS. NA VERDADE, O IMPETRANTE NÃO PEDIRÁ QUE SE ANULE A LEI, MAS APENAS QUE SE IMPEÇA PELA SUA APLICAÇÃO PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA, NAQUILO QUE VIRIA LESAR O SEU DIREITO INDIVIDUAL (“O MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO E AO LEI EM TESE”; REVISTA JURÍDICA – RS Nº 144-P.24).

O ESCOPO DO “**M.S PREVENTIVO**”, É, EM SUMA, A DEFESA DE TODO E QUALQUER DIREITO (LÍQUIDO E CERTO) QUE SE VÊ AMEAÇADO. ESSA AMEAÇA REPOUSA NUMA MANIFESTAÇÃO CONCRETA, OBJETIVA E ATUAL DA ADMINISTRAÇÃO, DE TAL FORMA QUE SE CONSUMAREM OS SEUS PROPÓSITOS, OU SEJA A APLICAÇÃO DIRETA E DO **ART.22-I DA LEI 8212/91**, A LESÃO AO DIREITO TORNAR- SE - Á EFETIVA.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CABIMENTO.

I- MESMO NO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO, NÃO BASTA O SIMPLES RISCO DE LESÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO, COM BASE APENAS NO JULGAMENTO SUBJETIVO DA IMPETRANTE. IMPÕE- SE QUE A AMEAÇA A ESSE DIREITO SE CARACTERIZA POR ATOS CONCRETOS OU PREPARATÓRIOS DE PARTE DA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

xxxvi

AUTORIDADE IMPETRADA, OU AO MENOS INDÍCIOS DE QUE A AÇÃO OU OMISSÃO VIRÁ A ATINGIR O PATRIMÔNIO JURÍDICO D APARTE.

II- EM DIREITO TRIBUTÁRIO, SE O AUTOR INQUINA DETERMINADA EXAÇÃO, PREVISTA EM LEI, DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGAL, MAS NÃO DEMONSTRA QUALQUER AMEAÇA A SEU DIREITO DE NÃO PAGÁ- LÁ, DESCABE A AÇÃO MANDAMENTAL, QUE NÃO TEM ESCOPO EM INTERPRETAR A LEI EM TESE.

III- RECURSO IMPROVIDO, POR UNANIMIDADE (RESP. Nº 18.408, REL. MIN. DEMÓCRITO REINALDO, "IN" DJU DE 09.06.92).

"MANDADO DE SEGURANÇA"

- O MANDADO DE SEGURANÇA AMPARA DIREITO LÍQUIDO E CERTO, AFETADO OU POSTO EM PERIGO POR ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. NÃO É ADMISSÍVEL CONTRA LEI EM TESE. TODAVIA, IDÔNEO SE A LEI GERA SITUAÇÃO ESPECÍFICA E PESSOAL, SENDO, POR ISSO SÓ, CAUSA DE PROBABILIDADE DE OFENSA A DIREITO INDIVIDUAL. CUMPRE DISTINGUIR POSSIBILIDADE (EM TESE) A PROBABILIDADE (EM CONCRETO) DE VIOLAÇÃO DE DIREITO (RESP. Nº 1.482 REL MIN. VICENTE CERNICCHIARO, "IN" DJU DE 15.12.89).

"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECRETO DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. CONGELAMENTO DOS QUINTOS. ATO DE EFEITO CONCRETO.

1. QUANDO O ATO INCIDE DIRETAMENTE NA ESFERA JURÍDICA DO IMPETRANTE, NÃO HÁ FALAR EM MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE. 2. RECURSO NÃO CONHECIDO POR AMBAS AS ALÍNEAS" (RESP. 147.784/DF, 6ª TURMA, REL. MIN. FERNANDO GONÇALVES, VV.U., DJU 16.11-1999).

FUMUS BONI IURIS

A ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE UMA AMEAÇA OBJETIVA E ATUAL DEVE ESTAR BASEADA EM DADOS OBJETIVOS E FATOS CONCRETOS.

DESTA FORMA, REQUER-SE SEGURANÇA PARA QUE, **"SE CONSUMADA A SITUAÇÃO DE FATO SOBRE A QUAL DEVE INCIDIR A LEI QUESTIONADA, JUSTIFICA-SE A IMPETRAÇÃO PREVENTIVA"**.

NA MEDIDA EM QUE CONFIGURADA A SITUAÇÃO DE FATO, FAZENDO JUS À

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2680 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXVII

EXECUÇÃO DA NORMA EM QUE SE ENQUADRA O DIREITO SUBJETIVO DA IMPETRANTE, HAVENDO O JUSTO RECEIO DE EXERCÊ-LO, É EVIDENTE O CABIMENTO DO MANDADO PREVENTIVO.

E ESTA SITUAÇÃO DE FATO OCORRE NO MOMENTO EM QUE A IMPETRANTE PRETENDE EXERCER O DIREITO SUBJETIVO QUE LHE É DE NÃO MAIS SE SUBMETTER À EXPÚRIA EXIGÊNCIA, OBSTADO POR ATO DA AUTORIDADE FAZENDÁRIA, NO PRESENTE CASO CONFIGURANDO O JUSTO RECEIO DE DANO, SOMENTE AFASTADO PELA VIA MANDAMENTAL E, COMO FORMA DE SE PREVENIR CONTRA A LESÃO DE SEU DIREITO, O UTILIZA DE FORMA PREVENTIVA.

RESSALTE-SE NÃO SE TRATAR, PORTANTO, DE IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE. HÁ INTERESSE PROCESSUAL, NA MEDIDA EM QUE O FATO JÁ OCORREU, O RECOLHIMENTO DE TRIBUTO INEXIGÍVEL, SENDO É OBSTADA PELA IMPETRADA DIANTE DE SEU NÃO RECONHECIMENTO DO DIREITO A SE RESSARCIR NA TOTALIDADE DOS CRÉDITOS.

AINDA POR SE NOTÓRIO QUE NENHUMA AUTORIDADE IRÁ DEIXAR DE CUMPRIR A LEI EM VIRTUDE DE CONSIDERÁ-LA INCONSTITUCIONAL, OU AINDA, DEIXAR DE CUMPRIR NORMA INFRA LEGAL POR CONSIDERÁ-LA CONTRÁRIA À LEI, NEGAR A POSSIBILIDADE DA IMPETRAÇÃO, EM HIPÓTESES COMO ESTA, É NEGAR O CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA NA MODALIDADE PREVENTIVA, CUJAS RAÍZES ESTÃO FINCADAS NA CARTA MAGNA.

NÃO SE REQUER, OUTROSSIM, DAR CARÁTER NORMATIVO AO MANDADO DE SEGURANÇA. TRATA-SE DE FATO CONCRETO, SOBRE O QUAL REQUER-SE A SEGURANÇA. É UMA SITUAÇÃO INDIVIDUALIZADA, SOBRE A QUAL SE JUSTIFICA O JUSTO RECEIO, HAVENDO ESTRITA CORRESPONDÊNCIA COM O ATO QUE PROCURA SE AFASTAR. O FATO IMPONÍVEL, NO CASO AINDA NÃO APERFEIÇOADO, CONTÉM ELEMENTOS QUE DENOTAM CLARAMENTE SUA IMINÊNCIA, AS LEIS E NORMAS QUE DISPÕE DE PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE QUE, DEVIDO AO PODER VINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO, NÃO DEIXARÃO DE SER EXECUTADOS PELA IMPETRADA.

EXISTE O INTERESSE PROCESSUAL EM SE PRECAVER CONTRA DANO IMINENTE, UMA VEZ QUE A IMPETRANTE ENCONTRA-SE NA SITUAÇÃO DE FATO ENSEJADORA DE DISCORDÂNCIA QUANTO AO EXERCÍCIO DE DIREITO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXVIII

DELA DECORRENTE POR PARTE DA IMPETRADA, CONFIGURANDO O JUSTO RECEIO, SUFICIENTE PARA A IMPETRAÇÃO DO MANDADO PREVENTIVO.

OS PRESSUPOSTOS LEGAIS À CONCESSÃO DA ORDEM, AMPARADAS PELO “**DIREITO LÍQUIDO E CERTO**” DOS IMPETRANTES, ESTÃO FORTEMENTE CORROBORADOS DE FORMA INEQUÍVOCA E INCONTESTE ATRAVÉS DAS JURISPRUDÊNCIAS EMANADAS PELO “**STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” E ACÓRDÃOS DO “**STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**”.

I – STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- RE/345458 – 01/02/2005
- RE/496261 – 19/12/2008
- RE/479193 – 18/12/2008
- RE/389903 – AGR/DF – 21/02/2006
- RE/593068 – 07/05/2009
- AI/755469 – 03/08/2009
- AI/730575 – 11/11/2009
- AI/730567 – 14/11/2009
- AI/740356 – 26/02/2009

II – STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- RESP Nº 1.159.293-DF - DJE – 10/03/2010
- RESP Nº 1.156.962-SP – DJE – 25/05/2010
- RESP Nº 615.618-SC – DJE – 27/03/2006
- RESP Nº 721.682-PR – DJE – 18/02/2010

PERICULUM IN MORA

A POSSIBILIDADE DA ACARRETAÇÃO DE DANO IRREPARÁVEL DECORRE DA SITUAÇÃO DE INADIMPLEMENTO EM QUE SE ENCONTRARÁ A IMPETRANTE CASO NÃO OBTENHA A “**MEDIDA LIMINAR**” PRETENDIDA, RESTANDO A ELA AGUARDAR A SENTENÇA DE MÉRITO, HIPÓTESE EM QUE ESTARÁ PRESENTE O RISCO DE, ENQUANTO EM TRÂMITE O PROCESSO, SOFRER AUTUAÇÕES POR PARTE DO FISCO, TER EFETUADA A INSCRIÇÃO DE SEU DÉBITO NA DÍVIDA ATIVA E CONSEQÜENTE COBRANÇA EXECUTIVA E POSTERIOR PENHORA DE

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXIX

BENS POR TER EFETUADO O A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

COMO A ATIVIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS É VINCULADA, CORRE A IMPETRANTE SÉRIO RISCO DE VIR A SOFRER ESTAS AUTUAÇÕES POR PARTE DA FISCALIZAÇÃO, NÃO RESTANDO OUTRA ALTERNATIVA PARA ASSEGURAR O SEU DIREITO SENÃO A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR REQUERIDA, POR ESTAREM PRESENTES OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS DO PEDIDO, BASEADOS EM ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DO **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** E **"STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"**.

ASSIM, SE O CONTRIBUINTE IMPETRA MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO QUE JULGO SER INDEVIDA, O PERIGO DE DEMORA CARACTERIZA-SE PELA SIMPLES POSSIBILIDADE DE CONSTRANGIMENTO DO IMPETRANTE COM A AÇÃO FISCAL, SABIDO QUE APÓS EFETUADO O PAGAMENTO DO TRIBUTO A RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO É BASTANTE PROBLEMÁTICA E DEMORADA.

A JURISPRUDÊNCIA, INCLUSIVE NOS TRIBUNAIS FEDERAIS, TEM ACOLHIDO ESTE ENTENDIMENTO:

"CONFIGURA O PERIGO DA DEMORA A POSSÍVEL SUJEIÇÃO DA APELADA AOS ATOS DE EXECUÇÃO PROMOVIDOS PELA APELANTE, POIS AQUELE SE ENCONTRARIA NUM ESTADO DE CONSTRANGIMENTO, FRENTE À SUA PROVÁVEL AUTUAÇÃO FISCAL". - 2ª T. DO TRF DA 5ª REGIÃO - NA. AG. 101.187 - CE (96.05.17462-6) REL. JUIZ ARAKEN MARIZ. DJU II DO 01.11.96 - PG. 8376.

"O RECOLHIMENTO... SERIA PASSÍVEL DE OCASIONAR DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, UMA VEZ QUE, VENCEDORA NO MÉRITO, TERIA A EMPRESA DE VALER-SE DA VIA REPETITÓRIA PARA OBTER O QUE RECOLHERA A MAIOR", DESPACHO DO ILUSTRE JUIZ RIDALVO COSTA NO MS 48557-PE EM 07.04.95.

O PERICULUM IN MORA DECORRE DO FATO NOTÓRIO DE QUE O GOVERNO É UM MAU PAGADOR. NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, O CONTRIBUINTE PENA PARA RECEBER O QUE RECOLHEU INDEVIDAMENTE, COM AS CONTESTAÇÕES E RECURSOS DE CARÁTER DE EMULAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL; PENA MAIS NOS ODIOSOS PRECATÓRIOS".

DESPACHO DO JUIZ TOURINHO NETO DO TRF DA 1ª REGIÃO - NO AG. 96.01.38383-2-MG - REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 158, PG. 159 E DJU II DE 27.09.96 - PG. 72.893

Rua Avilandia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax: 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XL

DO PEDIDO

EX POSITIS: E, COMO ESTÃO PRESENTES OS REQUISITOS DA LEI Nº 12.016/09, BEM COMO O "FUMUS BONI JURIS", O "PERICULUM IN MORA" E O "DIREITO LÍQUIDO E CERTO", FUNDAMENTADO PELAS ITERATIVAS DECISÕES EMANADAS PELO "STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" E "STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CONSTANTES DO BOJO DA EXORDIAL E DOC. ANEXOS REQUER:

A) A CONCESSÃO "INITIO LIDIS" E "INAUDITA ALTERA PARTES" DA "MEDIDA LIMINAR" A FIM DE QUE SEJA CONCEDIDO A IMPETRANTE O DIREITO LÍQUIDO E CERTO:

I- A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O "MUNICÍPIO IMPETRANTE" E A "UNIÃO – RECEITA FEDERAL DO BRASIL", REFERENTE À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS, A TÍTULO DE "HORAS EXTRAS" E "TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS" (ART. 7º, XVII – CF) E "ART. 22, I DA LEI 8212/91", E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA "INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA" QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DO SEGURADO, DE ACORDO COM O "ART. 201, §11 – DA CF/88", CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO "RE- Nº345;458/RS- STF" E DO "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL-STJ", REFERENTE AOS PERÍODOS DE "06/2000" A "06/2010" E SUBSEQUENTES.

II- A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS COM BASE NO "ART. 22 – I DA LEI 8212/91, A TÍTULO DE "HORAS EXTRAS" E "TERÇOS CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS" (ART. 7º, XVII- CF), EMBASADAS NOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS EXPOSTOS NO ITEM "A-I" ANTERIOR, REFERENTE AOS PERÍODOS DE "06/2000" A "06/2010" E SUBSEQUENTES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DESTE "MANDAMUS".

III- A DETERMINAÇÃO À “UNIÃO : RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUE SE ABSTENHA DA PRÁTICA TENDENTE A IMPOR AO MUNICÍPIO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO: AUTUAÇÃO FISCAL NEGAR-SE A EMITIR A “CND”; BLOQUEIO DA FPM E INCLUSÃO NO CADIN, REFERENTES AOS FATOS CONSTANTES DE EXORDIAL E DO ITEM “A” INCISOS “I” E “II” DO “PEDIDO”.

B) A INTIMAÇÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA A FIM DE PRESTAR SUAS INFORMAÇÕES, NO PRAZO E QUERENDO;

C) QUE OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS AO D. MINISTÉRIO PÚBLICO PARA SEU R. PARECER;

D) AFINAL, O WRIT SEJA JULGADO PROCEDENTE EM SEU MÉRITO DE FORMA A CONFIRMAR A LIMINAR CONCEDIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.

DÁ À CAUSA O VALOR ESTIMADO DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) EQUIVALENTE AOS BENEFÍCIOS A SEREM AUFERIDOS PELA SUSPENSÃO DAS EXAÇÕES PATRONAIS UTILIZADAS PARA COMPENSAÇÕES EFETUADAS “ADMINISTRATIVAMENTE”, PELO ENTE FEDERATIVO.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO PAULO, 31 DE MAIO DE 2010.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XLII

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, nesta e na melhor forma de direito, a Prefeitura Municipal de Araraquara neste ato representada pelo Prefeito, Sr. **Marcelo Fortes Barbieri**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 8.085.064-9 inscrito no CPF/MF sob o nº 022.782.708-26 residente na. Avenida José Palamone Lepre nº790, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **ANTONIO SERGIO BAPTISTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 17.111; **CLAUDIA RATTES LA TERZA BAPTISTA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 110.820; **CAMILA BARROS DE AZEVEDO GATO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 174.848; **FLÁVIO POYARES BAPTISTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 244.448; **GIANPAULO BAPTISTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 177.061; **MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 191.573 e **MARIA FERNANDA PESSATTI TOLEDO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 228.078, **RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB nº 263.565, todos com escritório Al. Rio Negro 1030, 19º andar, conjuntos 1901/1903 – Alphaville - BARUERI – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP 06454-000 - TELEFONE: (11) 4193-8363 – FAX: (11) 4193-8364 - E-MAIL: asb@asbadvogados.com.br, aos quais confere amplos poderes para o foro em geral, com cláusula **"AD-JUDICIA e ET-EXTRA"** perante qualquer Juízo, Instância ou

Tribunal, ou órgão da União RFB- Receita Federal do Brasil, podendo propor contra quem de Direito, as ações competentes e defender as contrárias, seguindo umas e outras, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, podendo ainda substabelecer esta em outrem ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para propositura de ação **Administrativa ou Judicial junto a Justiça Federal ou "Órgão da União"- "Receita Federal do Brasil - RFB"**, para fins da suspensão da exigibilidade da **Contribuição Previdenciária Patronal - Art.22-I da lei 8212/91, incidente sobre as numerações pagas a título "Indenizatório e Compensatório"; Cargos Eletivos (Prefeito - Vice - Vereadores) - Lei 9506/97 e Redução da Alíquota do RAT-Ajustado, conforme contratos 2149/2010; 2151/2010 e 2150/2010 respectivamente.** Araraquara, 25 de Maio de 2010.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.



Marcelo Fortes Barbieri

Prefeito Municipal



46
e

ANTONIO SERGIO BAPTISTA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

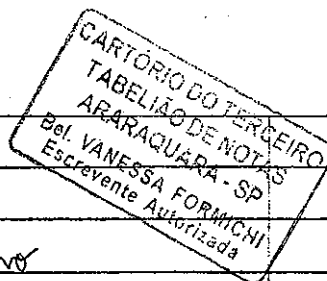
SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **ANTONIO SERGIO BAPTISTA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP sob nº 17.111, com escritório na Al. Rio Negro 1030, 19º andar, São Paulo, Capital, **substabelece, sem reservas para si**, nas pessoas de **ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, OAB/SP sob nº 88.320; **ANA PAULA DOS SANTOS PRISCO FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/SP sob nº 109.262 e **TIAGO RODRIGO PEREIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP sob nº 117.583-E, todos os poderes que lhes foram outorgados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**, com cláusula “AD-JUDICIA e ET-EXTRA” perante qualquer juízo, Instância ou Tribunal, ou órgão da União RFB – Receita Federal do Brasil, podendo propor contra quem de Direito, as ações competentes e defender as contrárias, seguindo umas e outras, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, podendo ainda substabelecer esta em outrem ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para a propositura da ação Administrativa ou Judicial junto a Justiça Federal ou “Órgão da União” – “Receita Federal do Brasil – RFB”, para fins da suspensão da exigibilidade da Contribuição Previdenciária Patronal – Art. 22-I da lei 8212/91, incidente sobre as numerações pagas a título “Indenizatório e Compensatório”; Cargos Eletivos (Prefeito – Vice – Vereadores) – Lei 9506/97 e Redução da Alíquota do RAT – ajustado, conforme contratos 2149/2010; 2151/2010 e 2150/2010 respectivamente.

São Paulo, 27 de maio de 2010.


ANTONIO SERGIO BAPTISTA
OAB/SP nº 17.111

Alameda Rio Negro, nº 1030 - 19º andar - Alphaville, SP
Tel 11 41938363 Fax 1141938364
www.asbadvogados.com.br
e-mail: asb@asbadvogados.com.br



11-

Natalino Santana

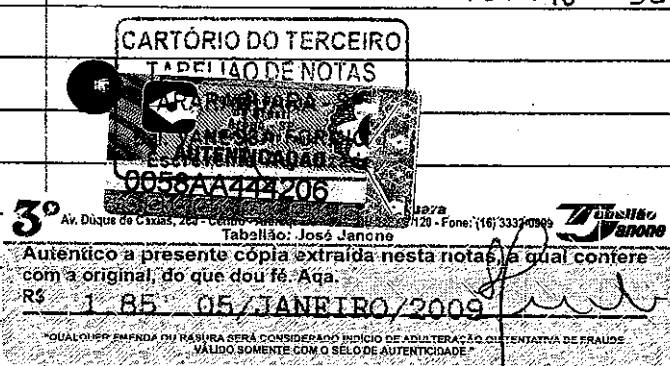
12-

Paulo Vítor Antelmo

13-

Ronaldo Napeloso

TERMO DE POSSE



Termo de posse do Prefeito do Município de Araraquara, eleito em 05 de outubro de 2008, para o mandato de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012.

As primeiro dia do mês de janeiro do ano dois mil e nove, as , no Rato Municipal de Araraquara, sito a Avenida Bento de Abreu s/nº, nesta cidade, nos termos do Edital nº 35/08, de 12 de dezembro de 2008, devidamente autorizada, pela Presidência do Legislativo, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo parágrafo 2º, do artigo 31, da Lei Orgânica Municipal, na redação da Emenda Organizacional nº 36, de 05 de agosto de 2008, reunida em sessão solene, conforme disposto no artigo 15, da Lei Orgânica Municipal, compareceu o senhor Marcelo Félix Barbieri, eleito pela Coligação PRB/PMDB/PSL/PPS/DEM/PMN/PC do B. Partido Republicano Brasileiro/Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Partido Social Liberal/Partido Popular Socialista/Partido Democrata/Partido da Mobilização Nacional/Partido Comunista do Brasil, para nos termos do artigo 46, da Lei Orgânica Municipal, prestar compromisso



e tomar posse no exercício do cargo de Prefeito do Município de Araraquara, para o mandato de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012 e como tal proclamado pela Junta Apuradora da 13ª Zona Eleitoral de Araraquara, nas eleições municipais de 05 de outubro de 2008, conforme diploma exibido, fornecido pela Justiça Eleitoral, prestando em voz alta o seguinte compromisso:

1º Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legalidade e da justiça.

A seguir, o senhor Presidente da sessão, declarou legalmente empossado o Prefeito do Município de Araraquara, o cidadão Marcelo Fortes Barbieri.

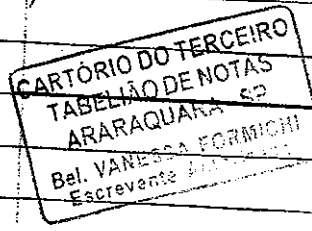
Para constar, foi lido e presente termo que, depois de lido, foi assinado pelo Prefeito empossado e pelos senhores membros da Mesa.

Câmara Municipal de Araraquara, ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2009 (dois mil e nove).

Prefeito empossado: *Marcelo Fortes Barbieri*

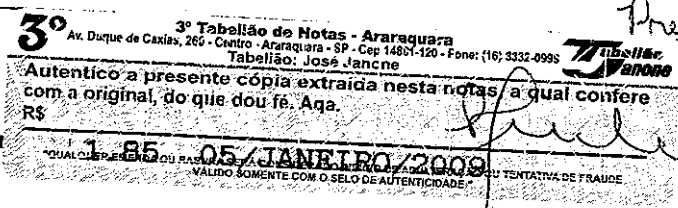
Presidente da sessão: *[assinatura]*

Secretário da sessão: *[assinatura]*



TERMO DE POSSE

Termo de posse do Vice-Prefeito do Município de



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
E. 085.064-9

DATA DE
EXEDIÇÃO 20/MAR/95

NOME MARCELO FORTES BARBIERI

TERCEIRO NELSON BARBIERI

E. MARIA RUTH FORTES BARBIERI

NACIONALIDADE ARARAQUARA - SP

DATA DE NASCIMENTO 21/NOV/1958

ENDEREÇO ARARAQUARA - SP

ARARAQUARA

CÓDULO 86877FLB.170 / N. 001970

022782709/26

ASSINATURA DO DIRETOR

3º Tabelião de Notas - Araraquara
Av. Duque de Caxias, 260 - Centro - Araraquara - SP - Cep 14801-120 - Fone: (16) 3332-0923
Tabelião: José Janone

Autentico a presente cópia extraída nesta notas, a qual confere com a original do que dou fé. Ass.

RS 1.85 05/JANEIRO/2009

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

0058AA444039

ASSINATURA DO TITULAR


CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO DO T. 3º
TABELIÃO DE NOTAS
ARARAQUARA - SP
Bel. JOSÉ FORMICHI
Escrivão Autorizado

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.276.128/0001-10 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/03/1973</div>
<div>NOME EMPRESARIAL PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 103-1 - ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL</div>		
<div>LOGRADOURO R SAO BENTO</div>	<div>NÚMERO 840</div>	<div>COMPLEMENTO</div>
<div>CEP 14.801-901</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO ARARAQUARA</div>
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia 22/05/2010 às 11:45:25 (data e hora de Brasília).

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 22/05/2010



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:27
Número do documento: 22050617384478900000242499630
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384478900000242499630>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744458



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D. J. 30.03.2007
EMENTÁRIO Nº 2270-25

4906

52

C

27/02/2007

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 603.537-7 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGRAVANTE(S) : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AGRAVADO(A/S) : SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SINAL
ADVOGADO(A/S) : ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007.

EROS GRAU - RELATOR



STF 102.002

27/02/2007

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 603.537-7 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGRAVANTE(S) : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AGRAVADO(A/S) : SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SINAL
ADVOGADO(A/S) : ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Neguei seguimento ao agravo de instrumento nos seguintes termos:

"Trata-se de agravo de instrumento em que se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não-incorporáveis à remuneração dos servidores públicos. A propósito do tema, o STF manifestou-se nos seguintes termos:

"O Plenário desta Corte, em sessão administrativa do dia 18 de dezembro de 2002, firmou o entendimento de que a contribuição previdenciária do servidor público não pode incidir sobre parcelas não computadas para o cálculo dos benefícios de aposentadoria. Tal orientação fundamentou-se no disposto no art. 40, § 3º, da Constituição da República, que, segundo a redação dada pela Emenda nº 20/98, fixou como base de cálculo dos proventos de aposentadoria "a remuneração do servidor no cargo efetivo". Estimou-se, ainda, que, como a retribuição por exercício de cargo em comissão ou função comissionada já não era considerável para a fixação de proventos ou pensões, justificava-se, por conseguinte, a não incidência da contribuição previdenciária sobre aquelas parcelas, à luz do disposto no art. 40, § 12, c/c art. 201, § 11, e

STF 102.002

art. 195, § 5º, da Carta Magna. Observou-se, outrossim, que a Lei nº 9.783/99 igualmente excluiu as quantias referidas do conceito de remuneração para fins de contribuição devida por servidor público à previdência social, conforme decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998, conheço do recurso extraordinário e dou-lhe provimento, para deferir a segurança, nos termos da inicial. Custas ex-lege. Publique-se. Int.. Brasília, 26 de outubro de 2004. Ministro CEZAR PELUSO Relator." (RE n. 434.754, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 10.12.04).

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF."

2. Inconformado com a decisão supra, o agravante alega que:

"[...] O Eminentíssimo Ministro Relator negou seguimento ao Agravo de Instrumento com base em entendimento de que por força do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda n. 20/98, a base de cálculo dos proventos de aposentadoria deverá ser a remuneração do servidor no cargo efetivo, excluindo, portanto, valores pagos a título de função comissionada. Todavia, não há qualquer manifestação do precedente citado pela decisão recorrida indicando se essa exclusão deve ser estendida ao adicional de férias. Tal fato, por si só, indica a necessidade de reforma da decisão ora agravada" [fls 457].

Requer o provimento do agravo regimental para que o recurso extraordinário tenha regular processamento.

É o relatório.

STF 102.002

2

V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): O agravo não merece provimento.

2. Quanto à questão relativa à percepção do abono de férias e à incidência da contribuição previdenciária, a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que a garantia de recebimento de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal no gozo das férias anuais (CB, artigo 7º, XVII) tem por finalidade permitir ao trabalhador "reforço financeiro neste período (férias)" [RE n. 345.458, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 11.3.05], o que significa dizer que a sua natureza é compensatória/indenizatória. Ademais, conforme dispõe o artigo 201, § 11, da Constituição, "os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei".

3. Dessa maneira --- somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Aliás, e não poderia ser de outro modo, conforme dispõe a Lei n. 9.783/99, em seu artigo 1º, parágrafo único, a contribuição previdenciária do servidor público incide sobre a totalidade da remuneração, entendendo como remuneração, para esses fins, "o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (...)".

Nego provimento ao agravo regimental.

[Assinatura]

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 603.537-7
PROCED.: DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EROS GRAU
ACTE.(S): BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV.(A/S): PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AGDO.(A/S): SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL DO
BRASIL - SINAL
ADV.(A/S): ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA E OUTRO(A/S)

Decisão: Negado provimento ao agravo. Decisão unânime.
Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro
Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Gilmar
Mendes. 2ª Turma, 27.02.2007.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à
sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros
Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco Adalberto
Nóbrega.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador

STF 102.602

AI 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Origem:
Relator:
AGTE.(S)
ADV.(A/S)
AGDO.(A/S)
ADV.(A/S)

MG - MINAS GERAIS
MIN. ELLEN GRACIE
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
CRISTIANO REIS JULIANI
GERALDA SUELI DA SILVA
EDUARDO MACHADO DIAS E OUTRO(A/S)

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão que julgou ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. O acórdão restou assim ementado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO. É descabida a incidência de contribuição previdenciária sobre parcela retributiva não habitual e não incorporável à remuneração e aos proventos de aposentadoria do servidor público. Rejeita-se a preliminar e nega-se provimento à apelação." (Fl. 155)

Nas razões do recurso extraordinário, alega-se violação aos arts. 40, § 3º, 195, § 5º, e 201, § 11, da Constituição Federal.

2. O Tribunal *a quo* julgou a apelação em consonância com a jurisprudência pacífica desta Suprema Corte, manifestada, por exemplo, no julgamento do AI 712.684, rel. Min. Celso de Mello, DJE 12.06.2008, AI 705.590, rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 17.06.2008, AI 706.028, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 03.04.2008, RE 545.317-AgR, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, unânime, DJE 13.03.2008, e do AI 603.537-AgR, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, unânime, DJE 30.03.2007, cuja ementa é a seguinte:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.



58
C

*Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor
sofrem a incidência da contribuição previdenciária.
Agravado regimental a que se nega provimento."*

3.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2008.

Ministra Ellen Gracie
Relatora



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:27

Número do documento: 22050617384478900000242499630

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384478900000242499630>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-51B5>

Num. 249744458



59
C

STA 372 - SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA

O
origem: DF - DISTRITO FEDERAL

R
elator: MINISTRO PRESIDENTE

R
EQTE. (S) UNIÃO

A
DV. (A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R
EQDO. (A/S) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

R
EQDO. (A/S) JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

I
NTDO. (A/S) ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A
DV. (A/S) MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO (A/S)

I
NTDO. (A/S) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

A
DV. (A/S) PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

60
C

DECISÃO: Trata-se de pedido de suspensão de tutela antecipada formulado pela União, com a finalidade de sustar os efeitos da decisão proferida pela Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2008.01.00.065325-5, confirmou a liminar concedida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, consubstanciada na suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o abono de férias.

Segundo o relato da petição inicial, a Associação Nacional de Auditores Fiscais (ANFIP) ajuizou, na qualidade de substituta processual, ação ordinária, com o escopo de obter declaração judicial de não incidência de contribuição social sobre a parcela de um terço de férias de seus substituídos.

O Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu o pedido de tutela antecipada, com a consequente suspensão da exigibilidade da referida exação.

Irresignada, a União interpôs, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, agravo de instrumento, ao qual foi negado seguimento. No entender do Relator, Desembargador Itelmar Raydan Evangelista, o recurso estaria em confronto com a jurisprudência dominante no respectivo Tribunal.

Contra essa decisão, a União interpôs agravo regimental, o qual foi desprovido pela Sétima Turma daquele Tribunal.

A presente suspensão de tutela antecipada baseia-se em argumentos de lesão à ordem e à economia públicas.

Afirma a requerente que a decisão impugnada representaria indevido óbice ao exercício de suas atribuições.

61
E

Sustenta, ademais, que a execução da referida decisão configuraria violação ao disposto no art. 5º, *caput*, da Lei nº 4.348/64.

No tocante à economia pública, assevera que "o impacto financeiro decorrente do cumprimento das decisões judiciais proferidas em ações que ostentam a mesma causa de pedir, impetradas pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), em tudo idêntica à ora em discussão, perfaz um montante de aproximadamente R\$ 2.406.451,06 (dois milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e seis centavos)".

Aponta, por fim, o potencial efeito multiplicador da decisão impugnada.

Decido.

A base normativa que fundamenta o instituto da suspensão (Leis n.º 12.016/09, n.º 8.437/92, n.º 9.494/97 e art. 297 do RI-STF) permite que a Presidência do Supremo Tribunal Federal, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, suspenda a execução de decisões concessivas de segurança, de liminar ou de tutela antecipada, proferidas em única ou última instância, pelos tribunais locais ou federais, quando a discussão travada na origem for de índole constitucional.

Assim, é a natureza constitucional da controvérsia que justifica a competência do Supremo Tribunal Federal para apreciar o pedido de contracautela, conforme a pacificada jurisprudência desta Corte, destacando-se os seguintes julgados: Rcl-AgR n.º 497, Rel. Carlos Velloso, DJ 6.4.2001;

62
C

SS-AgR n.º 2.187, Rel. Maurício Corrêa, DJ 21.10.2003; e SS n.º 2.465, Rel. Nelson Jobim, DJ 20.10.2004.

Na ação de origem, discute-se a interpretação e a aplicação dos arts. 7º, XVII, 39, § 3º, art. 40, caput, da Constituição. Não há dúvida, portanto, de que a matéria discutida na origem reveste-se de índole constitucional.

Feitas essas considerações preliminares, passo à análise do pedido, o que faço apenas e tão somente com base nas diretrizes normativas que disciplinam as medidas de contracautela. Ressalte-se, não obstante, que, na análise do pedido de suspensão de decisão judicial, não é vedado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal proferir um juízo mínimo de delibação a respeito das questões jurídicas presentes na ação principal, conforme tem entendido a jurisprudência desta Corte, da qual se destacam os seguintes julgados: SS-AgR 846, Rel. Sepúlveda Pertence, DJ 29.5.96; SS-AgR 1.272, Rel. Carlos Velloso, DJ 18.5.2001.

O mencionado juízo de delibação dos elementos da causa principal não se revela apenas possível, mas necessário à aferição da existência de lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas, pois, como bem salientou o Ministro Sepúlveda Pertence, "(...) ainda que não se cuide de recurso, o deferimento do pedido de suspensão de segurança não prescinde de todo da delibação do mérito da controvérsia subjacente à decisão concessiva da liminar ou do mandado de segurança. Com efeito não obstante suas peculiaridades, a suspensão de segurança é medida cautelar: visa, afinal de contas, a salvaguardar dos riscos da execução provisória do julgado os qualificados interesses públicos - os relativos à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas - que a justificam, com vistas à

63
C

eventual reforma da decisão mediante o recurso cabível. Por isso, tenho acentuado: se, de plano, — evidencia — a inviabilidade do recurso interposto ou anunciado, perde sentido a suspensão da segurança concedida (...)” (SS 1.001, DJ 21.03.1996).

Nesse sentido, cumpre registrar que este Supremo Tribunal Federal possui remansosa jurisprudência no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, consoante se depreende dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - A orientação do Tribunal é no sentido de que as contribuições previdenciárias não podem incidir em parcelas indenizatórias ou que não incorporem a remuneração do servidor. II - Agravo regimental improvido (AI 712.880. Rel. Ricardo Lewandowski, DJ 18.6.2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária (AI 710.361. Rel. Cármen Lúcia. DJ 7.4.2009)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA - ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) SOBRE FÉRIAS (CF, ART. 7º, XVII) - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos julgamentos, firmou entendimento no sentido da não incidência de contribuição social sobre o adicional de um terço (1/3), a que se refere o

64
E

art. 7º, XVII, da Constituição Federal. Precedentes (RE 587.941. Rel. Celso de Mello. DJ 20.11.2008).

Desse modo, tendo em vista não ter comprovado o requerente a plausibilidade de suas alegações e a existência de efetiva e grave violação a interesses legítimos do Estado, não vislumbro a presença, na espécie, dos requisitos necessários ao deferimento do presente pedido de contracautela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão.

Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 2010.

Ministro GILMAR MENDES
Presidente

PUBLICADO NO DJE DE 30/04/2010.

6

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

65
E

AI/747049 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Classe: AI
Procedência: SERGIPE
Relator: MIN. CÁRMEN LÚCIA
Partes: AGTE.(S) - UNIÃO
ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) - JOSÉ SALVADOR SANTOS
ADV.(A/S) - ANA PAULA BEZERRA PONCIN
Matéria: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO | Recurso
DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | 1/3
de férias

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA: INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea b, da Constituição da República.

2. A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe julgou recurso, nos termos seguintes:

"DIREITO TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL - PSS. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

66
E

1. A contribuição para o Plano de Seguridade Social (PSS) somente deve incidir sobre parcelas incorporáveis aos vencimentos do servidor público federal, que sejam por ele percebidas quando de sua aposentadoria, dado o caráter contributivo e atuarial do sistema (art. 40, caput, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003), o que não ocorre com o terço constitucional de férias (13º salário ou 'gratificação natalina'), razão pela qual é legítima a incidência da referida contribuição sobre parcelas percebidas a este título. Precedentes" (fl. 87).

3. A decisão agravada teve como fundamento para a inadmissibilidade do recurso extraordinário a circunstância de que "na situação deduzida em juízo, inexistiu declaração de inconstitucionalidade implícita" (fl. 128), e que teria ocorrido "interpretação da legislação em consonância com a modificação instituída pela Carta Magna no sistema previdenciário do servidor público, qual seja, o caráter contributivo e atuarial" (fl. 128).

4. A Agravante argumenta que "se o órgão judicial afasta deliberadamente a aplicação de determinada lei, imperioso o reconhecimento da existência de declaração de inconstitucionalidade, sobretudo no presente caso" (fl. 6).

No recurso extraordinário, alega que a Turma Recursal teria afrontado os arts. 40, § 6º, e 201, da Constituição.

Sustenta que "se é verdade que os aposentados não recebem o terço de férias, também é verdade que eles também não têm direito a certos benefícios, tais como licença por acidente de serviço, para tratamento de saúde etc., extensíveis, por óbvio, apenas aos servidores em atividade. Dessa forma, nada mais natural que haja contribuição sobre o abono de férias, exatamente pela maior gama de benefícios postos à disposição dos servidores em atividade, sob pena de causas desequilíbrio ao sistema, ante a ausência da respectiva fonte de custeio" (fl. 106).

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atfaraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

67
C

IMPOSSIBILIDADE. Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 603.537-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 30.3.2007).

Em caso análogo ao presente, o Ministro Celso de Mello consignou:

"O recurso extraordinário a que se refere o presente agravo de instrumento revela-se processualmente inviável, eis que se insurge contra acórdão que decidiu a causa em estrita conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria em exame. Com efeito, a colenda Segunda Turma desta Suprema Corte, ao julgar o AI 603.537-AgR/DF, Rel. Min. EROS GRAU, fixou entendimento que desautoriza a pretensão de direito material deduzida pela parte ora agravante: 'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo regimental a que se nega provimento.' Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento vem sendo observado em sucessivos julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, a propósito de questões essencialmente idênticas à que ora se examina nesta sede recursal (AI 547.383/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA - AI 706.028/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - RE 551.198/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, Rel. Min. EROS GRAU, v.g.). O exame da presente causa evidencia que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária ajusta-se à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou na matéria em referência. Sendo assim, e considerando as razões expostas, nego provimento ao presente agravo de instrumento, eis que se revela inviável o recurso extraordinário a que ele se refere" (AI 712.684/MG, decisão monocrática, DJ 13.6.2008).

por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

68
E

Apreciada a matéria trazida na espécie, DECIDO.

5. Razão jurídica não assiste à Agravante.

O Tribunal de origem decidiu a questão da incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias na linha da consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal.

Nesse sentido, os julgados seguintes:

"Servidor público: contribuição previdenciária: não incidência sobre a vantagem não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos de aposentadoria, relativa ao exercício de função ou cargo comissionado (CF, artigos 40, § 12, c/c o artigo 201, § 11, e artigo 195, § 5º; L. 9.527, de 10.12.97)" (RE 463.348/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 7.4.2006).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 603.537-AgR/DF, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 30.3.2007).

"Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Prequestionamento. Ocorrência. 3. Servidores públicos federais. Incidência de contribuição previdenciária. Férias e horas extras. Verbas indenizatórias. Impossibilidade. 4. Agravo regimental a que se nega provimento" (RE 545.317-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 13.3.2008).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

69
C

Contra essa decisão foi interposto agravo regimental, ao qual a Segunda Turma, por votação unânime, negou provimento (DJ 16.10.2008).

A decisão agravada, embasada nos dados constantes do acórdão recorrido, não divergiu da jurisprudência deste Supremo Tribunal, razão pela qual nada há a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, nego seguimento a este agravo (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 2009.

Ministra CARMEN LÚCIA
Relatora

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

70
C

RE 496261 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Origem: DF - DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) UNIÃO
ADV.(A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO
ADV.(A/S) DISTRITO FEDERAL-SINDJUS/DF
JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O presente recurso extraordinário foi interposto contra acórdão, que, proferido por Tribunal de jurisdição inferior, reconheceu a não incidência da contribuição social sobre o terço constitucional de férias, sobre a gratificação natalina, sobre as horas extras e sobre os demais adicionais e parcelas não incorporáveis.

Impende destacar, no que concerne à incidência da contribuição social sobre os adicionais e parcelas não incorporáveis (dentre elas o terço constitucional de férias e as horas extras), que a colenda Primeira Turma desta Suprema Corte, ao julgar o RE 389.903-AgR/DF, Rel. Min. EROS GRAU, fixou entendimento que desautoriza a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento."

Cumprе ressaltar, por necessário, que esse entendimento vem sendo observado em sucessivos julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, a propósito de questões essencialmente idênticas à que ora se examina nesta sede recursal (AI 547.383/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA - AI 706.028/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - RE 551.198/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, Rel. Min. EROS GRAU, v.g.).

Impõe-se assinalar, de outro lado, que se revela acolhível a pretensão recursal ora em exame, no ponto em que a parte recorrente sustenta a validade da incidência da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, pois o acórdão impugnado diverge da orientação jurisprudencial firmada por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal, na análise desse específico

71
C

aspecto da controvérsia (RE 198.637/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RE 215.241-AgrR/SC, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, v.g.).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º-A), em ordem a reconhecer a exigibilidade da contribuição social incidente sobre a gratificação natalina. No que concerne à verba honorária, revela-se aplicável o enunciado constante da Súmula 512/STF.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2008.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator



72
C

AI/547383 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Classe:	AI
Procedência:	DISTRITO FEDERAL
Relator:	MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
Partes	AGTE.(S) - UNIÃO ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO AGDO.(A/S) - LEILA DUARTE LIMA ADV.(A/S) - RAPHAEL LOPES JORGE
Matéria:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Servidor Público Civil Sistema Remuneratório e Benefícios Férias

DECISÃO: Agravo de instrumento de decisão que inadmitiu RE, a, de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (f. 33): “MANDADO DE SEGURANÇA – CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO – SERVIDOR PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO E TERÇO DE FÉRIAS PREVISTO NO ART. 7º, XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. A parcela denominada “13º salário” tem natureza salarial e é paga a servidor aposentado, por isso mesmo, está sujeita à incidência da contribuição previdenciária. Consoante entendimento desta Corte de Justiça, sobre parcela remuneratória que não influenciará na composição dos proventos de aposentadoria de servidor, não haverá incidência da contribuição previdenciária – como é o caso do adicional do terço de férias, previsto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal. Segurança parcialmente concedida.” Alega o RE, em suma, violação dos artigos 37, caput, e 195, § 5º, da Constituição Federal; pugna pela incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional do terço de férias. Decido. A Primeira Turma deste Tribunal examinou controvérsia similar à dos autos, quando do julgamento do RE 389.903-AgR, 21.02.2006, Eros Grau, e entendeu ser vedada a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incorporáveis ao salário do servidor; na ocasião, assentou-se o seguinte: “(...) Quanto à questão relativa à percepção do abono de férias e à incidência da contribuição previdenciária, a jurisprudência deste Tribunal afirmou que a garantia de recebimento de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal no gozo das férias anuais (CB, artigo 7º, XVII) tem por finalidade permitir ao trabalhador “reforço financeiro neste período (férias)” [RE n. 345.458, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 11.3.05], o que significa dizer que a sua natureza é compensatória/indenizatória. (...)” No mesmo sentido, v.g., o AI 603.537-AgR, 27.02.2007, 2ª T, Eros

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

73

ع

Grau. O acórdão recorrido se ajusta a esse entendimento. Nego provimento ao agravo. Brasília, 8 de maio de 2007. Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE - Relator 1



74
C

AI/740356 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Classe: AI
Procedência: MINAS GERAIS
Relator: MIN. AYRES BRITTO
Partes: AGTE.(S) - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADV.(A/S) - PAULO ANTÔNIO MACHADO DA SILVA FILHO
AGDO.(A/S) - VERA LÚCIA DUTRA VIEIRA
ADV.(A/S) - EDUARDO MACHADO DIAS
Matéria: DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | 1/3 de férias

DECISÃO: Vistos, etc.

O recurso não merece acolhida. Isso porque o aresto impugnado afina com a jurisprudência deste Supremo Tribunal. Confira-se, a propósito, o RE 389.903-AgR, da relatoria do ministro Eros Grau, cuja ementa foi assim redigida:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo regimental a que se nega provimento."

Nesse sentido, cito o AI 705.590, da relatoria da ministra Cármen Lúcia; o AI 712.880, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski; o RE 545.317-AgR, da relatoria do ministro Gilmar Mendes; e o RE 463.348, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence.

75
C

Incide, de mais a mais, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Isso posto, e frente ao art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 26 de fevereiro de 2009.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

76
C

RE/389903 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Classe:
Procedência:
Relator:

RE
DISTRITO FEDERAL
MIN. EROS GRAU

RECTE.(S) - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FISCALIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - FENAFISP

Partes

ADV.(A/S) - MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO
RECDO.(A/S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) - ANGÉLICA VELLA FERNANDES DUBRA
RECDO.(A/S) - UNIÃO
ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:

DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | Gratificação Natalina/13º Salário
DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | 1/3 de férias

DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementada: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. LEGALIDADE. 1.A circunstância de os valores percebidos pelo servidor público, a título de gratificação natalina e do terço constitucional de férias não se incorporarem aos proventos de aposentadoria, não tem o condão de fazer com que esses valores deixem de integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária. 2.A contribuição social incidente sobre a remuneração dos servidores públicos federais, incluídas as vantagens questionadas, não visa apenas o custeio de suas aposentadorias, mas, também, ao custeio dos demais benefícios previstos no art. 185, da Lei nº 8.112/90. 3.Nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 9.783/99, a contribuição previdenciária do servidor público incide sobre a totalidade da sua remuneração, excluídas as diárias de viagens, desde que não excedentes a cinquenta por cento da remuneração mensal; a ajuda de custo em razão de mudança de sede; a indenização de transporte e o salário família. 4.Apelações do Instituto Nacional do Seguro Social e da União Federal e remessa oficial provida. 5.Apelação do impetrante prejudicada." (Fls. 525)

2. A respeito do tema --- incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas da remuneração não-incorporáveis à remuneração dos servidores públicos ---, esta Corte tem assim decidido: "DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que entendeu estar em consonância com os princípios constitucionais da isonomia e da vedação de confisco a cobrança de contribuição social incidente sobre valores relativos a função comissionada ou gratificada. Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, alegação de ofensa aos arts. 40, caput, § 2º, § 3º e § 12, 195, § 5º, e 201, § 11, todos da Constituição Federal. 2. Consistente o recurso. O Plenário desta Corte, em sessão administrativa do dia 18 de dezembro

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

77
C

de 2002, firmou o entendimento de que a contribuição previdenciária do servidor público não pode incidir sobre parcelas não computadas para o cálculo dos benefícios de aposentadoria. Tal orientação fundamentou-se no disposto no art. 40, § 3º, da Constituição da República, que, segundo a redação dada pela Emenda nº 20/98, fixou como base de cálculo dos proventos de aposentadoria "a remuneração do servidor no cargo efetivo". Estimou-se, ainda, que, como a retribuição por exercício de cargo em comissão ou função comissionada já não era considerável para a fixação de proventos ou pensões, justificava-se, por conseguinte, a não incidência da contribuição previdenciária sobre aquelas parcelas, à luz do disposto no art. 40, § 12, c/c art. 201, § 11, e art. 195, § 5º, da Carta Magna. Observou-se, outrossim, que a Lei nº 9.783/99 igualmente excluiu as quantias referidas do conceito de remuneração para fins de contribuição devida por servidor público à previdência social, conforme decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998, conheço do recurso extraordinário e dou-lhe provimento, para deferir a segurança, nos termos da inicial. Custas ex-lege. Publique-se. Int.. Brasília, 26 de outubro de 2004. Ministro CEZAR PELUSO Relator." (RE n. 434.754, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 10.12.04).

3. No caso em exame, o Tribunal a quo entendeu que a circunstância de os valores recebidos pelo servidor público, a título de gratificação natalina e do terço constitucional de férias, não se incorporarem aos proventos de aposentadoria, não tem o condão de fazer com que esses valores deixem de integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária. A jurisprudência desta Corte, no que tiz respeito à percepção da gratificação natalina e à incidência da exação, é pacífica no sentido da sua legitimidade (RE n. 400.721-AgrR, Relator o Ministro Carlos Britto, DJ de 10.9.2004; RE n. 397.687-ED, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 19.12.2003, dentre outros). As parcelas pertinentes às horas extraordinárias e ao terço constitucional de férias, no entanto, não podem servir de base de cálculo à incidência da contribuição previdenciária, por possuírem caráter indenizatório. Ante o exposto, com base no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento. Publique-se. Brasília, 2 de março de 2005.

Ministro EROS GRAU - Relator -

RE/389903 - AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Classe:	RE
Procedência:	DISTRITO FEDERAL
Relator:	MIN. EROS GRAU
Partes:	AGTE.(S) - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FISCALIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS -

78
E

FENAFISP

ADV.(A/S) - GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS

AGDO.(A/S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADV.(A/S) - ANGÉLICA VELLA FERNANDES DUBRA

AGDO.(A/S) - UNIÃO

ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | Gratificação
Natalina/13º Salário

Matéria:

DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias | 1/3 de férias

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou deste julgamento o Ministro Cezar Peluso. 1a. Turma, 22.06.2005

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. GRATIFICAÇÃO NATALINA. EXISTÊNCIA DE BITRIBUTAÇÃO. 1. Gratificação natalina. Contribuição para a seguridade social. Incidência sobre o décimo terceiro salário. Legitimidade. Precedente do Pleno e Súmula 688. Agravo regimental não provido

RE/479193 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Classe: RE
Procedência: DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. CELSO DE MELLO
Partes: RECTE.(S) - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - ASSERTSE
ADV.(A/S) - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
RECD.(A/S) - UNIÃO
ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
Matéria: DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias

DECISÃO: O presente recurso extraordinário foi interposto contra acórdão, que, proferido por Tribunal de jurisdição inferior, reconheceu a validade da incidência da contribuição social sobre o terço constitucional de férias, sobre a gratificação natalina, sobre as horas extras e sobre os demais adicionais e parcelas não incorporáveis. Impende destacar, no que concerne à incidência da contribuição social sobre os adicionais e parcelas não incorporáveis (dentre elas o terço constitucional de férias e as horas extras), que a colenda Primeira Turma desta Suprema Corte, ao julgar o RE 389.903-AgR/DF, Rel. Min. EROS GRAU, fixou entendimento que torna acolhível a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo regimental a que se nega provimento."

Cumprando-se o disposto no art. 101, III, do Regimento Interno do STF, cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento vem sendo observado em sucessivos julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, a propósito de questões essencialmente idênticas à que ora se examina nesta sede recursal (AI 547.383/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, Rel. Min. CARMEN LÚCIA - AI 706.028/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - RE 551.198/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, Rel. Min. EROS GRAU, v.g.). Impõe-se assinalar, de outro lado, que se revela inacolhível a pretensão recursal ora em exame, no ponto em que a parte recorrente questiona a validade da incidência da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, pois o acórdão impugnado ajusta-se à orientação jurisprudencial firmada por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal, na análise desse específico aspecto da controvérsia (RE 198.637/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RE 215.241-AgR/SC, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, v.g.).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º-A), em ordem a reconhecer que não é exigível a contribuição social incidente sobre o terço constitucional de

80
C

férias, sobre as horas extras e sobre os demais adicionais e parcelas não incorporáveis, invertidos, nesse específico ponto, os ônus da sucumbência. Publique-se. Brasília, 18 de dezembro de 2008. Ministro CELSO DE MELLO Relator

RE/479193 - AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Classe:
Procedência:
Relator:

RE
DISTRITO FEDERAL
MIN. CELSO DE MELLO

Partes

AGTE.(S) - UNIÃO
ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL -
ASSERTSE

Matéria:

ADV.(A/S) - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
DIREITO TRIBUTÁRIO | Contribuições | Contribuições Previdenciárias

DECISÃO: Reconsidero a decisão de fls. 237/238, restando prejudicado, em consequência, o exame do recurso interposto a fls. 243/251. Passo a examinar, desse modo, o presente recurso extraordinário. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o AI 715.423-QO/RS, Rel. Min. ELLEN GRACIE, firmou entendimento, posteriormente confirmado no julgamento do RE 540.410-QO/RS, Rel. Min. CEZAR PELUSO, no sentido de que também se aplica o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil aos recursos deduzidos contra acórdãos publicados antes de 03 de maio de 2007 e que veiculem tema em relação ao qual já foi reconhecida a existência de repercussão geral. Esta Suprema Corte, em sessão realizada por meio eletrônico, apreciando o RE 593.068/SC, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, reconheceu existente a repercussão geral da questão constitucional nele suscitada, e que coincide, em todos os seus aspectos, com a mesma controvérsia jurídica ora versada na presente causa. O tema objeto do recurso extraordinário representativo de mencionada controvérsia jurídica, passível de se reproduzir em múltiplos feitos, refere-se à discussão em torno da incidência, ou não, de contribuição social sobre adicionais e parcelas não incorporáveis à remuneração dos servidores públicos. Isso significa que se impõe, nos termos do art. 328 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, a devolução dos presentes autos ao Tribunal de origem, para que, neste, seja observado o disposto no art. 543-B e respectivos parágrafos do CPC (Lei nº 11.418/2006). Publique-se. Brasília, 18 de maio de 2009. Ministro CELSO DE MELLO Relator

81
C

RE/345458 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Classe: RE
Procedência: RIO GRANDE DO SUL
Relator: MIN. ELLEN GRACIE
Partes: RECTES. - JOÃO ALBERTO CONSTANTINO
ADV. - JOSÉ NILTON COSTA DE SOUZA
RECDA. - UNIÃO
ADV. - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
Matéria: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO | Servidor Público Civil | Sistema Remuneratório e Benefícios | Férias

Decisão: A Turma, por votação unânime, conheceu do recurso extraordinário, mas lhe negou provimento, nos termos do voto da Relatora. 2ª Turma, 01.02.2005.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REDUÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS. DIREITO ADQUIRIDO. 1. O vínculo entre o servidor e a Administração é de direito público, definido em lei, por isso, não há que se invocar direito adquirido para tornar imutável o regime jurídico. Jurisprudência pacífica deste Supremo Tribunal Federal. 2. É vedado ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, estender a servidores públicos prerrogativas que não lhes foram deferidas em lei, com base no princípio da isonomia. Aplicação do enunciado da Súmula STF nº 339. 3. Impertinência da alegação de ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos. O abono de férias é parcela acessória que deve ser paga quando o trabalhador goza o seu período de descanso anual. Suprimidas as férias, desaparece o dever de pagar este abono. 4. Recurso extraordinário conhecido e improvido.

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

EDcl na PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN
EMBARGADO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - EFEITOS INFRINGENTES - PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - SÚMULA 356/STF.

1. Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração com nítido caráter infringente.
2. A mera oposição dos embargos declaratórios, por si só, já preenche o requisito do prequestionamento para fins de interposição de recurso extraordinário (Súmula 356/STF).
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Luiz Fux, Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Denise Arruda.

Brasília-DF, 24 de março de 2010(Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora



EDcl na PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)

EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN
EMBARGADO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados.

Inconformada, a FAZENDA NACIONAL alega que o *decisum* incorreu em contrariedade à Súmula Vinculante nº 10/STF, aduzindo, para tanto, que esta Corte, ao concluir pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, promoveu declaração de inconstitucionalidade das Leis 9.783/99 e 10.887/04, sem atender a regra do art. 97 da CF/88.

Afirma que a matéria pendente de julgamento pelo STF nos autos do RE 593.068/SC, rel. Min. Joaquim Barbosa.

Por fim, alega que a matéria deveria ter sido examinada à luz do princípio da solidariedade insculpido nos arts. 3º, I e 195 da CF/88.

É o relatório.



EDcl na PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN
EMBARGADO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON (RELATORA):

Primeiramente, observa-se que, nos termos do art. 543-B do CPC, não se encontra o STJ obrigado a aguardar o julgamento da questão submetida a repercussão geral pelo STF.

Feito esse esclarecimento, deflui-se da leitura do julgado recorrido que a Primeira Seção do STJ, examinando matéria não disciplinada especificamente nos diplomas legais citados pela União (Leis 9.783/99 e 10.887/04), entendeu, em razão do princípio da hierarquia, por acolher o entendimento jurisprudencial emanado do STF e concluir pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

Verifica-se que não houve ofensa à Súmula Vinculante nº 10/STF, visto que o STJ, instado a manifestar-se sobre assunto não disciplinado de forma explícita pelo legislador infraconstitucional, cuidou de adotar posição firmada pela Suprema Corte sobre a matéria, em atenção ao princípio da segurança jurídica.

No mais, observa-se que não merecem acolhida os presentes embargos declaratórios, uma vez que incorrentes quaisquer das hipóteses do art. 535 do CPC, ficando patente a busca do efeito infringente por quem não se conformou com o resultado do julgamento.

Cabe ressaltar, por fim, que, nos termos da Súmula 356/STF, a mera oposição dos embargos declaratórios, por si só, já preenche, em tese, o requisito do prequestionamento para fins de interposição de recurso extraordinário.

Advirto, ainda, que a interposição reiterada dos declaratórios sem nenhuma razão plausível, revelando a intenção de retardar o desfecho da demanda, pode dar ensejo à aplicação da multa do art. 538, parágrafo único, do CPC, com inegável prejuízo para a parte.

Com essas considerações, rejeito os declaratórios.

É o voto.

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2009/0096173-6

EDcl - na
Pet 7296 / PE

Número Origem: 200783005371345

PAUTA: 24/03/2010

JULGADO: 24/03/2010

Relatora

Exma. Sra. Ministra ELIANA CALMON

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro : HAMILTON CARVALHIDO

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS

Secretária

Bela. Carolina Vêras

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : ROBERTA CECÍLIA DE QUEIROZ RIOS E OUTRO(S)
REQUERIDO : VIRGINIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias - 1/3 de férias

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN
EMBARGADO : VIRGINIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora."

Os Srs. Ministros Luiz Fux, Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Denise Arruda.

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45



Superior Tribunal de Justiça

86
E

Brasília, 24 de março de 2010

Carolina Vêras
Secretária

Exemplares: 5.000 para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e 1.000 para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : ROBERTA CECÍLIA DE QUEIROZ RIOS E OUTRO(S)
REQUERIDO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização jurisprudencial suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, em face de acórdão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais cuja ementa é a seguinte:

PROCESSUAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PRÓPRIA DO SERVIDOR PÚBLICO (PSS). ADICIONAL DE FÉRIAS OU TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Não tendo o acórdão recorrido nada decidido acerca de juros de mora, não há legítimo interesse na solução de divergência inexistente.
2. Considerando que o adicional de férias, ou terço constitucional de férias, tem natureza indenizatória, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, e cuidando-se de vantagem não extensível aos inativos, afigura-se ilegítima a incidência de contribuição previdenciária própria do servidor público (PSS) sobre esta verba.
3. Incidente parcialmente conhecido e não provido.

Inconformada, a requerente sustenta que o aresto impugnado contraria o entendimento do STJ, o qual firmou posição no sentido de que a contribuição previdenciária incide sobre o terço constitucional de férias. Indica o REsp 731.132/PE e o AgRg no REsp 1.081.881/SC.

DECIDO:

Demonstrada a divergência jurisprudencial, admito o presente incidente de uniformização.

Oficie-se ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, solicitando informações.

Oficie-se, ainda, aos demais Presidentes das Turmas recursais, comunicando o processamento do incidente.

Determino, por fim, com base no art. 2º, III, da Resolução nº 10/2007, a publicação de edital no Diário de Justiça, com destaque no noticiário do STJ na *internet*, para dar ciência aos interessados, a fim de que se manifestem, querendo, no prazo de 30 dias.

Após, vista ao Ministério Público, no prazo de cinco dias (Lei 10.259/01, art. 14, § 7º).

Procedimento nº 7.296 - PE (2009/0096173-6) - Incidente de Uniformização de Jurisprudência

Relatoria: Ministra Eliana Calmon



Superior Tribunal de Justiça

88

C

Intime-se.

Brasília (DF), 09 de junho de 2009.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3586205A-3F07-31B5>

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:27

Número do documento: 22050617384478900000242499630

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384478900000242499630>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744458



RECURSO ESPECIAL Nº 721.682 - PR (2005/0010297-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO
PARANÁ - CEFET PR
REPR. POR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE
TERCEIRO GRAU PÚBLICO DE CURITIBA REGIÃO
METROPOLITANA E LITORAL - SINDITEST/PR
ADVOGADO : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBA DE NATUREZA REMUNERATÓRIA. PRECEDENTES.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET/Pr, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, por unanimidade, negou provimento à apelação da ora recorrente, para reconhecer a ilegitimidade da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (fl. 922).

Opostos embargos declaratórios, estes foram acolhidos parcialmente para efeito de prequestionamento.

O recorrente alega violação dos arts. 535, II e 475, I, do CPC, por não serem esclarecidas as questões levantadas nos embargos declaratórios interpostos; arts. 1º da Lei nº 9.783/99; 40, 61, VII e 76 da Lei nº 8.112/90; e 165 e 480 do CPC, pois afirma que a legislação é clara no tocante à incidência da contribuição previdenciária sobre o total da remuneração dos servidores, que visa não apenas ao custeio de suas aposentadorias. Por fim se insurge contra a ofensa ao art. 20, § 3º e 4º, do CPC, em relação aos honorários advocatícios.

Contra-razões às fl. 967 a 988. Recurso extraordinário interposto às fls. 956 a 964. Os dois recursos excepcionais foram admitidos pela Corte regional.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registro que não houve a alegada ofensa ao art. 535 do CPC. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no referido dispositivo legal a reclamar a anulação do julgado. O aresto impugnado guardou observância ao princípio da motivação obrigatória das decisões judiciais na medida em que analisou suficientemente a controvérsia dos autos, de forma motivada e fundamentada, ainda que sua formulação seja diversa da pretensão deduzida pelo ora recorrente.

No mérito, o acórdão recorrido está em dissonância do entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o adicional de férias integra o salário de contribuição, em razão da natureza remuneratória dessa verba, sujeitando-se, portanto, à incidência da contribuição previdenciária. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

Documento: 673016L - Despacho / Decisão - Site: certificado - D: 03/11/2005

Página: 1 de 1



1. O terço constitucional de férias integra o conceito de remuneração, sujeitando-se, portanto, à contribuição previdenciária. Precedente da Primeira Seção: REsp 731.132/PE, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 20.10.08.
2. O regime previdenciário do servidor público, consagrado na Constituição Republicana de 1988, funda-se no princípio da solidariedade (art. 40 da CF), por força do qual o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte.
3. Recurso especial não provido. (REsp 1034394/SC, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 31/03/2009).

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS VERBAS PERCEBIDAS POR SERVIDORES PÚBLICOS A TÍTULO DE ABONO DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS. CARÁTER REMUNERATÓRIO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Ambas as Turmas integrantes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidaram posicionamento no sentido de que é legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre as verbas percebidas por servidores públicos a título de terço constitucional de férias, abono pecuniário resultante da conversão de um terço de férias e horas extras, pois possuem caráter remuneratório. Precedentes desta Corte.
2. Sobre as férias, a questão foi recentemente dirimida na Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 731.132/PE, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki (DJe de 20.10.2008), no qual foi consignado que: "A gratificação natalina (13º salário) e o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), por integrarem o conceito de remuneração, estão sujeitos à contribuição previdenciária."
3. Outrossim, no tocante às horas extras, vale ressaltar o julgado proferido monocraticamente pelo Ministro Francisco Falcão, nos EREsp 764.586/DF (DJe de 27.11.2008). Nessa ocasião, firmou-se o posicionamento já adotado em diversos julgados, segundo o qual "É da jurisprudência desta Corte que o adicional de férias e o pagamento de horas extraordinárias integram o salário de contribuição, em razão da natureza remuneratória dessas verbas, sujeitas, portanto, à incidência da contribuição previdenciária".
4. Recurso especial provido. (REsp 972.451/DF, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 11.5.2009 - grifei).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ART. 3º DA LC 118/2005. INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO MATERNIDADE E ADICIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA.

1. Conforme decidido pela Corte Especial (AI nos EREsp 644736/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 6.6.2007, DJ 27.8.2007), é inconstitucional a segunda parte do art. 4º da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do disposto em seu art. 3º.
2. O salário-maternidade tem natureza salarial e integra a base de cálculo da Contribuição Previdenciária. Precedentes do STJ.
3. A Primeira Seção pacificou o entendimento de que incide Contribuição Previdenciária sobre a gratificação natalina (13º salário) e o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direitos assegurados pela Constituição aos

Documento: 1750160 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJ: 03/11/2009

Página 2 de 3



empregados e aos servidores públicos, por integrarem o conceito de remuneração. Precedente: REsp 731.132/PE (Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 20.10.2008).

4. Agravos Regimentais não providos. (AgRg no REsp 1.076.883/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ 19.3.2009 - grifei).

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, HORAS EXTRAS E ADICIONAIS PERMANENTES. SÚMULA 168/STJ.

1. O terço constitucional de férias, o pagamento de horas extraordinárias e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, portanto, à contribuição previdenciária. Precedente da Primeira Seção: REsp 731.132/PE, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 20.10.08.

2. O regime previdenciário do servidor público, consagrado na Constituição Republicana de 1988, funda-se no princípio da solidariedade (art. 40 da CF), por força do qual o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte.

3. Não está em discussão a incidência do imposto de renda sobre o abono pecuniário de férias (valor pago pelo empregador ao empregado pela renúncia parcial ao direito de férias), mas sobre o terço constitucional de férias (remuneração que se acresce ao salário na proporção de 1/3 quando do gozo das férias).

4. Incidência da Súmula 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

5. Embargos de divergência não conhecidos.

(EResp 512.848/RS, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20.4.2009) - Grifou-se.

Diante do exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, para determinar a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. À proporção do decaimento das partes, devem as custas e honorários de sucumbência ser apurados na fase de liquidação, mantido o percentual de 10% sobre o valor da causa fixado pela Corte *a quo*.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 20 de outubro de 2009.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator



Superior Tribunal de Justiça

92
E

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 956.289 - RS (2009/0072594-0)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
EMBARGANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
NO RIO GRANDE DO SUL - SINDFAZ/RS
ADVOGADO : LARISSA CHAUL DE CARVALHO OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.

2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.

4. Embargos de divergência providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, conheceu dos embargos e deu-lhes provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Hamilton Carvalhido e Luiz Fux.

Brasília-DF, 28 de outubro de 2009(Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

Documento assinado eletronicamente por ELIANA CALMON, em 28/10/2009, às 14:05:00.

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2009/0072594-0

EREsp 956289 / RS

Números Origem: 199971000332367 200701236501

PAUTA: 10/06/2009

JULGADO: 10/06/2009

Relatora

Exma. Sra. Ministra **ELIANA CALMON**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **TEORI ALBINO ZAVASCKI**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS**

Secretária

Beia. **Carolina Vêras**

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO
GRANDE DO SUL - SINDFAZ/RS
ADVOGADO : LARISSA CHAUL DE CARVALHO OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO : UNIÃO

ASSUNTO Tributário - Contribuição - Social - Previdenciária - Adicional de Férias

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Brasília, 10 de junho de 2009

Carolina Vêras
Secretária

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:27

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 956.289 - RS (2009/0072594-0)

EMBARGANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
NO RIO GRANDE DO SUL - SINDFAZ/RS
ADVOGADO : LARISSA CHAUL DE CARVALHO OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO : UNIÃO

RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: - Trata-se de embargos de divergência interpostos contra acórdão da Primeira Turma, relatado pelo Min. José Delgado, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. VERBAS DE CARÁTER REMUNERATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE INFRINGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 458, II, CPC. SÚMULA 282/STF.

1. O Sindfaz/RS interpõe recurso especial pretendendo a reforma de acórdão proferido pelo TRF 4a. Região, que entendeu que, com a edição da Lei 9.783/99, a contribuição previdenciária dos servidores públicos passou a incidir sobre o 13º salário e sobre o adicional de férias, porque compreendidos no conceito legal de remuneração.

2. Não se visualiza ofensa ao art. 535, II, CPC, visto que o Tribunal *a quo* ofereceu prestação jurisdicional devidamente fundamentada, sem nenhuma espécie de vício a macular a conclusão proferida. O art. 458, II, do CPC não se encontra prequestionado. Incidência da Súmula 282/STF.

3. As verbas recebidas a título de gratificação natalina bem como o terço constitucional de férias possuem natureza remuneratória, consoante jurisprudência pacificada pelo STF com a edição das Súmulas n. 688/STF e 207/STF, que dispõem respectivamente: "É legítima a incidência da contribuição a previdenciária sobre o 13º salário" e "As gratificações habituais, inclusive as de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário". Não se tem, pois, por vulnerado o princípio da legalidade pela integração de ambos ao salário-contribuição para efeitos previdenciários, não sendo possível eximir-se da obrigação tributária em questão.

4. As contribuições de seguridade social constituem uma subespécie da espécie tributo - contribuição social-, e seu custeio obedece ao princípio da universalidade, conforme preceitua o art. 195 da CF/88, devendo ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta.

5. Recurso-especial não-provido.
(fl. 414, ressalva do destaque))

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados (fl. 435).

Inconformado, o embargante aponta dissídio jurisprudencial, sustentando a não incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, ao argumento de que o terço constitucional não se incorpora aos proventos de aposentadoria. Como paradigmas, indica os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA.

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O sistema previdenciário vigente, a partir da Emenda Constitucional n.º 20/98, encontra-se fundado em base rigorosamente contributiva e atuarial, o que implica equivalência entre o ganho na ativa e os proventos recebidos durante a inatividade.

2. É defeso ao servidor inativo perceber proventos superiores à respectiva remuneração no cargo efetivo em que se deu a aposentação. Pela mesma razão, não deve incidir contribuição previdenciária sobre funções comissionadas, já que os valores assim recebidos, a partir da Lei n.º 9.527/97, não se incorporam aos proventos de aposentadoria. Precedentes.

3. Igualmente, não incide contribuição previdenciária sobre valores, ainda que permanentes, que não se incorporam aos proventos de aposentadoria, como o terço constitucional de férias. Precedentes.

4. Recurso especial provido.

(REsp 786988/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2006, DJ 06/04/2006 p. 260)

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL SOBRE FÉRIAS E HORAS-EXTRAS. VERBAS NÃO INCORPORÁVEIS. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O regime previdenciário dos servidores públicos federais tem caráter contributivo e atuarial, na conformidade da EC 20/98.

2. Os valores pagos a título do denominado "terço constitucional" e das horas-extras não se incorporam à remuneração para efeito de cálculo e pagamento dos proventos da aposentadoria, limitados à remuneração do cargo efetivo.

3. Recurso ordinário conhecido e provido.

(RMS 14346/DF, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/05/2004, DJ 28/06/2004 p. 213)

Admitidos os embargos e apresentada impugnação, opinou o MPF pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 956.289 - RS (2009/0072594-0)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
EMBARGANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
NO RIO GRANDE DO SUL - SINDFAZ/RS
ADVOGADO : LARISSA CHAUL DE CARVALHO OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO : UNIÃO

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON (RELATORA): - Dos paradigmas excluo o acórdão proferido no RMS 14.346/DF, porque a jurisprudência desta Corte está pacificada no sentido de que somente os arestos proferidos em embargos de divergência, recurso especial e agravo de instrumento, quando examinam o mérito do recurso especial podem ser utilizados como paradigma em embargos de divergência. Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PARADIGMA QUE NÃO ESTÁ APTO PARA DEMONSTRAR O DISSÍDIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1 - Acórdão proferido no julgamento de recurso em mandado de segurança não se presta como paradigma, para comprovação de dissenso, dadas as peculiaridades de cada recurso (especial e ordinário), como decidido pela Corte Especial - PET 4269/GO.

2 - Ultrapassada a questão prejudicial, a situação retratada nos autos não guarda similitude com aquela tratada no recurso em mandado de segurança. Naquele caso, ausente a intimação do patrono da parte acerca de determinada decisão, teve ele, no entanto, conhecimento de atos posteriores sem oportuna arguição. No recurso em mandado de segurança não há debate sobre a inércia da parte, fundando-se o julgado apenas na letra do art. 236, § 1º, do Código de Processo Civil. Naquele a base de sustentação está no art. 245 deste estatuto.

3 - Embargos não conhecidos.
(EREsp 337.640/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, DJ 21/08/2006, p. 217)

Em relação ao paradigma restante, tem-se como comprobatório da divergência de teses jurídicas, merecendo ser o recurso conhecido.

No mérito tem-se como tema central da controvérsia a incidência ou não de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

A tese da incidência passou a prevalecer na Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do REsp 731.132/PE, de relatoria do Min. Teori Zavascki, ficando assim determinado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.783/99 E LEI 10.887/2004. INCIDÊNCIA, SALVO EM CASO DE INCONSTITUCIONALIDADE



(SÚMULA VINCULANTE 10/STF), O QUE NÃO É O CASO.

1. O art. 1º e seu parágrafo da Lei 9.783/99 estabeleceu como base de cálculo da contribuição social do servidor público para a manutenção do seu regime de previdência "a totalidade da sua remuneração", na qual se compreendem, para esse efeito, "o vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, (...) excluídas: I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a indenização de transporte; IV - o salário família".

2. Critério semelhante foi adotado pelo art. 4º da Lei 10.887/2004, segundo o qual "A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição", assim entendido, nos termos do § 1º, "(...) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas: I - as diárias para viagens; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a indenização de transporte; IV - o salário-família; V - o auxílio-alimentação; VI - o auxílio-creche; VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho; VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003".

3. Não há dúvida, portanto, de que o legislador adotou, para efeito da base de cálculo (ou de contribuição), o critério da remuneração total do servidor público, com exclusão apenas das parcelas por ele indicadas. A adoção de outro critério (considerando como base de cálculo as parcelas que serão incorporadas aos proventos de aposentadoria), significa negar vigência à norma legal estabelecida, o que somente será viável se tal norma for declarada inconstitucional, na forma do art. 97 da Constituição (Súmula vinculante 10/STF).

4. Não há razão para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 9.783/99 ou do art. 4º da Lei 10.887/2004. O regime previdenciário hoje consagrado na Constituição, especialmente após a EC 41/2003, que alterou o art. 40, § 3º, da CF, tem caráter contributivo, mas traz incorporado um princípio antes previsto apenas para o regime geral da previdência: o princípio da solidariedade. Por força desse princípio, o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte. A manifestação mais evidente do enunciado é a sujeição à contribuição dos próprios inativos e pensionistas.

5. A gratificação natalina (13º salário) e o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), por integrarem o conceito de remuneração, estão sujeitos à contribuição previdenciária.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 731.132/PE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 20/10/2008, ressalva do destaque)

No voto que conduziu o julgamento o relator, Min. Teori Zavascki, com fulcro nos arts. 41, *caput*, e 49, II e III e § 2º da Lei 8.112/91, concluiu que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias integra o conceito de remuneração do servidor público, tratando-se, pois, de vantagens tipicamente retributivas da prestação do trabalho e que não foram excluídas pelo legislador da base de cálculo da contribuição, nos termos do art. 4º da Lei 10.887/04, abaixo transcrito:

Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a

base de cálculo da contribuição social do servidor público, na qual se compreendem, para esse efeito, o

vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, excluídas:

totalidade da base de contribuição.

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

- I - as diárias para viagens;
- II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III - a indenização de transporte;
- IV - o salário-família;
- V - o auxílio-alimentação;
- VI - o auxílio-creche;
- VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e

IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 5º Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo desses benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere 60% (sessenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Parágrafo único. A contribuição de que trata o caput deste artigo incidirá sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas aos servidores e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003.

O Ministro Teori consignou, ainda, que o fato do adicional de 1/3 não se incorporar aos proventos de aposentadoria não afasta a exigibilidade da contribuição previdenciária, sob o fundamento de que a seguridade social é regida pelo princípio da solidariedade, sendo devida a contribuição até mesmo dos inativos e pensionistas. Nesse sentido, confira-se o REsp 972.451/DF, rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 11/05/2009; REsp 1.098.102/SC, rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJ 17/06/2009; EREsp 512.848/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/04/2009.

Portanto, o entendimento aplicado pelo STJ restou firmado a partir da interpretação sistemática de dispositivos de leis federais e constitucionais que tratam do



regime previdenciário do servidor público.

Contudo, o entendimento desta Corte está em divergência com o posicionamento do STF, reafirmado em diversos julgados. O Supremo Tribunal, examinando a questão, concluiu pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

Na apreciação das teses em confronto parece-me pertinente examinar ontologicamente a exação.

A Constituição de 1988, no capítulo dedicado aos Direitos Sociais, estabeleceu como direito básico dos trabalhadores urbanos e rurais o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal (art. 7º, XVII), vantagem que veio a ser estendida aos servidores ocupantes de cargos públicos, como consta do § 3º do art. 39, da Carta Magna.

O adicional outorgado tem por escopo proporcionar ao trabalhador (*lato sensu*), no período de descanso, a percepção de um reforço financeiro, a fim de que possa usufruir de forma plena o direito constitucional do descanso remunerado.

A partir da finalidade do adicional é que se desenvolveu a posição jurisprudencial do STF, cujo início está no julgamento do RE 345.458/RS (Segunda Turma, DJ 01/02/2005), em que a relatora, Min. Ellen Gracie, analisando a constitucionalidade da redução do período de férias de procuradores autárquicos, consignou, em *obiter dictum*, que o abono de férias era espécie de "*parcela acessória que, evidentemente, deve ser paga quando o trabalhador goza seu período de descanso anual, permitindo-lhe um reforço financeiro neste período*". A partir daí firmou-se na Corte o entendimento pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, ao fundamento de que a referida verba detém natureza compensatória/indenizatória e de que, nos termos do art. 201, § 11, da CF/88 (*Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei*), somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

O entendimento está consignado em diversos julgados, dentre os quais destaco os seguintes:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

100
E

I - A orientação do Tribunal é no sentido de que as contribuições previdenciárias não podem incidir em parcelas indenizatórias ou que não incorporem a remuneração do servidor.

II - Agravo regimental improvido

(AI 712.880/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 26/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal *a quo*. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária.

(AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS EXTRAS E O TERÇO DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

Esta Corte fixou entendimento no sentido de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AI 727.958/MG; Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O ABONO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RE 589.441/MG, rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 06/02/2009)

Agravo regimental em recurso extraordinário.

2. Pquestionamento. Ocorrência.

3. Servidores públicos federais. Incidência de contribuição previdenciária. Férias e horas extras. Verbas indenizatórias. Impossibilidade.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 545.317/DF, Rel. MINISTRO GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJ 14/03/2008)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 603.537/DF, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 30/03/2007).

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2009/0072594-0

ERESP 956289 / RS

Números Origem: 199971000332367 200701236501

PAUTA: 28/10/2009

JULGADO: 28/10/2009

Relatora

Exma. Sra. Ministra ELIANA CALMON

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO

Secretária

Bela. Carolina Vêras

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO GRANDE DO SUL - SINDFAZ/RS .

ADVOGADO : LARISSA CHAUL DE CARVALHO OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMBARGADO : UNILÃO

ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias - 1/3 de férias

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por unanimidade, conheceu dos embargos e deu-lhes provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora."

Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Hamilton Carvalhido e Luiz Fux.

Brasília, 28 de outubro de 2009

Carolina Vêras
Secretária



6

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ALINE CARVALHO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO : FABIANO FRABETTI

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considerava legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso, no sentido de que não incide Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Precedentes: EREsp 956.289/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 10/11/2009; Pet 7.296/PE, Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 10/11/2009.
4. Agravo regimental não provido.

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luiz Fux e Teori Albino Zavascki votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Denise Arruda.

Licenciado o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

Brasília (DF), 09 de março de 2010(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator



AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.123.792 - DF (2009/0028492-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ALINE CARVALHO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO : FABIANO FRABETTI

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto pela Fazenda Nacional contra decisão monocrática que negou provimento ao recurso especial, assim ementada:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE FUNÇÃO COMMISSIONADA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO ATACADO POR RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO NESTE PONTO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Sustenta a agravante, em suma, que "no intuito de alinhar a jurisprudência do STJ à do STF - a qual, reitera-se, ainda encontra-se pendente de confirmação por parte do Pleno daquela Corte no bojo do RE nº 593.068/SC-, o acórdão embargado omitiu-se em relação à aplicação de todo o regramento infraconstitucional que define a parcela em questão como remuneratória - e não indenizatória [...] (fls. 264-265).

Aduz, ainda que segundo a legislação vigente, o adicional de um terço de férias tem natureza remuneratória e por consequência, deve integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária.

É o relatório.

AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.123.792 - DF (2009/0028492-0)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considerava legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso, no sentido de que não incide Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Precedentes: EREsp 956.289/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 10/11/2009; Pet 7.296/PE, Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 10/11/2009.
4. Agravo regimental não provido.

VOTO

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (Relator): Esta Corte Superior, ao examinar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido a este Tribunal Superior, cadastrado como Pet 7.296/PE, da relatoria da Sra. Ministra Eliana Calmon, julgado em 28.11.09 (DJe de 10.11.09), reafirmou a posição de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

Vejamos a ementa:

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:27

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

Superior Tribunal de Justiça

106
E

constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, julgado em 28.10.09, DJe de 10.11.09 - sem destaque no original).

A Seção, por unanimidade, acompanhou o voto da Sra. Ministra Relatora, que propôs a alteração da jurisprudência desta Corte, adequando-a ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, para afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias ao fundamento de que essa verba possui natureza indenizatória e não se incorpora à remuneração paga na aposentadoria.

Segue exceto do referido voto:

[...] o entendimento desta Corte está em divergência com o posicionamento do STF, reafirmado em diversos julgados. O Supremo Tribunal, examinando a questão, concluiu pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

Na apreciação das teses em confronto parece-me pertinente examinar ontologicamente a exação.

A Constituição de 1988, no capítulo dedicado aos Direitos Sociais, estabeleceu como direito básico dos trabalhadores urbanos e rurais o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal (art. 7º, XVII), vantagem que veio a ser estendida aos servidores ocupantes de cargos públicos, como consta do § 3º do art. 39, da Carta Magna.

O adicional outorgado tem por escopo proporcionar ao trabalhador (*lato sensu*), no período de descanso, a percepção de um reforço financeiro, a fim de que possa usufruir de forma plena o direito constitucional do descanso remunerado.

A partir da finalidade do adicional é que se desenvolveu a posição jurisprudencial do STF, cujo início está no julgamento do RE 345.458/RS (Segunda Turma, DJ 01/02/2005), em que a relatora, Min. Ellen Gracie, analisando a constitucionalidade da redução do período de férias de procuradores autárquicos, consignou, em *obiter dictum*, que o abono de férias era espécie de "parcela acessória que, evidentemente, deve ser paga quando o trabalhador goza seu período de descanso anual, permitindo-lhe um reforço financeiro neste período". A partir daí firmou-se na Corte o entendimento pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, ao fundamento de que a referida verba detém natureza compensatória/indenizatória e de que, nos termos do art. 201, § 11, da CF/88 (*Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei*), somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

[...]

Embora não se tenha decisão do pleno, demonstram os precedentes que as duas turmas da Corte Maior consigna o mesmo entendimento, o que me leva a propor o realinhamento da posição jurisprudencial desta Corte, adequando-se o STJ à jurisprudência do STF, no sentido de que a contribuição previdenciária não incide



Superior Tribunal de Justiça

sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

Com essas considerações, acolho o incidente de uniformização jurisprudencial para manter o entendimento firmado no aresto impugnado da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, declarando que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias.

No mesmo sentido, o julgamento do EREsp n. 956.289, publicado no DJ da data de 10/11/2009, da relatoria da Ministra Eliana Calmon, houve o realinhamento da posição jurisprudencial desta Corte, adequando-se o STJ à jurisprudência do STF, no sentido de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

A propósito, cito a ementado do julgado:

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA -
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS
- NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO -
ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO
FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos.

Desse modo, considerando a função institucional do Superior Tribunal de Justiça, de uniformizar a jurisprudência em matéria infraconstitucional, a decisão agravada deve ser mantida.

Diante do exposto, nego provimento ao presente agravo regimental.

È come voto.



Superior Tribunal de Justiça

108
e

CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA TURMA

Número Registro: 2009/0028492-0

AgRg no AgRg no
REsp 1123792 / DF

Número Origem: 199934000389006

EM MESA

JULGADO: 09/03/2010

Relator

Exmo. Sr. Ministro **BENEDITO GONÇALVES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **BENEDITO GONÇALVES**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **REGINA COELI CAMPOS DE MENESES**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ALINE CARVALHO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO : FABIANO FRABETTI

ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ALINE CARVALHO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO : FABIANO FRABETTI

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luiz Fux e Teori Albino Zavascki votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Denise Arruda. Licenciado o Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

Brasília, 09 de março de 2010

BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA
Secretária

Documento: 951164 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJ: 17/03/2010

Página 6 de 6



Superior Tribunal de Justiça

109

E

RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.293 - DF (2009/0194091-7)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE
TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA -
SINDPREV-BA
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO(S)
EMENTA

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO
PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA
- NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO
STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.

2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.

4. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília-DF, 02 de março de 2010(Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

Superior Tribunal de Justiça

110
C

RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.293 - DF (2009/0194091-7)

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE
TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA -
SINDPREV-BA
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO(S)
RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Trata-se de recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEI 9.783/99. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE AS PARCELAS QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DO SERVIDOR E SOBRE AS PARCELAS INDENIZATÓRIAS. TERÇO DE FÉRIAS. HORAS-EXTRAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA. INCIDÊNCIA. ALÍQUOTA PROGRESSIVA. INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Aplica-se a Teoria da Encampação, se a autoridade apontada como coatora, possuindo superioridade hierárquica, ao prestar informações, ainda que suscitando sua ilegitimidade, defende o mérito do ato impugnado, atraindo para si a legitimidade passiva ad causam.

2. Preliminar de não cabimento de mandado de segurança contra lei em tese afastada, por se tratar de ato com efeitos concretos.

3. O STJ pacificou o entendimento que, na interpretação da Lei 9.783/99, a contribuição previdenciária não incide sobre as vantagens não incorporáveis aos proventos do servidor, no momento de sua aposentadoria, nem sobre as parcelas de cunho indenizatório.

4. Dessa forma, não incide a contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) e as horas-extras.

5. Nos termos da Súmula 688, do STF, é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário.

6. No julgamento da ADI-MC 2010 o STF declarou inconstitucional a exigência da contribuição previdenciária em alíquota progressiva, por falta de previsão legal e por caracterizar confisco.

7. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento.
(fl. 147)

Aponta o recorrente violação dos arts. 1º da Lei 9.783/99 e 4º, § 1º, da Lei 10.887/04, sustentando ser devida a contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias.

Não foram apresentadas contra-razões.

É o relatório.

Desenvolvido nos autos do processo nº 1.159.293-7, em 06/11/2025, às 12:50:27.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.293 - DF (2009/0194091-7)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE
TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA -
SINDPREV-BA
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO(S)

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON (Relatora): Tem-se como tema central da controvérsia a incidência ou não de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

A tese da incidência passou a prevalecer na Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do REsp 731.132/PE, de relatoria do Min. Teori Zavascki, ficando assim determinado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.783/99 E LEI 10.887/2004. INCIDÊNCIA, SALVO EM CASO DE INCONSTITUCIONALIDADE (SÚMULA VINCULANTE 10/STF), O QUE NÃO É O CASO.

1. O art. 1º e seu parágrafo da Lei 9.783/99 estabeleceu como base de cálculo da contribuição social do servidor público para a manutenção do seu regime de previdência "a totalidade da sua remuneração", na qual se compreendem, para esse efeito, "o vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, (...) excluídas: I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a indenização de transporte; IV - o salário família".

2. Critério semelhante foi adotado pelo art. 4º da Lei 10.887/2004, segundo o qual "A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição", assim entendido, nos termos do § 1º, "(...) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas: I - as diárias para viagens; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a indenização de transporte; IV - o salário-família; V - o auxílio-alimentação; VI - o auxílio-creche; VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho; VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003".

3. Não há dúvida, portanto, de que o legislador adotou, para efeito da base de cálculo (ou de contribuição), o critério da remuneração total do servidor público, com exclusão apenas das parcelas por ele indicadas. A adoção de outro critério (considerando como base de cálculo as parcelas que serão incorporadas aos proventos de aposentadoria), significa negar vigência à norma legal estabelecida, o que somente será viável se tal norma for declarada inconstitucional, na forma do art. 97 da Constituição (Súmula vinculante 10/STF).

4. Não há razão para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 9.783/99 ou do art. 4º da Lei 10.887/2004. O regime previdenciário hoje consagrado na



Superior Tribunal de Justiça

112

C

Constituição, especialmente após a EC 41/2003, que alterou o art. 40, § 3º, da CF, tem caráter contributivo, mas traz incorporado um princípio antes previsto apenas para o regime geral da previdência: o princípio da solidariedade. Por força desse princípio, o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte. A manifestação mais evidente do enunciado é a sujeição à contribuição dos próprios inativos e pensionistas.

5. A gratificação natalina (13º salário) e o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), por integrarem o conceito de remuneração, estão sujeitos à contribuição previdenciária.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 731.132/PE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 20/10/2008, ressalva do destaque)

No voto que conduziu o julgamento o relator, Min. Teori Zavascki, com fulcro nos arts. 41, *caput*, e 49, II e III e § 2º da Lei 8.112/91, concluiu que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias integra o conceito de remuneração do servidor público, tratando-se, pois, de vantagens tipicamente retributivas da prestação do trabalho e que não foram excluídas pelo legislador da base de cálculo da contribuição, nos termos do art. 4º da Lei 10.887/04, abaixo transcrito:

Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição.

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

- I - as diárias para viagens;
- II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III - a indenização de transporte;
- IV - o salário-família;
- V - o auxílio-alimentação;
- VI - o auxílio-creche;
- VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e
- IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 5º Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União,

jurisprudencial do STF, cujo início está no julgamento do RE 345.458/RS (Segunda Turma, DJ 01/02/2005), em que a relatora, Min. Ellen Gracie, analisando a constitucionalidade da redução do período de férias de procuradores autárquicos, consignou, em *obiter dictum*, que o abono de férias era espécie de "parcela acessória que, evidentemente, deve ser paga quando o trabalhador goza seu período de descanso anual, permitindo-lhe um reforço financeiro neste período". A partir daí firmou-se na Corte o entendimento pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, ao fundamento de que a referida verba detém natureza compensatória/indenizatória e de que, nos termos do art. 201, § 11, da CF/88 (Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei), somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

O entendimento está consignado em diversos julgados, dentre os quais destaco os seguintes:



TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

I - A orientação do Tribunal é no sentido de que as contribuições previdenciárias não podem incidir em parcelas indenizatórias ou que não incorporem a remuneração do servidor.

II - Agravo regimental improvido

(AI 712.880/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 26/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal *a quo*. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária.

(AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS EXTRAS E O TERÇO DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

Esta Corte fixou entendimento no sentido que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo Regimental a que se nega provimento.

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:27

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AI 727.958/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O ABONO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RE 589.441/MG, rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 06/02/2009)

Agravo regimental em recurso extraordinário.

2. Prequestionamento. Ocorrência.

3. Servidores públicos federais. Incidência de contribuição previdenciária. Férias e horas extras. Verbas indenizatórias. Impossibilidade.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 545.317/DF, Rel. MINISTRO GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJ 14/03/2008)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 603.537/DF, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 30/03/2007).

Embora não se tenha decisão do pleno, demonstram os precedentes que as duas turmas da Corte Maior consignam o mesmo entendimento, o que me leva a propor o realinhamento da posição jurisprudencial desta Corte, adequando-se o STJ à jurisprudência do STF, no sentido de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

Com essas considerações, nego provimento ao recurso especial.

É o voto.



Superior Tribunal de Justiça

MS
C

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2009/0194091-7

REsp 1159293 / DF

Número Origem: 199934000383000

PAUTA: 23/02/2010

JULGADO: 02/03/2010

Relatora

Exma. Sra. Ministra ELIANA CALMON

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro HUMBERTO MARTINS

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS

Secretária

Bela. VALÉRIA ALVIM DUSI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE TRABALHO E
PREVIDÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA - SINDPREV-BA
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO(S)
ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília, 02 de março de 2010

VALÉRIA ALVIM DUSI
Secretária

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 721.682 - PR (2005/0010297-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE
TERCEIRO GRAU PÚBLICO DE CURITIBA REGIÃO
METROPOLITANA E LITORAL - SINDITEST/PR
ADVOGADO : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO
PARANÁ - CEFET PR
REPR. POR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. POSIÇÃO FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO PARA ACOMPANHAR ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Consoante entendimento firmado pelo STF, a Primeira Seção desta Corte considerou ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedente: EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, julgado em 28.10.2009, DJe de 10.11.2009.

2. Agravo regimental provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, dar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Humberto Martins.
Brasília (DF), 02 de fevereiro de 2010.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator

Superior Tribunal de Justiça

117

C

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 721.682 - PR (2005/0010297-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE
TERCEIRO GRAU PÚBLICO DE CURITIBA REGIÃO
METROPOLITANA E LITORAL - SINDITEST/PR
ADVOGADO : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO
PARANÁ - CEFET PR
REPR. POR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):
Cuida-se de agravo regimental interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau Público de Curitiba Região Metropolitana e Litoral - SINDITEST/PR contra decisão monocrática que deu provimento ao recurso especial da Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET PR, com base nos fundamentos assim sintetizados (fl. 1017):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBA DE NATUREZA REMUNERATÓRIA. PRECEDENTES.

Alega-se que o recurso especial deveria ter sido desprovido em razão do atual posicionamento do STF em relação ao tema, no sentido da não-incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.

É o relatório.



Superior Tribunal de Justiça

118
C

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 721.682 - PR (2005/0010297-4)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. POSIÇÃO FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO PARA ACOMPANHAR ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Consoante entendimento firmado pelo STF, a Primeira Seção desta Corte considerou ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedente: EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, julgado em 28.10.2009, DJe de 10.11.2009.
2. Agravo regimental provido.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator): O inconformismo procede.

Realmente, a Primeira Seção desta Corte, seguindo orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar os EREsp 956.289/RS, considerou ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. A propósito, confira-se a ementa do julgado:

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos. (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe de 10.11.2009)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao presente agravo regimental para NEGAR SEGUIMENTO ao recurso especial. Quanto às verbas de sucumbência, mantenho o decidido pelo Tribunal de origem.

É como voto.

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2005/0010297-4

AgRg no
REsp 721682 / PR

Números Origem: 200070000097459 200204010344429

PAUTA: 17/12/2009

JULGADO: 02/02/2010

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **MARIA CAETANA CINTRA SANTOS**

Secretária

Bela. **VALÉRIA ALVIM DUSI**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ - CEFET
PR
REPR. POR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE TERCEIRO
GRAU PÚBLICO DE CURITIBA REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL -
SINDITEST/PR
ADVOGADO : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S)
ASSUNTO: Tributário - Contribuição - Social - Previdenciária - Sobre o 13º salário

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE TERCEIRO
GRAU PÚBLICO DE CURITIBA REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL -
SINDITEST/PR
ADVOGADO : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ - CEFET
PR
REPR. POR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Quilombo, 11/11/2009. João de Almeida - Sr. Relator

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Superior Tribunal de Justiça

120
C

Brasília, 02 de fevereiro de 2010

VALÉRIA ALVIM DUSI
Secretária

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/VerificacaoDocumento.aspx?Codigo=3D68-205A-3F07-31B5>



121

8

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL
2008.61.00.028970-0/SP

Nº

D.E.

Publicado em 12/2/2010

RELATOR : Desembargador Federal HENRIQUE HERKENHOFF
APELANTE : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outro
APELANTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
APELADO : OS MESMOS
AGRAVADA : DECISÃO DE FOLHAS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ARTIGO 557, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÕES. QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. NÃO INCIDÊNCIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. O STJ pacificou entendimento no sentido de que não incide a contribuição previdenciária sobre o pagamento dos quinze dias que antecedem o benefício de auxílio-doença.

2. A contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, §11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.

3. O salário-maternidade constitui parcela remuneratória, sobre a qual incide a contribuição previdenciária. Precedentes do STJ.

4. Não há, nos autos, qualquer prova do pagamento de contribuição social previdenciária sobre os primeiros quinze dias anteriores aos benefícios de auxílio-doença e auxílio-acidente, bem como sobre o salário-maternidade, as férias e seu terço constitucional. A impetrante juntou guias de recolhimento à Previdência Social, que comprovam apenas o recolhimento de contribuições sociais junto ao INSS, sem discriminar o fato gerador, e não há demonstrativos de que no período aludido havia funcionários percebendo os benefícios em tela ou ressalvas nas guias a esse respeito.

5. Seria indispensável fossem carreadas aos autos, acompanhadas da exordial, provas que demonstrassem o direito líquido e certo, ameaçado ou violado por autoridade.

6. Mesmo em sede de ação ordinária é necessário acostar, com a inicial, provas de que houve o pagamento que se quer repetir. Com mais forte razão, essa prova é indispensável no Mandado de Segurança.

7. Agravo a que se dá parcial provimento, tão somente para afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores relativos ao terço constitucional de férias.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010



São Paulo, 02 de fevereiro de 2010.
Henrique Herkenhoff
Desembargador Federal

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF:62
 Nº de Série do Certificado: 44356A52
 Data e Hora: 3/2/2010 16:58:37

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2008.61.00.028970-0/SP

RELATOR : Desembargador Federal HENRIQUE HERKENHOFF
 REQUERENTE : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
 ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outro
 APELANTE : União Federal (FAZENDA NACIONAL)
 ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
 APELADO : OS MESMOS
 AGRAVADA : DECISÃO DE FOLHAS

VOTO

O SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF

Reitero, em parte, os argumentos expendidos por ocasião da prolação da decisão alvo de presente agravo.

A simples juntada de guias de recolhimento à Previdência Social, sem qualquer outra prova pré constituída não demonstra que a autora contribuiu para a Seguridade Social as exações que alega.

Mesmo em sede de ação ordinária é necessário acostar provas de que houve o pagamento do tributo, mais ainda ocorre no Mandado de Segurança:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TAXA DE EXPEDIENTE DA CACEX. COMPENSAÇÃO. PRETENSÃO CONDENATÓRIA. ÔNUS DA PROVA.

1. Em ação de conhecimento de conteúdo condenatório em que se busca a compensação de tributos, a ausência de comprovação da existência do pagamento indevido acarreta a improcedência do pedido.

Inteligência do disposto no artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

2. Recurso especial improvido.

(STJ - Segunda Turma - RESP 807692 - Rel Min. Castro Meira - DJ DATA:12/04/2007 PÁGINA:260)

Seria indispensável fossem carreadas aos autos, acompanhadas da exordial, provas que demonstrassem o direito líquido e certo, ameaçado ou violado por autoridade.

Não há, nos autos, qualquer prova do pagamento de contribuição social previdenciária sobre os primeiros quinze dias anteriores aos benefícios de auxílio-doença e auxílio-acidente, bem como sobre o salário-maternidade, as férias e seu terço constitucional. A impetrante juntou guias de recolhimento à Previdência Social, que comprovam apenas o recolhimento junto ao INSS, mas

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010



123

não há demonstrativos de que no período aludido havia funcionários percebendo os benefícios em tela ou ressalvas nas guias a esse respeito.

Em consequência, há necessidade de dilação probatória.

Posta a questão nestes termos, não prospera a pretensão recursal do impetrante, na medida em que suas alegações repousam em situação a reclamar dilação probatória, que se apresenta incompatível com as vias estreitas da ação mandamental.

Nesse sentido o entendimento desta Corte:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE TUTELA JURISDICIONAL PARA PAGAMENTO PARCIAL DE DÉBITO FISCAL COM BENEFÍCIO DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA - INSTRUÇÃO DEFICIENTE DA INICIAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DAS MATÉRIAS FÁTICAS ARGUIDAS - SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL MANTIDA.

I- Na dicção do art. 1º da Lei nº 1.533/51, cabe mandado de segurança para coibir abusos do Poder Público como também para evitar os efeitos de um ato iminente, capaz de lesar ou violar direito. Assim, qualquer cidadão pode discutir em juízo ato que entende ilegal, abusivo, ainda que sob enfoque preventivo.

II- No caso concreto, da inicial é possível se extrair a pretensão da impetrante de obter tutela jurisdicional preventiva que lhe assegure a possibilidade de recolhimento parcial de débito fiscal junto ao INSS - com reconhecimento de ocorrência da denúncia espontânea - sem que tenha de suportar eventuais ônus da mora, todavia, não restaram demonstrados minimamente os elementos fáticos ligados à existência do direito líquido e certo alegado e ao modo pelo qual o mesmo encontrar-se-ia ameaçado.

III- A evidente instrução deficiente do mandamus conduz o julgador a invencíveis dúvidas quanto aos fatos argüidos na inicial - inclusive sobre a própria existência dos débitos.

IV- A ausência de demonstração pela parte impetrante das questões de fato diretamente relacionadas à existência do direito alegado, aliada a incompatibilidade da dilação probatória com o rito do mandado de segurança, acarreta a inviabilidade da análise das teses jurídicas levantadas.

V- Apelação improvida."

(TRF da 3ª Região, AMS 93.03.006394-5, PRIMEIRA TURMA, rel. Des. Fed. JOHONSOM DI SALVO, DJU 17/05/2007. p. 303).

O Superior Tribunal de Justiça também tem caminhado no mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.

2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.

3. O pressuposto fático do direito de compensar é a existência do indébito. Sem prova desse pressuposto, a sentença teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.

4. Recurso especial provido.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010

(STJ, RESP 644417, PRIMEIRA TURMA, REL. MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ DATA:01/02/2005 PÁGINA:438).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. RECOLHIMENTO ANTECIPADO. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE. COMPENSAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO APESAR DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA 211/STJ. APLICAÇÃO.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo." (Súmula 211 do STJ).

2. Nos casos em que o tribunal de 2ª instância se nega a emitir pronunciamento acerca dos pontos tidos como omissos, contraditórios ou obscuros, embora provocado via embargos declaratórios, deve a recorrente especial alegar contrariedade ao art. 535 do CPC, pleiteando a anulação do acórdão.

3. "O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária" (Súmula 213/STJ).

4. Contudo, é indispensável que a parte impetrante junte aos autos do writ os documentos comprobatórios do recolhimento do tributo que se pretende compensar. Consectariamente, a ausência de prova pré-constituída autoriza a extinção do mandamus sem julgamento de mérito.

5. Agravo regimental improvido.

(STJ, AGRESP 494186, PRIMEIRA TURMA, REL. MIN. LUIZ FUX DJ DATA:09/12/2003 PÁGINA:220)".

Por outro lado, o STJ pacificou entendimento no sentido de que o salário-maternidade constitui parcelas remuneratórias, sobre a qual incide a contribuição previdenciária, mas não sobre o pagamento dos quinze dias que precedem o benefício de auxílio-doença:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REMUNERAÇÃO PAGA PELO EMPREGADOR NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. NÃO-INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO. TRIBUTOS DE MESMA ESPÉCIE. ART. 66 DA LEI 8.383/91. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. JUROS.

(...)

2. É dominante no STJ o entendimento segundo o qual não é devida a contribuição previdenciária sobre a remuneração paga pelo empregador ao empregado, durante os primeiros dias do auxílio-doença, à consideração de que tal verba, por não consubstanciar contraprestação a trabalho, não tem natureza salarial. Precedentes: Resp 720817/SC, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 05/09/2005

(...)

6. A Primeira Turma desta Corte consolidou entendimento no sentido de que o salário-maternidade possui natureza salarial, integrando a base de cálculo da contribuição previdenciária.

7. Recurso especial a que se dá parcial provimento."

(STJ, Resp 836531/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavaschi, j. 08/08/2006, DJ 17/08/2006, p. 328)

"TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010

ESPECIAL. SALÁRIO MATERNIDADE. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA. QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO. NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES.

(...)

4. A diferença paga pelo empregador, nos casos de auxílio-doença, não tem natureza remuneratória. Não incide, portanto, contribuição previdenciária.

5. Precedentes de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte: Resp 479935/DF, DJ de 17/11/2003, Resp 720817/SC, DJ de 21/06/2005, Resp 550473/RS, DJ de 26/09/2005, Resp 735199/RS, DJ de 10/10/2005.

6. Recurso especial, em parte conhecido, e nesta parcialmente provido."

(STJ, Resp 824292/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 16/05/2006, DJ 08/06/2006, p. 150)

"TRIBUTÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE.

NATUREZA SALARIAL. INCIDÊNCIA SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES.

A exação referente à maternidade, originariamente cabia ao empregador, circunstância que revelava seu caráter salarial, constituindo obrigação trabalhista. Posteriormente, assumiu o seu ônus a Previdência Social, com a edição da Lei 6.136/74, seguindo tendência mundial, por sugestão da OIT. Através desse diploma normativo, o salário-maternidade foi alçado à categoria de prestação previdenciária. O fato de ser custeado pelos cofres da Autarquia Previdenciária, porém, não exime o empregador da obrigação tributária relativamente à contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, incluindo, na respectiva base de cálculo, o salário-maternidade auferido por suas empregadas gestantes (Lei 8.212/91, art. 28, § 2º) (Resp nº 529951/PR, 1ª Turma, DJ de 19/12/2003, Rel. Min. LUIZ FUX)

O salário-maternidade possui natureza salarial e integral, consequentemente, a base de cálculo da contribuição previdenciária.

Precedentes da egrégia 1ª Turma desta Corte.

Recurso não provido."

(STJ, Resp 572626/BA, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, j. 03/08/2004, DJ 20/09/2004, p. 193)

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPREGADORES. ARTS. 22 E 28 DA LEI N.º 8.212/91. SALÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. ADICIONAIS DE HORA-EXTRA, TRABALHO NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. NATUREZA SALARIAL PARA FIM DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PREVISTA NO ART. 195, I, DA CF/88. SÚMULA 207 DO STF. ENUNCIADO 60 DO TST.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que a contribuição previdenciária incide sobre o total das remunerações pagas aos empregados, inclusive sobre o 13º salário e o salário-maternidade (Súmula n.º 207/STF).

2. Os adicionais noturno, hora-extra, insalubridade e periculosidade possuem caráter salarial. Iterativos precedentes do TST (Enunciado n.º 60).

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010

126
C

3. A Constituição Federal dá as linhas do Sistema Tributário Nacional e é a regra matriz de incidência tributária.

4. O legislador ordinário, ao editar a Lei n.º 8.212/91, enumera no art. 28, § 9º, quais as verbas que não fazem parte do salário-de-contribuição do empregado, e, em tal rol, não se encontra a previsão de exclusão dos adicionais de hora-extra, noturno, de periculosidade e de insalubridade.

5. Recurso conhecido em parte, e nessa parte, improvido.

(STJ, Resp 486697/PR, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ DATA:17/12/2004 PAGINA:420)

(...)

Não é possível a pretensão de compensação, pois a autora não comprovou ter recolhido a verba sobre a qual ora reconheço não incidir a contribuição, não demonstrando, portanto, o seu direito líquido e certo.

A simples juntada de guias de recolhimento à Previdência Social, sem qualquer outra prova pré constituída, demonstra o pagamento, não as verbas que compuseram a remuneração dos empregados e serviram como base de cálculo, já que as contribuições questionadas não são usualmente calculadas em apartado.

Mesmo em sede de ação ordinária é necessário acostar provas de que houve o pagamento do tributo, mais ainda ocorre no Mandado de Segurança:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TAXA DE EXPEDIENTE DA CACEX. COMPENSAÇÃO. PRETENSÃO CONDENATÓRIA. ÔNUS DA PROVA.

1. Em ação de conhecimento de conteúdo condenatório em que se busca a compensação de tributos, a ausência de comprovação da existência do pagamento indevido acarreta a improcedência do pedido.

Inteligência do disposto no artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

2. Recurso especial improvido.

(STJ - Segunda Turma - RESP 807692 - Rel Min. Castro Meira - DJ DATA:12/04/2007 PAGINA:260)

Seria indispensável fossem carreadas aos autos, acompanhadas da exordial, provas que demonstrassem o direito líquido e certo, ameaçado ou violado por autoridade.

Não há, nos autos, qualquer prova do pagamento de contribuição social previdenciária sobre os primeiros quinze dias anteriores aos benefícios de auxílio-doença. A impetrante juntou guias de recolhimento à Previdência Social, que comprovam apenas o recolhimento junto ao INSS, mas não há demonstrativos de que no período aludido havia funcionários percebendo os benefícios em tela ou ressalvas nas guias a esse respeito.

Em consequência, há necessidade de dilação probatória.

Posta a questão nestes termos, não prospera a pretensão recursal do impetrante quanto à compensação, na medida em que suas alegações repousam em situação a reclamar dilação probatória, que se

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



apresenta incompatível com as vias estreitas da ação mandamental.

"MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE TUTELA JURISDICIONAL PARA PAGAMENTO PARCIAL DE DÉBITO FISCAL COM BENEFÍCIO DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA - INSTRUÇÃO DEFICIENTE DA INICIAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DAS MATÉRIAS FÁTICAS ARGUIDAS - SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL MANTIDA.

I- Na dicção do art. 1º da Lei nº 1.533/51, cabe mandado de segurança para coibir abusos do Poder Público como também para evitar os efeitos de um ato iminente, capaz de lesar ou violar direito. Assim, qualquer cidadão pode discutir em juízo ato que entende ilegal, abusivo, ainda que sob enfoque preventivo.

II- No caso concreto, da inicial é possível se extrair a pretensão da impetrante de obter tutela jurisdicional preventiva que lhe assegure a possibilidade de recolhimento parcial de débito fiscal junto ao INSS - com reconhecimento de ocorrência da denúncia espontânea - sem que tenha de suportar eventuais ônus da mora, todavia, não restaram demonstrados minimamente os elementos fáticos ligados à existência do direito líquido e certo alegado e ao modo pelo qual o mesmo encontrar-se-ia ameaçado.

III- A evidente instrução deficiente do mandamus conduz o julgador a invencíveis dúvidas quanto aos fatos arguidos na inicial - inclusive sobre a própria existência dos débitos.

IV- A ausência de demonstração pela parte impetrante das questões de fato diretamente relacionadas à existência do direito alegado, aliada a incompatibilidade da dilação probatória com o rito do mandado de segurança, acarreta a inviabilidade da análise das teses jurídicas levantadas.

V- *Apelação improvida.*"

(TRF da 3ª Região, AMS 93.03.006394-5, PRIMEIRA TURMA, rel. Des. Fed. JOHONSOM DI SALVO, DJU 17/05/2007. p. 303).

O Superior Tribunal de Justiça também tem caminhado no mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.

2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.

3. O pressuposto fático do direito de compensar é a existência do indébito. Sem prova desse pressuposto, a sentença teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.

4. Recurso especial provido.

(STJ, RESP 644417, PRIMEIRA TURMA, REL. MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ DATA:01/02/2005 PÁGINA:438).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. RECOLHIMENTO ANTECIPADO. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE. COMPENSAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO APESAR DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA 211/STJ. APLICAÇÃO.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010

128
C

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo." (Súmula 211 do STJ).

2. Nos casos em que o tribunal de 2ª instância se nega a emitir pronunciamento acerca dos pontos tidos como omissos, contraditórios ou obscuros, embora provocado via embargos declaratórios, deve a recorrente especial alegar contrariedade ao art. 535 do CPC, pleiteando a anulação do acórdão.

3. "O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária" (Súmula 213/STJ).

4. Contudo, é indispensável que a parte impetrante junte aos autos do writ os documentos comprobatórios do recolhimento do tributo que se pretende compensar. Consectariamente, a ausência de prova pré-constituída autoriza a extinção do mandamus sem julgamento de mérito.

5. Agravo regimental improvido.

(STJ, AGRESP 494186, PRIMEIRA TURMA, REL. MIN. LUIZ FUX DJ DATA:09/12/2003 PÁGINA:220)".

FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL

Conforme notícia publicada em 13/11/2009

(http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao), a Primeira Turma do STJ acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF para declarar que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço de férias constitucional, posição que já vinha sendo aplicada pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

A jurisprudência do STF pela não incidência da contribuição foi firmada a partir de 2005, ao fundamento de que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e que, nos termos do artigo 201, §11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA - ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) SOBRE FÉRIAS (CF, ART. 7º, XVII) - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos julgamentos, firmou entendimento no sentido da não incidência de contribuição social sobre o adicional de um terço (1/3), a que se refere o art. 7º, XVII, da Constituição Federal. Precedentes.

(STF, 2ª Turma, RE-Agr 587941, Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau, julg. 30.09.2008).

Com tais considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao agravo, a fim de afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores relativos ao terço constitucional de férias.

É o voto.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010



Henrique Herkenhoff
Desembargador Federal

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF:62

Nº de Série do Certificado: 44356A52

Data e Hora: 3/2/2010 16:58:34

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2008.61.00.028970-0/SP

RELATOR : Desembargador Federal HENRIQUE HERKENHOFF
ANTE : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outro
APELANTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
APELADO : OS MESMOS
AGRAVADA : DECISÃO DE FOLHAS

RELATÓRIO

O SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF

Trata-se de agravo, previsto no artigo 557, §1º, do CPC, interposto (fls.383/399), em face da decisão monocrática (fls.370/381) que negou seguimento ao recurso da impetrante e deu parcial provimento à apelação da União, para conceder parcialmente a segurança, afastando tão-somente a contribuição previdenciária sobre o pagamento dos quinze dias que antecedem o benefício de auxílio-doença.

As apelações foram interpostas em face de sentença (fls. 250/264) que concedeu parcialmente a segurança em Mandado impetrado com o objetivo de afastar a incidência da contribuição à Seguridade Social sobre os primeiros quinze dias anteriores aos benefícios de auxílio-doença, o salário-maternidade, as férias e seu terço constitucional, bem como a sua compensação. A r. sentença afastou as contribuições sobre o auxílio-doença, autorizando a compensação desses débitos.

Alega-se, em síntese, que deve ser reconhecida também a inexigibilidade da contribuição sobre os valores pagos a título de salário-maternidade, férias e terço de férias. Aduz, ainda, que as guias de recolhimento (guias GPS) são suficientes para a comprovação do direito alegado.

É o relatório.

Henrique Herkenhoff
Desembargador Federal

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=458027

12/05/2010



130
C

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2009.61.14.001686-0/SP

RELATOR : Desembargador Federal HENRIQUE HERKENHOFF
 APELANTE : CARBONO QUIMICA LTDA
 ADVOGADO : CRISTIANE CAMPOS MORATA e outro
 APELADO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
 ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
 ENTIDADE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
 ADVOGADO : HERMES ARRAIS ALENCAR

D.E.
 Publicado em 4/12/2009

EMENTA

LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.

1. O prazo prescricional (como também o decadencial, quando o direito potestativo deve ser exercido judicialmente) flui a partir do dia em que o autor poderia buscar o provimento jurisdicional, porquanto reunidas todas as CONDIÇÕES DA AÇÃO

2. O contribuinte tem o prazo decadencial de cinco anos para pleitear a restituição do tributo pago a maior, contado a partir do recolhimento indevido (artigo 168, inciso I, do CTN), mesmo nas hipóteses de lançamento por homologação.

3. Configurada a caducidade do direito à devolução de parte dos valores pagos.

4. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre os adicionais de insalubridade, de periculosidade e sobre as horas-extraordinárias de trabalho, em razão do seu caráter salarial.

5. O STJ pacificou entendimento no sentido de que o salário-maternidade constitui parcela remuneratória, sobre a qual incide a contribuição previdenciária, mas não sobre o pagamento dos quinze dias que antecedem o benefício de auxílio-doença.

6. Em se tratando de uma obrigação patronal, o reembolso das despesas comprovadas de creche e escola, quando terceirizado o serviço, não pode sofrer a incidência da contribuição previdenciária, pois tem nítido cunho indenizatório.

7. Previsto no §1º, do artigo 487 da CLT, exatamente por seu caráter indenizatório, o aviso prévio indenizado não integra o salário-de-contribuição e sobre ele não incide a contribuição.

8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, §11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição.

9. Quanto à incidência de contribuição sobre prêmios e

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



gratificações, da análise dos documentos acostados a este Mandado de Segurança, conclui-se que a impetrante não demonstrou, de plano, o direito líquido e certo a ser amparado pelo "mandamus", ante a ausência de prova pré-constituída.

10. Por se tratar de benefício da Previdência Social (artigo 28, IV, § 9º, Lei nº 8.212/91), o auxílio-acidente não integra o salário de contribuição e, portanto, a contribuição social sobre ele não incide.

11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por maioria, de ofício, reconhecer a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu o ajuizamento da ação e, também por maioria, dar parcial provimento à apelação da autora, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 17 de novembro de 2009.

Henrique Herkenhoff
Desembargador Federal

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF:62

Nº de Série do Certificado: 44356A52

Data e Hora: 25/11/2009 15:18:48

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2009.61.14.001686-0/SP

RELATOR	: Desembargador Federal HENRIQUE HERKENHOFF
APELANTE	: CARBONO QUIMICA LTDA
ADVOGADO	: CRISTIANE CAMPOS MORATA e outro
APELADO	: Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
ENTIDADE	: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO	: HERMES ARRAIS ALENCAR

VOTO

O SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF:

O prazo prescricional (como também o decadencial, quando o direito potestativo deve ser exercido judicialmente) flui a partir da *actio nata*, isto é, a partir do dia em que o autor poderia buscar o provimento jurisdicional, porquanto reunidas todas as CONDIÇÕES DA AÇÃO: esse termo, nos casos de repetição após auto-lançamento, é o do efetivo pagamento do indébito, como aliás expressamente prevê o Código Tributário Nacional (artigo 168, I), uma vez que a homologação, expressa ou ficta, não é condição da Ação, e muito menos a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade da norma que instituiu ou aumentou o tributo.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010

132
C

Não se podem confundir ou sequer comparar as situações do Fisco, que está obrigado a lançar previamente o tributo, mediante regular procedimento administrativo de caráter contraditório, como condição para a propositura da execução fiscal ou de qualquer outra medida judicial para satisfação do crédito - e até mesmo para requerer medida cautelar fiscal (Lei nº 8.397/92) - e a do contribuinte, que pode repetir as quantias indevidamente recolhidas sem aguardar a homologação do auto-lançamento (CTN, artigo 165).

O prazo prescricional se inicia na data do pagamento indevido, incorretamente denominado pelo CTN como "extinção do crédito tributário" - aliás, se o pagamento foi indevido ou a maior, não há crédito tributário relativo à parte a ser restituída e, portanto, não faz sentido falar em "extinção" do que nunca existiu.

Não obstante, há posição ainda adotada por parte da jurisprudência que, por meio de uma interpretação a nosso ver equivocada do texto da lei, entende pela prescrição de dez anos, contando-se os cinco anos de que dispõe a Fazenda Pública para homologar o lançamento do recolhimento tributário (art. 150 § 4º do CTN). Afirma-se que só a partir de então estaria configurada a extinção do crédito tributário e teria início o lapso quinquenal previsto no art. 168 também do CTN.

Não é possível adotar a teoria de que o lapso temporal reservado à Fazenda Pública deve ser estendido ao contribuinte, até porque não estão em condições semelhantes, não sendo, ademais, incomuns as normas excepcionais em favor do fisco: prazos maiores para contestar ou recorrer, cláusulas exorbitantes, presunção de legalidade e veracidade dos atos públicos etc.

Com a devida vênia, tampouco me filio ao entendimento de que o prazo quinquenal deve fluir da publicação do acórdão ou Resolução que declarou a inconstitucionalidade da lei que instituiu ou aumentou o tributo, pelo mesmo simples motivo de que tais atos não são condição da ação de repetição: podendo ser obtida a declaração de inconstitucionalidade em controle difuso, não há porque correr o prazo somente depois que essa declaração tenha efeito *erga omnes*.

Ademais, o Decreto nº 20.910/32, que trata do prazo prescricional das dívidas e direito de ação contra a Fazenda Pública, determina ser este lapso de cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram:

Art. 1º - as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

De tal modo, a melhor exegese que nos parece é a de que o contribuinte tem o prazo decadencial de cinco anos para pleitear a restituição do tributo pago a maior, contado a partir do recolhimento indevido (artigo 168, inciso I, do CTN), mesmo nas hipóteses de lançamento por homologação.

PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. LEI Nº 8.212/91,

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010

ARTIGO 22, INCISO II. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. PRESCRIÇÃO.

(...)

O direito de ação relativo ao exercício de um direito subjetivo de crédito decorrente de pagamento indevido não se confunde com o poder-dever do Fisco de controlar administrativamente a realização da obrigação tributária pelo contribuinte. O prazo prescricional da Fazenda Pública, para cobrar seus créditos tributários, começa após transcorrido o lapso decadencial; para o contribuinte, tão logo efetue o pagamento indevido e é de cinco anos. Reconhecido o prazo de cinco anos, verifica-se a ocorrência de prescrição de parte das parcelas que se pretende compensar, isto é, daquelas recolhidas anteriormente a 07.09.1995, considerada a data em que foi impetrado o mandamus como termo ad quem para contagem do lapso em tela.

(...)

(TRF3 - 5ª Turma AMS nº 2000.61.00.034458-9, vm, DJ: 19/08/2003 - pg. 426, Rel. Des. Fed. Fábio Prieto; Rel. p/ acórdão Des. Fed. André Nabarrete)(grifo nosso).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. REPETIÇÃO E COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

1. Na falta de determinação do órgão jurisdicional de primeiro grau, reputa-se interposto o reexame necessário, nos termos em que determina a Lei n. 9.469, de 10.07.97, c. c. o art. 475, II, do Código de Processo Civil, que estende esse expediente para as autarquias.

2. O direito à restituição e, por consequência, repetição e compensação, nasce com o recolhimento indevido. Daí passa fluir o respectivo prazo prescricional, incidindo o lapso de cinco anos.

3. O art. 156, I, do Código Tributário Nacional diz que o crédito tributário se extingue com o pagamento. No lançamento por homologação, tal pagamento se sujeita à condição resolutória até sua homologação (CTN, art. 150, § 1º), até que se expire o prazo de cinco anos (CTN, art. 150, § 4º). Mas a condição resolutória a que se sujeita tal pagamento não descaracteriza sua força extintiva até que se expire o prazo da homologação para somente então ser ele passível de restituição.

4. O prazo deve fluir a partir do próprio recolhimento, vale dizer, da data da extinção do crédito (CTN, art. 156, I, e art. 168, I), malgrado pendente a condição resolutória prevista no art. 150, § 1º, do Código Tributário Nacional.

5. As contribuições recolhidas anteriormente ao prazo de cinco anos contado do ajuizamento da ação não poderão ser declaradas inexigíveis em face da prescrição, aqui reconhecida tendo em vista a indisponibilidade do Erário.

6. Reexame necessário, reputado interposto, e apelação providos. (TRF3 - 5ª Turma AC nº 1999.03.99.061521-7, vm, DJ: 31/05/2006 - Rel. Des. Fed. André Nekatschalow)(grifo nosso).

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-PREVIDENCIÁRIA. PAGAMENTOS FEITOS A AVULSOS, ADMINISTRADORES E AUTÔNOMOS. INCONSTITUCIONALIDADE. PRAZO (DECADENCIAL) DE REPETIÇÃO. COMPENSAÇÃO.

1. A contribuição sócio-previdenciária sobre a folha de salários

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010



(art. 195, I - CF) não incide sobre os pagamentos feitos aos segurados avulsos, administradores e autônomos (Lei nº 7.787/89 - art. 3º, I; e Lei nº 8.212/91, art. 22, I). Precedentes do Supremo Tribunal Federal (cf. RREE nº 166.772-9/RS e nº 166.939-0/SC, e ADIn nº 1.108-1/DF).

2. Cuidando-se de exigência inconstitucional, é devida a restituição dos valores recolhidos indevidamente (art. 165, I - CTN), a tanto não se opondo a vedação inserida no art. 89, § 1º da Lei nº 8.212/91, pois não se trata de tributo indireto, em que o contribuinte de direito transfere o encargo ao contribuinte de fato (art. 166 - CTN).

3. Tem o contribuinte o prazo (decadencial) de cinco anos para pedir a restituição do tributo pago indevidamente, contado a partir do recolhimento (art. 168, I - idem), mesmo nos casos de lançamento por homologação.

4. O prazo decadencial, também quinquenal, previsto para a homologação do lançamento (art. 150, § 4º), não interfere na contagem (termo inicial) do prazo de repetição, para ampliá-lo, pois se trata de prazo destinado à Administração. Não quis a lei dar ao contribuinte prazo repetitório superior a cinco anos (cf. ad instar. Decreto nº 20.910/32 - art. 1º).

5. A restituição pode ocorrer sob a forma de compensação (arts. 1.017 - Cód. Civil, 170 - CTN e 66 - Lei nº 8.383/91), por provimento judicial, sob condição de ulterior homologação pelo fisco, quando for concreta e indevidamente indeferida na órbita administrativa, ou quando, proposta a ação sem aquele antecedente (negação do fisco, tradutora do interesse de agir), a Fazenda Pública, oferecendo resposta, contestar a possibilidade de realização.

6. Provimento da apelação da autora. Parcial provimento da apelação do INSS e da remessa." (g.n.)

(TRF - PRIMEIRA REGIÃO, AC - 01000292031, Data da decisão: 12/05/1999, DJ DATA: 29/10/1999 PAGINA: 275, Relator(a) JUIZ OLINDO NEZES)

De qualquer modo, todas as teses diversas restaram afastadas pela Lei Complementar 118/05, que faz INTERPRETAÇÃO "AUTÊNTICA" aplicável, como toda norma legal interpretativa, aos casos pretéritos (CTN, art. 106, I):

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

Não obstante a Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça tenha declarado a inconstitucionalidade do artigo 4º, do supra citado diploma legal complementar, por ocasião do julgamento do ERESP nº 644736, em 06/06/2007, que atribui efeito retroativo ao artigo 3º, esta Corte regional não promoveu incidente próprio e, não sendo meu entendimento no sentido da inconstitucionalidade, não tenho porque provocá-lo.

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010

LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLEMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. 135 C

1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168 do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para

que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação e nessa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.

http://diario.trf3.jus.br/visualiza_acordaoDE.php?codigo_documento=333646

12/05/2010

(COB)

Senhor Juiz Federal da 2a. Vara

Informo a Vossa Excelencia, para as providencias cabiveis, que o Processo no.0004877-82.2010.403.6120 apresentou a seguinte relacao de provaveis prevencoes.

Araraquara 08 de Junho de 2010.

SETOR DE DISTRIBUICAO - SEDI

Quadro Indicativo de Possibilidade de Prevencao.

0004877-82.2010.403.6120

ASSUNTO.....:

03.07.11-CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS - CONTRIBUICOES

PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO

03.07.02-MANDATO ELETIVO/LEI 9.506/97- CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS -

TRIBUTARIO

03.07.14-1/3 DE FERIAS - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO

03.11.01-SUSPENSAO DA EXIGIBILIDADE - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO

03.11.11-COMPENSACAO - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO

03.14.04-INSCRICAO NO SPC-CADIN/SERASA E OUTROS - PROCEDIMENTOS FISCAIS

- TRIBUTARIO

DEVOL.CONTRIB.PREVIDENCIARIAS S/PROVENTOS AGENTES POLITICOS-06/2000 A 06/2010

IMPETRANTE...: MUNICIPIO DE ARARAQUARA

RG/CPF/CNPJ.: 45.276.128/0001-10

IMPETRADO...: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP

RG/CPF/CNPJ.: 0-

TIPO DISTR...: 2-DISTR. AUTOMATICA

** PREVENCAO Processo: 0004874-30.2010.403.6120 CNPJ: 45276128 **

ASSUNTO.....:

03.07.11-CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS - CONTRIBUICOES

PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO

03.07.02-MANDATO ELETIVO/LEI 9.506/97- CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS -

TRIBUTARIO

03.11.01-SUSPENSAO DA EXIGIBILIDADE - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO

03.11.11-COMPENSACAO - CREDITO TRIBUTARIO - TRIBUTARIO

03.14.04-INSCRICAO NO SPC-CADIN/SERASA E OUTROS - PROCEDIMENTOS FISCAIS

- TRIBUTARIO

DEVOLUCAO CONTRIB PREVIDENCIARIAS S/PROVENTOS AGENTES POLITICOS-04/00 A 09/04

SITUACAO.....: 0-NORMAL

IMPETRADO...: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP ** SEGREDO DE JUSTICA

TIPO DISTR...: 2-DISTR. AUTOMATICA

VARA.....: 2

PREV.....: MUNICIPIO DE ARARAQUARA

NOME.....: MUNICIPIO DE ARARAQUARA

LOCALIZACAO.: ARARA

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

137
E

INFORMAÇÃO

Mma. Juíza,

Com o devido respeito, informo Vossa Excelência que o Termo de Prevenção de fl. 136 apontou prevenção com o processo n. **0004874-30.2010.403.6120**.

Em consulta ao Processo n. **0004874-30.2010.403.6120** verifiquei que é Ação de Mandado de Segurança em que o Município de Araraquara pleiteia a concessão da ordem mandamental para o fim de que seja declarada a inexistência da relação jurídica entre o Impetrante e a União (Fazenda Nacional), em relação à contribuição previdenciária patronal incidente sobre os valores pagos a título de subsídio aos agentes políticos do município (prefeito, vice-prefeito e vereadores) e o respectivo adicional para o custeio de SAT.

Era o que tinha a informar.

Araraquara, 14 de junho de 2010


Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

CERTIDÃO

PROCESSO N. 0004877-82.2010.403.6120

Certifico e dou fé que a parte Impetrante está isenta de recolhimento das custas iniciais devidos na Justiça Federal, nos termos do art. 4º, da Lei n.º 9.289/96.

Araraquara, 14 de junho de 2010

Em

Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário – RF n.º 4559

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a)
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO.
Araraquara 14 de junho de 2010

JUSTICA
FEDERAL
Fls. 139
2a VARA

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4533

Tec/Aux/At. Judiciário

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

Emende a Impetrante sua inicial, no prazo de
10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial (ar-
t. 284, CPC), nos seguintes termos:

a) Dando o valor correto à causa, tendo em
vista que o proveito econômico objetivado com a presente
demanda é superior ao valor inicialmente atribuído (ar-
t. 259, CPC);

b) Indicando além da autoridade coatora, a
pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vincu-
lada ou da qual exerce atribuições (art. 6º da Lei n.
12.016/2009).

Com a regularização, tornem os autos conclu-
sos.

Int.

Araraquara 14 de junho de 2010

TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO
Juiza Federal Substituta

D A T A

Em data de 14 de junho de 2010
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4533

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que o r.
despacho/decisão/sentença de fls(s).
foi disponibilizado no Diário
Eletrônico da Justiça em 17/06/2010. Considera-se a
data da publicação o primeiro dia útil subsequente
à data acima mencionada (18/06/2010).
Araraquara, 17/06/2010

Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

JUNTADA

em de 23 JUN 2010 de
sunto a estes autos Petição - Prot. n.
2010. 0000 12.399-1 que segue

Ed

EDNEIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559



Original

Castellucci Figueiredo
e
Advogados Associados

140
C

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA 20ª SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA EM ARARAQUARA – SP.

PROCESSO Nº 0004877.82.2010.4.03.6120

JFSP-FÓRUM ARARAQUARA
SETOR DE PROTOCOLO GERAL E INTEGRADO
22/06/2010 12:58 h
Prot. nro. 2010.200012399-1



[2a.V ARARAQUARA]
(82/2)

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
QUALIFICADO NOS AUTOS DO PROCESSO EM EPÍGRAFE, VEM
RESPEITOSAMENTE, À PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, POR SEU
ADVOGADO QUE ESTA SUBSCREVE, EM ATENDIMENTO AO VOSSO RESPEITÁVEL
DESPACHO DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL
DA 3ª REGIÃO DE 17/06/2010, EMENDAR A PETIÇÃO INICIAL NOS TERMOS
SEGUINTE:

- A) CONFORME DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 259 DO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL, O VALOR CORRETO DA CAUSA EM DECORRÊNCIA DO PROVEITO
ECONÔMICO OBJETIVADO PELO IMPETRANTE NA PRESENTE DEMANDA É
DE **R\$ 2.721.616,00 (DOIS MILHÕES SETECENTOS E VINTE E UM MIL
SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS)**.
- B) DE ACORDO COM A DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 12.016/09 A
IMPETRANTE INCLUI NO POLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA O
REPRESENTANTE JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA, -UNIÃO

Rua Alviandia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

Castellucci Figueiredo
e
Advogados Associados

141

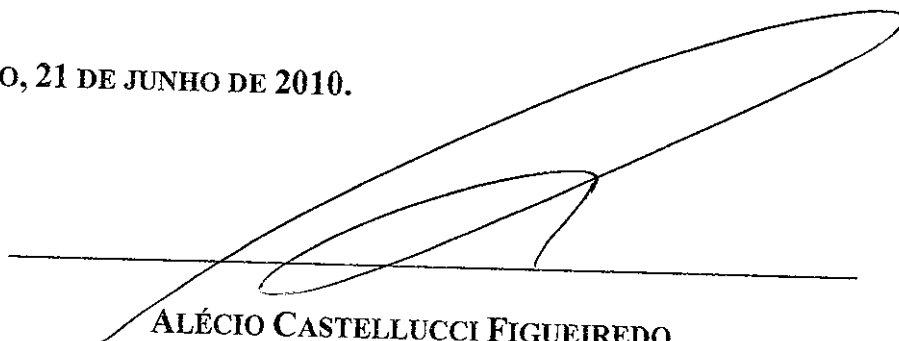
9

FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) - , IN CASU, O **PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM ARARAQUARA**, COM ENDEREÇO NA AVENIDA ESPANHA, 1664 – CENTRO ARARAQUARA – SP, CEP 14801-130, PARA QUE, QUERENDO , INGRESSE NO FEITO NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, II DA LEI 12.016/09.

ASSIM, CUMPRE O IMPETRANTE COM AS DETERMINAÇÕES DESTE DIGNÍSSIMO JUÍZO, REQUERENDO, DESSE MODO, QUE O FEITO TENHA SEU NORMAL PROSSEGUIMENTO.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

SÃO PAULO, 21 DE JUNHO DE 2010.


ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos
a(o) M.M. (a) Juiz(a), Sr. (a)
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO.
Araraquara 23 de junho de 2010

JUSTICA
FEDERAL
Fls. 142
2a VARA

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA

Tec/Aux/Analista Judiciário - RF 4559

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

Fl. 140/141: Acolho a petição como emenda à inicial.

Vejo que a situação posta nos autos não demanda um provimento judicial tão urgente que não possa aguardar as informações da autoridade coatora. Assim, postergo a apreciação do pedido de medida liminar para depois de formado o contraditório.

Notifique-se a autoridade impetrada para que, no prazo legal, apresente suas devidas informações. Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Ao SEDI para inclusão da União (Fazenda Nacional) no pólo passivo, bem como para retificar o valor da causa (fl. 140/141).

Int.

Araraquara 23 de junho de 2010

TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO
Juiza Federal Substituta

D A T A

Em data de 23 de junho de 2010
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário - RF 4559

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que o r.
despacho/decisão/sentença de fls(s).
foi disponibilizado no Diário
Eletrônico da Justiça em 01/07/2010. Considera-se a
data da publicação o primeiro dia útil subsequente
à data acima mencionada (02/07/2010).

Araraquara, 01/07/2010

Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nao houve mani-
festação acerca do r. despacho
de fl. 142.

Araraquara, de 15 JUL 2010 de

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi Ofício n.
451/10 ao Delegado da Receita
Federal e Mandado de Con-
tição n. 3434/10.

Araraquara, de 15 JUL 2010 de

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

REMESSA

Em 16 JUL 2010
Remeto estes autos ao SEDI
fl. 142

Enl

Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

CERTIDÃO

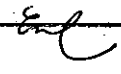
Certifico que dei cumprimento ao r. despacho à fls rtw

Araraquara(SP), 16/07/2010

Celso Luis Bueno - RF 4719
Supervisor da Seção de Distribuição

143
E

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

RECEBIMENTO
de 19 JUL 2010
Recebi estes autos do SEDZ


EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



JUNTADA
a de 21 JUL 2010 de
tanto a estes autos Opção n. 451/10, Man-
dato de Certificação e Petição que segue
Enl

EDNEIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

3436/10
11111111111111111111

Gabinete/DRF/AQA

PROT. 1467/2010

REC: 15/07/10

144
C

2.ª VARA FEDERAL – 20.ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA/ SP
FÓRUM PROFESSORA DOUTORA RUTH CARDOSO

Av. Padre Francisco Sales Colturato, 658 (Av. 36) – Araraquara – SP – CEP 14802-000
Telefone: (16) 3114-7800 – Fax (16) 3114-7805

Ofício n. 451/2010 – CÍVEL

Araraquara, 15 de julho de 2010.

Mandado de Segurança n. 0004877-82.2010.403.6120

Impetrante: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Impetrado: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA E OUTRO

Ilustríssimo Senhor

Delegado-Chefe da Receita Federal em Araraquara

Av. Rodrigo Fernando Grillo, 2775 – Jardim das Flores

CEP: 14801- 534 – Araraquara/ SP


Assunto: **Notificação.**

Senhor Delegado

De ordem da MM.^a Juíza Federal Substituta desta Vara, Dr^a Tathiane Menezes da Rocha Pinto, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA** a prestar informações, **no prazo legal de 10 (dez) dias**, sobre o alegado no mandado de segurança em epígrafe, conforme contrafé anexa.

Outrossim, encaminho cópia da r. decisão que postergou a apreciação da liminar pleiteada.

Atenciosamente.


ADRIANA APARECIDA MORATO
Diretora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

3434/10
145
C

2ª VARA FEDERAL DE ARARAQUARA
VIGÉSIMA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA
FÓRUM PROFESSORA DOUTORA RUTH CARDOSO
Av. Padre Francisco Salles Colturato(Av.36), 658, Santa Angelina - Araraquara - SP
CEP 14802-000 Tel. (16) 3114-7800

MANDADO DE CIENTIFICAÇÃO

Ação MANDADO DE SEGURANÇA	Processo n.º 0004777-82.2010.403.6120
Impetrante MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	
Impetrado DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA E OUTRO	
Endereço Avenida Espanha, 1664, Centro- Araraquara/SP - CEP 14802-300	

A Excelentíssima Senhora Dra. TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO, MMª. Juíza Federal Substituta desta Vara, na forma da lei etc.

Manda a qualquer Analista Judiciário/Executante de Mandados deste Fórum Federal a quem este for apresentado que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima epigrafado e **CIENTIFIQUE** a **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, ingressar no feito, nos termos do art. 7º, II da Nova Lei do Mandado de Segurança (Lei n. 12.016/2009).

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, lavrando-se a certidão necessária, cientificando ao interessado que este Juízo funciona no Fórum da Justiça Federal, localizado no endereço acima referido.

Expedido em 15 de julho de 2010, nesta. Eu, Ednéia Marques de Oliveira – Analista Judiciária – RF 4559), digitei e conferi. E eu, Adriana Aparecida Morato, Diretora de Secretaria, RF 3504), reconferi e subscrevo.

Adriana Aparecida Morato
ADRIANA APARECIDA MORATO
Diretora de Secretaria
(De Ordem da MMª Juíza Federal)

RECEBIDO EM
16/07/10

HORÁRIO DE ATENDIMENTO – das 11:00 às 19:00 horas

Maria Augusta Gentil Magano
Maria Augusta Gentil Magano
Procuradora da Fazenda Nacional
(Seccional Substituta)

CERTIDÃO
CERTIFICO E DOU FÉ QUE CITEI, INTIMEI E ENTREGUEI A
CONTRAFÉ, CONFORME DETERMINADO NO PRESENTE
MANDADO.

15/07/20

SOLANGE BARBOSA LEMOS MACHADO
Analista Judiciário RF 3484





JFSP-FORUM ARARAQUARA
SETOR DE PROTOCOLO GERAL E INTEGRADO
19/07/2010 13:06 h
Prot. nro. 2010.200014529-1
0004877-82.2010.403.6120
[2a.V ARARAQUARA]
(SED1)

146
E

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP
SACAT - SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO
Av. Rodrigo Fernando Grillo, 2.775, Jardim das Flores, Fone (016) 2108.3452 - CEP. 14.801-534 - Araraquara - SP.

OFÍCIO/DRF/AQA/SACAT/N.º 631/2010

Em 19 de julho de 2010

Referência : Mandado de Segurança – Processo nº 0004877-82.2010.403.6120

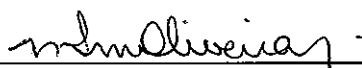
2ª Vara Federal em Araraquara/SP

Processo Administrativo (PAJ): 15971.000181/2010-14 (nosso número)

Senhora Juíza,


Em atenção ao ofício nº 451/2010, referente ao Mandado de Segurança acima citado, impetrado por **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA- CNPJ: - 45.276.128/0001-10**, encaminho em anexo as informações cabíveis, em atendimento ao artigo 7º da Lei Federal nº 12.016/2009.

Aproveitando o ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


Maria de Lourdes Martins Oliveira
Delegada Adjunta DRF/ARARAQUARA
AFRFB – SIPE Nº 19.830

À
MMª. Juíza Federal da 2ª Vara Federal em Araraquara
Dra. TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO




Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA
SACAT - SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

147
C

Assunto: Mandado de Segurança – Autos Judiciais nº 0004877-82.2010.403.6120, 2ª VARA FEDERAL EM ARARAQUARA/SP

Processo Administrativo (PAJ): 15971.000181/2010-14

Impetrante: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA- CNPJ: - 45.276.128/0001-10

Impetrado: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

INFORMAÇÃO

I - IMPETRAÇÃO

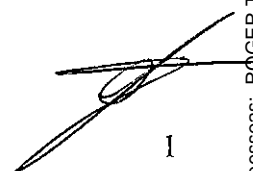
Por meio do ofício 451/2010, de 15 de julho de 2010, a MMª. Juíza da 2ª Vara Federal em Araraquara notifica o Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil em Araraquara a prestar informações sobre o processo judicial nº 0004877-82.2010.403.6120, de autoria de **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA- CNPJ: - 45.276.128/0001-10**.

Impetra-se mandado de segurança em face da autoridade que esta subscreve, com fundamento no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal de 1988, e nos arts. 1º e seguintes da lei nº 1.533/51.

Com o presente mandado de segurança, requer a impetrante a concessão de medida liminar a fim de que a autoridade impetrada seja impedida, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*, de autuar ou praticar atos negativadores, em razão da exigência de integração dos valores pagos pela Impetrante a título de contribuição previdenciária sobre adicional de férias, horas-extras e demais adicionais eventuais.

Alega, em síntese, que tais verbas não representam acréscimos patrimoniais, em virtude de possuírem natureza indenizatória, razão pela qual não se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

A Liminar foi **POSTERGADA**.


1

II- IMPETRAÇÃO CONTRA LEI EM TESE

O presente feito deverá ser extinto, sem exame de mérito, por falta de condições da ação mandamental, ou seja, falta-lhe o interesse de agir (CPC, Art. 267, inc. VI) e não há direito líquido e certo (Lei 1533/51 art. 1º).

O mandado de segurança em matéria tributária vem ganhando ares de verdadeira panacéia jurídica, capaz de solucionar todas as lides em detrimento do contraditório. De fato, além de obter a satisfação imediata de suas pretensões, sem o íter a que as questões submetidas ao judiciário pela via ordinária devem atravessar, os impetrantes do mandado de segurança não são condenados em honorários, na hipótese de decisão denegatória da segurança.

As pretensões aduzidas pela impetrante, indicam lamentavelmente tratar-se de utilização equivocada deste instrumento processual e, em nome da segurança jurídica e do contraditório, tal expediente não pode prosperar.

Trata-se, o presente *mandamus*, de um dos exemplos mais cristalinos de aplicação da Súmula 266 do STF, que dispõe:

"Não cabe mandado de segurança contra lei em tese".

Não se tratando de ato de autoridade, mas da discordância quanto a texto de lei tachado de inconstitucional, patenteia-se que a impetração se levanta contra lei em tese, o que mostra a impropriedade do veículo procedimental escolhido pelo impetrante, nos termos da referida Súmula.

A impetrante não indicou qualquer ato de efeito concreto que teria sido praticado pela Autoridade impetrada, capaz de ter ferido ou de ensejar o justo receio de lesão ao pretenso direito da empresa, ressaltando-se que também o mandado de segurança preventivo exige a demonstração da ameaça concreta, como bem assinala o prof. Celso Agrícola Barbi ("Do Mandado de Segurança", 7ª ed., 1993, pág. 81-83). Nenhuma providência foi tomada que pudesse ser atacada, que pudesse ser tida por ilegal.

Como a impetrante não comprovou elementos plausíveis que ensejem o justo receio da lesão, não demonstrando qualquer ato contra seus interesses por parte da Autoridade tida como coatora, ou de qualquer outra autoridade fiscal, evidencia-se que o presente Mandado de Segurança foi, na verdade, dirigido contra os preceptivos das normas jurídicas em questão, abstratamente consideradas, com o que não se compadece o verbete da Súmula nº. 266 do Supremo Tribunal Federal.

Cumpra destacar que a simples edição de atos legais ou leis tributárias não constituem justo receio de lesão de direito.

Insta esclarecer que a ameaça, para que justifique a impetração de mandado de segurança deve ser objetiva, vale dizer, traduzida por fatos e atos concretos, e não por mero temor de aplicação de lei ou de sanção pelo seu descumprimento, e atual, ou seja, existir no momento, não basta que existirá no futuro ou que tenha existido no passado e haja desaparecido.

No presente caso, inexistente ameaça atual, uma vez que a Impetrante não demonstrou qualquer ato concreto de qualquer autoridade fiscal que justifique o justo receio de lesão ao seu pretenso direito.

Evidencia-se, pois, incabível o presente Mandado de Segurança, de natureza meramente declaratória, isto porque este remédio heróico não pode ser utilizado como substituto de ação direta de inconstitucionalidade, conforme jurisprudência assente neste sentido, sob pena de grave deformidade do instituto e intolerável desvio de sua real teleologia jurídico-processual.

O TRF da 3a. R., no MS 135534, relat. Juíza Ana Scartezzini, Boletim 02-03/94, p. 65, denegou segurança, por entender "desnecessária a intervenção judicial, preventiva, a obstar

149
C
atividade de autuação também legítima, em tese, da Administração", em julgado referente à compensação.

E sobre o direito líquido e certo, o mestre Hely Lopes Meirelles, tece comentários a este respeito:

"Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras o direito invocado para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se a sua existência for duvidosa; se o seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais".

(in "Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data", 13ª ed. atualizada e ampliada pela CF/88, Ed. Rev. Tribunais)

Diante da impetração dirigida contra ato normativo em tese, forçoso é reconhecer que a impetrante é carecedora da ação de pedir segurança e também que há inépcia da peça exordial, esperando-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos da lei.

Embora acreditando na extinção do feito pelas razões expostas nas preliminares, não deixamos de tecer considerações quanto ao mérito.

III - MÉRITO

Inicialmente não logramos encontrar a jurisprudência informada pela Impetrante em sua inicial quanto ao RE nº 345.458/RS, vez que ao que consta desse julgamento a matéria cingia sobre funcionários públicos de regime jurídico único, não aqueles regidos pela CLT surgida pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 que são aqueles administrados pela Impetrante assim como as empresas mercantis.

RE 345458 / RS - RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. ELLEN GRACIE

Julgamento: 01/02/2005 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação **DJ 11-03-2005 PP-00044** **EMENT VOL-02183-02 PP-00376**

Parte(s)

RECTES. : JOÃO ALBERTO CONSTANTINO E OUTROS

ADVDO. : JOSÉ NILTON COSTA DE SOUZA

RECDA. : UNIÃO

ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa **RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REDUÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS. DIREITO ADQUIRIDO. 1. O vínculo entre o servidor e a Administração é de direito público, definido em lei, por isso, não há que se invocar direito adquirido para tornar imutável o regime jurídico. Jurisprudência pacífica deste Supremo Tribunal Federal. 2. É vedado ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, estender a servidores públicos prerrogativas que não lhes foram deferidas em lei, com base no princípio da isonomia. Aplicação do enunciado da Súmula STF nº 339. 3. Impertinência da alegação de ofensa ao princípio da irredutibilidade de**



150
C

vencimentos. O abono de férias é parcela acessória que deve ser paga quando o trabalhador goza o seu período de descanso anual. Suprimidas as férias, desaparece o dever de pagar este abono. 4. Recurso extraordinário conhecido e improvido. (grifado)

Quanto ao mérito da questão, enfatizamos que os atos desta autoridade buscam a fiel aplicação da legislação tributária aos fatos concretos, a qual passamos a discorrer.

III.1 - DA LEGALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O Sistema Previdenciário Brasileiro é o instrumento de política social com a finalidade, entre outras, de manutenção do nível de renda do trabalhador em casos infortúnios ou de aposentadoria, abrangendo atividades de seguro social, definidas como aquelas destinadas a amparar o trabalhador nos eventos como a velhice, a doença e a invalidez, além de outros benefícios ao trabalhador.

A concessão dos benefícios restaria inviável se não houvesse uma contraprestação que assegurasse a fonte de custeio. Consectariamente, o fato ensejador da contribuição previdenciária não é a relação custo-benefício e sim a natureza jurídica da parcela percebida pelo trabalhador, que encerra a verba recebida em virtude de prestação do serviço.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, o inciso I do Art. 195 da Constituição Federal acrescentou nova redação à contribuição devida ao empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidindo sobre a folha de salário e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Outrossim, dos princípios que norteiam a Previdência Social, em especial a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, prescreve o Art. 201, § 11º da Constituição Federal, que os **ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária** e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

Assim, para fins de recolhimento de contribuição previdenciária, a Constituição Federal ampliou o conceito de salário, pois incorporou os rendimentos do empregado, a qualquer título, ou seja, sua própria remuneração.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trata também da composição da remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, nos seguintes termos:

"Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber."

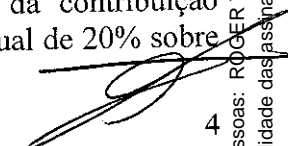
§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador."(grifado)

No entanto, para a determinação do salário-de-contribuição empregamos o texto constitucional que sinalizou a vontade do constituinte, aliado da norma trabalhista, de que toda a contraprestação pelo trabalho deve sofrer a incidência das contribuições sociais.

Nesta linha, ao disciplinar as contribuições previdenciárias para a Seguridade Social, a Lei nº 8.212/91, estabeleceu que incidirão sobre as empresas a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço (Art. 11, parágrafo único, "a").

O artigo 22, inciso I, da Lei nº 8212/91 prevê o recolhimento da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, destinada a Seguridade Social, no percentual de 20% sobre

4



o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

"Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa."

O Art. 201, I, do Decreto nº 3.048, redigido pelo Decreto nº 3.265/99, regulamentou o texto legal, nos seguintes termos:

"Art. 201. A contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, é de:

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregado e trabalhador avulso, além das contribuições previstas nos arts. 202 e 204; (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999) (grifado)"

A regra geral é de que a **totalidade** do recebido pelo empregado constitui a base de cálculo da contribuição, pois o próprio legislador expressamente definiu o salário-de-contribuição e previu as exclusões de incidências de contribuição social no Art. 28 da Lei nº 8.212/1991, regulamentado pelo art. 214 do Decreto n. 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social):

LEI nº 8.212/1991:

"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)."

(...)

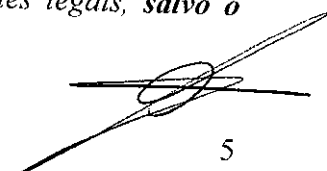
§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

(...)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade;

(...)


5

152
e
d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT;

e) as importâncias:

(...)

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT;"

DECRETO n.º 3.048/1999 (RPS):

"Art. 214. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e o trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

(...)

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

(...)

§ 4º A remuneração adicional de férias de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal integra o salário-de-contribuição.

(...)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição, exclusivamente:

I - os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, ressalvado o disposto no § 2º;

(...)

IV - as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho;

(...)

§ 14. A incidência da contribuição sobre a remuneração das férias ocorrerá no mês a que elas se referirem, mesmo quando pagas antecipadamente na forma da legislação trabalhista." (grifados)

Observa-se que a Previdência Social foi (e é) concebida no afã de assegurar aos trabalhadores meios indispensáveis para sua subsistência e de seus respectivos dependentes.

Portanto, todos os valores pagos, constituem base de cálculo da contribuição previdenciária, pois são rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho.

A suspensão e interrupção do contrato de trabalho, mesmo sendo anormalidades na relação de emprego, nem um e nem outro, implicam em dissolução do contrato de trabalho, muito menos acarretam perda de direitos aos trabalhadores.

Em ambos os casos o contrato de trabalho continua vigente, porém na interrupção o salário não deixa de ser pago, enquanto que na suspensão a necessidade de pagamento do salário deixa de existir.



153
C

A interrupção proporciona ao trabalhador o direito de não trabalhar sem prejuízo da remuneração ou de algum direito decorrente do respectivo contrato individual de trabalho, como o depósito relativo ao FGTS.

A CLT dentro do conceito de remuneração disposto no Art. 457, § 1º, estabelece que integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diária para viagens e abonos pagos pelo empregador. Seguindo nesta linha de raciocínio, o Art. 142 da CLT que trata da remuneração devida na data da concessão das férias dispõe:

“Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)”

As férias nada mais são que um descanso remunerado legalmente autorizado, durante o qual o trabalhador mantém o vínculo com a empresa contratante, ficando a disposição desta. O terço de férias, por sua vez, não visa indenizar o trabalhador, em seu sentido estrito, nem substitui nenhum outro direito porventura não reconhecido ou negado, simplesmente acrescenta à remuneração do trabalhador um terço de sua remuneração, para que possa usufruir o período de férias com rendimento adicional.

E durante suas férias o empregado é impedido de prestar serviços a outro empregador e, ainda, o período em que descansa é computado como tempo de efetivo exercício, somente se pode concluir que durante as férias há a manutenção do vínculo empregatício. Portanto, a remuneração a qual se refere o art. 129 da CLT nada mais é o que o próprio **salário** do empregado, entendido este como a retribuição pelos serviços prestados ao empregador, visto que as férias são computadas para todos os efeitos, como tempo de efetivo exercício (tempo de serviço).

Não resta dúvida, portanto, que a remuneração paga pelo empregador ao empregado em razão das férias é verba salarial, considerado como um reforço financeiro, uma parcela remuneratória extra, um plus ao salário ordinário, possuindo natureza jurídica puramente remuneratória.

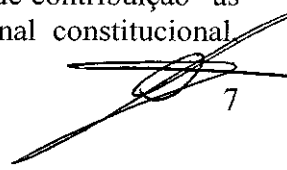
Assim, sobre tal verba há a incidência de contribuição previdenciária e o fato de revelar-se uma espécie de remuneração extraordinária, verificável apenas por ocasião do gozo das férias, não lhe retira absolutamente o seu caráter salarial.

O entendimento da impetrante de que o terço constitucional de férias possuiria natureza indenizatória, com a devida vênia, não encontra nenhum fundamento. As verbas indenizatórias são aquelas destinadas a repor o patrimônio jurídico daquele que se viu desfalcado de um direito reconhecido. Situação diversa é a do terço constitucional de férias, pois neste caso a parcela correspondente representa indubitavelmente um acréscimo pecuniário consistente em um reforço financeiro, que resulta, por sua vez, no incremento da remuneração.

Neste contexto, não há disposição legal que estabeleça não integrar a remuneração do empregado a parcela anual relativa às férias, bem como ao seu adicional de 1/3, previstos como direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais.

Até que o próprio texto do art. 7º, XVII, da Lei Fundamental prescreve que é direito básico dos trabalhadores urbanos e rurais o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Como se vê, o preceito constitucional estipulou que o terço constitucional de férias representa um valor pecuniário que se acrescentará ao salário comum do trabalhador.

O Decreto nº 3.048/99, atual regulamento da Lei nº 8.212/91, determinou expressamente, em seu Art. 214, § 9º, inciso IV, que não integram o salário de contribuição “as importâncias recebidas à título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional


7

154
C
inclusive o valor correspondente ao dobro da remuneração de férias de que trata o Art. 137 da CLT”.

Portanto, apenas o abono pecuniário resultante da conversão em pecúnia de um período de férias e seu respectivo adicional constitucional não integra o salário de contribuição. E a remuneração paga no período de férias, bem como o adicional de 1/3 (que é um acréscimo remuneratório devido por força na norma constitucional disposta no inciso XVII do art. 7º da Carta Magna), representam a incidência do fato gerador de contribuição previdenciária, devendo esta incidir sobre tais verbas

O art. 28, § 9º, alínea “d”, da Lei nº 8.212/91, exclui expressamente do salário-de-contribuição, ou seja, da base de cálculo da contribuição previdenciária, as verbas relativas às férias indenizadas e não gozadas. Dessa forma, não há nenhuma utilidade a pretensão levada a Juízo pela impetrante; não se vislumbra nenhum interesse processual no caso. Veja-se, pois a dicção da norma excludente da Lei nº 8.212/91, Lei de Custeio da Seguridade Social:

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

(...)

§ 9º **Não integra** o salário-de-contribuição para fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei 9.528, de 10.12.97)

(...)

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). (grifado).

Junta-se decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz da 3ª Vara Federal de São José dos Campos, nos autos do MS nº 2008.61.03.007660-2, da qual pedimos vênha para transcrever alguns trechos:

“Trata-se mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o alegado direito líquido e certo da parte impetrante de não ser compelida ao recolhimento da Contribuição Social sobre a Folha de Salários - CSFS incidente sobre valores pagos em situações em que não há remuneração por serviços prestados, como os quinze primeiros dias de afastamento de empregados doentes e acidentados, salário maternidade, férias e adicional de férias de um terço. Alega a impetrante que a referida contribuição não poderia incidir sobre referidas verbas, tendo em vista tratar-se de circunstâncias nas quais não há efetiva prestação de serviços, não estando configurada a hipótese de incidência prevista no artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Requer, ainda, a compensação dos valores recolhidos com débitos próprios vencidos e vincendos, relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Previdenciária. (...) Verifica-se que o acolhimento da argumentação exposta pela Impetrante levaria a uma conclusão, manifestamente equivocada, de que qualquer afastamento do empregado, remunerado pela empresa ou não, faria como que fosse reduzida a base tributável da contribuição em questão. (...) Com muito maior razão, tais valores estão sujeitos à tributação depois da Emenda nº 20/98, que passou a prever a contribuição incidente “sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho” pagos ou creditados, a qualquer título, a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício”. (...) Devida a contribuição, fica prejudicado o pedido de

155
C
compensação do alegado indébito. Em face do exposto, com fundamento no art. 285-A do Código de Processo Civil, **julgo improcedente o pedido**, para denegar a segurança. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos das Súmulas nº 512 do STF e 105 do STJ. (grifado)

Aos adicionais incidentes sobre os salários pagos aos empregados quando estes exercem jornada superior à avençada (hora-extra) ou em horário noturno, ou ainda se submetem a riscos decorrentes da atividade laboral (insalubre ou perigoso), tem-se que os mesmos não podem ser conceituados como indenização para o fim de serem excluídos da base de cálculo da contribuição em comento, porquanto inserem-se no conceito de renda; logo assemelham-se a salário e não a indenização.

Contribuindo com esse pensar, encontra-se também a mais consagrada doutrina, aqui representada por Sérgio Pinto Martins, que, após longa e percuciente análise do conceito de salário, conclui:

"Por isso salário é o conjunto de prestações fornecidas diretamente pelo empregador ao trabalhador em decorrência do contrato de trabalho, seja em função da contraprestação do trabalho, da disponibilidade do trabalhador, das interrupções contratuais, seja em função das demais hipóteses previstas em lei. De tudo que foi até aqui exposto, nota-se que o salário decorre da contraprestação do trabalho e de outras situações, mas desde que exista contrato de trabalho entre as partes. Indenização, ao contrário, não é resultante da prestação de serviços, nem apenas do contrato de trabalho. No Direito Civil, a indenização é decorrente da prática de um ato ilícito, da reparação de um dano ou da responsabilidade atribuída a certa pessoa. No Direito do Trabalho, diz-se que há indenização quando o pagamento é feito ao empregado sem qualquer relação com a prestação dos serviços e também com as verbas pagas no termo de rescisão do contrato de trabalho" ('Direito da Seguridade Social', 19ª ed., Ed. Atlas, São Paulo, 2003). (grifado)

Nesse sentido, é copiosa a jurisprudência emanada da Corte Superior Trabalhista, conforme elucidam as seguintes ementas ora transcritas:

"RECURSO DE REVISTA. REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS. NATUREZA SALARIAL DA PARCELA. RECURSO DESPROVIDO. A possibilidade de se considerar que o adicional de periculosidade tenha natureza indenizatória tem constituído hipótese rejeitada pela ampla maioria dos doutrinadores, tendo-se firmado a jurisprudência no sentido de reconhecer a natureza salarial da verba. Mostra-se correto, portanto, o deferimento dos reflexos do adicional de periculosidade sobre as verbas rescisórias, ante o reconhecimento de sua inegável natureza salarial. Recurso parcialmente conhecido e desprovido. Muito se tem discutido sobre a natureza jurídica do adicional de periculosidade, e a possibilidade de se considerar que a parcela tenha natureza indenizatória tem constituído hipótese rejeitada pela ampla maioria dos doutrinadores, tendo-se firmado a jurisprudência no sentido de reconhecer a natureza salarial da verba. Já postulava o Enunciado nº 132 do TST que o adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo da indenização, importando registrar que a recentemente publicada Orientação Jurisprudencial nº 267 da SbdII consubstanciou entendimento segundo o qual o adicional de periculosidade integra a base de cálculo das horas extras. Assim sendo, mostra-se correto o

156
C

deferimento dos reflexos do adicional de periculosidade sobre as verbas rescisórias, ante o reconhecimento de sua inegável natureza salarial". Recurso de Revista 743941/2001, Juíza Convocada Maria de Assis Calsing, DJU de 21/5/5004).

A Constituição Federal dá as linhas do Sistema Tributário Nacional. É a regra matriz de incidência tributária. Nela não se encontra a instituição de tributos. Para instituí-los é necessário que ente público destinatário da competência tributária estabelecida na Constituição Federal, por meio de seu Poder Legislativo, elabore lei ordinária ou complementar com esse fim. No cumprimento dessa função, o legislador ordinário não pode se afastar da competência estabelecida pela Lei Maior.

Ao estabelecer a contribuição prevista no art. 195, I, "a", da CF/88, a Lei n.º 8.212/91 não excluiu da hipótese de incidência as verbas que aqui se busca dar a natureza de indenizatórias. Pelo contrário, a própria regra matriz prescreve que a contribuição é devida sobre **"a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício"**, de acordo com a redação ofertada pela Emenda Constitucional n.º. 20/98.

Sendo assim, o legislador ordinário, ao editar a Lei n.º. 8.212/91, sem alargar a competência delegada pela Constituição Federal, dispôs:

"Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, empresários, trabalhadores avulsos e autônomos que lhe prestem serviços. (...) § 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 9º do art. 28."

Por sua vez, o § 9º do art. 28 enumera quais as verbas que não fazem parte do salário-de-contribuição do empregado, e, em tal rol, não se encontra a previsão de exclusão dos adicionais de hora-extra, noturno, de periculosidade e de insalubridade.

III.2 - DA COMPENSAÇÃO

Cumpra inicialmente repudiar pedido de compensação, considerando que não houve nenhum pagamento indevido ou a maior, visto que a cobrança da Contribuição Previdenciária sobre as verbas aqui discutidas está em plena consonância com a legislação vigente, conforme acima exposto.

Versa os termos dos arts. 170 e 170-A do Código Tributário Nacional, de que a compensação de créditos tributários somente será possível nas condições que a lei estipular:

"Art. 170- A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

(...)

Art. 170-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. (Artigo incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)". (grifado)

157
C

Portanto, a compensação só pode se dar com créditos líquidos e certos, após o trânsito em julgado da presente ação.

Pertinente, ainda, no que tange ao pedido de abrangência de dez anos, a Lei Complementar nº 118/2005 é muito clara ao estabelecer que o prazo de repetição de indébito é de cinco anos.

De qualquer forma, cabe ressaltar que o prazo para o contribuinte pleitear restituição extingue-se após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da extinção do crédito tributário, que é o momento de seu pagamento antecipado. Com a edição da Lei Complementar 118/2005, art. 3º, expressamente interpretativo, não restou mais dúvida sobre o assunto:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O inciso I do art. 168 do CTN assim dispõe:

*"Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;
(...)"*

Sendo expressamente interpretativa, a LC 118/2005 aplica-se retroativamente, nos termos do art. 106 do CTN:

*"Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:
I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;"*

Portanto, o prazo de 5 (cinco) anos a que alude o artigo 168 do CTN deverá ser contado a partir do pagamento indevido e não da homologação expressa ou tácita.

Saliente-se ainda que qualquer compensação só poderia se dar após o trânsito em julgado da presente ação, garantindo o direito aqui pleiteado. Insta consignar que a compensação dos valores referentes a tributos discutidos judicialmente é expressamente defesa antes de decisão transitada em julgado. Nesse sentido, o artigo 170-A do Código Tributário Nacional, com a alteração determinada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, veda a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Portanto, somente após o trânsito em julgado da presente ação e com o acolhimento da pretensão deduzida na inicial, é que a compensação poderia ser efetuada e, mesmo assim, observadas as disposições normativas que regem o assunto.

IV – CONCLUSÃO

Face às informações apresentadas, afigura-se sem guarida legal a pretensão da Impetrante, não havendo direito, muito menos líquido e certo, a ser amparado pelo presente mandado de segurança, pelo que se impõe a denegação da segurança, por não haver ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade da Receita Federal do Brasil.

158
C

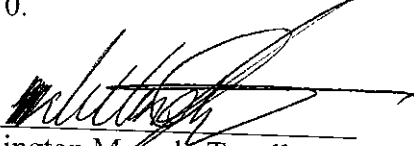
V - PEDIDO

Assim, de todo o exposto acima, ficou demonstrado que na presente impetração, não logrou a Impetrante demonstrar a existência de qualquer ato coator por parte da autoridade impetrada.

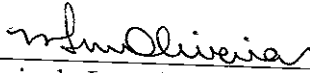
Por estas razões, resta a esta autoridade requerer a denegação da segurança, em face da ausência de direito líquido e certo a ser amparado.

São estas as informações que proponho sejam encaminhadas ao Juízo solicitante.

Araraquara, 19 de julho de 2010.


Wellington Marcelo Tonello
Chefe da SACAT - Substituto
(Portaria SRRF08/P Nº 457, 06/06/07)
SACAT/DRF/AQA - AFRFB - Matrícula 129.1931

De acordo. Encaminha-se conforme o proposto.


Maria de Lourdes Martins Oliveira
Delegada Adjunta DRF/ARARAQUARA
AFRFB- SIPE Nº 19.830

1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

159
E

REMESSA

Em 23 de julho de 2010 remeto estes autos
ao Ministério Público Federal.

Eu Enl (Ednéia Marques de Oliveira),
Analista Judiciária R.F. 4559 subscrevi.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República
em Brasília

23 JUL 2010

RECEBIDO

MM. JUIZ:
[Assinatura]
FABRICIO CARRER
Procurador da República

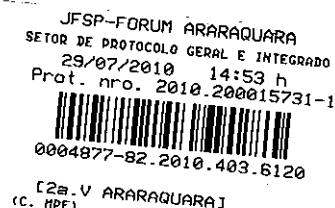
RECEBIMENTO
Em _____ de _____ 29 JUL 2010 de _____
Recabi estes autos do Ministério Pú-
blico Federal.

Enl
EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

JUNTADA

de 04 AGO 2010 de
quanto a estes autos Parecer do MPF
que segue

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4558



Processo nº: 0004877-82.2010.403.6120
Espécie: mandado de segurança.
Juízo: 2ª vara federal de Araraquara/SP.
Impetrante: Município de Araraquara/SP.
Impetrado: Delegado da Receita Federal do Brasil em Araraquara/SP.

1. Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pelo **Município de Araraquara/SP** em face do **Delegado da Receita Federal do Brasil em Araraquara/SP**, com o fito de obter ordem judicial que declare a inexistência de relação jurídica entre o impetrante (município) e o impetrado (união receita federal) referente à contribuição previdenciária patronal, incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, a título de horas extras e terço constitucional de férias e a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e por fim determine à União – Receita Federal do Brasil, que se abstenha da prática tendente a impor sanções administrativas ao Município ora impetrante.

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:29
Número do documento: 2205061738456600000242499631
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2205061738456600000242499631>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

161
C

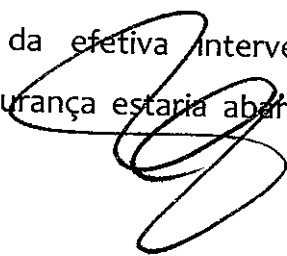
2. Depreende-se que o objeto do presente *mandamus* não implica a obrigatoriedade da intervenção do Ministério Público Federal, haja vista tratar-se nele de interesse individual francamente disponível.

3. Com efeito, o art. 12 da lei nº 12.016, de 07/08/2009, estabelece que "Findo o prazo a que se refere o inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei, o juiz ouvirá o representante do Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias". Entretanto, é cediço que o referido dispositivo legal deve ser interpretado à luz do regramento constitucional que disciplina a atuação do Ministério Público, tal como já se fazia na vigência da lei anterior (lei nº 1.533/51).

Nessa senda, o art. 127 da constituição federal, atribuiu ao Ministério Público a defesa da "*ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*". Assim, somente nos feitos em que tais interesses estão presentes é que se torna imprescindível a efetiva intervenção ministerial.

Portanto, o art. 12 da lei nº 12.016/2009 estabelece que em todo mandado de segurança deve ser franqueada vista ao Ministério Público para que verifique a necessidade de intervenção. Não obriga, porém, que se manifeste sobre o mérito da questão. O fará somente se presente um daqueles interesses ao qual foi constitucionalmente incumbido de tutelar.

4. Poder-se-ia argumentar que a obrigatoriedade da efetiva intervenção em todo e qualquer mandado de segurança estaria abarcada no dever de "*defesa da*"



1162
C

ordem jurídica". Contudo, a interpretação da norma constitucional não pode ser tão ampla, sob pena de obrigar a atuação ministerial em toda e qualquer demanda judicial, pois todas envolvem aplicação da lei e, conseqüentemente, relacionam-se com a ordem jurídica.

De fato, a *ordem jurídica*, aqui, deve ser entendida como o oposto de desordem, de situações de instabilidade jurídica, quadro cuja reversão demandaria a efetiva participação do Ministério Público.

5. Por outro lado, o fato de o mandado de segurança ser interposto sempre contra um ato de autoridade pública também não justifica, por si só, a manifestação acerca do mérito por parte do Ministério Público. Se assim fosse, sua intervenção também seria obrigatória em todas as ações que contassem com a presença do estado em uns dos pólos, o que não ocorre e nem se justifica, uma vez que a administração pública conta com um quadro de procuradores especialmente incumbidos e preparados para exercer sua defesa.

6. Assim, afastada a obrigatoriedade de manifestação em decorrência do objeto da ação, deixo de opinar acerca do mérito do presente *writ*, devendo ele sofrer normal prosseguimento.

Araraquara, 28 de julho de 2010.


FABRÍCIO CARRER
Procurador da República

163
C

CONCLUSÃO
Em 04 de agosto de 2010, faço conclusos estes autos
à MMa. Juíza Federal.
Em
Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário – RF 4559

Sentença em separado.
Assinada 09 / 08 / 10
[Assinatura]
Juiz Federal





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

Sentença tipo A

Impetrante: Município de Araraquara

Impetrado: Delegado da Receita Federal do Brasil em Araraquara e União Federal

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, §11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.

Pede, ainda, que a RFB se abstenha de praticar atos tendentes a impor ao Município sanções administrativas tais como autuação fiscal, negar-se a expedir CND, bloqueio do FPM e inclusão no CADIN.

Inicial acompanhada de procuração e documentos (fls. 44/135).

O impetrante emendou a inicial atribuindo correto valor à causa e indicando a pessoa jurídica que a autoridade coatora integra (fls. 140/142).

Foi postergada a análise do pedido de liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora (fl. 142).

A autoridade coatora prestou informações arguindo impetração contra lei em tese defendendo, no mais, a legalidade de sua conduta (fls. 147/158).

O Ministério Público Federal deixou de opinar sobre o mérito em face da ausência de obrigatoriedade de sua intervenção (fls. 160/161).

Ass

1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, afasto a preliminar de impetração contra lei em tese isto porque se trata, em verdade, de ação contra lei de efeitos concretos cuja alegada lesão a direito líquido e certo se perpetua a cada fato imponível realizado.

Ultrapassada a preliminar e, presentes os pressupostos processuais de existência e validade do processo, bem como as condições da ação, passo a examinar o mérito.

O impetrante vem a juízo objetivando obter ordem que declare a inexistência de relação jurídica referente à contribuição previdenciária patronal incidente sobre as remunerações pagas aos segurados empregados a título de (a) horas extras, (b) terço constitucional de férias e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado de acordo com o art. 201, §11 da CF/88, cuja contribuição foi considerada indevida a partir do RE 345.458/RS, pelo STF e do Incidente de Uniformização Jurisprudencial do STJ, referente aos períodos de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.

A propósito, observo que o impetrante especifica, inicialmente, duas verbas: horas extras e terço constitucional de férias e, quanto às “outras”, faz remissão ao RE 345.458, do STF e à decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência do STJ que, em suma, referem-se ao adicional constitucional de férias.

Então, essencialmente, a impetrante vem a juízo objetivando afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal incidente sobre horas extras e adicional constitucional de férias verbas que, a seu ver, não têm natureza remuneratória e, portanto, não podem sofrer tributação.

No caso, a contribuição previdenciária, prevista no art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 incide sobre a remuneração devida, paga ou creditada ao empregado quando destinada a retribuir o trabalho:

“Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa." (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

Por sua vez, a remuneração, nos termos do artigo acima, é o próprio salário-de-contribuição, definido no art. 28 da mesma Lei:

"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) "

Ocorre que algumas verbas foram expressamente excluídas ou incluídas do salário-de-contribuição em face da natureza especial que o legislador lhes atribuiu.

Veja o que dispõe o §9º do art. 28:

"Art. 28. (...)

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

(...)

§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

a) o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT;
4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;
5. recebidas a título de incentivo à demissão;
6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
 - f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;
 - g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
 - h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
 - i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
 - j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
 - l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
 - p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
 - t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

Pois bem.

Do quadro acima, infere-se que verbas de natureza essencialmente indenizatória não integram a remuneração e, portanto, sobre elas não é possível incidir a contribuição patronal salarial prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91 (TRF3ª. AC 120.830-8. Rel. Juiz Johonsom Di Salvo. Primeira Turma. DJF3 CJ1, Data 23/09/2009, p. 14).

Logo, a questão é identificar quais verbas indicadas pelo impetrante na inicial e sobre as quais pretende a não-incidência da contribuição previdenciária efetivamente possuem natureza indenizatória, vale dizer, não retribuem o trabalho prestado do empregado ao Município impetrante.

Estabelecido isso, passo à análise dos pedidos.

DO TERÇO CONSTITUCIONAL

No tocante ao **adicional de férias constitucional**, o Superior Tribunal de Justiça havia se manifestado, inicialmente, pela incidência da contribuição previdenciária, eis que integrava o conceito de remuneração (Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal no julgamento proferido em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário adotou posicionamento no sentido do afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de férias (AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006):

5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

5. Quanto à questão relativa à percepção do abono de férias e à incidência da contribuição previdenciária, a jurisprudência deste Tribunal afirmou que a garantia de recebimento de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal no gozo das férias anuais (CB, artigo 7º, XVII) tem por finalidade permitir ao trabalhador "reforço financeiro neste período (férias)" [RE n. 345.458, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 11.3.05], o que significa dizer que a sua natureza é compensatória/indenizatória. Ademais, conforme dispõe o artigo 201, § 11, da Constituição, "os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei".

No mesmo sentido, veja-se: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008.

A partir daí, houve alteração no entendimento da Primeira Seção e da Segunda Turma, ambas do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a adotar o entendimento da Corte Suprema a fim de uniformizar o julgamento acerca da questão:

"STJ. Pet 7296 / PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 28/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 10/11/2009

Ementa

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade,

6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

acolheu o incidente, mantendo a decisão da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do

voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Hamilton Carvalho. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Luiz Fux."

No mesmo sentido:

"Processo REsp 719355 / SC RECURSO ESPECIAL 2005/0012022-7 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 26/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 17/10/2008 Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.

Ementa

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEITOS FEDERAIS NÃO-PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Dispositivos de lei federal não-prequestionados. Súmula 211/STJ.
2. A esta Corte não cabe examinar matéria constitucional, sob pena de usurpação de competência expressamente atribuída pela Constituição Federal ao STF.
3. Caso concreto em que o recorrente vindica, tão-somente, a exclusão da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.
4. Inúmeros julgados oriundos das Primeira e Segunda Turmas deste STJ assentam-se na linha de que o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias, direito assegurado pela Constituição aos empregados e aos servidores públicos, integra o conceito de remuneração, sujeitando-se à contribuição previdenciária. Precedentes: Resp 805.072/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 15/02/2007; REsp 512848/RS, Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 28.09.2006; RMS 19.687/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.11.2006; REsp 676.294/DF, Rel. p/ Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ 13.11.2006. E as decisões monocráticas: Resp 971.020/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 1º/7/2008; RMS 18.870/DF, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23/06/2008.
5. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal vem externando o posicionamento pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias sob o fundamento de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor devem sofrer a sua incidência. Precedentes: AgRgRE 545.317-1/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14/03/2008; AgRgRE 389.903/DF, Rel. Min. Eros Grau, DJ 05/05/2006. E as decisões monocráticas: AI 715.335/MG, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 29/05/2007. Do STJ: Resp 786.988/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ 06/04/2006; Resp 489.279/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/04/2005; Resp 615.618/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2006.
6. Nesse contexto, e com vistas no entendimento externado pelo colendo STF, o inconformismo deve ter êxito para se declarar a não-incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."

7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

Não obstante, a declaração de inexistência de relação jurídica recai TÃO-SOMENTE sobre as férias **NÃO GOZADAS**.

De fato, este é entendimento esposado pela Des. Fed. Vesna Kolmar no voto proferido no AI 370.487 (AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2009.03.00.014626-3/SP), julgado em 12 de janeiro de 2010:

“ (...) Também não há que se falar em ilegalidade da tributação dos valores pagos a título de férias e respectivo adicional, ante a sua natureza salarial. **Esclareço que não se trata aqui de valores pagos a título de férias não gozadas, hipótese em que a natureza da verba seria indenizatória, sobre a qual não incide a contribuição. Nos presentes autos, a impetrante requer não ser compelida ao recolhimento da contribuição incidente sobre as férias gozadas de seus empregados, bem como do adicional de 1/3 previsto na Constituição, o que é legalmente possível. (...).**”

No mesmo sentido, o voto proferido no AI 401.109 (TRF3, Relator Desembargador Federal Cotrim Guimarães):

“ DECISÃO Vistos etc. Decisão agravada: proferida em sede de mandado de segurança impetrado por HQ DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA, deferindo parcialmente a liminar a fim de suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas pela impetrante sobre as rubricas férias indenizadas, inclusive o respectivo terço constitucional. Indeferiu a liminar pleiteada no que tange aos valores pagos nos quinze primeiros dias de afastamento dos empregados doentes e acidentados, salário-maternidade, férias gozadas e respectivo adicional de um terço. (...) É o breve relatório. Decido. A matéria posta em desate comporta julgamento monocrático nos termos do artigo 557, caput e § 1º-A, do Código de Processo Civil, vez que já foi amplamente discutida perante os Tribunais Superiores, bem com abordada pela jurisprudência desta E. Corte Federal. (...) Assim, passo à análise da questão de fundo. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da contribuição previdenciária encontram-se previstos no artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, nos seguintes termos: (...) O referido dispositivo legal limita o campo de incidência das exações às parcelas que integram a remuneração dos trabalhadores, pré-excluindo, da base de cálculo, as importâncias de natureza indenizatória. (...)

No que tange ao adicional de férias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acompanhada pelo STJ e por esta C. Turma, firmou-se no sentido de que a contribuição previdenciária somente incide sobre as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins e aposentadoria, não incidindo, portanto, sobre o adicional de férias, que tem natureza indenizatória. Conforme este entendimento, o adicional de férias é um reforço financeiro para que o trabalhador possa usufruir, de forma plena, do direito constitucional ao descanso remunerado.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.
AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (STF, 1ª Turma, AI-AgR 710361, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 07.04.2009, unânime)

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (STJ, Primeira Seção, PET 7296, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10.11.2009, unânime)

LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE. (...)

8. A contribuição previdenciária não incide sobre as férias e seu terço constitucional, uma vez que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e, nos termos do artigo 201, §11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao salário para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição. (...)

11. Prescrição quinquenal reconhecida de ofício. Apelação da autora parcialmente provida. (TRF 3ª Região, Segunda Turma, AMS 318925, DJF3 03.12.2009, p. 230) Entretanto, as verbas pagas a título de férias gozadas integram a remuneração do empregado, posto que constituem contraprestação devida pelo empregador por imposição legal em decorrência dos serviços prestados pelo obreiro em razão do contrato de trabalho, motivo pelo qual constituem salário-de-contribuição para fins de incidência da exação prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212/91.

Nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VERBAS TRABALHISTAS. HORAS EXTRAS. AUXÍLIOS DOENÇA E ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

1. O artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, dispõe que a Seguridade Social será financiada, nos termos da lei, pelas contribuições sociais "do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício".

2. Infere-se do texto constitucional que não integram a base de cálculo do tributo em questão as verbas indenizatórias, por não terem natureza de contraprestação decorrente de relação de trabalho.

3. Os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado em razão de doença ou incapacidade por acidente não têm natureza salarial, porque no período não há prestação de serviços e tampouco recebimento de salário, mas apenas verba de caráter previdenciário pago pelo empregador. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1049417/RS).

4. O período em que o empregado trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio - notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, comunicando-lhe a intenção de rescisão do vínculo -, será remunerado de forma habitual, por meio de salário, sobre o qual deve incidir, portanto, a contribuição previdenciária. Todavia, rescindido o contrato, pelo empregador, antes de findo o prazo do aviso, o empregado fará jus, ao pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período, ex vi do §1º do art. 467 da CLT, hipótese em que o valor recebido terá natureza indenizatória.

5. Os adicionais noturno, de horas extras, de periculosidade e de insalubridade não possuem caráter indenizatório, pois são pagos ao trabalhador em virtude de situações desfavoráveis de seu trabalho, inserindo-se no conceito de renda, possuindo, portanto, natureza remuneratória.

6. As verbas pagas à título de férias e respectivo terço constitucional possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária. Precedentes.

7. O salário maternidade integra o salário-de-contribuição, ex vi do art. 28 da Lei nº 8.212/91, bem como as férias gozadas, em virtude de seu nítido caráter salarial. 8. Agravo de instrumento parcialmente provido, com parcial revogação do efeito suspensivo anteriormente concedido. (TRF3 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 370487 DESEMBARGADORA FEDERAL VESNA KOLMAR PRIMEIRA TURMA)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. APELO DA EMPRESA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. CARÁTER REMUNERATÓRIO. APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

1. Esta Corte já consolidou o entendimento de que é devida a contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a seus empregados a título de

10





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

169

2

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

férias e abono constitucional, bem como de salário-maternidade, tendo em vista o caráter remuneratório de tais verbas.

(...)

8. Agravos regimentais desprovidos. (STJ, Primeira Turma, AGRESP 1024826, Rel. Min. Denise Arruda, DJE 15.04.2009)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, com base no artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a suspensão da exigibilidade da contribuição incidente sobre as verbas pagas pela agravante a título de adicional de férias e valores pagos nos quinze dias que antecedem o benefício previdenciário (auxílio doença ou acidente). Publique-se, intime-se, encaminhando-se os autos ao juízo de origem oportunamente. São Paulo, 26 de março de 2010. COTRIM GUIMARÃES Desembargador Federal"

Nesse quadro, passo a acompanhar o entendimento firmado pela Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em face de entendê-lo mais consentâneo com o ordenamento jurídico e também para uniformização dos julgados, essencial à segurança jurídica dos contribuintes para reconhecer o direito líquido e certo do impetrante para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária e, por conseguinte, afastar a incidência da contribuição patronal sobre o adicional constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas

Por conseguinte, também tem o impetrante direito líquido e certo a abstenção da autoridade coatora quanto à prática de autuação fiscal pelo não-recolhimento da contribuição patronal sobre o adicional de férias calculado sobre o valor pago a título de férias indenizadas.

Nesse quadro, o impetrante tem direito líquido e certo a ter declarada a inexistência da relação jurídica no que toca ao período entre 06/2000 e 06/2010 e subsequentes.

DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A propósito, adoto como razão de decidir o voto proferido pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, no julgamento da AC n. 120.830-8, já citada:

"No que tange aos adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e por horas extras não assiste razão à autora-apelante, uma vez que essas verbas inserem-se na ampla dicção da letra "a" do artigo 195, I, da Constituição Federal, pois inquestionavelmente são rendimentos do trabalho pagos como "majoração" do mesmo eis

RA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

que retribuem o esforço de trabalho em situação que se aloja além da normalidade da prestação ajustada entre empregado e empregador.

Conforme leciona com grande propriedade AMAURI MASCARO NASCIMENTO, "adicional, no sentido comum, significa algo que se acrescenta. No sentido jurídico, adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta" (Curso de Direito do Trabalho, p. 766, ed. Saraiva, 18ª edição, 2.003).

Realmente, o acréscimo tem significado de remuneração pelo trabalho prestado em condições anormais e esse *plus* que se agrega à remuneração normal não tem caráter de indenização, mas sim de **efetiva contraprestação pelo serviço prestado em condições mais desvantajosas** para o obreiro.

Indenização é sempre devida apenas para **recompor um dano**. Os adicionais a que se refere a autora não ostentam a natureza de composição de prejuízos.

Já o pagamento do adicional independe de um dano, pois sua etiologia prende-se ao próprio labor quando praticado de forma mais severa, assim repercutindo numa **majoração do preço da prestação desse serviço**.

Se os bens e serviços fornecidos à sociedade pelo patrão sujeitam-se a majoração de seus preços conforme condições de mercado, o labor humano fornecido ao patrão para produzir tais bens ou serviços também se sujeita a uma majoração em benefício do trabalhador quando as tarefas exercidas na produção ou fornecimento deles são mais difíceis para o obreiro, em face de condições objetivas de trabalho mais agressivo.

Os adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade têm **nítida natureza salarial**, pois são contraprestação do trabalho do empregado desempenhado em condições especiais que justificam o adicional. O mesmo entendimento aplica-se ao adicional de compensação orgânica.

Essas verbas indicadas como sendo indenizatórias são, ademais, tratadas em lei como **adicionais compulsórios** como se vê dos arts. 73, 192 e 193, § 1º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho. Ora, partindo-se da premissa que a indenização só é devida em razão de prejuízo, a compulsoriedade desses adicionais mostra que a vontade da lei é tê-los com caráter remuneratório.

A propósito especificamente do adicional de **horas extras** leciona SÉRGIO PINTO MARTINS que "tem o adicional de horas extras natureza salarial e não indenizatória, pois remunera o trabalho prestado após jornada normal" (Direito do Trabalho, p. 223, 16ª edição, ed. Atlas).

Tanto o adicional da hora extra tem essa natureza salarial que ganhou abrigo no **inciso XVI do artigo 7º** da Constituição que a ele se refere como "**remuneração do serviço extraordinário**", feita no percentual de 50% da remuneração da jornada normal de trabalho, no mínimo.

A propósito, convém aduzir que conforme o **Enunciado nº 115** do Tribunal Superior do Trabalho o valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo de gratificações semestrais. E são computadas no cálculo do repouso semanal remunerado (**Enunciado nº 172**).

A jurisprudência orienta-se para reconhecer o caráter salarial de todos esses adicionais, como se vê dos acórdãos adiante colacionados com destaque nas partes diretamente interessantes:

RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02960094900 ANO - 1996 TURMA: 9ª
RELATOR : JUIZ ILDEU LARA DE ALBUQUERQUE DATA DE PUBLICAÇÃO:
22/07/1997 EMENTA: Adicionais - integração nas verbas rescisórias Os adicionais de produtividade, periculosidade, de caixa e noturno, quando recebidos, no mínimo em 50% da vigência do pacto laboral, devem ser considerados habituais e, portanto, integram o salário para o pagamento das verbas rescisórias. **RECURSO ORDINÁRIO NO PROCESSO Nº 02990223929 ANO - 1999 TURMA: 3ª RELATOR : JUIZ DECIO SEBASTIÃO DAIDONE DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2000 EMENTA:** Incidência do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade sob qualquer título, deve ser calculado sobre o valor do salário composto com adicionais de verbas nitidamente de natureza salarial,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

como ocorre com os de tempo de serviço, horas extras e noturnas, pois a exclusão do parágrafo 1º do art. 193 da CLT, refere-se apenas às "gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa", que se caracterizam pela álea.

A propósito do adicional de insalubridade o Tribunal Superior do Trabalho tem-no como parte do salário, como se vê do seguinte paradigma: **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS.** O trabalho realizado em horário extraordinário não deixa de ser insalubre tão-somente porque já é remunerado extraordinariamente. Ademais, calculando-se o valor das horas extras com base no salário do empregado, já acrescidos de adicionais salariais percebidos habitualmente, constata-se que o adicional de insalubridade repercute no cálculo das horas extras, visto possuir natureza salarial, uma vez que o adicional em epígrafe não indeniza danos à saúde do empregado, mas apenas remunera a prestação do trabalho em condições insalubres. Embargos conhecidos e desprovidos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-121.360/94.9, em que são Embargantes **CALÇADOS DILLY LTDA. E OUTRA** e Embargadas **VILMA SOARES OLIVEIRA E OUTRAS.** Adicional de insalubridade - Integração nas verbas salariais. Esta Corte tem entendido que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Embargos rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-63767/92.6, em que é Embargante **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** e Embargado **PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA.**

A natureza salarial desse "plus" também se revela pelo pensamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser ele indevido ao servidor público policial colocado em inatividade, porque só deve remunerar a maior quando existe o risco inerente à função. Nesse sentido é a jurisprudência de ambas as Turmas daquela Corte, como consta do paradigma inaugural: **EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL POR INSALUBRIDADE. LC Nº 432/85. Vantagem funcional que contempla apenas servidores militares enquanto no exercício de atividade insalubre, devidamente comprovada por meio de laudo pericial, não beneficiando os que se aposentaram antes de sua instituição nem, tampouco, os que não serviram nas condições apontadas. Inaplicabilidade, no caso, da norma do art. 40, § 4º, da Constituição, que manda estender aos inativos "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade", hipótese não configurada no caso. Recurso conhecido e provido. (RE nº 209.218/SP, 1ª Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/2/98, p. 14)**

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça tem-se o seguinte acórdão: **PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETÓRIO. MULTA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCLUSÃO.** Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.

Afasta-se a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC, na hipótese de embargos de declaração opostos com claro propósito de prequestionamento, não restando caracterizado o caráter protetório do recurso.

O salário-de-contribuição abrange todas as parcelas percebidas pelo segurado a título remuneratório, inclusive o adicional de periculosidade, visto sua natureza salarial, ainda que não tenha havido contribuição sobre tal valor. (STJ, RESP. nº 544.621/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJU 06.10.2003, pág. 350)

Do âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região podem ser trazidos os seguintes arestos: **TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. AUXÍLIO-DOENÇA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUXÍLIO-CRECHE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. QUEBRA DE CAIXA. PRÊMIO ASSIDUIDADE. SAT. SEBRAE. SESCOOP. INCRA. SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERADOS POR INTERMÉDIO**

13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. LEIS 9.876/99 E 8.212/91. ART. 22, IV. CONSTITUCIONALIDADE. TAXA SELIC. VERBA HONORÁRIA. 1.....2.....3.....4. Os adicionais de insalubridade e periculosidade integram o salário, nos termos do artigo 458 da CLT, motivo pelo qual constituem base de cálculo para a cobrança da exação questionada. 5.....6.....7.....9.10.....11.....12.....13..... (AC nº 2002.71.05003989-2/RS, 2ª Turma, rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, julg. 21/10/2.003. LEI Nº 9.783/99. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. GRATIFICAÇÃO NATALINA E OUTRAS VERBAS. - Não há como se sustentar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, uma vez que a mesma já sofreu apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual reconheceu a legitimidade constitucional da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos em atividade, diferente do que ocorre para os aposentados e pensionistas, também abarcados por esta lei. A gratificação natalina, as diárias que excedem a 50% do valor da remuneração, o adicional de 1/3 de férias, os adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade, periculosidade, penosidade e de sobreaviso, bem como o adicional por tempo de serviço e a hora repouso e alimentação têm natureza salarial, incidindo, assim, a contribuição social do servidor público de que trata a Lei nº 9.783, de 1999. (AC nº 1999.71.00028933-4/RS, 2ª Turma, Rel. Des. Federal Vilson Darós, DJU 30.10.2002, pág.939) PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - REVISÃO - SENTENÇA PROLATADA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - EFICÁCIA PROBATÓRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DIFERENÇAS - INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. 1 - A decisão proferida em processo trabalhista plenamente contencioso produz efeitos externos. Tais efeitos só não se produzem naquelas hipóteses em que a reclamatória caracteriza mero artifício para forjar tempo de serviço fictício, em processo simulado. 2 - Tratando-se de verba remuneratória, as diferenças de adicional de insalubridade integram o salário-de-contribuição, a teor do art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. (AC nº 2000.71.10003237-4/RS, 5ª Turma, rel. Des. Federal Ramos de Oliveira, julg. 06/02/2003).

Quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pode-se ofertar a seguinte decisão: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. HORAS EXTRAS. I - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de rescisão contratual é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria, de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo por indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ. II - Ausência de prova do suposto indébito e ocorrência de prescrição. III - O pagamento extemporâneo de horas extras não desfigura sua essência salarial, pelo que deve incidir sobre ele o Imposto de Renda. IV - Apelação dos autores desprovida. (AC nº 1999.01.00072467-5/BA, 3ª Turma, Rel. Des. Federal Candido Ribeiro, julg. 26/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORAS-EXTRAS. LEGALIDADE. 1. Não há óbice legal à incidência de imposto de renda sobre as importâncias recebidas como horas-extras, dado o seu caráter remuneratório (Lei 7.713/88 - art. 6º, V). Precedentes. 2. Apelação improvida. (AC nº 1999.01.00103525-4/BA, 2ª Turma Suplementar, rel. Juiz Gilda Sigmaringa Seixas, julg. 12/8/2.003) TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. As verbas recebidas a título de horas extraordinárias de trabalho equivalem a remuneração e representam acréscimo patrimonial. 2. Não se tratando de indenização, legítima é a incidência do imposto de renda. 3. Apelação desprovida. (AC nº 2000.01.00019557-3/BA, 4ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Olavo, julg. 15/05/2001)

Por seu turno o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho decidiu a matéria da seguinte forma: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL - VALIDADE DA NORMA COLETIVA - FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso

14



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:29

Número do documento: 2205061738456600000242499631

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2205061738456600000242499631>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744459



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

XXVI do art. 7º da Constituição Federal. Neste sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos do OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislativo, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art. 7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art. 7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida. (RR nº 644.647, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU 02.05.2003). **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA NOTÓRIA, ITERATIVA E ATUAL DESTE TRIBUNAL, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, CALCULADO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO, DEVE REPERCUTIR NO VALOR DAS HORAS EXTRAS, DADA A SUA NATUREZA SALARIAL E NÃO INDENIZATÓRIA. LOGO, CORRETA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 333 DO TST PELA C. TURMA, NÃO SE VISLUMBRANDO AFRONTA AO ARTIGO 896 DA CLT. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.** (ERR nº 252.162, DI, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJU 26.03.1999)

Especificamente no tocante ao **adicional noturno**, é uma verba compulsória (art. 73 da CLT), porque se deve considerar que desde 1974 o **Enunciado nº 60** do Tribunal Superior do Trabalho prescreve que (grifei):

"O adicional noturno, pago habitualmente, integra o salário do empregado para todos os efeitos."

Ainda a respeito desse adicional, convém aduzir que pelo **Enunciado nº 265** pacificou-se entendimento de que a transferência do trabalhador para horário diurno faz cessar o adicional, significando que o mesmo é devido como contraprestação do serviço prestado em horário distinto da jornada normal.

Ora, se o Tribunal Superior com competência constitucional para tratar com especificidade da matéria consolidou jurisprudência no sentido da natureza salarial também do adicional noturno, não há de ser o entendimento de Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal que poderá dispor de modo diverso.

Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de averbar que o adicional noturno é pago *propter laborem* com natureza de remuneração, destinado a remunerar o trabalho exercido no período normal que deveria ser dedicado ao repouso, e assim não deveria ser pago ao servidor inativo. Isso se deu no julgamento do **Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 383.282/DF**, ocorrido em 17/12/2.002, sob a relatoria do Ministro Maurício Correa (DJ de 30/5/2.003, p. 31).

Destarte, se o adicional noturno configura salário, de contribuir sobre esse *quantum* não pode escapar o padrão.

Prossigo, agora considerando que a matéria não pode deixar de ser tratada à luz do Plano de Custeio da Previdência Social.

O art. 22 da Lei nº 8.212/91 afirma que: **Art. 22A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho. (...) § 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 9º do art. 28.**

Enquanto o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 9.528 de 10.12.97, define o que seja salário-de-contribuição, o seu § 9º exemplifica aquilo que **não o integra**, conforme se vê:

15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

Art. 28 Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

(...)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

- a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei;
- b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;
- c) a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;
- d) os abonos de férias não excedentes aos limites da legislação trabalhista;
- e) a importância recebida a título de aviso prévio indenizado, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984;
- f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;
- g) a ajuda de custo recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;
- h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
- j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com a lei específica.

Como se pode ver do dispositivo legal acima transcrito os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias **não foram** excluídos das verbas que integram o salário-de-contribuição, o que demonstra com certeza que possuem caráter salarial e sobre eles incide a contribuição social prevista no inciso I do art. 195 da *Lex Major*.

Tratando do alcance do art. 28 do PCPS o notável Wladimir Novaes Martinez leciona que "o domínio remuneratório é extenso. Excluídos os pagamentos referentes a ressarcimentos de despesas e os ditos indenizatórios de danos causados ao trabalhador, em razão do contrato de trabalho, todas as demais importâncias são remuneratórias, isto é, retribuem globalmente o esforço do trabalho a serviço da empresa (ou estimulam o empenho futuro)" (Comentários a Lei Básica da Previdência Social, tomo I, p. 289, 4ª edição, ed. LTR)

Se a contribuição do empregado é calculada sobre o chamado salário-de-contribuição e se a lei que rege essa matéria não excluiu da composição da base de incidência da contribuição do obreiro os adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e por horas extraordinárias, resta claro que os considera como **capítulos da remuneração** e por isso mesmo não seria justo que - sendo tais verbas tomadas em caráter salarial para exigir do empregado a contribuição individual - o empregador ficasse favorecido com o expurgo desses valores do montante de incidência da contribuição patronal."

Dessa forma, o impetrante **NÃO** está desonerado da contribuição patronal do art. 22, I, "a" da Lei 8.212/91 sobre os valores pagos a título de horas extraordinárias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA

Processo nº 0004877-82.2010.4.03.6120

DA ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No que toca à expedição de CND, não há nos autos informações suficientes sobre a inexistência de débitos ou a suspensão de exigibilidade os débitos existentes a fim de garantir que a autoridade coatora se abstenha de negar expedição de CND.

Da mesma forma, no que toca às verbas destinadas ao FPM e à inclusão no CADIN.

Logo, não há direito líquido e certo nesse ponto.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, **CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM** para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, I, da Lei n. 8.212/91, sobre o valor pago a título de adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas.

Sem honorários advocatícios conforme o disposto no artigo 25, Lei 12.016/09.
Custas indevidas considerando a isenção de que goza o Município.

Sentença sujeita ao duplo grau.

P. R. I.

Araraquara, 9 de agosto de 2010.

TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO

Juíza Federal Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

173

Q

Processo : 0004877-82.2010.403.6120

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certifico haver registrado a sentença no livro n.º 0013/2010
sob o n.º 01306 às fls. 15.

ARARAQUARA, 09 de Agosto de 2010

TEC./Analista Judiciário

D A T A

Em 13./08...../10., baixaram estes autos à Secretaria
com a Sentença retro.

TEC./Analista Judiciário

CELEIRO

Certifico e dou fé que o r. despacho/decisão/sentença de N(s).
104/172 foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça
em 17 AGO 2010. Considera-se data da publicação
o primeiro dia útil subsequente a data acima mencionada. (18 AGO 2010)
Araraquara, 17 AGO 2010

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

JUNTADA

em de 17 AGO 2010 de
quanto a estes autos
2000 17025-1 que segue

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559



174
C

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA 20ª SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA EM ARARAQUARA – SP.

PROCESSO Nº 0004877.82.2010.4.03.6120

JFSP-FORUM ARARAQUARA
SETOR DE PROTOCOLO GERAL E INTEGRADO
16/08/2010 11:43 h
Prot. nro. 2010.200017025-1



0004877-82.2010.403.6120

[2a.V. ARARAQUARA]
'63/1'

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
QUALIFICADO NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO EM FACE
DO ILMO SR. DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM
ARARAQUARA, VEM RESPEITOSAMENTE, À PRESENÇA DE VOSSA EXCELENCIA,
POR SEU ADVOGADO QUE ESTA SUBSCREVE, REQUERER A JUNTADA AOS
AUTOS DO ANEXO SUBSTABELECIMENTO.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO E JUNTADA

SÃO PAULO, 10 DE AGOSTO DE 2010.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@clfigueiredo.com.br
www.clfigueiredo.com.br

1

175
C

SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELECIMENTO, **COM RESERVA DE IGUAIS**, NA PESSOA DO ADVOGADO **PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA**, BRASILEIRO, CASADO, INSCRITO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO SÃO PAULO, SOB Nº **296.896**, COM ESCRITÓRIO NA RUA ALVILÂNDIA, 346, ALTO DE PINHEIROS, CEP 05449-070, SÃO PAULO – SP, OS PODERES QUE ME FORAM OUTORGADOS POR **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA, **PROCESSO Nº 0004877.82.2010.403.6120**, IMPETRADO EM FACE DO ILMO SR. DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA, EM TRÂMITE PERANTE A 2ª VARA FEDERAL DA 20ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM ARARAQUARA – SP.

SÃO PAULO, 10 DE AGOSTO DE 2010.


ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

176
C

Processo n. 0004877-82.2010.403.6120/2

C E R T I D A O

Certifico e dou fe que os presentes autos saíram em carga com o DR. PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA - OAB SP296896 (do IMPETRANTE), nesta data, conforme registro de folha(s) 10626.

Araraquara, 17/08/2010

Ed

Tecnico/Analista Judiciario RF: _____

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

Certifico, ainda, que os presentes autos foram devolvidos em secretaria na data de 17 / 08 / 2010.

Ed

Tecnico/Analista Judiciario RF: _____

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi Ofício n.
531/10 ao Delegado da Receita
Federal e Mandado de Inti-
mos n. 3920/10 à Fazenda
Nacional.
Araraquara, de 18 AGO 2010 de

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

JUNTADA

em de 10 SET 2010 de
quanto a estes autos Ofício n. 531/10 e
Apelação que segue

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

3946/10
[Barcode]

177
C

2.ª VARA FEDERAL – 20.ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA/SP
FÓRUM PROFESSORA DOUTORA RUTH CARDOSO

Av. Padre Francisco Sales Colturato, 658 (Av. 36) – Araraquara – SP – CEP 14802-000
Telefone: (16) 3114-7800 – Fax (16) 3114-7805

Ofício n. 531/2010

Araraquara, 18 de agosto de 2010.

Mandado de Segurança n. 0004877-82.2010.403.6120

Impetrante: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Impetrado: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM ARARAQUARA E OUTRO

Ilustríssimo Senhor

Delegado da Receita Federal

Avenida Rodrigo Fernando Guillo, 2775, Jardim das Flores

Cep 14801-534 Araraquara-SP

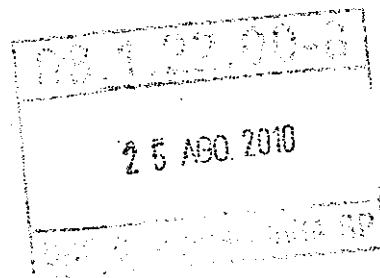
Assunto: **Encaminha sentença**

Senhor Delegado,

Pelo presente, por ordem da MM.^a Juíza Federal desta Vara, Dra. VERA CECÍLIA DE ARANTES FERNANDES COSTA, comunico a Vossa Senhoria a respeito da r. **sentença de fls. 164/172**, conforme cópias que seguem.

Atenciosamente,

MARCOS RODRIGO BERGAMIN
Diretor de Secretaria em Exercício



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:29

Número do documento: 22050617384566000000242499631

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384566000000242499631>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1dgo.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-34B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-34B5

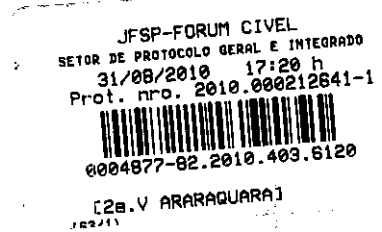
Num. 249744459



EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA 20ª SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA EM ARARAQUARA – SP.

Processo nº 0004877.82.2010.4.03.6120

MANDADO DE SEGURANÇA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,

por seus advogados que esta subscrevem, nos autos do **MANDADO DE SEGURANÇA** impetrado em face do **ILMO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA – SP**, vem à presença de V. Exa., “*data vênia*”, inconformado com a r. decisão disponibilizada em 17/08/2010 no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, que concedeu parcialmente a segurança pleiteada, interpor, com fulcro nos artigos 513 e seguintes do Código de Processo Civil

RECURSO DE APELAÇÃO

Através dos argumentos a seguir expostos.

Termos em que, espera o Apelante que uma vez recebidas às inclusas razões, seja os autos remetidos à apreciação da superior Instância, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 31 de agosto de 2010.

Alecio Castellucci Figueiredo

OAB-SP nº 188.320

Pedro Robson Ferreira de Sousa

OAB-SP nº 296.896

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

1

RAZÕES DE APELAÇÃO

APELANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

APELADO: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA – SP e UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

COMARCA: 2ª VARA FEDERAL EM ARARAQUARA - SP.

PROCESSO: 0004877.82..2010.4.03.6120

MANDADO DE SEGURANÇA

**COLEND A CÂMARA,
ÍNCLOS JULGADORES,**

“DATA MÁXIMA VÊNIA”, MERECE REFORMA A R. DECISÃO RECORRIDA, POR NÃO HAVER, COM O COSTUMEIRO ACERTO QUE DISTINGUE AS DECISÕES DO MM. JUIZ “A QUO”, APLICADO A LEI EM ESPÉCIE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO PELAS INSTÂNCIAS SUPERIORES.

EM QUE PESEM OS ARGUMENTOS VAZADOS NA DECISÃO DO MAGISTRADO “*A QUO*”, ORA RECORRIDA, A MESMA MERECE SER REFORMADA “*PARCIALMENTE*”, “*CONCESSA MÁXIMA VÊNIA*”, POR ESTAR EM DESACORDO COM O MELHOR DIREITO, BEM COMO POR NÃO CONSIDERAR AS ITERATIVAS DECISÕES EMANADAS PELO “*STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*”; “*STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA*”, BEM COMO POR ESTA EGRÉGIA CORTE.

O EMINENTE MAGISTRADO, AO PROFERIR SENTENÇA DE MÉRITO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO PARA CONCEDER A SEGURANÇA, PAUTOU-SE PELO ENTENDIMENTO DE SER LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE AS VERBAS PAGAS A TÍTULO DE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS GOZADAS, HORAS-EXTRAS E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA. A SEGURANÇA FOI CONCEDIDA TÃO-SOMENTE PARA A SUSPENSÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS DAS FÉRIAS NÃO GOZADAS.

ENTENDE O D. MAGISTRADO “*A QUO*”, EM SÍNTESE QUE, AS ALUDIDAS VERBAS SOBRE AS QUAIS NÃO FOI CONCEDIDA A ORDEM, OSTENTAM NATUREZA REMUNERATÓRIA/SALARIAL, SENDO, PORTANTO, LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

OCORRE QUE, CONFORME CONSTA DA INICIAL CARREADA NOS AUTOS, O QUE PLEITEOU- SE E PRETENDE- SE ATRAVÉS DESTA “*RECURSO DE APELAÇÃO*”, É O QUE CONSTA DO “*PEDIDO FORMULADO NA PETIÇÃO INICIAL*”, OU SEJA:

I- A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O “MUNICÍPIO IMPETRANTE” E A “UNIÃO – RECEITA FEDERAL DO BRASIL”, REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS A TÍTULO DE “HORAS EXTRAS, “TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” (ART. 7º, XVII – CF) COM BASE NO “ART. 22, I DA LEI 8212/91” E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA “INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA” QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DO SEGURADO, DE ACORDO COM O “ART. 201, §11 – DA CF/88”, CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO “RE- Nº345:458/RS- STF” E DO “INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL -STJ”, REFERENTE AOS PERÍODOS DE “06/2000” A “06/2010” E SUBSEQUENTES.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

III

II- A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS COM BASE NO "ART. 22 – I DA LEI 8212/91, A TÍTULO DE "HORAS EXTRAS" E "TERÇOS CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS" (ART. 7º, XVII- CF), REFERENTE AOS PERÍODOS DE "06/2000" A "ATUAL" E SUBSEQUENTES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DESTE "MANDAMUS".

III- A DETERMINAÇÃO À "UNIÃO : RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUE SE ABSTENHA DA PRÁTICA TENDENTE A IMPOR AO MUNICÍPIO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO: AUTUAÇÃO FISCAL NEGAR-SE A EMITIR A "CND"; BLOQUEIO DA FPM E INCLUSÃO NO CADIN, REFERENTES AOS FATOS CONSTANTES DA EXORDIAL E DO ITEM "A" INCISOS "I" E "II" DO "PEDIDO".

DOS FATOS

A IMPETRANTE É A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A SEGURIDADE SOCIAL, NA ALÍQUOTA DE 20%(VINTE POR CENTO) INCIDENTES SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS, DEVIDAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, AS SEGURADOS EMPREGADOS, DE ACORDO COM O ART.22-II LEI 8212/91.

POR ANALOGIA, O "ART.28 DA LEI 8212/91" CONSIDERA AS "HORAS-EXTRAS" E O "TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS" (REF.7ºXVVI/CF) COMO REMUNERAÇÃO INTEGRANTE DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

O "STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" A PARTIR DE 2005 FIXOU ENTENDIMENTO DE QUE É "ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE "ADICIONAL DE FÉRIAS" E "HORAS-EXTRAS" POR TRATAR-SE DE "VERBAS INDENIZATÓRIAS" E "COMPENSATÓRIAS" SENDO QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR

SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONF .
“ART.201, § 11º DA CF/88.”

O “**STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**” ATRAVÉS DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL, REVIU SUA POSIÇÃO PARA ENTENDER QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

O “**TRF – 3º REGIÃO /SÃO PAULO**”, AO JULGAR OS “**MS**” **PROCESSO DE Nº 2009.61.14.001686-0 E 2008.61.00.028970-0** CONCEDEU , PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

PORTANTO, POR TRATAR-SE DE MATÉRIA PACIFICADA E COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DO “**STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**”, “**STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**” E “**TRF 3 ºREGIÃO/ SÃO PAULO**” PRETENDE A EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS ATRAVÉS DE DECLARATÓRIA DA INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE, SOBRE “**HORAS – EXTRAS**” E “**TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**” REFERENTE AS COMPETÊNCIAS DE “**05/2000 A ATUAL**” E SUBSEQÜENTES ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA PRESENTE AÇÃO, COM ABSTENÇÃO DA “**RFB RECEITA FEDERAL DO BRASIL**” DE IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS AO MUNICÍPIO TAIS COMO: **AUTUAÇÃO FISCAL, NEGAR CND, INCLUSÃO NO CADIM, ETC...**

DO DIREITO

A IMPETRANTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS SEGURIDADE SOCIAL, DE ACORDO COM O “**ART. 22, I DA LEI 8212/91**” DA SEGUINTE FORMA:

ART. 22 - A CONTRIBUIÇÃO A CARGO DA EMPRESA, DESTINADA À SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DO DISPOSTO NO ART. 23, É DE:

I - VINTE POR CENTO SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS QUE LHE PRESTEM SERVIÇOS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

v

O ARTIGO 28 DA LEI 8212/91, DEFINE O CONCEITO DE SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO COM A SEGUINTE REGRA :

ART. 28. ENTENDE-SE POR SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO:

I- PARA O EMPREGADO E TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS. (...)

A LEI 8212/91, APLICA PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA O TERMO VAGO DE “**REMUNERAÇÃO**” QUE POR ANALOGIA ABRANGE TODOS OS VALORES RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO INDEPENDENTE DE SUA NATUREZA TRIBUTÁRIA.

DE ACORDO COM O CTN PARA QUE SURJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PAGAR TRIBUTOS, É NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DO RESPECTIVO FATO GERADOR; CONF. **ART. 113.º DO CTN.**

“ART. 113.º A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL SURGE COM A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, TEM POR OBJETO O PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU PENALIDADE PECUNIÁRIA E EXTINGUE-SE JUNTAMENTE COM O CREDITO DELA DE CORRENTE.

OU SEJA, SOMENTE QUANDO OCORRER NO MUNDO FENOMÊNICO A HIPÓTESE DESCRITA NA NORMA, REALIZADA PELO SUJEITO PASSIVO O DEVER JURÍDICO DE PAGAR O TRIBUTOS, “**ART. 114- FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É A SITUAÇÃO DEFINIDA EM LEI COMO NECESSÁRIO E SUFICIENTE A SUA OCORRÊNCIA.**

PELA REGRA DA TIPICIDADE FECHADA, O FISCO NÃO PODERÁ ESTENDER A INTERPRETAÇÃO SOBRE A MATERIALIDADE DO FATO GERADOR, A FIM DE ABRANGER FATOS ALÉM DO QUE OS PREVISTOS NA NORMA DE INCIDÊNCIA, SENDO TAMBÉM, VETADO O EMPREGO DA ANALOGIA PARA FINS DE IMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA.

NESSE SENTIDO :

“ART. 108 – NA AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EXPRESSA, A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA UTILIZARÁ SUCESSIVAMENTE, NA ORDEM INDICADA:

§ 1º O EMPREGO DA ANALOGIA NÃO PODERÁ RESULTAR NA EXIGÊNCIA DE TRIBUTO NÃO PREVISTO NA LEI.

PORTANTO, QUAL SERIA A REGRA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS?

O “ART 195-1; CF/91” ASSIM DEFINIU QUE:

“ A SEGURIDADE SOCIAL SERÁ FINANCIADA POR TODA SOCIEDADE, DE FORMA DIRETA E INDIRETA NOS TERMOS DA LEI MEDIANTE RECURSOS PROVENIENTES DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A CARGO DO EMPREGADOR, DA EMPRESA E DA ENTIDADE A ELA EQUIPARADA NA FORMA DE LEI, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO A PESSOA FÍSICA QUE LHE PRESTE SERVIÇO, MESMO SEM VINCULO EMPREGATÍCIO”.

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE POR ESTE DISPOSITIVO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TENDO COMO :

- A) SUJEITO PASSIVO O EMPREGADOR (EMPRESA, ENTIDADE EQUIPARADA)**
- B) SUJEITO ATIVO “UNIÃO FEDERAL”**
- C) O ASPECTO TEMPORAL O MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS**
- D) O ELEMENTO ESPACIAL O LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**
- E) O ELEMENTO QUANTITATIVO A BASE DE CALCULO TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE CADA EMPREGADO, SOBRE O QUAL INCIDE UMA ALÍQUOTA DE 20% (VINTE POR CENTO).**

NESTE DIAPASÃO A “**FOLHA DE SALÁRIO**” SIGNIFICA A SOMA DA REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO, EM DETERMINADO PERÍODO; DESTE MODO, O CRITÉRIO MATERIAL DO FATO GERADOR DESTA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA COM SALÁRIOS PROVENIENTES DE UMA RELAÇÃO DE TRABALHO.

185
C

DE ACORDO COM O ARTIGO 22-I DA LEI 8212/91, A EXPRESSÃO UTILIZADA **“ REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO ”** NADA MAIS É QUE SEU PRÓPRIO **“ SALÁRIO ”**, FORÇOSO CONCLUIR QUE AS CONTRIBUIÇÕES DO ART. 22-I DA LEI 8212/91 INCIDEM UNICAMENTE SOBRE O SALÁRIO.

PARA AMAURI MASCARO NASCIMENTO. **“ SALÁRIO É A TOTALIDADE DAS PERCEPÇÕES ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES, QUALQUER QUE SEJA A FORMA OU MEIO DE PAGAMENTO, QUER RETRIBUAM O TRABALHO EFETIVO, OS PERÍODOS DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO E OS DESCANSOS COMPUTÁVEIS NA JORNADA DE TRABALHO. ”**

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO AS INDENIZAÇÕES, POIS ESTAS DIFERENCIAM DAQUELE POR TEREM COMO FINALIDADE A REPARAÇÃO DOS DANOS OU RESSARCIMENTO DE GASTOS DO EMPREGADO. SEGUNDO AMAURI MASCARO:

“ EXISTEM VÁRIAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE NATUREZA NÃO SALARIAL. O TÍTULO EXEMPLIFICATIVO ENUMERE-SE, DENTRE AS OBRIGAÇÕES SALARIAIS, INDENIZAÇÕES, RESSARCIMENTO DE GASTOS PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTOS PRÓPRIAS, VERBAS DE QUILOMETRAGEM E REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DESVINCULADA DO SALÁRIO, PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE, TREINAMENTO PROFISSIONAL, ABONO DE FÉRIAS NÃO EXCEDENTE DE 20 DIAS, CLUBES DE LAZER(...) ”

COM ISSO, RESTA EVIDENTE QUE OS VALORES RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA, ASSIM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS, NÃO POSSUEM NATUREZA JURÍDICA DE SALÁRIO / REMUNERAÇÃO, LOGO, NÃO CONSTITUEM FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TAMPOUCO HÁ QUE SE FALAR NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS RECOLHEREM O ALUDIDO TRIBUTO SOBRE ESTAS PARCELAS.

O PARÁGRAFO 9º DO ART. 214 DO DECRETO 3.048/99 TRAZ UM ROL EXEMPLIFICATIVO DAS VERBAS QUE NÃO POSSUEM NATUREZA SALARIAL. ENTRE ELAS DESTACAMOS:

A) OS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

B) A AJUDA DE CUSTO;

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

VIII

- C) AS FÉRIAS INDENIZADAS;**
- D) O ABONO RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL;**
- E) AVISO PRÉVIO INDENIZADO;**
- F) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS;**
- G) AUXÍLIO-DOENÇA ETC.**

APESAR DA UTILIDADE DESTA LISTA, NÃO PODEMOS ESQUECER QUE TODAS AS VERBAS DE CARÁTER NÃO SALARIAL, INDENIZATÓRIA, OU COMPENSATÓRIA, OU ENCARGO SOCIAL, ASSIM COMO AS VERBAS PERCEBIDAS DE FORMA EVENTUAL, ESTÃO FORA DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, INDEPENDENTE DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL.

O **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** EM VÁRIOS JULGADOS JÁ SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SÓ INCIDE SOBRE O SALÁRIO (ESPÉCIE) E NÃO SOBRE O TOTAL DA REMUNERAÇÃO (GÊNERO) E EXPRESSAMENTE EXCLUI DO SEU ÂMBITO DE INCIDÊNCIA AS PARCELAS CUJA NATUREZA JURÍDICA SEJAM INDENIZATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS E NÃO HABITUAIS. DE ACORDO COM O POSICIONAMENTO DO STF, AS PARCELAS QUE TENHAM UM CARÁTER INDENIZATÓRIO E NÃO HABITUAL ESTÃO FORA DO ALCANCE DO CONCEITO DE SALÁRIO E CONSEQUENTEMENTE, DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DESTE MODO, AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE: **ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, HORA EXTRA, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÉCHE**, POR TEREM NATUREZA JURÍDICA E INDENIZATÓRIAS E/OU NÃO HABITUAL, NÃO PODEM SER CONSIDERADAS COMO SALÁRIO EM SENTIDO ESTRITO, TAMPOUCO SEU PAGAMENTO ENSEJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NO **ART. 195, I, "A", DA CRFB C/C ART. 22, I, DA LEI 8.212/91**.

O MINISTRO MARCO AURÉLIO, RELATOR DO **"RE 166.772-2 – ADI- 1.659-6 RS, NAS FOLHAS DE Nº 722"** E A SEGUINTE DOS AUTOS, ASSIM SE POSICIONOU QUANDO A NATUREZA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL, DO SALÁRIO:

"DESCABE DAR UMA MESMA EXPRESSÃO – SALÁRIO – UTILIZADA PELA CARTA RELATIVAMENTE A MATÉRIAS DIVERSAS, SENTIDOS DIFERENTES, CONFORME OS INTERESSES EM QUESTÃO. SALÁRIO, TAL COMO MENCIONADO NO INCISO I DO ARTIGO 195, NÃO SE PODE CONFIGURAR ALGO QUE DISCREPE DO CONCEITO QUE SE LHE ATRIBUI

QUANDO COGITADA, POR EXEMPLO, DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL-INCISO VI DO ARTIGO 7º DA CARTA. CONSIDERA-SE QUE, NA VERDADE A LEI ORDINÁRIA MESCLOU INSTITUTOS DIVERSOS AO PREVER A CONTRIBUIÇÃO. APÓS ALUSÃO NO CAPUT DO ARTIGO 3º, A EXPRESSÃO UTILIZADA NA PRÓPRIA LEI FEDERAL – FOLHA SALÁRIO – AO VERSAR SOBRE O QUE PAGO AOS ADMINISTRADORES AVULSOS E AUTÔNOMOS, REFERE A REMUNERAÇÃO, TALVEZ MESMO PELO FATO DE O PRECEITO A QUE SE ATRIBUI A PECHA DE CONSTITUCIONAL ENGLOBAR, TAMBÉM, OS SEGURADOS EMPREGADOS. DESCONHECEU-SE QUE O SALÁRIO E REMUNERAÇÃO NÃO SÃO EXPRESSÕES SINÔNIMAS. UMA COISA É A REMUNERAÇÃO, GÊNERO DO QUAL SALÁRIO, VENCIMENTOS, SOLDOS, SUBSÍDIOS, PRÓ-LABORE E HONORÁRIOS SÃO ESPÉCIES. SERIA FÁCIL

DAR-SE A PREVISÃO CONSTITUCIONAL EM QUESTÃO O ALCANCE DADO PELO INSTITUTO, NO QUE SE FUGIRIA ATÉ MESMO DA NECESSIDADE DE BALIZAR-SE, DE MANEIRA PRECISA E CLARA, AS BASES DE INCIDÊNCIAS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. SUFICIENTE SERIA, AO INVÉS DE UTILIZAR-SE A EXPRESSÃO “ FOLHA DE SALÁRIOS”, A EXPRESSÃO “ EMPREGADOR” ALUDIR-SE AO TOMADOR DE SERVIÇOS E A REMUNERAÇÃO POR ESTES SATISFEITA. COM ACERTO, ENQUADRAM A MATÉRIA CONSTITUCIONALISTAS E TRIBUTARISTAS DESTES OS QUAIS DESTACO IVES GANDRA ATALIBA, RUY BARBOSA NOGUEIRA E TAMBÉM A PROFESSORA MISABEL ABREU MACHADO DERSI. ESTA ÚLTIMA EMITIU PARECER SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO E O PRÓ-LABORE PAGOS A AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. DE FORMA PROFICIENTE, APONTOU AS DIFERENÇAS ENTRE O VOCÁBULO “EMPRESA” E O VOCÁBULO “EMPREGADOR” AFIRMANDO QUE O USO DAS EXPRESSÕES ‘EMPREGADOR’ E ‘FOLHA DE SALÁRIOS’, CONTIDAS NA CARTA DE 1988. EXCLUI AS RELAÇÕES DE TRABALHO NÃO SUBORDINADO, COMO AS QUE ENVOLVEM AUTÔNOMOS EM GERAL ADMINISTRADORES. ADUZIU AINDA QUE AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS SEMPRE USAM TERMOS EMPREGADOR E SALÁRIO NO SENTIDO PRÓPRIO E TÉCNICO EM QUE ENCONTRADOS NO DIREITO DO TRABALHO, O QUE , ALIAS, ESTÁ CONSAGRADO JURISPRUDENCIALMENTE. JÁ DISSE LINHAS ATRÁS, QUE ESTÁ EM TELA UMA CIÊNCIA. ASSIM ENQUADRADO O DIREITO, O MEIO JUSTIFICA O FIM, MAS NÃO ESTE AQUELE. COMPREENDO AS GRANDES DIFICULDADES DE CAIXA QUE DECORREM DO SISTEMA DE SEGURIDADE

NESTE CONTEXTO E NO ESTRITO LIAME JURISPRUDENCIALMENTE EMANADO PELO “STF” E “STJ”, CONCLUÍMOS QUE :

A JORNADA NORMAL DE TRABALHO É O ESPAÇO DE TEMPO DURANTE O QUAL O EMPREGADO DEVERÁ PRESTAR SERVIÇO OU PERMANECER Á DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR, COM HABITUALIDADE; NOS TERMOS DA CF, ART. 7º, XIII, SUA DURAÇÃO DEVERÁ SER DE ATÉ 8 HORAS DIÁRIAS, E 44 SEMANAIS; EM SE TRATANDO DE EMPREGADOS QUE TRABALHEM EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO, A JORNADA DEVERÁ SER DE 6 HORAS, SALVO NEGOCIAÇÃO COLETIVA. HORAS EXTRAS SÃO AQUELAS QUE ULTRAPASSAM A JORNADA NORMAL FIXADA POR LEI, CONVENÇÃO COLETIVA, SENTENÇA NORMATIVA OU CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE ACORDO COM O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL. ART. 7º, XVI, O PAGAMENTO DA HORA É DE NO MÍNIMO 50%.

O CORPO E A MENTE HUMANA POSSUEM CAPACIDADE LIMITADA PARA ATIVIDADE LABORAL, APÓS DETERMINADO PERÍODO PERDEMOS PRODUTIVIDADE E NOSSO ORGANISMO COMEÇA A FICAR DEFICITÁRIO. ALÉM DOS PREJUÍZOS FÍSICOS E MENTAIS A JORNADA PROLONGADA DE TRABALHO LIMITA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR, DIMINUI NOSSA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E IMPEDE O DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES DE CULTURA, LAZER E ESPORTE.

NÃO FOI POR OUTRO MOTIVO QUE O CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DETERMINOU O PAGAMENTO DE UM ADICIONAL PELA HORA EXTRA TRABALHADA, A FIM DE COMPENSAR O TRABALHADOR PELA JORNADA EXTENUANTE DE TRABALHO. ADEMAIS, ESSAS VERBAS SÃO RECEBIDAS EM CARÁTER EVENTUAL, PODENDO SER SUPRIMIDAS A QUALQUER TEMPO E NÃO SÃO CONSIDERADAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

ORA, SE TAIS VERBAS POSSUEM CARÁTER INDENIZATÓRIO, EVENTUAL E NÃO SÃO AUFERIDAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO; NÃO HÁ QUE SE FALAR NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS SOBRE ELAS. APESAR DO STJ POSSUIR DECISÕES DIVERGENTES SOBRE O TEMA, O STF TEM FIRMADO ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE NÃO HAVER INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE HORA EXTRA, FACE SUA NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA COMPENSATÓRIA.

FÉRIAS

AS FÉRIAS CONSTITUEM EM PERÍODO DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, HAVENDO A OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE SALÁRIO E A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO CONCEDIDO AO EMPREGADO NO DECURSO DO SEU PERÍODO AQUISITIVO DE 12 MESES, OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO DO TRABALHADOR A FIM DE COMBATER O CANSAÇO FÍSICO E PSICOLÓGICO, ASSIM COMO MEIO DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR.

A CONSTITUIÇÃO DETERMINA QUE O PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO (FÉRIAS) SEJA ACRESCIDO DE GRATIFICAÇÃO COMPULSÓRIA, ONDE O EMPREGADO TEM DIREITO A UM TERÇO A MAIS DO SALÁRIO NORMAL, CONFORME O ART. 7º, XVII. A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO “STF” CONSIDERA QUE ESTE ABONO POSSUI A FINALIDADE DE PERMITIR UM REFORÇO FINANCEIRO NESTE PERÍODO (FÉRIAS). COM ISSO, A COLETA CORTE CONCLUIU QUE ESTA VERBA POSSUI NATUREZA JURÍDICA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.

ADEMAIS, POR CONSTITUIR UM GANHO EVENTUAL, O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS NÃO É INCORPORADO AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TAMPOUCO INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO, CONFORME O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 11 DO ART. 201 DA CRFB.

NO MESMO SENTIDO, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS. A NATUREZA JURÍDICA DO ABONO PECUNIÁRIO É INDENIZATÓRIA E OBJETIVA RESGUARDAR UM ACRÉSCIMO NA REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, APÓS SEU PERÍODO AQUISITIVO. NESTE MISTÉRIO, PODE O EMPREGADO CONVERTER PARTE DO SEU PERÍODO DE FÉRIAS EM VALOR COMPENSATÓRIO PELA CONTINUIDADE RELATIVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

O ART. 143 DA CLT FACULTA AO TRABALHADOR A CONVERSÃO DE 1/3 DE SUAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO. O VALOR DO ABONO SERÁ AQUELE DA REMUNERAÇÃO QUE FAZ JUS A TÍTULO DE FÉRIAS, ACRESCIDO DE UM TERÇO COMPENSATÓRIO PELO PERÍODO QUE A LEI PERMITE PARA A SUA CONVERSIBILIDADE. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É UNÂNIME AO CONFERIR NATUREZA INDENIZATÓRIA DESSAS VERBAS.

DESTARTE, RESTA EVIDENTE O CARÁTER INDENIZATÓRIO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E DO ABONO DE FÉRIAS E A CONSEQUENTE NÃO OBRIGATORIEDADE DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESTAS PARCELAS.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSEGUROU A OS TRABALHADORES, DO SETOR PÚBLICO OU PRIVADO, O DIREITO A PERCEBER, APÓS O PERÍODO AQUISITIVO DE UM ANO, O GOZO DE FÉRIAS REMUNERADAS COM O VALOR DO SALÁRIO/VENCIMENTO NORMAL, ACRESCIDO DE 1/3(ART.7º,XVII, DA CF/88).

MAS QUAL SERIA A NATUREZA JURÍDICA DESSE ADICIONAL DE 1/3? COMPÕE O SALÁRIO OU DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA?

EMBORA HAJA DIVERGÊNCIA, A MELHOR INTELECÇÃO É AQUELA QUE PRECONIZA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DO ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS. ISSO PORQUE O REFERIDO ACRÉSCIMO NÃO REPRESENTA, PROPRIAMENTE, UM INCREMENTO PATRIMONIAL. SERVE, AO CONTRÁRIO, COMO FORMA DE GARANTIA AO TRABALHADOR DA POSSIBILIDADE DE GOZO DE SUAS FÉRIAS SEM PREJUÍZO DOS COMPROMISSOS REGULARES QUE O EMPREGADO/SERVIDOR DETÉM COM O SEU SALÁRIO/VENCIMENTO, E COMPENSANDO-O POR UM LONGO PERÍODO DE DESGASTE CONTÍNUO EM SUAS ATIVIDADES.

A INTENÇÃO DO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO, PORTANTO, AO ESTIPULAR AS FÉRIAS REMUNERADAS COMO GARANTIA SOCIAL DO TRABALHADOR FOI EXATAMENTE ASSEGUAR A MANUTENÇÃO DE SUAS SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA, PERMITINDO MAIOR LONGEVIDADE E VIDA LABORAL ATIVA. PARA TANTO, PREVIO UM PERÍODO MÍNIMO DE DESCANSO CONTÍNUO (FÉRIAS), QUE DEVE SER GOZADO DE MODO DIGNO E REMUNERADO, COM ACRÉSCIMO DE UMA VERBA DESTINADA EXATAMENTE A COMPENSAR O DESGASTE ADQUIRIDO NO PERÍODO AQUISITIVO E TAMBÉM PARA POSSIBILITAR AO EMPREGADO/SERVIDOR, NESSE PERÍODO, A PRÁTICA DE ALGUMAS ATIVIDADES

NÃO HABITUAIS, COMO VIAGENS, SEM O COMPROMETIMENTO DE SEU ORÇAMENTO REGULAR.

EM RAZÃO DE SUA DESTINAÇÃO, FÁCIL INFERIR-SE, PORTANTO, QUE O ADICIONAL DE FÉRIAS (TERÇO) NÃO DETÉM NATUREZA SALARIAL OU REMUNERATÓRIA, MAS, ISTO SIM, NITIDAMENTE INDENIZATÓRIA.

O **"STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** JÁ SE PRONUNCIOU NESSE SENTIDO:

RE 389903 AGR/DF
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
RELATOR(A): MIN EROS GRAU
JULGAMENTO 21/02/2006
ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA TURMA
PUBLICAÇÃO
DJ 05-05-2006 PP-00015
EMENT VOL -002231-03 PP-00613

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO
CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A
INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
"AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO".

RE 345458/RS - RIO GRANDE DO SUL
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RELATOR(A): MIN. ELLEN GRACIE
JULGAMENTO: 01/02/2005
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA TURMA
PUBLICAÇÃO DJ 11-03-2005 PP-00044
EMENT VOL-02183-02 PP-00376
PARTE(S)
RECTES. : JOÃO ALBERTO CONSTANTINO E OUTROS
ADVDO. : JOSÉ NILTON COSTA DE SOUZA
RECDA. : UNIÃO
ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REDUÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS. DIREITO ADQUIRIDO.

1. O VÍNCULO ENTRE O SERVIDOR E A ADMINISTRAÇÃO É DE DIREITO PÚBLICO, DEFINIDO EM LEI, POR ISSO, NÃO HÁ QUE SE INVOCAR DIREITO ADQUIRIDO PARA TORNAR IMUTÁVEL O REGIME JURÍDICO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTES SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2. É VEDADO AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, ESTENDER A SERVIDORES PÚBLICOS PRERROGATIVAS QUE NÃO LHE FORAM DEFERIDAS EM LEI, COM BASE NO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA STF Nº 339.

3. IMPERTINÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. O ABONO DE FÉRIAS É PARCELA ACESSÓRIA QUE DEVE SER PAGA QUANDO O TRABALHADOR GOZA O SEU PERÍODO DE DESCANSO ANUAL. SUPRIMIDAS AS FÉRIAS, DESAPARECE O DEVER DE PAGAR ESTE ABONO.

4. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

DECISÃO

A TURMA, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECEU DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, MAS LHE NEGOU PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. 2ª TURMA, 01.02.2005.

RE/496261 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

PROCEDÊNCIA: DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

RECTE.(S) - UNIÃO

ADV.(A/S) - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

PARTES

RECDO.(A/S) - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL-SINDJUS/DF

ADV.(A/S) - JOSÉ LUIS WAGNER

MATÉRIA:

**DIREITO TRIBUTÁRIO | CONTRIBUIÇÕES |
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS |
APOSENTADORIA/RETORNO AO TRABALHO**

DECISÃO

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS. IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AS HORAS EXTRAS), QUE A COLETA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE DESAUTORIZA A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, REL. MIN. CARMEN LÚCIA - AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI - RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, v.g.). IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE SUSTENTA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO DIVERGE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES - RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, v.g.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, § 1º-A), EM ORDEM A RECONHECER A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA. NO QUE CONCERNE À VERBA HONORÁRIA, REVELA-SE APLICÁVEL O ENUNCIADO CONSTANTE DA SÚMULA 512/STF. PUBLIQUE-SE. BRASÍLIA, 19 DE DEZEMBRO DE 2008. MINISTRO CELSO DE MELLO RELATOR

RE 479193 / DF - DISTRITO FEDERAL
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XVI

RELATOR(A): MIN. CELSO DE MELLO
JULGAMENTO: 18/12/2008
PUBLICAÇÃO:DJE-023 DIVULG 03/02/2009 PUBLIC 04/02/2009
PARTES
RECTE.(S): ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR
ELEITORAL - ASSERTSE
ADV.(A/S): IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
RECDO.(A/S): UNIÃO
ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS.

IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AS HORAS EXTRAS), QUE A COLETA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE - AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA ' AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI ' RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.).

IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA INACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

195
C

SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES ' RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA ' RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.).

SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, § 1º-A), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECÍFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

MINISTRO CELSO DE MELLO - RELATOR

AI 740356 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: MG - MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. AYRES BRITTO

AGTE.(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ADV.(A/S) PAULO ANTÔNIO MACHADO DA SILVA FILHO

AGDO.(A/S) VERA LÚCIA DUTRA VIEIRA

ADV.(A/S) EDUARDO MACHADO DIAS

DECISÃO

O RECURSO NÃO MERECE ACOLHIDA. ISSO PORQUE O ARESTO IMPUGNADO AFINA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL.

CONFIRA-SE, A PROPÓSITO, O RE 389.903-AGR, DA RELATORIA DO MINISTRO EROS GRAU, CUJA EMENTA FOI ASSIM REDIGIDA:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

NESSE SENTIDO, CITO O AI 705.590, DA RELATORIA DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA; O AI 712.880, DA RELATORIA DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI; O RE

196
e

545.317-AGR, DA RELATORIA DO MINISTRO GILMAR MENDES; E O RE 463.348, DA RELATORIA DO MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE.

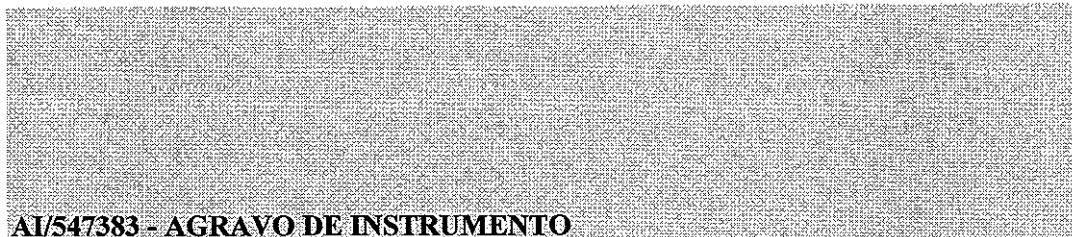
INCIDE, DE MAIS A MAIS, O ÓBICE DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

ISSO POSTO, E FRENTE AO ART. 557 DO CPC E AO § 1º DO ART. 21 DO RI/STF, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO



AI/547383 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

CLASSE: AI

PROCEDÊNCIA: DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

AGTE.(S)UNIÃO
ADV.(A/S)-ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) - LEILA DUARTE LIMA
ADV.(A/S) - RAPHAEL LOPES JORGE

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE
DIREITO PÚBLICO | SERVIDOR PÚBLICO CIVIL |
SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS | FÉRIAS

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO QUE INADMITIU RE, Δ, DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, ASSIM EMENTADO (F. 33):

“MANDADO DE SEGURANÇA –CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO SERVIDOR PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO E TERÇO DE FÉRIAS PREVISTO NO ART. 7º, XVILDA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

A PARCELA DENOMINADA “13º SALÁRIO” TEM NATUREZA SALARIAL E É PAGA A SERVIDOR APOSENTADO, POR ISSO MESMO, ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

CONSOANTE ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE JUSTIÇA, SOBRE PARCELA REMUNERATÓRIA QUE NÃO INFLUENCIARÁ NA COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, NÃO HAVERÁ INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

PREVIDENCIÁRIA – COMO É O CASO DO ADICIONAL DO TERÇO DE FÉRIAS, PREVISTO NO ART. 7º, INCISO XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

ALEGA O RE, EM SUMA, VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 37, CAPUT, E 195, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; PUGNA PELA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DO TERÇO DE FÉRIAS.

DECIDO.

A PRIMEIRA TURMA DESTA TRIBUNAL EXAMINOU CONTROVÉRSIA SIMILAR À DOS AUTOS, QUANDO DO JULGAMENTO DO RE 389.903-AGR, 21.02.2006, EROS GRAU, E ENTENDEU SER VEDADA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR; NA OCASIÃO, ASSENTOU-SE O SEGUINTE:

“(…)
QUANTO À QUESTÃO RELATIVA À PERCEPÇÃO DO ABONO DE FÉRIAS E À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, A JURISPRUDÊNCIA DESTA TRIBUNAL AFIRMOU QUE A GARANTIA DE RECEBIMENTO DE, PELO MENOS, UM TERÇO A MAIS DO QUE O SALÁRIO NORMAL NO GOZO DAS FÉRIAS ANUAIS (CB, ARTIGO 7º, XVII) TEM POR FINALIDADE PERMITIR AO TRABALHADOR “REFORÇO FINANCEIRO NESTE PERÍODO (FÉRIAS)” [RE N. 345.458, RELATORA A MINISTRA ELLEN GRACIE, DJ DE 11.3.05], O QUE SIGNIFICA DIZER QUE A SUA NATUREZA É COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.
“(…).”

NO MESMO SENTIDO, V.G., O AI 603.537-AGR, 27.02.2007, 2ª T, EROS GRAU. O ACÓRDÃO RECORRIDO SE AJUSTA A ESSE ENTENDIMENTO.

NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO.

BRASÍLIA, 8 DE MAIO DE 2007.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - RELATOR

AI 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: MG - MINAS GERAIS
RELATOR: MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADV.(A/S) CRISTIANO REIS JULIANI
AGDO.(A/S) GERALDA SUELI DA SILVA
ADV.(A/S) EDUARDO MACHADO DIAS E OUTRO(A/S)

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO QUE INADMITIU RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO EM FACE DE ACÓRDÃO QUE JULGOU ILEGÍTIMA A

INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. O ACÓRDÃO RESTOU ASSIM EMENTADO:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO.

É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO. REJEITA-SE A PRELIMINAR E NEGA-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO.” (FL. 155)

NAS RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, ALEGA-SE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 40, § 3º, 195, § 5º, E 201, § 11, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O TRIBUNAL A QUAL JULGOU A APELAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA SUPREMA CORTE, MANIFESTADA, POR EXEMPLO, NO JULGAMENTO DO AI 712.684, REL. MIN. CELSO DE MELLO, DJE 12.06.2008, AI 705.590, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA, DJE 17.06.2008, AI 706.028, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJE 03.04.2008, RE 545.317-AGR, REL. MIN. GILMAR MENDES, 2ª TURMA, UNÂNIME, DJE 13.03.2008, E DO AI 603.537-AGR, REL. MIN. EROS GRAU, 2ª TURMA, UNÂNIME, DJE 30.03.2007, CUJA EMENTA É A SEGUINTE:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”

ANTE O EXPOSTO, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 04 DE NOVEMBRO DE 2008.

MINISTRA ELLEN GRACIE

RELATORA

**VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA
NÃO INCIDÊNCIA CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA –
ART. 201, § DA CF 88**

AO ANALISAR A FINALIDADE DO ADICIONAL DE FÉRIAS (1/3 – CONSTITUCIONAL) O “STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, CUJO INÍCIO ESTÁ NO JULGAMENTO DO “RE-345.458/RS” (SEGUNDA TURMA), FIRMOU-SE ENTENDIMENTO PELA NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA DETEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, PORTANTO NÃO HABITUAL E NÃO SE INCORPORA AOS SALÁRIOS DO SERVIDOR.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXI

A “**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**”, DISCIPLINA ATRAVÉS DO ART. 201, O CONCEITO QUE DEVE SER ADOTADO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NESTES EXATOS TERMOS:

“**ART. 201, § 11:**”

“**OS GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS**”.

PORTANTO, DE ACORDO COM A “**CONSTITUIÇÃO**”, SOMENTE OS GANHOS HABITUAIS, ENTENDENDO-SE AQUELES RECEBIDOS PERMANENTEMENTE OU SEJA: SALÁRIO FIXO, SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

ASSIM SENDO, AS VERBAS REMUNERATÓRIAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, RECEBIDAS DE FORMA EVENTUAL E NÃO HABITUAL, AS QUAIS TEM COMO ESCOPO COMPENSAR O SERVIDOR PELO EXERCÍCIO DE UMA ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA, NÃO INCIDEM A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

NESSE SENTIDO:

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- AI/705663 – AGRAVO DE INSTRUMENTO
- REL: MIN. ELLEN GRACIE

EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO.

“É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO”.

(...)

“SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DE SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA”.

(...)

NA MESMA ESTEIRA:

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXII

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- AI/706028 – AGRAVO DE INSTRUMENTO
- REL: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

(...)

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

NO RE, FUNDADO, NO ART.102, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALEGOU-SE OFENSA AOS ARTS. 40, § 3º, 195, §5º E 201, §11 DA MESMA CARTA.

O AGRAVO NÃO MERECE ACOLHIDA. A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. CABE AQUI, POR OPORTUNO, A COLAÇÃO DA EMENTA DO RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, A SEGUIR TRANSCRITA:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO”.

NO MESMO SENTIDO: RE 545.317-AGR/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES.

ISSE PONTO, NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2008.

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

- STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 479193
- REL: MIN. CELSO DE MELLO

DECISÃO :

O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE , PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA , SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS.

IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE Á INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS AS HORAS EXTRAS), QUE A COLETA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 – AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO . CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”

COMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS A QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE- AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEM LUCIA – AI 706/028/MG. REL. MIN RICARDO LEWANDOWSKI- RE 551.198/MG. REL. MIN. GILMAR MENDES – RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.).

IMPÕE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVEL INACOLHÍVEL A ORETENSAO RECURSAL ORA EM EXAME NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA – RE 225.217/SP REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.).

SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (COC, ART.557, § 1ºA), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECIFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

PUBLIQUE-SE

BRASÍLIA, 18 DE DEZEMBRO DE 2008

MIN. CELSO MELLO RELATOR

ASSIM, TEMOS QUE TODAS AS REMUNERAÇÕES PAGAS AO SERVIDOR A QUAISQUER TÍTULOS QUE LHE SEJA CONFERIDA, QUE DETENHA A NATUREZA “COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA”, NÃO SERÁ UTILIZADA COMO BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR TER O CARÁTER DE EVENTUALIDADE E NÃO SE INCORPORAR AO SALÁRIO EFETIVO, TAIS COMO:

- **TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**
- **HORAS-EXTRAS**
- **FÉRIAS INDENIZADAS**
- **AVISO PRÉVIO INDENIZADO**
- **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

- **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**
- **ADICIONAL NOTURNO**
- **AUXÍLIO – EDUCAÇÃO**
- **AUXÍLIO – CRECHE**
- **AUXÍLIO – DOENÇA (15 DIAS)**
- **SALÁRIO MATERNIDADE**
- **PRÊMIO ASSIDUIDADE**
- **VALE TRANSPORTE**

REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO “STJ” ADEQUANDO-SE A POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO.

FACE A INTERATIVA E SUCESSIVAS DECISÕES JURISPRUDÊNCIAS FIRMADAS PELO “STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL” SEDIMENTADA PELA INAPLICABILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, INCIDENTES SOBRE “HORAS EXTRAS” E “TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” “ART.22.I DA LEI 8212/91” POR NÃO ESTAREM PREVISTAS NO “ART.201§ 11-CF/88”, O “STJ SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA”, ATRAVÉS DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL, REVISAR SUA POSIÇÃO ANTERIOR, NO SEGUINTE SENTIDO:

O STJ ENTENDIA QUE O ACRÉSCIMO DE 1/3 SOBRE AS FÉRIAS INTEGRARIA A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E, CONSEQUENTEMENTE, A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 4º DA LEI N. 10.887/2004), POIS SE TRATARIA, AO CABO, DE VANTAGEM RETRIBUTIVA DA PRESTAÇÃO DO TRABALHO. CONTUDO, ESSE ENTENDIMENTO MOSTROU-SE CONTRÁRIO A VÁRIOS ARESTOS DO STF, QUE CONCLUÍAM NÃO INCIDIR A REFERIDA CONTRIBUIÇÃO SOBRE AQUELE ADICIONAL, VISTO QUE DETERIA NATUREZA COMPENSATÓRIA, INDENIZATÓRIA, POR NÃO SE INCORPORAR AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA APOSENTADORIA (ART. 201, § 11, DA CF/1988).

O STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ADEQUOU SUA JURISPRUDÊNCIA AO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA DECLARAR QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL. A POSIÇÃO JÁ VINHA SENDO APLICADA PELA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAL FEDERAIS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXV

A TESE DA INCIDÊNCIA PREVALECEU NA SEÇÃO DESDE O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL 731.132, REALIZADO EM OUTUBRO DE 2008 E RELATADO PELO MINISTRO TEORI ZAVASCKI. NA OCASIÃO, A TURMA CONCLUIU QUE MESMO NÃO SENDO INCORPORADO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, O ADICIONAL DE UM TERÇO DE FÉRIAS INTEGRAVA A REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR E NÃO AFASTAVA A OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, UMA VEZ QUE A SEGURIDADE SOCIAL É REGIDA PELO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE, SENDO DEVIDA A CONTRIBUIÇÃO ATÉ MESMO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS.

A JURISPRUDÊNCIA DO STF PELA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO FOI FIRMADA A PARTIR DE 2005, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA /INDENIZATÓRIA E QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, § 11, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO

SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARA O STF, O ADICIONAL DE FÉRIAS É UM REFORÇO FINANCEIRO PARA QUE O TRABALHADOR POSSA USUFRUIR DE FORMA PLENA O DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESCANSO REMUNERADO.

ASSIM, EMBORA ESSES JULGADOS NÃO SEJAM DO PLENO DO STF, A SEÇÃO REVIU SUA POSIÇÃO, PARA ENTENDER TAMBÉM QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ANOTE-SE, POR ÚLTIMO, QUE ESSE ENTENDIMENTO DA SEÇÃO FOI FIRMADO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL QUE MANTEVE O ACÓRDÃO IMPUGNADO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ACORDE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. PRECEDENTES CITADOS DO STF: AI 712.880-MG, DJE 11/9/2009; AI 710.361-MG, DJE 8/5/2009; AGRG NO AI 727.958-MG, DJE 27/2/2009; AGRG NO RE 589.441-MG, DJE 6/2/2009; RE 545.317-DF, DJE 14/3/2008, E AI 603.537-DF, DJ 30/3/2007. PET 7.296-PE, REL. MIN. ELIANA CALMON, JULGADA EM 28/10/2009.

EM SEU VOTO, A MINISTRA RELATORA ELIANA CALMON RECONHECEU QUE O ENTENDIMENTO DO STJ ESTÁ EM DIVERGÊNCIA COM O POSICIONAMENTO REAFIRMADO PELO STF EM DIVERSOS JULGADOS. “EMBORA NÃO SE TENHA DECISÃO DO PLENO, OS PRECEDENTES DEMONSTRAM QUE AS DUAS TURMAS DA CORTE MAIOR CONSIGNAM O MESMO ENTENDIMENTO, O QUE ME LEVA A PROPOR O REALINHAMENTO DA POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE, ADEQUANDO-SE O STJ À JURISPRUDÊNCIA DO STF, NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO DE CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, VERBA QUE DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA POR NÃO SE INCORPORAR À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA”.

PETIÇÃO Nº 7.296 - PE (2009/0096173-6)
RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : ROBERTA CECÍLIA DE QUEIROZ RIOS E OUTRO(S)
REQUERIDO : VIRGÍNIA MARIA LEITE DE ARAÚJO
ADVOGADO : CLAUDIONOR BARROS LEITÃO - DEFENSOR PÚBLICO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS FIRMOU ENTENDIMENTO, COM BASE EM PRECEDENTES DO PRETÓRIO EXCELSO, DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

2. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, VERBA QUE DETÉM NATUREZA INDENIZATÓRIA E QUE NÃO SE INCORPORA À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

4. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO ACOLHIDO, PARA MANTER O ENTENDIMENTO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, NOS TERMOS ACIMA EXPLICITADOS.

ACÓRDÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS MINISTROS DA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA "A SEÇÃO, POR UNANIMIDADE, ACOULHEU O INCIDENTE, MANTENDO A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA SRA. MINISTRA RELATORA." OS SRS. MINISTROS CASTRO MEIRA, DENISE ARRUDA, HUMBERTO MARTINS, HERMAN BENJAMIN, MAURO CAMPBELL MARQUES E BENEDITO GONÇALVES VOTARAM COM A SRA. MINISTRA RELATORA. IMPEDIDO O SR. MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O SR. MINISTRO LUIZ FUX.

BRASÍLIA-DF, 28 DE OUTUBRO DE 2009(DATA DO JULGAMENTO)
MINISTRA ELIANA CALMON
RELATORA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXVII



ASSIM, POR UNANIMIDADE, A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ, QUE ATÉ ENTÃO CONSIDERAVA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO LEGÍTIMA, ACOLHEU O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA FAZENDA NACIONAL E MODIFICOU SEU ENTENDIMENTO SOBRE A QUESTÃO.

NESTE SENTIDO :

PROCESSO

AGRG NO AGRG NO RESP 1123792 / DF
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2009/0028492-0

RELATOR(A)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (1142)

ÓRGÃO JULGADOR

T1 - PRIMEIRA TURMA

DATA DO JULGAMENTO

09/03/2010

DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE

DJE 17/03/2010

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERAVA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

2. ENTENDIMENTO DIVERSO FOI FIRMADO PELO STF, A PARTIR DA COMPREENSÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSIDERADO COMO VERBA COMPENSATÓRIA E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO, NO SENTIDO DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, DADA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DESSA VERBA. PRECEDENTES: ERESP 956.289/RS, REL. MIN. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 10/11/2009; PET 7.296/PE, REL. MIN. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE DE 10/11/2009.

4. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

PROCESSO

ERESP 956289 / RS
EMBARGOS DE DIVERGENCIA NO RECURSO ESPECIAL
2009/0072594-0

RELATOR(A)

MINISTRA ELIANA CALMON (1114)

ÓRGÃO JULGADOR

S1 - PRIMEIRA SEÇÃO

DATA DO JULGAMENTO

28/10/2009

DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE

DJE 10/11/2009

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ CONSIDERA LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. PRECEDENTES.

2. ENTENDIMENTO DIVERSO FOI FIRMADO PELO STF, A PARTIR DA COMPREENSÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSIDERADO COMO VERBA COMPENSATÓRIA E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA.

3. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO.

4. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

PROCESSO

AGRG NO RESP 721682 / PR
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2005/0010297-4

RELATOR(A)

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (1141)

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXIX

ÓRGÃO JULGADOR

T2 - SEGUNDA TURMA

DATA DO JULGAMENTO

02/02/2010

DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE

DJE 18/02/2010

EMENTA

TRIBUTÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. POSIÇÃO FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO PARA ACOMPANHAR ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. CONSOANTE ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF, A PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE CONSIDEROU ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. PRECEDENTE:

ERESP 956.289/RS, REL. MINISTRA ELIANA CALMON, JULGADO EM 28.10.2009, DJE DE 10.11.2009.

2. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

NESSE SENTIDO:

- TRF – 3 REGIÃO/SP
- AMS – PROCESSO Nº 2008.61.00.028970-0
- SEGUNDA TURMA
- JULGAMENTO: 02/02/2010

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2008.61.00.028970-0/SP

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF
APELANTE : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO
APELANTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
APELADO : OS MESMOS
AGRAVADA : DECISÃO DE FOLHAS

EMENTA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXX

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ARTIGO 557, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÕES. QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. NÃO INCIDÊNCIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. O STJ PACIFICOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O PAGAMENTO DOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

2. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, UMA VEZ QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA E, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, §11, DA CF, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO.

3. O SALÁRIO-MATERNIDADE CONSTITUI PARCELA REMUNERATÓRIA, SOBRE A QUAL INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES DO STJ.

4. NÃO HÁ, NOS AUTOS, QUALQUER PROVA DO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PRIMEIROS QUINZE DIAS ANTERIORES AOS BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE, BEM COMO SOBRE O SALÁRIO-MATERNIDADE, AS FÉRIAS E SEU TERÇO CONSTITUCIONAL. A IMPETRANTE JUNTOU GUIAS DE RECOLHIMENTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL, QUE COMPROVAM APENAS O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS JUNTO AO INSS, SEM DISCRIMINAR O FATO GERADOR, E NÃO HÁ DEMONSTRATIVOS DE QUE NO PERÍODO ALUDIDO HAVIA FUNCIONÁRIOS PERCEBENDO OS BENEFÍCIOS EM TELA OU RESSALVAS NAS GUIAS A ESSE RESPEITO.

5. SERIA INDISPENSÁVEL FOSSEM CARREADAS AOS AUTOS, ACOMPANHADAS DA EXORDIAL, PROVAS QUE DEMONSTRASSEM O DIREITO LÍQUIDO E CERTO, AMEAÇADO OU VIOLADO POR AUTORIDADE.

6. MESMO EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA É NECESSÁRIO ACOSTAR, COM A INICIAL, PROVAS DE QUE HOVE O PAGAMENTO QUE SE QUER REPETIR. COM MAIS FORTE RAZÃO, ESSA PROVA É INDISPENSÁVEL NO MANDADO DE SEGURANÇA.

7. AGRAVO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, TÃO SOMENTE PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS VALORES RELATIVOS AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

SÃO PAULO, 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

HENRIQUE HERKENHOFF

DESEMBARGADOR FEDERAL

- TRF - 3 REGIÃO/SP
- AMS - PROCESSO Nº 2009.61.14.001686-0/SP
- SEGUNDA TURMA
- JULGAMENTO: 17/11/2009

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2009.61.14.001686-0/SP

RELATOR	DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF
APELANTE	CARBONO QUIMICA LTDA
ADVOGADO	CRISTIANE CAMPOS MORATA E OUTRO
APELADO	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRI
ENTIDADE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	HERMES ARRAIS ALENCAR

EMENTA

LEI Nº 8.212/91 - CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO - HOMOLOGAÇÃO - RECOLHIMENTO - TERMO INICIAL - PRAZO QUINQUENAL - INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, SALÁRIO-MATERNIDADE- NÃO-INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA, FÉRIAS E TERÇO CONSTITUCIONAL, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AUXÍLIO CRECHE E ESCOLAR - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO AOS PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES - INCABÍVEL A ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE AUXÍLIO-ACIDENTE.

1. O PRAZO PRESCRICIONAL (COMO TAMBÉM O DECADENCIAL, QUANDO O DIREITO POTESTATIVO DEVE SER EXERCIDO JUDICIALMENTE) FLUI A PARTIR DO DIA EM QUE O AUTOR PODERIA BUSCAR O PROVIMENTO JURISDICIONAL, PORQUANTO REUNIDAS TODAS AS CONDIÇÕES DA AÇÃO.

2. O CONTRIBUINTE TEM O PRAZO DECADENCIAL DE CINCO ANOS PARA PLEITEAR A RESTITUIÇÃO DO TRIBUTO PAGO A MAIOR, CONTADO A PARTIR DO RECOLHIMENTO INDEVIDO (ARTIGO 168, INCISO I, DO CTN), MESMO NAS HIPÓTESES DE LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.

3. CONFIGURADA A CADUCIDADE DO DIREITO À DEVOLUÇÃO DE PARTE DOS VALORES PAGOS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXII



4. NA ESTEIRA DO RESP 486697/PR, É PACÍFICO NO ÂMBITO DO COLENDOSUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, DE PERICULOSIDADE E SOBRE AS HORAS-EXTRAORDINÁRIAS DE TRABALHO, EM RAZÃO DO SEU CARÁTER SALARIAL.

5. O STJ PACIFICOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O SALÁRIO-MATERNIDADE CONSTITUI PARCELA REMUNERATÓRIA, SOBRE A QUAL INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, MAS NÃO SOBRE O PAGAMENTO DOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

6. EM SE TRATANDO DE UMA OBRIGAÇÃO PATRONAL, O REEMBOLSO DAS DESPESAS COMPROVADAS DE CRECHE E ESCOLA, QUANDO TERCEIRIZADO O SERVIÇO, NÃO PODE SOFRER A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POIS TEM NÍTIDO CUNHO INDENIZATÓRIO.

7. PREVISTO NO §1º, DO ARTIGO 487 DA CLT, EXATAMENTE POR SEU CARÁTER INDENIZATÓRIO, O AVISO PRÉVIO INDENIZADO NÃO INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO E SOBRE ELE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO.

8. A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NÃO INCIDE SOBRE AS FÉRIAS E SEU TERCO CONSTITUCIONAL, UMA VEZ QUE A REFERIDA VERBA TEM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA E, NOS TERMOS DO ARTIGO 201, §11, DA CF, SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO PARA FINS DE APOSENTADORIA SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO.

9. QUANTO À INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES, DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS A ESTE MANDADO DE SEGURANÇA, CONCLUI-SE QUE A IMPETRANTE NÃO DEMONSTROU, DE PLANO, O DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER AMPARADO PELO "MANDAMUS", ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

10. POR SE TRATAR DE BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTIGO 28, IV, § 9º, LEI Nº 8.212/91), O AUXÍLIO-ACIDENTE NÃO INTEGRA O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E, PORTANTO, A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE ELE NÃO INCIDE.

11. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL RECONHECIDA DE OFÍCIO. APELAÇÃO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDA.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL- STA/372
CONTRACAUTELA – SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA
INDEFERIMENTO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXIII

APÓS TER SIDO DESPROVIDO EM TODAS AS INSTÂNCIAS, OS RECURSOS INTERPOSTOS, A “UNIAO” INGRESSOU JUNTO AO “STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, COM A CONTRACAUTELA, OBJETIVANDO A “SUSPENSÃO DA TUTELA ANTECIPADA”, CONCEDIDA AO REQUERENTES COM O FITO DE NÃO INCEDIR A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A PARCELA DE UM TERÇO DE FÉRIAS.

IRRESIGNADA, A “UNIAO”, FUNDAMENTA O RECURSO, BASEANDO-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE NOS ARGUMENTOS DA LESÃO À ORDEM E A ECONOMIA PÚBLICA, SUSTENTANDO QUE A EXECUÇÃO DA REFERIDA DECISÃO CONFIGURARIA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART.5º, CAPUT, DA LEI Nº4348/64; APONTANDO POR FIM. O EFEITO MULTIPLICADOR DA DECISÃO IMPUGNADA, O RECURSO DE CONTRACAUTELA FOI “INDEFERIDO” COM O SEGUINTE DESPACHO:

STA 372 - SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA

ORIGEM: DF - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO PRESIDENTE

DECISÃO:

TRATA-SE DE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA FORMULADO PELA UNIAO, COM A FINALIDADE DE SUSTAR OS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA PELA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, QUE, NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2008.01.00.065325-5, CONFIRMOU A LIMINAR CONCEDIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, CONSUBSTANCIADA NA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O ABONO DE FÉRIAS.

SEGUNDO O RELATO DA PETIÇÃO INICIAL, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AUDITORES FISCAIS (ANFIP) AJUIZOU, NA QUALIDADE DE SUBSTITUTA PROCESSUAL, AÇÃO ORDINÁRIA, COM O ESCOPO DE OBTER DECLARAÇÃO JUDICIAL DE NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A PARCELA DE UM TERÇO DE FÉRIAS DE SEUS SUBSTITUÍDOS.

O JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL DEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, COM A CONSEQUENTE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA REFERIDA EXAÇÃO.

IRRESIGNADA, A UNIAO INTERPÔS, PERANTE O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, AO QUAL FOI NEGADO SEGUIMENTO. NO

RESPEITO DAS QUESTÕES JURÍDICAS PRESENTES NA AÇÃO PRINCIPAL, CONFORME TEM ENTENDIDO A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, DA QUAL SE DESTACAM OS SEGUINTE JULGADOS: SS-AGR 846, REL. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 29.5.96; SS-AGR 1.272, REL. CARLOS VELLOSO, DJ 18.5.2001.

O MENCIONADO JUÍZO DE DELIBACÃO DOS ELEMENTOS DA CAUSA PRINCIPAL NÃO SE REVELA APENAS POSSÍVEL, MAS NECESSÁRIO À AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE LESÃO À ORDEM, À SAÚDE, À SEGURANÇA E À ECONOMIA PÚBLICAS, POIS, COMO BEM SALIENTOU O MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE, "(...)AINDA QUE NÃO SE CUIDE DE RECURSO, O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NÃO PRESCINDE DE TODO DA DELIBACÃO DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA SUBJACENTE À DECISÃO CONCESSIVA DA LIMINAR OU DO MANDADO DE SEGURANÇA. COM EFEITO, NÃO OBSTANTE SUAS PECULIARIDADES, A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA É MEDIDA CAUTELAR: VISA, AFINAL DE CONTAS, A SALVAGUARDAR DOS RISCOS DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO JULGADO OS QUALIFICADOS INTERESSES PÚBLICOS - OS RELATIVOS À ORDEM, À SAÚDE, À SEGURANÇA E À ECONOMIA PÚBLICAS - QUE A JUSTIFICAM, COM VISTAS À EVENTUAL REFORMA DA DECISÃO MEDIANTE O RECURSO CABÍVEL. POR ISSO, TENHO ACENTUADO: SE, DE PLANO, EVIDENCIA-SE A INVIABILIDADE DO RECURSO INTERPOSTO OU ANUNCIADO, PERDE SENTIDO A SUSPENSÃO DA SEGURANÇA CONCEDIDA (...)” (SS 1.001, DJ 21.03.1996).

NESSE SENTIDO, CUMPRE REGISTRAR QUE ESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL POSSUI REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, CONSOANTE SE DEPREENDE DOS SEGUINTE JULGADOS:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. II - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO (AI 712.880. REL. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 18.6.2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A MATÉRIA CONSTITUCIONAL CONTIDA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO FOI OBJETO DE DEBATE E EXAME PRÉVIOS NO TRIBUNAL A QUO. TAMPOUCO FORAM OPOSTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, O QUE NÃO VIABILIZA O EXTRAORDINÁRIO POR AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO.

2. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU-SE NO SENTIDO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS QUE PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA PODEM SOFRER A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (AI 710.361. REL. CÁRMEN LÚCIA. DJ 7.4.2009).



RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA - ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) SOBRE FÉRIAS (CF, ART. 7º, XVII) - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, FIRMOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3), A QUE SE REFERE O ART. 7º, XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES (RE 587.941. REL. CELSO DE MELLO. DJ 20.11.2008).

DESSE MODO, TENDO EM VISTA NÃO TER COMPROVADO O REQUERENTE A PLAUSIBILIDADE DE SUAS ALEGAÇÕES E A EXISTÊNCIA DE EFETIVA E GRAVE VIOLAÇÃO A INTERESSES LEGÍTIMOS DO ESTADO, NÃO VISLUMBRO A PRESENÇA, NA ESPÉCIE, DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DO PRESENTE PEDIDO DE CONTRACAUTELA.

ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO.

PUBLIQUE-SE.

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010.

MINISTRO GILMAR MENDES -PRESIDENTE

DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, COM APOIO NOS ARTS. 513 E SEGUINTE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, AGUARDA QUE HAJA POR BEM A TURMA JULGADORA, RECEBER O PRESENTE RECURSO, DANDO-LHE PROVIMENTO PARA REFORMAR PARCIALMENTE A SENTENÇA PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU PELO JUIZ “A QUO”, A FIM DE QUE:

- I- SEJA DECLARADA A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O “MUNICÍPIO IMPETRANTE, ORA APELANTE” E A “UNIÃO –**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXVII

RECEITA FEDERAL DO BRASIL”, REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS A TÍTULO DE “HORAS EXTRAS”, “TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” (ART. 7º, XVII – CF) COM BASE NO “ART. 22, I DA LEI 8212/91” E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA “INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA” QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DO SEGURADO, DE ACORDO COM O “ART. 201, §11 – DA CF/88”, CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO “RE- Nº345:458/RS- STF” E DO “INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL -STJ”, REFERENTE AOS PERÍODOS DE “06/2000” A “06/2010” E SUBSEQUENTES.

II- A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS COM BASE NO “ART. 22 – I DA LEI 8212/91, A TÍTULO DE “HORAS EXTRAS” E “TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS” (ART. 7º, XVII- CF), REFERENTE AOS PERÍODOS DE “06/2000” A “ATUAL” E SUBSEQUENTES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO “MANDAMUS”

III- A DETERMINAÇÃO À “UNLÃO : RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUE SE ABSTENHA DA PRÁTICA TENDENTE A IMPOR AO MUNICÍPIO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO: AUTUAÇÃO FISCAL NEGAR-SE A EMITIR A “CND”; BLOQUEIO DA FPM E INCLUSÃO NO CADIN, REFERENTES AOS FATOS CONSTANTES NO PRESENTE RECURSO E NOS ITENS “I” E “II” DO “PEDIDO”.

IV- CASO SEJA NEGADO PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO, O QUE SE ADMITE SOMENTE PARA FINS DE ARGUMENTAÇÃO, REQUER O APELANTE QUE ESSE E. TRIBUNAL SE PRONUNCIE EXPRESSAMENTE ACERCA DAS MATÉRIAS SUSCITADAS, QUE FICAM DESDE JÁ PREQUESTIONADAS AFIM DE SE VIABILIZAR A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS PERANTE AS INSTÂNCIAS SUPERIORES.

Castellucci Figueiredo
e
Advogados Associados

ASSIM DECIDINDO, ESTARÃO VOSSAS EXCELÊNCIAS PRATICANDO MAIS UM
ATO DE Sã E LÍDIMA "JUSTIÇA".

SÃO PAULO, 31 DE AGOSTO DE 2010.


ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP 188.320


PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA
OAB/SP 296.896

Rua Alvilandia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXIX

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos
a(o) M.M. (a) Juiz(a), Sr. (a)
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO.
Araraquara 10 de setembro de 2010

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário

Tec/Aux/At. Judiciário

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

JUSTICA
FEDERAL

Fls. 247

2a VARA

1. Recebo a apelação interposta pelo Impetran-
te (fl. 178/216) tão-somente em seu efeito devolutivo.
Vista à parte contrária (Impetrada) para apresentar con-
tra-razões.

2. Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a
mesma, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Fede-
ral da 3ª Região, com as nossas homenagens.
Int.

Araraquara 10 de setembro de 2010

TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO
Juiza Federal Substituta

D A T A

Em data de 10 de setembro de 2010
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que o r.
despacho/decisão/sentença de fls(s).
_____ foi disponibilizado no Diário
Eletrônico da Justiça em 16/09/2010. Considera-se a
data da publicação o primeiro dia útil subsequente
à data acima mencionada (17/09/2010).
Araraquara, 16/09/2010

Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi Manda-
do de Intimação n. 4494/10
a Fazenda Nacional.

Araraquara, de 16 SET 2010 de

Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

JUNTADA

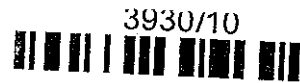
de 24 SET 2010 de
quanto a estes autos Mandado de In-
timação - Petição que segue
Enl

EDNÉIA MARQUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário-RF 4559

RECEBI 31 / 08 / 10

João

João Deodato Diniz Filho
Promotor da Fazenda Nacional



3930/10

218

C

2ª VARA FEDERAL DE ARARAQUARA
VIGÉSIMA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA
FORUM PROFESSORA DOUTORA RUTH CARDOSO
Av. Padre Francisco Salles Colturato (Av.36), 658, Santa Angelina - Araraquara - SP
CEP 14802-000 Tel. (16) 3114-7800

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Ação	Processo n.º
MANDADO DE SEGURANÇA	0004877-82.2010.403.6120
Impetrante	
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	
Impetrado	
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM ARARAQUARA E OUTRO	
Endereço	
Avenida Espanha, 1664, Centro - Araraquara/SP - CEP 14801-310	

A Excelentíssima Sra. Dra. VERA CECÍLIA DE ARANTES
FERNANDES COSTA, MMa. Juíza Federal desta Vara, na forma da lei etc.

Manda ao Analista Judiciário/Executante de Mandados deste
Fórum Federal a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, dirija-se ao
endereço acima epigrafado e proceda à INTIMAÇÃO da UNIÃO FEDERAL
(FAZENDA NACIONAL), na pessoa de seu representante legal, do inteiro teor da r.
sentença de fl. 164/172, cuja cópia segue em anexo.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, lavrando-se a
certidão necessária, cientificando ao interessado que este Juízo funciona no Fórum da
Justiça Federal, localizado no endereço acima referido.

Expedido em 18 de agosto de 2010, nesta. Eu, Ednéia, (Ednéia
Marques de Oliveira - Analista Judiciária - RF 4559), digitei e conferi. E eu
(Marcos Rodrigo Bergamin, Diretor de Secretaria em Exercício, RF 4554), reconferi e
subscrevo.

MARCOS RODRIGO BERGAMIN
Diretor de Secretaria em Exercício
(De Ordem da MMa. Juíza Federal)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO - das 09:00 às 19:00 horas



Poder Judiciário
Justiça Federal

Mandado n. 3930/10
Processo n. 0004877-82.2010.403.6120

CERTIDÃO


Certifico que em cumprimento ao determinado INTIMEI a União Federal, com sede na Av. Espanha, 1664, Centro, nesta cidade, na pessoa de seu representante legal, que ficou ciente do inteiro teor do mandado, aceitou a contrafé que lhe foi entregue e assinou. Dou fé. Araraquara/SP, 31/08//2010.


HUMBERTO VALENTE LEONARDI
Oficial de Justiça Avaliador Federal



EXMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA/SP.

220
e

JFSP-FORUM ARARAQUARA-SP1
15/09/2010 14:56
Prot. 2010.200019592-1
0004877-82.2010.4.03.6120
164/31 (2a.V ARARA)
Juntada-JFSP 29/09/10
RF: 4553 Rubrica: 


MANDADO DE SEGURANÇA: 0004877-82.2010.403.6120
IMPETRANTE: Município de Araraquara.
IMPETRADA: Delegado da Receita Federal em Araraquara

A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL),
por sua procuradora que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem
respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que não recorrerá da
sentença de fls. 164 e seguintes em razão da previsão expressa, contida no artigo
28, §9º, “d”, da Lei 8.212/91, no sentido de que “não integram o salário de
contribuição as importâncias recebidas atítulo de **férias indenizadas e respectivo
terço constitucional**, inclusive o valor correspondnete à dobra da remuneração de
férias de que trata o art. 137, das CLT”.

Termos em que,

P. Deferimento.

Araraquara, 14 de setembro de 2010.


Maria Augusta Gentil Magano
Procuradora da Fazenda Nacional

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JUNTADA

Araraquara, _____ de **07 OUT 2010** de 2010

Junto a estes autos Mandado de Inti-
mação que segue (m).

Em
Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário – RF 4559





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

4494/10



222
C

2ª VARA FEDERAL DE ARARAQUARA
VIGÉSIMA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA
FORUM PROFESSORA DOUTORA RUTH CARDOSO
Av. Padre Francisco Salles Colturato(Av.36), 658, Santa Angelina - Araraquara - SP
CEP 14802-000 Tel. (16) 3114-7800

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Ação	Processo n.º
MANDADO DE SEGURANÇA	0004877-82.2010.403.6120
Impetrante	
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	
Impetrado	
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM ARARAQUARA E OUTRO	
Endereço	
Avenida Espanha, 1664, Centro - Araraquara/SP - CEP 14801-310	

A Excelentíssima Sra. Dra. TATHIANE MENEZES DA
ROCHA PINTO, MMa. Juíza Federal Substituta desta Vara, na forma da lei etc.

Manda ao Analista Judiciário/Executante de Mandados deste
Fórum Federal a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, dirija-se ao
endereço acima epigrafado e proceda à INTIMAÇÃO da UNIÃO FEDERAL
(FAZENDA NACIONAL), na pessoa de seu representante legal, do inteiro teor do r.
despacho de fl. 217, cuja cópia segue em anexo.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, lavrando-se a
certidão necessária, cientificando ao interessado que este Juízo funciona no Fórum da
Justiça Federal, localizado no endereço acima referido.

Expedido em 16 de setembro de 2010, nesta. Eu, Ed
(Ednéia Marques de Oliveira - Analista Judiciária - RF 4559), digitei e conferi. E eu,
Adriana (Adriana Aparecida Morato, Diretora de Secretaria, RF 3504), reconferi e
subscrevo.

Adriana Morato
ADRIANA APARECIDA MORATO
Diretora de Secretaria
(De Ordem da MMa. Juíza Federal)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO - das 09:00 às 19:00 horas

RECEBIDO EM

20/09/10

Maria Augusta Gentil Magano
Maria Augusta Gentil Magano
Procuradora da Fazenda Nacional
(Seccional Substituta)

Poder Judiciário
Justiça Federal

Mandado n. 4494/10
Processo n. 0004877-82.2010.403.6120

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao determinado INTIMEI a União Federal, com sede na Av. Espanha, 1664, Centro, nesta cidade, na pessoa de seu representante legal, que ficou ciente do inteiro teor do mandado, aceitou a contrafé que lhe foi entregue e assinou. Dou fé. Araraquara/SP, 20/09/2010.


HUMBERTO VALENTE LEONARDI
Oficial de Justiça Avaliador Federal



223
E

Processo n. 0004877-82.2010.403.6120

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé decorreu *in albis* o prazo para a Impetrada manifestar-se acerca do r. despacho de fl. 217.

Araraquara, 28 de outubro de 2010

Eu, Ed, Ednéia Marques de Oliveira Analista Judiciário - RF n.º 4559


Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D02205A-3F07-31B5>

225
E

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
20ª Seção Judiciária
2ª Vara – Araraquara – SP

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 28 dias do mês de outubro de 2010, nesta cidade de Araraquara, na Secretaria da Vara acima referida, **FAÇO O ENCERRAMENTO** do 1º volume da Ação de Mandado de Segurança n. 0004877-82.2010.403.6120 movida por MUNICÍPIO DE ARARAQUARA em face do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA E OUTRO, que se encerra com a fl. 225 . DOU FÉ.



Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário – RF 4559

TRIBUNAL

NUMERO DA PAUTA

PAUTA DO DIA

ORDÃO PUBLICADO EM

PEDIMENTO (VERSO)

☐ Fls.

IBARGOS DE DECLARAÇÃO

☐ Fls.

IBARGOS INFRINGENTES

☐ Fls.

REG./AG. (ART.557-CPC)

☐ Fls.

TROS:

PODER JUD

JUSTIÇA FEDERAL

Supremo Tribunal Federal STFDigital

22/09/2020 17:26 0077752



JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

PROCESSO: 0004877-82.2010.403.6120 PROTOCOLADO EM 07/06/2010
CLASSE : 00126 - MANDADO DE SEGURANÇA VOLUMES : 2
ASSUNTO : CONTRIBUICAO SOBRE A FOLHA DE SALARIOS -
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - TRIBUTARIO
IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
Advog: SP188320 - ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
IMPETRADO.: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM
ARARAQUARA - SP e outro
Advog: Proc. SEM PROCURADOR
DISTR. AUTOMATICA EM 08/06/2010 2a ARARA
RETEIFICADO EM : 14/07/2010 ELS : 142

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

0004877-82.2010.4.03.6120 SP VOL 2 AUT 14.01.2011
AMS 327444
APELAÇÃO CÍVEL
APTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADV : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO const.
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADV : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
CONTRIBUIÇÃO S/FOLHA SALARIOS/CONTR PREV/ CONTR/ TRIBUTARIO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMATICA EM 14.01.2011
RELATOR: DES.FED. JOSE LUNARDELLI PRIMEIRA TURMA

2 Araraquara/SP

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



201302981149

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

Registrado em: 22/08/2013

2 Volume(s) 0 Anexo(s)

Processo
DIGITALIZADO
Superior Tribunal de Justiça

JFSP - FORUM ARARAQUARA
SETOR DE PROTOCOLO INICIAL

07/06/2010 15:27 h



0004877-82.2010.403.6120

Processo
INDEXADO
Superior Tribunal de Justiça

1.263/1

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:31

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461


Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

226
C

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
20ª Seção Judiciária
2ª Vara – Araraquara – SP

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 28 dias do mês de outubro de 2010, nesta cidade de Araraquara, na Secretaria da Vara acima referida, **FAÇO A ABERTURA** do 2º volume da Ação de Mandado de Segurança n. 0004877-82.2010.403.6120 movida por **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** em face do **DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA E OUTRO**, que se inicia com a fl. 226 . DOU FÉ.


Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário – RF 4559

227
C

CERTIDÃO


Certifico que, em cumprimento ao art. 164 do Provimento de n.º 64 de 28/04/2005 da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3.ª Região, procedi as conferências de praxe, remetendo os presentes autos, contendo 227 folhas.

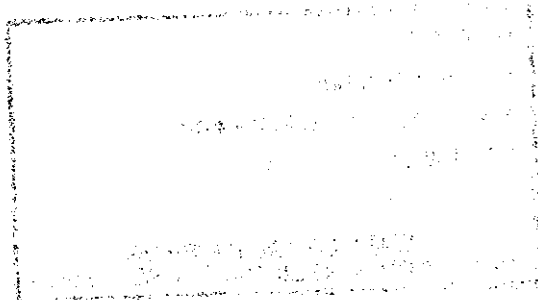
Araraquara, 28 de outubro de 2010.


Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559

REMESSA

Aos 28 de outubro de 2010, faço remessa destes autos ao E. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.


Ednéia Marques de Oliveira
Analista Judiciário - RF 4559



0004877-82.2010.4.03.6120

SP VOL 2

FLS 227

AMS 327444

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 14.01.2011

RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI - PRIMEIRA TURMA

VÃO ESTES AUTOS COM VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

São Paulo, 14 de janeiro de 2011

[Assinatura]
1381

Divisão de Registro, Distribuição
e Informações Processuais
do TRF em
08 FEV. 2011
PRR 3ª Região / SP

PRR/SP 3ª Região
Gabinete do(a) Procurador(a)
Recebido em
09 FEV 2011
[Assinatura]
VISTO

Proc. N.º 0004877-82.2010.4.03.6120
DD. Juiz Relator
Manifesto-me em separado.
São Paulo, 7 1 4 11
OSMAR JOSÉ DA SILVA
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-31B5> e informe o código 3D68-205A-31B5





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 3ª REGIÃO

PARECER Nº 124-2011
REO e AMS Nº 327444
PROCESSO
CNJ Nº 0004877-82.2010.4.03.6120
APELANTE MUNICIPIO DE ARARAQUARA – SP
APELADA UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
RELATOR DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI – PRIMEIRA TURMA

REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PERVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARECER PELO IMPROVIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO E DA APELAÇÃO.

COLEND A TURMA

EMINENTE RELATOR

Trata-se de Remessa Oficial e Apelação em face da r. sentença de fls. 164/172, a qual julgou parcialmente procedente o pedido, concedendo a ordem para declarar a inexistência de relação jurídica tributária e afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal, prevista no art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91, sobre o valor pago a título de “adicional constitucional de férias sobre férias indenizadas”. Denegou a ordem quanto à verba intitulada “horas extras”, por

entender que deve incidir a contribuição previdenciária sobre ela, devido à sua natureza é remuneratória.

Inconformada com o r. *decisum*, o MUNICÍPIO DE ARARAQUARA interpôs recurso de Apelação às fls. 178, com razões de recurso às fls. 179/216, no qual pretende que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre o Apelante e a Apelada referente à contribuição previdenciária patronal, incidente sobre as remunerações pagas a título de horas extras, terço constitucional de férias com base no artigo 22, I da Lei 8.212/91 e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória que não integram o salário do segurado, de acordo com o artigo 201, § 11 da Constituição Federal, cuja contribuição previdenciária foi declarada indevida a partir do RE nº 345.458/RS e do "Incidente de Uniformização Jurisprudencial – STJ" referentes aos período de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.

Recebido o recurso às fls. 217, a União Federal deixou de apresentar contrarrazões de recurso.

É o relatório. Segue manifestação.

A r. sentença deve ser mantida pelos fundamentos a seguir expostos.

A Constituição Federal, em seu art. 195, inciso I, alínea "a", dispõe acerca da contribuição previdenciária, nos seguintes termos:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

2

230
C

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício

Depreende-se, pela análise do dispositivo supracitado, que o constituinte fixou a incidência da Contribuição Previdenciária patronal, com base na folha de salários e nos demais rendimentos do trabalho.

Com efeito, sobre tudo o que não corresponder a salário e rendimentos do trabalho não incide Contribuição Previdenciária. Portanto, não incide sobre valores recebidos a título de recomposição ou reparação de direitos, pois implicam não o acréscimo do patrimônio, mas apenas sua reposição.

Ensina ERNANI DE PAULA CONTIPELLI: *"podemos dizer que os valores de conteúdo indenizatório trazem implicitamente consigo a idéia de restauração do equilíbrio da posição jurídica afetada, por meio da recomposição do patrimônio lesado"*¹.

Assim sendo, o pagamento de indenização, por corresponder à recomposição do patrimônio lesado, não constitui salário ou rendimento do trabalho, o exclui a incidência da Contribuição Previdenciária. A respeito do conceito de não-incidência, ensina Ruy Barbosa Nogueira:

Incidência - é o fato de a situação previamente descrita na lei ser realizada e incidir no tributo, dar nascimento à obrigação tributária. Neste caso a situação está incluída no campo da tributação. Tecnicamente se diz que é a ocorrência do fato gerador do tributo, ou o que o tributo, como expressão da lei, incide na relação fática previamente tipificada e efetivamente realizada.

¹ . Ernani de Paula Contipelli, *A não-incidência do imposto de renda sobre valores percebidos de*

3



231
C

(...)

hoje mais tecnicamente se diz "ocorrência de fato gerador", em vez de incidência.

(...)

Não-incidência - é o inverso, isto é, o fato de a situação ter ficado fora dos limites do campo tributário, ou melhor, a não-ocorrência do fato gerador, porque a lei não descreve a hipótese de incidência.²

O artigo 22 da Lei 8212/91 assim estabelece a respeito da contribuição previdenciária a cargo da empresa:

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: 6

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou

conteúdo indenizatório, in Revista Tributária e de Finanças Públicas, nº 40 (2001), p. 168.

² Nogueira, Ruy Barbosa. *Curso de Direito Tributário* - 9ª ed. Atual. - São Paulo: Saraiva, 1989, p. 170-171.

4



do contrato ou, ainda, de
convenção ou acordo coletivo de
trabalho ou sentença normativa.
(Redação dada pela Lei nº 9.876,
de 1999). (...) (grifamos)

Analisando a questão sob o prisma constitucional, resulta que a conduta da apelada de tributar o terço constitucional de férias incidente sobre o valor pago exclusivamente a título de férias não gozadas é inconstitucional. Nesse sentido, a jurisprudência:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. 1. Após o julgamento da Pet. 7.296/DF, o STJ realinhou sua jurisprudência para acompanhar o STF pela não-incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. Incide a contribuição previdenciária no caso das horas extras, porquanto configurado o caráter permanente ou a habitualidade de tal verba. Precedentes do STJ. 3. Agravos Regimentais não providos. (AGRESP 201001534400.AGRESF - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1210517. Rel.HERMAN BENJAMIN. STJ. Segunda turma. DJE DATA:04/02/2011; grifamos)

TRIBUTÁRIO. PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ E NO STF. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na linha de orientação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, revendo seu posicionamento, firmou compreensão segundo a qual não incide contribuição previdenciária sobre "o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria" (Pet 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 10/11/09). 2. A alegação de ofensa ao princípio da solidariedade, não suscitada nas razões do incidente de uniformização

5

933
C

jurisprudencial, constitui inovação recursal, incabível em agravo regimental. 3. Agravo regimental improvido. (AGP 200900711219.AGP - AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO - 7207. Relator(a) ARNALDO ESTEVES LIMA. STJ. PRIMEIRA SEÇÃO.DJE DATA:15/09/2010; grifamos)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. VERBAS ORIUNDAS DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. INDENIZAÇÃO ESPECIAL. FÉRIAS INDENIZADAS E AVISO PRÉVIO. NÃO INCIDÊNCIA. FÉRIAS PROPORCIONAIS. INCIDÊNCIA. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. O termo denominado "pacote" utilizado na sentença refere-se à indenização especial (compensação espontânea), férias indenizadas e proporcionais e respectivos terços constitucionais, aviso prévio e indenização por acordo coletivo. No relatório da r. sentença, bem como em sua fundamentação, constam as referidas verbas rescisórias como sendo o "pacote". 2. O interesse recursal pode ser melhor compreendido a partir da inteligência das expressões necessidade e utilidade, que integram seu conceito jurídico. A ausência de gravame desautoriza à parte manejar recurso previsto no ordenamento jurídico, pois não se mostrará útil o eventual acolhimento de suas razões. 3. O caráter indenizatório das verbas prevalece qualquer que seja a natureza da demissão, se decorrente de adesão a programa de incentivo ou de ato unilateral do empregador, uma vez que tem o objetivo de repor o patrimônio do empregado, ao menos por certo período, diante do rompimento do vínculo laboral. Precedente: STJ, 2ª Turma, REsp nº 248672/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, j. 03.05.01, DJ 13.08.01, p. 94. 4. Nos termos da Súmula nº 215, do C. Superior Tribunal de Justiça: A indenização recebida pela adesão ao programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita a incidência do imposto de renda. 5. As férias vencidas e não gozadas por necessidade de trabalho, constituem compensação, ressarcimento pecuniário pela não fruição

6

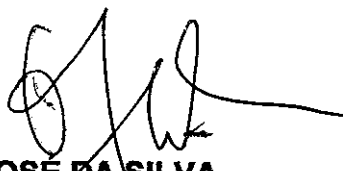
234
C

desse direito pelo empregado, sendo, portanto, indenização. Não há ainda, necessidade de se comprovar nos autos que as férias não puderam ser usufruídas no momento oportuno, por necessidade de serviço para afastar a tributação. 6. Consoante entendimento da E. Sexta Turma, incide o imposto de renda sobre as férias proporcionais. 7. Súmula 79 do TFR estabelece a não incidência da contribuição previdenciária sobre a quantia paga a título de indenização de aviso prévio. 8. À míngua de impugnação, mantidos os juros de 1% ao mês fixados na r. sentença. 9. Correto os débitos serem corrigidos na forma do Provimento n.º 24/97 da COGE da 3ª Região. 10. Tendo o autor decaído de parte mínima do pedido, mantenho a verba honorária conforme fixada na r. sentença. 11. Apelação do autor não conhecida. Apelação da União Federal e remessa oficial parcialmente providas.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Processo n.º 200103990208839 - AC - APELAÇÃO CIVEL - 689485 - Relator(a): Juiz Convocado Marcelo Aguiar - Órgão julgador: Sexta Turma - Fonte de 21.08.2006; grifamos)

Assim, pelos fundamentos expostos, opina o Ministério Público Federal pelo improvimento da Apelação e da Remessa Oficial, para o fim de que seja mantida a r. sentença.

São Paulo, 04 de abril de 2011.



OSMAR JOSÉ DA SILVA
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA



Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os autos do Ministério Público Federal.

São Paulo, 07/ 04 /2011.

Gilmére Gonçalves Candido
Técnica Judiciária – RF 1655

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Federal Relator(a).

São Paulo, 07/ 04 /2011.

Gilmére Gonçalves Candido
Técnica Judiciária – RF 1655

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:31

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

236
8

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal **JOSÉ LUNARDELLI**
APELANTE : **MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP**
ADVOGADO : **ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro**
APELADO : **Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)**
ADVOGADO : **MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO**
No. ORIG. : **00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP**

DESPACHO

Senhor Presidente.
Peço dia para julgamento.

São Paulo, 29 de abril de 2011.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **1306852v1**."

[SBELMONT©/SBELMONT]



1306852.V001 1/1



em 29 de 04 de 11
foram recebidos estes autos na
Subsecretaria com o r. despacho.

ROGERIO MELLO DE SOUZA
Técnico Judiciário - RF 137
Subsecretaria da 1ª Turma - T1303

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi disponibilizada
no D.E. da Justiça Federal da 3ª Região a
INCLUSÃO destes autos em Pauta de
Julgamentos, 19, 05, 11
São Paulo, 19, 05, 11

RF 147
Subsecretaria da 1ª Turma



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
MINUTA DE JULGAMENTO

FLS. 237

*** PRIMEIRA TURMA ***

0004877-82.2010.4.03.6120 327444 AMS-SP
PAUTA: 28/06/2011 JULGADO: 28/06/2011 NUM. PAUTA: 00071

RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI
PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR: DES.FED. JOHONSOM DI SALVO
PRESIDENTE DA SESSÃO: DES.FED. JOHONSOM DI SALVO
PROCURADOR(A) DA REPÚBLICA: Dr(a). MÁRCIO DOMENE CABRINI

AUTUAÇÃO

APTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)

ADVOGADO(S)

ADV : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO

CERTIDÃO

Certifico que a Egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheceu a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio, e negou provimento ao reexame necessário, nos termos do voto do(a) Relator(a), que lavrará o acórdão.

Votaram os(as) JUIZA CONV SILVIA ROCHA e JUIZ CONV. ADENIR SILVA.

Ausente justificadamente o(a) DES.FED. VESNA KOLMAR.

ENEIDA GAGETE
Secretário(a)



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
APELANTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
APELADO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO
GRISI NETO
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário e Apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, em face de sentença (fls. 164/172) que, em autos de mandado de segurança preventivo, julgou parcialmente procedente para reconhecer a inexistência de relação jurídico-tributária da contribuição previdenciária do terço constitucional das férias sobre férias indenizadas.

Pleiteia a Impetrante o reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária da contribuição previdenciária sobre as horas-extras, terço constitucional das férias, e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória, cuja contribuição previdenciária foi declarada indevida a partir do RE nº 345458/RS-STF e do incidente de uniformização jurisprudencial - STJ, referentes ao período de 06/2000 a 06/2010 e subsequentes.

Apela a Impetrante (fls. 178/216), pugnando a reforma da sentença para a concessão da segurança conforme peticionado na inicial, reiterando os seus termos, inclusive com terço constitucional das férias.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 228/234, opinando pelo não provimento da apelação e do reexame necessário.

É o relatório. Decido.



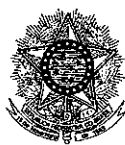
"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador 1291920v5."

[NDINIZ@NDINIZ]



1291920.V005 1/1





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
APELANTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
APELADO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR
FEDERAL DOUTOR JOSÉ LUNARDELLI:

Pleiteia a Apelante o reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária da contribuição previdenciária sobre as horas-extras, terço constitucional das férias, e demais verbas de natureza indenizatória/compensatória, cuja contribuição previdenciária foi declarada indevida a partir do RE nº 345458/RS-STF e do incidente de uniformização jurisprudencial - STJ, referentes ao período de 06/2000 a 06/2010 e subseqüentes. Ressalte-se que não faz menção a pedido de compensação.

TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS

A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional, posição que já vinha sendo aplicada pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais:

"TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

[NDINIZ©/NDINIZ]



1291919.V006 1/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados."
- (STJ, Pet 7296/PE, Primeira Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE 10/11/2009)

A jurisprudência do STF pela não incidência da contribuição foi firmada a partir de 2005, ao fundamento de que a referida verba tem natureza compensatória/indenizatória e que, nos termos do artigo 201, §11, da CF, somente as parcelas incorporáveis ao **salário** para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA - ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) SOBRE FÉRIAS (CF, ART. 7º, XVII) - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos julgamentos, firmou entendimento no sentido da não incidência de contribuição social sobre o adicional de um terço (1/3), a que se refere o art. 7º, XVII, da Constituição Federal. Precedentes."

(STF, 2ª Turma, RE-AgR 587941, Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau, julg. 30.09.2008).

HORAS EXTRAS

Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras, em razão do seu caráter salarial:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPREGADORES. ARTS. 22 E 28 DA LEI N.º 8.212/91. SALÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. ADICIONAIS DE HORA-EXTRA, TRABALHO NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. NATUREZA SALARIAL PARA FIM DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PREVISTA NO ART. 195, I, DA CF/88. SÚMULA 207 DO STF. ENUNCIADO 60 DO TST.

[NDINIZ©NDINIZ]



1291919.V006 2/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que a contribuição previdenciária incide sobre o total das remunerações pagas aos empregados, inclusive sobre o 13º salário e o salário-maternidade (Súmula n.º 207/STF).
2. Os adicionais noturno, hora-extra, insalubridade e periculosidade possuem caráter salarial. Iterativos precedentes do TST (Enunciado n.º 60).
3. A Constituição Federal dá as linhas do Sistema Tributário Nacional e é a regra matriz de incidência tributária.
4. O legislador ordinário, ao editar a Lei n.º 8.212/91, enumera no art. 28, § 9º, quais as verbas que não fazem parte do salário-de-contribuição do empregado, e, em tal rol, não se encontra a previsão de exclusão dos adicionais de hora-extra, noturno, de periculosidade e de insalubridade.
5. Recurso conhecido em parte, e nessa parte, improvido.
(STJ - Primeira Turma - RESP - RECURSO ESPECIAL - 486697/PR - DJ DATA:17/12/2004 PÁGINA:420, Relator MINISTRA DENISE ARRUDA)"

Ainda quanto ao adicional noturno, trago à colação a Súmula n.º 60 do Tribunal Superior do Trabalho:

"Nº 60 ADICIONAL NOTURNO . INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
I - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. (ex-Súmula nº 60 - RA 105/1974, DJ 24.10.1974)

II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex-OJ nº 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996) Histórico: Súmula mantida - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Redação original - RA 105/1974, DJ 24.10.1974 Nº 60 adicional noturno - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos."

DEMAIS VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/
COMPENSATÓRIA

Contudo, em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III.

Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível,

[NDINIZ@NDINIZ]



1291919.V006 3/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida:

"PROCESSO CIVIL. PEDIDO IN CERTO E INDETERMINADO. IMPOSSIBILIDADE. 1-O artigo 282 do Código de Processo Civil prevê, entre os requisitos da petição inicial, "o pedido , com as suas especificações". 2- O artigo 286 do mesmo diploma legal exige que o pedido seja certo e determinado. 3- A doutrina e jurisprudência são unânimes ao considerar que os requisitos referidos no caput do artigo 286 são cumulativos e não alternativos. 4- No presente caso a impetrante indica quais os créditos que pretende compensar, sem apontar, no entanto, quais os débitos que serão objeto do encontro de contas. 5- É necessário que o pedido descreva, com exatidão, a extensão, a quantidade e a qualidade do que o autor quer que lhe seja concedido. Para ser determinado é necessário que o pedido se refira a um específico bem da vida. 6- O artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo. 7- No caso dos autos, a impetrante não formulou pedido certo e determinado, pois não especificou os débitos que pretende sejam extintos pela compensação, sendo, conseqüentemente, inepta a petição inicial. 8- Improvimento ao recurso de apelação da impetrante."

(AMS 200161070039816 AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 237862 - relator Desembargador Federal LAZARANO NETO - TRF3 - SEXTA TURMA - DJU DATA:17/06/2005 PÁGINA: 646 - data da decisão: 08/06/2005)

Contudo, o RE nº 345458/RS-STF e do incidente de uniformização jurisprudencial - STJ citados pela apelante, já estão inseridos nas verbas requeridas. Veja-se:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REDUÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS. DIREITO ADQUIRIDO. 1. O vínculo entre o servidor e a Administração é de direito público, definido em lei, por isso, não há que se invocar direito adquirido para tornar imutável o regime jurídico. Jurisprudência pacífica deste Supremo Tribunal Federal. 2. É vedado ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, estender a servidores públicos prerrogativas que não lhes foram deferidas em lei, com base no princípio da isonomia. Aplicação do enunciado da Súmula STF nº 339. 3. Impertinência da alegação de ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos. O abono de férias é parcela acessória que deve ser paga quando o trabalhador goza o seu período de descanso anual. Suprimidas as férias, desaparece o dever de pagar este abono. 4. Recurso extraordinário conhecido e improvido."

[NDINIZ@NDINIZ]



1291919.V006 4/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

(RE 345458/RS - RIO GRANDE DO SUL - Relatora Min. ELLEN GRACIE - Julgamento: 01/02/2005- Órgão Julgador: Segunda Turma - Publicação DJ 11-03-2005 PP-00044 EMENT VOL-02183-02 PP-00376)

"TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados."

(Pet 7296/PE PETIÇÃO 2009/0096173-6 - Relatora Min. Eliana Calmon - Órgão Julgador Primeira Seção - data do julgamento 28/10/2009 - data da publicação 10/11/2009)

PEDIDO DE INEXIGIBILIDADE REFERENTE AO PERÍODO DE 06/2000 a 06/2010

O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF:

"São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário"

Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

[NDINIZ©NDINIZ]



1291919.V006 5/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN, ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".

2. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" -, há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes da 1ª Seção: ERESP 101.407/SP, Min. Ari Pargendler, DJ de 08.05.2000; ERESP 279.473/SP, Min. Teori Zavaski, DJ de 11.10.2004; ERESP 278.727/DF, Min. Franciulli Netto, DJ de 28.10.2003.

3. Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, mas ausente a antecipação do pagamento, ainda que parcial, há de se aplicar a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, não havendo que se falar em prazo decadencial de dez anos a contar do fato gerador.

4. Portanto, considerando a data de 31.05.1995 como de constituição definitiva do crédito tributário, porque dia da notificação do lançamento realizado de ofício, tem-se que o prazo prescricional teve início em 01.06.1995. Assim, quando da propositura do executivo fiscal, em 30.08.2002, já havia decorrido o prazo quinquenal previsto no art. 174 do CTN para cobrança do crédito tributário.

5. Recurso especial a que se nega provimento."

(STJ, RESP 811.243/CE, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavaski, DJ DATA:02/05/2006 PÁGINA:269).

[NDINIZ©NDINIZ]



1291919.V006 6/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

"TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. TRIBUTOS SUJEITOS AO REGIME DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. Nos tributos sujeitos ao regime do lançamento por homologação, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; a incidência da regra supõe, evidentemente, hipótese típica de lançamento por homologação, aquela em que ocorre o pagamento antecipado do tributo. Se o pagamento do tributo não for antecipado, já não será o caso de lançamento por homologação, hipótese em que a constituição do crédito tributário deverá observar o disposto no artigo 173, I, do Código Tributário Nacional. Embargos de divergência acolhidos."

(STJ, ERESP 101.407/SP, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Ari Pargendler, DJ DATA:08/05/2000 PÁGINA:53).

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TRIBUTOS SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. SEGURIDADE SOCIAL. PRAZO PARA CONSTITUIÇÃO DE SEUS CRÉDITOS. DECADÊNCIA. LEI 8.212/91 (ARTIGO 45). ARTIGOS 150, § 4º, E 173, I, DA CF/88. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL.

1. Prazo decadencial aplicável ao direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos.
2. Irresignação especial fundada na alegada violação dos artigos 150, § 4º, e 173, I, do CTN, e 45, da Lei 8.212/91, que prevê o prazo de dez anos para que a Seguridade Social apure e constitua seus créditos, bem como na aduzida divergência jurisprudencial existente entre o acórdão recorrido e aresto do STJ, no sentido de que, "quando se tratar de tributos a serem constituídos por lançamento por homologação, inexistindo pagamento, tem o fisco o prazo de 10 anos, após a ocorrência do fato gerador, para constituir o crédito tributário" (ERESP 132329/SP, Relator Ministro Garcia Vieira, Primeira Seção, DJ de 07.06.1999).
3. Acórdão regional que assentou a inaplicabilidade do prazo previsto no artigo 45, da Lei 8.212/91, "pelo fato de que tal lei refere-se às contribuições previdenciárias, categoria na qual não se encaixa a contribuição social sobre o lucro, como quer o Fisco" e "em razão de que os prazos de decadência e prescrição constituem matéria reservada à lei complementar, na forma do artigo 146, III, b da Constituição Federal". Consoante o Tribunal de origem, somente o Código Tributário Nacional, diploma legal recepcionado como lei complementar, pode dispor acerca de prazos decadenciais e prescricionais, restando eivado de inconstitucionalidade o artigo 45, da Lei 8.212/91.

[NDINIZO/NDINIZ]



1291919.V006 7/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

4. O prazo decadencial decenal aplicado na forma do artigo 45, da Lei 8.212/91, em detrimento dos artigos 150, § 4º, e 173, inciso I, da Constituição Federal de 1988, bem como a recusa de sua aplicação posto oriunda de lei ordinária, em contravenção ao cânone constitucional, impregna o aresto de fundamento nitidamente constitucional, ad minus quanto à obediência à hierarquia de normas porquanto a Carta Magna exige lei complementar para o tratamento do thema iudicandum.

5. Deveras, reconhecer a higidez da lei ou entrever a sua contrariedade às normas constitucionais, implica assentar a natureza constitucional do núcleo central do aresto impugnado, arrastando a competência exclusiva da Suprema Corte para a cognição da presente impugnação (Precedentes do STJ: REsp 841978/PE, Segunda Turma, publicado no DJ de 01.09.2006; REsp 548043/CE, Primeira Turma, DJ de 17.04.2006; e REsp 713643/PR, osé Delgado, Primeira Turma, DJ de 29.08.2005).

6. Nada obstante, consoante cediço, as leis gozam de presunção de legalidade enquanto não declaradas inconstitucionais. Desta sorte, o incidente de inconstitucionalidade que revela controle difuso não tem o condão de paralisar os feitos acerca do mesmo tema, tanto mais que a sua decisão no caso concreto, por tribunal infraconstitucional tem eficácia inter partes.

7. Deveras, tratando-se o STJ de tribunal de uniformização de jurisprudência, enquanto a Corte Especial não decide acerca da constitucionalidade da questão prejudicial, há de se aplicar ao caso concreto o entendimento predominante no órgão colegiado, ex vi dos artigos 150, § 4º, e 173, I, ambos do CTN.

8. Com efeito, a Primeira Seção consolidou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

9. Deveras, é assente na doutrina: "a aplicação concorrente dos artigos 150, § 4º e 173, o que conduz a adicionar o prazo do artigo 173 - cinco anos a contar do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido praticado - com o prazo do artigo 150, § 4º - que define o prazo em que o lançamento poderia ter sido praticado como de cinco anos contados da data da ocorrência do fato gerador. Desta adição resulta que o dies a quo do prazo do artigo 173 é, nesta interpretação, o primeiro dia do exercício seguinte ao do dies ad quem do prazo do artigo 150, § 4º. A solução é deplorável do ponto de vista dos direitos do

[NDINIZO/NDINIZ]



1291919.V006 8/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

243

cidadão porque mais que duplica o prazo decadencial de cinco anos, arraigado na tradição jurídica brasileira como o limite tolerável da insegurança jurídica. Ela é também juridicamente insustentável, pois as normas dos artigos 150, § 4º e 173 não são de aplicação cumulativa ou concorrente, antes são reciprocamente excludentes, tendo em vista a diversidade dos pressupostos da respectiva aplicação: o art. 150, § 4º aplica-se exclusivamente aos tributos "cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa"; o art. 173, ao revés, aplica-se aos tributos em que o lançamento, em princípio, antecede o pagamento.(...)

A ilogicidade da tese jurisprudencial no sentido da aplicação concorrente dos artigos 150, § 4º e 173 resulta ainda evidente da circunstância de o § 4º do art. 150 determinar que considera-se "definitivamente extinto o crédito" no término do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador. Qual seria pois o sentido de acrescer a este prazo um novo prazo de decadência do direito de lançar quando o lançamento já não poderá ser efetuado em razão de já se encontrar "definitivamente extinto o crédito"?

Verificada a morte do crédito no final do primeiro quinquênio, só por milagre poderia ocorrer sua ressurreição no segundo." (Alberto Xavier, Do Lançamento. Teoria Geral do Ato, do Procedimento e do Processo Tributário, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1998, 2ª Edição, págs. 92 a 94).

10. Desta sorte, como o lançamento direto (artigo 149, do CTN) poderia ter sido efetivado desde a ocorrência do fato gerador, é do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao nascimento da obrigação tributária que se conta o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário, na hipótese, entre outras, da não ocorrência do pagamento antecipado de tributo sujeito a lançamento por homologação, independentemente da data extintiva do direito potestativo do o Estado rever e homologar o ato de formalização do crédito tributário efetuado pelo contribuinte (Precedentes da Primeira Seção: AgRg nos EREsp 190287/SP, desta relatoria, publicado no DJ de 02.10.2006; e ERESP 408617/SC, Relator Ministro João Otávio de Noronha, publicado no DJ de 06.03.2006).

11. In casu, a notificação de lançamento, lavrada em 31.10.2001 e com ciente em 05.11.2001, abrange duas situações: (1) diferenças decorrentes de créditos previdenciários recolhidos a menor (abril e novembro/1991, março a julho/1992; novembro e dezembro/1992; setembro a novembro/1993, janeiro/1994, março/1994 a janeiro/1998; e março e junho/1998); e (2) débitos decorrentes de integral inadimplemento de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos efetuados a autônomos (maio a novembro/1996; janeiro a julho/1997; setembro e dezembro/1997; e janeiro, março e dezembro/1998) e das contribuições destinadas ao SAT incidente sobre

[NDINIZ@NDINIZ]



1291919.V006 9/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

pagamentos de reclamações trabalhistas (maio/1993; abril/1994; e setembro a novembro/1995).

12. No primeiro caso, considerando-se a fluência do prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, encontram-se fulminados pela decadência os créditos anteriores a novembro/1996.

13. No que pertine à segunda situação elencada, em que não houve entrega de GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), nem confissão ou qualquer pagamento parcial, incide a regra do artigo 173, I, do CTN, contando-se o prazo decadencial quinquenal do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Desta sorte, encontram-se hígidos os créditos decorrentes de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos efetuados a autônomos e caducos os decorrentes das contribuições para o SAT.

14. Recurso especial conhecido parcialmente e, nesta parte, desprovido." (STJ, ERESP 101.407/SP, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Ari Pargendler, DJ DATA:08/05/2000 PÁGINA:53).

A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus".

Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.

Isto posto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** à Apelação no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio; e **NEGO PROVIMENTO** ao reexame necessário.

É o voto.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **1291919v6**."

[NDINIZ©NDINIZ]



1291919.V006 10/10





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
APELANTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
APELADO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.

3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

5. O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário"

[NDINIZ©NDINIZ]



1291918.V006 1/2





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

6. Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

7. Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.

8. A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.

9. Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à apelação no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio; e em negar provimento ao reexame necessário, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 28 de junho de 2011.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador. **1291918v6.**"

[NDINIZ@NDINIZ]



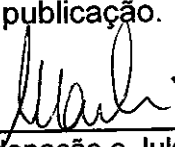
1291918.V006 2/2





DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o acórdão retro foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região em 08/07/2011. Considera-se data de publicação o 1º dia útil subsequente à data acima mencionada, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º, da Lei nº 11.419/2006. Considera-se 11/07/2011 como data da publicação.
São Paulo, 08 de julho de 2011.


Divisão de Coordenação e Julgamento

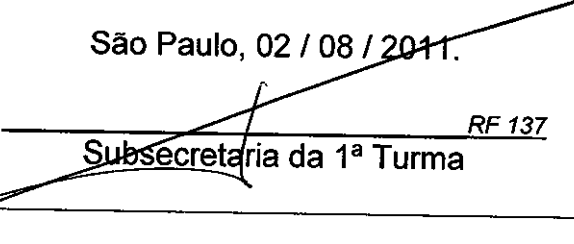
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



VISTA

Nesta data, faço remessa destes autos com vista à **Procuradoria da Fazenda Nacional**, para intimação da r. decisão/acórdão.

São Paulo, 02 / 08 / 2011.


Subsecretaria da 1ª Turma

RF 137

RECEBIMENTO - PFN

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria da 1ª Turma.

() Nada a requerer

☒ Manifestação em separado

São Paulo, 02 / 08 / 2011.


Procuradoria da Fazenda Nacional

(ASSINATURA E CARIMBO DO PROCURADOR)
Ricardo Mendonça Cardoso
Procurador da Fazenda Nacional
SIAPE 1258151

4897-82.10

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da **Procuradoria da Fazenda Nacional**.

São Paulo,

19 AGO 2011


Subsecretaria da 1ª Turma

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO.**

*APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 2010.61.20.004877-1/SP
RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI – PRIMEIRA TURMA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
RECORRIDO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)*

TRF3-26/jul/2011-17:28



2011.157585-RESP/UTU1

TRF3	JUNTADA
SP	26 / 8 / 2011
SERVIDOR/RF	

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
DEVIDAMENTE QUALIFICADO NOS AUTOS DA APELAÇÃO EM EPÍGRAFE, POR
SEUS PROCURADORES QUE ESTA SUBSCREVEM, VEM RESPEITOSAMENTE, À
PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA E DESTES EGRÉGIOS TRIBUNAL, NOS AUTOS,
NA FORMA DOS ARTIGOS 541 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 105, III,
ALÍNEA “A” E “C” DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 255 E SEGUINTE DO
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INTERPOR

RECURSO ESPECIAL

Rua Atvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2860 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

248

Castellucci Figueiredo
e
Advogados Associados

JUNTO AO “**STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**”, FAZENDO-O AMPARADO NAS RAZÕES QUE SEGUEM.

REQUER, PORTANTO, QUE SEJA ADMITIDA A PRESENTE PEÇA IMPUGNATIVA, COM CONSEQUENTE ENVIO DOS AUTOS AO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO PAULO, 26 DE JULHO DE 2011.


ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP N° 188.320

PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA
OAB/SP N° 296.896

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

AO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RAZÕES DO RECORRENTE

COLEND A CÂMARA,
ÍNC LITOS JULGADORES,

O V. ACÓRDÃO PROFERIDO PELA 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO, NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM TELA, DECIDIU CONTRARIAMENTE AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE, ORA RECORRENTE, DE TER SUSPENSA A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL PAGAS AOS SEUS SEGURADOS EMPREGADOS A TÍTULO DE HORAS EXTRAS **ART. 7º, XVII – CF E “ART. 22, I DA LEI 8212/91”, POR TRATAR-SE DE “VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA” QUE NÃO INTEGRA O SALÁRIO DO SEGURADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM O “ART. 201, § 11 – DA CF/88”, CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO “RE- Nº345;458/RS-STF” ; DA “REPERCUSSÃO GERAL – RE Nº 593.068”.**

A COLEND A TURMA AO PROFERIR A DECISÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO, PAUTOU-SE NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS **HORAS- EXTRAS**, NÃO TEM NATUREZA **“INDENIZATÓRIA” / “COMPENSATÓRIA”**, CONTRARIANDO AS SUCESSIVAS DECISÕES EMANADAS PELO **“STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”**, E PELO **“STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA”** DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A REFERIDA VERBA, JUSTAMENTE, POR POSSUIR

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

III

NATUREZA **COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA**", NÃO INTEGRANDO O SALÁRIO PARA FINS DO CÁLCULO DA APOSENTADORIA.

DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

O ACÓRDÃO GUERREADO CONSIGNOU A EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO **STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, A RESPEITO DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE HORAS EXTRAS.

ENTRETANTO, A QUESTÃO NÃO ESTÁ PACIFICADA, POIS EXISTEM JULGADOS DO COLENDO TRIBUNAL QUE DECIDIRAM PELA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE AS HORAS EXTRAS.

DESTA FEITA, HÁ CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO DE ACORDO COM ARTIGOS 541 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 105, III, ALÍNEA "A" E "C" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, POIS O EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL TEM INTERPRETAÇÃO DISSONANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

NESSE SENTIDO:

- **RESP/764.586 DF – 24/09/2008**

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. HORAS EXTRAS E ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

- **ERESP/895.589 – 14/04/2009**

TRIBUTÁRIO – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – HORAS EXTRAS – NÃO-INCIDÊNCIA.

- **AINº 765.319 – DF – 24/09/2008**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEVIDA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. GRATIFICAÇÃO NATALINA. INCIDÊNCIA. HORAS EXTRAS E ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. AGRAVO

CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DOS FATOS

A RECORRENTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A SEGURIDADE SOCIAL, NA ALÍQUOTA DE **20%** (VINTE POR CENTO) INCIDENTES SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS DEVIDAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, AOS SEGURADOS EMPREGADOS, DE ACORDO COM O **ART. 22, I, LEI Nº. 8.212/91**.

POR ANALOGIA DO **"ART. 28 DA LEI Nº. 8.212/91" RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL** CONSIDERA AS **"HORAS EXTRAS"** E O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** (REF. 7º, **XVVI/CF**) COMO REMUNERAÇÃO INTEGRANTE DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

O **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** A PARTIR DO **"RE – Nº 345.458/RS E ITERATIVOS JULGAMENTOS"** FIXOU ENTENDIMENTO DE QUE É **"ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE"**, **"ADICIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"** E DEMAIS **"ADICIONAIS EVENTUAIS"** POR TRATAR-SE DE **"VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS"** SENDO QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONFORME PRECEITUA O **"ART. 201, § 11 DA CF/88."**

ATRAVÉS DO REC. EXTR. Nº 593.068, **"STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"**, POR UNANIMIDADE, RECONHECEU A EXISTÊNCIA DA **"REPERCUSSÃO GERAL"** DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL SUSCITADA.

O **"STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"**, ATRAVÉS DO **"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL"** COM O REALINHAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA REVIU ENTENDIMENTO ANTERIOR PARA DECIDIR QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** E **"HORAS-EXTRAS"**, ADEQUANDO-SE A POSIÇÃO SEDIMENTADA NO **"PRETÓRIO EXCELSO"**.

PORTANTO, POR TRATAR-SE DE MATÉRIA PACIFICADA E COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DO **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** E **"STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"** PRETENDE A EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS ATRAVÉS DE DECLARATÓRIA DA INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE, SOBRE **"HORA EXTRAS"** QUE NÃO SE INCORPORAM AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS, REFERENTES ÀS COMPETÊNCIAS DECENAL E SUBSEQÜENTES ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA PRESENTE AÇÃO, COM ABSTENÇÃO DA **"RFB RECEITA FEDERAL DO BRASIL"** DE PRATICAR QUAISQUER ATOS TENDENTES A PREJUDICAR O EXERCÍCIO DO DIREITO A SER ASSEGURADO PELO PRESENTE **"MANDAMUS"**.

DO DIREITO

A IMPETRANTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS SEGURIDADE SOCIAL, DE ACORDO COM O **"ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91"** DA SEGUINTE FORMA:

ART. 22 - A CONTRIBUIÇÃO A CARGO DA EMPRESA, DESTINADA À SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DO DISPOSTO NO ART. 23, É DE:

I - VINTE POR CENTO SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS CONTRIBUENTES INDIVIDUAIS QUE LHE PRESTEM SERVIÇOS.

II - PARA O FINANCIAMENTO DO BENEFÍCIO PREVISTO NOS ARTS. 57 E 58 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DAQUELES CONCEDIDOS EM RAZÃO DO GRAU DE INCIDÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA DECORRENTE DOS RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO, SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS:

A) 1% (UM POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE O RISCO DE ACIDENTES DO TRABALHO SEJA CONSIDERADO LEVE;

B) 2% (DOIS POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE ESSE RISCO SEJA CONSIDERADO MÉDIO;

C) 3% (TRÊS POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE ESSE RISCO SEJA CONSIDERADO GRAVE.

A **LEI Nº. 8.212/91** APLICA PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA O TERMO GENÉRICO DE **"REMUNERAÇÃO"** QUE POR ANALOGIA ABRANGE TODOS OS VALORES RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO INDEPENDENTE DE SUA NATUREZA TRIBUTÁRIA.

DE ACORDO COM O CTN PARA QUE SURJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PAGAR TRIBUTOS, É NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DO RESPECTIVO FATO GERADOR; CONFORME **ART. 11, §1º DO CTN**.

"ART. 113 - §1º A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL SURGE COM A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, TEM POR OBJETO O PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU PENALIDADE PECUNIÁRIA E EXTINGUE-SE JUNTAMENTE COM O CRÉDITO DELA DE CORRENTE.

OU SEJA, SOMENTE QUANDO OCORRER NO MUNDO FENOMÊNICO A HIPÓTESE DESCRITA NA NORMA, REALIZADA PELO SUJEITO PASSIVO OCORRERÁ O DEVER JURÍDICO DE PAGAR O TRIBUTOS, **"ART. 114 - FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É A SITUAÇÃO DEFINIDA EM LEI COMO NECESSÁRIO E SUFICIENTE A SUA OCORRÊNCIA.**

PELA REGRA DA TIPICIDADE FECHADA, O FISCO NÃO PODERÁ ESTENDER A INTERPRETAÇÃO SOBRE A MATERIALIDADE DO FATO GERADOR, A FIM DE ABRANGER FATOS ALÉM DO QUE OS PREVISTOS NA NORMA DE INCIDÊNCIA, SENDO TAMBÉM, VETADO O EMPREGO DA ANALOGIA PARA FINS DE IMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA.

NESSE SENTIDO:

"ART. 108 – NA AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EXPRESSA, A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA UTILIZARÁ SUCESSIVAMENTE, NA ORDEM INDICADA:

§ 1º O EMPREGO DA ANALOGIA NÃO PODERÁ RESULTAR NA EXIGÊNCIA DE TRIBUTOS NÃO PREVISTO NA LEI.

PORTANTO, QUAL SERIA A REGRA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS?

O **"ART. 195, 1; CF/91"** ASSIM DEFINIU QUE:

"A SEGURIDADE SOCIAL SERÁ FINANCIADA POR TODA SOCIEDADE, DE FORMA DIRETA E INDIRETA NOS TERMOS DA LEI MEDIANTE RECURSOS PROVENIENTES DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A CARGO DO EMPREGADOR, DA EMPRESA E DA ENTIDADE A ELA EQUIPARADA NA FORMA DE LEI, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO A PESSOA FÍSICA QUE LHE PRESTE SERVIÇO, MESMO SEM VINCULO EMPREGATÍCIO".

ASSIM SENDO PODEMOS CONCLUIR QUE POR ESTE DISPOSITIVO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TENDO COMO:

- A) SUJEITO PASSIVO O EMPREGADOR (EMPRESA, ENTIDADE EQUIPARADA)**
- B) SUJEITO ATIVO "UNLÃO FEDERAL"**
- C) ASPECTO TEMPORAL: O MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS**
- D) ELEMENTO ESPACIAL: O LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**
- E) ELEMENTO QUANTITATIVO: A BASE DE CÁLCULO TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE CADA EMPREGADO, SOBRE O QUAL INCIDE UMA ALÍQUOTA DE 20% (VINTE POR CENTO).**

NESTE DIAPASÃO A **"FOLHA DE SALÁRIO"** SIGNIFICA A SOMA DAS REMUNERAÇÕES PAGAS AO EMPREGADO, EM DETERMINADO PERÍODO; DESTE MODO, O CRITÉRIO MATERIAL DO FATO GERADOR DESTA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA COM SALÁRIOS PROVENIENTES DE UMA RELAÇÃO DE TRABALHO.

DE ACORDO COM O ARTIGO 22, I DA LEI Nº. 8.212/91, A EXPRESSÃO UTILIZADA **"REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO"** NADA MAIS É QUE SEU PRÓPRIO **"SALÁRIO"**, **NECESSÁRIO CONCLUIR QUE AS CONTRIBUIÇÕES DO ART. 22, I DA LEI Nº. 8.212/91 INCIDEM UNICAMENTE SOBRE O SALÁRIO, E SOBRE TODAS AS REMUNERAÇÕES PERCEBIDAS, DESDE QUE VENHAM INTEGRAR O SALÁRIO PARA FINS DE BENEFÍCIOS, CONFORME PRECEITUA O "ART. 201, § 11 DA CF/88".**

PARA AMAURI MASCARO NASCIMENTO **"SALÁRIO É A TOTALIDADE DAS PERCEPÇÕES ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES, QUALQUER QUE SEJA A FORMA OU MEIO DE PAGAMENTO, QUER RETRIBUAM O TRABALHO EFETIVO,**

OS PERÍODOS DE INTERRUÇÃO DO CONTRATO E OS DESCANSOS COMPUTÁVEIS NA JORNADA DE TRABALHO."

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO INDENIZATÓRIO OU COMPENSATÓRIO, POIS ESTAS DIFERENCIAM DAQUELE POR TEREM COMO FINALIDADE A REPARAÇÃO DOS DANOS OU RESSARCIMENTO DE GASTOS DO EMPREGADO, SEGUNDO AMAURI MASCARO:

"EXISTEM VÁRIAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE NATUREZA NÃO SALARIAL. O TÍTULO EXEMPLIFICATIVO ENUMERE-SE, DENTRE AS OBRIGAÇÕES SALARIAIS, INDENIZAÇÕES, RESSARCIMENTO DE GASTOS PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTOS PRÓPRIAS, VERBAS DE QUILOMETRAGEM E REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DESVINCULADA DO SALÁRIO, PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE, TREINAMENTO PROFISSIONAL, ABONO DE FÉRIAS NÃO EXCEDENTE DE 20 DIAS, CLUBES DE LAZER(...)"

COM ISSO, RESTA EVIDENTE QUE, OS VALORES RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS COM NATUREZA INDENIZATÓRIA, ASSIM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS, NÃO POSSUEM NATUREZA JURÍDICA DE SALÁRIO/REMUNERAÇÃO, LOGO, NÃO CONSTITUEM FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TAMPOUCO HÁ QUE SE FALAR NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS RECOLHEREM O ALUDIDO TRIBUTO SOBRE ESTAS PARCELAS.

O § 11 DO ART. 201 DA CF/88 PREVÊ QUE OS "GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO, SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTEMENTE EM BENEFÍCIOS, NO CASO E NA FORMA DA LEI" (GRIFO NOSSO)

POR SEU TURNO, A **LEI Nº. 8.212/91** PRECEITUA QUE:

"CAPÍTULO IX – DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ART. 28. ENTENDE-SE POR SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO:

I – PARA O EMPREGADO E TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, DESTINADOS A RETRIBUIR O TRABALHO, QUALQUER QUE SEJA A SUA FORMA, INCLUSIVE AS GORJETAS, OS GANHOS HABITUAIS SOB A FORMA DE UTILIDADE E OS ADIANTAMENTOS DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL, QUER PELOS SERVIÇOS

EFETIVAMENTE PRESTADOS, QUER PELO TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR OU TOMADOR DE SERVIÇOS NOS TERMOS DA LEI OU DO CONTRATO OU, AINDA, DE CONVENÇÃO OU ACORDO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA;

§9º NÃO INTEGRAM O SALÁRIO -DE- CONTRIBUIÇÃO (...), EXCLUSIVAMENTE:

E) AS IMPORTÂNCIAS:

3. RECEBIDAS A TÍTULO DA INDENIZAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 479 DA CLT;
4. RECEBIDAS A TÍTULO DA INDENIZAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 14 DA LEI Nº. 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973;
5. RECEBIDAS A TÍTULO DE INCENTIVO À DEMISSÃO;
6. RECEBIDAS A TÍTULO DE ABONO DE FÉRIAS NA FORMA DOS ARTS. 143 E 144 DA CLT;
7. RECEBIDAS A TÍTULO DE GANHOS EVENTUAIS E OS ABONOS EXPRESSAMENTE DESVINCULADOS DO SALÁRIO;
8. RECEBIDAS A TÍTULO DE LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA.

ESTE, O REGRAMENTO DO DECRETO Nº. 3.048/99:

"CAPÍTULO VII

DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ART. 214. ENTENDA-SE POR SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO:

I – PARA O EMPREGADO E O TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, DESTINADOS A RETRIBUIR O TRABALHO (...);

§ 9º NÃO INTEGRAM O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO, EXCLUSIVAMENTE:

- IV – AS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE FÉRIAS INDENIZADAS E RESPECTIVO ADICIONAL CONSTITUCIONAL, INCLUSIVE O VALOR CORRESPONDENTE À DOBRA DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS DE QUE TRATA O ART. 137 DA [CLT];
- V – AS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE:

- I) ABONO DE FÉRIAS NA FORMA DOS ARTS. 143 E 144 DA [CLT];
- J) GANHOS EVENTUAIS E ABANOS EXPRESSAMENTE DESVINCULADOS DO SALÁRIO POR FORÇA DE LEI;
- L) LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA; E
- M) OUTRAS INDENIZAÇÕES, DESDE QUE EXPRESSAMENTE PREVISTAS EM LEI;"

PELOS ENUNCIADOS, COMPREENDE-SE QUE O FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PASSA PELA AFERIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA AUFERIDA: SE "INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA" OU "REMUNERATÓRIA" ATENTANDO-SE TAMBÉM PELO FATO DE SER

"PERMANENTE/HABITUAL", OU **"EVENTUAL",** POIS, VERBAS **"INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"** NÃO GERAM CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

PORTANTO, QUANDO SE TRATA DE **"VERBAS INDENIZATÓRIA / COMPENSATÓRIA" (NÃO-HABITUAL POR NATUREZA)**, NÃO RESTA DÚVIDA DE QUE NÃO HÁ INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, JÁ PELA LITERALIDADE DA EXPRESSÃO **"REMUNERAÇÃO"** CONSTANTE DO **ART. 28 DA LEI Nº. 8.212/91** (QUE DÁ CONCRETUDE AO **ART. 185, II, DA CF 88**).

NO CASO, ADEMAIS, AS PREVISÕES LEGAIS ABONAM AS EXCLUSÕES CONFORME: **§ 11 DO ART. 201 – CF 88; ART. 28, § 9º, "E", "7", DA LEI Nº. 8.212/91; E "ART. 214, § 9º, IV, V, "I", "J", "L" E "M", DO DECRETO Nº. 3.048/99**, ATÉ PORQUE O CONCEITO DE RENDA DO **ART. 457 DA CLT** A TAIS PAGAMENTOS NÃO SE AMOLDA.

ESTE, NÃO O BASTE, OS PRECEITOS PARADIGMAS DO **"STF"** E **"STJ"** (ALGUNS A RECLAMAR LEITURA **"MUTATIS MUTANDIS"**), A EVIDENCIAR A NATUREZA **"INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"** DAS PARCELAS PAGAS A TÍTULO DE **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** E **"HORAS-EXTRAS"** E DEMAIS VERBAS PAGAS EM CARÁTER NÃO HABITUAL E QUE NÃO INTEGRAM SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS.

COM EFEITO, SOBRE O **"ADICIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"** E **"ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÊCHE, VALE TRANSPORTE, ABONO ASSIDUIDADE, ABONO ÚNICO"**, O **"STF"** E O **"STJ"**, ATRAVÉS DE VÁRIOS JULGADOS, FIRMARAM ENTENDIMENTO, NO SENTIDO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

DESTA FORMA, SOBRE OS CITADOS ADICIONAIS, VERIFICA-SE QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, VISTO QUE NÃO TEM CARÁTER RETRIBUTIVO, UMA VEZ QUE NÃO INTEGRARÃO A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR A SER PERCEBIDA QUANDO DA APOSENTADORIA.

IGUALMENTE, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VALORES, **"AINDA QUE PERMANENTES"**, QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DE

APOSENTADORIA, COMO O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"** E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.

ESSA TESE FOI CONSAGRADA, PELA MINISTRA ELIANA CALMON, NO VOTO-VENCEDOR PROFERIDO NO **"PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6.544/02"** QUE, APÓS EXAMINAR DETIDAMENTE REPORTANDO-SE INCLUSIVE A ENTENDIMENTO DO EXCELSO PRETÓRIO, CONCLUI:

"ENTENDO QUE NÃO HÁ MAIS DÚVIDA SOBRE O TEMA, DIANTE DAS DECISÕES JUDICIAIS DA SEGUNDA TURMA DESTA STJ, DA POSIÇÃO DO CORTE DE CONTAS E DO ENTENDIMENTO DO STF. A CONCLUSÃO À QUAL SE CHEGA É DE QUE A CONTRIBUIÇÃO NÃO INCIDE SOBRE AS GRATIFICAÇÕES E OS ADICIONAIS DE PERCEPÇÃO PERMANENTE, QUE NÃO INTEGRARÃO OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, COMO CONSTA EXPLICITAMENTE, DA MANIFESTAÇÃO DO SR. DIRETOR GERAL, DE FL. 58, E DO PARECER DE FLS. 52/57 DA RESPECTIVA ASSESSORIA, RESSALVADA A LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO NATALINA (13º SALÁRIO) PORQUE CONSTITUI VANTAGEM "CARREADA PARA APOSENTADORIA" (FL. 56), JULGADO EM 24/11/2003."

DEVERÁS, POR ISSO QUE DESENHADO O MODELO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO PELA **"EC - 20/98"**, SOB O ENFOQUE CONSTITUTIVO E ATUARIAL, INEQUÍVOCO QUE OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"**, **"ABONOS"**, **"GRATIFICAÇÕES"** E DEMAIS PARCELAS DE **"NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"**, POSTO NÃO INTEGRANTES DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO, NÃO FUNDAM MENCIONADA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR NÃO CONTER NATUREZA SALARIAL, CONFORME RETRO MENCIONADO.

SENDO ASSIM, FACE AO NOVO POSICIONAMENTO DO **"STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** E A JURISPRUDÊNCIA DO **"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ"**, TAMBÉM VEM SOFRENDO REALINHAMENTO, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO, NO SENTIDO DE QUE AS **"HORAS-EXTRAS E DEMAIS ADICIONAIS TAMBÉM NÃO INTEGRAM A BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA"**.

O **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** EM VÁRIOS JULGADOS JÁ SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SÓ INCIDE SOBRE O SALÁRIO (ESPÉCIE) E NÃO SOBRE O TOTAL DA REMUNERAÇÃO (GÊNERO) E EXPRESSAMENTE EXCLUI DO SEU ÂMBITO DE INCIDÊNCIA AS

PARCELAS CUJA NATUREZA JURÍDICA SEJAM INDENIZATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS E NÃO HABITUAIS.

DE ACORDO COM O POSICIONAMENTO DO STF, AS PARCELAS QUE TENHAM UM CARÁTER INDENIZATÓRIO E MESMO QUE HABITUAL E PERMANENTE ESTÃO FORA DO ALCANCE DO CONCEITO DE SALÁRIO E CONSEQUENTEMENTE, DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

DESTE MODO, AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE: **ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, HORA-EXTRA, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÉCHE, VALE TRANSPORTE, ABONO ASSIDUIDADE, ABONO ÚNICO**, POR TEREM NATUREZA JURÍDICA E INDENIZATÓRIAS E/OU NÃO HABITUAL, NÃO PODEM SER CONSIDERADAS COMO SALÁRIO EM SENTIDO ESTRITO, TAMPOUCO SEU PAGAMENTO ENSEJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NO **ART. 195, I, "A", DA CRFB C/C ART. 22, I, DA LEI Nº. 8.212/91**.

AO ANALISAR A FINALIDADE DO ADICIONAL DE FÉRIAS (1/3 - CONSTITUCIONAL) O **"STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"**, CUJO INÍCIO ESTÁ NO JULGAMENTO DO **"RE-345.458/RS"** (SEGUNDA TURMA), FIRMOU-SE ENTENDIMENTO PELA NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA DETÉM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, PORTANTO NÃO HABITUAL E NÃO SE INCORPORA AOS SALÁRIOS DO SERVIDOR.

A **"CONSTITUIÇÃO FEDERAL"**, DISCIPLINA ATRAVÉS DO **ART. 201**, O CONCEITO QUE DEVE SER ADOTADO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NESTES EXATOS TERMOS:

O **"ART. 201, § 11:" DA CF/88** PREVÊ QUE:

"OS GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS".

PORTANTO, DE ACORDO COM A **"CONSTITUIÇÃO"**, SOMENTE OS GANHOS HABITUAIS, ENTENDENDO-SE AQUELES RECEBIDOS PERMANENTEMENTE, OU

SEJA: SALÁRIO FIXO E ADICIONAIS QUE REPERCUTEM NA APOSENTADORIA, SOFRE A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO VIGENTE, A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98, ENCONTRA-SE FUNDADO EM BASE RIGOROSAMENTE CONTRIBUTIVA E ATUARIAL, O QUE IMPLICA EQUIVALÊNCIA ENTRE O GANHO NA ATIVA E OS PROVENTOS RECEBIDOS DURANTE A INATIVIDADE PELA REGRA DO **"ART. 195, §5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – NENHUM BENEFÍCIO OU SERVIÇO DA SEGURIDADE SOCIAL PODERÁ SER CRIADO, MAJORADO OU ESTENDIDO SEM A CORRESPONDENTE FONTE DE CUSTEIO TOTAL"**.

"NÃO SE PODE CRIAR FONTE DE CUSTEIO SEM O BENEFÍCIO CORRESPONDENTE (ADIN – 790-4/DF)".

COMO BEM LEMBROU O INSIGNE MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS:

"O QUE IMPORTA SABE É SE O DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO NESSAS VERBAS TERÁ SUA CONTRAPARTIDA NOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR, TENDO EM VISTA A MODIFICAÇÃO INTRODUZIDA NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO IMPRIMINDO-LHE CARÁTER CONTRIBUTIVO E ATUARIAL (RMS – 14.346/DF - DJ 28.06.2004)".

IGUALMENTE, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VALORES, AINDA QUE PERMANENTES, QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS SE APOSENTADORIA DE NATUREZA **"COMPENSATÓRIA"** OU **"INDENIZATÓRIA"**.

O ARCABOUÇO PREVIDENCIÁRIO VIGENTE ESTÁ ESTEADO EM BASES RIGOROSAMENTE ATUARIAIS, DE SORTE QUE, SE NÃO HOUVE LAMENTÁVEIS DISTORÇÕES, DEVE HAVER SEMPRE EQUIVALÊNCIA ENTRE O GANHO NA ATIVA E OS PROVENTOS E AS PENSÕES NA INATIVIDADE.

SE É CERTO QUE, NO ENSEJO DA APOSENTADORIA, NÃO SERÁ PERCEBIDA A RETRIBUIÇÃO AUFERIDA NA ATIVA CONCERNENTEMENTE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE A TOTALIDADE DAS REMUNERAÇÕES, NÃO FAZ O MENOS SENTIDO QUE SOBRE O PERCEBIDO A TÍTULO DE VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS, INCIDE O PERCENTUAL RELATIVO A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

O "ART. 201, § 11 DA CF/88 É CONDICIONANTE" AO DETERMINAR QUE: "OS GANHOS HABITUAIS... E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS".

ORA, SE SOBRE TODAS AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE "REMUNERAÇÃO" (ART. 22, I DA LEI Nº 8.212/91) INCIDIR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, E SE ENTRE ELAS CONSTAR "VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS" QUE NÃO IRÃO REPERCUTIR EM BENEFÍCIOS QUANDO DA APOSENTADORIA, A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NÃO SERÁ DEVIDA SOBRE ESTAS VERBAS, POIS AGRIDE LITERALMENTE O ENUNCIADO FINAL DO DISPOSITIVO LEGAL.

O "STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" PACIFICOU ENTENDIMENTO QUE:

"NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS VALORES AINDA QUE PERMANENTES QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, COMO AS HORAS-EXTRAS, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA OU INDENIZATÓRIA".

ASSIM SENDO, AS VERBAS REMUNERATÓRIAS QUE DETÊM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, RECEBIDAS DE FORMA EVENTUAL E NÃO HABITUAL, AS QUAIS TEM COMO ESCOPO COMPENSAR OU GRATIFICAR O SERVIDOR PELO EXERCÍCIO DE UMA ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA OU PELO DESGASTE, NÃO INCIDEM A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

NESSE SENTIDO:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDENCIA. DESCABIMENTO. É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO".

(...)

"SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DE SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA".

(...)

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AI/ 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REL: MIN. ELLEN GRACIE)"

NA MESMA ESTEIRA:

"(...)"

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA – RE 225.217/SP REL. MIN. ILMAR GALVÃO, VG.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (COC, ART.557, § 1ºA), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECÍFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.
(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - “RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 479193 - REL: MIN. CELSO DE MELLO – 18/12/2008)”

EM RECENTE DECISÃO, O “TRF – 1ª REGIÃO – DF”, AO ANALISAR A “APELAÇÃO CÍVEL – PROCESSO Nº. 2002.34.00.005797-2/DF”, DISPONDO SOBRE A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NAS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, ASSIM SE MANIFESTOU:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PSS. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME PREVIDENCIÁRIO CONTRIBUTIVO E ATUARIAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DIÁRIAS. AUXÍLIO-FARDAMENTO. GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA (ART. 18 DA LEI N. 8.273/91). GRATIFICAÇÃO OU ADICIONAL NATALINO (13º SALÁRIO). ABONO PECUNIÁRIO. ADICIONAL OU AUXÍLIO-NATALIDADE. ADICIONAL OU AUXÍLIO-FUNERAL. ADICIONAL DE FÉRIAS. ADICIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIO. ADICIONAL NOTURNO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DE PERICULOSIDADE OU PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PENOSAS. HORA DE REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. ADICIONAL DE SOBREAVISO. LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA. NÃO INCIDÊNCIA. ABONO PECUNIÁRIO. EXTINÇÃO. FALTA DE INTERESSE.
(...)

4. O REGIME CONTRIBUTIVO É POR ESSÊNCIA, UM REGIME DE CARÁTER EMINENTEMENTE RETRIBUTIVO PELO QUE DEVE HAVER, NECESSARIAMENTE, CORRELAÇÃO ENTRE CUSTO E BENEFÍCIO, RAZÃO PELA QUAL NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO AO PSS SOBRE AS PARCELAS NÃO INSERIDAS NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES E INDENIZATÓRIAS; LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA: ADICIONAL DE FÉRIAS (TERÇO CONSTITUCIONAL); DIÁRIAS PRESTADAS FORA DO DOMICÍLIO DO SERVIDOR; AUXÍLIO FARDAMENTO: GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA; AUXÍLIO-NATALIDADE; AUXÍLIO-FUNERAL; ADICIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIO; ADICIONAL NOTURNO; ADICIONAL DE PERICULOSIDADE; ADICIONAL INSALUBRIDADE; ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS; ALIMENTAÇÃO E ADICIONAL DE SOBREAVISO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE.

5. FALTA DE INTERESSE QUANTO AO ABONO PECUNIÁRIO, EM FACE DE SUA EXTINÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR AO OBJETO DO PEDIDO.

6. APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL NÃO PROVIDA.

7. REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDA.

8ª TURMA DO TRF DA 1ª REGIÃO - 06/10/2009
JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA - RELATOR CONVOCADO

1D 48

NÃO FOI POR OUTRO MOTIVO QUE O CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DETERMINOU O PAGAMENTO DE UM ADICIONAL PELA HORA EXTRA TRABALHADA, A FIM DE COMPENSAR O TRABALHADOR PELA JORNADA EXTENUANTE DE TRABALHO.

ADEMAIS, ESSAS VERBAS SÃO RECEBIDAS EM CARÁTER EVENTUAL, PODENDO SER SUPRIMIDAS A QUALQUER TEMPO E NÃO SÃO CONSIDERADAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

ORA, SE TAIS VERBAS POSSUEM CARÁTER INDENIZATÓRIO, EVENTUAL E NÃO SÃO AUFERIDAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO; NÃO HÁ QUE SE FALAR NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS SOBRE ELAS.

O “**STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**”, ATRAVÉS DE INÚMEROS JULGADOS, VEM EXTERNANDO O POSICIONAMENTO PELO AFASTAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE HORAS-EXTRAS, SOB O JULGAMENTO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR DEVEM SOFRER A SUA INCIDÊNCIA.

PORTANTO, É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO OU DO EMPREGADO DE EMPRESAS PRIVADAS.

NESSE SENTIDO, CONFIRAM-SE AS SEGUINTE EMENTAS:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 2. PREQUESTIONAMENTO. OCORRÊNCIA. 3. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E HORAS EXTRAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE. 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

“DECISÃO: TRATA-SE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 102, III, “A” E “C”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONTRA ACÓRDÃO QUE DECIDIU PELA LEGITIMIDADE DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS. A EMENTA RESTOU ASSIM CONSIGNADA (FL. 270): “TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS. OS VALORES PERCEBIDOS PELO SERVIDOR PÚBLICO, A TÍTULO DE ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS, INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, SENDO IRRELEVANTE PARA A FINALIDADE BUSCADA PELO IMPETRANTE O FATO DE A LEI Nº 9.527/97 HAVER VEDADO A INCORPORAÇÃO DE TAIS PARCELAS AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PRECEDENTES DA CORTE.

APELO E REMESSA OFICIAL PROVIDOS". ALEGA-SE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 40 E 195 DA CARTA MAGNA. ESTA CORTE FIRMOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL É ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS, POR SE TRATAREM DE VERBAS INDENIZATÓRIAS. NESSE SENTIDO, O RE 345.458, 2ª T., REL. ELLEN GRACIE, DJ 11/03/2005 E O RE – AGR389.903, 1ª T., REL. EROS GRAU, DJ 5/5/2006, CUJA EMENTA ASSIM DISPÕE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL QUE SE NEGA PROVIMENTO". ASSIM, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (ART. 557, §1º - A, DO CPC) PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS DOS RECORRENTES, SEM HONORÁRIOS (SÚMULA 512 DO STF).

(STF – RE 545.317/DF – RECURSO EXTRAORDINÁRIO, REL. MIN. GILMAR MENDES – 8/5/2007)"

"DECISÃO: O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS), QUE A COLENDIA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 – AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE DESAUTORIZA A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRA E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA – AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI – RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES – RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.)

IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE SUSTENTA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO DIVERGE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL



FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES - RE 215.241 - AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, §1º - A), EM ORDEM A RECONHECER A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA. NO QUE CONCERNE À VERBA HONORÁRIA, REVELA-SE APLICÁVEL O ENUNCIADO CONSTANTE DA SÚMULA 512/STF. (STF - RE 496.261 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REL MIN. CELSO DE MELLO - 19/12/2008)".

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AS SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (STF - RE 389.903 - AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PRIMEIRA TURMA, RELATOR MIN. EROS GRAU - 21/02/2006)."

CONSIDERANDO-SE A PACIFICADA JURISPRUDÊNCIA DO "STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA" FIRMADA NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA "TERÇO DE FÉRIAS E HORAS- EXTRAS" QUE NÃO INTEGRAM O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS DO SERVIDOR, DE ACORDO COM O "ART. 201, § 11 DA CF" E A EXISTÊNCIA DA "REPERCUSSÃO GERAL NO RE - Nº 593.068", CUJO ACÓRDÃO SE REVERTERÁ EM UMA "SUMULA VINCULANTE", OS MAGISTRADOS "A QUO", JÁ ADOTAM O NOVO ENTENDIMENTO EM DECISÕES MONOCRÁTICAS.

O PRETÓRIO EXCELSO VEM DECIDINDO, EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS, QUE ESSE ADICIONAL (HORAS-EXTRAS) ESTARIA LIVRE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PORQUE NÃO SE INCORPORARIA AO SALÁRIO DO SERVIDOR, E, POR CONSEQUÊNCIA, NÃO TERIA REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS PELOS SERVIDORES QUANDO APOSENTADOS.

A PRÓPRIA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA ALTEROU SEU ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO ÀS HORAS EXTRAS. **"A SÚMULA Nº 76 DO C. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO"** TINHA O SEGUINTE TEOR:

"O VALOR DAS HORAS SUPLEMENTARES PRESTADAS HABITUALMENTE, POR MAIS DE 2 (DOIS) ANOS, OU DURANTE TODO O CONTRATO, SE SUPRIMIDAS, INTEGRA-SE AO SALÁRIO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS."

LOGO, BASTARIA A PERCEPÇÃO HABITUAL DAS HORAS EXTRAS POR MAIS DE DOIS ANOS PARA QUE SEU VALOR FOSSE INCORPORADO AO SALÁRIO/REMUNERAÇÃO.

REFERIDA SÚMULA, NO ENTANTO, **"FOI CANCELADA PELA RESOLUÇÃO TST Nº 121/2003 (DJU DE 19, 20 E 21/11/2003)"**, EM SEU LUGAR SENDO EDITADA A **"SÚMULA Nº 291"**, COM O SEGUINTE TEOR:

"A SUPRESSÃO, PELO EMPREGADOR, DO SERVIÇO SUPLEMENTAR PRESTADO COM HABITUALIDADE, DURANTE PELO MENOS 1 (UM) ANO, ASSEGURA AO EMPREGADO O DIREITO À INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO VALOR DE 1 (UM) MÊS DAS HORAS SUPRIMIDAS PARA CADA ANO OU FRAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A SEIS MESES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ACIMA DA JORNADA NORMAL. O CÁLCULO OBSERVARÁ A MÉDIA DAS HORAS SUPLEMENTARES EFETIVAMENTE TRABALHADAS NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, MULTIPLICADA PELO VALOR DA HORA EXTRA DO DIA DA SUPRESSÃO.(GRIFO NOSSO)"

EM OUTRAS PALAVRAS, AS HORAS EXTRAS RECEBIDAS HABITUALMENTE POR, PELO MENOS, UM ANO (E NÃO MAIS DOIS), NÃO MAIS SE INCORPORAM AO SALÁRIO/REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, MAS TÃO SOMENTE GERAM O DIREITO AO RECEBIMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO EM PROL DO EMPREGADO, CASO SUPRIMIDAS.

CREIO, POR CONSEQUENTE, QUE, DA MESMA FORMA QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, O EMPREGADO DO SETOR PRIVADO NÃO INCORPORA O VALOR DO CITADO ADICIONAL DAS HORAS EXTRAS EM SEU SALÁRIO OU REMUNERAÇÃO, MAS TÃO SOMENTE PASSA A TER DIREITO A UMA INDENIZAÇÃO, CASO HABITUAIS E POSTERIORMENTE SUPRIMIDAS. LOGO, NÃO HÁ POR QUE INCIDIR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TAL ADICIONAL, JÁ QUE TAMBÉM NÃO TERÁ QUALQUER REFLEXO NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

ALÉM DISSO, REFERIDO ADICIONAL SERVE PARA INDENIZAR O EMPREGADO PELO SOBRE-ESFORÇO EMPREENDIDO NO DIA DE TRABALHO, ONDE LABUTOU ALÉM DO TEMPO MÁXIMO DE SUA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO PREVISTA PELA PRÓPRIA CARTA MAGNA DE 1988 (ART. 7º, INCISO XIII). NÃO SE TRATA DE CONTRAPRESTAÇÃO AO TRABALHO REALIZADO, POIS A HORA EXTRA TRABALHADA É TAMBÉM PAGA, ACRESCIDA, PORÉM, DA INDENIZAÇÃO PELO DESGASTE SOFRIDO PELO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO EQUIVALENTE A, PELO MENOS, 50% DO VALOR DA HORA NORMAL DE TRABALHO.

O STJ POSSUI ENTENDIMENTO UNÍSSONO SOBRE O TEMA, TENDO FIRMADO ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE NÃO HAVER INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE “HORA EXTRA”, FACE SUA NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA /COMPENSATÓRIA.

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. HORAS EXTRAS E ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. GRATIFICAÇÃO NATALINA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 207 E 688/STF. OFENSA AO ART. 535 DO CPC REPELIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE APRECEITO FEDERAL. SÚMULA 282/STF.
(...)

4. POR OUTRO LADO, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VEM EXTERNANDO O POSICIONAMENTO PELO AFASTAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS SOB O FUNDAMENTO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR DEVEM SOFRER A SUA INCIDÊNCIA. PRECEDENTES: AGRGRE 545.317-1/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES, DJ 14/03/2008; AGRGRE 389.903/DF, REL. MIN. EROS GRAU, DJ 05/05/2006. E AS DECISÕES MONOCRÁTICAS: AI 715.335/MG, REL. MIN. CARMEN LÚCIA, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 29/05/2007. DO STJ: RESP 786.988/DF, REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJ 06/04/2006; RESP 489.279/DF, REL. MIN. FRANCIULLI NETTO, DJ 11/04/2005; RESP 615.618/SC, REL. MIN. FRANCISCO FALCÃO, DJ 27/03/2006.

5. NESSE CONTEXTO, E COM VISTAS NO ENTENDIMENTO EXTERNADO PELO COLENDO STF, O INCONFORMISMO DEVE TER ÊXITO PARA SE DECLARAR A NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAORDINÁRIAS, MANTIDA A EXAÇÃO SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA.

6. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.
(STJ – SEGUNDA TURMA, RESP 200501097527, RESP – RECURSO ESPECIAL – 764586 – RELATOR MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJE DATA: 24/09/2008).

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

xxiii



RECURSO ORDINÁRIO EM MS Nº 14.346 - DF (2002/0005884-6)
RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO.
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL SOBRE
FÉRIAS E HORAS-EXTRAS. VERBAS NÃO INCORPORÁVEIS. INCIDÊNCIA DA
CONTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
PRECEDENTES.

- 1. O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS TEM CARÁTER CONTRIBUTIVO E ATUARIAL, NA CONFORMIDADE DA EC 20/98.**
- 2. OS VALORES PAGOS A TÍTULO DO DENOMINADO "TERÇO CONSTITUCIONAL" E DAS HORAS-EXTRAS NÃO SE INCORPORAM À REMUNERAÇÃO PARA EFEITO DE CÁLCULO E PAGAMENTO DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, LIMITADOS À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO.**
- 3. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO.**
(...)

ADEMAIS É FIRME O CONSTRUCTO JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIO NO ENTENDIMENTO DE QUE OS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS SÃO VANTAGENS PECUNIÁRIAS TRANSITÓRIAS, NÃO SE INCORPORANDO AUTOMATICAMENTE AO VENCIMENTO.

A CITADA VERBA, EMBORA FIZESSE PARTE DOS VENCIMENTOS, TIDOS COMO "REMUNERAÇÕES" CONSTANTES DO "ART. 22 DA LEI 8.212/91" SÃO CONSIDERADOS COMO "EVENTUAIS", OU SEJA, "TRANSITÓRIAS", RECEBIDAS DURANTE A ATIVIDADE, PELO EXERCÍCIO EM SITUAÇÕES PASSAGEIRAS, TENDO A NATUREZA "PROPTER LABOREM".

PORTANTO, NÃO SE INCORPORAM AOS VENCIMENTOS, SENDO EXCLUÍDAS TAMBÉM DO CÁLCULO DA APOSENTADORIA, QUE PREVÊ APENAS AS VERBAS INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR, A TEOR DO "ART. 201, § 11 DA CF/88".

NESSE SENTIDO:

AGRG NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.238.043 - SP (2011/0027305-6)
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO.
ADICIONAIS (NOTURNO E INSALUBRIDADE) E HORA EXTRA.
INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. SÚMULAS NºS
83/STJ E 280/STF. PRECEDENTES.

- 1. ESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA POSSUI ENTENDIMENTO FIRMADO EM QUE O ADICIONAL NOTURNO, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E AS HORAS EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDOS AOS SERVIDORES ENQUANTO EXERCEREM ATIVIDADES NO PERÍODO NOTURNO, SOB EXPOSIÇÃO A AGENTES**

NOCIVOS À SAÚDE E ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO PODEM SER INCORPORADOS AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, LIMITADOS À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO. PRECEDENTES. (GRIFO NOSSOS)

2. "POR OFENSA A DIREITO LOCAL NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO ."
(SÚMULA DO STF, ENUNCIADO Nº 280).
3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
(...)

**AGRG NO RECURSO ESPECIAL Nº 943.050 -PA
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. HORAS EXTRAS. INCORPOAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA PROPTER LABOREM. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO RETRAOATIVA DA LEI Nº 9.784/99. PRECEDENTES**

1. AS HORAS EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDAS AOS SERVIDORES ENQUANTO EXERCEREM ATIVIDADES ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR OU AOS SEUS PROVENTOS DE APOSENTADORIA.

**AGRG NO EDCL NO AGRG NO RESP Nº 651.576 -PA
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS REGIDOS PELA CLT. TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. ESTE E. STJ FIRMOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL A GRATIFICAÇÃO DE HORAS EXTRAS NÃO PODE SER INCORPORADA À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR OU AOS PROVENTOS A APOSENTADORIA, PORQUANTO POSSÍVEL A SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO.

**AGRG NO AG 839114/MT
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO GRATIFICAÇÃO DE HORAS-EXTRAS INCORPORADAS. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

2. ESSA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE AS HORAS-EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDAS PELO

**EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO
PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR.
3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."**

CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, A RECORRENTE REQUER QUE SEJA CONHECIDO E PROVIDO O PRESENTE RECURSO DE MODO A DETERMINAR A REFORMA PARCIAL DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO AFIM DE QUE:

- I. SEJA DECLARADA A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O "MUNICÍPIO IMPETRANTE" E A "UNIÃO – RECEITA FEDERAL DO BRASIL", REFERENTE À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, CONFORME "ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91", INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS, A TÍTULO DE "HORAS EXTRAS" (ART. 7º, XVII – CF), POR TRATAR-SE DE "VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA" QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DO SEGURADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM O "ART. 201, § 11 – DA CF/88", CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO "RE- Nº345;458/RS- STF" ; DA "REPERCUSSÃO GERAL – RE Nº 593.068 REFERENTE AOS PERÍODOS DE 06 /2000 A 06/2010 E SUBSEQUENTES.**
- II. A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS COM BASE NO "ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91, A TÍTULO DE: "HORAS EXTRAS" (ART. 7º, XVII- CF), EMBASADAS NOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS EXPOSTOS NO ITEM "A-I" ANTERIOR, REFERENTE AOS PERÍODOS DE 06/2000 A 06/2010 E SUBSEQUENTES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DESTES "MANDAMUS".**
- III. A DETERMINAÇÃO À "UNIÃO: RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUE SE ABSTENHA DA PRÁTICA TENDENTE A IMPOR AO MUNICÍPIO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PELO EXERCÍCIO DO**

Rua Atvilândia nº 346 - Alto da Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

XXVI

Castellucci Figueiredo
e
Advogados Associados

273
2

JUNTO AO “**STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**”, FAZENDO-O AMPARADO NAS RAZÕES QUE SEGUEM.

REQUER, PORTANTO, QUE SEJA ADMITIDA A PRESENTE PEÇA IMPUGNATIVA, COM CONSEQUENTE ENVIO DOS AUTOS AO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO PAULO, 26 DE JULHO DE 2011.



ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP N° 188.320

PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA
OAB/SP N° 296.896

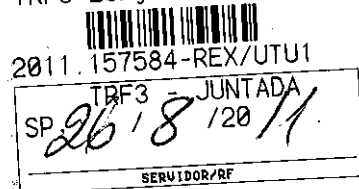
Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO.**

*APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 2010.61.20.004877-1/SP
RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI – PRIMEIRA TURMA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
RECORRIDO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)*

TRF3-26/jul/2011-17:28



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
DEVIDAMENTE QUALIFICADO NOS AUTOS DA APELAÇÃO EM EPÍGRAFE, POR
SEU PROCURADOR QUE ESTA SUBSCREVE, VEM RESPEITOSAMENTE, À
PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA E DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL, NOS AUTOS,
NA FORMA DOS ARTIGOS 541 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 102, III,
ALÍNEA “A” DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL INTERPOR

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

I

JUNTO AO “**STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**”, FAZENDO-O AMPARADO NAS RAZÕES QUE SEGUEM.

REQUER, PORTANTO, QUE SEJA ADMITIDA A PRESENTE PEÇA IMPUGNATIVA, COM CONSEQUENTE ENVIO DOS AUTOS AO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO PAULO, 26 DE JULHO DE 2011.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP N° 188.320

PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA
OAB/SP N° 296.896

AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RAZÕES DO RECORRENTE

**COLEND A CÂMARA,
INCLITOS JULGADORES,**

O V. ACÓRDÃO PROFERIDO PELA 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO, NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM TELA, DECIDIU CONTRARIAMENTE AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE, ORA RECORRENTE, DE TER SUSPENSA A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL PAGAS AOS SEUS SEGURADOS EMPREGADOS A TÍTULO DE HORAS EXTRAS **ART. 7º, XVII – CF E “ART. 22, I DA LEI 8212/91”, POR TRATAR-SE DE “VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA” QUE NÃO INTEGRA O SALÁRIO DO SEGURADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM O “ART. 201, § 11 – DA CF/88”, CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO “RE- Nº345;458/RS-STF”; DA “REPERCUSSÃO GERAL – RE Nº 593.068”.**

A COLEND A TURMA AO PROFERIR A DECISÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO, PAUTOU-SE NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS **HORAS- EXTRAS**, NÃO TEM NATUREZA **“INDENIZATÓRIA” / “COMPENSATÓRIA”**, CONTRARIANDO AS SUCESSIVAS DECISÕES EMANADAS PELO **“STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”**, E PELO **“STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA”** DE QUE NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO

Rua Alvilândia nº 346 – Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

III



PREVIDENCIÁRIA SOBRE A REFERIDA VERBA, JUSTAMENTE, POR POSSUIR NATUREZA **COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA**", NÃO INTEGRANDO O SALÁRIO PARA FINS DO CÁLCULO DA APOSENTADORIA.

DO CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

O ACÓRDÃO GUERREADO EXTERNOU ENTENDIMENTO CONTRÁRIO AO JÁ SEDIMENTADO NO PRETÓRIO EXCELSO, HAJA VISTA, TER DECIDIDO PELA LEGITIMIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE AS HORAS EXTRAS.

NESSE SENTIDO:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDENCIA. DESCABIMENTO.

"É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO".

(...)

"SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DE SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA".

(...)

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AI/ 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REL: MIN. ELLEN GRACIE)"

NA MESMA ESTEIRA:

"(...)

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

NO RE, FUNDADO, NO ART.102, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALEGOU-SE OFENSA AOS ARTS. 40, § 3º, 195, §5º E 201, §11 DA MESMA CARTA.

O AGRAVO NÃO MERECE ACOLHIDA. A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. CABE AQUI, POR OPORTUNO, A COLAÇÃO DA EMENTA DO RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, A SEGUIR TRANSCRITA:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

NO MESMO SENTIDO: RE 545.317-AGR/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES.

ISSO PONTO, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO.

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AI/ 706028 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REL: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI - 12/05/2008)

“DECISÃO: O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS. IMPENDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE À INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS AS HORAS EXTRAS), QUE A COLETA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 - AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. “AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” COMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS A QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLYEDA PERTENCE- AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEM LUCIA - AI 706/028/MG. REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI- RE 551.198/MG. REL. MIN. GILMAR MENDES - RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.). IMPÕE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVEL INACOLHÍVEL A ORIENTAÇÃO RECURSAL ORA EM EXAME NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (COC, ART.557, § 1º A), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SOBRE HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECÍFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - “RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 479193 - REL: MIN. CELSO DE MELLO - 18/12/2008)”

ADEMAIS, O “**STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” POSSUI REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O “**TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**”; “**HORAS-EXTRAS**” ADICIONAIS E PARCELAS QUE NÃO SE INCORPORAM AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA.

AS DECISÕES EMANADAS SÃO UNÍSSONAS NO SENTIDO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS QUE PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PARA FINS DE APOSENTADORIA PODEM SOFRER A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

FACE AOS REPETITIVOS JULGAMENTOS PROFERIDOS PELA CORTE SUPREMA, NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VERBAS COMPENSATÓRIAS|INDENIZATÓRIAS, FOI RECONHECIDO POR UNANIMIDADE A “**REPERCUSSÃO GERAL**” NO “**RE Nº 593.068**” COM O SEGUINTE TEOR:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO). HORAS-EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO).

1. RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM QUE SE DISCUTE A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE ADICIONAL E GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS, TAIS COMO TERÇO DE FÉRIAS, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS, ADICIONAL NOTURNO E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DISCUSSÃO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO, E, PORTANTO, INSERTOS OU NÃO NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE FONTE DE CUSTEIO SEM CONTRAPARTIDA DE BENEFÍCIO DIRETO AO CONTRIBUINTE. ALCANCE DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO SOLIDÁRIO E SUBMETIDO AO EQUILÍBRIO ATUARIAL E FINANCEIRO (ARTS. 40, 150, IV E 195, § 5º DA CONSTITUIÇÃO).

2. ENCAMINHAMENTO DA QUESTÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL CONTROVERTIDA.

DECISÃO: O TRIBUNAL RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL SUSCITADA, VENCIDOS OS MINISTROS CELSO DE MELLO, CEZAR PELUSO, EROS GRAU E MENEZES DIREITO. NÃO SE MANIFESTARAM AS MINISTRAS CARMEM LÚCIA E ELLEN GRACIE.
MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

DESTA FEITA, A CAUSA OFERECE REPERCUSSÃO GERAL JUSTIFICANDO ASSIM O PROCESSAMENTO DO RECURSO AFIM DE SER REFORMADA PARCIALMENTE R. DECISÃO HOSTILIZADA.

DOS FATOS

A RECORRENTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A SEGURIDADE SOCIAL, NA ALÍQUOTA DE **20%** (VINTE POR CENTO) INCIDENTES SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS DEVIDAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, AOS SEGURADOS EMPREGADOS, DE ACORDO COM O **ART. 22, I, LEI Nº. 8.212/91**.

POR ANALOGIA DO **"ART. 28 DA LEI Nº. 8.212/91" RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL** CONSIDERA AS **"HORAS EXTRAS"** E O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** (REF. 7º, **XVVI/CF**) COMO REMUNERAÇÃO INTEGRANTE DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.

O **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** A PARTIR DO **"RE – Nº 345.458/RS E ITERATIVOS JULGAMENTOS"** FIXOU ENTENDIMENTO DE QUE É **"ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE"**, **"ADICIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"** E DEMAIS **"ADICIONAIS EVENTUAIS"** POR TRATAR-SE DE **"VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS"** SENDO QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONFORME PRECEITUA O **"ART. 201, § 11 DA CF/88."**

ATRAVÉS DO REC. EXTR. Nº 593.068, **"STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"**, POR UNANIMIDADE, RECONHECEU A EXISTÊNCIA DA **"REPERCUSSÃO GERAL"** DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL SUSCITADA.

O **"STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"**, ATRAVÉS DO **"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL"** COM O REALINHAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA REVIU ENTENDIMENTO ANTERIOR PARA DECIDIR QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** E **"HORAS-EXTRAS"**, ADEQUANDO-SE A POSIÇÃO SEDIMENTADA NO **"PRETÓRIO EXCELSO"**.

PORTANTO, POR TRATAR-SE DE MATÉRIA PACIFICADA E COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DO “**STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**” E “**STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**” PRETENDE A EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS ATRAVÉS DE DECLARATÓRIA DA INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE, SOBRE “**HORA EXTRAS**” QUE NÃO SE INCORPORAM AO SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS, REFERENTES ÀS COMPETÊNCIAS DECENAL E SUBSEQÜENTES ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA PRESENTE AÇÃO, COM ABSTENÇÃO DA “**RFB RECEITA FEDERAL DO BRASIL**” DE PRATICAR QUAISQUER ATOS TENDENTES A PREJUDICAR O EXERCÍCIO DO DIREITO A SER ASSEGURADO PELO PRESENTE “**MANDAMUS**”.

DO DIREITO

A IMPETRANTE É PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SUJEITA AO RECOLHIMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS SEGURIDADE SOCIAL, DE ACORDO COM O “**ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91**” DA SEGUINTE FORMA:

ART. 22 - A CONTRIBUIÇÃO A CARGO DA EMPRESA, DESTINADA À SEGURIDADE SOCIAL, ALÉM DO DISPOSTO NO ART. 23, É DE:

I - VINTE POR CENTO SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS A QUALQUER TÍTULO, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS QUE LHE PRESTEM SERVIÇOS.

II - PARA O FINANCIAMENTO DO BENEFÍCIO PREVISTO NOS ARTS. 57 E 58 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DAQUELES CONCEDIDOS EM RAZÃO DO GRAU DE INCIDÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA DECORRENTE DOS RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO, SOBRE O TOTAL DAS REMUNERAÇÕES PAGAS OU CREDITADAS, NO DECORRER DO MÊS, AOS SEGURADOS EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS:

A) 1% (UM POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE O RISCO DE ACIDENTES DO TRABALHO SEJA CONSIDERADO LEVE;

B) 2% (DOIS POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE ESSE RISCO SEJA CONSIDERADO MÉDIO;

C) 3% (TRÊS POR CENTO) PARA AS EMPRESAS EM CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE ESSE RISCO SEJA CONSIDERADO GRAVE.

A **LEI Nº. 8.212/91** APLICA PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA O TERMO GENÉRICO DE **"REMUNERAÇÃO"** QUE POR ANALOGIA ABRANGE TODOS OS VALORES RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO INDEPENDENTE DE SUA NATUREZA TRIBUTÁRIA.

DE ACORDO COM O CTN PARA QUE SURJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PAGAR TRIBUTOS, É NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DO RESPECTIVO FATO GERADOR; CONFORME **ART. 11, §1º DO CTN**.

"ART. 113 - §1º A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL SURGE COM A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, TEM POR OBJETO O PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU PENALIDADE PECUNIÁRIA E EXTINGUE-SE JUNTAMENTE COM O CRÉDITO DELA DE CORRENTE.

OU SEJA, SOMENTE QUANDO OCORRER NO MUNDO FENOMÊNICO A HIPÓTESE DESCRITA NA NORMA, REALIZADA PELO SUJEITO PASSIVO OCORRERÁ O DEVER JURÍDICO DE PAGAR O TRIBUTOS, **"ART. 114 - FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É A SITUAÇÃO DEFINIDA EM LEI COMO NECESSÁRIO E SUFICIENTE A SUA OCORRÊNCIA.**

PELA REGRA DA TIPICIDADE FECHADA, O FISCO NÃO PODERÁ ESTENDER A INTERPRETAÇÃO SOBRE A MATERIALIDADE DO FATO GERADOR, A FIM DE ABRANGER FATOS ALÉM DO QUE OS PREVISTOS NA NORMA DE INCIDÊNCIA, SENDO TAMBÉM, VETADO O EMPREGO DA ANALOGIA PARA FINS DE IMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA.

NESSE SENTIDO:

"ART. 108 - NA AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EXPRESSA, A AUTORIDADE COMPETENTE PARA APLICAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA UTILIZARÁ SUCESSIVAMENTE, NA ORDEM INDICADA:

§ 1º O EMPREGO DA ANALOGIA NÃO PODERÁ RESULTAR NA EXIGÊNCIA DE TRIBUTOS NÃO PREVISTO NA LEI.

PORTANTO, QUAL SERIA A REGRA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS?

O **"ART. 195, 1; CF/91"** ASSIM DEFINIU QUE:

"A SEGURIDADE SOCIAL SERÁ FINANCIADA POR TODA SOCIEDADE, DE FORMA DIRETA E INDIRETA NOS TERMOS DA LEI MEDIANTE RECURSOS PROVENIENTES DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A CARGO DO EMPREGADOR, DA EMPRESA E DA ENTIDADE A ELA EQUIPARADA NA FORMA DE LEI, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO A PESSOA FÍSICA QUE LHE PRESTE SERVIÇO, MESMO SEM VINCULO EMPREGATÍCIO".

ASSIM SENDO PODEMOS CONCLUIR QUE POR ESTE DISPOSITIVO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TENDO COMO:

- A) SUJEITO PASSIVO O EMPREGADOR (EMPRESA, ENTIDADE EQUIPARADA)**
- B) SUJEITO ATIVO "UNIÃO FEDERAL"**
- C) ASPECTO TEMPORAL: O MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS**
- D) ELEMENTO ESPACIAL: O LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**
- E) ELEMENTO QUANTITATIVO: A BASE DE CÁLCULO TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE CADA EMPREGADO, SOBRE O QUAL INCIDE UMA ALÍQUOTA DE 20% (VINTE POR CENTO).**

NESTE DIAPASÃO A **"FOLHA DE SALÁRIO"** SIGNIFICA A SOMA DAS REMUNERAÇÕES PAGAS AO EMPREGADO, EM DETERMINADO PERÍODO; DESTE MODO, O CRITÉRIO MATERIAL DO FATO GERADOR DESTA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA COM SALÁRIOS PROVENIENTES DE UMA RELAÇÃO DE TRABALHO.

DE ACORDO COM O ARTIGO 22, I DA LEI Nº. 8.212/91, A EXPRESSÃO UTILIZADA **"REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO"** NADA MAIS É QUE SEU PRÓPRIO **"SALÁRIO"**, **NECESSÁRIO CONCLUIR QUE AS CONTRIBUIÇÕES DO ART. 22, I DA LEI Nº. 8.212/91 INCIDEM UNICAMENTE SOBRE O SALÁRIO, E SOBRE TODAS AS REMUNERAÇÕES PERCEBIDAS, DESDE QUE VENHAM INTEGRAR O SALÁRIO PARA FINS DE BENEFÍCIOS, CONFORME PRECEITUA O "ART. 201, § 11 DA CF/88".**

PARA AMAURI MASCARO NASCIMENTO **"SALÁRIO É A TOTALIDADE DAS PERCEPÇÕES ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES, QUALQUER QUE SEJA A FORMA OU MEIO DE PAGAMENTO, QUER RETRIBUAM O TRABALHO EFETIVO,**

OS PERÍODOS DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO E OS DESCANSOS COMPUTÁVEIS NA JORNADA DE TRABALHO.”

ASSIM SENDO, PODEMOS CONCLUIR QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO INDENIZATÓRIO OU COMPENSATÓRIO, POIS ESTAS DIFERENCIAM DAQUELE POR TEREM COMO FINALIDADE A REPARAÇÃO DOS DANOS OU RESSARCIMENTO DE GASTOS DO EMPREGADO, SEGUNDO AMAURI MASCARO:

“EXISTEM VÁRIAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE NATUREZA NÃO SALARIAL. O TÍTULO EXEMPLIFICATIVO ENUMERE-SE, DENTRE AS OBRIGAÇÕES SALARIAIS, INDENIZAÇÕES, RESSARCIMENTO DE GASTOS PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTOS PRÓPRIAS, VERBAS DE QUILOMETRAGEM E REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DESVINCULADA DO SALÁRIO, PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE, TREINAMENTO PROFISSIONAL, ABONO DE FÉRIAS NÃO EXCEDENTE DE 20 DIAS, CLUBES DE LAZER(...)”

COM ISSO, RESTA EVIDENTE QUE, OS VALORES RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS COM NATUREZA INDENIZATÓRIA, ASSIM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS, NÃO POSSUEM NATUREZA JURÍDICA DE SALÁRIO/REMUNERAÇÃO, LOGO, NÃO CONSTITUEM FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL CALCULADA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, TAMPOUCO HÁ QUE SE FALAR NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS RECOLHEREM O ALUDIDO TRIBUTO SOBRE ESTAS PARCELAS.

O § 11 DO ART. 201 DA CF/88 PREVÊ QUE OS “GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO, SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTEMENTE EM BENEFÍCIOS, NO CASO E NA FORMA DA LEI” (GRIFO NOSSO)

POR SEU TURNO, A **LEI Nº. 8.212/91** PRECEITUA QUE:

“CAPÍTULO IX – DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ART. 28. ENTENDE-SE POR SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO:

I – PARA O EMPREGADO E TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, DESTINADOS A RETRIBUIR O TRABALHO, QUALQUER QUE SEJA A SUA FORMA, INCLUSIVE AS GORJETAS, OS GANHOS HABITUAIS SOB A FORMA DE UTILIDADE E OS ADIANTAMENTOS DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL, QUER PELOS SERVIÇOS

EFETIVAMENTE PRESTADOS, QUER PELO TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR OU TOMADOR DE SERVIÇOS NOS TERMOS DA LEI OU DO CONTRATO OU, AINDA, DE CONVENÇÃO OU ACORDO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA;

§9º NÃO INTEGRAM O SALÁRIO -DE- CONTRIBUIÇÃO (...), EXCLUSIVAMENTE:

E) AS IMPORTÂNCIAS:

- 3. RECEBIDAS A TÍTULO DA INDENIZAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 479 DA CLT;**
- 4. RECEBIDAS A TÍTULO DA INDENIZAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 14 DA LEI Nº. 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973;**
- 5. RECEBIDAS A TÍTULO DE INCENTIVO À DEMISSÃO;**
- 6. RECEBIDAS A TÍTULO DE ABONO DE FÉRIAS NA FORMA DOS ARTS. 143 E 144 DA CLT;**
- 7. RECEBIDAS A TÍTULO DE GANHOS EVENTUAIS E OS ABONOS EXPRESSAMENTE DESVINCULADOS DO SALÁRIO;**
- 8. RECEBIDAS A TÍTULO DE LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA.**

ESTE, O REGRAMENTO DO DECRETO Nº. 3.048/99:

"CAPÍTULO VII

DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ART. 214. ENTENDA-SE POR SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO:

I – PARA O EMPREGADO E O TRABALHADOR AVULSO: A REMUNERAÇÃO AUFERIDA EM UMA OU MAIS EMPRESAS, ASSIM ENTENDIDA A TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS PAGOS, DEVIDOS OU CREDITADOS A QUALQUER TÍTULO, DURANTE O MÊS, DESTINADOS A RETRIBUIR O TRABALHO (...);

§ 9º NÃO INTEGRAM O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO, EXCLUSIVAMENTE:

IV – AS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE FÉRIAS INDENIZADAS E RESPECTIVO ADICIONAL CONSTITUCIONAL, INCLUSIVE O VALOR CORRESPONDENTE À DOBRA DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS DE QUE TRATA O ART. 137 DA [CLT];

V – AS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE:

I) ABONO DE FÉRIAS NA FORMA DOS ARTS. 143 E 144 DA [CLT];

J) GANHOS EVENTUAIS E ABANOS EXPRESSAMENTE DESVINCULADOS DO SALÁRIO POR FORÇA DE LEI;

L) LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA; E

M) OUTRAS INDENIZAÇÕES, DESDE QUE EXPRESSAMENTE PREVISTAS EM LEI;"

PELOS ENUNCIADOS, COMPREENDE-SE QUE O FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PASSA PELA AFERIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA AUFERIDA: SE **"INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"** OU **"REMUNERATÓRIA"** ATENTANDO-SE TAMBÉM PELO FATO DE SER

"PERMANENTE/HABITUAL", OU **"EVENTUAL",** POIS, VERBAS **"INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"** NÃO GERAM CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

PORTANTO, QUANDO SE TRATA DE **"VERBAS INDENIZATÓRIA / COMPENSATÓRIA"** (**NÃO-HABITUAL POR NATUREZA**), NÃO RESTA DÚVIDA DE QUE NÃO HÁ INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, JÁ PELA LITERALIDADE DA EXPRESSÃO **"REMUNERAÇÃO"** CONSTANTE DO **ART. 28 DA LEI Nº. 8.212/91** (QUE DÁ CONCRETUDE AO **ART. 185, II, DA CF 88**).

NO CASO, ADEMAIS, AS PREVISÕES LEGAIS ABONAM AS EXCLUSÕES CONFORME: **§ 11 DO ART. 201 – CF 88; ART. 28, § 9º, "E", "7", DA LEI Nº. 8.212/91;** E **"ART. 214, § 9º, IV, V, "I", "J", "L" E "M", DO DECRETO Nº. 3.048/99,** ATÉ PORQUE O CONCEITO DE RENDA DO **ART. 457 DA CLT** A TAIS PAGAMENTOS NÃO SE AMOLDA.

ESTE, NÃO O BASTE, OS PRECEITOS PARADIGMAS DO **"STF"** E **"STJ"** (ALGUNS A RECLAMAR LEITURA **"MUTATIS MUTANDIS"**), A EVIDENCIAR A NATUREZA **"INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"** DAS PARCELAS PAGAS A TÍTULO DE **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"** E **"HORAS-EXTRAS"** E DEMAIS VERBAS PAGAS EM CARÁTER NÃO HABITUAL E QUE NÃO INTEGRAM SALÁRIO DO SERVIDOR PARA FINS DE BENEFÍCIOS.

COM EFEITO, SOBRE O **"ADICIONAL DE FÉRIAS"; "HORAS EXTRAS"** E **"ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÉCHE, VALE TRANSPORTE, ABONO ASSIDUIDADE, ABONO ÚNICO",** O **"STF"** E O **"STJ"**, ATRAVÉS DE VÁRIOS JULGADOS, FIRMARAM ENTENDIMENTO, NO SENTIDO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

DESTA FORMA, SOBRE OS CITADOS ADICIONAIS, VERIFICA-SE QUE NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, VISTO QUE NÃO TEM CARÁTER RETRIBUTIVO, UMA VEZ QUE NÃO INTEGRARÃO A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR A SER PERCEBIDA QUANDO DA APOSENTADORIA.

IGUALMENTE, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VALORES, **"AINDA QUE PERMANENTES"**, QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DE

APOSENTADORIA, COMO O **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"** E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA.

ESSA TESE FOI CONSAGRADA, PELA MINISTRA ELIANA CALMON, NO VOTO-VENCEDOR PROFERIDO NO **"PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6.544/02"** QUE, APÓS EXAMINAR DETIDAMENTE REPORTANDO-SE INCLUSIVE A ENTENDIMENTO DO EXCELSO PRETÓRIO, CONCLUI:

"ENTENDO QUE NÃO HÁ MAIS DÚVIDA SOBRE O TEMA, DIANTE DAS DECISÕES JUDICIAIS DA SEGUNDA TURMA DESTE STJ, DA POSIÇÃO DO CORTE DE CONTAS E DO ENTENDIMENTO DO STF. A CONCLUSÃO À QUAL SE CHEGA É DE QUE A CONTRIBUIÇÃO NÃO INCIDE SOBRE AS GRATIFICAÇÕES E OS ADICIONAIS DE PERCEPÇÃO PERMANENTE, QUE NÃO INTEGRARÃO OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, COMO CONSTA EXPLICITAMENTE, DA MANIFESTAÇÃO DO SR. DIRETOR GERAL, DE FL. 58, E DO PARECER DE FLS. 52/57 DA RESPECTIVA ASSESSORIA, RESSALVADA A LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO NATALINA (13º SALÁRIO) PORQUE CONSTITUI VANTAGEM "CARREADA PARA APOSENTADORIA" (FL. 56), JULGADO EM 24/11/2003."

DEVERÁS, POR ISSO QUE DESENHADO O MODELO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO PELA **"EC – 20/98"**, SOB O ENFOQUE CONSTITUTIVO E ATUARIAL, INEQUÍVOCO QUE OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE **"TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS"**, **"HORAS EXTRAS"**, **"ABONOS"**, **"GRATIFICAÇÕES"** E DEMAIS PARCELAS DE **"NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA"**, POSTO NÃO INTEGRANTES DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO, NÃO FUNDAM MENCIONADA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR NÃO CONTER NATUREZA SALARIAL, CONFORME RETRO MENCIONADO.

SENDO ASSIM, FACE AO NOVO POSICIONAMENTO DO **"STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** E A JURISPRUDÊNCIA DO **"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ"**, TAMBÉM VEM SOFRENDO REALINHAMENTO, ADEQUANDO-SE À POSIÇÃO SEDIMENTADA NO PRETÓRIO EXCELSO, NO SENTIDO DE QUE AS **"HORAS-EXTRAS E DEMAIS ADICIONAIS TAMBÉM NÃO INTEGRAM A BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA"**.

O **"STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** EM VÁRIOS JULGADOS JÁ SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE QUE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SÓ INCIDE SOBRE O SALÁRIO (ESPÉCIE) E NÃO SOBRE O TOTAL DA REMUNERAÇÃO (GÊNERO) E EXPRESSAMENTE EXCLUI DO SEU ÂMBITO DE INCIDÊNCIA AS

PARCELAS CUJA NATUREZA JURÍDICA SEJAM INDENIZATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS E NÃO HABITUAIS.

DE ACORDO COM O POSICIONAMENTO DO STF, AS PARCELAS QUE TENHAM UM CARÁTER INDENIZATÓRIO E MESMO QUE HABITUAL E PERMANENTE ESTÃO FORA DO ALCANCE DO CONCEITO DE SALÁRIO E CONSEQUENTEMENTE, DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

DESTE MODO, AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE: **ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, HORA-EXTRA, SALÁRIO-MATERNIDADE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E FÉRIAS INDENIZADAS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, AVISO PRÉVIO, SALÁRIO EDUCAÇÃO, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-CRÊCHE, VALE TRANSPORTE, ABONO ASSIDUIDADE, ABONO ÚNICO**, POR TEREM NATUREZA JURÍDICA E INDENIZATÓRIAS E/OU NÃO HABITUAL, NÃO PODEM SER CONSIDERADAS COMO SALÁRIO EM SENTIDO ESTRITO, TAMPOUCO SEU PAGAMENTO ENSEJA A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NO **ART. 195, I, "A", DA CRFB C/C ART. 22, I, DA LEI Nº. 8.212/91**.

AO ANALISAR A FINALIDADE DO ADICIONAL DE FÉRIAS (**1/3 – CONSTITUCIONAL**) O **"STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"**, CUJO INÍCIO ESTÁ NO JULGAMENTO DO **"RE-345.458/RS"** (SEGUNDA TURMA), FIRMOU-SE ENTENDIMENTO PELA NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL, AO FUNDAMENTO DE QUE A REFERIDA VERBA DETÉM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, PORTANTO NÃO HABITUAL E NÃO SE INCORPORA AOS SALÁRIOS DO SERVIDOR.

A **"CONSTITUIÇÃO FEDERAL"**, DISCIPLINA ATRAVÉS DO **ART. 201**, O CONCEITO QUE DEVE SER ADOTADO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NESTES EXATOS TERMOS:

O **"ART. 201, § 11:" DA CF/88** PREVÊ QUE:

"OS GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO, A QUALQUER TÍTULO SERÃO INCORPORADOS AO SALÁRIO PARA EFEITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS".

PORTANTO, DE ACORDO COM A **"CONSTITUIÇÃO"**, SOMENTE OS GANHOS HABITUAIS, ENTENDENDO-SE AQUELES RECEBIDOS PERMANENTEMENTE, OU

SEJA: SALÁRIO FIXO E ADICIONAIS QUE REPERCUTEM NA APOSENTADORIA, SOFRE A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO VIGENTE, A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98, ENCONTRA-SE FUNDADO EM BASE RIGOROSAMENTE CONTRIBUTIVA E ATUARIAL, O QUE IMPLICA EQUIVALÊNCIA ENTRE O GANHO NA ATIVA E OS PROVENTOS RECEBIDOS DURANTE A INATIVIDADE PELA REGRA DO **"ART. 195, §5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – NENHUM BENEFÍCIO OU SERVIÇO DA SEGURIDADE SOCIAL PODERÁ SER CRIADO, MAJORADO OU ESTENDIDO SEM A CORRESPONDENTE FONTE DE CUSTEIO TOTAL"**.

"NÃO SE PODE CRIAR FONTE DE CUSTEIO SEM O BENEFÍCIO CORRESPONDENTE (ADIN – 790-4/DF)".

COMO BEM LEMBROU O INSIGNE MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS:

"O QUE IMPORTA SABE É SE O DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO NESSAS VERBAS TERÁ SUA CONTRAPARTIDA NOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR, TENDO EM VISTA A MODIFICAÇÃO INTRODUZIDA NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO IMPRIMINDO-LHE CARÁTER CONTRIBUTIVO E ATUARIAL (RMS – 14.346/DF - DJ 28.06.2004)".

IGUALMENTE, NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VALORES, AINDA QUE PERMANENTES, QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS SE APOSENTADORIA DE NATUREZA **"COMPENSATÓRIA"** OU **"INDENIZATÓRIA"**.

O ARCABOUÇO PREVIDENCIÁRIO VIGENTE ESTÁ ESTEADO EM BASES RIGOROSAMENTE ATUARIAIS, DE SORTE QUE, SE NÃO HOUE LAMENTÁVEIS DISTORÇÕES, DEVE HAVER SEMPRE EQUIVALÊNCIA ENTRE O GANHO NA ATIVA E OS PROVENTOS E AS PENSÕES NA INATIVIDADE.

SE É CERTO QUE, NO ENSEJO DA APOSENTADORIA, NÃO SERÁ PERCEBIDA A RETRIBUIÇÃO AUFERIDA NA ATIVA CONCERNENTEMENTE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE A TOTALIDADE DAS REMUNERAÇÕES, NÃO FAZ O MENOS SENTIDO QUE SOBRE O PERCEBIDO A TÍTULO DE VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS, INCIDE O PERCENTUAL RELATIVO A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

O **"ART. 201, § 11 DA CF/88 É CONDICIONANTE"** AO DETERMINAR QUE: **"OS GANHOS HABITUAIS... E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO EM BENEFÍCIOS"**.

ORA, SE SOBRE TODAS AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE **"REMUNERAÇÃO"** (ART. 22, I DA LEI Nº 8.212/91) INCIDIR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, E SE ENTRE ELAS CONSTAR **"VERBAS INDENIZATÓRIAS/COMPENSATÓRIAS"** QUE NÃO IRÃO REPERCUTIR EM BENEFÍCIOS QUANDO DA APOSENTADORIA, A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NÃO SERÁ DEVIDA SOBRE ESTAS VERBAS, POIS AGRIDE LITERALMENTE O ENUNCIADO FINAL DO DISPOSITIVO LEGAL.

O **"STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"** PACIFICOU ENTENDIMENTO QUE:

"NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS VALORES AINDA QUE PERMANENTES QUE NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, COMO AS HORAS-EXTRAS, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA OU INDENIZATÓRIA".

ASSIM SENDO, AS VERBAS REMUNERATÓRIAS QUE DETÉM NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, RECEBIDAS DE FORMA EVENTUAL E NÃO HABITUAL, AS QUAIS TEM COMO ESCOPO COMPENSAR OU GRATIFICAR O SERVIDOR PELO EXERCÍCIO DE UMA ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA OU PELO DESGASTE, NÃO INCIDEM A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

NESSE SENTIDO:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO DE FÉRIAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA. DESCABIMENTO.

"É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO".

(...)

"SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DE SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA".

(...)

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AI/ 705663 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REL: MIN. ELLEN GRACIE)"

NA MESMA ESTEIRA:

"(...)"



TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

NO RE, FUNDADO, NO ART.102, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALEGOU-SE OFENSA AOS ARTS. 40, § 3º, 195, §5º E 201, §11 DA MESMA CARTA.

O AGRAVO NÃO MERECE ACOLHIDA. A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL É NO SENTIDO DE QUE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO PODEM INCIDIR EM PARCELAS INDENIZATÓRIAS OU QUE NÃO INCORPOREM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR. CABE AQUI, POR OPORTUNO, A COLAÇÃO DA EMENTA DO RE 389.903-AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, A SEGUIR TRANSCRITA:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO”.

NO MESMO SENTIDO: RE 545.317-AGR/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES.

ISSO PONTO, NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO.

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AI/ 706028 – AGRAVO DE INSTRUMENTO - REL: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI – 12/05/2008)”

“DECISÃO: O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS. IMPEDE DESTACAR, NO QUE CONCERNE Á INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS AS HORAS EXTRAS), QUE A COLEDA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 – AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE TORNA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. “AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” COMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS A QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE- AI 704.310/MG, REL. MIN. CARMEM LUCIA – AI 706/028/MG. REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI- RE 551.198/MG. REL. MIN. GILMAR MENDES – RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU,V.G.). IMPÕE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVEL INACOLHÍVEL A ORIENTAÇÃO RECURSAL ORA EM EXAME NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE QUESTIONA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO AJUSTA-SE A



ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES RE 215.241-AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA – RE 225.217/SP REL. MIN. ILMAR GALVÃO, VG.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (COC, ART.557, § 1ºA), EM ORDEM A RECONHECER QUE NÃO É EXIGÍVEL A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS, INVERTIDOS, NESSE ESPECÍFICO PONTO, OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

(STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - “RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 479193 - REL: MIN. CELSO DE MELLO – 18/12/2008)”

EM RECENTE DECISÃO, O “**TRF – 1ª REGIÃO – DF**”, AO ANALISAR A “**APELAÇÃO CÍVEL – PROCESSO Nº. 2002.34.00.005797-2/DF**”, DISPONDO SOBRE A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NAS VERBAS DE NATUREZA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA, ASSIM SE MANIFESTOU:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PSS. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME PREVIDENCIÁRIO CONTRIBUTIVO E ATUARIAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DIÁRIAS. AUXÍLIO-FARDAMENTO. GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA (ART. 18 DA LEI N. 8.273/91). GRATIFICAÇÃO OU ADICIONAL NATALINO (13º SALÁRIO). ABONO PECUNÁRIO. ADICIONAL OU AUXÍLIO-NATALIDADE. ADICIONAL OU AUXÍLIO-FUNERAL. ADICIONAL DE FÉRIAS. ADICIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIO. ADICIONAL NOTURNO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DE PERICULOSIDADE OU PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PENOSAS. HORA DE REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. ADICIONAL DE SOBREAVISO. LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA. NÃO INCIDÊNCIA. ABONO PECUNÁRIO. EXTINÇÃO. FALTA DE INTERESSE.

(...)

4. O REGIME CONTRIBUTIVO É POR ESSÊNCIA, UM REGIME DE CARÁTER EMINENTEMENTE RETRIBUTIVO PELO QUE DEVE HAVER, NECESSARIAMENTE, CORRELAÇÃO ENTRE CUSTO E BENEFÍCIO, RAZÃO PELA QUAL NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO AO PSS SOBRE AS PARCELAS NÃO INSERIDAS NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES E INDENIZATÓRIAS; LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA: ADICIONAL DE FÉRIAS (TERÇO CONSTITUCIONAL); DIÁRIAS PRESTADAS FORA DO DOMICÍLIO DO SERVIDOR; AUXÍLIO FARDAMENTO; GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA; AUXÍLIO-NATALIDADE; AUXÍLIO-FUNERAL; ADICIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIO; ADICIONAL NOTURNO; ADICIONAL DE PERICULOSIDADE; ADICIONAL INSALUBRIDADE; ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS; ALIMENTAÇÃO E ADICIONAL DE SOBREAVISO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE.

5. FALTA DE INTERESSE QUANTO AO ABONO PECUNÁRIO, EM FACE DE SUA EXTINÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR AO OBJETO DO PEDIDO.

6. APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL NÃO PROVIDA.

7. REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDA.

8. RECURSO ADESIVO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

DECIDE A TURMA, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL E DAR PARCIAL PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL E AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR.

8ª TURMA DO TRF DA 1ª REGIÃO – 06/10/2009

JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA – RELATOR CONVOCADO

ASSIM, TEMOS QUE TODAS AS REMUNERAÇÕES PAGAS AO SERVIDOR A QUALQUER TÍTULO QUE LHE SEJA CONFERIDO, QUE DETENHA A NATUREZA **“COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA”**, NÃO SERÁ UTILIZADA COMO BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR TER O CARÁTER DE EVENTUALIDADE E NÃO SE INCORPORAR AO SALÁRIO EFETIVO DO SERVIDOR QUANDO DA APOSENTADORIA NA FORMA DO **“ART. 201, § 11º, DA CF/88”**.

HORAS - EXTRAS

A JORNADA NORMAL DE TRABALHO É O ESPAÇO DE TEMPO DURANTE O QUAL O EMPREGADO DEVERÁ PRESTAR SERVIÇO OU PERMANECER À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR, COM HABITUALIDADE; NOS TERMOS DA CF, **ART. 7º, XIII**, SUA DURAÇÃO DEVERÁ SER DE ATÉ **8** HORAS DIÁRIAS, E **44** SEMANAIS; EM SE TRATANDO DE EMPREGADOS QUE TRABALHEM EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO, A JORNADA DEVERÁ SER DE **6** HORAS, SALVO NEGOCIAÇÃO COLETIVA. HORAS-EXTRAS SÃO AQUELAS QUE ULTRAPASSAM A JORNADA NORMAL FIXADA POR LEI, CONVENÇÃO COLETIVA, SENTENÇA NORMATIVA OU CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE ACORDO COM O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL **ART. 7º, XVI**, O PAGAMENTO DA HORA É DE NO MÍNIMO **50%**.

O CORPO E A MENTE HUMANA POSSUEM CAPACIDADE LIMITADA PARA ATIVIDADE LABORAL, APÓS DETERMINADO PERÍODO PERDEMOS PRODUTIVIDADE E NOSSO ORGANISMO COMEÇA A FICAR DEFICITÁRIO. ALÉM DOS PREJUÍZOS FÍSICOS E MENTAIS A JORNADA PROLONGADA DE TRABALHO LIMITA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR, DIMINUI NOSSA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E IMPEDE O DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES DE CULTURA, LAZER E ESPORTE.

NÃO FOI POR OUTRO MOTIVO QUE O CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DETERMINOU O PAGAMENTO DE UM ADICIONAL PELA HORA EXTRA TRABALHADA, A FIM DE COMPENSAR O TRABALHADOR PELA JORNADA EXTENUANTE DE TRABALHO.

ADEMAIS, ESSAS VERBAS SÃO RECEBIDAS EM CARÁTER EVENTUAL, PODENDO SER SUPRIMIDAS A QUALQUER TEMPO E NÃO SÃO CONSIDERADAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

ORA, SE TAIS VERBAS POSSUEM CARÁTER INDENIZATÓRIO, EVENTUAL E NÃO SÃO AUFERIDAS PARA O CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO; NÃO HÁ QUE SE FALAR NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS SOBRE ELAS.

O **"STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"**, ATRAVÉS DE INÚMEROS JULGADOS, VEM EXTERNANDO O POSICIONAMENTO PELO AFASTAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE HORAS-EXTRAS, SOB O JULGAMENTO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR DEVEM SOFRER A SUA INCIDÊNCIA.

PORTANTO, É DESCABIDA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE PARCELA RETRIBUTIVA NÃO HABITUAL E NÃO INCORPORÁVEL À REMUNERAÇÃO E AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO OU DO EMPREGADO DE EMPRESAS PRIVADAS.

NESSE SENTIDO, CONFIRAM-SE AS SEGUINTE EMENTAS:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 2. PREQUESTIONAMENTO. OCORRÊNCIA. 3. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS E HORAS EXTRAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE. 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

"DECISÃO: TRATA-SE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 102, III, "A" E "C", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONTRA ACÓRDÃO QUE DECIDIU PELA LEGITIMIDADE DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS. A EMENTA RESTOU ASSIM CONSIGNADA (FL. 270): "TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDENCIA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS. OS VALORES PERCEBIDOS PELO SERVIDOR PÚBLICO, A TÍTULO DE ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS, INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, SENDO IRRELEVANTE PARA A FINALIDADE BUSCADA PELO IMPETRANTE O FATO DE A LEI Nº 9.527/97 HAVER VEDADO A INCORPORAÇÃO DE TAIS PARCELAS AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PRECEDENTES DA CORTE.

APELO E REMESSA OFICIAL PROVIDOS". ALEGA-SE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 40 E 195 DA CARTA MAGNA. ESTA CORTE FIRMOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL É ILEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS, POR SE TRATAREM DE VERBAS INDENIZATÓRIAS. NESSE SENTIDO, O RE 345.458, 2ª T., REL. ELLEN GRACIE, DJ 11/03/2005 E O RE – AGR389.903, 1ª T., REL. EROS GRAU, DJ 5/5/2006, CUJA EMENTA ASSIM DISPÕE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL QUE SE NEGA PROVIMENTO". ASSIM, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (ART. 557, §1º - A, DO CPC) PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS DOS RECORRENTES. SEM HONORÁRIOS (SÚMULA 512 DO STF).
(STF – RE 545.317/DF – RECURSO EXTRAORDINÁRIO, REL. MIN. GILMAR MENDES – 8/5/2007)"

"DECISÃO: O PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO FOI INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO, QUE, PROFERIDO POR TRIBUNAL DE JURISDIÇÃO INFERIOR, RECONHECEU A NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, SOBRE AS HORAS EXTRAS E SOBRE OS DEMAIS ADICIONAIS E PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS (DENTRE ELAS O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS), QUE A COLENDIA PRIMEIRA TURMA DESTA SUPREMA CORTE, AO JULGAR O RE 389.903 – AGR/DF, REL. MIN. EROS GRAU, FIXOU ENTENDIMENTO QUE DESAUTORIZA A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL DEDUZIDA PELA PARTE ORA RECORRENTE: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRA E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." CUMPRE RESSALTAR, POR NECESSÁRIO, QUE ESSE ENTENDIMENTO VEM SENDO OBSERVADO EM SUCESSIVOS JULGAMENTOS, PROFERIDOS NO ÂMBITO DESTA CORTE, A PROPÓSITO DE QUESTÕES ESSENCIALMENTE IDÊNTICAS À QUE ORA SE EXAMINA NESTA SEDE RECURSAL (AI 547.383/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 704.310/MG, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA – AI 706.028/MG, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI – RE 551.198/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES – RE 574.792/MG, REL. MIN. EROS GRAU, V.G.)
IMPÕE-SE ASSINALAR, DE OUTRO LADO, QUE SE REVELA ACOLHÍVEL A PRETENSÃO RECURSAL ORA EM EXAME, NO PONTO EM QUE A PARTE RECORRENTE SUSTENTA A VALIDADE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA, POIS O ACÓRDÃO IMPUGNADO DIVERGE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL



FEDERAL, NA ANÁLISE DESSE ESPECÍFICO ASPECTO DA CONTROVÉRSIA (RE 198.637/RS, REL. MIN. MOREIRA ALVES - RE 215.241 - AGR/SC, REL. MIN. NÉRI DA SILVEIRA - RE 225.217/SP, REL. MIN. CARLOS VELLOSO - RE 258.937/RS, REL. MIN. ILMAR GALVÃO, V.G.). SENDO ASSIM, E TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RAZÕES EXPOSTAS, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO (CPC, ART. 557, §1º - A), EM ORDEM A RECONHECER A EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA. NO QUE CONCERNE À VERBA HONORÁRIA, REVELA-SE APLICÁVEL O ENUNCIADO CONSTANTE DA SÚMULA 512/STF. (STF - RE 496.261 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REL MIN. CELSO DE MELLO - 19/12/2008)".

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE HORAS EXTRAS E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AS SALÁRIO DO SERVIDOR SOFREM A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (STF - RE 389.903 - AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PRIMEIRA TURMA, RELATOR MIN. EROS GRAU - 21/02/2006)."

CONSIDERANDO-SE A PACIFICADA JURISPRUDÊNCIA DO **"STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"** FIRMADA NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA **"TERÇO DE FÉRIAS E HORAS- EXTRAS"** QUE NÃO INTEGRAM O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS DO SERVIDOR, DE ACORDO COM O **"ART. 201, § 11 DA CF"** E A EXISTÊNCIA DA **"REPERCUSSÃO GERAL NO RE - Nº 593.068"**, CUJO ACÓRDÃO SE REVERTERÁ EM UMA **"SUMULA VINCULANTE"**, OS MAGISTRADOS **"A QUO"**, JÁ ADOTAM O NOVO ENTENDIMENTO EM DECISÕES MONOCRÁTICAS.

O PRETÓRIO EXCELSO VEM DECIDINDO, EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS, QUE ESSE ADICIONAL (HORAS-EXTRAS) ESTARIA LIVRE DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PORQUE NÃO SE INCORPORARIA AO SALÁRIO DO SERVIDOR, E, POR CONSEQUÊNCIA, NÃO TERIA REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS PELOS SERVIDORES QUANDO APOSENTADOS.

A PRÓPRIA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA ALTEROU SEU ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO ÀS HORAS EXTRAS. **"A SÚMULA Nº 76 DO C. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO"** TINHA O SEGUINTE TEOR:

"O VALOR DAS HORAS SUPLEMENTARES PRESTADAS HABITUALMENTE, POR MAIS DE 2 (DOIS) ANOS, OU DURANTE TODO O CONTRATO, SE SUPRIMIDAS, INTEGRA-SE AO SALÁRIO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS."

LOGO, BASTARIA A PERCEPÇÃO HABITUAL DAS HORAS EXTRAS POR MAIS DE DOIS ANOS PARA QUE SEU VALOR FOSSE INCORPORADO AO SALÁRIO/REMUNERAÇÃO.

REFERIDA SÚMULA, NO ENTANTO, **"FOI CANCELADA PELA RESOLUÇÃO TST Nº 121/2003 (DJU DE 19, 20 E 21/11/2003)"**, EM SEU LUGAR SENDO EDITADA A **"SÚMULA Nº 291"**, COM O SEGUINTE TEOR:

"A SUPRESSÃO, PELO EMPREGADOR, DO SERVIÇO SUPLEMENTAR PRESTADO COM HABITUALIDADE, DURANTE PELO MENOS 1 (UM) ANO, ASSEGURA AO EMPREGADO O DIREITO À INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO VALOR DE 1 (UM) MÊS DAS HORAS SUPRIMIDAS PARA CADA ANO OU FRAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A SEIS MESES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ACIMA DA JORNADA NORMAL. O CÁLCULO OBSERVARÁ A MÉDIA DAS HORAS SUPLEMENTARES EFETIVAMENTE TRABALHADAS NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, MULTIPLICADA PELO VALOR DA HORA EXTRA DO DIA DA SUPRESSÃO. (GRIFO NOSSO)"

EM OUTRAS PALAVRAS, AS HORAS EXTRAS RECEBIDAS HABITUALMENTE POR, PELO MENOS, UM ANO (E NÃO MAIS DOIS), NÃO MAIS SE INCORPORAM AO SALÁRIO/REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, MAS TÃO SOMENTE GERAM O DIREITO AO RECEBIMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO EM PROL DO EMPREGADO, CASO SUPRIMIDAS.

CREIO, POR CONSEQUENTE, QUE, DA MESMA FORMA QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, O EMPREGADO DO SETOR PRIVADO NÃO INCORPORA O VALOR DO CITADO ADICIONAL DAS HORAS EXTRAS EM SEU SALÁRIO OU REMUNERAÇÃO, MAS TÃO SOMENTE PASSA A TER DIREITO A UMA INDENIZAÇÃO, CASO HABITUAIS E POSTERIORMENTE SUPRIMIDAS. LOGO, NÃO HÁ POR QUE INCIDIR A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TAL ADICIONAL, JÁ QUE TAMBÉM NÃO TERÁ QUALQUER REFLEXO NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

ALÉM DISSO, REFERIDO ADICIONAL SERVE PARA INDENIZAR O EMPREGADO PELO SOBRE-ESFORÇO EMPREENDIDO NO DIA DE TRABALHO, ONDE LABUTOU ALÉM DO TEMPO MÁXIMO DE SUA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO PREVISTA PELA PRÓPRIA CARTA MAGNA DE 1988 (ART. 7º, INCISO XIII). NÃO SE TRATA DE CONTRAPRESTAÇÃO AO TRABALHO REALIZADO, POIS A HORA EXTRA TRABALHADA É TAMBÉM PAGA, ACRESCIDA, PORÉM, DA INDENIZAÇÃO PELO DESGASTE SOFRIDO PELO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO EQUIVALENTE A, PELO MENOS, 50% DO VALOR DA HORA NORMAL DE TRABALHO.

O STJ POSSUI ENTENDIMENTO UNÍSSONO SOBRE O TEMA, TENDO FIRMADO ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE NÃO HAVER INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE “HORA EXTRA”, FACE SUA NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA /COMPENSATÓRIA.

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. HORAS EXTRAS E ADICIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. GRATIFICAÇÃO NATALINA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 207 E 688/STF. OFENSA AO ART. 535 DO CPC REPELIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE APRECEITO FEDERAL. SÚMULA 282/STF.

(...)

4. POR OUTRO LADO, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VEM EXTERNANDO O POSICIONAMENTO PELO AFASTAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAS SOB O FUNDAMENTO DE QUE SOMENTE AS PARCELAS INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO DO SERVIDOR DEVEM SOFRER A SUA INCIDÊNCIA. PRECEDENTES: AGRGRe 545.317-1/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES, DJ 14/03/2008; AGRGRe 389.903/DF, REL. MIN. EROS GRAU, DJ 05/05/2006. E AS DECISÕES MONOCRÁTICAS: AI 715.335/MG, REL. MIN. CARMEN LÚCIA, DJ 13/06/2008; RE 429.917/TO, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 29/05/2007. DO STJ: RESP 786.988/DF, REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJ 06/04/2006; RESP 489.279/DF, REL. MIN. FRANCIULLI NETTO, DJ 11/04/2005; RESP 615.618/SC, REL. MIN. FRANCISCO FALCÃO, DJ 27/03/2006.

5. NESSE CONTEXTO, E COM VISTAS NO ENTENDIMENTO EXTERNADO PELO COLENDO STF, O INCONFORMISMO DEVE TER ÊXITO PARA SE DECLARAR A NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS E HORAS EXTRAORDINÁRIAS, MANTIDA A EXAÇÃO SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA.

6. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

(STJ – SEGUNDA TURMA, RESP 200501097527, RESP – RECURSO ESPECIAL – 764586 – RELATOR MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES – DJE DATA: 24/09/2008).



RECURSO ORDINÁRIO EM MS Nº 14.346 - DF (2002/0005884-6)
RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO.
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL SOBRE
FÉRIAS E HORAS-EXTRAS. VERBAS NÃO INCORPORÁVEIS. INCIDÊNCIA DA
CONTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
PRECEDENTES.

- 1. O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS TEM CARÁTER CONTRIBUTIVO E ATUARIAL, NA CONFORMIDADE DA EC 20/98.**
- 2. OS VALORES PAGOS A TÍTULO DO DENOMINADO “TERÇO CONSTITUCIONAL” E DAS HORAS-EXTRAS NÃO SE INCORPORAM À REMUNERAÇÃO PARA EFEITO DE CÁLCULO E PAGAMENTO DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, LIMITADOS À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO.**
- 3. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO.**
(...)

ADEMAIS É FIRME O CONSTRUCTO JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIO NO ENTENDIMENTO DE QUE OS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS SÃO VANTAGENS PECUNIÁRIAS TRANSITÓRIAS, NÃO SE INCORPORANDO AUTOMATICAMENTE AO VENCIMENTO.

A CITADA VERBA, EMBORA FIZESSE PARTE DOS VENCIMENTOS, TIDOS COMO “REMUNERAÇÕES” CONSTANTES DO “ART. 22 DA LEI 8.212/91” SÃO CONSIDERADOS COMO “EVENTUAIS”, OU SEJA, “TRANSITÓRIAS”, RECEBIDAS DURANTE A ATIVIDADE, PELO EXERCÍCIO EM SITUAÇÕES PASSAGEIRAS, TENDO A NATUREZA “PROPTER LABOREM”.

PORTANTO, NÃO SE INCORPORAM AOS VENCIMENTOS, SENDO EXCLUÍDAS TAMBÉM DO CÁLCULO DA APOSENTADORIA, QUE PREVÊ APENAS AS VERBAS INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR, A TEOR DO “ART. 201, § 11 DA CF/88”.

NESSE SENTIDO:

AGRG NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.238.043 - SP (2011/0027305-6)
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO.
ADICIONAIS (NOTURNO E INSALUBRIDADE) E HORA EXTRA.
INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. SÚMULAS NºS
83/STJ E 280/STF. PRECEDENTES.

- 1. ESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA POSSUI ENTENDIMENTO FIRMADO EM QUE O ADICIONAL NOTURNO, O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E AS HORAS EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDOS AOS SERVIDORES ENQUANTO EXERCEREM ATIVIDADES NO PERÍODO NOTURNO, SOB EXPOSIÇÃO A AGENTES**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto da Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXXVI

NOCIVOS À SAÚDE E ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO PODEM SER INCORPORADOS AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, LIMITADOS À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO. PRECEDENTES. (GRIFO NOSSOS)

2. "POR OFENSA A DIREITO LOCAL NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO." (SÚMULA DO STF, ENUNCIADO Nº 280).

3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

AGRG NO RECURSO ESPECIAL Nº 943.050 -PA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. HORAS EXTRAS. INCORPOAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA PROPTER LABOREM. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO RETRAOATIVA DA LEI Nº 9.784/99. PRECEDENTES

1. AS HORAS EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDAS AOS SERVIDORES ENQUANTO EXERCEREM ATIVIDADES ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR OU AOS SEUS PROVENTOS DE APOSENTADORIA.

AGRG NO EDCL NO AGRG NO RESP Nº 651.576 -PA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS REGIDOS PELA CLT. TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. ESTE E. STJ FIRMOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL A GRATIFICAÇÃO DE HORAS EXTRAS NÃO PODE SER INCORPORADA À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR OU AOS PROVENTOS A APOSENTADORIA, PORQUANTO POSSÍVEL A SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO.

AGRG NO AG 839114/MT

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO GRATIFICAÇÃO DE HORAS-EXTRAS INCORPORADAS. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

2. ESSA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE AS HORAS-EXTRAS TÊM NATUREZA PROPTER LABOREM, POIS SÃO DEVIDAS PELO



307

**EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, RAZÃO PELA QUAL NÃO
PODEM SER INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR.
3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."**

CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, A RECORRENTE REQUER QUE SEJA CONHECIDO E PROVIDO O PRESENTE RECURSO DE MODO A DETERMINAR A REFORMA PARCIAL DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO AFIM DE QUE:

- I. SEJA DECLARADA A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O "MUNICÍPIO IMPETRANTE" E A "UNIÃO – RECEITA FEDERAL DO BRASIL", REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, CONFORME "ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91", INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS, A TÍTULO DE "HORAS EXTRAS" (ART. 7º, XVII – CF), POR TRATAR-SE DE "VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA/COMPENSATÓRIA" QUE NÃO INTEGRAM O SALÁRIO DO SEGURADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM O "ART. 201, § 11 – DA CF/88", CUJA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FOI DECLARADA INDEVIDA A PARTIR DO "RE- Nº345;458/RS- STF" ; DA "REPERCUSSÃO GERAL – RE Nº 593.068 REFERENTE AOS PERÍODOS DE 06 /2000 A 06/2010 E SUBSEQUENTES.**
- II. A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL INCIDENTE SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS SEGURADOS EMPREGADOS COM BASE NO "ART. 22, I E II DA LEI Nº. 8.212/91, A TÍTULO DE: "HORAS EXTRAS" (ART. 7º, XVII- CF), EMBASADAS NOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS EXPOSTOS NO ITEM "A-I" ANTERIOR, REFERENTE AOS PERÍODOS DE 06/2000 A 06/2010 E SUBSEQUENTES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DESTE "MANDAMUS".**
- III. A DETERMINAÇÃO À "UNIÃO: RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUE SE ABSTENHA DA PRÁTICA TENDENTE A IMPOR AO MUNICÍPIO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PELO EXERCÍCIO DO**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XXVIII

DIREITO, APÓS DECISÃO JUDICIAL, TAIS COMO: "NEGAR-SE" A EMITIR A "CND"; BLOQUEIO DA FPM E INCLUSÃO NO CADIN, REFERENTES AOS FATOS CONSTANTES DE EXORDIAL E DO ITEM "A" INCISOS "I" E "II" DA "CONCLUSÃO".

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO PAULO, 26 DE JULHO DE 2011.


ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

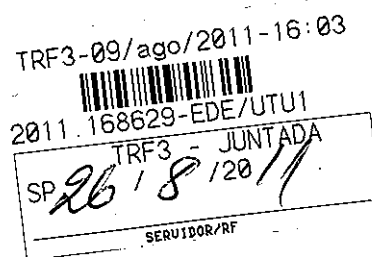
PEDRO ROBSON FERREIRA DE SOUSA
OAB/SP Nº 296.896



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADOR(A) FEDERAL
RELATOR(A) DO PROCESSO ABAIXO MENCIONADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

Processo 0004877-82.2010.4.03.6120
Autor (APTE) MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
Réu (APDO) Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)



A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), por seu
Procurador adiante assinado, vem à presença de V. Ex^a., nos autos indicados, com
fundamento no art. 535, I e II, do CPC, opor:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO,

do acórdão de fls., pelas seguintes razões.

Trata-se de v. acórdão que afastou da base de cálculo da
contribuição previdenciária as parcelas questionadas pela parte autora (terço
constitucional de férias), nos seguintes termos (voto fl. 243-verso):





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO – SP/MS

“Isto posto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** à Apelação no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio; e **NEGO PROVIMENTO** ao reexame necessário.”

Em primeiro lugar, verifica-se, do dispositivo do acórdão, que foram atribuídos efeitos patrimoniais pretéritos à impetração. Nesse aspecto, o v. acórdão divergiu da jurisprudência pacificada pela Súmula 271 do STF e foi omissa em relação aos seguintes dispositivos legais: art. 3º e 267, VI, CPC; art. 1º da Lei nº 12.016/09. No ponto, a parte impetrante não possui interesse processual – porque não há relação de adequação entre a sua pretensão e a tutela jurisdicional do mandado de segurança. Por outro lado, a ordem concedida extrapola a natureza do mandado de segurança, delimitada no art. 1º da Lei nº 12.016/09.

Além disso, o v. acórdão, incidindo em **omissão**, não se pronunciou sobre o disposto no **art. 22, I, da Lei nº 8.212/91**, segundo o qual a contribuição previdenciária incide sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a **qualquer título**, aos segurados empregados:

“Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados que lhe prestem serviços, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/97)

(...)

§ 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 9º do art. 28". (grifos nossos)

Outrossim, igualmente caracterizando omissão, o v. decisório não se pronunciou sobre o art. 28, I, § 9º, da Lei nº 8.212/91. Com efeito, as verbas remuneratórias questionadas pela parte autora não estão elencadas nas exceções do art. 28, § 9º, constituindo, portanto, base de cálculo da contribuição previdenciária. Confira-se:

"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

*acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;
(Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/97)*

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/97)

- a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;
- c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;
- d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97
 - 1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
 - 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
 - 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT;
 - 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO – SP/MS

5. recebidas a título de incentivo à demissão;
6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
- f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;
- g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
- j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
- l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

(grifos nossos)

Igualmente, não se pronunciou o acórdão, incidindo em omissão, sobre o disposto no art. 458 da CLT:

“Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, a habitação, vestuário ou outras prestações ‘in natura’ que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.” (grifos nossos)

Assim, havendo ponto omissivo no v. decisório (art. 535 e segs. do CPC), para os devidos fins de direito, e, inclusive, pré-questionar a matéria, tem cabimento, *in casu*, os embargos de declaração ora apresentados.

A propósito do pré-questionamento, cabe lembrar o teor da Súmula nº 98, do C. Superior Tribunal de Justiça:



307



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - SP/MS

"Embargos de declaração manifestados com notório propósito de pré-questionamento não têm caráter protelatório."

Por todo o exposto é que se **requer** o recebimento dos presentes embargos, a fim de que seja sanada a omissão quanto à apreciação dos pontos expostos acima, possibilitando-se, assim, a interposição dos recursos pertinentes.

Pede Deferimento.

São Paulo, 8 de agosto de 2011.


Ricardo Mendonça Cardoso
Procurador da Fazenda Nacional



308
#

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos autos ao(à)
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Relator(a).

São Paulo, 26 de agosto de 2011.


Renan Ribeiro Paes
Técnico Judiciário – RF 1437



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
MINUTA DE JULGAMENTO

FLS.

*** PRIMEIRA TURMA ***

0004877-82.2010.4.03.6120

327444

AMS-SP

APRES. EM MESA

JULGADO: 11/10/2011

RELATOR: DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI
PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR: DES.FED. JOHONSOM DI SALVO
PRESIDENTE DA SESSÃO: DES.FED. VESNA KOLMAR
PROCURADOR(A) DA REPÚBLICA: Dr(a). MÔNICA NICIDA GARCIA

AUTUAÇÃO

APTE : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
APDO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)

ADVOGADO(S)

ADV : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO

CERTIDÃO

Certifico que a Egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e negou-lhes provimento, nos termos do voto do(a) Relator(a), que lavrará o acórdão.

Votaram os(as) JUIZA CONV SILVIA ROCHA e DES.FED. VESNA KOLMAR.

Ausente justificadamente o(a) DES.FED. JOHONSOM DI SALVO.

ENEIDA GAGETE
Secretário(a)



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

310

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
EMBARGANTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS.
INTERESSADO : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

RELATÓRIO

O EXMO. SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI:

Trata-se de embargos declaratórios opostos pela União em face do V. Acórdão que deu parcial provimento à apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, em face de sentença (fls. 164/172) que, em autos de mandado de segurança preventivo, julgou parcialmente procedente para reconhecer a inexistência de relação jurídico-tributária da contribuição previdenciária do terço constitucional das férias sobre férias indenizadas.

Em suas razões, a embargante aduz que há omissão quanto aos diplomas legais que aponta e a sua aplicabilidade à hipótese.

É o breve relatório.



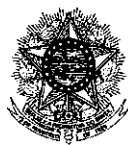
"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador 1641370v2."

[ACHRISTO@/ACHRISTO]



1641370.V002 1/1





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

311

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
EMBARGANTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS.
INTERESSADO : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

VOTO

O Exmo. Senhor Desembargador Federal José Lunardelli:

O Código de Processo Civil não faz exigências quanto ao estilo de expressão, nem impõe que o julgado se prolongue eternamente na discussão de cada uma das linhas de argumentação, mas apenas que sejam fundamentadamente apreciadas todas as questões controversas passíveis de conhecimento pelo julgador naquela sede processual. A concisão e precisão são qualidades, e não defeitos do provimento jurisdicional.

Sem que sejam adequadamente demonstrados quaisquer dos vícios elencados nos incisos do artigo 535 do Código de Processo Civil, não devem ser providos os embargos de declaração, que não se prestam a veicular simples inconformismo com o julgamento, nem têm, em regra, efeito infringente. Incabível, neste remédio processual, nova discussão de questões já apreciadas pelo julgador, que exauriu apropriadamente sua função.

Ainda que os embargos de declaração sejam interpostos com a finalidade de prequestionar a matéria decidida, objetivando a propositura dos recursos excepcionais, sempre devem ter como base um dos vícios constantes do artigo 535 do diploma processual:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA.

I- Inviável a interposição de embargos declaratórios visando suprir suposta omissão a respeito da não manifestação de argumento da parte, se este não era relevante para o deslinde da questão.

II - A omissão no julgado que desafia os declaratórios é aquela referente às questões, de fato ou de direito, trazidas à apreciação do magistrado e não a referente às teses defendidas pelas partes, as quais podem ser rechaçadas implicitamente pelo julgador, a propósito daquelas questões.

III - Esta c. Corte já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão

[ACHRISTO©/ACHRISTO]



1641369.V002 1/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição).

Embargos declaratórios rejeitados.

(STJ - EDcl no AgRg no Mandado De Segurança Nº 12.523 - DF, Rel. Min. Felix Fischer, Terceira Seção, J. 12.12.2007, DJ 1º.02.2008)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. NÃO-CABIMENTO.

1. Não-ocorrência de irregularidades no acórdão quando a matéria que serviu de base à oposição do recurso foi devidamente apreciada, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação e jurisprudência consolidada. O não-acatamento das teses deduzidas no recurso não implica cerceamento de defesa. Ao julgador cumpre apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide.

Não está obrigado a julgar a questão de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.

As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.[...]

3. Enfrentamento de todos os pontos necessários ao julgamento da causa. Pretensão de rejuízo da causa, o que não é permitido na via estreita dos aclaratórios.

4. Embargos rejeitados.

(STJ; EDcl nos EREsp 911.891/DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Seção, julgado em 28.5.2008, DJe 16.6.2008)

Não tendo sido demonstrado o vício no acórdão, que decidiu clara e expressamente sobre todas as questões postas perante o órgão julgador, sem obscuridades, omissões ou contradições, não merecem ser providos os embargos declaratórios.

Em relação ao prequestionamento, o entendimento do STJ é no sentido de seu cabimento na hipótese de haver necessidade do objeto do recurso ser examinado pela decisão atacada (Resp 613376/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, j. 19/09/2006, DJ 23/10/2006, p. 298), o que foi observado no V. Acórdão embargado, razão pela qual tal pretensão também não é acolhida.

[ACHRISTOC/ACHRISTO]



1641369.V002 2/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Com tais considerações, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.

É o voto.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador 1641369v2."

[ACHRISTO@/ACHRISTO]



1641369.V002 3/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
EMBARGANTE : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS.
INTERESSADO : MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. IRREGULARIDADE FORMAL NÃO APONTADA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Os embargos declaratórios não se destinam a veicular mero inconformismo com o julgado, revolvendo questões já adequadamente apreciadas.

2. Não tendo sido demonstrado o vício supostamente existente no acórdão, que não apresenta obscuridade, omissão ou contradição a sanar, revelam-se improcedentes os embargos.

3. Em relação ao prequestionamento, o entendimento do STJ é no sentido de seu cabimento na hipótese de haver necessidade do objeto do recurso ser examinado pela decisão atacada (Resp 613376/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, j. 19/09/2006, DJ 23/10/2006, p. 298), o que foi observado no V. Acórdão embargado, razão pela qual tal pretensão também não é acolhida.

4. Embargos de declaração a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 11 de outubro de 2011.

[ACHRISTO©/ACHRISTO]



1641368.V002 1/2





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **1641368v2**."

DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO

Certifico que o acórdão retro foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região em 21/10/2011. Considera-se 24/10/11 como data da publicação (cf. art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006). SP, 21/10/2011


Divisão de Coordenação e Julgamento

[ACHRISTOC/ACHRISTO]



1641368.V002 2/2






VISTA




Nesta data, faço remessa destes autos com vista à **Procuradoria da Fazenda Nacional**, para intimação da r. decisão/acórdão.

São Paulo, 29 / 11 / 2011.


Subsecretaria da 1ª Turma

RECEBIMENTO - PFN

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria da 1ª Turma.

-  (X) Nada a requerer 
() Manifestação em separado

São Paulo, 29 / 11 / 2011.

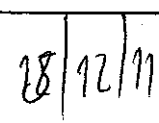

Procuradoria da Fazenda Nacional
(ASSINATURA E CARIMBO DO PROCURADOR)

Kennedy Furtado de Mendonça
Procurador da Fazenda Nacional
Matrícula nº 1321771

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da **Procuradoria da Fazenda Nacional**.

São Paulo,




Subsecretaria da 1ª Turma

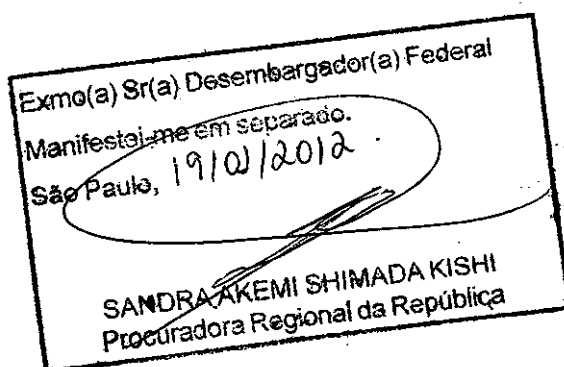
VISTA 3PF

Nada mais fazer remeter a este ao

Ministério Público Federal

São Paulo 19 de 12 de 20 11

TECNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO
SUBSECRETARIA DA 1ª VARA



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:31

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO N
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 3ª REGIÃO

PROCESSO Nº0004877-82.2010.4.03.6120
APELAÇÃO CÍVEL
APELANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
APELADO: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PRIMEIRA TURMA
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI

Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Relator,

O Ministério Público Federal está ciente dos v. Acórdãos a fls. 238/244v e 310/313v, bem como da interposição de Recurso Especial a fls. 247/273 e de Recurso Extraordinário a fls.274/302.

Esclarece, outrossim, que se manifestará, oportunamente, pelo duto órgão oficiante perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça e o Colendo Supremo Tribunal Federal.

São Paulo, 19 de janeiro de 2012.

SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI
Procuradora Regional da República

Co 015/2012-AMDB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SUBSECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

REMESSA

Nesta data, encaminho estes autos à Subsecretaria dos Feitos da Vice –
Presidência.

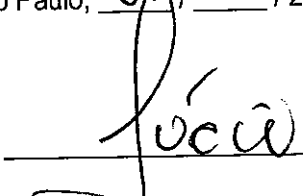
São Paulo, 27 de janeiro de 2012.


Renan Ribeiro Paes – RF 1437
Técnico Judiciário

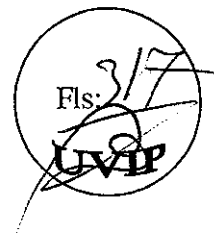
RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria da 1ª Turma.

São Paulo, 07/02/2012


Jucá





CERTIDÃO

Certifico a regularidade formal do(s) recurso(s) excepcional(is) interposto(s) quanto à tempestividade e representação processual.

São Paulo, 15/03/2012.

Cristino Alves Brandão - RF 504

REMESSA

Certifico que, nesta data, faço a intimação, com carga dos presentes autos à UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), para ciência do(s) recurso(s) excepcional(is) interposto(s).

São Paulo, 23/03/2012.

Cristino Alves Brandão - RF 504

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência - DARE, para ciência do(s) recurso(s) interposto(s).

São Paulo, 23 de março de 2012.

Ana Carolina Nogueira Saliba
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL
SIAPE 1571209

Procurador(a) da Fazenda Nacional

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da União Federal (Fazenda Nacional).

São Paulo, 17/04/2012.

923

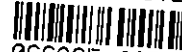




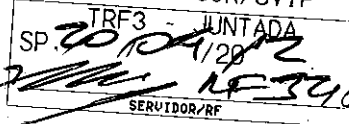
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

TRF3-02/abr/2012-15:38



2012.066325-COR/UVIP



Processo n.º	0004877-82.2010.4.03.6120
Recorrente	MUNICÍPIO DE ARARAQUARA SP
Recorrida	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A **UNIÃO**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (artigo 12, inciso V, da Lei Complementar n.º 73/93), por intermédio da sua Procuradora que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de a Vossa Excelência, com fundamento no **artigo 542**, do **Código de Processo Civil**, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao **RECURSO ESPECIAL**.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de março de 2012.

ANA CAROLINA NOGUEIRA SALIBA
Procuradora da Fazenda Nacional



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

313
[Assinatura]

EXCELSO TRIBUNAL,
COLEND A TURMA

Pela Recorrida
União Federal

Insurge-se o Recorrente, por meio da interposição do presente Recurso Especial, com fulcro no **artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal**, contra o v. acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que deu parcial provimento à sua apelação, reconhecendo a incidência da contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

Sem embargo, desmerece qualquer acolhida o recurso interposto, eis que o v. acórdão recorrido julgou a lide na forma da melhor doutrina e jurisprudência, no que tange ao aspecto questionado.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o **Recurso Especial** ora contra-arrazado foi **interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos pela União** às fls. 303/307, e, após este, **não foi ratificado pelo Recorrente.**

Aplicável, pois, o conteúdo da **Súmula n.º 418** desse **Egrégio Superior Tribunal de Justiça**, *in verbis*:

É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

Consigne-se, ainda, que essa **Colenda Corte** considera extemporâneo o Recurso Especial interposto anteriormente ao julgamento dos embargos de declaração e posteriormente não ratificado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE. RATIFICAÇÃO NECESSÁRIA.

1. O recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos junto ao Tribunal de origem deve ser ratificado no momento oportuno, sob pena de ser considerado intempestivo.

2. "A circunstância de a interposição do recurso especial haver ocorrido em momento anterior ao julgamento acima citado não dá ensejo a qualquer alteração, porquanto o posicionamento ali apresentado apenas explicita a interpretação de uma norma há muito vigente, não o estabelecimento de uma nova regra, fenômeno que apenas advém da edição de uma lei." (AgRg no Ag n.950.182/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 21/2/2008).

3. Agravo interno a que se nega provimento.





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

(AgRg no REsp 400.439/PA, Sexta Turma, Relator Celso Limongi (desembargador convocado do TJ/SP), v. u., j.: 14/12/2010, DJe 01/02/2011).

PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ANTES DE JULGAMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES - NECESSÁRIA RATIFICAÇÃO.

A interposição de recurso especial antes do julgamento dos embargos de declaração, ou de embargos infringentes sem a devida ratificação em ocasião oportuna, configura-se extemporânea. Aplicação da Súmula 418/STJ: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação."

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECADÊNCIA - PRAZO QUINQUENAL - TERMO INICIAL - ART. 173, I, DO CTN.

Não havendo pagamento antecipado de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de se aplicar o art. 173, I, do Código Tributário Nacional, porquanto a disciplina do art. 150, § 4º do CTN estabelece a necessidade de antecipação do pagamento para fins de contagem do prazo decadencial (REsp 973733/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 18.9.2009).

Agravos regimentais improvidos.

(AgRg no REsp 980.389/RS, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, v. u., j. 08/06/2010, DJe 24/06/2010).

Logo, impõe-se a não admissão do Recurso Especial.

Ad argumentandum, registra-se que o presente recurso especial **não deve ser admitido** pela alínea "a" do permissivo constitucional, pois o Recorrente **deixou de indicar quais dispositivos legais, em específico, acredita violados pelo acórdão combatido**. Neste esteio, observem-se as seguintes ementas:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VULNERADOS - CONHECIMENTO.

Para o conhecimento do recurso especial é indispensável que o recorrente indique qual ou quais os dispositivos legais que entende violados, sendo insuficiente a menção à norma. Tratando-se de questões diversas, não se conhece dos embargos de divergência.

Embargos não conhecidos.

(Superior Tribunal de Justiça, ERESP 89414/RJ, Corte Especial, Relator Ministro Garcia Vieira, DJ 16/08/1999, p. 35) (grifos acrescidos).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. ALÍNEA "A". FALTA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VULNERADOS. NÃO CONHECIMENTO.

Nega-se provimento ao agravo regimental, em face das razões que sustentam a decisão recorrida, sendo certo que o conhecimento do recurso especial manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional está condicionado à necessária individualização dos dispositivos de lei tidos por violados pelo acórdão recorrido, sendo insuficiente a indicação genérica de diploma legal.

(Superior Tribunal de Justiça, AGA 325705/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Francisco Falcão, DJ 18/12/2000, p. 173).

Aplicável, pois, por analogia, o teor da **Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal:**



321
[Assinatura]

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Logo, não deve ser admitido o recurso ora contra-arrazoado.

Ressalta-se, igualmente, que o presente recurso especial não deve ser admitido pela **alínea "c"** do permissivo constitucional, pois lhe falta requisito essencial, a saber, o devido cotejo analítico entre os acórdãos paradigmas e o recorrido, visto que o Recorrente se limita a transcrever os primeiros. Observe-se, acerca disso, a redação dos **artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno** desse **Superior Tribunal de Justiça**:

Parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil:

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Parágrafos 1º e 2º do artigo 255 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça:

§ 1º A comprovação de divergência, nos casos de recursos fundados na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição, será feita:

§ 2º Em qualquer caso, o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Fica evidente, assim, que deve, necessariamente, haver transcrição do acórdão paradigma de outro tribunal, devidamente acompanhado da menção das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, aos quais se junta citação de repositório oficial de jurisprudência ou cópias dos acórdãos, autênticas ou declaradas autênticas pelo advogado. Estando ausente quaisquer destes requisitos, a divergência não pode ser dada como demonstrada, não se permitindo que o recurso seja conhecido pela **alínea "c"**. As ementas que se seguem referendam esta assertiva:

DIVERGÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE (ART. 620 DO CPC). REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

2. A Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que, mesmo quando o dissídio for notório, deve o recorrente cumprir as formalidades no que concerne à comprovação da discrepância jurisprudencial, realizando o cotejo analítico.





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

3. Não se conhece de Recurso Especial em relação a ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, por analogia, a Súmula 284/STF.

4. A análise sobre a aplicação do princípio da menor onerosidade (art. 620 do CPC) demanda, como regra, reexame da situação fática, inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(Superior Tribunal de Justiça, AgRg no Resp 1.235.386/RJ, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, v. u., j.: 14/04/2011, DJe 25/04/2011) (destaques acrescentados).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ARTIGOS TIDOS POR VIOLADOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ART. 105, INCISO III, ALÍNEA "C", DA CF. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA. DIVERGÊNCIA SUPERADA. REALIZAÇÃO DE NOVO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE CANDIDATOS. IMPOSSIBILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICÁVEL.

1. As matérias suscitadas não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, em virtude da falta do requisito do prequestionamento, incidindo as Súmulas 282/STF e 211/STJ. No caso, não houve emissão de juízo de valor acerca da matéria contida nos artigos 2º, caput, e 50, I a VIII, §§ 1º ao 3º, da Lei nº 9.784/99, 183, §§ 1º e 2º, do CPC e art. 393, parágrafo único, do Novo Código Civil.

2. Da mesma forma, não se conhece do recurso especial, com base no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF, quando o recorrente deixa de providenciar o devido cotejo analítico entre a decisão recorrida e os acórdãos paradigmas, na forma dos artigos 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, atendo-se a transcrever ementas de julgados. Precedentes.

3. Além disso, "o recurso especial interposto pela alínea 'c' é inadmissível quando a divergência apontada pelo acórdão paradigma já não é atual, mas pretérita e superada. (AgRg nos EDcl no Ag 1.045.943/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 03/08/2010).

4. A jurisprudência desta Corte Superior é assente no sentido de que, em homenagem aos princípios da moralidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, não se admite o tratamento diferenciado entre os candidatos, mormente quanto o edital expressamente veda a realização do teste de aptidão física em condições diversas das inicialmente estabelecidas.

5. Inaplicável a teoria do fato consumado, porquanto a realização de novo teste de aptidão física deu-se por força da antecipação dos efeitos da tutela. Sendo assim, o recorrente prosseguiu no certame com amparo em decisão precária, não havendo, pois, que se falar em situação consolidada pelo decurso do tempo.

6. Agravo regimental não provido.

(Superior Tribunal de Justiça, AgRg no Resp 1.222.863/PE, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, v. u., j.: 07/04/2011, DJe 14/04/2011) (negritos nossos).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. NÃO-CONHECIMENTO.

Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ). Recurso a que se nega provimento.

(Superior Tribunal de Justiça, AgRg no Ag 1.266.996/RN, Quarta Turma, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, v. u., j.: 22/03/2011, DJe 25/03/2011).

Ante o exposto, espera-se que o presente recurso não seja admitido pela **alínea "c"** do permissivo constitucional.

Quanto ao mérito, os fundamentos apresentados, *data venia*, em nada contribuem para infirmar o r. *decisum*, uma vez que a hipótese discutida foi devidamente analisada perante o Egrégio Tribunal a quo.

A **Constituição Federal** dá os contornos da base de cálculo das contribuições previdenciárias, em seu **artigo 195, inciso I, alínea "a", e artigo 201, parágrafo 11º**:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (redação de acordo com a Emenda Constitucional nº 20/98)

Art. 201. (...)

§ 11º. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (reenumerado pela EC 20/98)

Assim, não se pode negar que, para fins de recolhimento de contribuição previdenciária, a **Constituição Federal** ampliou o conceito salário, de modo a "incorporar" a ele os rendimentos do empregado, a qualquer título, ou seja, sua própria remuneração.

Seguindo fielmente a orientação da **Constituição Federal**, a **Lei n.º 8.212/91**, em seus **artigos 22 e 28**, determina a base de cálculo das contribuições do empregador e do empregado a partir do conceito constitucional de salário:

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I. 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (grifos nossos).

Vê-se assim que o **artigo 22, inciso I, da Lei n.º 8.212/91**, ao falar em "total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho em retribuição ao trabalho" não tem o intuito de restringir a incidência apenas àqueles valores pagos quando, efetivamente, o trabalhador estivesse prestando serviços. Ao contrário, todo aquele valor pago em razão do trabalho deverá compor a base de cálculo da contribuição previdenciária, dela sendo excluídas apenas as quantias que realmente se referirem a verbas indenizatórias.

A **Consolidação das Leis do Trabalho**, por sua vez, ao tratar do conceito de salário, prevê as parcelas integrantes da remuneração:

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º. Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador. (destaques acrescidos).

AMAURI MASCARO NASCIMENTO, embora reconhecendo que a doutrina não encontrou ainda diretrizes seguras para conceituar o instituto, define salário como sendo:

A totalidade das percepções econômicas dos trabalhadores, qualquer que seja a forma ou meio de pagamento, quer retribuam o trabalho efetivo, os períodos de interrupção do contrato e os descansos computáveis na jornada de trabalho. (in Curso de Direito do Trabalho, 8ª edição, 1989, p.433 e 435).

Verifica-se, assim, que qualquer valor pago à pessoa física em caráter de contraprestação, integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias a cargo do empregador.

Por sua vez, o **artigo 28, parágrafo 9º, da Lei n.º 8.212/91**, de forma exaustiva, exclui do salário de contribuição as seguintes verbas:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

- a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

- c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;
- d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
 2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
 3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT;
 4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;
 5. recebidas a título de incentivo à demissão;
 6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
 7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
 8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
 9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).
- f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;
- g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
- j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
- l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canaveira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).
- p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998)

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

Observa-se, assim, que a **Lei n.º 9.528/97**, ao dar nova redação ao **inciso I, do artigo 22, da Lei n.º 8.212/91**, procurou acomodar com mais precisão a incidência da contribuição previdenciária somente sobre a folha de salários às verbas que possuem **natureza salarial**, e só isso. Visando por certo a dirimir qualquer tipo de controvérsia, passou a empregar, o dispositivo em tela, a expressão **"a retribuir o trabalho"**.

SÉRGIO PINTO MARTINS ao analisar a questão não vislumbrou qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade, observando que **basta a previsão legal para possibilitar a respectiva cobrança:**

Só haverá incidência da contribuição previdenciária sobre benefício caso exista previsão em lei, pois não se trata de pagamento feito pelo empregador, mas pelo INSS.
(Direito da Seguridade Social, 12ª edição, Editora Atlas, p. 150).

No que diz respeito ao **adicional de horas extras**, é assente, nesse **Superior Tribunal de Justiça**, que tais verbas têm natureza remuneratória e, por isso, configuram a base de cálculo da contribuição previdenciária. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. SALÁRIO - MATERNIDADE. HORAS-EXTRAS, ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. NATUREZA JURÍDICA. VERBAS DE CARÁTER REMUNERATÓRIO. INCIDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA À LUZ DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS

1. Fundando-se o Acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
2. Precedentes jurisprudenciais: REsp 980.203/RS, DJ 27.09.2007; AgRg no Ag 858.104/SC, DJ 21.06.2007; AgRg no REsp 889.078/PR, DJ 30.04.2007; REsp 771.658/PR, DJ 18.05.2006.
3. O salário-maternidade possui natureza salarial e integra, conseqüentemente, a base de cálculo da contribuição previdenciária.
4. **As verbas recebidas a título de horas extras, gratificação por liberalidade do empregador e adicionais de periculosidade, insalubridade e noturno possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária.**
5. Conseqüentemente, incólume resta o respeito ao Princípio da Legalidade, quanto à ocorrência da contribuição previdenciária sobre a retribuição percebida pelo servidor a título de adicionais de insalubridade e periculosidade.
6. Agravo regimental parcialmente provido, para correção de erro material, determinando a correção do erro material apontado, retirando a expressão "CASO DOS AUTOS" e o inteiro teor do parágrafo que se inicia por "CONSEQUENTEMENTE". (fl. 192/193).
(AgRg no AG 1.330.045/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fux, v. u., j.: 16/11/2010, DJe 25/11/2010) (negritos nossos).

O mencionado **adicional de horas extras** é dotado de um manifesto caráter salarial, porquanto destinados a retribuir o trabalho prestado em situações especiais.

O próprio texto constitucional previu a sua existência, sendo incluído entre os direitos sociais dos trabalhadores, sendo que em nenhum momento o Constituinte usou o vocábulo "indenização", e sim "remuneração do serviço extraordinário superior..." - **artigo 7º, inciso XVI**.

É de bom alvitre salientar que o Constituinte, quando pretendeu indenizar o trabalhador pela ocorrência de alguma circunstância, o fez expressamente, como, por exemplo, no **inciso I do artigo 7º**, ao dispor que são direitos dos trabalhadores "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória..."

Por outro lado, a indenização tem a natureza jurídica de reparação de um dano causado ou ressarcimento de gastos efetuados.

Na realidade, o pagamento da verba acima descrita é efetuado independentemente da necessidade de se reparar algum dano ou de ressarcir gastos efetuados. Caso fosse indenização, a empresa só estaria obrigada a pagar o adicional se restasse comprovado que a prestação do serviço em situação especial acarretou qualquer dano à saúde do trabalhador. Mas, porque verdadeiramente não se trata de indenização, o pagamento é devido pelo simples fato do serviço ser prestado naquelas condições.

Ao final, o adicional nada mais é do que uma forma especial de se pagar o trabalho realizado em condições também especiais (extraordinário, insalubre, noturno etc.), constituindo-se, destarte, em **são contraprestação pelo trabalho**.





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

Logo, tal verba, por certo integra o salário e sobre elas obrigatoriamente deve incidir a contribuição previdenciária prevista no **artigo 22, inciso I**, da **Lei n.º 8.212/91**, em obediência ao **artigo 195, inciso I**, da **Constituição Federal**.

Ademais, a própria origem etimológica do vocábulo "adicional" corrobora as assertivas deduzidas acima. Neste sentido, o Dicionário Aurélio conceitua adicional como:

1. *Que se adiciona, que se acrescenta.* 2. Acessório, Complementar.... (fls. 37).

É evidente que este adicional é um acréscimo, um complemento ou, ainda, acessório ao salário. É um *plus* que o Constituinte outorgou, no **artigo 7º**, a todos os trabalhadores que exerçam determinada atividade em situações especiais.

Destarte, carece de razão o Recorrente.

Ante o exposto e respeitosamente, vem a **União Federal** requerer a Vossa Excelência, inicialmente, a não admissão da irresignação, por ausência de seus pressupostos ou, se assim não for entendido, o total improvimento do Recurso Especial.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de março de 2012.


ANA CAROLINA NOGUEIRA SALIBA
Procuradora da Fazenda Nacional



329
[assinatura]

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

TRF3-02/abr/2012-15:38



2012.066328-COR/UVIP

TRF3 - JUNTADA
SP 104/2012
[assinatura]
SERVIDOR/RF

Processo n.º	0004877-82.2010.4.03.6120
Recorrente	MUNICÍPIO DE ARARAQUARA SP
Recorrida	UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A **UNIÃO**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (artigo 12, inciso V, da Lei Complementar n.º 73/93), por intermédio da sua Procuradora que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de a Vossa Excelência, com fundamento no **artigo 542, do Código de Processo Civil**, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao **RECURSO EXTRAORDINÁRIO**.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de março de 2012.

[assinatura]
ANA CAROLINA NOGUEIRA SALIBA
Procuradora da Fazenda Nacional





330
[Assinatura]

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXCELSO TRIBUNAL,
COLEND A TURMA

Pela Recorrida
União Federal

Insurge-se o Recorrente, por meio da interposição do presente Recurso Extraordinário, com fulcro no **artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal**, contra o v. acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que deu parcial provimento à sua apelação, reconhecendo a incidência da contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

Sem embargo, desmerece qualquer acolhida o recurso interposto, eis que o v. acórdão recorrido julgou a lide na forma da melhor doutrina e jurisprudência, no que tange ao aspecto questionado.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o **Recurso Extraordinário** ora contra-arrazoado foi **interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos pela União** às fls. 303/307, e, após este, **não foi ratificado pelo Recorrente**.

Neste ponto, há de se atentar para o conteúdo da **Súmula n.º 418 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça**, *in verbis*:

É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

Destarte, a circunstância de não ter sido ratificado após o julgamento dos embargos de declaração da União enseja a extemporaneidade do Recurso Extraordinário contra-arrazoado, nos termos da súmula acima transcrita, aplicável no âmbito dessa **Colenda Corte** por analogia.

A corroborar o exposto, transcreva-se:

EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Recurso extraordinário interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração. Agravo regimental improvido. Salvo posterior ratificação, é extemporâneo o recurso extraordinário interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, ainda que o julgamento destes não tenha implicado modificação substancial do teor do julgamento original.

(Supremo Tribunal Federal, AI 766.052 AgR/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Cezar Peluso, v. u., j. 23/03/2010).





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXTEMPORANEIDADE. INTERPOSIÇÃO PREMATURA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. I - É extemporâneo o recurso extraordinário interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos na instância a quo, sem que tenha havido a posterior ratificação, sendo irrelevante que somente a outra parte tenha embargado. II - Agravo regimental improvido.

(Supremo Tribunal Federal, AI 712.438 AgR/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, v. m., j. 15/09/2009).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE JULGOU O RECURSO INOMINADO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. Este Tribunal fixou jurisprudência no sentido de que é extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Agravo regimental a que se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal, AI 742.998 AgR/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Eros Grau, v. u., j. 23/06/2009).

Ad argumentandum, registra-se que, com o advento da **Emenda Constitucional n.º 45/2004**, que introduziu o **parágrafo 3º** ao **artigo 102**, da **Constituição Federal**, o recurso extraordinário passou a ter mais um pressuposto específico de admissibilidade, consistente na demonstração, pelos Recorrentes, da chamada **"repercussão geral"** das questões constitucionais discutidas na demanda, assim entendidas aquelas que possam apresentar relevância sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, bem como aquelas nas quais há a impugnação de decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do **Supremo Tribunal Federal**, nos termos da **Lei n.º 11.418/2006**, que introduziu os **artigos 543-A e 543-B** ao **Código de Processo Civil**.

A demonstração deste pressuposto específico, pela parte recorrente, passou a ser **obrigatória para todo e qualquer Recurso Extraordinário interposto a partir do dia 19/02/2007**, quando passou a vigorar a citada **Lei n.º 11.418/2006**, sob pena de seu não conhecimento pelo **Supremo Tribunal Federal**, de acordo com o que prescreve o **artigo 543-A, caput** e **parágrafo 2º**, do **Código de Processo Civil**:

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

O Recurso Extraordinário ora contra-arrazoado foi interposto sob a vigência das regras legais em comento, de maneira que, uma vez não tendo o Recorrente demonstrado, em preliminar, a existência da repercussão geral da matéria constitucional apontada em suas razões recursais, evidenciada está a ausência deste pressuposto imprescindível para a admissão daquele.

Ademais, o Recurso Extraordinário **não deve ser admitido** pela alínea "a" do permissivo constitucional, pois o Recorrente **deixou de indicar quais dispositivos constitucionais, em específico, acredita violados pelo acórdão combatido**.

Incide, no caso, a **Súmula n.º 284** desse **Supremo Tribunal Federal**:



332
2/11

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Neste esteio, observem-se as seguintes ementas:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTROVÉRSIA SOBRE O TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL PARA CONTRIBUINTE PLEITEAR JUDICIALMENTE A RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS COBRADOS COM FUNDAMENTO EM LEI DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284 DO STF. 1. Caso em que, para se chegar a conclusão diversa da adotada pela Instância Judicante de origem, se faz necessária a análise da legislação infraconstitucional, providência vedada neste momento processual. 2. Incide, de mais a mais, a Súmula 284 desta nossa Corte, tendo em conta que a parte recorrente, em suas razões de recurso extraordinário, não indicou os dispositivos constitucionais tidos por afrontados, notadamente quanto à discussão envolvendo a decadência. 3. Agravo regimental desprovido.

(Supremo Tribunal Federal, AI 470.069 AgR/PR, Primeira Turma, Relator Ministro Ayres Brito, v. u., j. 01/06/2010) (grifos acrescentados).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. ACÓRDÃO PELO QUAL O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE LIMITOU AO EXAME DO CABIMENTO DE RECURSO DE SUA COMPETÊNCIA. 2. NÃO INTERPOSIÇÃO DO APELO EXTREMO NO MOMENTO OPORTUNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL PRECLUSA. 3. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. 1. Questão restrita ao âmbito processual, que não enseja apreciação em recurso extraordinário. 2. A parte deixou de interpor recurso extraordinário no julgamento do agravo de instrumento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Assim, encontram-se preclusas as questões constitucionais que a agravante objetiva ver apreciadas. 3. A ausência de indicação do dispositivo constitucional que teria sido violado implica a incidência da Súmula 284 do STF. 4. Agravo regimental desprovido.

(Supremo Tribunal Federal, AI 650.291 AgR/RS, Primeira Turma, Relator Ministro Carlos Britto, v. u., j. 09/06/2009) (destacamos).

Destarte, pelas razões acima expostas, também não deve ser admitido o recurso contra arrazoado.

Quanto ao mérito, os fundamentos apresentados, *data venia*, em nada contribuem para infirmar o r. *decisum*, uma vez que a hipótese discutida foi devidamente analisada perante o Egrégio Tribunal a quo.

A **Constituição Federal** dá os contornos da base de cálculo das contribuições previdenciárias, em seu **artigo 195, inciso I, alínea "a", e artigo 201, parágrafo 11º**:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (redação de acordo com a

Emenda Constitucional nº 20/98)



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS

Art. 201. (...)

§ 11º. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (reenumerado pela EC 20/98)

Assim, não se pode negar que, para fins de recolhimento de contribuição previdenciária, a **Constituição Federal** ampliou o conceito salário, de modo a "incorporar" a ele os rendimentos do empregado, a qualquer título, ou seja, sua própria remuneração.

Seguindo fielmente a orientação da **Constituição Federal**, a **Lei n.º 8.212/91**, em seus **artigos 22 e 28**, determina a base de cálculo das contribuições do empregador e do empregado a partir do conceito constitucional de salário:

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I. 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I – para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

(grifos nossos).

Vê-se assim que o **artigo 22, inciso I**, da **Lei n.º 8.212/91**, ao falar em "total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho em retribuição ao trabalho" não tem o intuito de restringir a incidência apenas àqueles valores pagos quando, efetivamente, o trabalhador estiver prestando serviços. Ao contrário, todo aquele valor pago em razão do trabalho deverá compor a base de cálculo da contribuição previdenciária, dela sendo excluídas apenas as quantias que realmente se referirem a verbas indenizatórias.

A **Consolidação das Leis do Trabalho**, por sua vez, ao tratar do conceito de salário, prevê as parcelas integrantes da remuneração:

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º. Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

(destaques acrescentados).

AMAURI MASCARO NASCIMENTO, embora reconhecendo que a doutrina não encontrou ainda diretrizes seguras para conceituar o instituto, define salário como sendo:

A totalidade das percepções econômicas dos trabalhadores, qualquer que seja a forma ou meio de pagamento, quer retribuem o trabalho efetivo, os períodos de interrupção do contrato e os descansos computáveis na jornada de trabalho.

(in Curso de Direito do Trabalho, 8ª edição, 1989, p.433 e 435).

Verifica-se, assim, que qualquer valor pago à pessoa física em caráter de contraprestação, integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias a cargo do empregador.

Por sua vez, o **artigo 28, parágrafo 9º**, da **Lei n.º 8.212/91**, de forma exaustiva, exclui do salário de contribuição as seguintes verbas:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;

3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT;

4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;

5. recebidas a título de incentivo à demissão;

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998).

f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;

g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).





PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

- h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
- j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
- l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissional, vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998)
- u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)
- x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

Observa-se, assim, que a **Lei n.º 9.528/97**, ao dar nova redação ao **inciso I**, do **artigo 22**, da **Lei n.º 8.212/91**, procurou acomodar com mais precisão a incidência da contribuição previdenciária somente sobre a folha de salários às verbas que possuem **natureza salarial**, e só isso. Visando por certo a dirimir qualquer tipo de controvérsia, passou a empregar, o dispositivo em tela, a expressão **"a retribuir o trabalho"**.

SÉRGIO PINTO MARTINS ao analisar a questão não vislumbrou qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade, observando que **basta a previsão legal para possibilitar a respectiva cobrança**:

*Só haverá incidência da contribuição previdenciária sobre benefício caso exista previsão em lei, pois não se trata de pagamento feito pelo empregador, mas pelo INSS.
(Direito da Seguridade Social, 12ª edição, Editora Atlas, p. 150).*

No que diz respeito ao **adicional de horas extras**, é assente, no **Superior Tribunal de Justiça**, que tais verbas têm natureza remuneratória e, por isso, configuram a base de cálculo da contribuição previdenciária. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. SALÁRIO - MATERNIDADE. HORAS-EXTRAS, ADICIONAIS NOTURNO, DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. NATUREZA JURÍDICA. VERBAS DE CARÁTER REMUNERATÓRIO. INCIDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA À LUZ DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.

1. Fundando-se o Acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
2. Precedentes jurisprudenciais: REsp 980.203/RS, DJ 27.09.2007; AgRg no Ag 858.104/SC, DJ 21.06.2007; AgRg no Resp 889.078/PR, DJ 30.04.2007; REsp 771.658/PR, DJ 18.05.2006.
3. O salário-maternidade possui natureza salarial e integra, conseqüentemente, a base de cálculo da contribuição previdenciária.
4. **As verbas recebidas a título de horas extras, gratificação por liberalidade do empregador e adicionais de periculosidade, insalubridade e noturno possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária.**
5. Conseqüentemente, incólume resta o respeito ao Princípio da Legalidade, quanto à ocorrência da contribuição previdenciária sobre a retribuição percebida pelo servidor a título de adicionais de insalubridade e periculosidade.
6. Agravo regimental parcialmente provido, para correção de erro material, determinando a correção do erro material apontado, retirando a expressão "CASO DOS AUTOS" e o inteiro teor do parágrafo que se inicia por "CONSEQUENTEMENTE". (fl. 192/193).
(AgRg no AG 1.330.045/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fux, v. u., j.: 16/11/2010, DJ 25/11/2010) (negritos nossos).

O mencionado **adicional de horas extras** é dotado de um manifesto caráter salarial, porquanto destinados a retribuir o trabalho prestado em situações especiais.

O próprio texto constitucional previu a sua existência, sendo incluído entre os direitos sociais dos trabalhadores, sendo que em nenhum momento o Constituinte usou o vocábulo "indenização", e sim "remuneração do serviço extraordinário superior..." - **artigo 7º, inciso XVI**.



332
[Assinatura]

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

É de bom alvitre salientar que o Constituinte, quando pretendeu indenizar o trabalhador pela ocorrência de alguma circunstância, o fez expressamente, como, por exemplo, no **inciso I do artigo 7º**, ao dispor que são direitos dos trabalhadores "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória...".

Por outro lado, a indenização tem a natureza jurídica de reparação de um dano causado ou ressarcimento de gastos efetuados.

Na realidade, o pagamento da verba acima descrita é efetuado independentemente da necessidade de se reparar algum dano ou de ressarcir gastos efetuados. Caso fosse indenização, a empresa só estaria obrigada a pagar o adicional se restasse comprovado que a prestação do serviço em situação especial acarretou qualquer dano à saúde do trabalhador. Mas, porque verdadeiramente não se trata de indenização, o pagamento é devido pelo simples fato do serviço ser prestado naquelas condições.

Ao final, o adicional nada mais é do que uma forma especial de se pagar o trabalho realizado em condições também especiais (extraordinário, insalubre, noturno etc.), constituindo-se, destarte, em *são* contraprestação pelo trabalho.

Logo, tal verba, por certo integra o salário e sobre elas obrigatoriamente deve incidir a contribuição previdenciária prevista no **artigo 22, inciso I, da Lei n.º 8.212/91**, em obediência ao **artigo 195, inciso I, da Constituição Federal**.

Ademais, a própria origem etimológica do vocábulo "adicional" corrobora as assertivas deduzidas acima. Neste sentido, o Dicionário Aurélio conceitua adicional como:

1. *Que se adiciona, que se acrescenta.* 2. Acessório, Complementar.... (fls. 37).

É evidente que este adicional é um acréscimo, um complemento ou, ainda, acessório ao salário. É um *plus* que o Constituinte outorgou, no **artigo 7º**, a todos os trabalhadores que exerçam determinada atividade em situações especiais.

Destarte, carece de razão o Recorrente.

Dessa forma, por todo o exposto, a **União Federal (Fazenda Nacional)** requer, preliminarmente, que não seja admitido o Recurso Extraordinário ou, se o for, que a Excelsa Corte se digne em julgá-lo improcedente, mantendo-se o r. decisório recorrido, com o que será preservada a JUSTIÇA.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de março de 2012.

[Assinatura]
ANA CAROLINA NOGUEIRA SALIBA
Procuradora da Fazenda Nacional

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência
Divisão de Recursos



CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos à
Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Vice-
Presidente deste Tribunal, **Dra. SALETTE NASCIMENTO**.

São Paulo, 27 de abril de 2012.

Cristino Alves Brandão
Analista Judiciário
RF- 504



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:32

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Num. 249744461





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

	2010.61.20.004877-1/SP
APELANTE	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
APELADO	: Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
No. ORIG.	: 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

DECISÃO

Extrato: Resp. antecipado à publicação e não ratificado: fora do prazo - inadmissibilidade.

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo Município de Araraquara, a fls. 247/273, em face da União, tirado do v. julgamento proferido nestes autos (fls. 238/244), assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.

3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]



2430555.V003_1/3



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:32

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

5. O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário"

6. Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

7. Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.

8. A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.

9. Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento.

Contrarrazões ofertadas a fls. 318/328, ausentes preliminares.
É o suficiente relatório.

O recurso especial é intempestivo, porquanto interposto antes da publicação do acórdão relativo aos embargos de declaração, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal em 24.10.2011, conforme certidão de fl. 313 vº, não tendo havido sua posterior manifestação:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ACÓRDÃO. EXTEMPORANEIDADE. SÚMULA 418/STJ. PRECEITO CONSTITUCIONAL. STF.

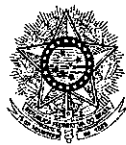
1. A jurisprudência deste Tribunal alinhou-se no sentido da intempestividade do recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração - caso não seja posteriormente reiterado -, mesmo que oposto pela outra parte.

2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]

2430555.V003_2/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

2. Incidência da Súmula 418/STJ.
3. A suposta violação do princípio do devido processo legal revela-se quæstio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso, nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.
4. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.
5. Agravo regimental improvido.
(AgRg no AREsp 75905 / PR; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0257141-6; Relator(a) Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR (1148); Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA; Data da Publicação/Fonte DJe 09/04/2012)

Ante o exposto, **NEGO ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL.**

Intimem-se.

São Paulo, 20 de setembro de 2012.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) Vice-Presidente Salette Nascimento, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador 2430555v3., exceto nos casos de documentos com segredo de justiça."

2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]



2430555.V003_3



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:32

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

	2010.61.20.004877-1/SP
APELANTE	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
ADVOGADO	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e outro
APELADO	: Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO
No. ORIG.	: 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

DECISÃO

Extrato: Rex. antecipado à publicação e não ratificado: fora do prazo - inadmissibilidade.

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Extraordinário, interposto pelo Município de Araraquara, a fls. 274/302, em face da União, tirado do v. julgamento proferido nestes autos (fls. 238/244), assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.
3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.
4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]



2430569.V003_1/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

5. O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário"
6. Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
7. Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.
8. A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.
9. Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento.

Contrarrazões ofertadas a fls. 329/337, ausentes preliminares.
É o suficiente relatório.

O recurso extraordinário é intempestivo, porquanto interposto antes da publicação do acórdão relativo aos embargos de declaração, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal em 24.10.2011, conforme certidão de fl. 313 vº, não tendo havido sua posterior manifestação:

EMENTA: Recurso extraordinário: extemporaneidade: recurso protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Precedentes. (AI 589355 AgR / MG - MINAS GERAIS; AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO; Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Órgão Julgador: Primeira Turma; Publicação DJe-101 DIVULG 13-09-2007 PUBLIC 14-09-2007 DJ 14-09-2007 PP-00036)

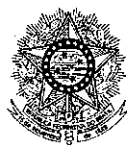
2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]



2430569.V003_2/3





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Ante o exposto, **NEGO ADMISSIBILIDADE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.**

Intimem-se.

São Paulo, 20 de setembro de 2012.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Vice-Presidente Salette Nascimento**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **2430569v3**., exceto nos casos de documentos com segredo de justiça."

2010.61.20.004877-1

[CYAMAMOT@CYAMAMOT]



2430569.V003_3/3



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***-98 em 06/11/2025 12:50:32

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





DATA

Nesta data, foram-me entregues estes autos por parte da Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Vice-Presidente, com a(s) r. decisão(ões)/despacho(s) de fls. retro.

São Paulo, 26/10 / 2012.

Carlos Alberto Teixeira Mendes – RF 1837

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data, o digno Representante Legal da **União Federal (Fazenda Nacional)** –tomou ciência da(s) r. decisão(ões)/despacho(s) de fls. retro , por meio do expediente nº **19318 /2012– DINT-RCED**, enviado via e-mail e arquivado nesta Subsecretaria.

São Paulo, 26/10/2012.

Carlos Alberto Teixeira Mendes – RF 1837

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO

CERTIFICO e dou fé, nesta data, a(s) decisão(ões) de fls. retro foi(ram) disponibilizada(s) no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região. **Considera-se data de publicação o primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização, nos termos dos §§ 3º e 4º, art. 4º da Lei nº 11.419/2006.**

São Paulo, 26/10/2012 .

Carlos Alberto Teixeira Mendes – RF 1837



344
R

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ
LUNARDELLI, D. RELATOR DA 1ª TURMA DO EGRÉGIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TRF3 – 29/out/2012 – 17:06



2012.237391 – SUB/UVIP

TRF3 – JUNTADA SP 2211/2012 RJ 2725 Servidor/RP
--

PROCESSO Nº 0004877-82.2010.4.03.6120

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, DEVIDAMENTE
QUALIFICADO NOS AUTOS DO PROCESSO EM EPÍGRAFE, VEM
RESPEITOSAMENTE, À PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, POR SEU
ADVOGADO QUE ESTA SUBSCREVE REQUERER A JUNTADA AOS AUTOS DO
ANEXO SUBSTABELECIMENTO.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO E JUNTADA

SÃO PAULO, 26 DE OUTUBRO DE 2012.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

I

SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, **COM RESERVA DE IGUAIS**, NA PESSOA DA ADVOGADA **BRUNA LUÍSA ANADÃO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO SÃO PAULO, SOB N° 320.779, COM ESCRITÓRIO NA RUA ALVILÂNDIA, 346, ALTO DE PINHEIROS, CEP 05449-070, SÃO PAULO – SP, OS PODERES QUE ME FORAM OUTORGADOS POR **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, NOS AUTOS DO **PROCESSO N° 0004877-82.2010.4.03.6120**, ORA EM CURSO PERANTE **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**.

SÃO PAULO, 26 OUTUBRO DE 2012.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP N° 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo – SP – Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

Castellucci Figueiredo
e

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA DESEMBARGADORA
VICE PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA 3ª REGIÃO.

TRF3 - 08/nov/2012 - 16:06

2012.244922 - AGRESP/UVIP

TRF3 - JUNTADA
SP 22/01/2013
R 2225
Servidor/RF

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
RELATORA: DES.FED.VICE PRESIDENTE SALETTE NASCIMENTO
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
RECORRIDO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

"O jurista há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é,
mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado,
nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro".
(PONTES DE MIRANDA, Código 1939, vol. XII, p. 23).

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, DEVIDAMENTE
QUALIFICADO NOS AUTOS DA APELAÇÃO EM EPÍGRAFE, POR SEU ADVOGADO *IN*
FINE, VEM, RESPEITOSAMENTE À ILUSTRE PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, E
NA FORMA DO ARTIGO 544 E SEGUINTE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL,
INTERPOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM FACE DO V. *DECISUM* DE FLS., QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL DO
AGRAVANTE EM RAZÃO DE SUA "*SUPOSTA INTEMPESTIVIDADE*", REQUERENDO,
DESDE JÁ, SEJA O MESMO PROCESSADO E REMETIDO AO COLENDO "*SUPERIOR*
TRIBUNAL DE JUSTIÇA" PARA JULGAMENTO, O QUE FAZ COM BASE NAS
RAZÕES DE FATO E DE DIREITO A SEGUIR EXPOSTAS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

I

Castellucci Figueiredo
e

Advogados Associados

NESSES TERMOS,
PEDE E ESPERA PROVIMENTO.

SÃO PAULO, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:32

Número do documento: 22050617384602000000242499632

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384602000000242499632>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:46

Num. 249744461



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

347
R

COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

RAZÕES DO AGRAVANTE,

COLEND A TURMA,
ÍNCLITOS JULGADORES,

I – DOS FATOS

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO IMPETRANTE, ORA AGRAVANTE, EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELA EXMA. SRA. DRA. DESEMBARGADORA FEDERAL VICE PRESIDENTE SALETTE DO NASCIMENTO, A QUAL NÃO ADMITIU O PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL DO AGRAVANTE EM RAZÃO DA SUA “SUPOSTA INTEMPESTIVIDADE” SOB A ÓPTICA DA SÚMULA 418, DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, IN VERBIS:

“VISTOS ETC. TRATA-SE DE RECURSO ESPECIAL, INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, A FLS. 247/273, EM FACE DA UNIÃO, TIRADO DO V. JULGAMENTO PROFERIDO NESTES AUTOS (FLS. 238/244), ASSIM EMENTADO: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF. 1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACOLHEU, POR UNANIMIDADE, INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, ADEQUANDO SUA JURISPRUDÊNCIA AO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF, SEGUNDO O QUAL NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL. 3. NA ESTEIRA DO RESP 486697/PR, É PACÍFICO NO ÂMBITO DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

III

349
C

QUE INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS-EXTRAS. 4. EM RELAÇÃO ÀS VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA, O PEDIDO NÃO FOI FORMULADO DE MODO CERTO E DETERMINADO, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 286, DO CPC. TÃO POUCO SE INSERE DENTRO DAS EXCEÇÕES PREVISTAS EM SEUS INCISOS I, II E III. VEJA-SE QUE O ARTIGO 286 DO CPC IMPÕE AO AUTOR QUE INDIVIDUE E DESCREVA, QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE, NA FORMA MAIS CONCRETA POSSÍVEL, O QUE PRETENDE EM JUÍZO, A FIM DE POSSIBILITAR A CORRETA COMPREENSÃO DA DECISÃO PROFERIDA. 5. O PRAZO QUE A UNIÃO TEM PARA APURAR E CONSTITUIR SEUS CRÉDITOS É DE CINCO ANOS, COMO ESTIPULA A SÚMULA VINCULANTE Nº 08, DO STF: "SÃO INCONSTITUCIONAIS OS PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI 1569/77 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI 8.212/91, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO" 6. QUANDO NÃO HOUE RECOLHIMENTO, APLICA-SE A NORMA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN, CONTANDO-SE O PRAZO QUINQUENAL A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DAQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO. 7. NA HIPÓTESE DE PAGAMENTO ANTECIPADO, O PRAZO PARA A FAZENDA LANÇAR O CRÉDITO TEM INÍCIO COM ELE, SEU FATO GERADOR, COMO PREVISTO NO §4º DO ARTIGO 150 DO CTN. 8. A IMPETRANTE ALMEJA, QUANTO A ESTE PONTO, ASSEGURAR QUE NÃO LHE SEJAM EXIGIDAS PELA AUTORIDADE IMPETRADA AS CONTRIBUIÇÕES RECONHECIDAS COMO INDEVIDAS NESTE "MANDAMUS". TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUE RECOLHIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 173, INCISO I, DO CTN E SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO STF, RECONHEÇO A IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DAS EXAÇÕES NO PERÍODO DOS CINCO ANOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DESTA, BEM COMO A DECADÊNCIA DO DIREITO DA UNIÃO FEDERAL COBRAR AS PARCELAS ANTERIORES A ESTE QUINQUÊNIO. 9. APELAÇÃO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO NO QUE TANGE AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, BEM COMO RECONHEÇO A IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DAS EXAÇÕES NO PERÍODO DOS CINCO ANOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DESTA, BEM COMO A DECADÊNCIA DO DIREITO DA UNIÃO FEDERAL COBRAR AS PARCELAS ANTERIORES A ESTE QUINQUÊNIO. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. CONTRARRAZÕES OFERTADAS A FLS. 318/328, AUSENTES PRELIMINARES. É O SUFICIENTE RELATÓRIO. **O RECURSO ESPECIAL É INTEMPESTIVO, PORQUANTO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RELATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL EM 24.10.2011, CONFORME CERTIDÃO DE FL. 313 Vº, NÃO TENDO HAVIDO SUA POSTERIOR MANIFESTAÇÃO: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA**

PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ACÓRDÃO. EXTEMPORANEIDADE. SÚMULA 418/STJ. PRECEITO CONSTITUCIONAL. STF. A JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL ALINHOU-SE NO SENTIDO DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CASO NÃO SEJA POSTERIORMENTE REITERADO -, MESMO QUE OPOSTO PELA OUTRA PARTE. 2. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 418/STJ

3. A SUPOSTA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL REVELA-SE QUAESTIO AFETA À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PROVOCADO PELA VIA DO EXTRAORDINÁRIO; MOTIVO PELO QUAL NÃO SE PODE CONHECER DO RECURSO, NESSE ASPECTO, EM FUNÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 105, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 4. O AGRAVO REGIMENTAL NÃO MERECE PROSPERAR, PORQUANTO AS RAZÕES REUNIDAS NA INSURGÊNCIA SÃO INCAPAZES DE INFIRMAR O ENTENDIMENTO ASSENTADO NA DECISÃO AGRAVADA. 5. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (AGRG NO ARES 75905 / PR; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0257141-6; RELATOR(A) MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR (1148); ÓRGÃO JULGADOR T6 - SEXTA TURMA; DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE DJE 09/04/2012) ANTE O EXPOSTO, NEGO ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL".(N.G.)

EMINENTE RELATOR(A), DA LEITURA DO DISPOSITIVO SUPRA, VERIFICA-SE, CLARAMENTE, QUE A R. DECISÃO ORA AGRAVADA MERECE SER REVISTA POR ESSA COLENDIA CORTE, MORMENTE PORQUE O FUNDAMENTO PELO QUAL O RECURSO ESPECIAL TEVE SEU SEGUIMENTO NEGADO FOI A AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS DE VALIDADE, QUAL SEJA: A TEMPESTIVIDADE, O QUE NÃO É VERDADE E SERÁ COMPROVADO A SEGUIR.

CONFORME SERÁ SUSTENTADO A SEGUIR, O RECURSO ESPECIAL DO AGRAVANTE É MANIFESTAMENTE TEMPESTIVO NA FORMA DA LEI PROCESSUAL(CPC), MOTIVO PELO QUAL NÃO PODE O PODER JUDICIÁRIO, COM TODAS AS DEVIDAS VENIAS, USURPAR SUA COMPETÊNCIA E LEGISLAR POR MEIO DE SÚMULAS, CRIANDO NORMAS PROCESSUAIS EM CONTRAPARTIDA AO QUE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DIZ, SOB PENA DE OFENSA DIRETA DE OFENSA AO ARTIGO 5º, INCISO II, DA LEX MITOR!

SENÃO VEJAMOS.

II – DA MANIFESTA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL DO RECORRENTE E A NECESSÁRIA FLEXIBILIZAÇÃO DA SÚMULA 418, DO STJ

AB INITIO, O MUNICÍPIO ORA AGRAVANTE PEDE “LICENÇA” PARA TECER BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DO INSTITUTO DA TEMPESTIVIDADE, BEM COMO ACERCA DE SUA CAPACIDADE POSTULATÓRIA PARA RECORRER NO BOJO DE UM PROCESSO JUDICIAL, UMA VEZ QUE ENTENDE QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TRATAM-SE DE UMA FACULDADE DA PARTE INTERPOR ESSE TIPO DE RECURSO – E NÃO UMA OBRIGATORIEDADE – DIVERSAMENTE DO RECURSO ESPECIAL, POIS CASO ESTE SÃO SEJA INTERPOSTO DENTRO DO PRAZO LEGAL, O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO MAIS PODERÁ SER REFORMADO, OU SEJA, TRANSITARÁ EM JULGADO SOB O MANTO DA COISA JULGADA.

COMO SE VÊ, A OBRIGATORIEDADE DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL É EXTREMAMENTE CRUCIAL PARA O RESULTADO FINAL DA LIDE, ENQUANTO A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO, ALIÁS, EM CASO DE DESVIO DE FINALIDADE, A PARTE DEVE SER PENALIZADA COM MULTA.

POR NÃO SE TRATAR DE RECURSO PRÓPRIO PARA A REFORMA DO MERITUM DO JULGADO, A MULTA DO ARTIGO 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - APLICADA AOS EMBARGOS PROTETATÓRIOS - NÃO SE APLICA AOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, JUSTAMENTE PELA DIVERSIDADE DE SUA FEIÇÃO RECURSAL.

II.A – DO v. ACÓRDÃO RECORRIDO X PROTOCOLO DO RECURSO ESPECIAL

NESSE SENTIDO, ESCLAREÇA-SE QUE, EM 28/06/2011, A 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, NEGOU PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL E DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AGRAVANTE PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

O REFERIDO ACÓRDÃO FOI DISPONIBILIZADO NO DJU DE 08/07/2011 (SEXTA FEIRA), E FOI PUBLICADO EM 11/07/2011 (SEGUNDA FEIRA), TENDO O DIAS A QUO DO PRAZO RECURSAL DO AGRAVANTE INICIADO EM 12/07/2011, ASSIM COMO TAMBÉM COMEÇOU A FLUIR O PRAZO FACULTATIVO PARA A EVENTUAL OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (APENAS NAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535, I E II, DO CPC).



EMINENTE RELATOR(A), FRISE-SE QUE O AGRAVANTE DISPENSOU A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POIS ENTENDEU QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO DO E. TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO ESTÁ SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO E EXPLICITAMENTE PREQUESTIONADO, SENDO TOTALMENTE OBSOLETA E PROTETÓRIA SUA INTERPOSIÇÃO HÁ ÉPOCA DOS FATOS.

POIS BEM, O AGRAVANTE PROTOCOLOU SEU RECURSO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL A QUO EM 26/07/2011, OU SEJA, DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, MOTIVO PELO QUAL NÃO SE HÁ DE COGITAR SUA INTEMPESTIVIDADE.

A MERA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR PARTE DA UNIÃO NÃO TEM O CONDÃO DE OBRIGAR O AGRAVANTE A DEIXAR DE INTERPOR RECURSO PRÓPRIO PARA AGUARDAR O DESFECHO DOS DECLARATÓRIOS QUE SEQUER POSSUEM O CONDÃO DE ALTERAR O RESULTADO DO JULGADO, POIS NÃO POSSUEM ESSA NATUREZA!

COLENDIA TURMA, O PRAZO PARA INTERPOR RECURSO ESPECIAL É DE 15 DIAS CONFORME DISPÕE O ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E ASSIM FEZ O AGRAVANTE VISANDO À REFORMA DO V. ARESTO PROFERIDO EM GRAU DE APELAÇÃO PELO E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO!

A PROPÓSITO, VEJA O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO:

“PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- UM DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO DOS RECURSOS É A TEMPESTIVIDADE, DEVENDO O RECORRENTE, EM SE TRATANDO DE RECURSO ESPECIAL, OBEDECER O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA SUA INTERPOSIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 508 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

2.- NA PRESENTE HIPÓTESE, FOI JUNTADA AOS AUTOS SOMENTE A CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO ATESTANDO QUE ESTE FOI DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO EM

07/12/2011 (QUARTA-FEIRA), DEVENDO SER CONSIDERADO PUBLICADO EM 09/12/2011 (SEXTA-FEIRA) EM RAZÃO DO FERIADO DO DIA 08/12/2011. DESSA FORMA, O PRAZO COMEÇOU A FLUIR NO DIA 12/12/2011 (SEGUNDA-FEIRA), FICOU SUSPENSO DE 20/12/2011 A 06/01/2012 (SEXTA-FEIRA), RECOMEÇANDO EM 09/01/2012 (SEGUNDA-FEIRA) E FINDANDO EM 16/01/2012 (SEGUNDA-FEIRA). DESSA FORMA, INAFASTÁVEL A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO SOMENTE EM 19/01/2012.

3.- O RECURSO NÃO TROUXE NENHUM ARGUMENTO CAPAZ DE MODIFICAR A CONCLUSÃO DO JULGADO, A QUAL SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

4.- AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. AGRG NO ARESP 190678/CE. AGR NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0124488-4 – 3ª TURMA – RELATOR MINISTRO SIDNEY BENETTI, DJE 05/09/2012;

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 508 DO CPC. EC-45/04. ATIVIDADE JURISDICIONAL ININTERRUPTA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A TEMPESTIVIDADE CONSTITUI REQUISITO INDISPENSÁVEL À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, DEVENDO O RECORRENTE, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, DEMONSTRAR A OBEDIÊNCIA AO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508 DO CPC.

2. A CORRETA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO É ÔNUS DO AGRAVANTE, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO.

3. A ATIVIDADE JURISDICIONAL NÃO MAIS SERÁ INTERROMPIDA NOS TERMOS DA EC 45/2004.

4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

AGRG NO AG 920791/SP. (AGRG NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0138902-8 – 4ª TURMA - MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA- DJU 11/02/2008;

**“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.
TEMPESTIVIDADE. INOCORRÊNCIA.**

- O RECURSO ESPECIAL É INTEMPESTIVO, POIS INTERPOSTO EM PRAZO SUPERIOR AO PREVISTO NO ARTIGO 508 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (RESP 640335 / SE RESP Nº 2004/0012483-3 MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094) 2ª TURMA – DJU – 29/08/2005”. (N.G.)

CIRCA MERITIS, VEJA-SE QUE O AGRAVANTE PROTOCOLOU SEU RECURSO ESPECIAL NA FORMA PREVISTA NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA DESSA CORTE, OU SEJA, DENTRO DO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, MOTIVO PELO QUAL NÃO SE HÁ DE COGITAR SUA INTEMPESTIVIDADE!

ACRESCENTE-SE, AINDA, QUE O AGRAVANTE INTERPÔS RECURSO ESPECIAL CONTRA O V. ACÓRDÃO DE MÉRITO PROFERIDO EM GRAU DE APELAÇÃO JULGADO PELA 1ª TURMA DA CORTE REGIONAL, SENDO ESTA DECISÃO QUE BUSCA-SE SUA REFORMA, E NÃO ACERCA DO V. ARESTO PROFERIDO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA UNIÃO REJEITADOS SEM QUALQUER ALTERAÇÃO NO JULGADO!

OUTROSSIM, É CERTO QUE TANTO O E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, BEM COMO AS DEMAIS CORTES REGIONAIS DO PAÍS, INCLUSIVE ESSA COLENDIA CORTE SUPERIOR, VÊM APLICANDO A MULTA PREVISTA NO ARTIGO 538, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ QUANDO A PARTE OPÕE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESVIRTUADOS DOS SEUS FINS!

PONTUANDO SOBRE O SIGNIFICADO E O ALCANCE DO TERMO “INTEMPESTIVO”, ELEGEMOS OS ENSINAMENTOS DO ILUSTRE POLIGLOTA AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, IN “DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1ª EDIÇÃO, ED. NOVA FRONTEIRA, PAG 272”:

“INTEMPESTIVO: ADJ. 1. FORA DO TEMPO PRÓPRIO; INOPORTUNO. 2. SÚBITO.” (N.G.)

VALE CITAR AINDA, OS DIZERES DO NOBRE JURISCONSULTO **DE PLÁCIDO E SILVA**, EM SUA FESTEJADA OBRA: "*VOCABULÁRIO JURÍDICO*", EDITORA FORENSE, 16ª EDIÇÃO, RIO DE JANEIRO, PG.341:

"EXTEMPORÂNEO": INTEMPESTIVO, FORA DO TEMPO OPORTUNO.
(N.G.)

POIS BEM, PARTINDO-SE DESSAS PREMISSAS, COM TODAS AS *VENIAS EXAS.*, EM PRIMEIRO LUGAR A R. DECISÃO AGRAVADA DEVE SER REVISTA PELO FATO DO RECURSO ESPECIAL TER SIDO PROTOCOLADO DENTRO DO PRAZO QUE A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ASSIM O DETERMINA, O QUE É INCONTESTÁVEL FRENTE ÀS CERTIDÕES CONSTANTES NOS AUTOS E NÃO FORA QUESTIONADO PELA R. DECISÃO AGRAVADA.

A PROPÓSITO, MISTER CITAR O QUE DIZ O ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, *IN VERBIS*:

"ART. 508: NA APELAÇÃO, NOS EMBARGOS INFRINGENTES, NO RECURSO ORDINÁRIO, NO RECURSO ESPECIAL, NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, O PRAZO PARA INTERPOR E PARA RESPONDER É DE 15 (QUINZE) DIAS. (N.G.)

EM SEGUNDO LUGAR, AS CORTES LOCAIS E INCLUSIVE O COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, VÊM PROFERINDO DECISÕES NO SENTIDO DE "MITIGAR" A APLICAÇÃO DA SÚMULA 418 DO STJ EM PROL DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE NORTEIAM A CELERIDADE E A LEGALIDADE DO PROCESSO E DA AMPLA DEFESA, *IN VERBIS*:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELAÇÃO INTERPOSTA ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR OUTRA PARTE. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. EXIGÊNCIA DESPROVIDA DE AMPARO LEGAL. INAPLICABILIDADE DO ENUNCIADO PELA SÚMULA 418 DO STJ. AGRAVO PROVIDO".
(TJ/SP, AI Nº 0063501-11.2012.8.26.0000, 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, RELATOR NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA, DOE 19/06/2012);(N.G.)

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO CONFIGURADA. PROCEDÊNCIA APENAS PARA INCLUIR A DISCUSSÃO DA MATÉRIA. APELO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. EXIGÊNCIA DESPROVIDA DE CHANCELA LEGAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 418 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E ACOLHIDO, SEM, CONTUDO, ATRIBUIR-LHE EFEITOS INFRINGENTES.

1 - A NECESSIDADE DE RATIFICAR O RECURSO DE APELAÇÃO APÓS O JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS SÓ SE JUSTIFICA QUANDO EVIDENCIADA MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL DA SENTENÇA.

2 - A INTERPRETAÇÃO LITERAL DA SÚMULA 418 DO STJ DEVE SE CIRCUNSCREVER ÀS CORTES SUPERIORES, A EXEMPLO DA SÚMULA 115 DO MESMO SODALÍCIO.

3 - ENTENDIMENTO QUE MELHOR SE COADUNA COM OS PRINCÍPIOS E REGRAS DO DIREITO PROCESSUAL MODERNO.

(TJ/RN - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2010.008416-2/0001.00, RELATORA JUÍZA SULAMITA BEZERRA PACHECO, 3ª CÂMARA CÍVEL, DJ 03/03/2011);

"PROCESSUAL PENAL. SÚMULA N.º 418 DESTESUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS. REITERAÇÃO PERANTE A CORTE A QUO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS POR CORRÉU. IMPROVIMENTO. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU SUPRESSÃO DOS JULGADOS ANTERIORES. RATIFICAÇÃO POSTERIOR DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL PELO EMBARGANTE. DESNECESSIDADE. TEMPESTIVIDADE DO APELO NOBRE. CASO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. CONSTATANDO-SE QUE A SITUAÇÃO FÁTICA TRATADA NOS PRESENTES AUTOS É DISTINTA DAQUELAS QUE SERVIRAM DE SUBSTRATO À ELABORAÇÃO DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 418/STJ, TORNA-SE DE RIGOR O AFASTAMENTO DO REFERIDO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL À HIPÓTESE AQUI VERSADA, SOB PENA DE SE APLICAR O MESMO DIREITO À FATOS DIVERSOS.

2. TENDO SIDO OPOSTOS, POR CORRÉU, SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL LOCAL E DESACOLHIDA A INSURGÊNCIA AO FUNDAMENTO DE QUE A MATÉRIA NELE VERSADA JÁ HAVIA SIDO DEVIDAMENTE ANALISADA, NÃO HAVENDO, ASSIM, QUALQUER MODIFICAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU SUPRESSÃO NAS DECISÕES ANTERIORMENTE PROFERIDAS, SERIA DESARRAZOADO EXIGIR RATIFICAÇÃO POSTERIOR DO APELO NOBRE PELO ORA EMBARGANTE. TAL FORMALIDADE IMPLICARIA EM MALFERIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL, DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, DA CONSERVAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA

DEFESA, NÃO SE COMPATIBILIZANDO A SÚMULA N.º 418/STJ COM OS PRINCÍPIOS QUE REGEM HODIERNAMENTE O DIREITO CRIMINAL.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS A FIM DE AFASTAR A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 418 DESTA CORTE SUPERIOR À HIPÓTESE DOS AUTOS E, DESTA FORMA, PROVER O AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA DETERMINAR A SUBIDA DO RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME DA MATÉRIA NELE VERSADA.

(STJ, EDCL NO AGRG NO AI N.º 1.203.775/SP, RELATOR MINISTRO JORGE MUSSI, 5ª TURMA, DJU 29/08/2011);

"PROCESSUAL PENAL. SÚMULA N.º 418 DESTA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS. REITERAÇÃO PERANTE A CORTE A QUO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS POR CORRÊU. IMPROVIMENTO. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU SUPRESSÃO DOS JULGADOS ANTERIORES. RATIFICAÇÃO POSTERIOR DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL PELO EMBARGANTE. DESNECESSIDADE. TEMPESTIVIDADE DO APELO NOBRE. CASO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. CONSTATANDO-SE QUE A SITUAÇÃO FÁTICA TRATADA NOS PRESENTES AUTOS É DISTINTA DAQUELAS QUE SERVIRAM DE SUBSTRATO À ELABORAÇÃO DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 418/STJ, TORNA-SE DE RIGOR O AFASTAMENTO DO REFERIDO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL À HIPÓTESE AQUI VERSADA, SOB PENA DE SE APLICAR O MESMO DIREITO À FATOS DIVERSOS.

2. TENDO SIDO OPOSTOS, POR CORRÊU, SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL LOCAL E DESACOLHIDA A INSURGÊNCIA AO FUNDAMENTO DE QUE A MATÉRIA NELE VERSADA JÁ HAVIA SIDO DEVIDAMENTE ANALISADA, NÃO HAVENDO, ASSIM, QUALQUER MODIFICAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU SUPRESSÃO NAS DECISÕES ANTERIORMENTE PROFERIDAS, SERIA DESARRAZOADO EXIGIR RATIFICAÇÃO POSTERIOR DO APELO NOBRE PELO ORA EMBARGANTE. TAL FORMALIDADE IMPLICARIA EM MALFERIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL, DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, DA CONSERVAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, NÃO SE COMPATIBILIZANDO A SÚMULA N.º 418/STJ COM OS PRINCÍPIOS QUE REGEM HODIERNAMENTE O DIREITO CRIMINAL.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS A FIM DE AFASTAR A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 418 DESTA CORTE SUPERIOR À HIPÓTESE DOS AUTOS E, DESTA FORMA, PROVER O AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA MELHOR EXAME DO RECURSO ESPECIAL.

(STJ, EDCL NO AGRG NO AI N.º 1.203.679/SP, RELATOR MINISTRO JORGE MUSSI, 5ª TURMA, DJU 10/10/2011);

POR DERRADEIRO, DIGA-SE AINDA QUE A SÚMULA 418, DESSA COLEND A CORTE NÃO É IMUTÁVEL, ELA DEVE SER "FLEXIBILIZADA" PARA ÀQUELES CASOS QUE ASSIM O REQUER, TAL COMO A CORTE SUPREMA (STF) TEM FLEXIBILIZANDO A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691, EM RELAÇÃO À IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÕES MONOCRÁTICAS DE TRIBUNAL SUPERIOR QUE INDEFERE LIMINAR SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA, EM QUE CENTENAS DE LIMINARES JÁ FORAM CONCEDIDAS.

NESSE SENTIDO, VEJAM-SE OS V. ARESTOS PROFERIDOS PELO COLENDO STF AFASTANDO EXCEPCIONALMENTE A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 EM RAZÃO DE MANIFESTA ILEGALIDADE: HC 101979, HC 76347, HC 79238, HC 79748, HC 79775, HC 79776, HC 91041, HC 94635, DENTRE OUTROS.

COM A DEVIDA *VENIA*, O AGRAVANTE NÃO PODERIA DEIXAR DE CITAR ALGUMAS DAS CENTENAS DE DECISÕES JÁ PROFERIDAS POR ESSE EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AFASTANDO, EXCEPCIONALMENTE, A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691, DO COLENDO STF, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE:

"HABEAS CORPUS. PENAL. CONDENAÇÃO POR DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR, EM VIA PÚBLICA, SEM A DEVIDA PERMISSÃO PARA DIRIGIR OU HABILITAÇÃO. PENA DE 07 (SETE) MESES DE DETENÇÃO. RÉU REINCIDENTE. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. PACIENTE QUE CUMPRE PENA EM REGIME FECHADO. ILEGALIDADE. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.

AFASTAMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 691 DA SÚMULA DA SUPREMA CORTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. NÃO SE ADMITE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE LIMINAR PROFERIDA PELO RELATOR DO WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM, EXCETUADOS OS CASOS EM QUE O INDEFERIMENTO DO PROVIMENTO URGENTE SE DÁ EM DECISÃO INQUESTIONAVELMENTE TERATOLÓGICA, DESPIDA DE QUALQUER RAZOABILIDADE, COMO SE VERIFICA NA HIPÓTESE.

2. CONSUBSTANCIA-SE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, SANÁVEL POR HABEAS CORPUS, O CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO DO QUE O DEVIDO, SOB PENA DE DESVIO DA FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA ESTATAL. PRECEDENTES.

3. ORDEM CONCEDIDA PARA ASSEGURAR AO PACIENTE O DIREITO DE CUMPRIR A PENA NO REGIME SEMIABERTO, QUE LHE FOI DEFERIDO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, OU, NÃO SENDO POSSÍVEL, PARA PERMITIR QUE AGUARDE O SURGIMENTO DE VAGA EM REGIME ABERTO, ATÉ QUE LHE SEJA ASSEGURADA VAGA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO.
STJ - HC 213929 / SP, 5ª TURMA, MINISTRA LAURITA VAZ, DJU, 28/10/2011;

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. SÚMULA Nº 691 STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. AFASTAMENTO. INDICIAMENTO FORMAL POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA.

I. CONFORME JURISPRUDÊNCIA REITERADA DAS CORTES SUPERIORES, NÃO É ADMISSÍVEL HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINAR DE WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM (SÚMULA Nº 691 DO STF).

II. A EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE CONSTITUI SITUAÇÃO EXCEPCIONAL APTA A AFASTAR A INCIDÊNCIA DO REFERIDO ENUNCIADO.

III. O INDICIAMENTO FORMAL DO PACIENTE APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA CONFIGURA CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES.

IV. ORDEM CONCEDIDA PARA DETERMINAR A REVOGAÇÃO DO INDICIAMENTO FORMAL DO PACIENTE, SEM PREJUÍZO DO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL.
STJ - HABEAS CORPUS Nº 174.576/SP (2010/0097977-6), RELATOR MINISTRO GILSON DIPP, 5ª TURMA, DJU 28/09/2010;

“HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. WRIT IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL A QUO AINDA NÃO APRECIADO. DENEGACÃO DE LIMINAR. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA DE INTERNAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. SUPERACÃO DA SÚMULA 691 DO PRETÓRIO EXCELSO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

I - HIPÓTESE EM QUE A IMPETRAÇÃO SE VOLTA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA POR MEIO DA QUAL FOI INDEFERIDO PEDIDO DE MEDIDA DE LIMINAR, AINDA NÃO TENDO OCORRIDO O JULGAMENTO FINAL DO WRIT NO E. TRIBUNAL A QUO. A HIPÓTESE, DE REGRA, ATRAIRIA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691 DO PRETÓRIO EXCELSO. CONTUDO, VERIFICADA FLAGRANTE ILEGALIDADE, É POSSÍVEL A CONCESSÃO DA ORDEM EM HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA O INDEFERIMENTO DE LIMINAR.

II - A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ESTÁ AUTORIZADA NAS HIPÓTESES TAXATIVAMENTE PREVISTAS NO ART. 122 DO ECA. (PRECEDENTES).

III - A GRAVIDADE DO ATO INFRACIONAL EQUIVALENTE AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES NÃO ENSEJA, POR SI SÓ, A APLICAÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SE A INFRAÇÃO NÃO FOI PRATICADA MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA, EX VI DO ART. 122, INCISO I, DO ECA. (PRECEDENTES).

IV - A REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES CAPAZ DE ENSEJAR A INCIDÊNCIA DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DA INTERNAÇÃO, A TEOR DO ART. 122, INCISO II, DO ECA, OCORRE QUANDO PRATICADOS, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) ATOS INFRACIONAIS GRAVES. (PRECEDENTES). **HABEAS CORPUS CONCEDIDO**

STJ - HABEAS CORPUS Nº 139.014/SP (2009/0112811-0), RELATOR MINISTRO FELIX FISCHER, DJU 15/09/2010, 5ª TURMA;

"CRIMINAL. ECA. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. SÚMULA 691 DO STF. AFASTAMENTO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE. TAXATIVIDADE DO ART.122 DO ECA. ILEGALIDADE CONFIGURADA. ORDEM CONCEDIDA.

I. CONFORME JURISPRUDÊNCIA REITERADA DAS CORTES SUPERIORES, NÃO É ADMISSÍVEL HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINAR DE WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM (SÚMULA Nº 691 DO STF).

II. NÃO OBSTANTE, EM CASOS DE DECISÕES ONDE EXISTA FLAGRANTE ILEGALIDADE, AUSÊNCIA PATENTE DE FUNDAMENTAÇÃO OU ARGUMENTAÇÃO TERATOLÓGICA, TAL ENTENDIMENTO DEVE SER RELATIVIZADO PARA QUE SE CONHEÇA DO MANDAMUS.

III. HIPÓTESE NA QUAL O POSICIONAMENTO ADOTADO CONTRARIA FRONTALMENTE O ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE, DE QUE A MEDIDA EXTREMA DE INTERNAÇÃO SÓ ESTÁ AUTORIZADA NAS HIPÓTESES PREVISTAS TAXATIVAMENTE NOS INCISOS DO ART. 122 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POIS A SEGREGAÇÃO DE MENOR É, EFETIVAMENTE, MEDIDA DE EXCEÇÃO, DEVENDO SER APLICADA OU MANTIDA SOMENTE QUANTO EVIDENCIADA SUA NECESSIDADE - EM OBSERVÂNCIA AO PRÓPRIO ESPÍRITO DO ESTATUTO, QUE VISA À REINTEGRAÇÃO DO JOVEM À SOCIEDADE.

IV. A PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO TRÁFICO DE

ENTORPECENTES NÃO É SUFICIENTE, POR SI SÓ, COM FUNDAMENTO EM SUA GRAVIDADE ABSTRATA, PARA DETERMINAR A IMPOSIÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

V. **ORDEM CONCEDIDA**, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

STJ - HC 185474 / SP, RELATOR MINISTRO GILSON DIPP, 5ª TURMA, DJU 28/04/2011;

“HABEAS CORPUS CONTRA LIMINAR EM WRIT ORIGINÁRIO. AFASTAMENTO DA SÚMULA Nº 691 DO STF. EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA SEM MOTIVAÇÃO CONCRETA.

1. CONFORME REITERADA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. NÃO SE ADMITE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO LIMINAR DE RELATOR DE WRIT ORIGINÁRIO, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA (SÚMULA Nº 691 DO STF).

2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA VEM ENTENDENDO QUE, EM SITUAÇÕES ABSOLUTAMENTE EXCEPCIONAIS, VALE DIZER, NO CASO DE FLAGRANTE ILEGALIDADE DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL TERATOLÓGICA OU CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO, É POSSÍVEL A MITIGAÇÃO DO REFERIDO ENUNCIADO.

3. A SEXTA TURMA DESTA CORTE VEM DECIDINDO SER POSSÍVEL A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA A ACUSADO DE CRIME HEDIONDO OU EQUIPARADO, NAS HIPÓTESES EM QUE NÃO ESTEJAM PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

4. HABEAS CORPUS CONCEDIDO PARA DEFERIR A LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE, MEDIANTE ASSINATURA DE TERMO DE COMPARECIMENTO A TODOS OS ATOS DO PROCESSO, SOB PENA DE REVOGAÇÃO.

STJ - HC 134390 / MG – 6ª TURMA, MINISTRO RELATOR OG FERNANDES, DJU 31/08/2009

NA MESMA LINHA DE RACIOCÍNIO, MISTER SE FAZ A “MITIGAÇÃO EXCEPCIONAL” DA SÚMULA 418 DO STJ **NO PRESENTE CASO**, SEJA EM PROL DA CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL, **SEJA EM PROL DA NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 5º, II, CF/88)**, MORMENTE PORQUE, **DATA MAXIMA VENIA, A REFERIDA SÚMULA 418 CRIOU UM NOVO PRAZO PROCESSUAL NÃO PREVISTO NO CPC, SOB PENA, INCLUSIVE, DO RECONHECIMENTO DE SUA INCONSTITUCIONALIDADE!**

NÃO FOSSE O BASTANTE, A REFERIDA SÚMULA EM QUESTÃO – ALÉM DE SEQUER POSSUIR EFEITO VINCULANTE – NÃO SE TRATA DE UMA LEI FEDERAL, PASSÍVEL DE CRIAR DIREITO E OBRIGAÇÕES, MUITO PELO CONTRÁRIO.

PERMISSA VENIA, A SÚMULA 418 DO STJ NÃO É LEI, E, POR ESSA RAZÃO, O PODER JUDICIÁRIO NÃO PODE URSUPAR SUA COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS PROCESSUAIS, SOB PENA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

DEVERAS, O ARTIGO 5º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUI UM DOS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS BASILARES QUE REGEM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:

“ARTIGO 5º

(...)

II - NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRUDE DA LEI”. (N.G.)

COM TODAS AS VENIAS, PELA LEITURA DO PRINCÍPIO BASILAR ESTAMPADO NO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, VERIFICA-SE, A PLAUSIBILIDADE DA NECESSÁRIA MITIGAÇÃO DA SÚMULA 418, DESTE SODALÍCIO, UMA VEZ QUE, DE FATO, A VERBETE SUMULAR NÃO PODE CRIAR/LEGISLAR NO CAMPO JURÍDICO SOB PENA DE VIOLAÇÃO DIRETA AO ARTIGO 5º, DA LEX MITOR.

TRATA-SE DE UMA MANIFESTA ILEGALIDADE PROCESSUAL QUE NECESSITA DA INTERVENÇÃO DE V. EXA. PARA O RESTABELECIMENTO DA ORDEM JURÍDICA, EIS QUE O AGRAVANTE ESTÁ SOFRENDO PREJUÍZO PROCESSUAL DE NATUREZA GRAVE!

DOUtrinando acerca da importância dos princípios constitucionais basilares que regem o processo, vale transcrever trechos do brilhante artigo publicado pelo eminente professor da Universidade de São Paulo “**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON**, *IN DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL*”:

COMO AFIRMADO POR DINAMARCO, “DIREITO AO PROCESSO JUSTO É, EM PRIMEIRO LUGAR, O DIREITO AO PROCESSO TOUT COURT – ASSEGURADO PELO PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DO CONTROLE

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XVII

JURISDICIONAL QUE A CONSTITUIÇÃO IMPÕE MEDIANTE A CHAMADA GARANTIA DA AÇÃO. SEM INGRESSO EM JUÍZO NÃO SE TEM A EFETIVIDADE DE UM PROCESSO QUALQUER E MUITO MENOS DE UM PROCESSO JUSTO. GARANTIDO O INGRESSO EM JUÍZO E ATÉ MESMO A OBTENÇÃO DE UM PROVIMENTO FINAL DE MÉRITO, É INDISPENSÁVEL QUE O PROCESSO SE HAJA FEITO COM AQUELAS GARANTIAS MÍNIMAS: A) DE MEIOS, PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS ESTABELECIDAS; B) DE RESULTADOS, MEDIANTE A OFERTA DE JULGAMENTOS JUSTOS, OU SEJA, PORTADORES DE TUTELA JURISDICIONAL A QUEM EFETIVAMENTE TENHA RAZÃO. OS MEIOS, SENDO ADEQUADAMENTE EMPREGADOS, CONSTITUEM O MELHOR CAMINHO PARA CHEGAR A BONS RESULTADOS. E, COMO AFINAL O QUE IMPORTA SÃO OS RESULTADOS JUSTOS DO PROCESSO (PROCESSO CIVIL DE RESULTADOS), NÃO BASTA QUE O JUIZ EMPREGUE MEIOS ADEQUADOS SE ELE VIER A DECIDIR MAL; NEM SE ADMITE QUE SE AVENTURE A DECIDIR A CAUSA SEGUNDO SEUS PRÓPRIOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA, SEM TER EMPREGADO OS MEIOS DITADOS PELA CONSTITUIÇÃO E PELA LEI. SEGUNDO A EXPERIÊNCIA MULTISSEULAR EXPRESSA NAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, É GRANDE O RISCO DE ERRO QUANDO OS MEIOS ADEQUADOS NÃO SÃO CUMPRIDOS. EIS O CONCEITO E CONTEÚDO SUBSTANCIAL DA CLÁUSULA DUE PROCESS OF LAW, AMORFA E ENIGMÁTICA, QUE MAIS SE COLHE PELOS SENTIMENTOS E INTUIÇÃO DO QUE PELOS MÉTODOS PURAMENTE RACIONAIS DA INTELIGÊNCIA".¹

RESPEITAR AS GARANTIAS MÍNIMAS DE MEIOS E DE RESULTADOS SIGNIFICA EFETIVAR O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL E AO MESMO TEMPO FAZER CUMPRIR O OBJETIVO CENTRAL DE TODO O PROCESSO CIVIL, QUE É JUSTAMENTE O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA.² EIS O PRINCÍPIO-SÍNTESE A SER ATINGIDO MEDIANTE O DEVIDO PROCESSO LEGAL; COM ELE ATINGE-SE O PROCESSO JUSTO, QUE É AQUELE PORTADOR DE TUTELA JURISDICIONAL A QUEM EFETIVAMENTE TEM RAZÃO – MEIOS JUSTOS, RESULTADOS JUSTOS.³

¹ DINAMARCO, INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL, N. 94.

² A EXPRESSÃO "ORDEM JURÍDICA JUSTA" É ATRIBUÍDA AO PROCESSUALISTA KAZUO WATANABE (CFR. "ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E O JUÍZADO ESPECIAL DE PEQUENAS CAUSAS", P. 161 E SS.). PARA DINAMARCO, O "ACCESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA" SIGNIFICA A "ABERTURA DE CAMINHOS PARA OBTENÇÃO DE SOLUÇÕES JUSTAS PARA CONFLITOS E ELIMINAÇÃO DE ESTADOS DE INSATISFAÇÃO — JUSTAS PORQUE CONFORMES COM OS PADRÕES ÉTICOS E SOCIAIS DA NAÇÃO" (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA, IN RECURSOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, P. 251).

³ V. DINAMARCO, Instituições de direito processual civil, n. 95.

EM RELAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL E O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA, HÁ UMA VERDADEIRA IDENTIDADE, JÁ QUE, DE UM LADO, REPRESENTA VERDADEIRA JUSTIÇA SUBSTANCIAL,⁴ DE OUTRO, CONSTITUI ARRIMO DAS LIBERDADES E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROJETA-SE NO PROCESSO COMO UM SISTEMA LEGÍTIMO DE LIMITAÇÕES AO PODER DO JUIZ E, POR CONSEQUÊNCIA, DE LIMITES AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NA CORRETA APLICAÇÃO DO DIREITO DOTADO DE INDISPENSÁVEL RAZOABILIDADE (FAIR AND REASONABLE). EM SÍNTESE, A ESSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL É A PROTEÇÃO A TODA E QUALQUER AÇÃO ARBITRÁRIA E NÃO RAZOÁVEL.⁵ (N.G.)

EGRÉGIA TURMA, REITERE-SE QUE A POSTERIOR RATIFICAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL TRAZIDA PELA SÚMULA 418, DESTA CORTE CRIOU INCONTESTAVELMENTE UM NOVO PRAZO PROCESSUAL, INCLUSIVE COM PENALIDADE DE PREJUÍZO PROCESSUAL DE NATUREZA GRAVE (INTEMPESTIVIDADE), O QUE É TOTALMENTE INCOMPATÍVEL COM O ARTIGO 5º, II, DA LEX MITOR!

INCLUSIVE, A “TERMINOLOGIA” EMPREGADA NA REFERIDA SÚMULA 418 “INTEMPESTIVIDADE” SEQUER PODERIA TER SIDO UTILIZADA, POIS TAL COMO JÁ FORA SUSTENTADO ALHURES, SE A PARTE PROTOCOLA O RECURSO ESPECIAL DENTRO DO PRAZO DE 15 (QUINZE DIAS) QUE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ASSIM O DETERMINA, O SEU RECURSO ESPECIAL JAMAIS PODE SER TIDO COMO INTEMPESTIVO!

COM EFEITO, TAL CONDIÇÃO AFRONTA DIRETAMENTE AS REGRAS QUE REGEM O ARTIGO 508 DO CPC (LEI FEDERAL), BEM COMO O ARTIGO 5º, II, DA LEX MITOR, DE FORMA QUE A SÚMULA 418 DO STJ CHEGA A SER TOTALMENTE ILEGAL, INCONSTITUCIONAL, ARBITRÁRIA E IRRRAZOÁVEL!

⁴ Vaughn v. State, 3 Tenn. Crim. App. 54, 456 S.W.2d 879, 883, in Black's Law Dictionary, p. 501.

⁵ JEFFRIES V. TURKEY RUN CONSOLIDATED SCHOOL DIST., C.A. IND., 492 F.2D 1, 3, in BLACK'S LAW DICTIONARY, p. 1429. COMO OBSERVADO POR CELSO MELLO, A CLÁUSULA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL “DESTINA-SE A GARANTIR A PESSOA CONTRA A AÇÃO ARBITRÁRIA DO ESTADO E COLOCÁ-LA SOB A IMEDIATA PROTEÇÃO DA LEI” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL ANOTADA, p. 341).

365
R

Castellucci Figueiredo
e

Advogados Associados

III – DO PEDIDO

EX POSITIS, O ORA AGRAVANTE REQUER A V. EXA., SEJA O PRESENTE RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR O V. *DECISUM* ORA AGRAVADO, EM FACE DA MANIFESTA TEMPESTIVIDADE DO SEU RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS TERMOS DO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E, POSTERIORMENTE, SEJA DETERMINADO À SUA SUBIDA PARA JULGAMENTO POR ESSE COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE MEDIDA DA MAIS LÍDIMA JUSTIÇA!

NESSES TERMOS,
PEDE E ESPERA PROVIMENTO.

SÃO PAULO, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XX

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA DESEMBARGADORA
VICE PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
FEDERAL DA 3ª REGIÃO.

TRF3 - 08/nov/2012 - 16:05

2012.244916 - AGREX/UVIP

TRF3 - JUNTADA
SP 22/1/2013
R 2925
Servidor/RP

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
RELATORA: DES.FED.VICE PRESIDENTE SALETTE NASCIMENTO
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
RECORRIDO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

"O jurista há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro".
(PONTES DE MIRANDA, Código 1939, vol. XII, p. 23).

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, DEVIDAMENTE
QUALIFICADO NOS AUTOS DA APELAÇÃO EM EPÍGRAFE, POR SEU ADVOGADO *IN FINE*, VEM, RESPEITOSAMENTE À ILUSTRE PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, E NA FORMA DO ARTIGO 544 E SEGUINTE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INTERPOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM FACE DO V. *DECISUM* DE FLS., QUE NÃO ADMITIU O RECURSO EXTRAORDINÁRIO DO AGRAVANTE EM RAZÃO DE SUA "*SUPOSTA INTEMPESTIVIDADE*", REQUERENDO, DESDE JÁ, SEJA O MESMO PROCESSADO E REMETIDO AO COLENDO "*SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*" PARA JULGAMENTO, O QUE FAZ COM BASE NAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO A SEGUIR EXPOSTAS.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

1

367
P

Castellucci Figueiredo
e

Advogados Associados

NESSES TERMOS,
PEDE E ESPERA PROVIMENTO.

SÃO PAULO, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALÉCIO CASTELLUCCIFIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

II

COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,

RAZÕES DO AGRAVANTE,

COLEND TURMA,
ÍNCLITOS JULGADORES,

I – DOS FATOS

TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO IMPETRANTE, ORA AGRAVANTE, EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELA EXMA. SRA. DRA. DESEMBARGADORA FEDERAL VICE PRESIDENTE SALETTE DO NASCIMENTO, A QUAL NÃO ADMITIU O PROCESSAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DO AGRAVANTE EM RAZÃO DA SUA “SUPOSTA INTEMPESTIVIDADE” SOB A ÓPTICA DA SÚMULA 418, DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, IN VERBIS:

“VISTOS ETC. TRATA-SE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, A FLS. 247/302, EM FACE DA UNIÃO, TIRADO DO V. JULGAMENTO PROFERIDO NESTES AUTOS (FLS. 238/244), ASSIM EMENTADO: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF. 1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACOLHEU, POR UNANIMIDADE, INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, ADEQUANDO SUA JURISPRUDÊNCIA AO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF, SEGUNDO O QUAL NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL. 3. NA ESTEIRA DO RESP 486697/PR, É PACÍFICO NO ÂMBITO DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

III

369

QUE INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS-EXTRAS. 4. EM RELAÇÃO ÀS VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA, O PEDIDO NÃO FOI FORMULADO DE MODO CERTO E DETERMINADO, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 286, DO CPC. TÃO POUCO SE INSERE DENTRO DAS EXCEÇÕES PREVISTAS EM SEUS INCISOS I, II E III. VEJA-SE QUE O ARTIGO 286 DO CPC IMPÕE AO AUTOR QUE INDIVIDUE E DESCREVA, QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE, NA FORMA MAIS CONCRETA POSSÍVEL, O QUE PRETENDE EM JUÍZO, A FIM DE POSSIBILITAR A CORRETA COMPREENSÃO DA DECISÃO PROFERIDA. 5. O PRAZO QUE A UNIÃO TEM PARA APURAR E CONSTITUIR SEUS CRÉDITOS É DE CINCO ANOS, COMO ESTIPULA A SÚMULA VINCULANTE Nº 08, DO STF: "SÃO INCONSTITUCIONAIS OS PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI 1569/77 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI 8.212/91, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO" 6. QUANDO NÃO HOUE RECOLHIMENTO, APLICA-SE A NORMA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN, CONTANDO-SE O PRAZO QUINQUENAL A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DAQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO. 7. NA HIPÓTESE DE PAGAMENTO ANTECIPADO, O PRAZO PARA A FAZENDA LANÇAR O CRÉDITO TEM INÍCIO COM ELE, SEU FATO GERADOR, COMO PREVISTO NO §4º DO ARTIGO 150 DO CTN. 8. A IMPETRANTE ALMEJA, QUANTO A ESTE PONTO, ASSEGURAR QUE NÃO LHE SEJAM EXIGIDAS PELA AUTORIDADE IMPETRADA AS CONTRIBUIÇÕES RECONHECIDAS COMO INDEVIDAS NESTE "MANDAMUS". TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUE RECOLHIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 173, INCISO I, DO CTN E SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO STF, RECONHEÇO A IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DAS EXAÇÕES NO PERÍODO DOS CINCO ANOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DESTA, BEM COMO A DECADÊNCIA DO DIREITO DA UNIÃO FEDERAL COBRAR AS PARCELAS ANTERIORES A ESTE QUINQUÊNIO. 9. APELAÇÃO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO NO QUE TANGE AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, BEM COMO RECONHEÇO A IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DAS EXAÇÕES NO PERÍODO DOS CINCO ANOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DESTA, BEM COMO A DECADÊNCIA DO DIREITO DA UNIÃO FEDERAL COBRAR AS PARCELAS ANTERIORES A ESTE QUINQUÊNIO. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. CONTRARRAZÕES OFERTADAS A FLS. 329/337, AUSENTES PRELIMINARES. É O SUFICIENTE RELATÓRIO. O RECURSO EXTRAORDINÁRIO É INTEMPESTIVO, PORQUANTO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RELATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL EM 24.10.2011, CONFORME CERTIDÃO DE FL. 313 Vº, NÃO TENDO HAVIDO SUA POSTERIOR MANIFESTAÇÃO:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO: EXTEMPORANEIDADE: RECURSO PROTOCOLADO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE JULGOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM POSTERIOR RATIFICAÇÃO. PRECEDENTES. (AI 589355 AGR/ MG - MINAS GERAIS; AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO; RELATOR(A): MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE; ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA TURMA; PUBLICAÇÃO DJE-101 DIVULG 13-09-2007 PUBLIC 14-09-2007 DJ 14-09-2007 PP-00036) ANTE O EXPOSTO, **NEGO ADMISSIBILIDADE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**".(N.G.)

EMINENTE RELATOR(A), DA LEITURA DO DISPOSITIVO SUPRA, VERIFICA-SE, CLARAMENTE, QUE A R. DECISÃO ORA AGRAVADA MERECE SER REVISTA POR ESSA COLENDIA CORTE, **MORMENTE PORQUE O FUNDAMENTO PELO QUAL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO TEVE SEU SEGUIMENTO NEGADO FOI A AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS DE VALIDADE, QUAL SEJA: A TEMPESTIVIDADE, O QUE NÃO É VERDADE E SERÁ COMPROVADO A SEGUIR.**

CONFORME SERÁ SUSTENTADO A SEGUIR, **O RECURSO EXTRAORDINÁRIO DO AGRAVANTE É MANIFESTAMENTE TEMPESTIVO NA FORMA DA LEI PROCESSUAL(CPC), MOTIVO PELO QUAL NÃO PODE O PODER JUDICIÁRIO, COM TODAS AS DEVIDAS VENIAS, USURPAR SUA COMPETÊNCIA E LEGISLAR POR MEIO DE SÚMULAS, CRIANDO NORMAS PROCESSUAIS EM CONTRAPARTIDA AO QUE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DIZ, SOB PENA DE OFENSA DIRETA DE OFENSA AO ARTIGO 5º, INCISO II, DA LEX MITOR!**

SENÃO VEJAMOS.

II – DA MANIFESTA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL DO RECORRENTE E A NECESSÁRIA FLEXIBILIZAÇÃO DA SÚMULA 418, DO STJ

AB INITIO, O MUNICÍPIO ORA AGRAVANTE PEDE “LICENÇA” PARA TECER BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DO INSTITUTO DA TEMPESTIVIDADE, BEM COMO ACERCA DE SUA CAPACIDADE POSTULATÓRIA PARA RECORRER NO BOJO DE UM PROCESSO JUDICIAL, UMA VEZ QUE ENTENDE QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TRATAM-SE DE UMA FACULDADE DA PARTE INTERPOR ESSE TIPO DE RECURSO – E NÃO **UMA OBRIGATORIEDADE** – DIVERSAMENTE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, POIS CASO ESTE SÃO SEJA INTERPOSTO **DENTRO DO PRAZO LEGAL, O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO MAIS PODERÁ SER REFORMADO, OU SEJA, TRANSITARÁ EM JULGADO E RESTARÁ SOB O MANTO DA COISA JULGADA.**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfiqueiredo.com.br
www.cfiqueiredo.com.br

V

COMO SE VÊ, A OBRIGATORIEDADE DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO É EXTREMAMENTE CRUCIAL PARA O RESULTADO FINAL DA LIDE, ENQUANTO A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO, ALIÁS, EM CASO DE DESVIO DE FINALIDADE, A PARTE DEVE SER PENALIZADA COM MULTA.

POR NÃO SE TRATAR DE RECURSO PRÓPRIO PARA A REFORMA DO *MERITUM* DO JULGADO, A MULTA DO ARTIGO 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - APLICADA AOS EMBARGOS PROTTELATÓRIOS - NÃO SE APLICA AOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, JUSTAMENTE PELA DIVERSIDADE DE SUA FEIÇÃO RECURSAL.

II.A – DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO X PROTOCOLO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

NESSE SENTIDO, ESCLAREÇA-SE QUE, EM 28/06/2011, A 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, NEGOU PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL E DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AGRAVANTE PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

O REFERIDO ACÓRDÃO FOI DISPONIBILIZADO NO DJU DE 08/07/2011, E, PUBLICADO EM 09/07/2011, TENDO O DIES A QUO DO PRAZO RECURSAL DO AGRAVANTE TER INICIADO EM 10/07/2011, BEM COMO TAMBÉM COMEÇOU A FLUIR O PRAZO FACULTATIVO PARA A EVENTUAL OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (APENAS NAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535, DO CPC).

EMINENTE RELATOR(A), FRISE-SE QUE O AGRAVANTE DISPENSOU A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POIS ENTENDEU QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO DO E. TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO ESTÁ SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO E EXPLICITAMENTE PREQUESTIONADO, SENDO TOTALMENTE OBSOLETA E PROTTELATÓRIA SUA INTERPOSIÇÃO HÁ ÉPOCA DOS FATOS.

POIS BEM, O AGRAVANTE PROTOCOLOU SEU RECURSO EXTRAORDINÁRIO JUNTO AO TRIBUNAL A QUO EM 26/07/2011, OU SEJA, DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, MOTIVO PELO QUAL NÃO SE HÁ DE COGITAR SUA INTEMPESTIVIDADE.

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

VI

A MERA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR PARTE DA UNIÃO NÃO TEM O CONDÃO DE OBRIGAR O AGRAVANTE A DEIXAR DE INTERPOR RECURSO PRÓPRIO PARA AGUARDAR O DESFECHO DOS DECLARATÓRIOS QUE SEQUER POSSUEM O CONDÃO DE ALTERAR O RESULTADO DO JULGADO, POIS NÃO POSSUEM ESSA NATUREZA!

EMINENTE RELATOR, O PRAZO PARA INTERPOR RECURSO EXTRAORDINÁRIO É DE 15 DIAS CONFORME DISPÕE O ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E ASSIM FEZ O AGRAVANTE VISANDO A REFORMA DO V. ARESTO PROFERIDO PELO E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO!

A PROPÓSITO, VEJA O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO:

“PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- UM DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO DOS RECURSOS É A TEMPESTIVIDADE, DEVENDO O RECORRENTE, EM SE TRATANDO DE RECURSO ESPECIAL, OBEDECER O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA SUA INTERPOSIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 508 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

2.- NA PRESENTE HIPÓTESE, FOI JUNTADA AOS AUTOS SOMENTE A CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO ATESTANDO QUE ESTE FOI DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO EM 07/12/2011 (QUARTA-FEIRA), DEVENDO SER CONSIDERADO PUBLICADO EM 09/12/2011 (SEXTA-FEIRA) EM RAZÃO DO FERIADO DO DIA 08/12/2011. DESSA FORMA, O PRAZO COMEÇOU A FLUIR NO DIA 12/12/2011 (SEGUNDA-FEIRA), FICOU SUSPENSO DE 20/12/2011 A 06/01/2012 (SEXTA-FEIRA), RECOMEÇANDO EM 09/01/2012 (SEGUNDA-FEIRA) E FINDANDO EM 16/01/2012 (SEGUNDA-FEIRA). DESSA FORMA, INAFASTÁVEL A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO SOMENTE EM 19/01/2012.

3.- O RECURSO NÃO TROUXE NENHUM ARGUMENTO CAPAZ DE MODIFICAR A CONCLUSÃO DO JULGADO, A QUAL SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

4.- AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. AGRG NO ARES 190678 / CE. AGR NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0124488-4 – 3ª TURMA – RELATOR MINISTRO SIDNEY BENETTI, DJE 05/09/2012;

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 508 DO CPC. EC-45/04. ATIVIDADE JURISDICIONAL ININTERRUPTA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A TEMPESTIVIDADE CONSTITUI REQUISITO INDISPENSÁVEL À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, DEVENDO O RECORRENTE, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, DEMONSTRAR A OBEDIÊNCIA AO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508 DO CPC.

2. A CORRETA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO É ÔNUS DO AGRAVANTE, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO.

3. A ATIVIDADE JURISDICIONAL NÃO MAIS SERÁ INTERROMPIDA NOS TERMOS DA EC 45/2004.

4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

AGRG NO AG 920791/SP. (AGRG NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0138902-8 – 4ª TURMA - MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA- DJU 11/02/ 2008;

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. INOCORRÊNCIA.

- O RECURSO ESPECIAL É INTEMPESTIVO, POIS INTERPOSTO EM PRAZO SUPERIOR AO PREVISTO NO ARTIGO 508 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (RESP 640335 / SE RESP Nº 2004/0012483-3 MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (1094) 2ª TURMA – DJU – 29/08/2005”. (N.G.)

374
C

CIRCA MERITIS, REITERE-SE QUE O AGRAVANTE PROTOCOLOU SEU RECURSO EXTRAORDINÁRIO JUNTO AO TRIBUNAL A QUO EM 26/07/2011, OU SEJA, DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTO NO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, MOTIVO PELO QUAL NÃO SE HÁ DE COGITAR SUA INTEMPESTIVIDADE!

ADEMAIS, O AGRAVANTE INTERPÔS RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA O V. ACÓRDÃO DE MÉRITO PROFERIDO EM GRAU DE APELAÇÃO JULGADO PELA 1ª TURMA DA CORTE REGIONAL, E NÃO EM FACE DO V. ARESTO PROFERIDO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA UNIÃO REJEITADOS SEM QUALQUER ALTERAÇÃO NO JULGADO!

OUTROSSIM, É CERTO QUE TANTO O E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, BEM COMO AS DEMAIS CORTES REGIONAIS DO PAÍS, INCLUSIVE ESSA COLENDIA CORTE SUPERIOR, VÊM APLICANDO A MULTA PREVISTA NO ARTIGO 538, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ QUANDO A PARTE OPÕE DECLARATÓRIOS DESVIRTUADOS DOS SEUS FINS!

PONTUANDO SOBRE O SIGNIFICADO E O ALCANCE DO TERMO "INTEMPESTIVO", ELEGEMOS OS ENSINAMENTOS DO ILUSTRE POLIGLOTA AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, IN "DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1ª EDIÇÃO, ED. NOVA FRONTEIRA, PAG 272":

"INTEMPESTIVO: ADJ. 1. FORA DO TEMPO PRÓPRIO; INOPORTUNO. 2. SÚBITO." (N.G.)

VALE CITAR AINDA, OS DIZERES DO NOBRE JURISCONSULTO DE PLÁCIDO E SILVA, EM SUA FESTEJADA OBRA: "VOCABULÁRIO JURÍDICO", EDITORA FORENSE, 16ª EDIÇÃO, RIO DE JANEIRO, PG.341:

"EXTEMPORÂNEO": INTEMPESTIVO, FORA DO TEMPO OPORTUNO. (N.G.)

POIS BEM, PARTINDO-SE DESSAS PREMISSAS, COM TODAS AS VENIAS EXAS., EM PRIMEIRO LUGAR A R. DECISÃO AGRAVADA DEVE SER REVISTA **PELO FATO DO RECURSO ESPECIAL TER SIDO PROTOCOLADO DENTRO DO PRAZO QUE A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ASSIM O DETERMINA, O QUE É INCONTESTÁVEL FRENTE ÀS CERTIDÕES CONSTANTES NOS AUTOS E NÃO FORA QUESTIONADO PELA R. DECISÃO AGRAVADA.**

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

IX

A PROPÓSITO, MISTER CITAR O QUE DIZ O ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, *IN VERBIS*:

“ART. 508: NA APELAÇÃO, NOS EMBARGOS INFRINGENTES, NO RECURSO ORDINÁRIO, NO RECURSO ESPECIAL, NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, O PRAZO PARA INTERPOR E PARA RESPONDER É DE 15 (QUINZE) DIAS. (N.G.)

EM SEGUNDO LUGAR, A SÚMULA 418, DESSA COLENDIA CORTE DEVE SER FLEXIBILIZADA PARA ÀQUELES CASOS QUE ASSIM O REQUER, TAL COMO A CORTE SUPREMA (STF) **TEM FLEXIBILIZANDO A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691**, EM RELAÇÃO À IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÕES MONOCRÁTICAS DE TRIBUNAL SUPERIOR QUE INDEFERE LIMINAR SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA, EM QUE CENTENAS DE LIMINARES JÁ FORAM CONCEDIDAS.

NESSE SENTIDO, VEJAM-SE OS V. ARESTOS PROFERIDOS PELO COLENDIO STF **AFASTANDO EXCEPCIONALMENTE A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 EM RAZÃO DE MANIFESTA ILEGALIDADE: HC 101979, HC 76347, HC 79238, HC 79748, HC 79775, HC 79776, HC 91041, HC 94635, DENTRE OUTROS.**

COM A DEVIDA *VENIA*, O AGRAVANTE NÃO PODERIA DEIXAR DE CITAR ALGUMAS DAS CENTENAS DE DECISÕES JÁ **PROFERIDAS POR ESSE EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AFASTANDO, EXCEPCIONALMENTE, A APLICAÇÃO DA SÚMULA 691, DO COLENDIO STF, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE:**

“HABEAS CORPUS. PENAL. CONDENAÇÃO POR DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR, EM VIA PÚBLICA, SEM A DEVIDA PERMISSÃO PARA DIRIGIR OU HABILITAÇÃO. PENA DE 07 (SETE) MESES DE DETENÇÃO. RÉU REINCIDENTE. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. PACIENTE QUE CUMPRE PENA EM REGIME FECHADO. ILEGALIDADE. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.

AFASTAMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 691 DA SÚMULA DA SUPREMA CORTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. NÃO SE ADMITE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE LIMINAR PROFERIDA PELO RELATOR DO WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM, EXCETUADOS OS CASOS EM QUE O INDEFERIMENTO DO PROVIMENTO

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

x

URGENTE SE DÁ EM DECISÃO INQUESTIONAVELMENTE TERATOLÓGICA, DESPIDA DE QUALQUER RAZOABILIDADE, COMO SE VERIFICA NA HIPÓTESE.

2. CONSUBSTANCIA-SE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, SANÁVEL POR HABEAS CORPUS, O CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO DO QUE O DEVIDO, SOB PENA DE DESVIO DA FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA ESTATAL. PRECEDENTES.

3. ORDEM CONCEDIDA PARA ASSEGURAR AO PACIENTE O DIREITO DE CUMPRIR A PENA NO REGIME SEMIABERTO, QUE LHE FOI DEFERIDO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, OU, NÃO SENDO POSSÍVEL, PARA PERMITIR QUE AGUARDE O SURGIMENTO DE VAGA EM REGIME ABERTO, ATÉ QUE LHE SEJA ASSEGURADA VAGA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. STJ - HC 213929 / SP, 5ª TURMA, MINISTRA LAURITA VAZ, DJU, 28/10/2011;

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. SÚMULA Nº 691 STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. AFASTAMENTO. INDICIAMENTO FORMAL POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA.

I. CONFORME JURISPRUDÊNCIA REITERADA DAS CORTES SUPERIORES, NÃO É ADMISSÍVEL HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINAR DE WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM (SÚMULA Nº 691 DO STF).

II. A EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE CONSTITUI SITUAÇÃO EXCEPCIONAL APTA A AFASTAR A INCIDÊNCIA DO REFERIDO ENUNCIADO.

III. O INDICIAMENTO FORMAL DO PACIENTE APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA CONFIGURA CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES.

IV. ORDEM CONCEDIDA PARA DETERMINAR A REVOGAÇÃO DO INDICIAMENTO FORMAL DO PACIENTE, SEM PREJUÍZO DO PROSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. STJ - HABEAS CORPUS Nº 174.576/SP (2010/0097977-6), RELATOR MINISTRO GILSON DIPP, 5ª TURMA, DJU 28/09/2010;

"HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. WRIT IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL A QUO AINDA NÃO APRECIADO. DENEGACÃO DE LIMINAR. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA DE INTERNAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. SUPERACÃO DA SÚMULA 691 DO PRETÓRIO EXCELSO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

I - HIPÓTESE EM QUE A IMPETRAÇÃO SE VOLTA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA POR MEIO DA QUAL FOI INDEFERIDO PEDIDO DE MEDIDA DE LIMINAR, AINDA NÃO TENDO OCORRIDO O JULGAMENTO FINAL DO WRIT NO E. TRIBUNAL A QUO. A HIPÓTESE, DE REGRA, ATRAIRIA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691 DO PRETÓRIO EXCELSO. CONTUDO, VERIFICADA FLAGRANTE ILEGALIDADE, É POSSÍVEL A CONCESSÃO DA ORDEM EM HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA O INDEFERIMENTO DE LIMINAR.

II - A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ESTÁ AUTORIZADA NAS HIPÓTESES TAXATIVAMENTE PREVISTAS NO ART. 122 DO ECA. (PRECEDENTES).

III - A GRAVIDADE DO ATO INFRACIONAL EQUIVALENTE AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES NÃO ENSEJA, POR SI SÓ, A APLICAÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SE A INFRAÇÃO NÃO FOI PRATICADA MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA, EX VI DO ART. 122, INCISO I, DO ECA. (PRECEDENTES).

IV - A REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES CAPAZ DE ENSEJAR A INCIDÊNCIA DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DA INTERNAÇÃO, A TEOR DO ART. 122, INCISO II, DO ECA, OCORRE QUANDO PRATICADOS, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) ATOS INFRACIONAIS GRAVES. (PRECEDENTES). HABEAS CORPUS CONCEDIDO

STJ - HABEAS CORPUS Nº 139.014/SP (2009/0112811-0), RELATOR MINISTRO FELIX FISCHER, DJU 15/09/2010, 5ª TURMA;

"CRIMINAL. ECA. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. SÚMULA 691 DO STF. AFASTAMENTO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE. TAXATIVIDADE DO ART.122 DO ECA. ILEGALIDADE CONFIGURADA. ORDEM CONCEDIDA.

I. CONFORME JURISPRUDÊNCIA REITERADA DAS CORTES SUPERIORES, NÃO É ADMISSÍVEL HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINAR DE WRIT NA INSTÂNCIA DE ORIGEM (SÚMULA Nº 691 DO STF).

II. NÃO OBSTANTE, EM CASOS DE DECISÕES ONDE EXISTA FLAGRANTE ILEGALIDADE, AUSÊNCIA PATENTE DE FUNDAMENTAÇÃO OU ARGUMENTAÇÃO TERATOLÓGICA, TAL ENTENDIMENTO DEVE SER RELATIVIZADO PARA QUE SE CONHEÇA DO MANDAMUS.

III. HIPÓTESE NA QUAL O POSICIONAMENTO ADOTADO CONTRARIA FRONTALMENTE O ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE, DE QUE A MEDIDA EXTREMA DE INTERNAÇÃO SÓ ESTÁ AUTORIZADA NAS HIPÓTESES PREVISTAS TAXATIVAMENTE NOS INCISOS DO ART. 122 DO ESTATUTO DA

criança e do adolescente, pois a segregação de menor é, efetivamente, medida de exceção, devendo ser aplicada ou mantida somente quanto evidenciada sua necessidade - em observância ao próprio espírito do estatuto, que visa à reintegração do jovem à sociedade.

IV. A prática de ato infracional equiparado ao tráfico de entorpecentes não é suficiente, por si só, com fundamento em sua gravidade abstrata, para determinar a imposição de medida socioeducativa de internação.

V. Ordem concedida, nos termos do voto do relator.

STJ - HC 185474 / SP, Relator Ministro Gilson Dipp, 5ª Turma, DJU 28/04/2011;

"HABEAS CORPUS CONTRA LIMINAR EM WRIT ORIGINÁRIO. AFASTAMENTO DA SÚMULA Nº 691 DO STF. EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA SEM MOTIVAÇÃO CONCRETA.

1. CONFORME REITERADA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, NÃO SE ADMITE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO LIMINAR DE RELATOR DE WRIT ORIGINÁRIO, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA (SÚMULA Nº 691 DO STF).

2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA VEM ENTENDENDO QUE, EM SITUAÇÕES ABSOLUTAMENTE EXCEPCIONAIS, VALE DIZER, NO CASO DE FLAGRANTE ILEGALIDADE DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL TERATOLÓGICA OU CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO, É POSSÍVEL A MITIGAÇÃO DO REFERIDO ENUNCIADO.

3. A Sexta Turma desta Corte vem decidindo ser possível a concessão de liberdade provisória a acusado de crime hediondo ou equiparado, nas hipóteses em que não estejam presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

4. HABEAS CORPUS CONCEDIDO PARA DEFERIR A LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE, MEDIANTE ASSINATURA DE TERMO DE COMPARECIMENTO A TODOS OS ATOS DO PROCESSO, SOB PENA DE REVOGAÇÃO.

STJ - HC 134390 / MG - 6ª Turma, Ministro Relator Og Fernandes, DJU 31/08/2009

379
K

NA MESMA LINHA DE RACIOCÍNIO, MISTER SE FAZ A “MITIGAÇÃO EXCEPCIONAL” DA SÚMULA 418 DO STJ NO PRESENTE CASO, SEJA EM PROL DA CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL, SEJA EM PROL DA NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 5º, II, CF/88), MORMENTE PORQUE, DATA MAXIMA VENIA, A REFERIDA SÚMULA 418 CRIOU UM NOVO PRAZO PROCESSUAL NÃO PREVISTO NO CPC, SOB PENA, INCLUSIVE, DO RECONHECIMENTO DE SUA INCONSTITUCIONALIDADE!

NÃO FOSSE O BASTANTE, A SÚMULA EM QUESTÃO – ALÉM DE SEQUER POSSUIR EFEITO VINCULANTE – NÃO SE TRATA DE UMA LEI FEDERAL, PASSÍVEL DE CRIAR DIREITO E OBRIGAÇÕES, MUITO PELO CONTRÁRIO.

PERMISSA VENIA, A SÚMULA 418 DO STJ NÃO É LEI, E, POR ESSA RAZÃO, O PODER JUDICIÁRIO NÃO PODE URSUPAR SUA COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS PROCESSUAIS, SOB PENA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

DEVERAS, O ARTIGO 5º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUI UM DOS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS BASILARES QUE REGEM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:

“ARTIGO 5º

(...)

II - NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRUDE DA LEI”. (N.G.)

COM TODAS AS VENIAS, PELA LEITURA DO PRINCÍPIO BASILAR ESTAMPADO NO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, VERIFICA-SE, A PLAUSIBILIDADE DA NECESSÁRIA MITIGAÇÃO DA SÚMULA 418, DESTA SODALÍCIO, UMA VEZ QUE, DE FATO, A VERBETE SUMULAR NÃO PODE CRIAR/LEGISLAR NO CAMPO JURÍDICO SOB PENA DE VIOLAÇÃO DIRETA AO ARTIGO 5º, DA LEX MITOR.

TRATA-SE DE UMA MANIFESTA ILEGALIDADE PROCESSUAL QUE NECESSITA DA INTERVENÇÃO DE V. EXA. PARA O RESTABELECIMENTO DA ORDEM JURÍDICA, EIS QUE O AGRAVANTE ESTÁ SOFRENDO PREJUÍZO DE NATUREZA PROCESSUAL GRAVE!

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

xiv

DOUTRINANDO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BASILARES QUE REGEM O PROCESSO, VALE TRANSCREVER TRECHOS DO BRILHANTE ARTIGO PUBLICADO PELO EMINENTE PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO "PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, IN DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL":

COMO AFIRMADO POR DINAMARCO, "DIREITO AO PROCESSO JUSTO É, EM PRIMEIRO LUGAR, O DIREITO AO PROCESSO TOUT COURT – ASSEGURADO PELO PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL QUE A CONSTITUIÇÃO IMPÕE MEDIANTE A CHAMADA GARANTIA DA AÇÃO. SEM INGRESSO EM JUÍZO NÃO SE TEM A EFETIVIDADE DE UM PROCESSO QUALQUER E MUITO MENOS DE UM PROCESSO JUSTO. GARANTIDO O INGRESSO EM JUÍZO E ATÉ MESMO A OBTENÇÃO DE UM PROVIMENTO FINAL DE MÉRITO, É INDISPENSÁVEL QUE O PROCESSO SE HAJA FEITO COM AQUELAS GARANTIAS MÍNIMAS: A) DE MEIOS, PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS ESTABELECIDAS; B) DE RESULTADOS, MEDIANTE A OFERTA DE JULGAMENTOS JUSTOS, OU SEJA, PORTADORES DE TUTELA JURISDICIONAL A QUEM EFETIVAMENTE TENHA RAZÃO. OS MEIOS, SENDO ADEQUADAMENTE EMPREGADOS, CONSTITUEM O MELHOR CAMINHO PARA CHEGAR A BONS RESULTADOS. E, COMO AFINAL O QUE IMPORTA SÃO OS RESULTADOS JUSTOS DO PROCESSO (PROCESSO CIVIL DE RESULTADOS), NÃO BASTA QUE O JUIZ EMPREGUE MEIOS ADEQUADOS SE ELE VIER A DECIDIR MAL; NEM SE ADMITE QUE SE AVENTURE A DECIDIR A CAUSA SEGUNDO SEUS PRÓPRIOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA, SEM TER EMPREGADO OS MEIOS DITADOS PELA CONSTITUIÇÃO E PELA LEI. SEGUNDO A EXPERIÊNCIA MULTISSEULAR EXPRESSA NAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, É GRANDE O RISCO DE ERRO QUANDO OS MEIOS ADEQUADOS NÃO SÃO CUMPRIDOS. EIS O CONCEITO E CONTEÚDO SUBSTANCIAL DA CLÁUSULA DUE PROCESS OF LAW, AMORFA E ENIGMÁTICA, QUE MAIS SE COLHE PELOS SENTIMENTOS E INTUIÇÃO DO QUE PELOS MÉTODOS PURAMENTE RACIONAIS DA INTELIGÊNCIA".¹

RESPEITAR AS GARANTIAS MÍNIMAS DE MEIOS E DE RESULTADOS SIGNIFICA EFETIVAR O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL E AO MESMO TEMPO FAZER CUMPRIR O OBJETIVO CENTRAL DE TODO O

¹ DINAMARCO, INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL, N. 94.

PROCESSO CIVIL, QUE É JUSTAMENTE O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA.² EIS O PRINCÍPIO-SÍNTESE A SER ATINGIDO MEDIANTE O DEVIDO PROCESSO LEGAL; COM ELE ATINGE-SE O PROCESSO JUSTO, QUE É AQUELE PORTADOR DE TUTELA JURISDICIONAL A QUEM EFETIVAMENTE TEM RAZÃO – MEIOS JUSTOS, RESULTADOS JUSTOS.³

EM RELAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL E O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA, HÁ UMA VERDADEIRA IDENTIDADE, JÁ QUE, DE UM LADO, REPRESENTA VERDADEIRA JUSTIÇA SUBSTANCIAL,⁴ DE OUTRO, CONSTITUI ARRIMO DAS LIBERDADES E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROJETA-SE NO PROCESSO COMO UM SISTEMA LEGÍTIMO DE LIMITAÇÕES AO PODER DO JUIZ E, POR CONSEQÜÊNCIA, DE LIMITES AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NA CORRETA APLICAÇÃO DO DIREITO DOTADO DE INDISPENSÁVEL RAZOABILIDADE (FAIR AND REASONABLE). EM SÍNTESE, A ESSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL É A PROTEÇÃO A TODA E QUALQUER AÇÃO ARBITRÁRIA E NÃO RAZOÁVEL.⁵ (N.G.)

EGRÉGIA TURMA, REITERE-SE QUE A POSTERIOR RATIFICAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO TRAZIDA PELA SÚMULA 418, DO STJ, **CRIOU INCONTESTAVELMENTE UM NOVO PRAZO PROCESSUAL**, INCLUSIVE COM PENALIDADE DE PREJUÍZO PROCESSUAL DE NATUREZA GRAVE (INTEMPESTIVIDADE), O QUE É TOTALMENTE INCOMPATÍVEL COM O ARTIGO 5º, II, DA LEX MITOR!

² A EXPRESSÃO “ORDEM JURÍDICA JUSTA” É ATRIBUÍDA AO PROCESSUALISTA KAZUO WATANABE (CFR. “ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E O JUIZADO ESPECIAL DE PEQUENAS CAUSAS”, P. 161 E SS.). PARA DINAMARCO, O “ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA” SIGNIFICA A “ABERTURA DE CAMINHOS PARA OBTENÇÃO DE SOLUÇÕES JUSTAS PARA CONFLITOS E ELIMINAÇÃO DE ESTADOS DE INSATISFAÇÃO — JUSTAS PORQUE CONFORMES COM OS PADRÕES ÉTICOS E SOCIAIS DA NAÇÃO” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA, IN RECURSOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, P. 251).

³ V. DINAMARCO, *Instituições de direito processual civil*, n. 95.

⁴ Vaughn v. State, 3 Tenn. Crim. App. 54, 456 S.W.2d 879, 883, in *Black's Law Dictionary*, p. 501.

⁵ JEFFRIES V. TURKEY RUN CONSOLIDATED SCHOOL DIST., C.A. IND., 492 F.2D 1, 3, in *BLACK'S LAW DICTIONARY*, P. 1429. COMO OBSERVADO POR CELSO MELLO, A CLÁUSULA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL “DESTINA-SE A GARANTIR A PESSOA CONTRA A AÇÃO ARBITRÁRIA DO ESTADO E COLOCÁ-LA SOB A IMEDIATA PROTEÇÃO DA LEI” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL ANOTADA, P. 341).

382
R

Castellucci Figueiredo
e

Advogados Associados

INCLUSIVE, A "TERMINOLOGIA" EMPREGADA NA REFERIDA SÚMULA 418 "INTEMPESTIVIDADE" SEQUER PODERIA TER SIDO UTILIZADA, POIS TAL COMO JÁ FORA SUSTENTADO ALHURES, SE A PARTE PROTOCOLA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO DENTRO DO PRAZO DE 15 (QUINZE DIAS) QUE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ASSIM O DETERMINA, O SEU RECURSO JAMAIS PODE SER TIDO COMO INTEMPESTIVO!

COM EFEITO, TAL CONDIÇÃO AFRONTA DIRETAMENTE AS REGRAS QUE REGEM O ARTIGO 508 DO CPC (LEI FEDERAL), BEM COMO O ARTIGO 5º, II, DA LEX MITOR, DE FORMA QUE A SÚMULA 418 DO STJ CHEGA A SER TOTALMENTE ILEGAL, INCONSTITUCIONAL, ARBITRÁRIA E IRRRAZOÁVEL!

III – DO PEDIDO

EX POSITIS, O ORA AGRAVANTE REQUER A V. EXA., SEJA O PRESENTE RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR O V. *DECISUM* ORA AGRAVADO, EM FACE DA MANIFESTA TEMPESTIVIDADE DO SEU RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO NA FORMA DO ARTIGO 508, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E, ATO CONTÍNUO, SEJA DETERMINADO À SUA SUBIDA PARA JULGAMENTO POR ESSE COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE MEDIDA DA MAIS LÍDIMA JUSTIÇA!

NESSES TERMOS,
PEDE E ESPERA PROVIMENTO.

SÃO PAULO, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.


ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
OAB/SP Nº 188.320

Rua Alvilândia nº 346 - Alto de Pinheiros
São Paulo - SP - Cep-05449-070
Fone/Fax- 0xx11-5543-0437 / 1804 / 2660 / 1758
E-Mail: atendimento@cfigueiredo.com.br
www.cfigueiredo.com.br

XVII



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO




CERTIDÃO
Certifico que, atendendo a pedido da parte interessada, foi expedida nesta data, Certidão de Objeto e Pé.
São Paulo, 22 / 01 / 2013.

UVIP - TRF3

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que, nesta data, faço a intimação pessoal, com carga dos presentes autos à **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, para, querendo, apresentar resposta ao(s) agravo(s) interposto(s) nos próprios autos às fls. retro.

São Paulo, 15/02/2013.



Rosangela de Castro – RF 2725
Técnica Judiciária

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

Nesta data, recebi os autos da Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, dando-me por ciente do(s) despacho(s)/decisão(ões) de fls. retro.

São Paulo, 15/02/2013.

Procuradoria da Fazenda Nacional
UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

DEVOLUÇÃO DE AUTOS

Certifico o recebimento destes autos, devolvidos nesta Subsecretaria pela **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**.

São Paulo, 11/03/2013.



HERNES SILVEIRA FREIRE DA SILVA
Técnico Judiciário
RF 1812



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

TRF3 - 25/fev/2013 - 14:22



2013.039314 - COM/UVIP

TRF3 - JUNTADA
SR. 14/03/2013
Servidor: HT

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR Nº
0004877-82.2010.4.03.6120(2010.61.20.004877-1)
RECORRENTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
RECORRIDO: FAZENDA NACIONAL

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (artigo 12, inciso V, da Lei Complementar n.º 73/93), por intermédio da procuradora infra-assinada, lastreada no **artigo 544, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil**, e demais disposições legais pertinentes, respeitosamente vem, em cumprimento ao despacho do Sr. Desembargador Federal, apresentar

**CONTRAMINUTA DE AGRAVO DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO
EXTRAORDINÁRIO**

pelos motivos de fato e direito expostos a seguir.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.


FLÁVIA DE ARRUDA LEME
Procuradora da Fazenda Nacional



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEDA TURMA**

**Pela Agravada
União Federal**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que não admitiu Recurso Extraordinário do ora Agravante, sob o fundamento de que o recurso interposto é extemporâneo, o que obsta o seguimento, de acordo com o que já se encontra bem assentado em doutrina e jurisprudência.

A respeitável decisão atacada deve ser mantida, não merecendo acolhida o Agravo de interposto.

Nesse sentido, é de mencionar-se a lição do Doutrinador Nelson Nery Junior, que em sua obra "Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos", que às páginas 325/326, da 4ª Edição, da Editora Revista dos Tribunais, afirma:

"Quanto aos recursos extraordinário e especial, são necessárias algumas palavras sobre a sua regularidade formal. [...] Ambos os recursos têm forma vinculada, vale dizer, devem obedecer aos pressupostos formais constitucionais e regimentais para que sejam conhecidos pelo STJ ou STJ."

Tal análise cabe já antes, no Tribunal "a quo", a teor do disposto no artigo 542, § 1º do Código de Processo Civil.

Assim, o sistema recursal é essencialmente formal, exigindo a correta interposição do recurso, com todos os elementos que lhe são indispensáveis.

Em não preenchendo, pois, os requisitos de admissibilidade, é de ser negado o seguimento ao apelo.

No caso em tela, verifica-se que o recurso extraordinário fora protocolado prematuramente, antes da decisão de embargos de declaração, sem posterior reiteração/ratificação, demonstrando efetivamente sua extemporaneidade. Nesse sentido:



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

386

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO PREMATURO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. I - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é extemporâneo o recurso interposto antes da publicação do acórdão recorrido, sem que haja a devida ratificação do ato. II - Embargos de declaração não conhecidos. (AI 795683 AgR-ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 08/02/2011, DJe-046 DIVULG 10-03-2011 PUBLIC 11-03-2011 EMENT VOL-02479-02 PP-00454)

E MENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS OPOSTOS ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. RECURSO EXTEMPORÂNEO. AGRAVO IMPROVIDO. I - Esta Corte possui larga jurisprudência no sentido de considerar extemporâneo o recurso interposto antes da publicação do acórdão de que se recorre, sem que haja a devida ratificação do ato. Precedentes. II - Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 762450 AgR-ED-AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-02 PP-00387)

Diante do exposto, a União requer que seja mantida a r. decisão, com o consequente não conhecimento do agravo ora interposto, como medida de inteira JUSTIÇA.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

✓
FLÁVIA DE ARRUDA LEME
Procuradora da Fazenda Nacional



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA
REGIÃO

TRF3 - 25/fev/2013 - 14:22



2013.039316 - COM/UVIP

TRF3 - JUNTADA
SP 18/2013
Servidor/Rf 1813

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR N°
0004877-82.2010.4.03.6120(2010.61.20.004877-1)
RECORRENTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP
RECORRIDO: FAZENDA NACIONAL

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (artigo 12, inciso V, da Lei Complementar n.º 73/93), por intermédio da sua procuradora infra-assinada, lastreada no **artigo 544, parágrafo 2º**, do **Código de Processo Civil**, e demais disposições legais pertinentes, respeitosamente vem, em cumprimento ao despacho de fls., apresentar

CONTRAMINUTA DE AGRAVO DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL

pelos motivos de fato e direito expostos a seguir.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

FLÁVIA DE ARRUDA LEME
Procuradora da Fazenda Nacional



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEDA TURMA**

**Pela Recorrida
União Federal**

Trata-se de Agravo interposto em face de decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que não admitiu Recurso Especial por ser prematuro e não reiterado.

A r. decisão atacada deve ser mantida, não merecendo acolhida o Agravo interposto.

É de mencionar-se a lição do festejado Mestre **NELSON NERY JUNIOR**, que em sua obra *Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos* (4ª ed, RT, pp. 325/326) afirma:

Quanto aos recursos extraordinário e especial, são necessárias algumas palavras sobre a sua regularidade formal.

Ambos os recursos têm forma vinculada, vale dizer, devem obedecer aos pressupostos formais constitucionais e regimentais para que sejam conhecidos pelo STJ ou STJ.

Tal análise cabe já antes, no Tribunal *a quo*, a teor do disposto no **artigo 542, parágrafo 1º**, do Código de Processo Civil, como realizado no caso em apreço.

Assim, o sistema recursal é essencialmente formal, exigindo a correta interposição do recurso, com todos os elementos que lhe são indispensáveis.

Em não preenchendo, pois, os requisitos de admissibilidade, é de se negar seguimento ao apelo.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO - SP/MS

Assim é que o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento de que recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos declaratórios, sem a devida ratificação posterior, é extemporâneo. A súmula 418 deste Colendo Tribunal diz:

"É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação."

No caso em tela, verifica-se que o recurso especial fora protocolado antes da disponibilização no diário oficial do acórdão dos embargos declaratórios, sem a reiteração/ratificação posterior do ora Recorrente, demonstrando efetivamente sua extemporaneidade. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PROTOCOLO DE DUAS PETIÇÕES DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA DISPONIBILIZAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E PUBLICAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS NÃO-CONHECIDOS.

I. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de considerar intempestivo o recurso interposto antes da publicação da decisão no veículo oficial. A mudança de entendimento no julgamento do AgRg. no EREsp 492461/MG, não contempla o caso em exame, porque o primeiro recurso foi protocolizado em data anterior à disponibilização por meio eletrônico.

II. Em razão da preclusão consumativa, não merece ser conhecido o segundo recurso interposto em face da mesma decisão, pela mesma parte.

III. Embargos de Declaração não conhecidos.

(EDcl no AgRg no REsp 1167679/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 04/11/2010)

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - EXTEMPORANEIDADE - SÚMULA 418/STJ.

1. "A tempestividade constitui requisito genérico de admissibilidade dos recursos, matéria de ordem pública cognoscível de ofício, quer no juízo a quo, quer no juízo ad quem, razão pela qual não se sujeita à preclusão (Precedente da Primeira Seção: AgRg nos EREsp 877.640/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 10.06.2009, DJe 18.06.2009)." (AgRg no REsp 721.113/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 13.4.2010, DJe 5.5.2010).

2. Nos termos da Súmula 418 do Superior Tribunal de Justiça, "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação." Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos, a fim de não conhecer do recurso especial interposto pela embargada.

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1050437/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2010, DJe 24/08/2010)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE.

1. É extemporâneo o recurso ordinário interposto na pendência de julgamento de embargos declaratórios, sem que tenha havido posterior ratificação de seus termos.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – SP/MS

Nesse sentido, a jurisprudência se solidificou na recente Súmula n. 418 desta Superior Corte, aplicável por analogia.

2. Recurso ordinário não conhecido.


(RMS 27.697/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 01/09/2010)

Pelo exposto, deve ser mantida a r. decisão, como medida de inteira JUSTIÇA.

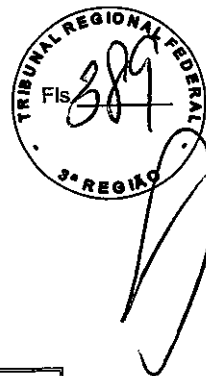
Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.


FLÁVIA DE ARRUDA LEME
Procuradora da Fazenda Nacional

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos à Central de Digitalização, desta E. corte, com agravo de instrumento interposto nos próprios autos contra decisão que **não admitiu o Recurso Especial**.

Certifico, ainda, que da decisão que não admitiu o recurso extraordinário foi interposto agravo de instrumento nos próprios autos, **devendo ser remetido ao Supremo Tribunal Federal após decisão do Superior Tribunal de Justiça**.

São Paulo, 14 de março de 2013

Hermes Silvestre da Silva
Técnico Judiciário - RF 1813

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência para digitalização.

São Paulo, 18/03/13.

Rosana (2683)
Central de Digitalização

Remessa

Nesta data, faço a remessa destes autos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para digitalização, conforme Ofício 515/GP/STJ, de 20 de junho de 2013.

São Paulo 7/08/13


Marcos de Paula Quevedo - RF 281

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MORAES NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462



Superior Tribunal de Justiça

REGISTRADO SOB Nº 2013/0298114-9 /SP

CERTIDÃO

Certifico que os presentes autos foram registrados, digitalizados e armazenados no Sistema Integrado da Atividade Judiciária do Superior Tribunal de Justiça, passando a tramitar de forma eletrônica, nos termos do art. 13, *caput*, da Resolução n. 01 de 10.2.2010, e ora estão sendo devolvidos à origem, onde deverão aguardar o julgamento desta Corte, conforme o parágrafo primeiro do referido dispositivo.

Brasília, 29 de agosto de 2013.

STJ - COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS
RECURSAIS**TERMO DE REMESSA**

Faço, nesta data, remessa dos presentes autos à origem.

Brasília, 29 de agosto de 2013.

STJ - COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS
RECURSAIS

(*) Documento assinado eletronicamente
por CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA nos termos
do Art. 1º §2º inciso III - alínea "b" da Lei 11.419/2006

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/08/2013 às 10:15 pelo usuário: CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquaja.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos à
origem, nos termos da **Resolução 237/2013 do CJF**.
São Paulo, 11 de Setembro de 2013

Marília Botelho - RF 966
Analista Judiciário - RSAU

RECEBIMENTO

Em 23 de 09 de 13.
recebi estes autos do TRF3.
K 5290





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONCLUSÃO

Em 23/09/2013, faço conclusos estes autos à MM.^a Juíza Federal desta 2^a Vara.

Analista Judiciário – RF 5290

Proc. n. 0004877-82.2010.4.03.6120

Remetam-se os autos ao arquivo sobrestado até final julgamento do recurso especial interposto, nos termos da Resolução n. 237/2013, do CJF.

Araraquara, 23 de setembro de 2013.

VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA
JUÍZA FEDERAL



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

392

DATA

Em 26 de setembro de 2013, baixaram estes autos em secretaria, com a r. decisão retro.

Marcos Rodrigo Bergamin
Analista Judiciário - RF 4554

RECEBIMENTO

Em 01 de 07 de 11
recebi estes autos do arquivo

Adriana Aparecida Morato
RF 3504

Superior Tribunal de Justiça**JUNTADA**Em 09/02/14
junto a destes autos
deixar STJ

REGISTRADO SOB Nº 2013/0298114-9 /SP

5398

CERTIDÃO DE VALIDAÇÃO DE PEÇAS INDEXADAS

Certifico que as peças eletrônicas indexadas correspondem aos respectivos originais constantes dos autos físicos, adquirindo suas páginas nova numeração eletrônica. Foram validadas as seguintes peças constantes do índice:

- Petição inicial	fls. 3 a 44
- Procuração do recorrente	fls. 45 a 45
- Sentença	fls. 175 a 191
- Petição de Apelação	fls. 199 a 237
- Acórdão/Decisão Monocrática	fls. 262 a 275
- Certidão de publicação do Acórdão/Decisão Monocrática	fls. 276 a 276
- Petição de Recurso Especial	fls. 278 a 304
- Petição de Recurso Extraordinário	fls. 305 a 333
- Petição dos Embargos de Declaração	fls. 334 a 341
- Acórdão/Decisão Monocrática dos Embargos de Declaração	fls. 343 a 349
- Certidão de Publicação do Acórdão/Decisão dos Embargos de Declaração	fls. 349 a 349
- Petição de contrarrazões do Recurso Especial	fls. 357 a 367
- Decisão de Admissibilidade do Recurso Especial	fls. 378 a 380
- Decisão de Admissibilidade do Recurso Extraordinário	fls. 381 a 383
- Certidão de publicação da Decisão de Admissibilidade do Recurso Especial	fls. 384 a 384
- Certidão de publicação da Decisão de Admissibilidade do Recurso Extraordinário	fls. 384 a 384
- Petição de Agravo em Recurso Especial	fls. 388 a 407
- Petição de Agravo em Recurso Extraordinário	fls. 408 a 424
- Contraminuta do Agravo em Recurso Extraordinário	fls. 429 a 431
- Contraminuta do Agravo em Recurso Especial	fls. 432 a 435

Brasília, 29 de agosto de 2013.

STJ - COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS RECURSAIS

(*) Documento assinado eletronicamente
por CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA nos termos

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/08/2013 às 10:20:10 pelo usuário: CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Num. 249744462

Superior Tribunal de Justiça

394
8

REGISTRADO SOB Nº 2013/0298114-9 /SP

CERTIDÃO

Certifico que os presentes autos foram registrados, digitalizados e armazenados no Sistema Integrado da Atividade Judiciária do Superior Tribunal de Justiça, passando a tramitar de forma eletrônica, nos termos do art. 13, *caput*, da Resolução n. 01 de 10.2.2010, e ora estão sendo devolvidos à origem, onde deverão aguardar o julgamento desta Corte, conforme o parágrafo primeiro do referido dispositivo .

Brasília, 29 de agosto de 2013.

STJ - COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS
RECURSAIS

TERMO DE REMESSA

Faço, nesta data, remessa dos presentes autos à origem.

Brasília, 29 de agosto de 2013.

STJ - COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS
RECURSAIS

(*) Documento assinado eletronicamente
por CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA nos termos
do Art. 1º §2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/08/2013 às 10:20:15 pelo usuário: CRISTINE MAGALHÃES DE ALMEIDA

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Superior Tribunal de Justiça

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 29/08/2013 na forma abaixo:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 392124 (2013/0298114-9 Número Único: 0004877-82.2010.4.03.6120)

Origem : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Localidade : SAO PAULO / SP

Nº. na Origem : 00048778220104036 201061200048771 4877820104036120

Nºs. Conexos :

Nº de Folhas : 440 Nº. de Volumes: 2 Nº de Apensos: 0

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

ADVOGADO ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO E OUTRO(S)

AGRAVADO FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO

Certifico que, no Cadastro de Feitos deste Tribunal, foi verificada a existência de processos relacionados ao **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 392124 (2013/0298114-9 Número Único: 0004877-82.2010.4.03.6120)**

Processos com UF e Partes comuns:

Nada Consta

Quantidade de Outros Processos com a Parte:

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA - CPF/CNPJ: 45.276.128/0001-10

FAZENDA NACIONAL

Outras partes com o mesmo nome

FAZENDA NACIONAL

63
266133

3

Quantidade de Outros Processos com o Número de Origem:

00048778220104036120

201061200048771

4877820104036120

0

0

0

Brasília-DF, 27 de setembro de 2013.

COORDENADORIA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

INSPECIONADO: ☐ Nome da Parte ☐ Ocorrência

MAT.



27/09/2013 14:44:37

Fl. 1

Superior Tribunal de Justiça

Fls.

395

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 392124 / SP (2013/0298114-9)**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO****Distribuição**

Em 27/09/2013 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias - Hora Extra e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA.

Impedidos o(s) Exmo(s). Sr(s). Ministros:
RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Encaminhamento

Aos 27 de setembro de 2013, vão
estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais

Recebido no Gabinete do Ministro SÉRGIO KUKINA em
_____/_____/20____.

Documento eletrônico juntado ao processo em 27/09/2013 às 15:12:59 pelo usuário: BENJAMIM DE OLIVEIRA NETO

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Superior Tribunal de Justiça

MK19/MK1

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 392.124 - SP (2013/0298114-9)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADVOGADO : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO E OUTRO(S)
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial manejado com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, inadmitido sob o fundamento de extemporaneidade do recurso especial.

É o relatório.

Analisando-se os autos, percebe-se que o recurso especial foi interposto em 26/7/11 (fl. 278), antes, portanto, do julgamento dos embargos de declaração ocorrido em 24/10/11 (fl. 349), não havendo posterior ratificação da peça recursal.

Nota-se, desse modo, que o recurso especial é extemporâneo, ainda que os embargos de declaração tenham sido opostos pela parte adversa, ante a incidência da Súmula 418/STJ (*"É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação."*). Nesse mesmo sentido, merecem destaque os seguintes julgados: **AgRg no AREsp 249.376/CE**, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 15/2/13; **AgRg no Ag 1.413.899/SC**, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 22/11/12.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2013.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

AREsp 392124

2013-0298114-9

Documento

Página 1 de 1

Documento eletrônico VDA8435324 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Sérgio Kukina Assinado em: 27/09/2013 22:11:29
Publicação no DJe/STJ nº 1378 de 02/10/2013. Código de Controle do Documento: 3339A270-5980-417F-AA45-A7063BD189CF

Superior Tribunal de Justiça

396

/

AREsp 392124/SP**PUBLICAÇÃO**

Certifico que foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 01/10/2013 a r. decisão de fls. 443 e considerada publicada na data abaixo mencionada, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.
Brasília, 02 de outubro de 2013.

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA
*Assinado por BENEDITO JOSÉ DA SILVA
em 02 de outubro de 2013 às 07:12:42

Documento eletrônico juntado ao processo em 02/10/2013 às 07:13:47 pelo usuário: BENEDITO JOSÉ DA SILVA

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 392124/SP

Fls. _____

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Mandado de Intimação nº. **001794-2013-CORD1T - Decisão/Vista**, o(a) **FAZENDA NACIONAL** foi intimado(a) da publicação do dia 02/10/2013, com ciência em 02/10/2013, conforme Mandado arquivado nesta Coordenadoria em 03/10/2013.

Brasília-DF, 3 de outubro de 2013.

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

*Assinado por BENEDITO JOSÉ DA SILVA
em 03 de outubro de 2013 às 08:01:30

Documento eletrônico juntado ao processo em 03/10/2013 às 08:01:52 pelo usuário: BENEDITO JOSÉ DA SILVA

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MENEZES NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



397

8

Superior Tribunal de Justiça

Fls. _____

AREsp 392124/SP

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Mandado de Intimação nº. **001793-2013-CORD1T - Decisão/Vista**, o(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** foi intimado(a) da publicação do dia 02/10/2013, com ciência em 07/10/2013, conforme Mandado arquivado nesta Coordenadoria em 09/10/2013.

Brasília-DF, 9 de outubro de 2013.

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

*Assinado por BENEDITO JOSÉ DA SILVA
em 09 de outubro de 2013 às 07:34:32

Documento eletrônico juntado ao processo em 09/10/2013 às 07:35:34 pelo usuário: BENEDITO JOSÉ DA SILVA



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 392124/SP

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE REMESSA

Certifico que a r. decisão retro transitou em julgado.

Remeto o presente processo eletrônico ao Supremo Tribunal Federal.

Brasília - DF, 16 de outubro de 2013

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

*Assinado por CECILIA POLICARPO BATISTA GOMES
em 16 de outubro de 2013 às 12:21:46

2 Volume(s)
0 Apenso(s)

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006



398
f

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S)	: ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO: O objeto deste recurso diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida na análise do RE 593.068-RG (Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tema 163). Considerada a especial eficácia vinculativa desse julgado (CPC, art. 543-B, § 3º), impõe-se sua aplicação, nos mesmos termos, aos casos análogos, como o dos autos, razão pela qual determino a devolução do processo ao Tribunal de origem, para os fins do art. 543-B do CPC.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 31 de março de 2016.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 10644968.



Supremo Tribunal Federal


MANDADO DE INTIMAÇÃO


De ordem, o Secretário Judiciário do Supremo Tribunal Federal MANDA que o Oficial de Justiça intime o(a) Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou quem as suas vezes fizer, do inteiro teor da(s) decisão(ões) ou do(s) despacho(s) referente(s) ao(s) processo(s) abaixo relacionado(s), extraído(s) da relação das decisões ou dos despachos publicados no Diário da Justiça Eletrônico de 5 de abril de 2016:

- 1.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 958306-SC
- 2.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 939926-SC
- 3.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 949519-SC
- 4.EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 930133-SP
- 5.EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 528256-SP
- 6.EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 948988-SP
- 7.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 583712-SP
- 8.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 932986-SP
- 9.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 934074-SP
- 10.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 956709-SP
- 11.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 957562-SP
- 12.RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 957829-SP
- 13.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 778638-SP
- 14.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 955308-SP
- 15.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 957492-SP
- 16.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 958157-SP
- 17.AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 713194-TO
- 18.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 955779-RS
- 19.RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 952470-SP

Informa que o inteiro teor do(s) processo(s) acima relacionado(s) está disponível no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br).

DADO E PASSADO na Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em 6 de abril de 2016.


Denny's Albuquerque-Rodrigues
Secretário Judiciário

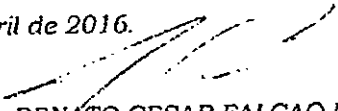

Leonardo Quintas Furtado
Coordenador de Atuação Judicial perante o
Supremo Tribunal Federal, Substituto
07/04/16

399
f

CERTIDÃO

Certifico que me dirigi nesta Capital ao SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre D, 9º Andar - Centro Empresarial CNC, nesta data e, às 16h00min, procedi à **INTIMAÇÃO** da **PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**, na pessoa do Procurador da Fazenda Nacional **Leonardo Quintas Furtado**, que recebeu a contrafé e após seu ciente no anverso deste mandado.

Brasília, 07 de abril de 2016.


RENATO CESAR FALCAO MACEDO
Oficial de Justiça Federal





Supremo Tribunal Federal

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 629/2016

Recurso Extraordinário Com Agravo nº 778638

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (188320/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(Seção de Agravos)

De ordem, o (a) Secretário Judiciário do Supremo Tribunal Federal, **INTIMA** MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, na pessoa do(a) advogado(a) Alécio Castellucci Figueiredo, com endereço no(a) Rua Alvilandia nº 346, Alto de Pinheiros, CEP: 05449-070 São Paulo/SP, do inteiro teor do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Informa que os autos estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br).

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 9 de maio de 2016.

Dennys Albuquerque Rodrigues
Secretário Judiciário
Documento assinado digitalmente

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA M... FEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 11035616

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633


<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462

D 51

Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO		CONTRATO 9812288/81 CARIJURO UNIDADE DE ENTREGA																					
DESTINATÁRIO MUNICÍPIO DE ARACUAARA, na pessoa do(a) advogado(a) Alécio Castaltud Figueiredo Rua Avilândia, 348, Alto de Pinheiros Vila Madalena 05448070 São Paulo-SP		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª DATA <u>31/5/16 14h</u> 2ª DATA <u>01/6/16 13:58h</u> 3ª DATA <u>02/6/16 15h</u>																					
JS360737621BR REMETENTE: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PRAÇA DOS TRES PODERES EIXO MONUMENTAL S/N EIXO MONUMENTAL 70175900 Brasília-DF		MOTIVO DA DEVOLUÇÃO <table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>Mudou-se</td> <td>5</td> <td>Recusado</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>End.</td> <td>6</td> <td>Não Procurado</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Não Existe o Nº</td> <td>7</td> <td>Autentica</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>Desconhecido</td> <td>8</td> <td>Falecido</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>Outros</td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>		1	Mudou-se	5	Recusado	2	End.	6	Não Procurado	3	Não Existe o Nº	7	Autentica	4	Desconhecido	8	Falecido	9	Outros		
1	Mudou-se	5	Recusado																				
2	End.	6	Não Procurado																				
3	Não Existe o Nº	7	Autentica																				
4	Desconhecido	8	Falecido																				
9	Outros																						
volume: 1/1		DATA DE ENTREGA _____																					
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) Conte de Informação 6202016: AGE 778636; Out. Sem Cópia DO DESPACHO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 02108/16																					
ASSINATURA DO RECEBEDOR _____		Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE _____																					
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR _____		89028944																					



03 JUN. 2016

Supremo Tribunal Federal
Praça das Três Poderes
70175-900 - Brasília - DF

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS, EVANGELISTA MONTEIRO NETO

400



Supremo Tribunal Federal

Carta de Intimação 629/2018, ARE 778619, Obs. Com CÓPIA DO DESPACHO

Data de postagem: 27/05/2018

Destinatário: MUNICÍPIO DE ARAQUARA, na pessoa de(a) advogado(a) Alécio Castilho

Rua A... dos Reis Alta de Fim...
Vila...
Cidade... São Paulo-SP

Vol 1/1

Carta

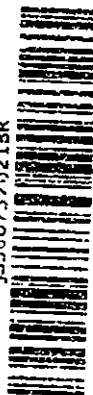
AO REMETENTE
AO REMETENTE
AO REMETENTE

REGISTRADO

AR

Peso: 20

JS360737321BR



STF 102.014



Supremo Tribunal Federal

Certidão

Recurso Extraordinário Com Agravo n. 778638

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (188320/SP) E
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(Seção de Agravos)

Certifico a devolução pelos correios do envelope contendo a informação "ausente" (doc. 11 – AR JS360737621BR, referente à intimação do Município de Araraquara, na pessoa do advogado Alécio Castellucci Figueiredo).

Brasília, 14 de julho de 2016.

Luciana Teixeira
Matrícula nº 947

401

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 11382300

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45



Num. 249744462





Supremo Tribunal Federal

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2294/2016

Recurso Extraordinário Com Agravo nº 778638

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (188320/SP) E OUTRO(A/S)
RECD.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(Seção de Agravos)

De ordem, o (a) Secretário Judiciário do Supremo Tribunal Federal, **INTIMA** MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, na pessoa do advogado Alécio Castellucci Figueiredo, com endereço na Rua Alvilândia nº 346, Alto de Pinheiros, CEP: 05449-070 São Paulo/SP, do inteiro teor do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Informa que os autos estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br).

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 18 de julho de 2016.

Dennys Albuquerque Rodrigues
Secretário Judiciário
Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 11402437

402
8

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Supremo Tribunal Federal

Assinado

31.05.2022

Carta de Intimação 223412016: ARE 778636 - 1ª edição
de Despacho

Data de postagem: 25/07/2016 JEL VII

Destinatário:
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
na pessoa do advogado ALECIO CASTELL JEREDE

Avulsa: 346
Ato dos Pírios
0544870 São Paulo-SP



REGISTRADO
AR
Peso: 25
4414946388



9

COLAR SOMENTE NO VERSO DA ABA

56



Supremo Tribunal Federal

Certidão

Recurso Extraordinário Com Agravo n. 778638

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (188320/SP) E
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(Seção de Agravos)

Certifico que o Aviso de Recebimento JS441494638B referente à Carta de Intimação 2294/2016 - MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, na pessoa do advogado ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO, foi devolvido pelos correios com a observação de "mudou-se".

Brasília, 4 de agosto de 2016.

EDINEZER JÚNIOR
Matrícula 1698

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 11473450



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35
Número do documento: 22050617384517200000242499633
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Supremo Tribunal Federal

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2637/2016

Recurso Extraordinário Com Agravo nº 778638

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALÉCIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (188320/SP) E OUTRO(A/S)
RECD.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(Seção de Agravos)

De ordem, o (a) Secretário Judiciário do Supremo Tribunal Federal, **INTIMA** o **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, na pessoa de seu prefeito, sobre o inteiro teor do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Informa que os autos estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br).

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 5 de agosto de 2016.

Dennys Albuquerque Rodrigues
Secretário Judiciário
Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 11476218

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45



Num. 249744462



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

405
J

10/05/2022
14:08:00
JOSÉ DEODATO DINIZ FILHO

10/05/2022
14:08:00
JOSÉ DEODATO DINIZ FILHO

10/05/2022
14:08:00
JOSÉ DEODATO DINIZ FILHO

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://ataqueara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária

ARE 778638

TERMO DE REMESSA EXTERNA

Faço a remessa destes autos com a transmissão eletrônica das peças processuais ao (à) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO.

Brasília, 10 de Outubro de 2016

Patrícia Pereira de Moura Martins
Secretária Judiciária

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
MARCIO CRISTIANO EBERT.
Araraquara 03 de março de 2017

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Téc./Analist. Judiciário (RF)

JUSTIÇA
FEDERAL
Fls. 406
2a VARA

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

Considerando a decisão proferida pelo
STF, requeira a parte interessada o que entender de di-
reito.

No silêncio, remetam-se os autos ao ar-
quivo.

Intime-se. Cumpra-se.

Araraquara 03 de março de 2017

MARCIO CRISTIANO EBERT
Juiz Federal Substituto

D A T A

Em data de 07 de 03 de 2017
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Téc./Analist. Judiciário (RF)

CERTIDÃO

CERTIFICO que o r. despacho/deci-
são/sentença/informação de secretaria de
fl(s). supra/retro foi disponibilizado no
Diário Eletrônico da Justiça nesta data e
será considerado publicado no primeiro dia
útil subsequente à mesma (31/03/2017).
Araraquara, 30/03/2017

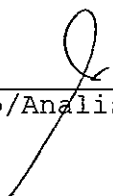
Sandra Sayuri Kanno
Técnico Judiciário - RF 5398

Processo n. 0004877-82.2010.403.6120/2


C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que os presentes autos saíram em carga para: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, nesta data.

Araraquara, 18/04/2017


Técnico/Analista Judiciário RF: 5398

Certifico, ainda, que os presentes autos foram devolvidos em secretaria na data de 16 / 05 / 17.


Técnico/Analista Judiciário RF: 5398

Carga...: SSK MV-VB 16:20



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Araraquara/SP

408
9

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DE
ARARAQUARA/SP

JFSP-FORUM ARARAQUARA-SPI
10/05/2017 16:31 h
Prot. 2017.61200003317-1
0004877-82.2010.403.6120
[MSS3] (2a.V ARARA)
Juntada-JFSP 16/05/17
RF: 5398 Rubrica: [assinatura]

Mandado de Segurança
Processo nº 0004877-82.2010.403.6120
Impetrante: Município de Araraquara
Impetrado: Delegado da Receita Federal do Brasil em Araraquara


A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por seu Procurador abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, expor e, ao final, requerer o que segue.

1. Ao que parece, pende de análise definitiva o recurso extraordinário interposto pela impetrante, conforme r. decisão de fls.398, que determinou a devolução do processo ao Tribunal de origem, para os fins do art.543-B, CPC/1973, à vista do RE 593.068 (Tema 163).
2. Ante o exposto, a União requer a devolução dos autos ao E. TRF-3, para prosseguimento como de direito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Araraquara, 08 de maio de 2017.


José Deodato Diniz Filho
Procurador da Fazenda Nacional
OAB/SP 219.257

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
MARCIO CRISTIANO EBERT.
Araraquara 12 de junho de 2017

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Técn/Analist.Judiciário (RF)

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 409
2a VARA

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

Encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional
Federal da 3ª Região, através da Seção de Passagem de
Autos - RSAU, em cumprimento à determinação do C. STF
(fl. 398).

Cumpra-se.

Araraquara 12 de junho de 2017

MARCIO CRISTIANO EBERT
Juiz Federal Substituto

D A T A

Em data de 14 de 06 de 2017
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Técn/Analist.Judiciário (RF)

REMESSA

Em 14 / 06 / 17, remeto

estes autos ao TRF da 3ª

Região

5398

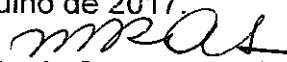
410

CERTIDÃO

Recebi em 07/07/17 os presentes autos da RSAU.

Certifico, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do Código de Processo Civil, que está sobrestado/suspensão o exame de admissibilidade do(s) recurso(s) até o julgamento do(s) representativo(s) da(s) controvérsia(s): **RE 593.068/MG (tema 163)**.

São Paulo, 07 de julho de 2017.


Maria Rita de Assis Semeone – RF 532

Analista Judiciário





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP

2010.61.20.004877-1/SP

APELANTE : Município de Araraquara SP
ADVOGADO : SP188320 ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e
outro(a)
APELADO(A) : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : SP000001 MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E
AFONSO GRISI NETO
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

DECISÃO

Cuida-se de Recurso Extraordinário interposto pelo **Município de Araraquara - SP**, com fundamento no art. 102, III, "a" da Constituição Federal, contra acórdão prolatado por órgão fracionário deste E. Tribunal Regional Federal.

O acórdão combatido foi lavrado com a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.

3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

[DOSTIC/DOSTI]



7804071.V003 1/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

5. *O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário"*

6. *Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.*

7. *Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.*

8. *A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.*

9. *Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento.*

Opostos Embargos de Declaração, os mesmos foram rejeitados.

Em seu recurso excepcional, a Recorrente alega, em síntese, violação aos arts. 7.º, XVII, 195, I e 201, § 11, da CF, por entender indevido o recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de horas extras.

Foram apresentadas contrarrazões.

A Impetrante concretizou sua irresignação mediante Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

Os recursos excepcionais não foram admitidos.

[DOSTI©/DOSTI]



7804071.V003 2/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Inconformada, a Impetrante aviou Agravo de Decisão Denegatória em face das decisões.

Remetidos os autos ao C. STJ, onde receberam a autuação AREsp n.º 392.124/SP, foi negado provimento ao recurso.

Encaminhados os autos ao C. STF, autuados como ARE n.º 778.638/SP, foi determinada a sua devolução a esta Corte Regional, nos termos do art. 543-B do CPC de 1973, tendo em vista o julgamento do RE n.º 593.068/SP.

O exame da admissibilidade dos recursos excepcionais interpostos foi então sobrestado, por certidão, até o julgamento do RE n.º 593.068/SC, vinculado ao tema n.º 163 de Repercussão Geral no STF.

Julgado o aludido paradigma, os autos vieram conclusos a esta Vice-Presidência.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta admissão.

O feito foi sobrestado com fundamento no RE n.º 593.068/SC, vinculado ao tema n.º 163 de Repercussão Geral no STF.

Registre-se, inicialmente, que, em conformidade com pronunciamentos mais recentes do STF, o **RE n.º 593.068/SC**, vinculado ao **tema n.º 163 de Repercussão Geral**, cuida exclusivamente da contribuição previdenciária afeta aos **servidores públicos**, não compreendendo os empregados celetistas, não sendo, pois, aplicável ao caso dos autos, consoante o uníssono entendimento externado nos seguintes precedentes: RE n.º 913.780 AgR-segundo-ED (Rel. Min. Roberto Barroso), RE n.º 947.028 AgR (Rel. Min. Roberto Barroso), RE n.º 949.275 AgR (Rel. Min. Edson Fachin) e ARE n.º 953.488 ED (Rel. Min. Edson Fachin).

Quanto à **base de cálculo das contribuições previdenciárias**, é mister que algumas premissas essenciais e necessárias ao desate da controvérsia sejam lançadas.

[DOSTI©/DOSTI]



7804071.V003 3/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n.º 565.160/SC, alçado como representativo de controvérsia (tema n.º 20), e submetido à sistemática de repercussão geral da matéria (art. 1.036 do CPC), fixou a seguinte tese: "*A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n.º 20/1998*".

Conforme definiu o STF, a contribuição previdenciária a cargo do empregador sob o regime geral da previdência social, prevista no art. 22, I, da Lei n.º 8.212/91, é constitucional e deve ter por delimitação de sua base de cálculo, consoante os parâmetros estabelecidos nos arts. 195, I e 201, § 11, os "ganhos habituais do empregado", excluindo-se, por imperativo lógico, as verbas indenizatórias, que se traduzem em simples recomposição patrimonial, bem como as parcelas pagas eventualmente (não habituais).

Ficou ressaltado, contudo, que o Constituinte remeteu ao legislador ordinário a definição dos casos em que os ganhos habituais do empregado são incorporados ao salário para fins de contribuição previdenciária, consoante o disposto no art. 201, § 11, da Constituição, bem como a infraconstitucionalidade de controvérsias relativas à definição da natureza jurídica de verba para fins de tributação.

Nesse contexto, e segundo a orientação adotada pelo STF, a tese fixada no julgamento do RE n.º 565.160/SC não afasta a necessidade da definição individual das verbas controvertidas e sua habitualidade, providência, no entanto, que é de todo estranha ao contencioso estritamente constitucional.

Esta vem sendo a orientação adotada por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal, como deflui, exemplificativamente, das conclusões dos seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FÉRIAS EFETIVAMENTE GOZADAS. INFRACONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 163. NÃO-APLICABILIDADE.

1. A incidência ou não de contribuições previdenciárias sobre as remunerações pagas durante as férias efetivamente gozadas pelos empregados demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, de modo a inviabilizar o processamento do apelo extremo.

[DOSTIC/DOSTI]



7804071.V003 4/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

2. O Tema 163 da sistemática da Repercussão Geral, cujo recurso-paradigma é o RE-RG 593.068, de relatoria original do Ministro Joaquim Barbosa e atualmente sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, DJe 22.05.2009, além de não tratar de contribuição previdenciária sobre a remuneração paga durante o período de férias gozadas, mas apenas sobre o adicional de férias (terço constitucional), aplica-se tão somente aos servidores públicos federais.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STF, RE n.º 949.275 AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 15/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 14-04-2016 PUBLIC 15-04-2016) (Grifei).

DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

2. No julgamento do RE 611.505-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, o Plenário Virtual declarou a inexistência de repercussão geral da matéria em face do caráter infraconstitucional do debate.

3. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

4. Em se tratando de mandado de segurança, inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015.

5. Agravo interno conhecido e não provido.

(STF, RE n.º 980.055 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 10/11/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-262 DIVULG 17-11-2017 PUBLIC 20-11-2017)(Grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO

[DOSTIC/DOSTI]



7804071.V003 5/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

INFRACONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO REFLEXA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Para ultrapassar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem acerca da caracterização da natureza jurídica da verba referente à bolsa de estudos para fins de incidência de contribuição previdenciária, seria necessário o reexame da causa à luz da legislação infraconstitucional, o que não é cabível em sede de recurso extraordinário.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Não se aplica ao caso dos autos a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, uma vez que não houve o arbitramento de honorários sucumbenciais pela Corte de origem.

(STF, RE n.º 1.096.596 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 23/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-043 DIVULG 06-03-2018 PUBLIC 07-03-2018) (Grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS. NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSTO DE RENDA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

1. A jurisprudência do Supremo se consolidou no sentido de ser infraconstitucional a discussão acerca da incidência de tributos, notadamente contribuição previdenciária ou imposto de renda, baseada na natureza da verba.

2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria necessário o reexame dos fatos e provas, além da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC.

(STF, RE n.º 1.009.131 AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 12/05/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 22-05-2017 PUBLIC 23-05-2017)(Grifei).

No caso dos autos, nos quais se controverte a incidência de **contribuição previdenciária** sobre os valores pagos a título de **horas extras**, a orientação esposada pelo STF não difere do quanto até aqui se expôs, como se depreende das conclusões dos seguintes arestos:

DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NATUREZA JURÍDICA.

[DOSTI©/DOSTI]



7804071.V003 6/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência da Corte, a controvérsia relativa à natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo contribuinte, para fins de incidência da contribuição previdenciária, demanda o reexame da legislação infraconstitucional.

2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015."

(STF, ARE n.º 968.110-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 10/2/2017) (Grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS BASEADA NA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A jurisprudência do Supremo se consolidou no sentido de ser infraconstitucional a discussão acerca da incidência de tributos, notadamente contribuição previdenciária ou imposto de renda, baseada na natureza da verba.

2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC."

(STF, RE n.º 1.013.951-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 5/9/2017) (Grifei).

Ante o exposto, **não admito** o Recurso Extraordinário.

Intimem-se.

São Paulo, 29 de outubro de 2019.

[DOSTIC/DOSTI]



7804071.V003 7/8





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Vice-Presidente NERY JUNIOR**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://web.trf3.jus.br/acordaos/VerificacaoAssinatura> informando o código verificador **7804071v3.**, exceto nos casos de documentos com segredo de justiça."

[DOSTIC/DOSTI]



7804071.V003 8/8



415

CERTIDÃO

Certifico haver encaminhado ao destinatário (**ARARAQUARA/SP**), por intermédio do PJE - 1º grau, a **CARTA DE ORDEM nº 7806721 - UVIP/DAEX**, e que recebeu o nº **5003929-40.2019.4.03.6120**.

São Paulo, 14/11/2019.

Patricia Gianizella - RF - 3083
Técnico Judiciário
Divisão de Agravo de Recursos Excepcionais - DAEX





416

Número: 5003929-40.2019.4.03.6120

27/01/2020

Classe: CARTA DE ORDEM CÍVEL

Órgão julgador: CECAP de Araraquara

Última distribuição : 14/11/2019

Valor da causa: R\$ 0,00

Processo referência: 00048778220104036120

Assuntos: Intimação

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VICE PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO - UVIP (ORDENANTE)			
Subseção Judiciária de Araraquara/SP (ORDENADO)			
MUNICIPIO DE ARARAQUARA (PARTE AUTORA)			
UNIÃO FEDERAL (PARTE RÉ)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25574 441	04/12/2019 11:42	Diligência	Diligência
24851 338	18/11/2019 18:09	Manifestação	Manifestação
24749 255	14/11/2019 15:04	Intimação	Intimação
24720 057	14/11/2019 09:43	CARTA ORDEM 7806721	Petição inicial
24720 061	14/11/2019 09:43	GED_7806721	Carta
24720 062	14/11/2019 09:43	GED_7804071	Carta

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Certidão

Certifico e dou fé que, em 27 de novembro de 2019, me dirigi à Rua dos Libaneses, n. 1969, onde **INTIMEI o MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, na pessoa de seu representante, Procurador Municipal Dr. José Eduardo Melhen (OAB/SP n. 168.923), acerca do inteiro teor da presente carta de ordem, tendo ele aceitado a contrafé e lançado sua assinatura no anverso do documento. Araraquara, 04 de dezembro de 2019. Ana Carolina Kerbauy Freitas Luís Pelozo - RF 8210, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.



Assinado eletronicamente por: ANA CAROLINA KERBAUY FREITAS LUIS PELOZO - 04/12/2019 11:42:19
<https://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120411421943300000023383858>
Número do documento: 19120411421943300000023383858

Num. 25574441 Pág. 1



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35
Número do documento: 22050617384517200000242499633
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462



417

Carta de Ordem 7806721, expedida nos autos de nº 0004877-82.2010.4.03.6120



Assinado eletronicamente por: PATRICIA ANTUNES GIANIZELLA - 14/11/2019 09:43:34
<https://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111409433431700000022614884>
Número do documento: 19111409433431700000022614884

Num. 24720057 - Pág. 1

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35
Número do documento: 22050617384517200000242499633
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120/SP
2010.61.20.004877-1/SP

RELATOR : Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
APELANTE : Município de Araraquara SP
ADVOGADO : SP188320 ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO e
outro(a)
APELADO(A) : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : SP000001 MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E
AFONSO GRISI NETO
No. ORIG. : 00048778220104036120 2 Vr ARARAQUARA/SP

CARTA DE ORDEM Nº 7806721 - UVIP

EXPEDIDA por determinação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal NERY JÚNIOR, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, usando das atribuições que lhe são conferidas legalmente.

DIRIGIDA ao MM. Juiz Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de ARARAQUARA/SP.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA/SP, na pessoa de seu representante legal.

CONTEÚDO DA INTIMAÇÃO: : ciência da(s) decisão(ões) de fls. 411 a 414 [cópia(s) inclusa(s)].

CIENTIFICAR o interessado de que o feito se processa na Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência do TRF3, situada na Avenida Paulista, nº 1842, 12º andar - Torre Sul, São Paulo - Capital.

CUMPRASE, observadas as formalidades legais.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

[PAGIANIZ©/PAGIANIZ]



7806721.V002 1/2



Assinado eletronicamente por: PATRICIA ANTUNES GIANIZELLA - 14/11/2019 09:43:34
<https://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111409433442400000022615888>
Número do documento: 19111409433442400000022615888

Num. 24720061 - 1



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35
Número do documento: 22050617384517200000242499633
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004877-82.2010.4.03.6120

APELANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

APELADO: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

SPI - Araraquara
SJSP - 14/fev/2020 - 18:44

2020.006305 - AGRESP/UVIP
DX - EXP - 98A

TRF3 - JUNTADA SP. 12/3/20
Servidor/RF

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 45.276.128/0001-10, com sede à Rua São Bento, nº 840 - Centro / CEP.: 14.801-901, Fone.: (016) 3301-5000 (PABX), neste representado por seu procurador que a presente subscreve, com escritório profissional estabelecido na Rua São Bento, 840, no Município de Araraquara, CEP 14801-901, tel. 16 3301-5000, endereço eletrônico: viniciusmanaia@gmail.com, vem mui respeitosamente, não se conformando com a decisão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto em desfavor da UNIÃO FEDERAL, por estar suportando prejuízos manifestos, interpor o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO para o Supremo Tribunal Federal, para que seja reformada a decisão denegatória do Recurso Extraordinário e determinada a subida desse recurso, ou a conversão do presente naquele, para julgamento conforme o previsto no § 5º, do art. 1.042, do Código de Processo Civil.





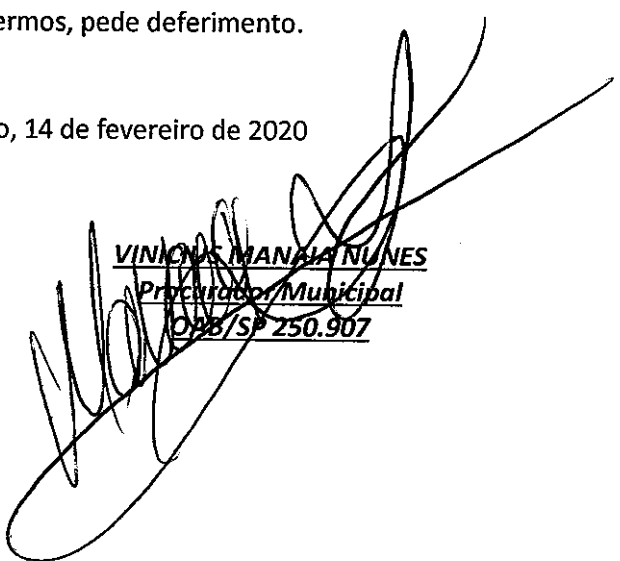
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Pede se digne Vossa Excelência receber, independente do pagamento de custas e despesas postais (art. 1.042, § 2º, do Código de Processo Civil), mandar processar e remeter à Colenda Instância *ad quem* o presente agravo para os fins acima pleiteados e pelas razões a seguir expostas.

Requer-se, assim, o recebimento do presente para eventual reconsideração/retratação, e, após, se mantida a referida decisão, seja o mesmo submetido ao órgão competente para julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020


VINÍCIUS MANÁIA NUNES
Procurador Municipal
028/SP 250.907

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE LEBERIAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

MINUTA DE AGRAVO DE DESPACHO DENEGATÓRIO

PRETÓRIO EXCELSO

NOBRES MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. TEMPESTIVIDADE – PREPARO - SÍNTESE NECESSÁRIA

De plano insta consignar que o presente recurso se mostra tempestivo, e isento de custas conforme expressa previsão no Art. 1.042 do Código de Processo Civil. Isto porque a juntada da carta precatória de intimação da decisão agravada somente foi juntada aos autos em 27 de janeiro de 2020, conforme extrato processual anexo.

Com efeito, a Agravante não pode deixar de registrar seu inconformismo com relação à decisão denegatória de Recurso Extraordinário interposto pela Municipalidade, requerendo seja a mesma reformada através do presente Agravo, determinando-se o julgamento do Recurso precedente.

Fundamentou sua decisão o Ilustre Desembargador Relator chamando a atenção para o fato de que o tema nº 163, do Recurso Extraordinário nº 593.068/SC, não se refere a empregados públicos do regime celetista, e tão somente a servidores públicos.

"Registre-se, inicialmente, que, em conformidade com pronunciamentos recentes do STF, o RE nº 593.068/SC, vinculado ao tema nº 163 de Repercussão Geral, cuida exclusivamente da contribuição previdenciária afeta aos servidores públicos, não compreendendo os empregados celetistas, não sendo, pois, aplicável ao caso dos autos, consoante o uníssono entendimento externado nos seguintes precedentes: RE nº 913.780 Agr



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

segundo – ED (Rel. Min. Roberto Barroso), RE nº 947.028, AgR (Rel. Min. Roberto Barroso), RE nº 949.275, AgR (Rel. Min. Edson Fachin)."

Entretanto, conforme as razões do pedido de reforma abaixo aduzidas, *data vênica*, tal entendimento não corresponde ao entendimento esposado nos casos postos a exame perante este E. Tribunal Regional Federal e o Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

2. RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO ORA AGRAVADA

O Recurso Extraordinário regularmente interposto é de rigor provimento, pois o nobre relator simplesmente desprezou o mais atualizado entendimento deste E. Tribunal Regional Federal, e ainda do Excelso Pretório, senão vejamos:

De plano impede transcrever lição do festejado mestre Edivaldo Brito acerca do festival das contribuições sociais instituídas pela União: "A contribuição é a salsaparrilha. Supõe a União Federal que é uma espécie jurídico-formal e, portanto, seria desprovida da necessidade de qualquer respeito as bases econômicas que sustentam as prestações pecuniárias compulsórias. Supõe este ente federado que podem ser criadas tantas espécies e subespécies do gênero contribuição quantas sejam as vontades do administrador tributário de plantão; sobretudo, porém, tem a União uma certeza, a de que, aproximadamente 1/3 (um terço) da arrecadação anual dos ingressos compulsórios vem por intermédio da contribuição" (Brito, Edvaldo, Direito Tributário, Ed. Atlas, São Paulo, 2015, pág. 3)

Conforme dito em razões recursais, o Recurso Extraordinário n. 593.068, com repercussão geral reconhecida nos termos do Art. 543- B do CPC/1973, no qual o Excelso Pretório, afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas adicionais do salário, como horas extras e

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

adicional de insalubridade e periculosidade, o que deve ser analisado no recurso do Recurso.

Em referido julgamento o Eminentíssimo Ministro Relator Luís Roberto Barroso, a fls. 11, assim disserta:

"De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88."

Em referido voto, foi observada a jurisprudência do STF como declinado em razões recursais, que até o momento exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas adicionais ao salário. Que se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeita à tributação, in verbis: "O conjunto normativo é claríssimo no sentido de que a base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária só deve computar os ganhos habituais e os que têm reflexos para aposentadoria".

Foi relatado no caso, ainda, que o sistema previdenciário, tanto do Regime Geral de Previdência Social (para os trabalhadores celetistas), quanto do regime próprio dos servidores públicos, tem caráter contributivo e solidário, o que impede que haja contribuição sem o correspondente reflexo em qualquer benefício efetivo (caráter contributivo da previdência social). Referido entendimento foi seguido pelos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, declinando assim a maioria para dar provimento ao Recurso dos contribuintes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Do contrário a regra esculpida no Art. 40, §2º da Constituição Federal, antes da redação conferida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, não se aplicaria aos servidores públicos celetistas, permitindo assim o percebimento de benefício previdenciário superior à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, gerando verdadeiro colapso tanto no sistema previdenciário como na prestação de serviços públicos, visto que em eventual afastamento temporário do servidor o benefício previdenciário seria superior aos vencimentos da ativa, desestimulando o mesmo a retornar ao trabalho.

E nesse sentido vejamos a discussão em plenário do Ministro Teori Zavascki com o Ministro Barroso:

"O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas, Ministro Barroso, a dificuldade é a seguinte: nós estamos falando da previdência pública; se nós aprovarmos essa tese, na previdência pública, com mais razão, nós vamos ter que aplicar para o regime geral, onde a lei estabelece a base de cálculo tal da remuneração, e o benefício não tem nada a ver com isso. Quer dizer, nós vamos ter que transportar a mesma tese para a previdência geral."

Assim também o Ministro Gilmar Mendes:

"E com repercussão, porque estamos decidindo o caso dos servidores públicos, mas, certamente, isso terá repercussão direta na previdência geral, no regime geral de previdência."

E novamente o eminente Ministro Teori Zavascki:

"De modo que a decisão que se tomar em relação ao regime especial - salientando que o § 3º trata do cálculo de provento de aposentadoria, não trata de base de contribuição - vai ter reflexo não apenas nos regimes públicos, mas também no regime geral."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Assim, o caso deve ser apreciado de acordo com o entendimento consolidado no Recurso Extraordinário nº 593.068, e o pleito declinado na exordial de não incidência das contribuições sociais sobre: 6) férias gozadas; 7) Adicional De Horas Extras; 8) Adicional Noturno; 9) Adicional De Insalubridade; 10) Adicional De Periculosidade, devem ser apreciados e reconhecidos como não sujeitos a incidência da contribuição previdenciária, motivo pelo qual o apelo é de rigor, senão vejamos:

As férias efetivamente gozadas foram objeto de análise recente pela 1ª seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.322.945, determinando também não haver incidência das contribuições previdenciárias não só sobre o terço constitucional, mas também sobre as férias gozadas, matéria que não havia sido julgada no caso do REsp 1.230.957.

Na ocasião do julgamento do caso acima citado o argumento utilizado foi de que o entendimento acerca da natureza não remuneratória do terço constitucional de férias deveria ser estendido às férias em si, pois o terço seria uma verba acessória às férias, verba principal, e se o acessório segue sempre a natureza do principal, não se poderia concluir que as férias teriam natureza salarial diferente do acessório, *in verbis*: "RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS USUFRUÍDAS. AUSÊNCIA DE EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO EMPREGADO. NATUREZA JURÍDICA DA VERBA QUE NÃO PODE SER ALTERADA POR PRECEITO NORMATIVO. AUSÊNCIA DE CARÁTER RETRIBUTIVO. AUSÊNCIA DE INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO DO TRABALHADOR. NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARECER DO MPF PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O SALÁRIO-MATERNIDADE E AS FÉRIAS USUFRUÍDAS. 1. Conforme iterativa jurisprudência das Cortes Superiores, considera-se ilegítima a incidência de Contribuição Previdenciária sobre verbas





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

indenizatórias ou que não se incorporem à remuneração do Trabalhador. 2. O salário-maternidade é um pagamento realizado no período em que a segurada encontra-se afastada do trabalho para a fruição de licença maternidade, possuindo clara natureza de benefício, a cargo e ônus da Previdência Social (arts. 71 e 72 da Lei 8.213/91), não se enquadrando, portanto, no conceito de remuneração de que trata o art. 22 da Lei 8.212/91.3. Afirmar a legitimidade da cobrança da Contribuição Previdenciária sobre o salário-maternidade seria um estímulo à combatida prática discriminatória, uma vez que a opção pela contratação de um Trabalhador masculino será sobremaneira mais barata do que a de uma Trabalhadora mulher.4. A questão deve ser vista dentro da singularidade do trabalho feminino e da proteção da maternidade e do recém nascido; assim, no caso, a relevância do benefício, na verdade, deve reforçar ainda mais a necessidade de sua exclusão da base de cálculo da Contribuição Previdenciária, não havendo razoabilidade para a exceção estabelecida no art. 28, § 9o., a da Lei 8.212/91.5. O Pretório Excelso, quando do julgamento do AgRg no AI727.958/MG, de relatoria do eminente Ministro EROS GRAU, DJe27.02.2009, firmou o entendimento de que o terço constitucional de férias tem natureza indenizatória. O terço constitucional constitui verba acessória à remuneração de férias e também não se questiona que a prestação acessória segue a sorte das respectivas prestações principais. Assim, não se pode entender que seja ilegítima a cobrança de Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional, de caráter acessório, e legítima sobre a remuneração de férias, prestação principal, pervertendo a regra áurea acimaapontada.6. O preceito normativo não pode transmutar a natureza jurídica de uma verba. Tanto no salário-maternidade quanto nas férias usufruídas, independentemente do título que lhes é conferido legalmente, não há efetiva prestação de serviço pelo Trabalhador, razão pela qual, não há como entender que o pagamento de tais parcelas possuem caráter retributivo. Consequentemente, também não é devida a Contribuição Previdenciária sobre férias usufruídas.7. Da mesma forma que só se obtém o direito a um benefício previdenciário mediante a prévia contribuição, a contribuição também só se justifica ante a perspectiva da sua



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

retribuição futura em forma de benefício (ADI-MC 2.010, Rel. Min. CELSO DE MELLO); destarte, não há de incidir a Contribuição Previdenciária sobre tais verbas.8. Parecer do MPF pelo parcial provimento do Recurso para afastar a incidência de Contribuição Previdenciária sobre osalário-maternidade.9. Recurso Especial provido para afastar a incidência de Contribuição Previdenciária sobre o salário-maternidade e as férias usufruídas.” (STJ - REsp: 1322945 DF 2012/0097408-8, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 27/02/2013, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 08/03/2013)

Sua natureza indenizatória decorre do fato da conversão de um período de descanso em pecúnia, não se caracterizando como contraprestação pelos serviços prestados, mas sim como indenização pelo período de descanso. Ademais pelo princípio da efetiva contribuição ao regime geral da previdência social não há que se falar em incidência da contribuição previdenciária sobre referida parcela, visto que não há contraprestação pela incidência do tributo guerreado nos autos.

O mesmo se diz quanto ao adicional de horas extras, visto que referido adicional é a indenização paga pelo empregador, ao empregado que extrapola sua jornada diária de trabalho. Ora, Nobres Ministros, referida interpretação é a melhor a ser aceita, pois sobre o valor da hora extra em si, a Agravante não questiona a incidência da contribuição previdenciária, pois se trata de cumprimento de jornada efetivamente laborada. O adicional ora questionado se refere ao “plus” a que o trabalhador faz direito devido a jornada extraordinária.

E nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal analisou a questão afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre referida verba indenizatória, julgamento este reprisado na repercussão geral acima declinada, *in verbis*: “EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS EXTRAS E O TERÇO DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. Esta Corte fixou entendimento no sentido que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AI 727958 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe-038 DIVULG 26-02-2009 PUBLIC 27-02-2009 EMENT VOL-02350-12 PP-02375)

E também o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1 Região: TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RGPS. HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. **1. Não deve incidir contribuição previdenciária sobre o adicional acrescido à hora extraordinária, tendo em vista que o trabalhador recebe seu pagamento como uma indenização. 2. Apelação das autoras a que se dá parcial provimento.** (TRF-1 - AC: 29433 DF 0029433-20.2010.4.01.3400, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 02/12/2011, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.444 de 01/06/2012)

Referido conceito, também se aplica aos **adicionais noturno, de insalubridade, e, periculosidade**, visto que são verbas indenizatórias, por sua natureza própria, indenizando assim o trabalhador pelos serviços prestados em situações peculiares, de labor noturno, insalubre ou perigoso por suas naturezas.

E, seguindo a mesma orientação, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decidiu pela não incidência da Contribuição Previdenciária sobre o adicional noturno, insalubridade, periculosidade e horas extras:

"TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. COMPENSAÇÃO. LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 89, § 3º, DA LEI 8.212/91. IMPOSSIBILIDADE. DISPOSITIVO LEGAL

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

REVOGADO. COMPENSAÇÃO COM QUAISQUER TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. IMPOSSIBILIDADE. TAXA SELIC. ART. 170-A DO CTN. DÉBITOS VENCIDOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL RECONHECIDA. II - Não incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos ao empregado a título de horas extras e adicional noturno, porquanto tais verbas se revestem de caráter indenizatório, não sendo consideradas contraprestação pelo serviço realizado. Precedentes do STF, STJ e desta Corte. III - Em se tratando de compensação de crédito objeto de controvérsia judicial, é vedada a sua realização antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial, conforme prevê o art. 170-A do CTN, que não tem aplicação apenas às ações judiciais propostas em data anterior à vigência desse dispositivo, introduzido pela LC 104/2001 (Recurso repetitivo - REsp 1164452/MG). IV - A compensação das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos empregados/segurados far-se-á com contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social, nos termos do disposto no art. 26, parágrafo único, da Lei 11.457/2007. V - A compensação não deve se submeter à limitação imposta pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95, que alteraram o art. 89, § 3º, da Lei 8.212/91, porquanto houve a revogação do aludido dispositivo legal pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Precedentes do STJ e desta Corte. Nos termos do CTN e da remansosa jurisprudência de nossos Tribunais, a compensação poderá ocorrer com débitos vencidos ou vincendos. VI - Aplica-se a taxa SELIC nos casos de repetição e compensação de tributos, nos termos da Lei 9.250/95, art. 39, § 4º, incidindo desde 1º de janeiro de 1996, que não pode ser cumulada com qualquer outro índice, seja de juros ou atualização monetária. VII - Apelação parcialmente provida. Sentença reformada, para conceder, em parte, a segurança. (TRF-1 - AMS: 3433 BA 0003433-68.2010.4.01.3307, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 16/12/2011, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.1103 de 03/02/2012)

TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RGPS. PRESCRIÇÃO. ADICIONAIS DE HORA EXTRA, NOTURNO, PERICULOSIDADE.
INSALUBRIDADE E TRANSFERÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. 2. Não



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

deve incidir contribuição previdenciária sobre o adicional acrescido à hora extraordinária, uma vez que o trabalhador recebe seu pagamento como indenização. 3. Sobre os adicionais noturno, de periculosidade, de insalubridade e de transferência não incide a contribuição previdenciária em razão do caráter esporádico ou eventual do seu pagamento, devido enquanto perdurarem determinadas condições anormais de trabalho. 4. A compensação das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados far-se-á com contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social, nos termos do disposto no art. 26, parágrafo único, da Lei 11.457/2007. Aplicáveis, ainda, as diretrizes do art. 170 e 170-A do CTN. 5. A correção monetária do indébito tributário deverá incidir desde os recolhimentos indevidos dos valores, em decorrência da Súmula 162 do STJ, com aplicação da taxa SELIC, excluindo-se qualquer outro índice de correção monetária ou taxa de juros de mora (art. 39, § 4º, da Lei 9.250/1995). 6. Apelação da União e remessa oficial a que se nega provimento. Apelação da autora a que se dá parcial provimento.

(TRF-1 - AC: 163300920114013400 DF 0016330-09.2011.4.01.3400, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 21/02/2014, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.1084 de 25/04/2014)

Vale ainda dissertar que as importâncias pagas a título de indenização (aviso prévio indenizado e seu reflexo no décimo terceiro salário), ao contrário do ventilado no julgado recorrido, não correspondem a serviços prestados nem a tempo à disposição do empregador, não ensejando assim a incidência de contribuição previdenciária.

Como é cediço, a Legislação Trabalhista prevê que, em se tratando de contrato de trabalho por prazo indeterminado, a parte que, sem justo motivo, quiser a sua rescisão, deverá comunicar a outra a sua intenção com a devida antecedência.

[Assinatura manuscrita]

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

E, assim não sendo concedido referido aviso por parte do empregador, surge para o empregado o direito aos salários correspondentes ao período do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço (art. 487, § 1º, da CLT).

O pagamento decorrente da falta de aviso prévio, isto é, o aviso prévio indenizado, visa a reparar o dano causado ao trabalhador que não fora alertado sobre a futura rescisão contratual com a antecedência mínima estipulada na Constituição Federal, e, por não se tratar de verba salarial pura e simples não há que se falar em incidência da contribuição previdenciária.

E, como decorrência lógica da exclusão do aviso prévio indenizado da incidência da contribuição previdenciária, referido entendimento também deve ser aplicado sobre o aviso prévio indenizado e seu reflexo no décimo terceiro salário, o que restou afastado no julgado recorrido, conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça sob a ótica dos recursos repetitivos, no julgamento do REsp 1.230.957/RS, de Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, decidiu que não cabe contribuição previdenciária sobre referidas verbas: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTE VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA. 1. Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA. 1.2 Terço constitucional de férias. No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97). Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5 e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas". 2.2 Aviso prévio indenizado. A despeito da atual moldura legislativa (Lei 9.528/97 e Decreto 6.727/2009), as importâncias pagas a título de indenização, que não correspondam a serviços prestados nem a tempo à disposição do empregador, não ensejam a incidência de contribuição previdenciária. A CLT estabelece que, em se tratando de contrato de trabalho por prazo indeterminado, a parte que, sem justo motivo, quiser a sua rescisão, deverá comunicar a outra a sua intenção com a devida antecedência. Não concedido o aviso prévio pelo empregador, nasce para o empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço (art. 487, § 1º, da CLT). Desse modo, o pagamento decorrente da falta de aviso prévio, isto é, o aviso prévio indenizado, visa a reparar o dano causado ao trabalhador que não fora alertado sobre a futura rescisão contratual com a antecedência mínima estipulada na Constituição Federal (atualmente regulamentada pela Lei 12.506/2011). Dessarte, não há como se conferir à referida verba o caráter remuneratório pretendido pela Fazenda Nacional, por não retribuir o trabalho, mas sim reparar um dano. Ressalte-se que, "se o aviso prévio é indenizado, no período que lhe corresponderia o empregado não presta trabalho algum, nem fica à disposição do empregador. Assim, por ser ela estranha à hipótese de incidência, é irrelevante a circunstância de não haver previsão legal de isenção em relação a tal verba" (REsp 1.221.665/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23.2.2011). A corroborar a tese sobre a natureza indenizatória do aviso prévio indenizado, destacam-se, na doutrina, as lições de Maurício Godinho Delgado e Amauri Mascaro Nascimento. Precedentes: REsp 1.198.964/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 4.10.2010;

por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE REZAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

REsp 1.213.133/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 1º.12.2010; AgRq no REsp 1.205.593/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 4.2.2011; AgRq no REsp 1.218.883/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 22.2.2011; AgRq no REsp 1.220.119/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 29.11.2011. 2.3 Importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença. No que se refere ao segurado empregado, durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao empregador efetuar o pagamento do seu salário integral (art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91 com redação dada pela Lei 9.876/99). Não obstante nesse período haja o pagamento efetuado pelo empregador, a importância paga não é destinada a retribuir o trabalho, sobretudo porque no intervalo dos quinze dias consecutivos ocorre a interrupção do contrato de trabalho, ou seja, nenhum serviço é prestado pelo empregado. Nesse contexto, a orientação das Turmas que integram a Primeira Seção/STJ firmou-se no sentido de que sobre a importância paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença não incide a contribuição previdenciária, por não se enquadrar na hipótese de incidência da exação, que exige verba de natureza remuneratória. Nesse sentido: AgRq no REsp 1.100.424/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18.3.2010; AgRq no REsp 1074103/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 16.4.2009; AgRq no REsp 957.719/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 2.12.2009; REsp 836.531/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.8.2006. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ. (REsp 1230957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 18/03/2014)

Nesse sentido, recentemente também decidiu este E. Tribunal Regional Federal: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA: AVISO PRÉVIO INDENIZADO E SEU REFLEXO NO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS, ADICIONAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

NOTURNO, DE PERICULOSIDADE, E DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. COMPENSAÇÃO. TRIBUTOS DA MESMA ESPÉCIE E DESTINAÇÃO. REGIME JURÍDICO VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA DEMANDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA AGRAVADA. RECURSOS IMPROVIDOS. 1. O STJ pacificou o entendimento, em julgamento proferido na sistemática do artigo 543-C do Código de Processo Civil, sobre a não incidência de contribuição previdenciária nos valores pagos pelo empregador a título de aviso prévio indenizado e seu reflexo no décimo-terceiro salário. 2. O mesmo entendimento é aplicável ao décimo-terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado, como decorrência lógica da exclusão desta parcela da base de cálculo da exação. Precedentes. (TRF 3ª Região, PRIMEIRA TURMA, AMS 0004380-67.2012.4.03.6130, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA, julgado em 12/04/2016, e-DJF3 Judicial 1 DATA:09/05/2016)

Ora Nobres Ministros, é o caso em apreço, em que se discute as férias gozadas, adicionais de Horas Extras, Noturno, Insalubridade e Periculosidade, que como é cediço não há incorporação nos benefícios dos segurados na ocasião da aposentadoria, fugindo assim à regra do princípio da efetiva contribuição da previdência social.

E nesse diapasão, a nova redação do Art. 4º, § 1º, inciso X da Lei nº 10.887, de 18 de Junho De 2004, com redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de Julho de 2012, reconhece a não incidência da Contribuição Social sobre referidas verbas, o que não restou apreciado no v. acórdão recorrido:

“Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre:

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

XI - o adicional noturno;

XII - o adicional por serviço extraordinário;

Mutatis mutandis, referida norma deve ser aplicada também a Apelante, pois a União com a edição de novel lei acaba por reconhecer a não incidência da contribuição previdenciária sobre referidas verbas, devendo o presente apelo ser provido para esses fins.

E por fim devemos salientar da confissão da União com a edição da Lei 13.485/2017, em especial o Art. 11 da norma, que prevê expressamente a não incidência da contribuição previdenciária em rol meramente exemplificativo no qual inclui horas extras como não passível de incidência, reconhecendo assim o pleito da exordial, vejamos:

"Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:

- a) terço constitucional de férias;**
- b) horário extraordinário;**
- c) horário extraordinário incorporado;**
- d) primeiros quinze dias do auxílio-doença;**
- e) auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;**

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

§ 1º O encontro de contas de que trata o caput deste artigo poderá dispor sobre multas de mora e de ofício, juros de mora, encargo de sucumbência e demais encargos de natureza pecuniária, bem como sobre valores oferecidos em garantia ou sobre situações em que a interpretação da legislação relativa a obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

§ 2º O encontro de contas compreenderá matérias objeto de ações de repetição de indébito.

§ 3º O encontro de contas deverá ser conclusivo e final quanto à interpretação de conceitos indeterminados do direito ou à identificação e relevância do fato.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo de encontro de contas será de noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município.

§ 5º Não obstará a adesão ao parcelamento previsto nesta Lei a eventual discordância entre as partes, que deverá ser efetuado pelo valor ao final apurado no encontro de contas.

§ 6º O valor controvertido poderá ser objeto de revisão pelo Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal por meio de requerimento efetuado pelo Município interessado em até trinta dias contados da conclusão do encontro de contas.

§ 7º A diferença apurada ao final da revisão deverá ser deduzida ou incorporada ao parcelamento, atualizada na mesma forma dos índices constantes do art. 99 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 8º Fica instituído o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei."

Assim, em interpretação lógico sistemática admitida no direito tributário (resp nº é forçoso reconhecer que houve no caso o reconhecimento da procedência dos pleitos da Municipalidade em desfavor da União Federal, visto

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

que o teor do inciso IV do Art. 11 da Lei 13.485/2017, é expresso no sentido da não incidência da contribuição previdenciária sobre horário extraordinário.

Resta assim comprovada a não incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas indenizatórias descritas na prefacial conforme inúmeros julgados acima colacionados, bem como após o advento da Lei 13.485/2017, que em seu Art. 11, exclui as verbas da incidência da contribuição previdenciária.

Ademais, restou exaurida a Instância Ordinária, para que o Recurso Extraordinário interposto não esbarrasse na Súmula nº 281 do Excelso Pretório.

Dessa forma, ao Agravante sobram razões para clamar de forma veemente pela reforma da decisão ora combatida, o que se requer.

3 - DA CONCLUSÃO E PEDIDO DE NOVA DECISÃO

Demonstrados, como estão, o desacerto e a injustiça do despacho recorrido, cabendo, pois ao Supremo Tribunal Federal apreciar a matéria em sede de Recurso Extraordinário, espera o Agravante se digne o Ministro Relator do presente Agravo admiti-lo, deferir-lhe o prosseguimento e determinar a subida do Recurso Extraordinário, ou, presentes, como se acham, no anexo instrumento, elementos suficientes para o julgamento desse recurso, determinar, conforme seu arbítrio, a conversão deste Agravo naquele Recurso Extraordinário, para seu julgamento e provimento.

A interpretação superficial do texto constitucional e do Código de Processo Civil, a fundamentação "genérica" e a rejeição infundada e obstinada da discussão de regras, princípios e questões importantes desse direito estão

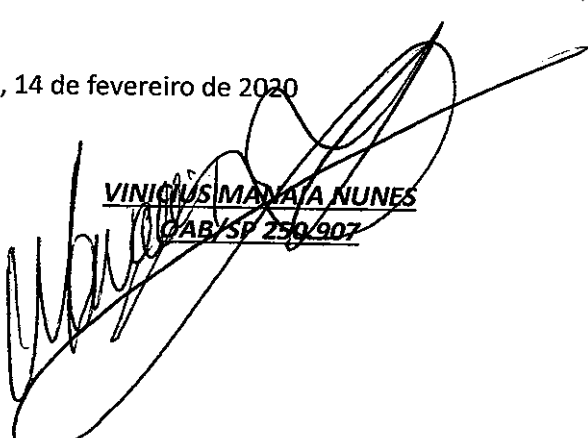
Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

consumando o julgamento *tout court*, que só o provimento deste recurso pode evitar.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020


VINICIUS MANATA NUNES
OAB/SP 250.907

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>

Consulta Processual - Visualizar Processo

Momento da consulta: sexta-feira, 14 de fevereiro de 2020 às 17:55

Número (CNJ, 20 dígitos)
0004877-82.2010.4.03.6120

Processo
2010.61.20.004877-1

Número de origem
0004877-82.2010.4.03.6120

Classe
327444 ApCiv (AMS) - SP

Vara
2 ARARAQUARA - SP

Data de autuação
14/01/2011

Partes

	Nome
Apelante	Município de Araraquara SP
Advogado	ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
Apelado(A)	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
Advogado	MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E AFONSO GRISI NETO

Relator
DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI

Assuntos

	Descrição
Assunto	Contribuição sobre a folha de salários - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
Detalhe 1++	Mandato Eletivo/Lei 9.506/97- Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
Detalhe 1++	Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Direito Tributário
Detalhe 1++	Compensação - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Direito Tributário
Detalhe 1++	Cadastro de Inadimplentes - CADIN - Procedimentos Fiscais - Direito Tributário
Detalhe 1++	MANDADO DE SEGURANÇA

Secretaria Responsável
SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA

Órgão julgador
PRIMEIRA TURMA

Localização
SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA (DX-EXP-98A)

Endereço
AV. PAULISTA, 1842 - 12º ANDAR - TORRE SUL

Número de volumes



Peticões

Número	Tipo	Parte	Entrada	Data de juntada
2011157584	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP	26/07/2011	26/08/2011
2011157585	RECURSO ESPECIAL	MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP	26/07/2011	26/08/2011
2011168629	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)	09/08/2011	26/08/2011
2012066325	CONTRARRAZÕES	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)	02/04/2012	20/04/2012
2012066328	CONTRARRAZÕES	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)	02/04/2012	20/04/2012
2012237391	SUBSTABELECIMENTO	MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP	29/10/2012	22/01/2013
2012244916	AGRAVO DENEGATÓRIO DE REX	MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP	08/11/2012	22/01/2013
2012244922	AGRAVO DENEGATÓRIO DE RESP	MUNICIPIO DE ARARAQUARA SP	08/11/2012	22/01/2013
2013039314	RESPOSTA AO AGRAVO	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)	25/02/2013	14/03/2013
2013039316	RESPOSTA AO AGRAVO	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)	25/02/2013	14/03/2013

Fases

Data	Descrição	Documentos
27/01/2020	JUNTADA DE CARTA DE ORDEM SEM PROTOCOLO POSITIVA	-
14/11/2019	EXPEDIDO CARTA DE ORDEM Nº7806721, FOI ENVIADA PARA ARARAQUARA/SP PELO PJE E RECEBEU O Nº5003929-40.2019.4.03.6120	-
05/11/2019	RECEBIDO PELA DAEX COM DESPACHO/DECISÃO GUIA NR. : 2019161170 ORIGEM : ASSESSORIA JUDICIARIA DA VICE-PRESIDENCIA	-

Assinar o RSS

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5 e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



REMESSA

Nesta data, faço a remessa destes autos à **PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL**, para vista.

São Paulo, 16.03.2020.

Wagner Christal
Técnico Judiciário - RF 2426

Wagner Christal

PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA FAZENDA NACIONAL

Nesta data, recebi estes autos da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência e tomei ciência da(s) r. decisão(ões) / do(s) agravo(s) interposto(s) (artigos 1021 e/ou 1042 do CPC).

() Nada a requerer. Não há interesse em apresentar recurso/resposta.

(x) Manifestação em separado. *Crinuto ao Agravo em Re.*

São Paulo, 16.03.2020.

Nádia V.

Nádia Varga Lima
Procuradora da Fazenda Nacional
SIAPE 1658025 OAB SP 280747



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região - SP/MS
Divisão de Defesa em 2ª Instância - DIDE2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TRF3 - 28/jul/2020 - 13:45



2020.011826 - AGREX/UVIP
GR

TRF3 - JUNTADA SP 10 10 2020
Servidor/RF

PROCESSO N°: 0004877-82.2010.4.03.6120

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA - SP
AGRAVADO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

A **UNIÃO**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (artigo 12, inciso V, da Lei Complementar n.º 73/93), por intermédio de seu Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, nos autos em epígrafe, com fulcro no **artigo 1042, § 3º, c/c artigos 219 e 183**, todos do **Código de Processo Civil em vigor (Lei nº 13.105/2015)**, apresentar **RESPOSTA DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO**, pelos motivos de fato e direito expostos a seguir.

São os termos em que pede deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 2020.


Nádia Varga Lima
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL



RESPOSTA DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Pela Agravada: **União (Fazenda Nacional)**

EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Eméritos Julgadores,

Trata-se de Agravo interposto em face de decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que **não admitiu** Recurso Extraordinário.

A r. decisão atacada deve ser mantida, pelos seus próprios fundamentos, razão pela qual não merece ser acolhido o Agravo ora interposto.

Seja como for, de fato, conforme consignado na decisão agravada, o acórdão vergastado solucionou a lide à luz da legislação infraconstitucional, de modo que a pretensa vulneração aos **artigos da Constituição Federal de 1988**, alegada pelo Agravante, caso existente, seria de natureza **indireta, reflexa**.

Entende esse Egrégio Supremo Tribunal Federal que, **se para provar contrariedade à Constituição, se deva, antes, demonstrar ofensa à lei ordinária, então é esta que conta para efeito de juízo de admissibilidade do recurso extraordinário** (RE 92.264/SP).

É que, em tese, toda violação à lei, de modo indireto, refletiria em consequente violação às regras constitucionais, na medida em que toda lei tem fundamento de validade em alguma norma do texto constitucional.

Mas tal fenômeno não autoriza que, para efeitos de admissibilidade de recurso extraordinário, sempre se dê relevo ou prevalência à dimensão constitucional da *quaestio iuris*, sob pretexto de a aplicação da norma ordinária encobrir ofensa à Constituição, porque esse expediente, de um lado, degradaria o valor referencial da Carta, barateando-lhe a eficácia, e, de outro, aniquilaria todo o alcance teórico das normas infraconstitucionais, enquanto materialização e desdobramento necessário do ordenamento, destinadas, que são, a dar atualidade, consequência e sentido prático ao conteúdo normativo inscrito nas disposições constitucionais.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região - SP/MS
Divisão de Defesa em 2ª Instância - DIDE2

4413

Exatamente por tal razão que essa Corte editou a **Súmula n.º 636**, de seguinte teor:

Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

Neste sentido, vale também transcreveras seguintes decisões:

E M E N T A: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS INSCRITOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. - **A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária.**

(Supremo Tribunal Federal, AI 760.346 AgR/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Celso de Mello, v. u., j. 29/06/2010, DJe 13/08/2010). (grifou-se)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESE DE CONHECIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE E AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE. SEST/SENAT. DEFICIÊNCIA DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA DEFINIR SUJEITO PASSIVO E ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DA REGRA DA LEGALIDADE (ART. 150, I DA CONSTITUIÇÃO). CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA DISCUSSÃO. 1. Recurso de embargos de declaração conhecido como agravo regimental, eis que interposto de decisão monocrática e com inequívoco intuito modificativo. 2. Ambas as Turmas desta Corte firmaram precedentes quanto à constitucionalidade da contribuição destinada ao custeio do SEST e do SENAT. 3. **Da forma como articulada, a violação da regra da legalidade é meramente reflexa ou indireta, pois os parâmetros de controle utilizados pelo acórdão recorrido foram a legislação ordinária e a infra-ordinária, sem a necessidade de reforço pela Constituição.** Houvesse a contrariedade aventada, ela se daria diretamente em relação ao texto da Lei 8.706/1993 e aos Decretos 1.007/1993 e 1.092/1994. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal, RE 474.717 ED/MG, Segunda Turma, Relator Ministro Joaquim Barbosa, v. u., j. 20/04/2010, DJe 11/06/2010) (grifou-se).

Assim, no presente caso, em que a violação aos dispositivos constitucionais apenas se daria de forma indireta, não deveria ser admitido o Recurso Extraordinário.

Cumpre ressaltar, ademais, que, como cediço e asseverado na decisão agravada, o domínio do recurso extraordinário não é adequado à análise de matéria infraconstitucional, de modo que não deveria, pois, neste ponto, seu apelo extremo ser admitido.





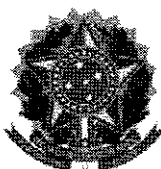
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região - SP/MS
Divisão de Defesa em 2ª Instância - DIDE2

Diante do exposto, a União requer que seja negado provimento ao Agravo, mantendo-se a r. decisão agravada que não admitiu o Recurso Extraordinário interposto.

São os termos em que pede deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 2020.

Nádia Varga Lima
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 - PRESI/GABPRES

Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e jurisdicionados em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço jurisdicional e da administração de modo a causar o mínimo impacto ao jurisdicionado;

CONSIDERANDO a necessidade padronizar os procedimentos de prevenção no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as seguintes medidas de prevenção:

a) Facultar aos magistrados que se sintam mais expostos aos riscos de contaminação do novo coronavírus (COVID 19), seja por baixa imunidade, idade ou doenças pré-existentes a possibilidade de realização de teletrabalho, mediante prévia comunicação à Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, devendo adotar as providências necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades jurisdicionais, bem como apresentar informações relativas a eventuais redesignações de audiências;

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006296902&infr...

b) Facultar aos servidores que se sintam mais expostos aos riscos de contaminação do novo coronavírus (COVID 19), seja por baixa imunidade, idade ou doenças pré-existentes a possibilidade de realização de teletrabalho, mediante prévia autorização da chefia imediata e apresentação de plano de trabalho posteriormente, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, não sendo aplicável ao caso o percentual mínimo previsto na Resolução PRESI nº 29/2016;

c) Determinar aos magistrados e servidores que tenham retornado de regiões consideradas endêmicas, como também àqueles que tiveram contato habitual com viajantes dessas regiões, o afastamento dos locais de trabalho pelo período de 14 dias, a partir da data de retorno ao Brasil ou do contato informado, com a realização de teletrabalho, adotando-se os mesmos procedimentos indicados nas alíneas a e b; acrescido de breve relato da situação pessoal e documentos que comprovem a possível exposição viral;

d) Recomendar aos Presidentes de Turmas e à Vice-Presidência deste Tribunal, bem como aos Presidentes das Turmas Recursais a conversão das sessões presenciais em virtuais, consoante o prazo que entenderem razoável;

e) Facultar aos magistrados a realização de audiências, inclusive de custódia de presos, por videoconferência, se entenderem razoável, bem como a limitação da presença às pessoas indispensáveis aos atos processuais;

f) Recomendar aos advogados públicos e privados, bem como aos representantes do Ministério Público Federal e ao público em geral que se limitem a comparecer pessoalmente às unidades do Tribunal ou da Justiça Federal quando estritamente necessário, de modo a reduzir o risco de contaminação e transmissão do vírus;

g) Recomendar ao Coordenador do Gabinete da Conciliação a suspensão das audiências de conciliação, pelo prazo de 14 (quatorze) dias;

h) Recomendar ao Diretor da Escola de Magistrados da 3ª Região e aos Diretores das Escolas de Servidores a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, pelo prazo de 14 (quatorze) dias;

i) Suspender a realização de perícias médicas de magistrados e servidores, pelo prazo de 14 (quatorze) dias;

j) Suspender a realização de perícias médicas judiciais, pelo prazo de 14 (quatorze) dias;

k) Suspender a realização de eventos comemorativos e culturais, pelo prazo de 14 (quatorze) dias;

l) Recomendar aos servidores a instalação em seus equipamentos particulares dos sistemas eletrônicos necessários para eventual prestação de serviço por teletrabalho;

§1º - As medidas previstas neste artigo poderão ser estendidas por igual período conforme a necessidade, mantidos os requisitos e procedimentos mencionados.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006296902&infr...



445

§2º - As chefias imediatas dos servidores que realizarão atividades em regime de teletrabalho por força da presente portaria deverão informar às respectivas áreas de gestão de pessoas para controle.

§3º - Os servidores que realizam atividades em regime de teletrabalho estão dispensados do comparecimento presencial periódico previsto na Resolução PRESI nº 29/2016 durante o período de vigência das medidas adotadas na presente portaria.

Art. 2º Caso o magistrado, servidor, ou estagiário apresente sinais e sintomas compatíveis com a doença Covid 19 – tais como febre, dor no corpo, coriza, tosse e/ou dificuldade respiratória – deverá procurar serviço de saúde para tratamento e diagnóstico, informando imediatamente à Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no caso dos magistrados e à chefia imediata no caso dos servidores e estagiários por e-mail ou telefone, além de adotar as providências necessárias para a obtenção de licença médica.

Art. 3º Determinar aos órgãos administrativos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e da Justiça Federal de 1º grau o reforço das medidas limpeza e desinfecção das superfícies e demais espaços (elevadores, maçanetas, cadeiras, mesas, aparelhos, bebedouros e equipamentos) com a utilização de detergente neutro, seguida de desinfecção (álcool 70% ou hipoclorito de sódio).

Art. 4º Determinar aos gestores dos contratos que notifiquem as empresas prestadoras de serviço de mão de obra para que informem eventuais casos suspeitos ou confirmados de contaminação de seu pessoal, bem como comprovem a adoção das medidas preventivas necessárias.

Art. 5º Determinar ao Setor de Informática que providencie um tutorial com orientações para a instalação do programa do PJe pelos próprios servidores em seus equipamentos particulares, bem como prestem auxílio quando necessário.

Art. 6º Determinar às unidades do Tribunal e da Justiça Federal de 1º grau que prestem atendimento ao público que adotem as medidas para informar a necessidade de se evitar cumprimentos por contato físico e para que guardem a distância mínima de um metro com o interlocutor, realizando os procedimentos de higienização.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor em 12 de março de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 12/03/2020, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Corregedor Regional**, em 12/03/2020, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

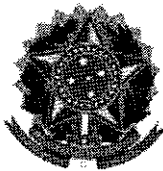


A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5601919** e o código CRC **E1B7AD7C**.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006296902&infr...



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35
Número do documento: 22050617384517200000242499633
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 2, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares à Portaria Conjunta nº 1/2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO as recomendações e alertas emitidos pelas autoridades federais e estaduais posteriormente à edição da Portaria Conjunta nº 1/2020, que determinaram o fechamento de estabelecimentos de ensino no Estado em virtude do contágio comunitário pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a redução dos meios de transporte coletivo determinada pelas autoridades competentes;

CONSIDERANDO os alertas emitidos pelas autoridades de saúde, em especial quanto ao acréscimo exponencial de casos no Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as medidas dispostas na Portaria Conjunta nº 1/2020, em face do agravamento da situação,

RESOLVEM:

Art. 1º - Determinar a suspensão pelo prazo de 30 dias, a partir de 17.03.2020:

- I - dos prazos processuais nos feitos físicos e eletrônicos em trâmite na Justiça Federal da 3ª Região;
- II - das inspeções ordinárias designadas para o período de vigência desta portaria;
- III - das audiências, sessões de julgamento e atos judiciais presenciais já designados, ressalvada a possibilidade da prática de referidos atos por meio eletrônico;
- IV - do atendimento ao público externo;
- V - do cumprimento dos mandados não urgentes por parte dos oficiais de justiça.

1/3



Art. 2º - Estender a possibilidade de realização de teletrabalho a magistrados e servidores em geral.

Parágrafo Único - Ao servidor que exerce atividade incompatível com o regime de teletrabalho poderá ser aplicado o regime de compensação de horas, a critério do gestor e da necessidade do serviço.

Art. 3º - Os magistrados que optarem pelo regime de teletrabalho deverão informar à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região o plano de atividades desenvolvido.

Art. 4º - As chefias imediatas dos servidores que optarem pelo regime de teletrabalho deverão informar às respectivas áreas de gestão de pessoas o plano de trabalho desenvolvido, nos termos da Resolução PRESI Nº 29/2016, não se aplicando as restrições nela estabelecidas.

Art. 5º - Os servidores que comparecerem presencialmente às unidades judiciárias e administrativas cumprirão jornada de trabalho de 06 (seis) horas ininterruptas, sem compensação futura dentro do horário de expediente das 09h00 às 19h00, adotando-se escala de trabalho.

Art. 6º - O atendimento às partes, aos advogados e a eventuais interessados estará disponível pelos e-mails institucionais das unidades judiciárias, que podem ser encontrados na página da internet da Justiça Federal, cabendo a cada unidade, durante o horário do expediente, avaliar a necessidade de atendimento presencial.

Art. 7º - Os processos com publicidade restrita não serão objeto de informação por telefone ou por e-mail.

Art. 8º - Os Juízes Diretores de Subseções ou Coordenadores de Fóruns, em comum acordo com os demais juízes da localidade, deverão elaborar escala que garanta permanência de ao menos dois servidores responsáveis para o atendimento presencial nas subseções e fóruns.

Art. 9º - Os estagiários ficam dispensados de comparecimento presencial, mediante posterior compensação das horas não trabalhadas, a critério dos respectivos Supervisores de Estágio.

Art. 10 - Fica mantido o funcionamento do plantão judiciário fora do horário do expediente, de acordo com as portarias respectivas.

Art. 11 - Ficam os gestores dos contratos de mão de obra terceirizada autorizados a tomarem as providências necessárias para redimensionamento do contingente de funcionários presentes nas unidades judiciárias e administrativas, sem alteração dos contratos.

Art. 12 - O Tribunal Regional Federal da 3ª Região irá monitorar diariamente as providências necessárias para enfrentamento do tema, atento também à manutenção da continuidade do serviço público.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário de atos normativos eventualmente editados por subseções da Justiça Federal da 3ª Região.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006310244462

Art. 14 - Ficam mantidas as disposições da Portaria Conjunta nº 01/2020 PRESI/GABPRES, de 12/03/2020, que sejam compatíveis com o presente ato.

Art. 15 – Esta Portaria Conjunta entra em vigor em 17 de março de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 16/03/2020, às 21:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 16/03/2020, às 21:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5614163** e o código CRC **9CC59A14**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5614163v9

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006310252&infr.

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

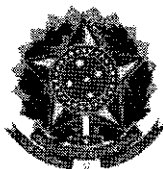
<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



448
M

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 3, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas nº 1 e 2 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Resolução nº 313 de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO,
no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da Resolução No. 313, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

RESOLVEM:

Art. 1º- A Justiça Federal da 3ª Região funcionará em regime de teletrabalho até 30.04.2020, nos termos já disciplinados na Portaria Conjunta PRES/CORE nº 2/2020.

§ 1º – Ficam dispensados de comparecimento pessoal os magistrados e servidores nos fóruns, prédios e demais unidades administrativas da Justiça Federal da 3ª Região.

§ 2º - O atendimento a advogados será feito exclusivamente pelos e-mails institucionais de cada unidade judiciária, sem prejuízo do regime de plantão ordinário em funcionamento fora do horário de expediente.

§ 3º - O magistrado avaliará a necessidade de comparecimento pessoal na hipótese de urgência ou risco de perecimento de direito, que ocorrerá tão somente se demonstrada a insuficiência de utilização dos sistemas eletrônicos.

Art. 2º - Os magistrados e servidores em plantão ordinário ficam dispensados de comparecimento pessoal nos fóruns, prédios e demais unidades administrativas da Justiça Federal da 3ª Região, aplicando-se o parágrafo 3º, do artigo 1º, desta Portaria.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006326377&infraestrutura=1

Art. 3º - Ficam suspensos os prazos dos processos judiciais e administrativos em tramitação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região até 30.04.2020.

Art. 4º - Está garantida a realização de sessões de julgamento virtuais, bem como a conversão de sessões de julgamento presenciais em virtuais.

Art. 5º - Os servidores que, por qualquer razão, não puderem desempenhar suas funções em regime de teletrabalho deverão compensar as horas da jornada de trabalho após o período de vigência da presente Portaria, na forma a ser estabelecida pela respectiva chefia imediata.

Art. 6º - Ficam mantidas as disposições da Portaria Conjunta nº 01/2020 e 02/2020 que sejam compatíveis com o presente ato.

Art. 7º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor em 20 de março de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 19/03/2020, às 19:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 19/03/2020, às 19:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

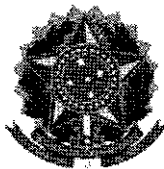


A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5627692** e o código CRC **C3480ED1**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5627692

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006326377&infr...

449
M

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 5, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1, 2 e 3 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO,
uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a prorrogação pelo Governo do Estado de São Paulo das medidas de isolamento social, em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), até o dia 10 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, de compulsória aplicação aos Tribunais Pátrios;

RESOLVEM:

Art. 1º- A Justiça Federal da 3ª Região funcionará em regime de teletrabalho até 15 de maio de 2020, nos termos já disciplinados nas Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 2/2020 e 3/2020, ou até ulterior deliberação, em função dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. Nos dias úteis, fora do horário forense regular, e nos finais de semana feriados, funcionará o plantão judiciário, disciplinado pelos atos normativos próprios.

Art. 2º - Manter a suspensão dos prazos dos processos judiciais e administrativos físicos exclusivamente, em tramitação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região até 15 de maio de 2020.

Parágrafo único. Fica assegurada a apreciação das medidas jurisdicionais de natureza cautelar e preventiva nos processos físicos, de molde a garantir a tempestiva prestação jurisdicional.

Art. 3º - Determinar a fluência dos prazos processuais nos processos judiciais administrativos eletrônicos, a partir de 4 de maio de 2020, sendo vedada a designação de atos presenciais.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006402125&infra_sistema=1...

Parágrafo único. A impossibilidade da prática do ato judicial ou administrativo nos processos eletrônicos deverá ser imediatamente comunicada ao Relator ou Juiz do feito, aplicando-se as disposições previstas na Resolução nº 314/2020 do CNJ.

Art. 4º - Está garantida a realização de sessões de julgamento virtuais, bem como a conversão de sessões de julgamento presenciais em virtuais, ou por meio de videoconferência, sejam os processos físicos ou eletrônicos.

Art. 5º - As audiências de processos físicos ou eletrônicos poderão ser realizadas por meio de videoconferência, consoante as orientações normativas da Corregedoria Regional.

Art. 6º - Ficam mantidas as disposições das Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 01/2020, 02/2020 e 03/2020 que sejam compatíveis com o presente ato e com a Resolução nº 314/2020 do CNJ.

Art. 7º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor a partir de 1º de maio de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 22/04/2020, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 22/04/2020, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

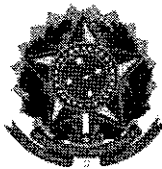


A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5697778** e o código CRC **1A51434F**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5697778

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006402125&infra_sistema=1...



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 6, DE 08 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1, 2, 3 e 5 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Resolução nº 318, de 7 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO,
uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a prorrogação pelo Governo do Estado de São Paulo das medidas de isolamento social, em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), até o dia 1º de junho de 2020;

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 318, de 7 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, de compulsória aplicação aos Tribunais Pátrios;

RESOLVEM:

Art. 1º - Ficam prorrogados para o dia 31 de maio de 2020 os prazos de vigência das Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 01/2020, 02/2020, 03/2020 e 5/2020.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 08/05/2020, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

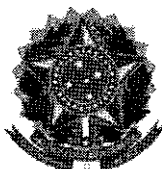


Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 08/05/2020, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5742244** código CRC **2705AB4D**.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006457941&infraestrutura_id=2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 7, DE 25 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1, 2, 3, 5 e 6 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Portaria nº 79, de 22 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 79, de 22 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, de compulsória aplicação aos Tribunais Pátrios;

RESOLVEM:

Art. 1º- Ficam prorrogados até o dia 14 de junho de 2020 os prazos de vigência das Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 01/2020, 02/2020, 03/2020, 5/2020 e 6/2020.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 25/05/2020, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 25/05/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

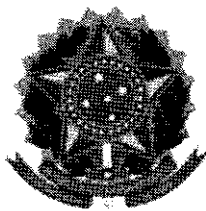


A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5783317** e o código CRC **0C920C0D**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5783317

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006501532&inf



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 8, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1, 2, 3, 5, 6 e 7 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a curva de contágio do novo Coronavírus (COVID-19) ainda se revela ascendente no Brasil;

CONSIDERANDO a edição da Resolução 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que prevê o restabelecimento das atividades jurisdicionais presenciais, a depender das condições sanitárias e de atendimento de saúde pública;

RESOLVEM:

Art. 1º- Ficam prorrogados até o dia 30 de junho de 2020 os prazos de vigência das Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 01/2020, 02/2020, 03/2020, 5/2020, 6/2020 e 7/2020.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior**, **Desembargador Federal Presidente**, em 03/06/2020, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos**, **Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 03/06/2020, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

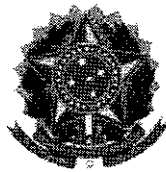


A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5809074** e o código CRC **FE1D3919**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5809074v

03/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 9, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre medidas complementares às Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1, 2, 3, 5, 6 7 e 8 de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o aumento da mortalidade e a ascensão da curva de contágio do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, de compulsória aplicação aos Tribunais Pátrios;

RESOLVEM:

Art. 1º- Ficam prorrogados até o dia 26 de julho de 2020 os prazos vigência das Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 1/2020, 02/2020, 03/2020, 5/2020 e 6/2020, 7/2020 e 8/2020.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 22/06/2020, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 22/06/2020, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5854930** e o código CRC **F13D19A0**.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006578007&inf...



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PORTARIA CONJUNTA PRES/CORE Nº 10, DE 03 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as medidas necessárias ao restabelecimento gradual das atividades presenciais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e Mato Grosso do Sul, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de postura conservadora para preservação da saúde de magistrados, servidores, advogados e usuários do sistema de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de protocolos e padrões setoriais específicos no âmbito das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, tendo em vista as condições heterogêneas de propagação do novo Coronavírus (COVID-19) e da capacidade de resposta do sistema de Justiça;

CONSIDERANDO os excelentes resultados obtidos com o desenvolvimento integral das atividades da Justiça Federal da 3ª Região de forma remota;

CONSIDERANDO a edição da Resolução 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que prevê o restabelecimento das atividades jurisdicionais presenciais, a depender das condições sanitárias e de atendimento de saúde pública;

RESOLVEM:

Art. 1º. O restabelecimento das atividades presenciais no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região dar-se-á a partir de 27 de julho de 2020 e observará os critérios e diretrizes estabelecidos no presente ato normativo.

§ 1º. O retorno será realizado gradualmente e terá como premissas a preservação da saúde de magistrados, servidores, agentes públicos, colaboradores, advogados e usuários em geral, a continuidade do serviço público de natureza essencial e a manutenção, tanto quanto possível, do atendimento remoto.

§ 2º. A primeira fase de retorno ao funcionamento das atividades presenciais disciplinada na presente portaria e iniciada na data fixada no plano de atividades desenvolvido e adotará as providências necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades jurisdicionais, bem como apresentará informações relativas à realização de audiências e outros atos judiciais realizados presencialmente.

Art. 2º. - Fica prorrogado o trabalho remoto extraordinário a magistrados e servidores até o dia 30 de outubro de 2020.

§ 1º. Os magistrados que realizarem trabalho remoto extraordinário informarão à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região o plano de atividades desenvolvido e adotarão as providências necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades jurisdicionais, bem como apresentará informações relativas à realização de audiências e outros atos judiciais realizados presencialmente.

§ 2º. Aos servidores que permanecerem em trabalho remoto extraordinário mantêm-se afastadas as restrições estabelecidas na Resolução PRES Nº 29/2016 e alterações posteriores, permanecendo válidos os Planos de Trabalho atualmente vigentes.

§ 3º. Fica facultado ao gestor da unidade determinar o comparecimento presencial parcial dos servidores que permanecerem em trabalho remoto extraordinário, a fim de possibilitar o revezamento, de forma a atender o art. 3º, § 1º, bem como possibilitar a manutenção do distanciamento social.

§ 4º. Para atendimento do parágrafo anterior, o gestor certificará no respectivo processo informando a quantidade de dias presenciais, para fins de pagamento do auxílio-transporte, sendo exigido o registro eletrônico do ponto nos dias de comparecimento presencial.

Art. 3º. As chefias imediatas deverão informar às respectivas áreas de gestão de pessoas o encerramento do plano de trabalho, no caso de servidores que retornem ao trabalho presencial.

Parágrafo único. A realização do trabalho remoto extraordinário deverá ser compatível com o retorno gradual das atividades presenciais, assegurando-se percentual mínimo de servidores para o atendimento presencial aos usuários nas diversas unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006615505&infraestrutura=1

Art. 4º. O restabelecimento gradual das atividades presenciais no âmbito do Tribunal e da Seção Judiciária de São Paulo, a partir de 27 de julho de 2020, observará as mesmas fases estabelecidas pelo Governador do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto n.º 64.994, de 28 de maio de 2020, de acordo com a evolução da COVID-19 e da capacidade de resposta do sistema de saúde.

§ 1º. Visando a necessidade de manter o menor tempo possível de exposição, o retorno das atividades presenciais respeitará os seguintes limites e horários de trabalho:

Fase	Percentual Máximo de servidores para atividades presenciais	Jornada reduzida de trabalho	Horário de Funcionamento
1 - Vermelha	X	X	X
2 - Laranja	20%	4 horas	13 às 17h
3 - Amarela	40%	6 horas	13 às 19h
4 - Verde	60%	6 horas	13 às 19h

§ 2º. A jornada presencial é única, sem necessidade de complementação futura, e deverá ser cumprida de forma ininterrupta e no horário definido nesta norma, devendo o gestor zelar para que não ocorra o comparecimento antecipado e a permanência prolongada, exceto as situações ocorridas por absoluta necessidade do serviço e no interesse público, devidamente justificadas.

§ 3º. Fica vedada a compensação de horas não trabalhadas durante a quarentena, prevista nas Portarias Conjuntas PRES/CORE que dispuseram sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública (COVID-19).

§ 4º. Enquanto a classificação da região a que pertence a Subseção Judiciária permanecer na fase 1 - Vermelha, as atividades da Justiça Federal continuarão a ser prestadas exclusivamente de forma remota, nos termos que estabelecem as Portarias Conjuntas PRES/CORE n.º 1/2020, 02/2020, 03/2020, 5/2020 e 6/2020, 7/2020, 8/2020 e 9/2020, não se aplicando as normas transitórias previstas no presente ato normativo.

§ 5º. A passagem de uma para outra fase ocorrerá de acordo com a classificação determinada pelo Governo do Estado de São Paulo, devendo as Subseções Judiciárias afetadas adaptarem-se tão logo haja alteração das condições sanitárias respectivas.

Art. 5º. Na Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, o percentual máximo de permanência de servidores para o atendimento presencial não deverá exceder a 40% do total de servidores, com jornada de atendimento de 6 (seis) horas diárias, e horário de funcionamento das 12h00min às 18h00min.

§ 1º. O percentual poderá ser ampliado para até 80%, a critério da Diretoria do Foro, se as condições sanitárias permitirem.

§ 2º. Aplica-se o disposto no artigo anterior, no que couber, à Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul.

Art. 6º. A fim de evitar a aglomeração de pessoas e possibilitar o agendamento do atendimento presencial, quando necessário, os prazos dos processos físicos voltarão a fluir a partir do dia 3 de agosto de 2020, exceto, no que tange à Seção Judiciária de São Paulo, se a Subseção Judiciária se encontrar na fase vermelha - 1, caso em que referidos prazos permanecerão suspensos.

Art. 7º. O acesso às unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário será restrito aos magistrados, servidores, estagiários, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados, peritos e auxiliares da Justiça, assim como às partes e interessados que demonstrarem necessidade de atendimento presencial.

§ 1º. O atendimento presencial de advogados e do público externo deverá ser agendado previamente por meio dos e-mails institucionais respectivas unidades jurisdicionais.

§ 2º. O atendimento de advogados e do público externo nas unidades administrativas do Tribunal e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul será feito por prévio agendamento por meio do e-mail institucional.

Art. 8º. As audiências e sessões de julgamento deverão ser realizadas, preferencialmente, por meio virtual ou videoconferência, nos termos da Resolução 343, de 14 de abril de 2020, somente sendo realizadas por meio presencial, ou mistas, se justificadas por decisão judicial e não houver possibilidade de utilização dos sistemas atualmente disponíveis, observadas as condições necessárias de distanciamento social, limite máximo de pessoas no mesmo ambiente e atendidas as condições sanitárias recomendadas na Resolução 322 do CNJ.

Art. 9º. As perícias judiciais, quando necessária sua realização, poderão ser realizadas no recinto dos fóruns e unidades administrativas, mas deverá ser observado intervalo que impeça a aglomeração de partes, advogados e peritos e respeitadas as normas sanitárias para a realização do ato.

Parágrafo único. Para o específico fim de realização de perícias, os fóruns poderão funcionar em horários diferenciados, quando será permitido o acesso exclusivo das partes e acompanhantes.

Art. 10. Estão suspensas as atividades acadêmicas e de treinamento presenciais enquanto perdurar o regime especial disciplinado nesta Portaria.

Art. 11. Competirá à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais e ao Gabinete da Conciliação a expedição de atos complementares ao presente ato normativo, observando as necessidades específicas dos respectivos setores.

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006615505&infr...

Art. 12. No âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau, as Diretorias do Foro das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul editarão as normas necessárias ao funcionamento dos setores administrativos e fóruns, compatíveis com a presente portaria.

Parágrafo Único – As Diretorias do Foro das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul estabelecerão protocolos de higiene, limpeza e segurança de modo a preservar a saúde de servidores, magistrados e do público externo e zelarão por seu controle e fiscalização, inclusive das atividades terceirizadas.

Art. 13. Os órgãos referidos nos arts. 11 e 12 encaminharão imediatamente à Presidência os atos normativos expedidos e as medidas concretas adotadas por intermédio do e-mail planoderetorno@trf3.jus.br.

Art. 14. A Presidência do Tribunal editará ordem de serviço disciplinando o retorno gradual ao trabalho presencial no âmbito de suas secretarias.

Art. 15. Os magistrados e servidores em plantão ordinário ficam dispensados de comparecimento pessoal nos fóruns, prédios e demais unidades administrativas da Justiça Federal da 3ª Região, devendo avaliar a necessidade de comparecimento pessoal na hipótese de urgência ou risco de perecimento de direito, que ocorrerá tão somente se demonstrada a insuficiência da utilização dos sistemas eletrônicos.

Art. 16. Quanto ao cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça, deverá ser priorizada a intimação por meio eletrônico ou virtual, sendo admissível o cumprimento pessoal desde que não exista risco à saúde do servidor e não resulte em aglomeração de pessoas ou reuniões em ambientes fechados.

Art. 17. Eventuais dúvidas quanto à aplicação da presente portaria podem ser encaminhadas por magistrados e servidores para o e-mail planoderetorno@trf3.jus.br.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 03/07/2020, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 03/07/2020, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sci/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5889659** e o código CRC **843D9900**.

0008022-83.2020.4.03.8000

5889659v9

https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000006615505&infr...

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência
Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais - DAEX



REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos
ao **Supremo Tribunal Federal – STF**, via **Nurt-Núcleo**
de Remessa aos Tribunais Superiores.

São Paulo, 10/08 /2020.

Wagner Christal
Técnico Judiciário – RF 2426

Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais - DAEX



457

Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Processamento Inicial
Recebimento de Recursos

TERMO DE REMESSA

Remeto, ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região - SP, o presente processo que passa a tramitar nesta Corte como ARE 778638 na forma eletrônica. Ressalta-se que as novas peças foram digitalizadas e incluídas nos autos restabelecidos em formato eletrônico.

Brasília, 01 de outubro de 2020.




Aélica da Silva
Técnica Judiciária
Mat. 3322

Acesso ao envio de peça processual
NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Página de acesso ao envio 0000111430

Último e-mail enviado:	22/06/2021 00:25:11 para nurt@trf3.jus.br
Processo relacionado à peça:	201061200048771
Data da última baixa:	24/06/2021 14:28:25
Situação do envio:	<input checked="" type="radio"/> RECEBIDO
Fase lançada:	<input checked="" type="radio"/> NÃO

TRF3 – 29/jun/2021 – 13:29



2021.004970 – COPEL/NURT
NURT 05B

TRF3 – JUNTADA SR

Servidor/RF

00048778220104086120.pdf
(/BaixaEletronica/Envio/Download?
c=AnrdE42kZSb1s8ATxyPL6J3TQna66pP6fGcloBBM



459

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (Vol. 3, fl. 92):

“PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINCULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.

3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código A6D9-B68F-70ED-9126 e senha 6439-D855-B1B2-D652

possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

5. O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário."

6. Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

7. Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.

8. A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.

9. Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento".

Opostos Embargos de Declaração, este foram rejeitados (Vol. 4, fl. 71).

No apelo extremo (Vol. 4, fl. 31), interposto com amparo no art. 102, III, "a", a parte recorrente sustenta que houve violação aos artigos 7º, XVII; e 201, § 11º, da Constituição Federal. Em suma, defende a inexigibilidade da contribuição previdenciária patronal sobre horas-

extras, por tratar-se de verba de natureza indenizatória.

O Tribunal de origem negou seguimento ao apelo, declarando a intempestividade do recurso, haja vista que apresentado antes da publicação do acórdão que julgou os Embargos de Declaração (Vol. 5, fl. 11)

Interposto Agravo, a Presidência desta SUPREMA CORTE determinou o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para aguardar o julgamento do Tema 163, da repercussão geral (Vol. 6).

Em juízo de retratação, o Tribunal de origem afastou a aplicação do Tema 163, haja vista que referente a servidores públicos. No mais, manteve a decisão recorrida, ao fundamento de que o Tema 20, da repercussão geral, não afasta a necessidade de se analisar, no caso concreto, a habitualidade da verba paga (Vol. 21, fl. 7).

Interposto novo Agravo, a Presidência determinou a distribuição dos autos.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão

ARE 778638 / SP

constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é firme no sentido de que a controvérsia acerca da natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo trabalhador, para fins de incidência da contribuição previdenciária, demanda o reexame de legislação infraconstitucional. Nesse sentido, citem-se precedentes de ambas as Turmas desta CORTE:

“DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NATUREZA JURÍDICA. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES. 1. Nos termos da jurisprudência da Corte, a controvérsia relativa à natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo contribuinte, para fins de incidência

da contribuição previdenciária, demanda o reexame da legislação infraconstitucional. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 968.110-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 10/2/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS BASEADA NA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA. 1. A jurisprudência do Supremo se consolidou no sentido de ser infraconstitucional a discussão acerca da incidência de tributos, notadamente contribuição previdenciária ou imposto de renda, baseada na natureza da verba. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC. (RE 1.013.951-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 5/9/2017).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

Publique-se.

ARE 778638 / SP

Brasília, 29 de outubro de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código A6D9-B68F-70ED-9126 e senha 6439-D855-B1B2-D652

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Num. 249744462





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR ALEXANDRE DE MORAES DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 778.638
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
AGRAVADO: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 45.276.128/0001-10, com sede à Rua São Bento, nº 840 - Centro / CEP.: 14.801-901, Fone.: (016) 3301-5000 (PABX), neste representado por seu procurador que a presente subscreve, com escritório profissional estabelecido na Rua São Bento, 840, no Município de Araraquara, CEP 14801-901, tel. 16 3301-5000, endereço eletrônico: viniciusmanaia@gmail.com, vem mui respeitosamente, interpor **AGRAVO INTERNO/REGIMENTAL** nos termos do art. 1.021 do Código de Processo Civil e do art. 317 do Regimento interno deste Supremo Tribunal Federal em face da r. decisão publicada em 5 de novembro de 2020, que conheceu do agravo de instrumento interposto pela Municipalidade e negou provimento ao mesmo sob o argumento da inocorrência de ofensa a dispositivo constitucional.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Requer-se, assim, o recebimento do presente para eventual juízo de reconsideração/retratação, e, após, se mantida a referida decisão, seja o mesmo submetido ao órgão competente para julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2020

VINICIUS MANAIA NUNES
Procurador Municipal
OAB/SP 250.907



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

AGRAVO INTERNO/REGIMENTAL

EXCELSO PRETÓRIO,

COLEDA TURMA,

NOBRES MINISTROS!

1. TEMPESTIVIDADE – PREPARO - SINTESE NECESSÁRIA

De plano, insta consignar que o presente recurso se mostra tempestivo, visto que a r. decisão foi publicada em 5 de novembro de 2020 e o prazo fatal para interposição do presente recurso somente se escoará em 19 de novembro de 2020.

Com efeito, a Agravante não pode deixar de registrar seu inconformismo com relação à decisão denegatória de agravo em recurso extraordinário interposto pela Municipalidade, requerendo seja a mesma reformada através do presente Agravo, determinando-se o julgamento do recurso precedente.

O Ilustre Ministro fundamentou sua decisão no sentido de que a discussão travada nos autos se refere a dispositivo infraconstitucional inadmitindo assim a discussão no Supremo Tribunal Federal, vez que na visão do mesmo não há dispositivo constitucional infringido.

Sua Excelência anexa precedentes do próprio Supremo Tribunal Federal que negaram seguimento a recursos extraordinários sob o argumento de que seria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, assim fundamentando:

"Além disso, a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é firme no sentido de que a controvérsia acerca da natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo trabalhador, para fins de incidência da contribuição previdenciária, demanda o reexame de legislação infraconstitucional."

Entretanto, conforme as razões do pedido de reforma abaixo aduzidas, tal interpretação, *data venia*, não corresponde ao entendimento esposado nos casos postos a exame perante este Supremo Tribunal Federal **no Recurso Extraordinário nº 593.068 (tema 163-verbas indenizatórias servidores públicos), e Recurso Extraordinário nº 1.072.485 (tema 985 - terço de férias e sua natureza indenizatória), bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 (tema 72 - INSS sobre auxílio maternidade) - Cota Patronal.**

2. RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO ORA AGRAVADA

Conforme acima exposto, em diversas oportunidades o Supremo Tribunal Federal analisando a questão decidiu pela incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente demanda, não havendo assim razão para a não apreciação do Recurso Extraordinário regularmente interposto atinente a cota patronal do Município ora recorrente, senão vejamos:

Em razões recursais o Recorrente apontou que o **Recurso Extraordinário n. 593.068, com repercussão geral reconhecida nos termos do Art. 543-B do CPC/1973, no qual o Excelso Pretório, afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas adicionais do salário, como horas extras e adicional de insalubridade e periculosidade,** o que deve ser analisado no recurso do Recurso, mormente em face

Para 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS, JES e PEDRO EVANGELISTA MONTENEGRO NETO
 Para a validade das assinaturas, acesse o site: <https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>
 ou acesse o aplicativo "Assinatura Eletrônica" no celular.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

princípio constitucional da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, e do regime jurídico único dos servidores federais, estaduais e municipais previsto no Art. 39 da Constituição Federal, visto que o Recurso Extraordinário nº 593.068 trata da questão de questão atinente a servidores públicos de uma maneira em geral.

Em referido julgamento o Eminentíssimo Ministro Relator Luís Roberto Barroso, assim disserta às fls. 11:

"De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88."

Restou também consignado no mesmo voto:

"A base econômica sobre a qual incide a contribuição previdenciária dos servidores públicos consiste na sua remuneração (CF, art. 40, § 3º). Ela vem definida no art. 201, § 11, da CF/88, que tem a seguinte redação: "os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios". Tal dispositivo é aplicável por remissão expressa ao art. 40, § 3º, e por força da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social ao regime próprio, nos termos preconizados pelo art. 40, § 12, CF/88."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Em referido voto foi observada a jurisprudência do STF como declinado em razões recursais, que até o momento exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas adicionais ao salário. Que se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeitas à tributação, in verbis: **"O conjunto normativo é claríssimo no sentido de que a base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária só deve computar os ganhos habituais e os que têm reflexos para aposentadoria"**.

Foi relatado no caso, ainda, que o sistema previdenciário, tanto do Regime Geral de Previdência Social (para os trabalhadores celetistas), quanto do regime próprio dos servidores públicos, tem caráter contributivo e solidário, o que impede que haja contribuição sem o correspondente reflexo em qualquer benefício efetivo (caráter contributivo da previdência social). Referido entendimento foi seguido pelos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, declinando assim a maioria para dar provimento ao Recurso dos contribuintes.

Do contrário, a regra esculpida no art. 40, § 2º e 3º da Constituição Federal, antes da redação conferida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, não se aplicaria aos servidores públicos celetistas, **permitindo assim o percebimento de benefício previdenciário superior à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, gerando verdadeiro colapso tanto no sistema previdenciário como na prestação de serviços públicos, visto que em eventual afastamento temporário do servidor o benefício previdenciário seria superior aos vencimentos da ativa, desestimulando o mesmo a retornar ao trabalho.**

E nesse sentido vejamos a discussão em plenário do saudoso Ministro Teori Zavascki com o Ministro Barroso:

"O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas, Ministro Barroso, a dificuldade é a seguinte: nós estamos falando da previdência pública; se nós aprovarmos essa tese, na previdência pública, com mais razão, nós vamos ter



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

que aplicar para o regime geral, onde a lei estabelece a base de cálculo tal da remuneração, e o benefício não tem nada a ver com isso. Quer dizer, nós vamos ter que transportar a mesma tese para a previdência geral."

Assim também o Ministro Gilmar Mendes:

"E com repercussão, porque estamos decidindo o caso dos servidores públicos, mas, certamente, isso terá repercussão direta na previdência geral, no regime geral de previdência."

E novamente o eminente Ministro Teori Zavascki:

"De modo que a decisão que se tomar em relação ao regime especial - salientando que o § 3º trata do cálculo de provento de aposentadoria, não trata de base de contribuição - vai ter reflexo não apenas nos regimes públicos, mas também no regime geral."

Assim, o caso deve ser apreciado de acordo com o entendimento consolidado no Recurso Extraordinário nº 593.068, que analisou a questão da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente contenda.

É incontestável que a jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal** e também do **Superior Tribunal de Justiça** é reiterada no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre vantagens remuneratórias de servidor público que não sejam passíveis de incorporação aos seus proventos de aposentadoria.

E, assim, a matéria deve ser submetida ao Plenário Virtual, para reafirmação de jurisprudência, nos termos do art. 323-A do RISTF, em razão de que o tema tem grande relevância e repercussão, tornando conveniente uma deliberação mais detalhada e sistemática.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

E, no julgamento pelo plenário dois fundamentos principais devem ser observados quanto à orientação dominante neste Supremo, acerca da não incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público: (i) a natureza indenizatória destas parcelas não se amoldaria ao conceito de remuneração, **base econômica da contribuição previdenciária dos servidores;** **(ii) a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incorporáveis aos proventos dos servidores desconsideraria a dimensão contributiva do regime próprio de previdência, violando a disposição prevista nos Arts. 39 e 40 §3º da Constituição Federal, conferindo assim segurança jurídica aos Municípios.**

Veja-se, então, que tanto para o regime geral quanto para o regime próprio a base de cálculo da contribuição previdenciária é o salário ou a remuneração do empregado ou do servidor, aos quais devem ser incorporados os chamados “ganhos habituais”. Tal incorporação se dá tanto para fins de incidência do tributo como para cálculo dos benefícios. A consequência inexorável, portanto, é que o que não constitua ganho incorporável aos proventos da aposentadoria não sofre a incidência da contribuição previdenciária. **O tratamento constitucional da questão, portanto, é expresso, não demandando sequer integração interpretativa mais complexa.**

A Emenda Constitucional nº 20/1998 previu que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor e **não poderão excedê-los (art. 40, §§ 2º e 3º, CF/88)**. Ademais, diante da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social (art. 40, § 12, CF/88), o regime próprio também se sujeita ao art. 195, § 5º, da CF/88, segundo o qual “*nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.*” É importante observar que, a despeito da Emenda Constitucional nº 41/2003 ter reforçado o caráter solidário do regime, **foi mantida a natureza contributiva.**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Note-se que essa lógica se aplica tanto ao regime geral de previdência social quanto ao regime próprio. Todavia, os §§ 2º e 3º do art. 40 da CF/88 enfatizam a pertinência desta assertiva no âmbito do regime próprio. De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88.

Portanto, a base econômica contributiva será sempre a remuneração percebida pelo servidor, tanto para o cálculo da contribuição previdenciária PATRONAL quanto para a retenção dos segurados, desde que não ultrapasse os vencimentos da ativa, nos termos do Art. 40 §2º e 3º da CF.

E, no mesmo sentido, o Recurso Extraordinário nº 1.072.485, objeto do tema nº 985, que discute a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço o de férias, também se encontra sob análise deste Excelso Pretório.

Ressalte-se que a r. decisão denegatória de Recurso Extraordinário não deve prevalecer pois no Recurso Extraordinário nº 576.967, este Excelso Pretório analisou no tema nº 72, que não incide a contribuição previdenciária sobre o salário maternidade fixando a seguinte tese:

Ementa: Direito constitucional. Direito tributário. Recurso Extraordinário com repercussão geral. Contribuição previdenciária do empregador. Incidência sobre o salário-maternidade. Inconstitucionalidade formal e material. 1. Recurso extraordinário interposto em face de acórdão do TRF da 4ª Região, que entendeu pela constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária "patronal" sobre o salário-maternidade. 2. O salário-maternidade é prestação previdenciária paga pela Previdência Social





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

à segurada durante os cento e vinte dias em que permanece afastada do trabalho em decorrência da licença-maternidade. Configura, portanto, verdadeiro benefício previdenciário. 3. Por não se tratar de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, o salário-maternidade não se amolda ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Como consequência, não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador, não encontrando fundamento no art. 195, I, a, da Constituição. Qualquer incidência não prevista no referido dispositivo constitucional configura fonte de custeio alternativa, devendo estar prevista em lei complementar (art. 195, §4º). Inconstitucionalidade formal do art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91. 4. Esta Corte já definiu que as disposições constitucionais são legitimadoras de um tratamento diferenciado às mulheres desde que a norma instituidora amplie direitos fundamentais e atenda ao princípio da proporcionalidade na compensação das diferenças. No entanto, no presente caso, as normas impugnadas, ao imporem tributação que incide somente quando a trabalhadora é mulher e mãe cria obstáculo geral à contratação de mulheres, por questões exclusivamente biológicas, uma vez que torna a maternidade um ônus. Tal discriminação não encontra amparo na Constituição, que, ao contrário, estabelece isonomia entre homens e mulheres, bem como a proteção à maternidade, à família e à inclusão da mulher no mercado de trabalho. Inconstitucionalidade material dos referidos dispositivos. 5. Diante do exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, prevista no art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91, e proponho a fixação da seguinte tese: “É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade”. (RE 576967, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020,





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-254 DIVULG 20-10-2020 PUBLIC 21-10-2020)

Desse modo, o r. despacho recorrido, deve ser reformado, visto que, tanto no Recurso Extraordinário nº 1.072.485, como no Recurso Extraordinário nº 576.967, e no Recurso Extraordinário nº 593.068, houve a apreciação da incidência ou não da contribuição previdenciária sob a índole constitucional da matéria, devendo assim o caso posto em Agravo Regimental ser apreciado pelo Plenário Virtual nos termos do Art. 323 – A, do Regimento Interno deste Excelso Pretório.

Ora, nobres Ministros, em três recursos extraordinários com repercussão geral declarada houve pronunciamento desta Corte acerca da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre: salário maternidade, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, terço de férias, dentre outras verbas, merecendo assim reforma a r. decisão que conheceu e negou seguimento ao agravo de despacho denegatório de Recurso Extraordinário sob o argumento da discussão ser tão somente infraconstitucional.

Dessa maneira, a questão posta em análise já teve diversas manifestações desta Corte acerca da não incidência das contribuições previdenciárias patronais, mormente no julgado no Recurso Extraordinário nº 593.068 com repercussão geral, que decidiu pela não incidência das verbas objeto da presente demanda, bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 também com repercussão geral, que decidiu pela não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário maternidade, tendo assim que ser aplicada no caso o princípio da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, bem como em face da primazia do regime jurídico único entre os servidores das três esferas governamentais previsto no art. 39 da CF.

De se mencionar, ainda, a confissão da União e a perda de objeto superveniente da presente demanda em favor do Recorrente com a edição da Lei





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

13.485/2017, em especial seu art. 11, que prevê expressamente a não incidência da contribuição previdenciária em rol meramente exemplificativo no qual inclui horas extras como não passível de incidência, reconhecendo assim o pleito da exordial, vejamos:

“Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:

a) terço constitucional de férias;

b) horário extraordinário;

c) horário extraordinário incorporado;

d) primeiros quinze dias do auxílio-doença;

e) auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796,





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

§ 1º O encontro de contas de que trata o caput deste artigo poderá dispor sobre multas de mora e de ofício, juros de mora, encargo de sucumbência e demais encargos de natureza pecuniária, bem como sobre valores oferecidos em garantia ou sobre situações em que a interpretação da legislação relativa a obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

§ 2º O encontro de contas compreenderá matérias objeto de ações de repetição de indébito.

§ 3º O encontro de contas deverá ser conclusivo e final quanto à interpretação de conceitos indeterminados do direito ou à identificação e relevância do fato.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo de encontro de contas será de noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município.

§ 5º Não obstará a adesão ao parcelamento previsto nesta Lei a eventual discordância entre as partes, que deverá ser efetuado pelo valor ao final apurado no encontro de contas.

§ 6º O valor controvertido poderá ser objeto de revisão pelo Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal por meio de requerimento





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

efetuado pelo Município interessado em até trinta dias contados da conclusão do encontro de contas.

§ 7º A diferença apurada ao final da revisão deverá ser deduzida ou incorporada ao parcelamento, atualizada na mesma forma dos índices constantes do art. 99 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 8º Fica instituído o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei."

Assim, por meio da interpretação lógico-sistemática da norma tributária, forçoso reconhecer que houve, no caso, o reconhecimento da procedência dos pleitos da Municipalidade em desfavor da União Federal, visto que o teor do inciso IV do art. 11 da Lei 13.485/2017, é expresso no sentido da não incidência da contribuição previdenciária sobre horário extraordinário, bem como em outros salários condição, a cargo do empregador (cota patronal).

Resta assim comprovada a não incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas descritas na prefacial conforme inúmeros julgados acima colacionados, bem como após o advento da Lei 13.485/2017, que em seu art. 11 exclui as verbas da incidência da contribuição previdenciária.

Ademais, restou exaurida a Instância Ordinária, para que o Recurso Extraordinário interposto não esbarrasse na Súmula nº 281, desse Excelso Pretório para análise do PLENO DESTA CORTE.

Dessa forma, ao Agravante sobram razões para clamar de forma veemente pela reforma da decisão ora combatida, o que se requer.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

3 - DA CONCLUSÃO E PEDIDO DE NOVA DECISÃO

Demonstrado o desacerto e a injustiça do r. despacho recorrido, cabe, pois cabe ao pleno desse Supremo Tribunal Federal apreciar a matéria em sede de Recurso Extraordinário, como feito nos Recursos Extraordinários nº 593.068, 1.027.485 e 576.967, temas com repercussão geral declarada, esperando o Agravante se digne o Ministro Relator do presente recurso admiti-lo, deferir-lhe o prosseguimento e determinar a subida do Recurso Extraordinário, ou, presentes, como se acham, no presente instrumento, elementos suficientes para o julgamento desse recurso, determinar, conforme seu arbítrio, a conversão deste Agravo naquele Recurso Extraordinário, para seu julgamento e provimento.

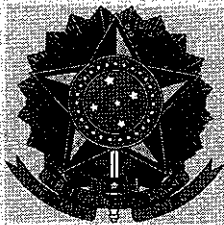
A interpretação superficial do texto constitucional e do Código de Processo Civil, a fundamentação "genérica" e a rejeição infundada e obstinada da discussão de regras, princípios e questões importantes desse direito estão consumando o julgamento *tout court*, que só o provimento deste recurso pode evitar.

Protesta outrossim, pela oportunidade de realização de sustentação oral no pleno deste Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2020

VINICIUS MANAIA NUNES
Procurador Municipal
OAB/SP 250.907





Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	96839/2020
Processo	ARE 778638
Tipo de pedido	Agravo Regimental
Relação de Peças	1 - Petição de Interposição de Agravo Regimental Assinado por: VINICIUS MANAIA NUNES
Data/Hora do Envio	12/11/2020, às 16:53:54
Enviado por	VINICIUS MANAIA NUNES (CPF: 223.177.358-98)





Supremo Tribunal Federal

Nº 69888/2020 - ARE 778638

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

De ordem, a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** a parte abaixo identificada, ou quem as suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão presente nos autos (art. 270 do Código de Processo Civil e art 5º da Lei 11.419/2006).

Qualificação do(a) intimado(a):

Nome: **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Brasília, 16 de novembro de 2020.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Termo de Ciência

A intimação foi recebida automaticamente pelo sistema, em **16/11/2020**, nos termos do art. 5º, §3 da Lei 11.419/2006.

(termo gerado automaticamente pelo sistema)

Informação(ões) complementar(es):

Andamento(s):

- Intimação eletrônica disponibilizada (Intimação de Despacho, Decisão ou Acórdão - **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**) - 05/11/2020



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Num. 249744462



Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

PRIMEIRA TURMA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

AGTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA

ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (69297/PR, 188320/SP)

ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES (250907/SP)

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

CERTIFICO que a Egrégia **PRIMEIRA TURMA**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada neste período, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 27.11.2020 a 4.12.2020.

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Marco Aurélio, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço:
<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 75D6-CA1A-8AA1-3CFE e senha 2570-F96E-8D7B-A9A1

07/12/2020

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S)	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: VINICIUS MANAIA NUNES
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA: AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA.

1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 8267-0BC9-3C36-399C e senha C2C7-84DF-EAF3-28F3



ARE 778638 AGR / SP

incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual da Primeira Turma, sob a Presidência da Senhora Ministra ROSA WEBER, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 7 de dezembro de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

472

07/12/2020

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S)	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: VINICIUS MANAIA NUNES
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de Agravo Interno contra decisão que negou seguimento a Recurso Extraordinário com Agravo, sob os argumentos de que a fundamentação da repercussão geral foi deficiente, bem como que o acórdão recorrido solucionou a controvérsia com base em preceitos infraconstitucionais.

Sustenta a parte agravante, em suma, que incidem ao caso os precedentes firmados no RE 593.068 (Tema 163 da repercussão geral, Relator Min. Roberto Barroso); RE 1.072.845 (Tema 985 da repercussão geral, Relator Min. Marco Aurélio) e RE 576.967 (Tema 72 da repercussão geral, Relator Min. Roberto Barroso).

É o relatório.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 2D6E-F8CD-C71F-13BA e senha F284-6CC9-D817-A395

07/12/2020

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO

VOTO

O Senhor Ministro Alexandre de Moraes (Relator):

Eis a decisão ora agravada:

“DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (Vol. 3, fl. 92):

“PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE HORAS-EXTRAS. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA E COMPENSATÓRIA. PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. DECADÊNCIA SÚMULA VINCULANTE Nº 08-STF.

1. A Primeira Seção do STJ - Superior Tribunal de Justiça acolheu, por unanimidade, incidente de uniformização, adequando sua jurisprudência ao entendimento firmado pelo STF, segundo o qual não incide contribuição à Seguridade Social sobre o terço de férias constitucional.

3. Na esteira do Resp 486697/PR, é pacífico no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça que incide contribuição previdenciária sobre as horas-extras.

4. Em relação às verbas de natureza indenizatória e compensatória, o pedido não foi formulado de modo certo e determinado, conforme disposto no artigo 286, do CPC. Tão pouco se insere dentro das exceções previstas em seus

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 9C92-C413-E115-7804 e senha 1DCE-14C3-0687-6FF9

473

ARE 778638 AGR / SP

incisos I, II e III. Veja-se que o artigo 286 do CPC impõe ao autor que individue e descreva, quantitativamente e qualitativamente, na forma mais concreta possível, o que pretende em juízo, a fim de possibilitar a correta compreensão da decisão proferida.

5. O prazo que a União tem para apurar e constituir seus créditos é de cinco anos, como estipula a Súmula Vinculante nº 08, do STF: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário."

6. Quando não houve recolhimento, aplica-se a norma prevista no art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo quinquenal a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

7. Na hipótese de pagamento antecipado, o prazo para a Fazenda lançar o crédito tem início com ele, seu fato gerador, como previsto no §4º do artigo 150 do CTN.

8. A Impetrante almeja, quanto a este ponto, assegurar que não lhe sejam exigidas pela autoridade impetrada as contribuições reconhecidas como indevidas neste "mandamus". Tendo em vista que não houve recolhimento, nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF, reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio.

9. Apelação a que se dá parcial provimento no que tange ao terço constitucional de férias, bem como reconheço a impossibilidade de exigência das exações no período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta, bem como a decadência do direito da União Federal cobrar as parcelas anteriores a este quinquênio. Reexame necessário a que se nega provimento".

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 9C92-C413-E115-7804 e senha 1DCE-14C3-0687-6FF9

ARE 778638 AGR / SP

Opostos Embargos de Declaração, este foram rejeitados (Vol. 4, fl. 71).

No apelo extremo (Vol. 4, fl. 31), interposto com amparo no art. 102, III, "a", a parte recorrente sustenta que houve violação aos artigos 7º, XVII; e 201, § 11º, da Constituição Federal. Em suma, defende a inexigibilidade da contribuição previdenciária patronal sobre horas-extras, por tratar-se de verba de natureza indenizatória.

O Tribunal de origem negou seguimento ao apelo, declarando a intempestividade do recurso, haja vista que apresentado antes da publicação do acórdão que julgou os Embargos de Declaração (Vol. 5, fl. 11)

Interposto Agravo, a Presidência desta SUPREMA CORTE determinou o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para aguardar o julgamento do Tema 163, da repercussão geral (Vol. 6).

Em juízo de retratação, o Tribunal de origem afastou a aplicação do Tema 163, haja vista que referente a servidores públicos. No mais, manteve a decisão recorrida, ao fundamento de que o Tema 20, da repercussão geral, não afasta a necessidade de se analisar, no caso concreto, a habitualidade da verba paga (Vol. 21, fl. 7).

Interposto novo Agravo, a Presidência determinou a distribuição dos autos.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a



474

ARE 778638 AGR / SP

apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é firme no sentido de que a controvérsia acerca da natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo trabalhador, para fins de incidência da contribuição previdenciária, demanda o reexame de legislação

ARE 778638 AgR / SP

infraconstitucional. Nesse sentido, citem-se precedentes de ambas as Turmas desta CORTE:

“DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NATUREZA JURÍDICA. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES. 1. Nos termos da jurisprudência da Corte, a controvérsia relativa à natureza remuneratória ou indenizatória das verbas percebidas pelo contribuinte, para fins de incidência da contribuição previdenciária, demanda o reexame da legislação infraconstitucional. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 968.110-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 10/2/2017).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS BASEADA NA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA. 1. A jurisprudência do Supremo se consolidou no sentido de ser infraconstitucional a discussão acerca da incidência de tributos, notadamente contribuição previdenciária ou imposto de renda, baseada na natureza da verba. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. 3. Agravo regimental a que se nega provimento,

478

ARE 778638 AGR / SP

com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC. (RE 1.013.951-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 5/9/2017).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.**

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

Publique-se.”

Não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o Agravo Interno não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os óbices apontados.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno.

É o voto.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 10 de 10

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

AGTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA

ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (69297/PR, 188320/SP)

ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES (250907/SP)

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 27.11.2020 a 4.12.2020.

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Marco Aurélio, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código C250-CCD7-E08A-52D7 e senha 80AC-59D0-C310-BCD6

Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:35

Número do documento: 22050617384517200000242499633

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050617384517200000242499633>

Assinado eletronicamente por: JOSE DEODATO DINIZ FILHO - 06/05/2022 17:38:45

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MORAES NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Num. 249744462



476



Supremo Tribunal Federal

Nº 382/2021 - ARE 778638

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

De ordem, a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** a parte abaixo identificada, ou quem as suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão presente nos autos (art. 270 do Código de Processo Civil e art 5º da Lei 11.419/2006).

Qualificação do(a) intimado(a):

Nome: **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Termo de Ciência

A intimação foi recebida automaticamente pelo sistema, em **18/01/2021**, nos termos do art. 5º, §3 da Lei 11.419/2006.

(termo gerado automaticamente pelo sistema)

Informação(ões) complementar(es):

Andamento(s):

- Intimação eletrônica disponibilizada (Intimação de Despacho, Decisão ou Acórdão - **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**) - 08/01/2021





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR ALEXANDRE DE MORAES DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 778.638

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

AGRAVADO: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 45.276.128/0001-10, com sede à Rua São Bento, nº 840 - Centro / CEP.: 14.801-901, Fone.: (016) 3301-5000 (PABX), neste representado por seu procurador que a presente subscreve, com escritório profissional estabelecido na Rua São Bento, 840, no Município de Araraquara, CEP 14801-901, tel. 16 3301-5000, endereço eletrônico: viniciusmanaia@gmail.com, vem mui respeitosamente, interpor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil em face do v. acórdão publicado em 8 de janeiro de 2021, que conheceu do agravo regimental interposto pela Municipalidade e negou provimento ao mesmo sob o argumento da inocorrência de ofensa a dispositivo constitucional.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Embargos de Declaração

EXCELSO PRETÓRIO,

COLEDA TURMA,

NOBRES MINISTROS!

1. TEMPESTIVIDADE – PREPARO - SÍNTESE NECESSÁRIA

De plano, insta consignar que o presente recurso se mostra tempestivo, visto que a r. decisão foi publicada em 8 de janeiro de 2021 e o prazo fatal para interposição do presente recurso somente se escoará em 03 de fevereiro de 2021.

Com efeito, o Embargante não pode deixar de registrar seu inconformismo com relação ao v. acórdão, visto que não apreciou as questões levantadas pela Municipalidade de Araraquara com base em Recursos Extraordinários decididos no âmbito da repercussão geral deste Excelso Pretório, sendo manifesta assim a omissão ocorrida na decisão objeto dos presentes Declaratórios.

O Ilustre Ministro fundamentou sua decisão no sentido de que a discussão travada nos autos se refere a dispositivo infraconstitucional inadmitindo assim a discussão no Supremo Tribunal Federal, vez que na visão do mesmo não há dispositivo constitucional infringido.

Sua Excelência anexa precedentes do próprio Supremo Tribunal Federal que negaram seguimento a recursos extraordinários sob o argumento de que seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, assim fundamentando:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o Agravo Interno não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os óbices apontados

Entretanto, conforme as razões do pedido de reforma delineadas nos autos e constantes no v. acórdão ora embargado, que não efetuou o necessário **distinguishing** entre o caso da Municipalidade ora embargante, e os casos postos a exame perante este Supremo Tribunal Federal **no Recurso Extraordinário nº 593.068 (tema 163-verbas indenizatórias servidores públicos), e Recurso Extraordinário nº 1.072.485 (tema 985 - terço de férias e sua natureza indenizatória), bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 (tema 72 - INSS sobre auxílio maternidade) - Cota Patronal, sendo que no presente caso o falecido ministro Teori Zavascki, determinou a aplicação do decidido no RE nº 593.068, ressaltando que o tribunal de origem em total desrespeito à r. decisão do Ministro Teori, não aplicou a tese fixada no RE nº 593.068.**

2. RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO ORA EMBARGADA

Conforme acima exposto, em diversas oportunidades o Supremo Tribunal Federal analisando a questão decidiu pela incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente demanda, **não havendo assim razão para a não apreciação do Recurso Extraordinário regularmente interposto atinente a cota patronal do Município ora recorrente, senão vejamos:**

Em razões recursais o Recorrente apontou que o **Recurso Extraordinário n. 593.068, com repercussão geral reconhecida nos termos do Art. 543- B do CPC/1973, no qual o Excelso Pretório, afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas adicionais do salário, como horas extras e adicional de insalubridade e**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

periculosidade, o que deve ser analisado no recurso do Recurso, mormente em face da princípio constitucional da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, e do regime jurídico único dos servidores federais, estaduais e municipais previsto no Art. 39 da Constituição Federal, visto que o Recurso Extraordinário nº 593.068 trata da questão de questão atinente a servidores públicos de uma maneira em geral.

Sendo que inclusive o Ministro Teori Zavascki assim determinou ao Tribunal de Origem nos presentes autos:

"O objeto deste recurso diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida na análise do RE 593.068-RG (Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tema 163). Considerada a especial eficácia vinculativa desse julgado (CPC, art. 543-B, § 3º), impõe-se sua aplicação, nos mesmos termos, aos casos análogos, como o dos autos, razão pela qual determino a devolução do processo ao Tribunal de origem, para os fins do art. 543-B do CPC."

Em referido julgamento do RE nº 593.068, o Eminentíssimo Ministro Relator Luís Roberto Barroso, assim disserta às fls. 11:

"De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88."

Restou também consignado no mesmo voto:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

"A base econômica sobre a qual incide a contribuição previdenciária dos servidores públicos consiste na sua remuneração (CF, art. 40, § 3º). Ela vem definida no art. 201, § 11, da CF/88, que tem a seguinte redação: "os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios". Tal dispositivo é aplicável por remissão expressa no art. 40, § 3º, e por força da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social ao regime próprio, nos termos preconizados pelo art. 40, § 12, CF/88."

Em referido voto foi observada a jurisprudência do STF como declinado em razões recursais, que até o momento exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas adicionais ao salário. Que se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeitas à tributação, in verbis: "O conjunto normativo é claríssimo no sentido de que a base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária só deve computar os ganhos habituais e os que têm reflexos para aposentadoria".

Foi relatado no caso, ainda, que o sistema previdenciário, tanto do Regime Geral de Previdência Social (para os trabalhadores celetistas), quanto do regime próprio dos servidores públicos, tem caráter contributivo e solidário, o que impede que haja contribuição sem o correspondente reflexo em qualquer benefício efetivo (caráter contributivo da previdência social). Referido entendimento foi seguido pelos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, declinando assim a maioria para dar provimento ao Recurso dos contribuintes.

Do contrário, a regra esculpida no art. 40, § 2º e 3º da Constituição Federal, antes da redação conferida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, não se aplicaria aos servidores públicos celetistas, permitindo assim o recebimento de benefício



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

previdenciário superior à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, gerando verdadeiro colapso tanto no sistema previdenciário como na prestação de serviços públicos, visto que em eventual afastamento temporário do servidor possibilitaria o benefício previdenciário superior aos vencimentos da ativa, desestimulando o mesmo a retornar ao trabalho, prejudicando assim a Administração Pública.

E nesse sentido vejamos a discussão em plenário do saudoso Ministro Teori Zavascki com o Ministro Barroso:

“O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas, Ministro Barroso, a dificuldade é a seguinte: nós estamos falando da previdência pública; se nós aprovarmos essa tese, na previdência pública, com mais razão, nós vamos ter que aplicar para o regime geral, onde a lei estabelece a base de cálculo tal da remuneração, e o benefício não tem nada a ver com isso. Quer dizer, nós vamos ter que transportar a mesma tese para a previdência geral.”

Assim também o Ministro Gilmar Mendes:

“E com repercussão, porque estamos decidindo o caso dos servidores públicos, mas, certamente, isso terá repercussão direta na previdência geral, no regime geral de previdência.”

E novamente o eminente Ministro Teori Zavascki:

“De modo que a decisão que se tomar em relação ao regime especial - salientando que o § 3º trata do cálculo de provento de aposentadoria, não trata de base de contribuição - vai ter reflexo não apenas nos regimes públicos, mas também no regime geral.”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Assim, o caso deve ser apreciado de acordo com o entendimento consolidado no Recurso Extraordinário nº 593.068, que analisou a questão da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente contenda.

Sendo que os presentes Embargos Declaratórios, visam tão somente a apreciação do Recurso Extraordinário da Municipalidade de Araraquara – SP, por este Supremo Tribunal Federal de acordo com o já decidido na repercussão geral acima mencionada.

É incontestado que a jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal e também do Superior Tribunal de Justiça é reiterada no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre vantagens remuneratórias de servidor público que não sejam passíveis de incorporação aos seus proventos de aposentadoria.**

E, assim, a matéria deve ser submetida ao Plenário Virtual, para reafirmação de jurisprudência, nos termos do art. 323-A do RISTF, em razão de que o **tema possui sim grande relevância e repercussão, tornando conveniente uma deliberação mais detalhada e sistemática.**

E, no julgamento pelo plenário dois fundamentos principais devem ser observados quanto à orientação dominante neste Supremo, acerca da não incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público: (i) a natureza indenizatória destas parcelas não se amoldaria ao conceito de remuneração, **base econômica da contribuição previdenciária dos servidores;** (ii) **a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incorporáveis aos proventos dos servidores desconsideraria a dimensão contributiva do regime próprio de previdência, violando a disposição prevista nos Arts. 39 e 40 §3º da Constituição Federal, conferindo assim segurança jurídica aos Municípios, mesmo que optantes pelo Regime Geral da Previdência Social.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Veja-se, então, que tanto para o regime geral quanto para o regime próprio a base de cálculo da contribuição previdenciária é o salário ou a remuneração do empregado ou do servidor, aos quais devem ser incorporados os chamados "ganhos habituais". Tal incorporação se dá tanto para fins de incidência do tributo como para cálculo dos benefícios. A consequência inexorável, portanto, é que o que não constitua ganho incorporável aos proventos da aposentadoria não sofre a incidência da contribuição previdenciária. O tratamento constitucional da questão, portanto, é expresso, não demandando sequer integração interpretativa mais complexa.

A Emenda Constitucional nº 20/1998 previu que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor e não poderão excedê-los (art. 40, §§ 2º e 3º, CF/88). Ademais, diante da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social (art. 40, § 12, CF/88), o regime próprio também se sujeita ao art. 195, § 5º, da CF/88, segundo o qual "*nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.*" É importante observar que, a despeito da Emenda Constitucional nº 41/2003 ter reforçado o caráter solidário do regime, foi mantida a natureza contributiva.

Note-se que essa lógica se aplica tanto ao regime geral de previdência social quanto ao regime próprio. Todavia, os §§ 2º e 3º do art. 40 da CF/88 enfatizam a pertinência desta assertiva no âmbito do regime próprio. De fato, ao estabelecerem que os **proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los**, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. **Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88.**

Desse modo, a base econômica contributiva será sempre a remuneração percebida pelo servidor, também para o cálculo da contribuição previdenciária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

PATRONAL quanto para a retenção dos segurados, desde que não ultrapasse os vencimentos da ativa, nos termos do Art. 40 §2º e 3º da CF.

Interpretar referida norma constitucional tão somente a Regimes Próprios de Previdência, importa em verdadeira ofensa ao princípio da isonomia e simetria constitucional entre os entes Federativos, visto que alguns irão ter uma contribuição patronal menor a cargo do erário e outros terão contribuição patronal maior a cargo do erário, violando assim os princípios constitucionais, em especial a simetria constitucional, violando assim o pacto federativo previsto no Art. 1º da Constituição Federal.

E, no mesmo sentido, o Recurso Extraordinário nº 1.072.485, objeto do tema nº 985, que discute a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço o de férias, também se encontra sob análise deste Excelso Pretório.

Ressalte-se que a r. decisão denegatória de Recurso Extraordinário não deve prevalecer pois no Recurso Extraordinário nº 576.967, este Excelso Pretório analisou no tema nº 72, que não incide a contribuição previdenciária sobre o salário maternidade fixando a seguinte tese:

Ementa: Direito constitucional. Direito tributário. Recurso Extraordinário com repercussão geral. Contribuição previdenciária do empregador. Incidência sobre o salário-maternidade. Inconstitucionalidade formal e material. 1. Recurso extraordinário interposto em face de acórdão do TRF da 4ª Região, que entendeu pela constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária "patronal" sobre o salário-maternidade. 2. O salário-maternidade é prestação previdenciária paga pela Previdência Social à segurada durante os cento e vinte dias em que permanece afastada do trabalho em decorrência da licença-maternidade. Configura, portanto, verdadeiro benefício previdenciário. 3. Por não se tratar de contraprestação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, o salário-maternidade não se amolda ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Como consequência, não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador, não encontrando fundamento no art. 195, I, a, da Constituição. Qualquer incidência não prevista no referido dispositivo constitucional configura fonte de custeio alternativa, devendo estar prevista em lei complementar (art. 195, §4º). Inconstitucionalidade formal do art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91.

4. Esta Corte já definiu que as disposições constitucionais são legitimadoras de um tratamento diferenciado às mulheres desde que a norma instituidora amplie direitos fundamentais e atenda ao princípio da proporcionalidade na compensação das diferenças. No entanto, no presente caso, as normas impugnadas, ao imporem tributação que incide somente quando a trabalhadora é mulher e mãe cria obstáculo geral à contratação de mulheres, por questões exclusivamente biológicas, uma vez que torna a maternidade um ônus. Tal discriminação não encontra amparo na Constituição, que, ao contrário, estabelece isonomia entre homens e mulheres, bem como a proteção à maternidade, à família e à inclusão da mulher no mercado de trabalho. Inconstitucionalidade material dos referidos dispositivos. 5. Diante do exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, prevista no art. art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91, e proponho a fixação da seguinte tese: "É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário- maternidade". (RE 576967, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-254 DIVULG 20-10-2020 PUBLIC 21-10-2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Desse modo, o v. acórdão recorrido, deve ser reanalisado, visto que, tanto no Recurso Extraordinário nº 1.072.485, como no Recurso Extraordinário nº 576.967, e no Recurso Extraordinário nº 593.068, houve a apreciação da incidência ou não da contribuição previdenciária sob a índole constitucional da matéria, devendo assim o caso posto em ser apreciado as questões acima de repercussão geral omissas no acórdão recorrido.

Ora, nobres Ministros, em três recursos extraordinários com repercussão geral declarada houve pronunciamento desta Corte acerca da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre: salário maternidade, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, terço de férias, dentre outras verbas, merecendo assim reforma a r. decisão que conheceu e negou seguimento ao agravo de despacho denegatório de Recurso Extraordinário sob o argumento da discussão ser tão somente infraconstitucional.

Dessa maneira, a questão posta em análise já teve diversas manifestações desta Corte acerca da não incidência das contribuições previdenciárias patronais, mormente no julgado no Recurso Extraordinário nº 593.068 com repercussão geral, que decidiu pela não incidência das verbas objeto da presente demanda, bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 também com repercussão geral, que decidiu pela não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário maternidade, tendo assim que ser aplicada no caso o princípio da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, bem como em face da primazia do regime jurídico único entre os servidores das três esferas governamentais previsto no art. 39 da CF, e da ofensa ao pacto federativo previsto no Art. 1º da CF.

De se mencionar, ainda, a confissão da União e a perda de objeto superveniente da presente demanda em favor do Recorrente com a edição da Lei 13.485/2017, em especial seu art. 11, que prevê expressamente a não incidência da contribuição previdenciária em rol meramente exemplificativo no qual inclui horas extras



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

como não passível de incidência, que não foram objeto de manifestação no acórdão Recorrido, reconhecendo assim o pleito da exordial, vejamos:

“Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:

a) terço constitucional de férias;

b) horário extraordinário;

c) horário extraordinário incorporado;

d) primeiros quinze dias do auxílio-doença;

e) auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

§ 1º O encontro de contas de que trata o caput deste artigo poderá dispor sobre multas de mora e de ofício, juros de mora, encargo de sucumbência e demais encargos de natureza pecuniária, bem como sobre valores oferecidos em garantia ou sobre situações em que a interpretação da legislação relativa a obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

§ 2º O encontro de contas compreenderá matérias objeto de ações de repetição de indébito.

§ 3º O encontro de contas deverá ser conclusivo e final quanto à interpretação de conceitos indeterminados do direito ou à identificação e relevância do fato.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo de encontro de contas será de noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município.

§ 5º Não obstará a adesão ao parcelamento previsto nesta Lei a eventual discordância entre as partes, que deverá ser efetuado pelo valor ao final apurado no encontro de contas.

§ 6º O valor controvertido poderá ser objeto de revisão pelo Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal por meio de requerimento efetuado pelo Município interessado em até trinta dias contados da conclusão do encontro de contas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

§ 7º A diferença apurada ao final da revisão deverá ser deduzida ou incorporada ao parcelamento, atualizada na mesma forma dos índices constantes do art. 99 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 8º Fica instituído o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei."

Assim, por meio da interpretação lógico-sistemática da norma tributária, forçoso reconhecer que houve, no caso, o reconhecimento da procedência dos pleitos da Municipalidade em desfavor da União Federal, visto que o teor do inciso IV do art. 11 da Lei 13.485/2017, é expresso no sentido da não incidência da contribuição previdenciária sobre horário extraordinário, bem como em outros salários condição, a cargo do empregador (cota patronal).

Resta assim comprovada a não incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas descritas na prefacial conforme inúmeros julgados acima colacionados, bem como após o advento da Lei 13.485/2017, que em seu art. 11 exclui as verbas da incidência da contribuição previdenciária.

Ademais, restou exaurida a Instância Ordinária, para que o Recurso Extraordinário interposto não esbarrasse na Súmula nº 281, desse Excelso Pretório para análise do PLENO DESTA CORTE.

Dessa forma, ao Embargante sobram razões para clamar de forma veemente pela reforma da decisão ora combatida, o que se requer.

3. DOS PEDIDOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Destarte, são os presentes EMBARGOS DECLARATÓRIOS para que este Supremo Tribunal Federal aprecie as questões acima ventiladas, em especial sob a ótica dos Recursos Extraordinários em repercussão geral acima mencionados, bem como da previsão contida nos Arts, 1º, 39º, 40º §§ 2º e 3º e 150, II da CF, e do Art. 11º da Lei 13.485/2017, sanando assim as omissões, obscuridades e contradições, e DETERMINANDO o regular prosseguimento do feito com a conversão do Agravo de Despacho Denegatório em Recurso Extraordinário que merece o devido provimento, como medida da mais Lidima JUSTIÇA!!!!!!

Protesta outrossim, pela oportunidade de realização de sustentação oral no pleno deste Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário.

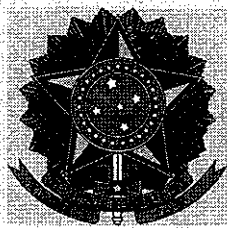
Brasília/DF, 21 de janeiro 2021

VINICIUS MANAIA NUNES
Procurador Municipal
OAB/SP 250.907

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>



484



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	3655/2021
Processo	ARE 778638
Tipo de pedido	Embargos de Declaração
Relação de Peças	1 - Petição de Oposição de Embargos de Declaração Assinado por: VINICIUS MANAIA NUNES
Data/Hora do Envio	21/01/2021, às 15:34:42
Enviado por	VINICIUS MANAIA NUNES (CPF: 223.177.358-98)

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



PRIMEIRA TURMA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (69297/PR, 188320/SP)

ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES (250907/SP)

EMBDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

CERTIFICO que a Egrégia **PRIMEIRA TURMA**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada neste período, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Marco Aurélio, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 3369-5CBD-2D07-CB16 e senha C5E3-805A-8B53-C3B9

485

24/02/2021

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
778.638 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S)	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S)	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: VINICIUS MANAIA NUNES
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REJEIÇÃO.

1. O acórdão embargado contém fundamentação apta e suficiente a resolver todos os pontos do recurso que lhe foi submetido.
2. Ausentes omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado, não há razão para qualquer reparo.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual da Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 3652-303D-3B07-5E65 e senha FDD3-66F3-88D5-D444

24/02/2021

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
778.638 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE
ARARAQUARA
ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, assim ementado:

“Ementa: AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA.

1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 2856-D857-199E-C3E5 e senha E2D9-023B-3946-F6B8

ARE 778638 AGR-ED / SP

jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento”.

Em suas razões, a parte embargante assevera que o julgado contém vícios de fundamentação, tais como omissão, obscuridade e contradição. É o relatório.



24/02/2021

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
778.638 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

O Código de Processo Civil prevê o recurso de embargos de declaração para fins de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Trata-se de instrumento colocado à disposição das partes com o fito de eliminar do julgado omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais.

No presente caso, contudo, o acórdão embargado não apresenta nenhum desses vícios. O ofício judicante realizou-se de forma completa e satisfatória, não se mostrando necessários quaisquer reparos.

Diante do exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

É o voto.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço
<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 3E65-3CF0-CCA2-DF49 e senha 7795-A9E8-9A69-0D64

487

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778.638

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE ARARAQUARA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

ADV.(A/S) : ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO (69297/PR, 188320/SP)

ADV.(A/S) : VINICIUS MANAIA NUNES (250907/SP)

EMBDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Marco Aurélio, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código EC50-649A-560C-F08A e senha E0C6-6A39-745E-40B5





Supremo Tribunal Federal

Nº 11805/2021 - ARE 778638

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

De ordem, a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** a parte abaixo identificada, ou quem as suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão presente nos autos (art. 270 do Código de Processo Civil e art 5º da Lei 11.419/2006).

Qualificação do(a) intimado(a):

Nome: **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Brasília, 12 de março de 2021.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Termo de Ciência

A intimação foi recebida automaticamente pelo sistema, em **12/03/2021**, nos termos do art. 5º, §3 da Lei 11.419/2006.

(termo gerado automaticamente pelo sistema)

Informação(ões) complementar(es):

Andamento(s):

- Intimação eletrônica disponibilizada (Intimação de Despacho, Decisão ou Acórdão - **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**) - 02/03/2021





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 778.638

O **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 45.276.128/0001-10, com sede no Paço Municipal, situado na Rua São Bento nº 840 - Centro, por meio do Procurador que esta assina, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 1.043 do Código de Processo Civil e no art. 330 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, interpor Embargos de Divergência, em face do v. acórdão publicado em 2 de março de 2021, que que conheceu de Embargos de Declaração em agravo regimental interposto pela Municipalidade e negou provimento ao mesmo sob o argumento da inocorrência de ofensa a dispositivo constitucional.

Nestes termos,

P. Deferimento.

Araraquara, 15 de abril de 2021

Vinícius Manaia Nunes

Procurador Municipal

OAB/SP 250.907





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

EXCELSO PRETÓRIO

NOBRES MINISTROS

**1. TEMPESTIVIDADE –PREPARO -SINTESE NECESSÁRIA –
CABIMENTO DO RECURSO**

De plano, insta consignar que o presente recurso se mostra tempestivo, visto que a r. decisão foi publicada em 2 de março 2021 e o prazo fatal para interposição do presente recurso somente se escoará em 16 de abril de 2022, considerando o prazo em dobro da Fazenda Pública disposto no Art. 183 do Código de Processo Civil, e das suspensão dos prazos neste Supremo Tribunal Federal de 31 de março de 2021 a 4 de abril de 2021 (portaria n. 4 de 7, de janeiro de 2021).

Com efeito, o Embargante não pode deixar de registrar seu inconformismo com relação ao v. acórdão, visto que não apreciou as questões levantadas pela Municipalidade de Araraquara com base em Recursos Extraordinários decididos no âmbito da repercussão geral deste Excelso Pretório, sendo manifesta assim a omissão ocorrida na decisão objeto dos presentes Embargos.

O Ilustre Ministro fundamentou sua decisão no sentido de que a discussão travada nos autos se refere a dispositivo infraconstitucional inadmitindo assim a discussão no Supremo Tribunal Federal, vez que na visão do mesmo não há dispositivo constitucional infringido.

Sua Excelência anexa precedentes do próprio Supremo Tribunal Federal que negaram seguimento a recursos extraordinários sob o argumento de que





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, assim fundamentando:

“Não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o Agravo Interno não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os óbices apontados”

Entretanto, conforme as razões do pedido de reforma delineadas nos autos e constantes no v. acórdão ora embargado, que não efetuou o necessário distinguishing entre o caso da Municipalidade ora embargante, e os casos postos a exame perante este Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 593.068 (tema 163-verbas indenizatórias servidores públicos), e Recurso Extraordinário nº 1.072.485 (tema 985 -terço de férias e sua natureza indenizatória), bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 (tema 72 – INSS sobre auxílio maternidade)–Cota Patronal, sendo que no presente caso o falecido ministro Teori Zavascki, determinou a aplicação do decidido no RE nº593.068, ressaltando que o tribunal de origem em total desrespeito à r. decisão do Ministro Teori, não aplicou a tese fixada no RE n. 593.068, o que autoriza assim a interposição do presente Recurso nos termos do Art. 1.043, inciso I do Código de Processo Civil, visto que a decisão recorrida diverge das adotadas nos recursos paradigmas acima.

2. DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO ORA EMBARGADA E DA DIVERGÊNCIA COM OUTRAS DECISÕES DO PLENÁRIO DESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Conforme acima exposto, em diversas oportunidades o Supremo Tribunal Federal analisando a questão decidiu pela incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente demanda, não havendo assim razão para a não apreciação do Recurso Extraordinário regularmente interposto atinente a cota patronal do Município ora recorrente, senão vejamos:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Em razões recursais o Recorrente apontou que o Recurso Extraordinário n. 593.068, com repercussão geral reconhecida nos termos do Art. 543-B do CPC/1973, no qual o Excelso Pretório, afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas adicionais do salário, como horas extras e adicional de insalubridade e periculosidade, o que deve ser analisado no recurso do Recurso, mormente em face da princípio constitucional da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, e do regime jurídico único dos servidores federais, estaduais e municipais previsto no Art. 39 da Constituição Federal, visto que o Recurso Extraordinário nº 593.068 trata da questão de questão atinente a servidores públicos de uma maneira em geral.

Sendo que inclusive o Ministro Teori Zavascki assim determinou ao Tribunal de Origem nos presentes autos:

“O objeto deste recurso diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida na análise do RE 593.068-RG (Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tema 163). Considerada a especial eficácia vinculativa desse julgado (CPC, art. 543-B, § 3º), impõe-se sua aplicação, nos mesmos termos, aos casos análogos, como o dos autos, razão pela qual determino a devolução do processo ao Tribunal de origem, para os fins do art. 543-B do CPC.”

Em referido julgamento do RE nº 593.068, o Eminentíssimo Ministro Relator Luís Roberto Barroso, assim disserta às fls. 11:

“De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88.”

Restou também consignado no mesmo voto:

“A base econômica sobre a qual incide a contribuição previdenciária dos servidores públicos consiste na sua remuneração (CF, art. 40, § 3º). Ela vem definida no art. 201, § 11, da CF/88, que tem a seguinte redação: “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios”. Tal dispositivo é aplicável por remissão expressado art. 40, § 3º, e por força da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social ao regime próprio, nos termos preconizados pelo art. 40, § 12, CF/88.”

Em referido voto foi observada a jurisprudência do STF como declinado em razões recursais, que até o momento exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas adicionais ao salário. Que se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeitas à tributação, in verbis:

“O conjunto normativo é claríssimo no sentido de que a base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária só deve computar os ganhos habituais e os que têm reflexos para aposentadoria”.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Foi relatado no caso, ainda, que o sistema previdenciário, tanto do Regime Geral de Previdência Social (para os trabalhadores celetistas), quanto do regime próprio dos servidores públicos, tem caráter contributivo e solidário, o que impede que haja contribuição sem o correspondente reflexo em qualquer benefício efetivo (caráter contributivo da previdência social).

Referido entendimento foi seguido pelos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, declinando assim a maioria para dar provimento ao Recurso dos contribuintes.

Do contrário, a regra esculpida no art. 40, §2º e 3º da Constituição Federal, antes da redação conferida pela Emenda Constitucional nº103/2019, não se aplicaria aos servidores públicos celetistas, permitindo assim o percebimento de benefício previdenciário superior à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, gerando verdadeiro colapso tanto no sistema previdenciário como na prestação de serviços públicos, visto que em eventual afastamento temporário do servidor possibilitaria o benefício previdenciário superior aos vencimentos da ativa, desestimulando o mesmo a retornar ao trabalho, prejudicando assim a Administração Pública.

E nesse sentido vejamos a discussão em plenário do saudoso Ministro Teori Zavascki com o Ministro Barroso:

“O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI -Mas, Ministro Barroso, a dificuldade é a seguinte: nós estamos falando da previdência pública; se nós aprovarmos essa tese, na previdência pública, com mais razão, nós vamos ter que aplicar para o regime geral, onde a lei estabelece a base de cálculo tal da remuneração, e o benefício não tem nada a ver com isso. Quer dizer, nós vamos ter que transportar a mesma tese para a previdência geral.”





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Assim também o Ministro Gilmar Mendes:

“E com repercussão, porque estamos decidindo o caso dos servidores públicos, mas, certamente, isso terá repercussão direta na previdência geral, no regime geral de previdência.”

E novamente o eminente Ministro Teori Zavascki:

“De modo que a decisão que se tomar em relação ao regime especial -salientando que o § 3º trata do cálculo de provento de aposentadoria, não trata de base de contribuição -vai ter reflexo não apenas nos regimes públicos, mas também no regime geral.”

Assim, o caso deve ser apreciado de acordo com o entendimento consolidado no Recurso Extraordinário nº 593.068, que analisou a questão da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre as verbas objeto da presente contenda.

Sendo que os presentes, visam tão somente a apreciação do Recurso Extraordinário da Municipalidade de Araraquara –SP, por este Supremo Tribunal Federal de acordo com o já decidido na repercussão geral acima mencionada.

É incontestável que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e também do Superior Tribunal de Justiça é reiterada no sentido da não incidência de contribuição previdenciária sobre vantagens remuneratórias de servidor público que não sejam passíveis de incorporação aos seus proventos de aposentadoria.

E, assim, a matéria deve ser submetida ao Plenário Virtual, para reafirmação de jurisprudência, nos termos do art. 323-A do RISTF, em razão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

de que o tema possui sim grande relevância e repercussão, tornando conveniente uma deliberação mais detalhada e sistemática.

E, no julgamento pelo plenário dois fundamentos principais devem ser observados quanto à orientação dominante neste Supremo, acerca da não incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público: (i) a natureza indenizatória destas parcelas não se amoldaria ao conceito de remuneração, base econômica da contribuição previdenciária dos servidores; (ii) a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incorporáveis aos proventos dos servidores desconsideraria a dimensão contributiva do regime próprio de previdência, violando a disposição prevista nos Arts. 39 e 40 §3º da Constituição Federal, conferindo assim segurança jurídica aos Municípios, mesmo que optantes pelo Regime Geral da Previdência Social.

Veja-se, então, que tanto para o regime geral quanto para o regime próprio a base de cálculo da contribuição previdenciária é o salário ou a remuneração do empregado ou do servidor, aos quais devem ser incorporados os chamados “ganhos habituais”.

Tal incorporação se dá tanto para fins de incidência do tributo como para cálculo dos benefícios. A consequência inexorável, portanto, é que o que não constitua ganho incorporável aos proventos da aposentadoria não sofre a incidência da contribuição previdenciária. O tratamento constitucional da questão, portanto, é expresso, não demandando sequer integração interpretativa mais complexa.

A Emenda Constitucional nº 20/1998 previu que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor e não poderão excedê-los (art. 40, §§ 2º e 3º, CF/88). Ademais, diante da aplicação subsidiária das normas do regime geral de previdência social (art. 40, § 12, CF/88), o regime próprio também se sujeita ao art. 195, § 5º, da CF/88, segundo o qual “nenhum





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.”

É importante observar que, a despeito da Emenda Constitucional nº 41/2003 ter reforçado o caráter solidário do regime, foi mantida a natureza contributiva.

Note-se que essa lógica se aplica tanto ao regime geral de previdência social quanto ao regime próprio. Todavia, os §§ 2º e 3º do art. 40 da CF/88 enfatizam a pertinência desta assertiva no âmbito do regime próprio. De fato, ao estabelecerem que os proventos de aposentadoria serão calculados com base na remuneração do servidor, e que não poderão excedê-los, os dispositivos reforçam a mínima referibilidade que deve existir entre remuneração de contribuição e proventos de aposentadoria. Portanto, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis aos proventos do servidor representa negação a esta exigência de referibilidade, em violação aos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 11 do art. 201 da CF/88.

Desse modo, a base econômica contributiva será sempre a remuneração percebida pelo servidor, também para o cálculo da contribuição previdenciária PATRONAL quanto para a retenção dos segurados, desde que não ultrapasse os vencimentos da ativa, nos termos do Art. 40 §2º e 3º da CF.

Interpretar referida norma constitucional tão somente a Regimes Próprios de Previdência, importa em verdadeira ofensa ao princípio da isonomia e simetria constitucional entre os entes Federativos, visto que alguns irão ter uma contribuição patronal menor a cargo do erário e outros terão contribuição patronal maior a cargo do erário, violando assim os princípios constitucionais, em especial a simetria constitucional, violando assim o pacto federativo previsto no Art. 1º da Constituição Federal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

E, no mesmo sentido, o Recurso Extraordinário nº 1.072.485, objeto do tema nº 985, que discute a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço o de férias, também se encontra sob análise deste Excelso Pretório.

Ressalte-se que a r. decisão denegatória de Recurso Extraordinário não deve prevalecer pois no Recurso Extraordinário nº 576.967, este Excelso Pretório analisou no tema nº 72, que não incide a contribuição previdenciária sobre o salário maternidade fixando a seguinte tese:

Ementa: Direito constitucional. Direito tributário. Recurso Extraordinário com repercussão geral. Contribuição previdenciária do empregador. Incidência sobre o salário-maternidade. Inconstitucionalidade formal e material. 1. Recurso extraordinário interposto em face de acórdão do TRF da 4ª Região, que entendeu pela constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária “patronal” sobre o salário-maternidade. 2. O salário-maternidade é prestação previdenciária paga pela Previdência Social à segurada durante os cento e vinte dias em que permanece afastada do trabalho em decorrência da licença-maternidade. Configura, portanto, verdadeiro benefício previdenciário. 3. Por não se tratar de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, o salário-maternidade não se amolda ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Como consequência, não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador, não encontrando fundamento no art. 195, I, a, da Constituição. Qualquer incidência não prevista no referido dispositivo





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

constitucional configura fonte de custeio alternativa, devendo estar prevista em lei complementar (art. 195, §4º). Inconstitucionalidade formal do art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91. 4. Esta Corte já definiu que as disposições constitucionais são legitimadoras de um tratamento diferenciado às mulheres desde que a norma instituidora amplie direitos fundamentais e atenda ao princípio da proporcionalidade na compensação das diferenças. No entanto, no presente caso, as normas impugnadas, ao imporem tributação que incide somente quando a trabalhadora é mulher e mãe cria obstáculo geral à contratação de mulheres, por questões exclusivamente biológicas, uma vez que torna a maternidade um ônus. Tal discriminação não encontra amparo na Constituição, que, ao contrário, estabelece isonomia entre homens e mulheres, bem como a proteção à maternidade, à família e à inclusão da mulher no mercado de trabalho. Inconstitucionalidade material dos referidos dispositivos. 5. Diante do exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, prevista no art. art. 28, §2º, e da parte final da alínea a, do §9º, da Lei nº 8.212/91, e proponho a fixação da seguinte tese: “É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade”.(RE 576967, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-254 DIVULG 20-10-2020 PUBLIC 21-10-2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

Desse modo, o v. acórdão recorrido, deve ser reanalisado, visto que, tanto no Recurso Extraordinário nº 1.072.485, como no Recurso Extraordinário nº 576.967, e no Recurso Extraordinário nº 593.068, houve a apreciação da incidência ou não da contribuição previdenciária sob a índole constitucional da matéria, devendo assim o caso posto em ser apreciado as questões acima de repercussão geral omissas no acórdão recorrido.

Ora, nobres Ministros, em três recursos extraordinários com repercussão geral declarada houve pronunciamento desta Corte acerca da incidência ou não da contribuição previdenciária sobre: salário maternidade, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, terço de férias, dentre outras verbas, merecendo assim reforma a r. decisão que conheceu e negou seguimento ao agravo de despacho denegatório de Recurso Extraordinário sob o argumento da discussão ser tão somente infraconstitucional.

Dessa maneira, a questão posta em análise já teve diversas manifestações desta Corte acerca da não incidência das contribuições previdenciárias patronais, mormente no julgado no Recurso Extraordinário nº 593.068 com repercussão geral, que decidiu pela não incidência das verbas objeto da presente demanda, bem como no Recurso Extraordinário nº 576.967 também com repercussão geral, que decidiu pela não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário maternidade, tendo assim que ser aplicada no caso o princípio da isonomia tributária previsto no Art. 150, II da CF, bem como em face da primazia do regime jurídico único entre os servidores das três esferas governamentais previsto no art. 39 da CF, e da ofensa ao pacto federativo previsto no Art. 1º da CF.

De se mencionar, ainda, a confissão da União e a perda de objeto superveniente da presente demanda em favor do Recorrente com a edição da Lei 13.485/2017, em especial seu art. 11, que prevê expressamente a não incidência da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

contribuição previdenciária em rol meramente exemplificativo no qual inclui horas extras como não passível de incidência, que não foram objeto de manifestação no acórdão Recorrido, reconhecendo assim o pleito da exordial, vejamos:

Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:
(Promulgação) (Regulamento)

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:

- a) terço constitucional de férias;
- b) horário extraordinário;
- c) horário extraordinário incorporado;
- d) primeiros quinze dias do auxílio-doença;
- e) auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

§ 1º O encontro de contas de que trata o caput deste artigo poderá dispor sobre multas de mora e de ofício, juros de mora, encargo de sucumbência e demais encargos de natureza pecuniária, bem como sobre valores oferecidos em garantia ou sobre situações em que a interpretação da legislação relativa a obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

§ 2º O encontro de contas compreenderá matérias objeto de ações de repetição de indébito.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

§ 3º O encontro de contas deverá ser conclusivo e final quanto à interpretação de conceitos indeterminados do direito ou à identificação e relevância do fato.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo de encontro de contas será de noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município.

§ 5º Não obstará a adesão ao parcelamento previsto nesta Lei a eventual discordância entre as partes, que deverá ser efetuado pelo valor ao final apurado no encontro de contas.

§ 6º O valor controvertido poderá ser objeto de revisão pelo Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal por meio de requerimento efetuado pelo Município interessado em até trinta dias contados da conclusão do encontro de contas.

§ 7º A diferença apurada ao final da revisão deverá ser deduzida ou incorporada ao parcelamento, atualizada na mesma forma dos índices constantes do art. 99 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 8º Fica instituído o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei.

Assim, por meio da interpretação lógico-sistemática da norma tributária, forçoso reconhecer que houve, no caso, o reconhecimento da procedência dos pleitos da Municipalidade em desfavor da União Federal, visto que o teor do inciso IV do art. 11 da Lei 13.485/2017, é expresso no sentido da não incidência da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Procuradoria Geral do Município

contribuição previdenciária sobre horário extraordinário, bem como em outros salários condição, a cargo do empregador(cota patronal).

Resta assim comprovada a não incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas descritas na prefacial conforme inúmeros julgados acima colacionados, bem como após o advento da Lei 13.485/2017, que em seu art. 11 exclui as verbas da incidência da contribuição previdenciária.

Ademais, restou exaurida a Instância Ordinária, para que o Recurso Extraordinário interposto não esbarrasse na Súmula nº 281, desse Excelso Pretório para análise do PLENO DESTA CORTE. Dessa forma, ao Embargante sobram razões para clamar de forma veemente pela reforma da decisão ora combatida para uniformização de entendimentos conforme os Recursos Extraordinários nº 593.068; 576.967 e 1.072.485 o que se requer.

3 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, os presentes Embargos de Divergência merecem conhecimento e provimento na exata medida em que resta amplamente comprovada a semelhança fática entre os acórdãos embargado e os 3 acórdãos proferidos nos Recursos Extraordinários nº 593.068; 576.967 e 1.072.485 ora paradigma, bem como a divergência total das consequências em ambos os acórdãos.

Portanto, espera e requer o embargante provimento do seu recurso para que prevaleça a tese do acórdão paradigma n. 593.068 (TEMA 163), seja aplicada no presente recurso, invertendo-se os ônus processuais.

Termos em que

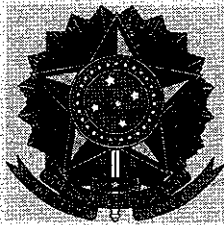
Pede Deferimento.

De Araraquara para Brasília, 15 de abril de 2021

Vinicius Manaia Nunes

Procurador Municipal

OAB/SP 250.907



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	40662/2021
Processo	ARE 778638
Tipo de pedido	Embargos Divergentes
Relação de Peças	1 - Petição de Oposição de Embargos de Divergência Assinado por: VINICIUS MANAIA NUNES
Data/Hora do Envio	15/04/2021, às 22:22:48
Enviado por	VINICIUS MANAIA NUNES (CPF: 223.177.358-98)



**EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 778.638 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S)	: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADV.(A/S)	: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: VINICIUS MANAIA NUNES
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Divergência opostos contra acórdão da Primeira Turma desta CORTE que negou provimento a Agravo Interno, mantendo decisão que negara seguimento a Recurso Extraordinário com Agravo. Eis a ementa do julgado embargado:

“EMENTA: AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA.

1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 48BA-F349-00DC-7371 e senha B525-0A8F-EC06-817D

497

ARE 778638 AgR-ED-EDv / SP

do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento. “

Nos embargos de divergência, a parte embargante afirma que o acórdão divergiu do entendimento fixado por essa CORTE no RE 593.068 (Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 22/3/2019), bem como no RE 576.967 (Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 21/10/2020) e no RE 1.072.485 (Tribunal Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 02/10/2020).

É o relatório. Decido.

O recorrente não se desincumbiu do seu ônus de comprovar, fundamentadamente, “as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”, nos termos do art. 331 do RISTF.

Ausente o devido cotejo analítico, que demonstre a identidade ou a similitude entre o acórdão embargado e os arestos apontados como divergentes, incabível o presente recurso.

Nesse sentido: AI 840.355 AgR-EDv-AgR, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 18/5/2016; e RE 631.228 AgR-EDv-AgR, Relator Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 24/2/2017, este

2

ARE 778638 AGR-ED-EDv / SP

último assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. NÃO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. ARTIGOS 330 E 331 DO RISTF. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E OS PARADIGMAS APONTADOS COMO DIVERGENTES. DEFICIÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

1. A ausência de similitude entre a tese do acórdão embargado e os paradigmas de divergência invocados, bem como a deficiência do cotejo analítico obstam o seguimento do recurso de embargos de divergência.

2. Agravo regimental desprovido."

Além disso, cumpre salientar que a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL negou a repercussão geral de controvérsias relativas à cobrança de contribuição previdenciária sobre valores pagos pelo empregador, quando pendente discussão acerca da natureza jurídica das verbas (indenizatória ou remuneratória).

No caso, o Município recorrente, nas razões do extraordinário, alega que não incide contribuição previdenciária sobre horas extras em razão de sua natureza indenizatória. Logo, não merece amparo a pretensão recursal, por trata-se de questão situada no contexto infraconstitucional.

Nesse sentido:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Tributário. Contribuição previdenciária. Incidência. Horas extras. Natureza jurídica. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. A matéria relativa à discussão acerca da natureza da verba para definição da incidência de

ARE 778638 AGR-ED-EDv / SP

contribuição previdenciária tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.” (ARE 1243057-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – Presidente, Tribunal Pleno, DJe de 26/5/2020)

Diante do exposto, com base nos arts. 21, § 1º, e 335, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NÃO ADMITO OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

Publique-se.

Brasília, 27 de abril de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente





Supremo Tribunal Federal

Nº 30032/2021 - ARE 778638

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

De ordem, a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** a parte abaixo identificada, ou quem as suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão presente nos autos (art. 270 do Código de Processo Civil e art 5º da Lei 11.419/2006).

Qualificação do(a) intimado(a):

Nome: **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Brasília, 10 de maio de 2021.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Termo de Ciência

A intimação foi recebida automaticamente pelo sistema, em **10/05/2021**, nos termos do art. 5º, §3 da Lei 11.419/2006.

(termo gerado automaticamente pelo sistema)

Informação(ões) complementar(es):

Andamento(s):

- Intimação eletrônica disponibilizada (Intimação de Despacho, Decisão ou Acórdão - PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL) - 29/04/2021



CERTIDÃO DE TRÂNSITO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 778638

RECORRENTE(S):	MUNICIPIO DE ARARAQUARA
ADVOGADO(A/S):	ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO
ADVOGADO(A/S):	VINICIUS MANAIA NUNES
PROCURADOR(ES):	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
RECORRIDO(A/S):	UNIÃO
ADVOGADO(A/S):	PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 16/06/2021.

Brasília, 16 de junho de 2021.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Certidão gerada em 16/06/2021 às 13:01:41.
Esta certidão pode ser validada em <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> com o seguinte código XY3QDP3ZZN





Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária

ARE 778638

TERMO DE BAIXA DEFINITIVA

Faço a baixa deste processo e a transmissão eletrônica das peças processuais ao (à)
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO.

Brasília, 16 de junho de 2021

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos

ao(a) à ORIGEM

SP, 05/07/2021

RF 3227
DPAS - TRF3R



CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
MARCIO CRISTIANO EBERT.
Araraquara 16 de agosto de 2021

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Técn/Analist.Judiciário (RF)

JUSTIÇA
FEDERAL

Fls. 500

2a VARA

Processo No. 0004877-82.2010.403.6120

Ciência às partes do retorno dos autos do
E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Considerando a decisão proferida, requei-
ra a parte interessada o que entender de direito.

No silêncio, remetam-se os autos ao ar-
quivo.

Intime-se. Cumpra-se.

Araraquara 16 de 09 de 2021

MARCIO CRISTIANO EBERT
Juiz Federal Substituto

D A T A

Em data de 10 de 09 de 2021
baixaram estes autos a Secretaria com o
r. despacho supra

SANDRA SAYURI KANNO (5398)
Técn/Analist.Judiciário (RF)

Vistos, em correção

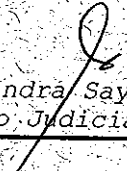
25/10/2021

Corregedoria Regional 3ª Região

501
9

C E R T I D ã O

CERTIFICO que o despacho/decisão retro foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN nesta data e será considerado publicado no primeiro dia útil subsequente à mesma (30/11/2021).
Araraquara, 29/11/2021.


Sandra Sayuri Kanno
Técnico Judiciário - RF 5398

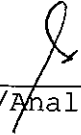
Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.jus.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5

Processo n. 0004877-82.2010.403.6120/2

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que os presentes autos saíram em carga para: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, nesta data.

Araraquara, 28/03/2022


Técnico/Analista Judiciário RF: 5398

Certifico, ainda, que os presentes autos foram devolvidos em secretaria na data de ____/____/____.

Técnico/Analista Judiciário RF: _____

Carga...: SSK MV-VB 09:08
Emissão: SSK MV-VZ 09:20

Autos com (Conclusão) ao Juiz em 16/08/2021 p/ Despacho/Decisão

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Ciência às partes do retorno dos autos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Considerando a decisão proferida, requeira a parte interessada o que entender de direito.
No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de despacho em 29/11/2021 ,pag 0





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 0004877-82.2010.4.03.6120 / 2ª Vara Federal de Araraquara
IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
Advogado do(a) IMPETRANTE: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO - SP188320
IMPETRADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO

DESPACHO

[249741639](#) – Defiro, intime-se novamente à União – Fazenda Nacional acerca do despacho de ID [249744462](#) (fl. 500 do processo físico).

Araraquara, data registrada no sistema.





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 0004877-82.2010.4.03.6120 / 2ª Vara Federal de Araraquara

IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA

Advogado do(a) IMPETRANTE: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO - SP188320

IMPETRADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO

DESPACHO DE INSPEÇÃO

Visto em inspeção.

Araraquara, data registrada no sistema.



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:36

Número do documento: 22052315025056500000243808547

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22052315025056500000243808547>

Assinado eletronicamente por: MARCIO CRISTIANO EBERT - 23/05/2022 15:02:50

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 0004877-82.2010.4.03.6120 / 2ª Vara Federal de Araraquara

IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA

Advogado do(a) IMPETRANTE: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO - SP188320

IMPETRADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO

A T O O R D I N A T Ó R I O

Despacho de fl. 500 do processo físico: “Ciência às partes do retorno dos autos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Considerando a decisão proferida, requeira a parte interessada o que entender de direito.

No silêncio, remetam-se os autos ao arquivo.

Intime-se. Cumpra-se.”

ARARAQUARA, 27 de junho de 2022.



Este documento foi gerado pelo usuário 223.***.***-98 em 06/11/2025 12:50:36

Número do documento: 22062716155649200000247362681

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22062716155649200000247362681>

Assinado eletronicamente por: SANDRA SAYURI KANNO - 27/06/2022 16:15:56

Assinado por 2 pessoas: ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES e PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5> e informe o código 3D68-205A-3F07-31B5



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 0004877-82.2010.4.03.6120 / 2ª Vara Federal de Araraquara
IMPETRANTE: MUNICIPIO DE ARARAQUARA
Advogado do(a) IMPETRANTE: ALECIO CASTELLUCCI FIGUEIREDO - SP188320
IMPETRADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO

CERTIDÃO

Certifico, para fins de cumprimento do art. 34 da Resolução PRES 482/2021, que não há qualquer informação de valores disponíveis em conta judicial vinculado a este processo nem informação de documentos e mídias digitais mantidos em repositórios arquivísticos ou dispositivos externos.

Araraquara, data registrada no sistema.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3D68-205A-3F07-31B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES (CPF 213.XXX.XXX-56) em 19/11/2025 15:02:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO (CPF 254.XXX.XXX-77) em 19/11/2025 15:16:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROGER TIAGO DE FREITAS MENDES (CPF 213.XXX.XXX-56) em 24/11/2025 10:32:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PEDRO EVANGELISTA MONTEIRO NETO (CPF 254.XXX.XXX-77) em 24/11/2025 11:00:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/3D68-205A-3F07-31B5>